UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FERNANDO ANTONIO ALVES DA COSTA

***Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em
Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.***

Versão corrigida

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.

Fernando Antonio Alves da Costa

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Motta

Versão corrigida

De acordo,

Prof. Dr. José Flávio Motta

São Paulo
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

COSTA. Fernando Antonio Alves da. *Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.*

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em História.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Os leitores menos afeitos ao universo acadêmico, considerando de forma bastante otimista que estes existirão, nada estranharão a autoria singular deste trabalho, expressa nas páginas anteriores. Contudo, aqueles versados no mundo da Pós-Graduação, habituados com artigos, dissertações, teses, prazos, fontes, bolsas, entre tantos outros aspectos próprios deste meio, sabem muito bem que um trabalho como este não se faz sem que se acumule dívidas eternas com diversas pessoas e instituições, pelos mais diversos motivos, grandes ou pequenos. Obviamente que não me refiro a questões financeiras, ou pelo menos não somente e nem principalmente. Estas breves linhas cumprem um objetivo bastante simples: reconhecer as dívidas que contraí ao longo dos últimos anos, principalmente aquelas imateriais, e agradecer às pessoas e instituições que estiveram por trás deste trabalho, sem as quais a pesquisa apresentada jamais se materializaria.

A Universidade de São Paulo (USP) acolheu-me no Programa de Pós-Graduação em História Econômica (PPGHE) e disponibilizou-me toda sua infraestrutura material e humana para o desenvolvimento deste trabalho. Muito obrigado!

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) concedeu-me uma bolsa que financiou a pesquisa e que viabilizou minha dedicação exclusiva ao doutorado durante quase quatro anos. Muito obrigado!

Foram muitos os professores que perpassaram minha vida acadêmica e que muito contribuíram para minha formação desde os já distantes tempos da graduação, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), na Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA) e na Universidade de São Paulo (USP). Não citarei nomes para não cometer muitas injustiças. Muito obrigado!

Passo a falar mais detidamente das pessoas que me auxiliaram muito. Marcelo Magalhães Godoy, mesmo sem me conhecer pessoalmente, me auxiliou com as listas nominativas de Santa Rita do Turvo da primeira metade do século XIX. Muito obrigado! Alexandra Maria Pereira e Paulo Roberto de Oliveira, com os quais dividi o orientador, sempre foram prestativos e trocaram comigo experiências de pesquisa e de vida. Muito obrigado! Rodrigo Fontanari e Fernando Lamas, também pesquisadores da

área, foram interlocutores importantes, tanto em São Paulo como por congressos Brasil afora. Muito obrigado! Heitor Moura auxiliou-me nos momentos finais do trabalho com algumas questões de economia e de conversões monetárias, territórios árduos para um historiador sem muita afinidade com cálculos e números. Muito obrigado! Inúmeros pesquisadores de diversas instituições brasileiras criticaram partes deste trabalho que apresentei em muitos eventos (congressos, simpósios, seminários etc) pelo Brasil afora durante os anos de pesquisa. Muitos permaneceram anônimos para mim. Os comentários, críticas e sugestões muitas vezes foram bastante importantes para o questionamento de algumas certezas e para o aperfeiçoamento de diversos aspectos do trabalho. Muito obrigado!

O prof. Dr. Nelson Nozoe e a prof^a Dr^a. Luciana Suarez Lopes, componentes da minha banca de qualificação, ajudaram muito o desenvolvimento da pesquisa com os comentários, com as críticas e com as sugestões que deram naquela oportunidade. Também aceitaram o convite para participarem da defesa deste trabalho. A prof^a. Luciana me auxiliou ainda com as fontes documentais, disponibilizando-se sempre para tirar minhas muitas dúvidas e cedendo seu modelo de banco de dados para a coleta e tabulação das informações extraídas dos inventários *post-mortem*. Muito obrigado! Ao longo das inúmeras visitas que fiz ao arquivo do Fórum Artur Bernardes em Viçosa/MG, muito bolsistas me ajudaram na localização da documentação e no acesso às planilhas de catalogação em meio ao complexo processo de organização pelo qual passa o arquivo. Cito os nomes de alguns com a intenção de que todos se sintam lembrados: João, Artur, Rodrigo, Tatiana, Juliana. Muito obrigado! Os professores Dr. Jonas Marçal de Queiróz e Dr. Fábio Faria Mendes, ambos docentes do curso de História da Universidade Federal de Viçosa, sempre foram exemplos nos quais me inspirei de dedicação ao ofício e no trato com seus alunos, entre os quais estive nos tempos da graduação. Além disso, foram os responsáveis pelo projeto que objetiva preservar adequadamente os processos que utilizei nesta pesquisa e um grande número de documentos da região que estudei. Muito obrigado!

Um agradecimento mais que especial devo ao prof. José Flávio Motta. Primeiro por me aceitar, sem mesmo me conhecer direito, como seu orientando e, principalmente, pela qualidade da orientação ao longo da pesquisa. Com toda a certeza, as qualidades que este trabalho eventualmente possu, estão diretamente relacionadas com o elevado nível da orientação que recebi, sempre minuciosa, crítica, atenta e paciente. Muito obrigado! Os profs. Dr. Fábio Faria Mendes e Dr. Agnaldo Valentin me deixaram muito

contente quando aceitaram participar da defesa deste trabalho, abrindo espaço em suas concorridas agendas. Muito obrigado!

Marcelo Loyola e Breno Moreno, inicialmente colegas de ofício, tornaram-se estimados amigos ao longo do transcurso deste trabalho. Foram imprescindíveis em toda a trajetória. No grupo de estudos que criamos, versões anteriores deste trabalho foram lidas e criticadas, o que muito auxiliou nos passos seguintes da pesquisa. Além disso, tornaram-se presenças constantes e importantes em minha vida. Logo mais serão vocês que estarão com dificuldades para agradecer todas as pessoas que contribuíram em suas pesquisas. Muito obrigado! Ana Paula Ribeiro de Freitas e Ângelo Greco compartilharam comigo muitas das conquistas que alcançamos desde os duros tempos da graduação, sendo desde então grandes amigos. Os próximos serão vocês. Muito obrigado! Nárjara Francischeto sempre apoiou e acreditou nesta pesquisa, mesmo quando ainda era um rascunho de projeto, e em minha capacidade de executá-la. Seu incentivo foi fundamental para que eu fosse em busca dos meus objetivos. Muito obrigado!

Agradecer minha família pelo apoio incondicional, pelo incentivo, pelo respeito às minhas decisões, e por tudo mais que se possa imaginar, é de fato muito pouco. Contudo, é somente o que está ao meu alcance nesse momento. Meu pai Antonio e meus irmãos Alessandro e Maurício me ajudaram de todas as maneiras possíveis. A eles devo muito da estabilidade, do equilíbrio e da motivação que me permitiram desenvolver e concluir esta tese, com todas as renúncias que ela significou. Muito obrigado! Não posso deixar de mencionar todo o restante da minha família (tias, tios, primos, primas, cunhadas e avós) e, principalmente, aos mais novos integrantes dela, minhas pequenas, doces e queridas sobrinhas Maria Alice e Ana Livia, e ao Mateus, meu próximo sobrinho que logo mais chegará por aqui. Mesmo sem saber, garantiram prazerosos momentos importantíssimos para as necessárias pausas no árduo e desgastante trabalho de pesquisa. Muito obrigado! Aos meus amigos, por assim dizer “extra-acadêmicos”, Felipe, Paloma, Lucília e Fernanda devo prazerosos momentos nos quais a tese não era o principal assunto. Prometo voltar a ser presente daqui pra frente. Muito obrigado! Priscila Raquel Melotto Rodrigues certamente foi à pessoa mais afetada por minha dedicação a este trabalho. Foi quem mais me ouviu reclamar das dificuldades e das incertezas da pesquisa, das angústias sobre os caminhos futuros e quem mais sofreu com minha falta de tempo, principalmente nos momentos finais do trabalho. Também ouviu a exaustão a frase “Pode ser depois do doutorado?” ou tantas

outras variáveis com o mesmo sentido. Foi sempre paciente, carinhosa, divertida, compreensiva, amorosa e tudo mais que uma ótima companheira pode ser. Os prazerosos momentos passados ao seu lado me garantiram a energia, a motivação, a serenidade e a perseverança necessárias para a conclusão dessa empreitada. A partir de agora prometo cumprir todas as promessas que fiz para depois da tese (ou então arranjar outra desculpa tão boa). Muitíssimo obrigado!

São Paulo, primavera de 2014.

Sumário

Introdução.....	17
 Capítulo 1 – O estudo da riqueza como instrumento para a análise das formações sociais e econômicas do passado brasileiro.....	30
1.1 – Introdução.....	30
1.2 – Os estudos pioneiros.....	32
1.3 – As transformações da riqueza em localidades de desenvolvimento da cafeicultura.....	36
1.4 – O padrão e a composição da riqueza em algumas localidades de Minas Gerais no século XIX.....	42
1.5 – O padrão e a composição da riqueza em algumas localidades do Nordeste brasileiro no século XIX.....	51
1.6 – Uma abordagem crítica dos inventários <i>post-mortem</i>	56
 Capítulo 2 – Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX: espaço, população e economia.....	68
2.1 – Introdução.....	68
2.2 – A(s) Zona(s) da Mata Mineira.....	69
2.3 – Santa Rita do Turvo: heterogeneidade demográfica e econômica.....	76
 Capítulo 3 – Concentração, composição e evolver da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo, 1850/1900.....	106
3.1 – Introdução.....	106

3.2 – Aqueles que possuíam: a concentração da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo.....	116
3.3 – Aquilo que se possuía: a composição da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo.....	136

Capítulo 4 – Aspectos da escravidão em Santa Rita do Turvo, 1850/1888.....156

4.1 – Introdução.....	156
4.2 – Disseminação e estrutura da posse escrava: os senhores e os cativos inventariados.....	159
4.3 – Idades, gêneros e preços dos cativos inventariados.....	181

Capítulo 5 – Terras, benfeitorias e culturas: Uma análise dos bens imobiliários inventariados em Santa Rita do Turvo, 1850/1900.....202

5.1 – Introdução.....	202
5.2 – O grupo de ativos imóveis: representatividade, concentração e composição.....	205
5.3 – A paisagem agrária de Santa Rita do Turvo, 1870/1900.....	236

Capítulo 6 – Vendedores e compradores, credores e devedores: o mercado em movimento de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.....274

6.1 – Introdução.....	274
6.2 – As dívidas ativas: os inventariados credores.....	284
6.3 – As dívidas passivas: os inventariados devedores.....	332

Considerações Finais.....350

Anexo.....	353
-------------------	------------

Bibliografia.....	361
--------------------------	------------

Lista de figuras, gráficos e tabelas

Figura 2.1: Mapa com a atual localização de Viçosa dentro do sudeste brasileiro.....	87
Figura 2.2: Mapa de Viçosa e região – provavelmente segunda década do século XX.....	90
Gráfico 3.1: Perfil dos inventariados por sexo (1850/1900).....	122
Gráfico 3.2: Perfil dos inventariados por estado (1850/1900).....	122
Gráfico 3.3: Participação relativa das faixas de riqueza no total dos inventários, Santa Rita do Turvo - 1850/1888.....	124
Gráfico 3.4: Participação relativa no total do patrimônio inventariado por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1888.....	124
Gráfico 4.1: Representatividade do grupo de ativos escravos no total da riqueza inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/88 (%).....	160
Gráfico 4.2: Representatividade dos inventariados escravistas e não escravistas por décadas em Santa Rita do Turvo - 1850/88 (%).....	163
Gráfico 5.1: Representatividade do grupo de ativo imóveis no total do patrimônio inventariado por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%).....	206
Gráfico 5.2: Representatividade dos inventariados proprietários de bens imóveis, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%).....	210
Gráfico 6.1: Representatividade dos inventários com presença de dívidas ativas, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%).....	285
Gráfico 6.2: Representatividade do grupo de ativo dívidas ativas no total do patrimônio inventariado por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%).....	288
Gráfico 6.3: Representatividade dos inventários com presença de dívidas passivas, Santa Rita do Turvo (1850/1900).....	334
Gráfico 6.4: Representatividade das dívidas passivas em relação ao total do patrimônio inventariado por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%).....	338
Tabela 2.1: Dimensão das propriedades fundiárias, Santa Rita do Turvo – 1854/1856.....	81
Tabela 2.2: Indicadores estatísticos para as propriedades fundiárias, Santa Rita do Turvo – 1854/1856.....	82
Tabela 2.3: Formas de aquisição das propriedades fundiárias, Santa Rita do Turvo – 1854/1856.....	83
Tabela 2.4: População livre e escrava, Santa Rita do Turvo – 1873.....	92
Tabela 2.5: Representatividade e razão de sexo da população escrava por freguesias, Santa Rita do Turvo – 1873.....	93
Tabela 2.6: Representatividade e razão de sexo da população livre por freguesias, Santa Rita do Turvo – 1873.....	93
Tabela 2.7: População livre e escrava por estado, Santa Rita do Turvo – 1873.....	95
Tabela 2.8: Posse cativa por freguesias, Santa Rita do Turvo – 1870/79.....	98
Tabela 2.9: Monte Mor médio e mediano por freguesias, Santa Rita do Turvo – 1870/79.....	98
Tabela 3.1: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1850/59.....	126
Tabela 3.2: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1860/69.....	127

Tabela 3.3: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1870/79.....	129
Tabela 3.4: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1880/88.....	131
Tabela 3.5: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1888/1900.....	134
Tabela 3.6: Composição da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/59 (%).....	137
Tabela 3.7: Composição da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1860/69 (%).....	140
Tabela 3.8: Composição da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1870/79 (%).....	142
Tabela 3.9: Composição da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1880/88 (%).....	143
Tabela 3.10: Composição da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1888/1900 (%).....	145
Tabela 4.1: Inventariados escravistas por períodos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/88 (%).....	164
Tabela 4.2: Distribuição dos inventariados escravistas segundo faixas de tamanho de posse e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/88.....	166
Tabela 4.3: Distribuição dos escravos inventariados segundo faixas de tamanho de escravaria e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/88.....	170
Tabela 4.4: Indicadores estatísticos da posse cativa, Santa Rita do Turvo – 1850/59.....	173
Tabela 4.5: Indicadores estatísticos da posse cativa, Santa Rita do Turvo – 1860/69.....	174
Tabela 4.6: Indicadores estatísticos da posse cativa, Santa Rita do Turvo – 1870/79.....	176
Tabela 4.7: Indicadores estatísticos da posse cativa, Santa Rita do Turvo – 1880/88.....	177
Tabela 4.8: Composição etária da escravaria inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/59 (%).....	182
Tabela 4.9: Composição etária da escravaria inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1860/69 (%).....	182
Tabela 4.10: Composição etária da escravaria inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/79 (%).....	183
Tabela 4.11: Composição etária da escravaria inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1880/88 (%).....	184
Tabela 4.12: Razão de sexo dos escravos inventariados por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/59.....	185
Tabela 4.13: Razão de sexo dos escravos inventariados por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1860/69.....	187
Tabela 4.14: Razão de sexo dos escravos inventariados por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1870/79.....	188
Tabela 4.15: Razão de sexo da escravaria inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1880/88.....	189
Tabela 4.16: Preços médios em libras dos escravos inventariados, Santa Rita do Turvo - 1850/59.....	192
Tabela 4.17: Preços médios em libras das escravas inventariadas, Santa Rita do Turvo - 1850/59.....	192
Tabela 4.18: Preços médios em libras dos escravos inventariados, Santa Rita do Turvo – 1860/69.....	194

Tabela 4.19: Preços médios em libras das escravas inventariadas, Santa Rita do Turvo – 1860/69.....	194
Tabela 4.20: Preços médios em libras dos escravos inventariados, Santa Rita do Turvo – 1870/79.....	195
Tabela 4.21: Preços médios em libras das escravas inventariadas, Santa Rita do Turvo – 1870/79.....	195
Tabela 4.22: Preços médios em libras dos escravos inventariados, Santa Rita do Turvo – 1880/88.....	197
Tabela 4.23: Preços médios em libras das escravas inventariadas, Santa Rita do Turvo – 1880/88.....	197
Tabela 5.1: Inventariados proprietários de imóveis por períodos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/1900 (%).....	211
Tabela 5.2: Distribuição dos inventariados proprietários de imóveis por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1888.....	213
Tabela 5.3: Distribuição dos inventariados proprietários de imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900.....	214
Tabela 5.4: Representatividade no total do patrimônio dos imóveis por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1888 (%).....	215
Tabela 5.5: Representatividade no total do patrimônio dos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).....	215
Tabela 5.6: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/1900 (%).....	227
Tabela 5.7: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/59 (%).....	229
Tabela 5.8: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1860/69 (%).....	230
Tabela 5.9: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/79 (%).....	231
Tabela 5.10: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1880/88 (%).....	232
Tabela 5.11: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).....	233
Tabela 5.12: Propriedades fundiárias inventariadas por faixas de tamanho, Santa Rita do Turvo – 1870/1900.....	238
Tabela 5.13: Distribuição e tamanho médio das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/1900.....	241
Tabela 5.14: Distribuição e tamanho médio das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/79.....	242
Tabela 5.15: Distribuição e tamanho médio das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1880/88.....	244
Tabela 5.16: Distribuição e tamanho padrão das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900.....	246
Tabela 5.17: Preços médios do alqueire de terra inventariado por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1870/1900 (em libras esterlinas).....	251
Tabela 5.18: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total dos gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo - 1850/1888 (%).....	253
Tabela 5.19: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total dos gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).....	255
Tabela 5.20: Participação relativa em cada faixa de riqueza dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo, 1850/1888 (%).....	256

Tabela 5.21: Participação relativa em cada faixa de riqueza dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo, 1888/1900 (%).....	263
Tabela 5.22: Presença dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1888 (%).....	266
Tabela 5.23: Presença dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).....	269
Tabela 6.1: Presença de dívidas ativas e/ou passivas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/88.....	279
Tabela 6.2: Presença de dívidas ativas e/ou passivas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900.....	281
Tabela 6.3: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas por faixas de riqueza dentro do total dos que possuíam bens desta natureza, Santa Rita do Turvo – 1850/1900.....	286
Tabela 6.4: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas dentro das faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1900.....	287
Tabela 6.5: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas ativas descritas nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1850/1888 (%).....	290
Tabela 6.6: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas ativas descritas nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).....	293
Tabela 6.7: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/1859 (%).....	298
Tabela 6.8: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1860/1869 (%).....	300
Tabela 6.9: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/79 (%).....	301
Tabela 6.10: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1880/88 (%).....	303
Tabela 6.11: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).....	304
Tabela 6.12: Presença das principais modalidades de dívidas ativas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1879 (%).....	307
Tabela 6.13: Presença das principais modalidades de dívidas ativas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1880/1888 (%).....	309
Tabela 6.14: Presença das principais modalidades de dívidas ativas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1888/1900 (%).....	311
Tabela 6.15: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas (empréstimos) por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1888.....	317
Tabela 6.16: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas (empréstimos) por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1888/1900.....	318
Tabela 6.17: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas ativas (empréstimos) inventariadas, Santa Rita do Turvo – 1850/1888 (%).....	319
Tabela 6.18: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas ativas (empréstimos) inventariadas, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).....	320
Tabela 6.19: Dívidas ativas (empréstimos) inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo– 1850/1888.....	322
Tabela 6.20: Dívidas ativas (empréstimos) inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo– 1888/1900.....	327
Tabela 6.21: Distribuição dos inventariados com dívidas passivas dentro do total dos que possuíam bens desta natureza segundo faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1900.....	335

Tabela 6.22: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas dentro das faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1900 (%).....	336
Tabela 6.23: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas passivas descritas nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1850/1888 (%).....	339
Tabela 6.24: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas passivas descritas nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).....	340
Tabela 6.25: Valores médios das dívidas passivas inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo– 1850/1888.....	341
Tabela 6.26: Valores médios das dívidas passivas inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo– 1888/1900.....	344

Resumo

Analizamos a riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Inicialmente abordamos o nível de concentração e a composição dos recursos declarados. Posteriormente investigamos separadamente os principais grupos de ativos que compuseram os patrimônios dos indivíduos que faleceram ao longo do período recuperado e que foram inventariados. A análise particularizada permitiu qualificar o tipo de escravidão vigente, a paisagem agrária predominante e o mercado da localidade. Sustentamos que a produção de gêneros configurada em Santa Rita do Turvo assumiu proporções relevantes, conheceu certa estabilidade no correr da segunda metade do Oitocentos e conferiu movimento ao cenário econômico da localidade, independentemente de conexões com regiões de economias mais complexas e vultosas. Contudo, admitimos que as questões apontadas na tese tiveram como base um grupo restrito da população da localidade e não o conjuntos de seus habitantes. Certamente este aspecto conferiu limites para as análises realizadas.

Minas Gerais – século XIX – escravidão – riqueza – mercado – terras

Abstract

Analyzed the wealth inventoried in Santa Rita do Turvo in the second half of the nineteenth century. Initially approached the level of concentration and the composition of the declared resources. Later separately investigated the main groups of assets that comprised the assets of individuals who died during the period recovered and were inventoried. The detailed analysis allowed qualify the type of current slavery, the dominant agrarian landscape and the market of the town. We hold that the production of genres set in Santa Rita do Turvo assumed relevant proportions, met some stability in the course of the second half of the nineteenth century and gave movement to the economic environment of the locality, regardless of connections to regions of more complex and bulky economies. However, we admit that the issues raised in the thesis were based on a small group of village population and not the sets of its inhabitants. Certainly this aspect given limits for analyzes.

Minas Gerais - nineteenth century - slavery - wealth - market - land

*Dedico este trabalho a Maria Alves
da Costa, simplesmente por tudo...
Como faz falta!*

Introdução

Os dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2013 apontaram que o Brasil dos tempos atuais ainda vivencia elevada desigualdade social, não obstante os lentos avanços auferidos recentemente no combate ao problema, que foi acentuado durante o regime militar no país, época marcada por elevada concentração de renda. O principal índice de medição da desigualdade (Gini) teve leve recuo. Todavia, ainda permanece elevado e atingiu 0,501 (IBGE, 2013).¹

A constatação de que atualmente os recursos são assimetricamente repartidos entre os segmentos socioeconômicos no país não é propriamente uma novidade. Historicamente sempre foram no passado brasileiro, em tempos coloniais, imperiais ou republicanos. O tema que abordamos ao longo desta tese tem relação direta com esta questão. Examinamos diversos aspectos do cenário econômico de uma localidade situada na Zona da Mata de Minas Gerais na segunda metade do século XIX. O estudo da demografia, da escravidão, da riqueza e do mercado da região tratada ressaltou, entre tantos outros aspectos que discutimos em minúcias nas páginas que se seguem, um quadro de marcada concentração dos recursos naquela sociedade em favor dos estratos socioeconômicos mais privilegiados materialmente.

Escolhemos Santa Rita do Turvo como espaço geográfico de análise, localidade ainda pouco conhecida em seus tempos idos. Desse modo, optamos por estudar uma região marginal em relação aos mais destacados circuitos econômicos do período. Também não foi marcada por uma elevada concentração urbana e nem por ser centro político/administrativo. Subjacente a esta opção adotada esteve a compreensão de que não deve existir escala de valor entre regiões com este tipo de formatação em privilégio de centros agroexportadores ou de maior destaque administrativo e/ou populacional. Sustentamos que o entendimento de localidades como Santa Rita do

¹ “O índice de Gini corresponde a um coeficiente estatístico, largamente utilizado para medir concentração e riqueza. Constitui, na verdade, a relação entre áreas de um quadrado, construído de forma a representar, num dos eixos (o horizontal), a população segmentada em percentis e no outro (o vertical), a riqueza ou renda (também dividida em percentis) da coletividade estudada. Caso os detentores da renda (ou riqueza) se distribuíssem de maneira absolutamente igualitária, a cada ponto do eixo horizontal corresponderia outro na diagonal do quadrado. Como geralmente isso não ocorre, quando se plotam esses valores no quadrado, obtém-se uma curva, chamada de ‘Lorenz’. Dividindo a área entre a curva de Lorenz e a diagonal pela área triangular sob a diagonal, determina-se o índice de Gini. Dessa forma, quanto mais regularmente se distribui a renda ou riqueza, mais próximo de zero estará o valor do índice (zero no limite); correlativamente, quanto mais concentrada estiver a riqueza ou renda, maior será o valor do aludido índice que, no máximo, iguala-se à unidade” (Luna, 1981, p. 121, nota nº4).

Turvo pode ser tão frutífero quanto a recuperação das realidades pretéritas de áreas que se destacaram das demais por produzirem em alta escala algum tipo de gênero (destacadamente açúcar, ouro e café, no caso do Brasil), por serem sede dos aparatos administrativos estatais ou por concentrarem grande densidade populacional. Ademais, além de terem sido mais contempladas pela historiografia, pela própria proporção que atingiram, localidades que conheceram estas últimas características foram casos *sui generis* no passado brasileiro.

Em regiões do tipo da que tratamos nesta tese viveu uma ampla parcela da população de nosso país nos séculos passados, homens e mulheres que vivenciaram suas experiências políticas, sociais, culturais e econômicas em áreas distantes dos grandes centros econômicos, políticos e administrativos, com todas as consequências advindas desta condição. Contudo, em termos econômicos, nem por isso os indivíduos deixaram de produzir, de vender os excedentes de suas unidades produtivas, de adquirir aquilo que necessitavam, de emprestar e de pegar emprestado, enfim, de satisfazerem as necessidades suas e de suas famílias, considerando aqui tanto relações sanguíneas como também sociais.

De modo mais preciso, examinamos nesta tese a demografia (dos livres e dos escravos), a riqueza (sua composição e concentração), as características da escravidão vigente em Santa Rita do Turvo (composição etária e de gênero, preços e padrão de posse), as propriedades imobiliárias (estrutura fundiária e paisagem agrária) e o mercado (credores e devedores) por meio do qual os indivíduos estudados se relacionaram do ponto de vista econômico. Destes temas mais amplos surgiram diversas outras derivações que abordamos ao longo do trabalho.

Contudo, para nos aproximarmos dos aspectos elencados utilizamos informações coletadas em uma série composta por um conjunto de 399 inventários *post-mortem* de indivíduos que viveram e morreram em Santa Rita do Turvo ao longo da segunda metade do Oitocentos. Não obstante a riqueza de informações contidas nas fontes que utilizamos, este tipo de documentação nos permitiu somente o acesso aos bens de um grupo específico de indivíduos e não de toda a população da localidade, o que trouxe inúmeros condicionantes para o estudo, devidamente expostos e analisados ao longo da tese.

Entendemos que as opções que adotamos para estudar a localidade selecionada explicitaram a aceitação de dois pressupostos teóricos e metodológicos fundamentais. Em primeiro lugar, assumimos a validade e o vigor do instrumental próprio da

demografia histórica. Em segundo lugar, nos inserimos em um amplo e difundido debate sobre a economia de Minas Gerais no pós-ouro. Não temos por objetivo delinear um painel acerca da produção no campo da demografia histórica no Brasil e nem da literatura sobre história econômica de Minas Gerais. Um esforço deste porte exigiria um trabalho por si só. Somente procuramos posicionar este trabalho do ponto de vista historiográfico.

No tocante ao primeiro pressuposto mencionado, comungamos com dada concepção de demografia histórica. Entendemos este campo de pesquisa como território amplo, sem fronteiras muito precisas, marcado pelo imbricamento de diferentes disciplinas e pela atuação de pesquisadores de diversas áreas. Assim entendido, não se restringe a uma abordagem estritamente demográfica. Tal aceção tem como marca, portanto, seus “transbordamentos” para além do elemento demográfico *strictu sensu*. Justamente desta característica resultou a riqueza e a variedade das contribuições evidenciadas pelos trabalhos circunscritos a este campo de estudo (Motta, 1995, p. 133-149; Motta & Costa, 1997, p.151-158; Motta, 2001, p.473-507).²

Desde o seminal trabalho de Maria Luiza Marcílio sobre o povoamento e a população de São Paulo entre 1750-1850 (Marcílio, 1973),³ inúmeras foram as contribuições dos estudos de demografia histórica no Brasil. Marcílio inovou ao adaptar os rigorosos métodos da demografia francesa de Louis Henry, pensados para utilização nos registros paroquiais franceses do Antigo Regime, para as características da documentação brasileira. Utilizou em seu trabalho uma combinação de variados tipos de documentos que seriam explorados por trabalhos posteriores, tais como, listas nominativas de habitantes, registros paroquiais de diversas naturezas (batismos, casamentos, terras), testamentos, inventários etc (Marcílio, 1973).

De acordo com José Flávio Motta, o desenvolvimento da demografia histórica no Brasil trouxe a reboque uma benéfica abertura de novas linhas interpretativas, em grande medida revisionistas, especialmente sobre as teses do “sentido da colonização”. As abordagens inovadoras foram potencializadas pela infinidade de fontes documentais primárias utilizadas pelos pesquisadores que, com diferentes formações, buscaram

² Sérgio Odilon Nadalin expôs concepção alternativa calcada na distinção entre uma demografia “pura” e uma demografia mais afeita à subjetividade das ciências sociais (Nadalin, 1994).

³ Trabalho originalmente publicado na França em 1967 com o título *La ville de São Paulo: peuplement et population, 1750-1850*. Sem reduzir em nada a importância da publicação em português do referido estudo para a afirmação e difusão da demografia histórica no Brasil, Iraci del Nero da Costa pontuou importantes pesquisas que antecederam o trabalho de Maria Luiza Marcílio e que, em seu entendimento, trataram de aspectos acerca da mobilidade social, econômica ou espacial dos grupos populacionais estudados, elementos caros a toda investigação de demografia histórica (Costa, 2011, p. 381-384).

recuperar os mais variados aspectos das populações do passado brasileiro (Motta, 2001, p. 473-474). O autor destacou três grandes temas impactados pelas contribuições da demografia histórica no Brasil. As estruturas familiares e domiciliares passaram a ser compreendidas de forma mais complexa. Entre diversos outros aspectos, os estudos trouxeram elementos que apontaram a pouca expressividade da família patriarcal e atestaram a grande incidência das famílias extensas. Contudo, destacaram que esse tipo de organização familiar não foi frequente somente entre a elite, sendo constatado também nos demais segmentos socioeconômicos (Motta, 2001, p.477-483). Outro campo temático destacado por Motta que foi impactado pelos achados da demografia histórica foi a estrutura da posse de escravos. Entre diversos outros aspectos, os estudos destacaram a disseminação dos pequenos proprietários de cativos em diferentes tempos e espaços e em áreas com tipos diversos de formações socioeconômicas. Mais do que isso, muitas outras características demográficas das populações cativas foram abordadas e cruzadas, tais como sexo, idade, estado conjugal, ocupação, cor e naturalidade (Motta, 2001, p. 184-189). O terceiro eixo temático que se beneficiou com as contribuições das pesquisas de demografia histórica foi a própria demografia da escravidão. Entre outros aspectos, alcançou-se outro entendimento acerca da família escrava e os impactos das diferentes atividades econômicas e do maior ou menor impacto do tráfico internacional e provincial de escravos sobre a organização familiar dos cativos (Motta, 2001, p. 489-496).

Não obstante os desafios que os pesquisadores da demografia histórica ainda tem por enfrentar,⁴ entendemos que a validade de seus pressupostos teóricos e metodológicos ainda se mantêm, dentro da acepção deste campo de pesquisa acima mencionada. Sendo assim, servimo-nos do aparato próprio deste campo de pesquisa para a elaboração desta tese, no que diz respeito aos objetivos da pesquisa, aos tipos de fontes selecionadas, aos procedimentos adotados para a coleta dos dados e a própria condução das análises.⁵

⁴ José Flávio Motta elencou alguns desafios que este campo de pesquisa ainda tinha por enfrentar no alvorecer do séc. XXI. Entendemos que os tópicos sugeridos pelo autor para o avanço da demografia histórica no Brasil ainda tenham validade, mesmo quase uma década e meia depois. Os principais pontos sugeridos por Motta foram a premente necessidade de tratamento e de divulgação das fontes primárias, a elaboração de trabalhos metodológicos de críticas aos documentos utilizados, a tentativa de construções teóricas mais abrangentes que busquem integrar organicamente os achados empíricos sobre as características demográficas vigentes no passado brasileiro, o cuidado com o excessivo afastamento da demografia formal e a tentativa de elaboração de um paradigma de interpretação alternativo ao criticado modelo pradiano (Motta, 2001, p. 497-499)

⁵ Após o citado artigo de José Flávio Motta se seguiu uma infinidade de outros estudos no campo da demografia histórica. De modo geral, ratificaram ainda mais os aspectos mencionados pelo autor.

O segundo pressuposto que assumimos tem relação com o debate historiográfico sobre a histórica econômica de Minas Gerais. Consagrados estudos sobre o passado brasileiro decretaram um cenário obscuro para província no momento em que a exploração aurífera deixou de assegurar os grandes lucros que gerou até boa parte do século XVIII. Celso Furtado afirmou que não foram criadas em Minas estruturas permanentes de atividades econômicas, desvinculadas das flutuações e das demandas externas. Neste quadro, caberia a região o papel de fornecedora de cativos, herdados da fase aurífera, para áreas mais dinâmicas (Furtado, 2004, p. 79-91). Embora poupando o sul de Minas como área de exceção, voltada para o desenvolvimento de atividades de agricultura e pecuária desvinculadas do mercado externo, Caio Prado Júnior se aproximou bastante da interpretação de Furtado. Afirmou que, no momento em que o produto básico de uma região, demandado pelas economias centrais, entrava em crise, toda a área que se estruturou em torno de sua exploração também seria levada a reboque. Minas Gerais pós-ouro não foi exceção (Prado Júnior, 1979, p. 56-65). Tais interpretações assumiram como elemento básico a integração da economia mineira (parte constituinte da economia colonial) ao sistema mercantilista dos países europeus e, portanto, voltada para objetivos exteriores, precipuamente a acumulação primitiva de capital nas metrópoles.

Somente a partir do final dos anos 1970 e, principalmente, na década de 1980, o quadro esboçado por Celso Furtado e Caio Prado Júnior passou a ser severamente questionado. A reboque de interpretações que ofereceram um modelo alternativo de interpretação sobre o passado brasileiro, o chamado sistema escravista de tipo colonial (Cardoso, 1979; Gorender, 1978), Maria Yeda Linhares publicou um pequeno artigo no qual chamou atenção para a necessidade de se estudar Minas Gerais sobre bases diversas. Defendeu que a província, bem como toda a Colônia, deveria ser analisada não somente com base em fatores e impulsos externos. Para Linhares, as pesquisas deveriam levar em conta o desenvolvimento de um sistema escravista de tipo colonial, surgido como anexo complementar do sistema produtivo europeu ocidental, que conheceu algum grau de autonomia em face das flutuações econômicas externas (Linhares, 1979, p. 147-171). A partir de então, a tese sobre a decadência da economia de Minas Gerais pós-ouro sofreu críticas contundentes, amparadas em sólido trabalho empírico. A região

Especificamente sobre a temática deste trabalho, muitas pesquisas se valeram dos pressupostos da demografia histórica para recuperar a composição da riqueza das populações de diversas regiões do Brasil pretérito. Analisamos boa parte destes estudos no primeiro capítulo da tese.

passou a ser alvo central das análises, visto ter sido detentora de especificidades e estímulos. O elemento exportação foi tangenciado em benefício do estudo das atividades de produção e comércio voltadas para o interior de Minas Gerais.

Roberto Borges Martins direcionou os debates para a questão do escravismo vigente em Minas Gerais. Com base em documentação censitária de 1840 e 1872, afirmou que, mesmo com o colapso da exploração aurífera, a região seguiu sendo grande importadora de escravos, aspecto que evidenciaria a persistência de atividades econômicas de certo vigor. Contudo, Martins inovou ao desvincular grandes fluxos de cativos com economias de exportação. Afirmou que teria se estruturado dentro das fronteiras de Minas uma economia “vicinal”, marcada, sobretudo, por uma produção essencialmente voltada para a satisfação das demandas internas da província (Martins, 1980). Neste cenário, embora os níveis de acumulação não tenham sido elevados, Martins afirmou que houve um grau de mercantilização que impediu o colapso das atividades econômicas em Minas Gerais e, portanto, a decadência completa da região. Dessa forma, o autor atenuou a perspectiva acerca de um cenário obscuro para a economia mineira pós-ouro.⁶

Seguindo tendência apresentada por Martins, Robert Slenes também abordou a economia mineira do século XIX em suas implicações com o escravismo. De modo geral, concordou com as conclusões do mencionado autor acerca de uma Minas Gerais oitocentista não estagnada economicamente (Slenes, 1985). Contudo, divergiu quanto aos fatores que afastaram a decadência. Na raiz do debate entre os autores estiveram diferentes formas de leitura e de interpretação das fontes documentais. Para Slenes, em diálogo direto com o primeiro dos trabalhos mencionados de Martins, a grande incidência de cativos em Minas Gerais não esteve respaldada em uma economia precipuamente voltada para o mercado interno e com reduzida capacidade para geração de excedentes e de acumulação (Slenes, 1985, p. 39-61). Para o autor, Martins se equivocou ao interpretar literalmente os dados oficiais sobre as exportações provinciais,

⁶ Posteriormente o autor retomou a discussão. Advertiu que o forte afluxo de cativos para Minas Gerais no século XIX não foi obra exclusiva de um único segmentos produtivo. Para Martins, foram vários os setores responsáveis pela elevada importação de cativos para Minas Gerais (entre 1800 e 1852 menor somente que o contingente de cativos destinado para o Rio de Janeiro, província que então passava pela expansão da cafeicultura para exportação). Atividades como mineração de ouro e de diamante, agricultura (tanto para exportação como voltada para a própria província), produção de subsistência, manufaturas de têxteis de algodão e de ferro, entre outras atividades geraram, em conjunto, demanda por braços cativos e absorveram os escravos que entraram na província. Além disso, atestaram a existência de uma economia mineira oitocentista diversificada e em ritmo de expansão. Quando houve a crise da mineração, teria se estruturado em Minas um comércio regional complexo e animado ao longo do Oitocentos, constituído por mercados razoavelmente importantes (Martins, 2002, p. 99-130).

na medida em que a referida documentação ignora os valores auferidos da extração de minérios. Além disso, também porque estavam sujeitos a corrupção e ao desleixo das autoridades responsáveis pela contabilidade. No entendimento de Slenes, a economia de Minas Gerais conheceu níveis de exportação bastante consideráveis, geradores de “efeitos multiplicadores” sobre o mercado interno provincial. A criação de porcos e a extração de diamantes foram os dois setores de exportação, ausentes dos dados oficiais, responsáveis pela relevância do setor exportador da economia mineira (Slenes, 1985, p.39-54). Desse modo, para este último autor, teria sido o setor exportador o “centro dinâmico” da economia mineira no Oitocentos. Embora não empregasse diretamente a maior parte da escravaria provincial, seus efeitos multiplicadores estimularam os demais segmentos produtivos que empregavam a fração majoritária dos cativos e, em última instância, impediram que a decadência se abatesse na região após o auge da exploração aurífera.

A interpretação de Douglas Cole Libby sobre a economia e o escravismo de Minas Gerais no Oitocentos se aproximou bastante da perspectiva geral esboçada nos trabalhos de Roberto Martins e de Robert Slenes, precipuamente no tocante a rejeição da tese sobre a decadência mineira pós-ouro. Amparado em farta documentação, Libby afirmou ter ocorrido em Minas no século XIX um singular processo de substituição das atividades mineradoras por um diversificado leque de outras atividades. O conjunto destas proporcionou a transformação da economia provincial. Uma das principais marcas desse processo foi a independência em relação às importações e o forte apego à escravidão (Libby, 1988). O autor não rejeitou as análises que apontaram a agropecuária como a principal atividade mineira após a retração da mineração. Contudo, destacou que surgiu em Minas Gerais pós-ouro um importante setor de transformação, cujos principais ramos foram a siderurgia, a mineração subterrânea e a produção têxtil. O autor caracterizou os três setores mencionados, em especial a mão de obra engajada em cada um deles. Destacou a grande presença de cativos, forma predominante de trabalho, nas atividades mais dinâmicas da economia mineira de então, definida pelo autor como uma “economia de acomodação”, processo gradual e paulatino de adaptação ao escasseamento do ouro e, mais tarde, ao colapso do escravismo (Libby, 1988, p. 30-42).

Conforme visto, foram elaborados na década de 1980 importantes trabalhos que questionaram a linha interpretativa que asseverava o colapso da economia mineira no Oitocentos. Amparados em farta documentação, destacaram que o cenário econômico da província não foi tão obscuro, sendo marcado pela forte presença de mão de obra

escrava, fator que foi compreendido como elemento cabal da relevância das atividades encetadas em Minas Gerais pós-ouro, e pelo reordenamento dos setores produtivos, em especial a agropecuária e as atividades de transformação. Nesse sentido, criticaram a historiografia que enxergava somente o movimento de circulação das mercadorias no sentido Colônia/Metrópole. Evidenciaram que este movimento de dava também organicamente na Colônia, no caso específico que abordaram, endogenamente em Minas Gerais, tendo sido capaz de propiciar processos de acumulação.

Posteriormente as contribuições de Martins, Libby e Slenes muitos outros trabalhos se seguiram ratificando não somente a existência endógena de atividades econômicas importantes em Minas Gerais no Oitocentos, como também a capacidade que tiveram de proporcionar acumulações internas e um significativo processo de retenção de cativos dentro das fronteiras provinciais.

A pesquisa de Mônica Ribeiro de Oliveira se inseriu na perspectiva aberta pelos estudos que criticaram a decadência pós-ouro. A autora se debruçou sobre os mecanismos de crédito e de financiamento no processo de gênese da cafeicultura mineira, mais precisamente em Juiz de Fora e entornos da Zona da Mata Sul de Minas Gerais (Oliveira, 2005). Sustentou que por trás da estruturação do sistema produtivo em questão esteve um movimento endógeno de acumulação na província, ainda que encetado em outras comarcas mineiras. Para Oliveira teria sido justamente o dinamismo do mercado de Minas Gerais o principal elemento que possibilitou o financiamento do núcleo cafeicultor mineiro. Afirmou que ocorreu neste caso uma conversão da acumulação mercantil em riqueza agrária. Teria se processado uma transposição dos recursos gerados na instância comercial, por parte de uma elite mercantil enriquecida, para a produção. O objetivo dos indivíduos que enriqueceram era a conquista de um novo status de grandes proprietários de terras (Oliveira, 2005, p.93-155).⁷ Alcançado o intento, passaram a buscar a preservação da hierarquia social. Destacou que a transferência do capital mercantil para a produção não obedeceu apenas motivações econômicas. No caso analisado, definido pela autora como uma sociedade pré-capitalista, os sistemas de crédito estavam impregnados por interesses de ordem não econômica (Oliveira, 2005, p. 217-248).

⁷ Mônica Oliveira replicou para o caso do surgimento da cafeicultura da Zona da Mata Mineira as linhas interpretativas que João Fragoso e Manolo Florentino desenvolveram tendo como foco a praça mercantil do Rio de Janeiro (Fragoso & Florentino, 2001). Para uma perspectiva crítica a esta interpretação ver artigo de Mariutti, Nogueról e Neto (2001).

Outro trabalho elaborado sobre o impacto das pesquisas que apontaram para algum grau de independência da economia de Minas Gerais no século XIX foi o estudo de Afonso de Alencastro Graça Filho. Com base na análise da economia mercantil de São João del Rei entre 1831 e 1888, o autor enfatizou a importância dos circuitos mercantis regionais internos ao território mineiro. Sugeriu que, após o declínio do ouro, houve uma “inversão dos fluxos mercantis”, processo pelo qual Minas Gerais deixou de ser região abastecida e passou a ser abastecedora. Graça Filho destacou que, embora as atividades de abastecimento que geraram acumulações de recursos na região tenham se potencializado após o declínio do ouro, surgiram anteriormente, como estratégia para participação nos lucros da mineração. Dessa forma, a estruturação de setores de abastecimento foi concomitante com a plenitude da mineração do ouro, exceção feita para os primeiros momentos da exploração aurífera.⁸ Para o autor, a substancial acumulação proporcionada pelo comércio mercantil de abastecimento, verificada em algumas praças mineiras, como foi o caso de São João del Rei, tornou possível o entendimento do sistema escravista da região. Sendo assim, afirmou que a economia mineira oitocentista possuiu o necessário dinamismo para manutenção, reposição e aquisição de escravos em níveis semelhantes aos verificados nas áreas voltadas para a exportação.⁹

Em linhas gerais, admitimos a hipótese de um mercado interno dinâmico nas Minas Gerais do Oitocentos, capaz de fazer circular eficientemente pessoas, ideias e, principalmente, mercadorias e que foi capaz de gerar acumulação. Contudo, não entendemos a questão de forma monolítica. Alguns circuitos envolveram áreas amplas, conectados, inclusive, com outras províncias. Outros ficaram circunscritos em espaços menores, como entendemos ter sido o caso de Santa Rita do Turvo. Nem por isso, deixaram de ser importantes para a compreensão da economia de Minas Gerais no

⁸ Nesse ponto Graça Filho concordou com trabalhos que destacaram o vigor de atividades como a agropecuária, mesmo no auge da mineração. Essas interpretações colocaram em xeque a ideia de uma extrema especialização em Minas Gerais em torno da mineração no final do século XVII e ao longo do XVIII. Destacaram as possibilidades de acumulação em outros segmentos produtivos (Almeida, 1994; Andrade, 1994; Chaves, 1995).

⁹ Mais recentemente, alguns trabalhos abordaram aspectos econômicos de Minas Gerais oitocentista, nem sempre tratando de regiões dinâmicas e sem se preocuparem destacadamente com as possibilidades de acumulação engendradas (Rezende, 2008; Tavares, 2013). Além destes, temos também os estudos que abordaram a riqueza em diferentes regiões mineiras no século XIX e que analisamos mais detidamente analisados no primeiro capítulo desta tese (Almico, 2001; Reis, 2005; Martinez, 2006; Chaves, 2012). Não obstante as nuances de cada trabalho, o problema da decadência não fez mais parte das questões tratadas, aceitando-se que existiram em Minas Gerais em diversas regiões, em diferentes graus, dinâmicas produtivas e mercantis endógenas à província.

século XIX. Com isso, a antiga tese da decadência mineira, que teria se seguido após o escasseamento da produção aurífera, não mais tem lugar na historiografia sobre o tema.

Conforme indicamos anteriormente, a documentação primordial desta pesquisa foi um conjunto de inventários *post-mortem*. Durante nossos trabalhos de pesquisa no Arquivo do Fórum Artur Bernardes na cidade de Viçosa/MG identificamos, para todo o período 1850/1900, um total de 445 processos. Contudo, nem todos puderam ser aproveitados, ou por estarem demasiadamente deteriorados, inviabilizando a leitura dos mesmos, ou por contarem com somente fragmentos do processo original, com ausência de partes fundamentais do documento. Nos casos dos inventários em que as páginas ausentes foram somente partes formais que não comprometeram sua leitura e entendimento, os dados dos mesmos foram incorporados na pesquisa.¹⁰ No total, a soma dos inventários utilizados foi de 399 processos, assim distribuídos pelo período considerado: 58 para 1850/59 (14,5% do total), 26 para 1860/69 (6,5%), 115 para 1870/79 (28,8%), 89 pra 1880/88 (22,4%) e 111 para 1889/1900 (27,8%). Conforme exposto, fica evidente que a amostragem é bastante desequilibrada entre os períodos considerados, tornando menos consistentes os dados para alguns recortes temporais, em especial para a segunda década em estudo.

Esta tese se divide em seis partes. Destacamos a literatura que abordou temática similar a que analisamos no primeiro capítulo. Enfocamos os estudos pioneiros, as metodologias empregadas, os recortes espaciais e temporais estudados e sintetizamos os principais resultados oferecidos pelos trabalhos selecionados. Sempre pertinente lembrar que, na impossibilidade de abordarmos toda a vasta produção sobre a temática

¹⁰ Em razão das questões acima mencionadas tivemos que descartar cinco processos da década de 1850/59, três para 1860/69, quatorze para 1870/79, nove para 1880/88 e outros quatorze para 1889/1900. Ao longo do texto não referenciamos a localização exata dos processos consultados (caixa e número do documento) tendo em vista que o acervo do referido arquivo está passando atualmente por um processo de higienização, identificação e catalogação de sua documentação. Anteriormente não contava com qualquer padrão de organização dos documentos guardados, condição que impôs muitas dificuldades para a localização e reprodução que fizemos dos inventários que utilizados na pesquisa. O projeto em curso foi uma iniciativa bastante louvável dos profs. Dr. Jonas Marçal de Queiroz e Dr. Fábio Faria Mendes, docentes do curso de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e visa justamente a eliminar os empecilhos que encontramos. Contudo, desde seu início, no ano de 2011, não obstante os grandes avanços realizados, enfrentou percalços de várias ordens (entre os quais financiamento, espaço físico adequado para o acervo e mão de obra qualificada). A organização do acervo do arquivo em questão faz parte de um projeto ainda mais amplo. Intitulado "Patrimônio Documental e Memória da Zona da Mata Mineira: Conservação Preventiva, Digitalização e Acesso Virtual dos Acervos da ESAV, Fórum de Viçosa e Casa Setecentista de Mariana", desde 2012 vinha sendo realizado pelo colegiado constituído pelos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ao longo dos trabalhos o projeto contou com financiamento do PROEXT (Programa de Extensão Universitária do MEC). Atualmente os trabalhos se desenvolvem com apoio financeiro deste mesmo programa e com coordenação exclusiva do professor Dr. Jonas Marçal de Queiroz.

discutida, a escolha dos trabalhos analisados, por mais que tenhamos tentando atribuir critérios minimamente precisos, sempre acaba tendo uma boa dose de subjetividade e arbitrariedade. De forma geral, optamos por apresentar e discutir as pesquisas que primeiro se ocuparam da temática da riqueza, aquelas que apresentaram alguma inovação metodológica ou que estudaram regiões com proximidade geográfica com a que estudamos. Buscamos também contemplar diferentes áreas do Brasil oitocentista. De modo geral, os trabalhos discutidos se encaixaram em ao menos um destes condicionantes. Conforme destacamos neste primeiro capítulo, os inventários *post-mortem* se constituíram na documentação básica utilizada pela historiografia que analisou a riqueza dos habitantes do Brasil pretérito. Em nosso caso não foi diferente. Em função disso, ainda nesta parte da tese, desenvolvemos um tópico de análise crítica dos inventários *post-mortem*, ainda que retomemos pontos precisos ao longo de todo o texto. Destacamos as potencialidades deste tipo de documentação e também as limitações que sua natureza impõe para o trabalho do historiador que opta por se debruçar sobre este tipo de fonte. Discutimos o problema da representatividade dos inventários em relação a população total de uma localidade, a questão dos preços apresentados para os bens arrolados e o problema do inventário como retrato de um momento estanque, o da morte, dentro da trajetória de vida de um indivíduo.’

Dedicamos a segunda parte da tese para a apreciação específica da localidade tratada, Santa Rita do Turvo. Com o auxílio de outros tipos de documentação, recuamos no tempo e buscamos recompor um pouco da história da região nos momentos próximos ao de sua formação. Além disso, nos esforçamos para delimitarmos minimamente os contornos espaciais da região que analisamos, atribuindo algum grau de historicidade para o recorte proposto. Contudo, enfrentamos diversos obstáculos derivados dos limites das informações disponíveis e do problema das delimitações jurisdicionais no século XIX. Utilizamos, além de uma parcela dos inventários pesquisados, a lista nominativa da localidade elaborada na década de 1830, os Registros Paroquiais de Terras do decênio de 1850 e o Recenseamento Geral do Império, realizado no ano de 1873 em Minas Gerais.

No terceiro capítulo passamos a apresentar e analisar mais detidamente os dados extraídos na longa série de inventários dos habitantes de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Nesta parte oferecemos um panorama geral sobre a riqueza inventariada na localidade, precipuamente seus níveis de concentração e sua composição. Qual parcela estava nas mãos de cada um dos diferentes segmentos

socioeconômicos e quais opções de alocação de recursos estavam disponíveis para os indivíduos que viveram na localidade, e que foram acometidos pela morte dentro da baliza temporal que estabelecemos, foram os questionamentos norteadores. Definimos neste capítulo alguns parâmetros respeitados em todas as partes seguintes do trabalho: a segmentação dos inventariados por níveis de riqueza, a desagregação dos dados por períodos menores de tempo e a decomposição dos patrimônios em grupos de ativos. A concentração da riqueza em benefício de poucos e a elevada importância dos escravos e das propriedades imobiliárias foram aspectos marcantes na sociedade tratada.

Conforme os dados expostos e analisados no capítulo precedente, vimos que os escravos significaram parte importantíssima da riqueza dos inventariados da localidade. Em função disso, dedicamos o capítulo quatro do trabalho ao estudo da escravidão vigente em Santa Rita do Turvo entre 1850/88, com base nos registros dos cativos arrolados nos processos consultados. Analisamos alguns pontos consagrados pela historiografia que se dedicou ao tema da demografia escrava, tais como padrão de posse cativa, composição etária, distribuição por gênero e os preços. Embora com características diferentes daquelas notadas em centros agroexportadores ou urbanos, o vigor da escravidão se manifestou claramente, mesmo em uma região com uma formatação econômica direcionada para a produção de gêneros para mercantilização regional.

No capítulo cinco da tese direcionamos esforços para o estudo específico do grupo de ativos imóveis. Conforme evidenciado no capítulo terceiro, os investimentos em ativos imobiliários se configuraram em outra importantíssima possibilidade de alocação de recursos encetada pelos sujeitos que morreram e foram inventariados em Santa Rita do Turvo no período em questão. O estudo específico dos bens desta natureza foi bastante frutífero para a caracterização do cenário econômico da localidade. Além de analisarmos os níveis de concentração deste tipo de ativos, visualizamos também a disseminação das terras, casas e benfeitorias entre os inventariados da localidade. Em um segundo momento, estudamos em particular o principal tipo de bens imóveis, as terras. Acrescentando os informes sobre os estoques declarados na documentação compulsada, recuperamos também os principais gêneros cultivados pelos habitantes da localidade, tomados por sua disseminação e por sua importância relativa em termos de valores declarados. Caracterizamos então a estrutura fundiária e a paisagem agrária vigentes em Santa Rita do Turvo no período tratado.

Finalmente, no capítulo derradeiro da tese focamos nossas atenções no estudo específico das dívidas ativas, parte importante na composição da riqueza declarada nos inventários compulsados, somente atrás de imóveis e de escravos. Nesta parte analisamos ainda os registros de dívidas passivas declaradas na série de processos cotejados. Dessa forma, recuperamos então a participação dos inventariados no mercado de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, fossem como credores ou como devedores.

De modo geral, embora cada parte da tese também possa ser apreendida em separado, não pensamos em unidades autônomas, desarticuladas entre si. Pelo contrário, buscamos estabelecer um diálogo permanente, entendendo cada capítulo como pré-requisito básico para o seguinte, de modo que, ao final, esteja formado um painel integrado dos diversos aspectos abordados sobre a demografia, a escravidão, a riqueza e o mercado de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.

Sustentamos que os dados exibidos e analisados no decorrer desta tese atestaram que o cenário econômico da localidade em tela no período 1850/1900 não foi afetado por intercorrências advindas de contatos com outras localidades de economia mais desenvolvida. Contudo, isso não quer dizer que podemos desconsiderar os movimentos econômicos do cenário da localidade. Entendemos que a presença de consideráveis patrimônios, de uma escravidão vigorosa, de uma produção também voltada para mercantilização, de muitos indivíduos com participação ativa no mercado da localidade, impede que o cenário econômico de Santa Rita do Turvo no período analisado seja definido como atrofiado, irrelevante e imerso no marasmo. Ao longo de todo o recorte temporal tratado encontramos indícios que sugeriram exatamente o contrário. Em localidades com as características da que estudamos também existiram dinâmicas socioeconômicas próprias. Defini-las com base nas realidades passadas de localidades com outras características, significa tomá-las por aquilo que elas não foram, sendo, portanto, uma forma inadequada de abordá-las. Neste trabalho defendemos justamente o caminho oposto, ou seja, que localidades que não estavam inseridas em contextos urbanos adensados, que não foram áreas de desenvolvimento da agroexportação e que não estiveram inseridas em circuitos mercantis de grande escala, tenham reveladas suas lógicas próprias de funcionamento, em suas dinâmicas endógenas, sem que se pense sempre nos modelos vigentes em áreas de naturezas essencialmente diferentes. Isso porque em localidades como Santa Rita do Turvo uma grande parcela das populações

do Brasil pretérito vivenciaram suas experiências de vida, inclusive aquelas de espectro econômico, objetos precípuos desta pesquisa.

Capítulo 1

O estudo da riqueza como instrumento para análise das formações sociais e econômicas do passado brasileiro

1.1 - Introdução

Desde o pioneiro estudo de Alcântara Machado acerca da constituição dos patrimônios dos habitantes da São Paulo Colonial (Machado, 2006), muitos outros se seguiram abarcando temática similar. Outras regiões e períodos tiveram a composição e a evolução da riqueza de suas populações contempladas. Assim como o precursor estudo de Machado, as análises posteriores dedicadas a este tema fundamentaram-se principalmente em dados fornecidos por grandes séries documentais de inventários *post-mortem*, não obstante a aplicação de outros procedimentos metodológicos de pesquisa. Por sua natureza, este tipo de documentação permitiu que os pesquisadores acessassem os bens que constituíram os patrimônios dos indivíduos de diferentes espaços e tempos das sociedades pretéritas. Tomados em séries longas, mais do que evidenciar a riqueza privada de indivíduos particulares, os inventários permitiram perceber as mutações ou as permanências da composição da riqueza de um grupo de indivíduos constituintes de uma sociedade, oferecendo indícios capazes de iluminar alguns movimentos das conjunturas econômicas dessa sociedade.

Mais do que a mera circunscrição ao tema da riqueza propriamente, os estudos que contemplaram esta temática traçaram objetivos mais amplos: apreender as alterações e/ou as permanências experimentadas pelas organizações econômicas das sociedades em estudo, de forma mais geral, e dos indivíduos que as compunham, de modo mais particular. Aspectos que se manifestaram nas dinâmicas das formas de riqueza de cada sociedade e período. Ainda que pese o fato de serem estudados apenas os indivíduos que morreram e foram inventariados, aspecto que certamente confere limitações para os resultados de pesquisa,¹¹ estudar a composição e a evolução da riqueza de parte dos indivíduos de uma sociedade permite ao menos uma aproximação geral acerca dos principais movimentos conjunturais da economia da localidade na qual estes estavam inseridos. Os inventariados, ainda que não constituam uma amostragem

¹¹ Retomamos esta questão no desfecho deste capítulo.

“perfeita” de uma população, decerto também não eram elementos estranhos no cenário das sociedades estudadas. Destas participaram fazendo parte das vivências socioeconômicas encetadas. O tipo de atividade predominante, a dimensão e o direcionamento dos fluxos mercantis, ou até mesmo se estes existiram, os níveis de acumulação de riqueza possíveis, sua concentração, a valorização de determinados artigos e a depreciação de outros, o tipo de mão de obra vigente, as culturas predominantes são alguns dos vários aspectos que as análises da composição e da evolução da riqueza dos inventariados de uma sociedade permitem esquadriñar. Entendemos que a apreciação de todos estes aspectos resulta em uma caracterização geral do tipo da que aludimos anteriormente, na qual aspectos fundamentais da caracterização da economia de uma localidade podem ser revelados, ou, na pior das hipóteses, pelo menos sugeridos.

Antes de nos ocuparmos diretamente com o estudo da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, e de outras questões daí derivadas, nesta primeira parte do trabalho buscamos recuperar alguns dos principais estudos acerca da temática proposta dentro da historiografia brasileira. Obviamente que não pretendemos esgotar todos os estudos. Tomamos alguns trabalhos em caráter de amostragem, selecionados a partir de critérios diversos, tais como proximidade cronológica e espacial com o tempo e o espaço que analisamos nos capítulos seguintes, inovações metodológicas propostas, alcance das contribuições historiográficas e, principalmente, adoção do estudo da riqueza como aspecto central. Basicamente foram estes os parâmetros que nortearam as escolhas que fizemos, tendo em vista a impossibilidade de recuperarmos a totalidade dos estudos já realizados no âmbito da temática que abordamos. Conforme evidenciamos, foram vários os espaços e recortes temporais estabelecidos, os objetivos traçados, os procedimentos metodológicos aplicados, bem como o alcance e a abrangência dos resultados obtidos. Contudo, algo comum nos trabalhos discutidos foi a base documental que serviu como fonte para a obtenção de dados: longas séries de inventários *post-mortem*. Tratamos também deste tipo de documentação neste primeiro capítulo. Procuramos analisá-los criticamente, destacando algumas das principais possibilidades e limites que sua utilização impõe ao pesquisador.

1.2 - Os estudos pioneiros

Em *Vida e morte do bandeirante*, Alcântara Machado utilizou cerca de quatrocentos e cinquenta inventários *post-mortem* que permitiram analisar a vida material da São Paulo Colonial, em especial daqueles homens que se embrenharam interior a dentro e se aventuraram no desbravamento das áreas habitadas por grande contingente indígenas, os bandeirantes (Machado, 2006). Nas páginas iniciais de sua obra, lançada originalmente em 1929, Machado fez um verdadeiro libelo contra o tipo de historiografia então em voga. Afirmou que “Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas” (Machado, 2006, p.29). O fator que lhe permitiu ultrapassar esta perspectiva tem relação direta com as características da documentação consultada, os inventários *post-mortem*. Para o autor, dada sua natureza, este tipo de documento possibilitaria “(...) reconstituir generoso manancial de notícias relativas à organização da família, vida íntima, economia e cultura dos povoadores e seus descendentes imediatos (...)” (Machado, 2006, p.30). Em outra passagem, bastante saborosa, reafirmou a pertinência da utilização dos inventários: “Viver alguns instantes com os mortos de que vimos, entre as coisas que os cercavam, é a volúpia a que nos convidam essas folhas rebarbativas, desmanchadas em poeira ou mosqueadas de bolor” (Machado, 2006, p.35). Evidencia-se, portanto, o caráter inovador da obra de Machado no tempo em que foi escrita, período ainda marcado por práticas historiográficas que privilegiavam o estudo dos grandes feitos e dos grandes homens. As vivências cotidianas experimentadas pelos indivíduos comuns, como os bandeirantes pobres, ainda eram pouco conhecidas, reflexo do tipo de historiografia ainda vigente nas primeiras décadas do século XX.

Da análise empreendida por Alcântara Machado emergiu uma sociedade paulista dos dois primeiros séculos marcada essencialmente pela pobreza material, distante de qualquer indício indicativo de conforto, requinte, luxo ou riqueza. Em muito este cenário resultava da situação específica do meio em que habitavam, marcado que foi pelo desconhecimento e aspereza do território e pelos conflitos contra os gentios da terra, e da pré-condição dos indivíduos que se aventuraram no desbravamento do interior paulista: “Entre eles não há representantes das grandes casas peninsulares, nem da burguesia dinheirosa (...) Outros, a imensa maioria, são homens do campo,

mercadores de recursos limitados, artífices aventureiros de toda a casta, seduzidos pelas promessas dos donatários ou pelas possibilidades com que lhes acena o novo continente” (Machado, 2006, p.40).

Da conformação própria do tempo e do período analisado em *Vida e morte do bandeirante*, séculos XVI e XVII, saltam duas importantes diferenças relativas aos inventários *post-mortem* estudados por Machado em comparação aos que, posteriormente, a historiografia mais utilizaria. Nos processos paulistas analisados referentes aos primeiros tempos da colonização da região, na maior parte dos casos, “terras e chãos” não eram avaliados e tampouco repartidos. Após ponderar algumas prováveis explicações, o autor argumentou que não eram avaliadas simplesmente por não alcançarem importância significativa naquela sociedade, em grande parte devido a sua abundância, exceção feita àquelas terras que, por algum condicionante específico (que poderia ser bastante subjetivo, a depender dos avaliadores), atingissem alguma relevância (Machado, 2006, p.40-41). Também aos indígenas reduzidos ao cativeiro não eram atribuídos preços nos processos de inventário do período, não obstante constituírem mão de obra valiosa e de serem partilhados pelos herdeiros. Por determinação da Coroa, até o final do século XVII, não poderia haver avaliação das “peças de serviço” à maneira dos outros bens (Machado, 2006, p.42-43). Salvas as reparações acima estabelecidas, os inventários analisados por Machado aproximam-se bastante da formatação dos processos relativos aos séculos XVIII e XIX, ressalvas feitas para uma ou outra pequena variação regional, muitas vezes de simples terminologias, que não atingiram importância estrutural.

No entendimento de Alcântara Machado, o padrão da riqueza dos habitantes da São Paulo Colonial refletiu o cenário econômico vigente na região naquele momento. Embora a situação tenha se modificado um pouco com o alvorecer do século XVII, somente a partir do Setecentos é que se manifestou alguma riqueza na região. Nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa na América, os inventariados estudados pelo autor não possuíam patrimônios de grande monta. A maioria dos processos indicava uma quase que completa carência de bens e de cabedais apreciáveis. Somente 5% dos processos seiscentistas denotaram algum grau de abastança (o autor não deixa claro aquilo que define por abastança). Mesmo entre os membros mais ilustres daquele tempo e lugar os escassos bens predominavam (Machado, 2006, p.39-48).

Não obstante o pioneirismo de *Vida e morte do bandeirante*, o tom das análises posteriores sobre riqueza com base na recuperação de longas séries de inventários *post-*

mortem foi dado por Zélia Cardoso de Mello, muitas décadas mais tarde, em *Metamorfoses da Riqueza*. Já em outro contexto de produção historiográfica, marcado, entre outros aspectos, pelos diálogos com diferentes áreas do conhecimento, a abordagem qualitativa da documentação, uma das marcas substanciais da análise de Machado, foi substituída por procedimentos metodológicos de quantificação dos informes coletados, o que não implicou uma rejeição em torno da análise qualitativa dos dados (Mello, 1990). A autora traçou como objetivo amplo do estudo apreender, dentro do processo de transformação social impulsionado pela cafeicultura, que culminou com o surgimento de uma economia exportadora capitalista, as novas formas de riqueza social na São Paulo da segunda metade do Oitocentos, especificamente entre 1845/95 (Mello, 1990, p.26-29).

A lavoura cafeeira era a atividade responsável pelo dinamismo da economia paulista no início da segunda metade do século XIX. Este foi o ponto de partida cronológico adotado por Zélia Cardoso para o estudo das formas de riqueza e suas mutações até o final do Oitocentos. Em seu entendimento, as alterações refletiram as profundas transformações pelas quais passava a região estudada e representaram o momento de passagem de uma economia mercantil-escravista para uma economia exportadora capitalista. A autora estabeleceu então três eixos de análise: estudo dos traços sociais dos proprietários, os tipos de ativos componentes da riqueza e a natureza do movimento de modificação estrutural desta riqueza (Mello, 1990, p.65-66).

O número total de inventários para o período não foi integralmente considerado nos cálculos da autora. O método de Zélia Cardoso consistiu na agregação de todos os bens de indivíduos falecidos em um determinado ano ou subperíodo, excluídos aqueles proprietários de patrimônios diminutos, com baixo nível de riqueza e sem diversificação de bens. Considerou os dados de 746 processos. Deste modo, estabeleceu a riqueza de ano após ano, resultante da soma dos bens possuídos por todos os falecidos inventariados em um dado ano. Com base neste procedimento a autora reconstituiu o movimento da riqueza inventariada no tempo. Zélia Cardoso desagregou os patrimônios em uma variedade de oito grupos de ativos: imóveis, animais, escravos, utensílios e máquinas, valores mobiliários (ações e dinheiro), plantações, dívidas e outros (Mello, 1990, p.71-72).

Ao final, ao longo das transformações vivenciadas por São Paulo na segunda metade do XIX, potencializadas pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira, Mello verificou que este processo impactou decisivamente as formas de composição da

riqueza dos indivíduos mais abastados que foram inventariados. Abriram-se novas possibilidades de investimento. Estas mudanças podiam ser sintetizadas em um crescimento da participação de ações e imóveis, a riqueza nova, em contrapartida com a diminuição da participação relativa do montante aplicado em escravos, principal ativo que caracterizava a riqueza velha ou tradicional (Mello, 1990, p.63-104). Na década de 1850 a ordem de importância dos ativos era escravos, dívidas ativas e imóveis. Pouco antes do final da escravidão, no intervalo 1881/87, o quadro alterou-se bastante. Imóveis, dívidas ativas e valores mobiliários (ações, apólices etc.) se tornaram os itens mais representativos da riqueza dos inventariados analisados. Outrora elemento mais importante, o grupo de ativos escravos desapareceu do topo dos componentes mais significativos. No final do período analisado, 1888/95, os grupos de ativos com maior relevância se mantiveram, havendo apenas uma troca de lugares: imóveis, valores mobiliários e dívidas ativas (Mello, 1990, 81-104).

Em contraposição ao estudo de Machado para os dois primeiros séculos da colonização de São Paulo, a análise de Zélia Cardoso evidenciou uma riqueza de maior monta, com uma composição mais diversificada, que paulatinamente expressava o crescimento de categorias de ativos mais propriamente capitalistas e vinculados a economias de maior vigor e dinamismo, tais como ações e dívidas ativas. As diferenças entre a composição e o nível das riquezas inventariadas contempladas pelos dois trabalhos indicam de modo inequívoco as marcantes diferenças dos cenários econômicos de cada uma das sociedades contempladas, ainda que tomadas somente por seus indivíduos inventariados. Permitiram diferentes possibilidades de acumulação, alocação de bens e de estratégias de investimento para os habitantes que as compunham.

1.3 - *As transformações da riqueza em localidades de desenvolvimento da cafeicultura.*

Assim como os trabalhos supracitados, Renato Leite Marcondes analisou a composição e a evolução da riqueza em uma região do território paulista (Marcondes, 1998). A localidade de Lorena, situada no Vale do Paraíba, não escapou ao quadro geral da região. Ocupada e explorada desde a segunda metade do século XVIII, seus primeiros tempos foram marcados pela atividade de cultivo da cana de açúcar. Porém, a partir do início do século seguinte, a lavoura cafeeira tornou-se a principal atividade da maioria dos habitantes da região. O cultivo da rubiácea em larga escala proporcionou a Lorena, assim como para várias localidades situadas em seu entorno, um expressivo crescimento econômico e social (Marcondes, 1998, p.10). Uma vez mais, a dinâmica da transformação do cenário econômico da localidade foi apreendida por meio da caracterização da riqueza de parte de seus habitantes, o grupo de faleceu e que foi inventariado.

Do ponto de vista metodológico o estudo de Marcondes trouxe significativa inovação. Na primeira parte, aquela voltada para a caracterização da região desde o final do século XVIII, o autor utilizou os dados das listas nominativas dos habitantes da localidade. Entretanto, como estas somente estão disponíveis até o ano de 1829 (exceção feita para um ano da década de 1830, mesmo assim com um nível de qualidade inferior), deste ano em diante Marcondes estabeleceu um cruzamento da lista nominativa de 1829 com os inventários da localidade posteriores a esta data (Marcondes, 1998, p.90-91). Pautado por este procedimento o autor conseguiu identificar cento e oitenta e seis indivíduos, presentes na dita lista e com inventários abertos na localidade até o ano de 1879. Vale lembrar que a metodologia aplicada por Marcondes somente foi possível em função da boa qualidade das listas nominativas paulistas, ricas em informes, tanto demográficos como também da produção dos indivíduos listados.¹²

Se até então as pesquisas acerca da riqueza das sociedades pretéritas lastrearam-se em fontes documentais de mesma natureza, os inventários, o estudo em questão

¹² Além do citado trabalho de Marcondes, os informes disponíveis nas listas nominativas das localidades de São Paulo, que na época incluía o atual Paraná, serviram de base para diversas outras consistentes pesquisas, entre as quais Luna & Costa (1983), Gutierrez (1987), Motta & Nozoe (1994), Motta (1999) e Motta & Marcondes (2000).

acrescentou outro tipo de documentação. Sem abandonar a utilização do rico manancial de informações contidas nestes processos, Marcondes identificou, pelo cruzamento das fontes, dois momentos do processo de acumulação de riqueza de alguns indivíduos da localidade, identificados entre 1829 e o ano em que faleceram. Não escapou ao autor o reconhecimento de que o escopo da análise restringiu-se a um segmento específico da população, aqueles que morreram e foram inventariados, e que não necessariamente representavam o padrão do conjunto da população (Marcondes, 1999, p.90-93).

Além da grande desigualdade da distribuição da riqueza, praticamente 90% dela concentrava-se nas mãos do seguimento mais abastado, que representava 16,7% dos inventariados (Marcondes, 1998, p.130), o autor constatou que os principais ativos que compunham a riqueza dos indivíduos analisados eram dívidas, escravos e imóveis. Entretanto, esta configuração alterou-se quando observados os indivíduos segmentados por faixas de riquezas. Aqueles com bens totais inferiores a £ 500 concentraram seu patrimônio em imóveis, escravos e dívidas ativas, nessa ordem. Os inventariados com riqueza entre £ 501 até £ 1.999 em escravos, imóveis e dívidas (constatou praticamente um empate entre a representatividade dos dois primeiros itens). Por fim, os mais ricos, com posses superiores a 2.000 libras, concentraram quase três quartos da riqueza em dívidas ativas, seguidas por imóveis e escravos. Com o avançar do século, a análise da composição da riqueza permitiu verificar o decréscimo geral de escravos e imóveis e o movimento inverso das dívidas. Mais do que isso, o método de cruzamento de fontes utilizado por Marcondes permitiu constatar que, no intervalo 1829/79, aqueles indivíduos que se mantiveram como cafeicultores apresentaram uma riqueza superior quando comparados com os que abandonaram ou não ingressaram nesta atividade, não obstante os níveis gerais de riqueza terem se elevado, quaisquer que fossem os grupos enfocados. Em suma, Marcondes percebeu, pelo estudo da composição e da evolução da riqueza inventariada em Lorena entre 1829/79, todo o dinamismo trazido pelo incremento da atividade de produção do café, responsável por uma profunda transformação socioeconômica da localidade, visualizada principalmente pela elevação dos níveis de riqueza, em especial dos cafeicultores, e pela diversificação da composição dos patrimônios inventariados (Marcondes, 1998, p.130-164).

Como pudemos apreender das análises de Zélia Cardoso e de Renato Marcondes, o abrupto desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo foi responsável por profundas transformações nas localidades que conheceram este processo, percebidas pelas mutações da riqueza de seus indivíduos inventariados.

Contudo, este processo foi válido tanto para aquelas áreas nas quais o avanço da rubiácea se deu mais prematuramente como também naquelas em que seu desenvolvimento foi posterior. Entre estas últimas enquadra-se a localidade de Ribeirão Preto. Luciana Suarez Lopes estudou as estratégias de alocação da riqueza dos habitantes inventariados da localidade na segunda metade do século XIX, momento em que se desenvolveu o cultivo do café na região, fator responsável por promover profundas transformações na localidade. Baseou-se fundamentalmente em um conjunto formado por quatrocentos e cinco inventários *post-mortem*. Uma vez mais, a análise da riqueza inventariada configurou-se em um instrumento através do qual foram apontadas as transformações sociais e econômicas em curso no período e na localidade em questão (Lopes, 2005).

Na tentativa de melhor apreender o desenvolvimento do café na região, Luciana Suarez Lopes estabeleceu uma periodização, baseada em procedimentos sugeridos por Iraci del Nero da Costa, subdividida em quatro momentos. O período de introdução da nova cultura por pequenos proprietários estendeu-se entre 1849-1869. O segundo estágio marcou a difusão, período em que a cultura se mostrava promissora, desenvolvida tanto por habitantes naturais da localidade como por outros atraídos pelo seu sucesso. Foi subdividido em dois pela autora, entre 1870-79 e 1880-88. Finalmente, a consolidação, momento no qual as transformações estruturais ocasionadas pela cafeicultura apareceram solidificadas, estendeu-se entre 1889 e 1900. Luciana Suarez segmentou também os inventariados em seis faixas de riqueza. Deste modo analisou detidamente a alocação dos bens em cada um dos ditos momentos em cada um dos grupos, procedimento que permitiu-lhe identificar gradativamente as transformações proporcionadas pela cafeicultura em cada uma de suas fases de desenvolvimento e os efeitos deste processo sobre os diferentes níveis de riqueza. (Lopes, 2005, p.53-56).

Para o período da introdução do café em Ribeirão Preto a autora enfrentou um problema adicional, a reduzida amostragem de inventários (somente dezessete processos), o que certamente afetou o alcance de suas análises concernentes a este primeiro momento. Neste intervalo inicial os recursos estiveram concentrados em terras e escravos. No momento posterior, 1870/79, Lopes afirmou que a localidade se apresentava mais desenvolvida. Além de agricultores e criadores, habitavam a região no período em foco alguns comerciantes e profissionais liberais. Entretanto, a composição dos bens mostrou-se bastante próxima ao período anterior, com terras e escravos como os bens mais representativos. Ainda que os indícios da presença do café tenham sido

mais recorrentes, a produção da rubiácea ainda não tinha modificado os padrões gerais de acumulação e distribuição dos patrimônios observados no período anterior, ficando algumas mutações concentradas somente no ainda reduzido grupo de produtores de café. A observação dos bens dos cafeicultores revelou uma tendência de concentração de recursos nos bens imóveis, em razão dos elevados valores que alcançaram, e demais itens relacionados ao café. Tendência esta que se acentuaria nos períodos subsequentes (Lopes, 2005, p.57-79).

Na década de 1880 a atividade pecuária, até então predominante, passou a mostrar indícios de enfraquecimento tendo em vista ao avanço do café. Mudanças tornaram-se mais perceptíveis, com elevação da participação de bens imóveis, 56,3%, e redução dos escravos, 15,2%. Por fim, no quarto período, potencializaram-se as transformações em curso, com o café já consolidado como atividade principal e o escravo não constituindo mais um grupo de ativos. Os imóveis passaram a representar 71% do patrimônio inventariado. Os níveis de riqueza e de concentração elevaram-se, evidenciados pela menor participação de inventariados no patamar mais baixo de riqueza e aumento daqueles estabelecidos no nível mais elevado. Este movimento ficou mais acentuado quando a análise se restringiu aos inventários dos produtores de café, revelando uma relação direta entre cafeicultura e elevação do padrão de riqueza (Lopes, 2005, 53-106).

Em suma, Luciana Suarez Lopes analisou o processo de transição de uma localidade inicialmente dedicada à criação e ao cultivo de gêneros alimentícios para uma localidade bastante mais dinâmica, voltada para a produção para exportação. Neste cenário “O café teve papel de extrema importância na elevação dos níveis e formas de alocação da riqueza em Ribeirão Preto, sendo, inclusive, o responsável direto pelo enriquecimento de diversas famílias e indivíduos” (Lopes, 2005, p.248). A dinâmica destas mutações impactou decisivamente nas estratégias de alocação da riqueza dos inventariados da localidade. Esta se tornou, em um espaço temporal de meio século, um dos mais dinâmicos pólos de produção de café do Brasil na virada dos séculos XIX para o XX.

Como fica evidente pelos estudos apresentados e analisados, a província de São Paulo constituiu-se em palco privilegiado das pesquisas sobre o tema. Exceção feita ao primeiro, os outros se ocuparam em desvendar as transformações das estruturas sociais e econômicas das localidades em foco durante períodos, digamos, excepcionais, quando do advento de uma nova situação responsável por originar, ou pelo menos potencializar,

transformações substanciais. A atividade cafeeira em larga escala constituiu-se no fato novo. Para atingir um objetivo mais amplo, entender as transformações em curso, lançaram mão da análise da riqueza nestas sociedades, apreendidas pelos patrimônios dos indivíduos que foram inventariados.

Todavia, além de zonas cafeeiras paulistas, outros espaços com dedicação ao mesmo cultivo também tiveram a riqueza inventariada em perspectiva. Para Minas Gerais, em especial no século XIX, alguns pesquisadores debruçaram-se sobre questões semelhantes às aquelas enfrentadas pelos estudos anteriormente abordados. Rita de Cássia da Silva Almico compartilhou ainda a perspectiva de estudar a riqueza em uma região alvo de transformações decorrentes do processo de gênese e incremento da lavoura cafeeira (Almico, 2001). Mais precisamente, buscou entender as transformações ocorridas com a riqueza pessoal em Juiz de Fora entre 1870 e 1914, localidade situada na Zona da Mata Mineira, em sua porção sul. Embora a autora tenha afirmado que estudou a riqueza pessoal na localidade, seu estudo permitiu entender um cenário social e econômico mais amplo. Dentro do escopo de transformações ocorridas pré e pós a abolição, com base na análise de uma pequena parcela da população, os inventariados, objetivou a compreensão da transição da base agroexportadora para a urbano-industrial na localidade em tela.

Os procedimentos metodológicos aplicados por Almico foram diretamente inspirados no trabalho de Zélia Cardoso de Mello, anteriormente abordado. Deste modo, também excluiu de suas análises os processos que descreveram poucos bens. Estabeleceu como critério de corte a quantia de Rs 10:000\$000. Aqueles inventários que não apresentaram patrimônios totais superiores a este valor foram excluídos das análises. Mesmo assim restaram setecentos e sessenta e um processos que conformaram a base documental da autora. Foram separados em dois períodos, 1870/88 e 1889/1914 (Almico, 2001, p.59-60). Importante ter em vista que com a aplicação desta metodologia a autora estudou os mais abastados dentro de um estrato já privilegiado do ponto de vista material, os inventariados. Acrescido ao fato de que o estudo dos inventários somente permite conhecermos o patrimônio de uma parte dos indivíduos que faleceram dentro do recorte temporal estabelecido, a opção da autora certamente reduz ainda mais o alcance de suas afirmações para a sociedade como um todo, obviamente não as inviabilizando.

Almico afirmou que, para o primeiro período analisado (1870/88), a riqueza concentrava-se principalmente no meio rural, sendo seus principais ativos os escravos

(um quarto de toda a riqueza), as dívidas ativas (17,44%) e o café (16,28%) (Almico, 2001, p.59-98). Destes percentuais pudemos depreender que Almico abordou a localidade em tela em um momento no qual as transformações potencializadas pelo cultivo do café em larga escala já estavam ocorrendo, diferentemente dos trabalhos para Ribeirão Preto e Lorena supracitados. Todavia, sua análise do evoluir da riqueza evidenciou uma potencialização das tendências em curso.

Constatamos outra marcante diferença entre os trabalhos quando observamos o percentual de participação na riqueza do grupo de ativo escravos. Diferentemente dos casos paulistas de incremento da cafeicultura, nos quais os habitantes inventariados se anteciparam à abolição, optando por alocar seus recursos em outros tipos de bens, no caso de Juiz de Fora mantiveram expressivas parcelas de suas riquezas alocadas em cativos até os momentos finais da escravidão. Na década da abolição uma parcela de 16% de toda a riqueza dos inventariados juizforanos consistia em escravos (Almico, 2001, p.105-125). Apesar de os principais ativos que compunham as fortunas inventariadas na localidade mineira já se encontrarem, neste primeiro período, direta ou indiretamente ligados à economia cafeeira (mão de obra, terras, o próprio café, dívidas e títulos), a autora afirmou que a riqueza acumulada no cultivo da rubiácea abriu a possibilidade para que os membros partícipes desta atividade enriquecessem muito, passando a diversificar seus investimentos ainda mais (Almico, 2001, p.59-98).

Não obstante a manutenção de altos padrões de concentração da riqueza, Almico afirmou que, se no período que vai de 1870 até 1888 os ativos com maior destaque no montante da riqueza em Juiz de Fora eram escravos, café e terras, com destaque para o crescimento das dívidas ativas no final do período, no pós-abolição o quadro se apresentou diverso. Terras, casas, dívidas ativas e títulos se tornaram os principais ativos constitutivos da riqueza dos inventariados. Itens que não apresentavam grande participação passaram a se destacar, como, por exemplo, objetos pessoais e animais. O principal crescimento, no entanto, se observou nos ativos de ordem financeira: títulos, ações e dívida ativa. Em suma, a “dança da riqueza” assumiu inicialmente formas bastante tradicionais (escravos, café e dívidas ativas), movimentando-se para uma modernização e para novas relações sociais e econômicas, com o crescimento dos ativos terras e dívidas ativas. Almico reiterou que as mudanças ocorridas em Juiz de Fora no período analisado foram fundamentais para o entendimento das transformações na composição da riqueza entre os dois períodos analisados, estando ambos os fenômenos em compasso. A urbanização sofrida pela cidade e o aumento do dinamismo de sua

economia manifestaram-se na composição da riqueza dos indivíduos inventariados, especificamente com o aumento de ativos como casas, títulos, ações, dívida ativa e terrenos (Almico, 2001, p.99-132).

1.4 - O padrão e a composição da riqueza em algumas localidades de Minas Gerais no século XIX

Além do singular caso de Juiz de Fora, único pelo advento da cafeicultura na proporção que se deu na localidade, com reflexos nas estratégias de composição do patrimônio dos indivíduos pertencentes aquela sociedade, outros espaços mineiros tiveram a riqueza de seus indivíduos inventariados como alvo de investigação. Por conseguinte, tiveram seus cenários econômicos minimamente caracterizados. Áreas com outras formatações socioeconômicas, com perfis produtivos diferentes, espalhadas pelo território mineiro foram perscrutadas.

A localidade de Araxá, situada no extremo oeste de Minas Gerais, foi uma destas. Deborah Oliveira Martins dos Reis analisou a riqueza inventariada na localidade no longo período entre 1776/1888. Objetivou apreender as transformações sociais e econômicas evidenciadas pela composição e pelo evoluir da riqueza (Reis, 2005). Embora também tenha sofrido alterações no correr do intervalo abordado estas se deram em tons mais suaves e em espaço de tempo maior em comparação com Juiz de Fora. Isto porque foram consequências de aspectos diversos aos ocorridos na localidade anteriormente abordada. Araxá experimentou um processo gradual de mercantilização da economia local, oriundo do incremento da atividade pecuária e de produção de alimentos. Para estudar os níveis e a composição da riqueza que derivaram do evoluir econômico da localidade, a autora amparou-se em um conjunto de trezentos e quarenta e seis inventários. Foram selecionados somente os processos dos anos que terminaram em 6, 7 e 8 e não a totalidade dos documentos disponíveis, exceção feita pra o recorte 1776-1810, para o qual foram considerados todos os processos em função do reduzido número. Além dos inventários mencionados, Reis trabalhou ainda com outros sessenta e seis para o intervalo 1896-1898 (Reis, 2005). O espaço no qual está inserida Araxá constituiu-se em importante centro de agropecuária (chegando a ser um dos maiores centros de fornecimento de gado para o Rio de Janeiro no século XIX), razão de ser de seu surgimento.

Deborah Reis afirmou que com o passar do período estudado, aos pequenos cabedais verificados inicialmente somaram-se outros mais representativos, indicativos do aumento das fortunas na localidade. Atestou que a riqueza inventariada araxaense conheceu variações em sua concentração e composição, ainda que fortemente centrada em imóveis e escravos (Reis, 2005, p.6-9).

A autora compartimentou o longo período em estudo. A riqueza entre 1776 e 1810 foi caracterizada por patrimônios de reduzida monta e com pouca concentração. Estava alocada primeiramente em imóveis e, em segundo lugar, em cativos, grupo de ativos que tinha somente perto da metade da participação do ativo mais importante neste período inicial. Ressaltou a autora que a reduzida amostra de inventários para o período, somente dezesseis processos, limitou as possibilidades de aprofundamento da análise da riqueza no intervalo 1776/1810. Todavia, alguns apontamentos foram possíveis. Mesmo neste cenário modesto, afirmou ter existido uma produção de alimentos suficiente para gerar um excedente comercializável, ainda que localmente, assim como as criações. Nos patrimônios mais elevados constatou a preponderância dos bens imóveis. A participação deste ativo declinou quando observados os patrimônios mais reduzidos. Nesta faixa elevou-se a participação dos cativos quanto mais reduzidos foram os patrimônios, constituindo-se este grupo de ativo no principal componente dos bens destes indivíduos menos aquinhoados (Reis, 2005, p.10-44).

Para o período posterior, abordado em dois recortes, 1816/48 e 1856/88, a autora trabalhou com cinco faixas de riqueza. Da análise destes dois momentos emergiu uma forte concentração da riqueza inventariada, acentuada em alguns intervalos. Em comparação com o período anterior, a autora destacou a recorrência de patrimônios mais elevados, paralelamente ao movimento de concentração de riqueza nas mãos dos mais afortunados materialmente. Traçando comparação com o momento de formação da localidade, Reis atestou que, superada a fase de ocupação e povoamento, declinou a participação dos imóveis e, em contrapartida, elevou-se a participação dos escravos (Reis, 2005, p.65-109). A representatividade dos cativos na composição da riqueza somente foi superada pelos imóveis já no limiar da escravidão, 1886-88, com imóveis significando 53,8% e cativos 12% dos patrimônios. Uma vez mais percebemos o apego dos inventariados aos investimentos neste tipo de ativo até bem próximo da abolição (Reis, p. 65-109). Movimento semelhante também foi detectado por Almico para o caso de Juiz de Fora, mesmo sendo esta última uma economia bastante diversa de Araxá,

com maiores possibilidades de investimento em outros grupos de ativos (Almico, 2001, 102-105).

Em suma, Reis constatou uma forte concentração da riqueza inventariada entre 1816-20 e 1886-88. Esta estava intimamente ligada à concentração de cativos. Elevou-se o nível de riqueza acumulada, embora não de forma generalizada. Tal processo foi puxado pelas faixas mais elevadas de riqueza. Enquanto durou o trabalho compulsório, imóveis e escravos foram os principais ativos de alocação de patrimônio. Na primeira metade do século a prevalência foi dos imóveis, enquanto na segunda metade a riqueza em cativos foi majoritária. O fim do escravismo não potencializou novas formas de investimento, como ações e títulos públicos, por exemplo. A recorrência de dívidas ativas e passivas indicou a presença de algumas pessoas que ofereciam crédito, atividade necessária dentro de uma econômica em expansão. Por fim, as criações assumiram considerável relevância, indicando mercantilização desta atividade (Reis, 2005, p.100-109).

Embora ocorrida, a mudança pela qual passou a localidade de Araxá não se mostrou tão drástica e rápida quanto em localidades afetadas pelo abrupto desenvolvimento da lavoura cafeeira. Dada a natureza da localidade em questão, voltada para a pecuária e para a produção de gêneros alimentícios, com excedentes comercializáveis, tanto as mudanças do cenário econômico foram mais lentas como também os níveis de acumulação de riqueza foram menores quando comparados com as localidades direcionadas para produções de maior envergadura, em especial o café.

Situação diversa da constatada em Araxá ocorreu em outra localidade mineira ao longo do século XIX e início do XX. Na verdade, diferente de todas aquelas que até então repisamos. No vale do Paraopeba, região central de Minas Gerais, Claudia Martinez constatou um declínio dos níveis de acumulação de riqueza, reflexo de uma economia que perdeu dinamismo. A autora sustentou suas análises nos dados extraídos de um grande conjunto de setecentos e sessenta e um inventários *post-mortem*. Optou por considerar todos os processos que encontrou para a localidade, não estabelecendo nenhum critério de corte, fosse cronológico ou por nível de patrimônio (Martinez, 2006). Segundo a autora, a fiação e a tecelagem desempenharam um papel fundamental para o dinamismo da economia local no período escravista. Afirmou que o vigor da localidade manifestou-se na elevada presença de escravos e na constante circulação de mercadorias (tecidos, doces, queijos e rapadura), principalmente para o abastecimento do Rio de Janeiro e de outras partes do sudeste brasileiro. Constituiu-se na região uma

indústria têxtil artesanal com forte presença feminina. Contudo, no período pós-escravidão, vários fatores concorreram para a alteração do quadro de dinamismo, com destaque para a valorização das terras, o fracionamento das propriedades e a dispersão das grandes fortunas entre os herdeiros destas (Martinez, 2006, p. 78-88).

Processo inédito entre os anteriormente abordados, temos uma região que apresentou uma dispersão da riqueza no período pós-escravidão, expresso principalmente pela queda dos níveis de acumulação de riqueza. Para melhor expressar o movimento em questão, Claudia Martinez estabeleceu três faixas de fortuna, buscando entender as formas diversas com que o aludido processo ocorreu nos diferentes níveis de riqueza (Martinez, 2006, p.50). Sobre seu grupo A de patrimônio (com montes acima de Rs 10:000\$000), a autora afirmou que após a abolição este sofreu uma redução, tanto numérica quanto de participação relativa na riqueza dos inventariados da localidade. Concentravam em média 70% da riqueza ao longo do período escravista, sofrendo forte declínio que chegou ao ponto de, na segunda década do XX, nenhum monte se enquadrar mais neste segmento. Sobre o grupo B (com riqueza entre Rs 10:000\$000 e Rs 5:000\$000), destacou que era composto por médios proprietários de terras e escravos. O grupo C era formado pelos não escravistas e pelos pequenos proprietários (com patrimônios inferiores a Rs 5:000\$000), significando uma média de 70% da população inventariada ao longo de 1840/1914. Durante o escravismo, este segmento concentrou em média 15% da riqueza inventariada e conheceu movimento inverso ao experimentando pelo grupo A, ou seja, crescimento tanto numérico quanto de participação relativa na riqueza ao longo do período, notadamente pós-abolição (Martinez, 2006, p.116-130). Martinez desagregou os patrimônios inventariados em cinco categorias de bens: raiz, dívidas, escravos, animais e artefatos. Afirmou que até o fim do Império o ativo mais representativo eram os cativos, chegando a significar quase metade da riqueza, seguidos pelos bens de raiz, com aproximadamente 30%. A composição patrimonial do período republicano alterou-se. Com a ausência do ativo escravo, os imóveis passaram a liderar destacadamente, enquanto móveis (a autora chama de artefatos) e animais mantiveram-se estáveis (Martinez, 2006, p.116-173).

A natureza daquela sociedade pode ser expressa pela observação da participação dos escravizados na composição da riqueza. O grupo de ativo escravos representou a parte mais substancial dos patrimônios inventariados, conhecendo até mesmo um aumento de seu peso relativo ao longo do período analisado (1777/1887). Esta observação da autora se opõe à historiografia que aponta uma redução da participação

relativa dos cativos nos patrimônios com o avanço da segunda metade do XIX. Ainda em 1870/79, 45,5% da riqueza inventariada estava alocada em escravos. Na última década da escravidão, os cativos compunham praticamente 27% da riqueza total dos inventariados do Vale do Paraopeba (Martinez, 2006, p.146-147).

Diferentemente dos casos anteriormente analisados, a região em tela conheceu um processo de perda de vigor de sua economia, percebido, sobretudo pela queda dos níveis da riqueza, pelo menos a julgar pelo grupo de indivíduos falecidos e inventariados¹³. Naquela localidade de Minas, de acordo com Martinez, não existiram possibilidades, potencializadas por um dinamismo proporcionado por algum produto ou por um conjunto de atividades, que tenham possibilitado para os indivíduos investimentos em outros segmentos, tais como ações, títulos, imóveis e rendas diversas. Contudo, convém lembrarmos que no final do século XIX a moeda nacional sofreu forte desvalorização. Além disso, ocorreu o desaparecimento dos escravos enquanto ativos de riqueza. A autora em questão não deixou muito claro o seu entendimento sobre o efeitos destes fenômenos nos dados apresentados. Talvez por isso, atestou o empobrecimento da localidade.

Anteriormente, advertimos que um dos critérios que adotamos na seleção dos trabalhos que discutimos nesta primeira parte da tese foi a adoção da temática da riqueza como objeto central de análise. Contudo, contemplamos estudos que, além desta questão, tiveram outras preocupações concomitantes e complementares. Em um primeiro momento, o estudo da organização dos grupos sociais de Rio Pardo, situada no norte mineiro, entre 1830 e 1870, e a participação destes na dinâmica do poder local, materializada na presença dentro da Câmara Municipal da localidade, pode parecer estranho ao conjunto de trabalhos que vem sendo discutidos neste capítulo. Entretanto, assumindo tal pressuposto, Edneila Chaves descortinou o padrão e a composição da riqueza dos inventariados da localidade, segmentando-os em três grupos com base no montante de seus patrimônios. Seu objetivo mais amplo foi a análise da base material dos grupos sociais que se contrapunham no espaço decisório da localidade, em um cenário econômico caracterizado pela agricultura de consumo doméstico e pela pecuária, parcialmente comercializada, com a criação predominante de gado bovino (Chaves, 2012).

¹³ Mesmo a pobreza verificada por Alcântara Machado não decorreu de um declínio de uma estrutura econômica anteriormente vigente. A região já era pobre no início do período abordado e assim continua por dois séculos (Machado, 2006).

Para a autora o estudo da temática da riqueza, embora não tenha sido o objetivo último de sua pesquisa, serviu como elemento chave para identificar as hierarquias locais e estabelecer a participação dos diferentes grupos sociais na Câmara Municipal de Rio Pardo por meio da identificação de seus vereadores. Parte da base documental utilizada foi de natureza similar ao conjunto de trabalhos que abordaram a riqueza em outras localidades, sendo constituída por quatrocentos e um inventários *post-mortem* que cobrem o período 1833 a 1872. A autora trabalhou com a totalidade dos processos que encontrou (Chaves, 2012, p. 21-22). Em outro procedimento comum a todos os outros trabalhos abordados, Chaves segmentou os inventariados em três grupos de riqueza. O primeiro grupo, com patrimônio superior a Rs 10:000\$000 foi definido pela autora como possuidor de grandes fortunas, grupo A. O segundo segmento, com riqueza entre Rs 3:000\$000 e Rs 9:999\$000, possuía fortunas de faixa média, o grupo B. Por fim, os inventariados com monte mor inferior a Rs 2:999\$000, possuidores de pequenas fortunas, constituíram o grupo C. A autora sustentou que na sociedade analisada o poder econômico, social e político estava nas mãos dos mais ricos proprietários de escravos, de terras, de animais e da oferta de crédito, justamente o grupo A. A Câmara Municipal era o espaço no qual o poder deste segmento se institucionalizava e se materializava, pois eram justamente os integrantes deste segmento que ocupavam seus cargos, em detrimento dos grupos médios e pobres, sub representados na Câmara (Chaves, 2012, p. 219-32).

Especificamente sobre a composição da riqueza inventariada, Chaves afirmou que os itens mais representativos foram escravos, animais, imóveis e dívida ativa. A autora ofereceu dados para os períodos 1833-52, 1853-72 e para os dois momentos agregados, 1833-72. Nos três recortes os cativos representaram pouco mais da metade de toda a riqueza inventariada, entre 51% e 55%. O segundo grupo de ativos em representatividade foi o dos animais, evidenciando a relevância dos rebanhos na estrutura econômica da região, que gravitou em torno de 20% de participação na riqueza inventariada. Os bens de raiz, terceiro grupo de ativos, tiveram uma participação constante na casa dos 10% nos três recortes temporais. As dívidas ativas significaram pouco mais de 5% no primeiro momento. Subiram para cerca de 8% no segundo e para o período como um todo, o terceiro recorte, representaram praticamente 7% da riqueza inventariada. Os quatro principais grupos de ativos não trocaram de posição ao longo dos dois subperíodos estabelecidos (Chaves, 2012, p.160-165).

No entendimento da autora, o quadro acima delineado apontou para a manutenção do quadro econômico da localidade, sem alterações substantivas que interferissem nas opções de investimento, ou seja, na composição dos patrimônios inventariados. Contudo, entre o primeiro e o segundo períodos estudados, Chaves constatou a redução da concentração da riqueza na localidade, visto que o segmento mais pobre diminuiu, ao passo que os segmentos de fortuna intermediária e alta ganharam participação, dobrando de tamanho. Entretanto, no segundo período, todos os grupos conheceram níveis de riqueza abaixo dos grupos correspondentes do primeiro marco temporal (Chaves, 2012, p. 213-32). Contudo, a não adoção por parte da autora de algum método que atenuasse as oscilações da moeda nacional no período pode estar interferindo nos resultados apresentados.

Assim como o norte de Minas Gerais, a Zona da Mata Mineira, exceção feita para Juiz de Fora e entornos, constitui-se em área ainda insuficientemente conhecida pela historiografia mineira. Contudo, alguns recentes trabalhos tem tornado um pouco menos precário o conhecimento sobre os tempos idos desta região. Um destes trabalhos compartilhou a temática privilegiada em nosso estudo. Aparecida de Fátima Tavares desenvolveu recente pesquisa que abordou a temática da riqueza em mais uma região de Minas Gerais no século XIX. Trata-se da localidade de São João Baptista do Presídio, atualmente denominada Visconde do Rio Branco. (Tavares, 2013). Embora situada relativamente próxima a Juiz de Fora, a estrutura econômica desta foi bastante diferente. O estudo em questão tem significado particular para a pesquisa que desenvolvemos, pois o espaço analisado é limítrofe ao que abordamos detidamente nos capítulos seguintes deste trabalho, proximidade que não impediu consistentes diferenças de características socioeconômicas entre as duas localidades, conforme evidenciamos a partir do terceiro capítulo. Tavares buscou estabelecer o perfil econômico dos inventariados da localidade, identificando a produção agrícola e a composição da mão de obra nas unidades produtivas destes indivíduos. O período selecionado pela autora, escolhido em função da disponibilidade das fontes no arquivo local, se estendeu de 1870 a 1888, sendo marcado pelas alterações impostas pela Lei de Terras e pela proibição do Tráfico Internacional de escravos, Lei Eusébio de Queiroz, ambas datadas de 1850 (Tavares, 2013).

A autora destacou que no processo de ocupação da região, ocorrido entre o final do Setecentos e início do século XIX, coadunaram-se dois vetores fundamentais, um de natureza mais estritamente econômica (busca por minerais e solos férteis) e outro

civilizatório (controle e domesticação da população indígena). Enfatizou que deste processo resultou o aumento da expressividade da produção agrícola da região (Tavares, 2013, p. 16-19). Ao contrário do processo verificado ao sul da Zona da Mata Mineira,¹⁴ os indivíduos que se estabeleceram na porção central da região, área em que se situava São João Baptista do Presídio, não eram grandes proprietários. Possuíam poucos bens e raros escravos. Além destes colonizadores despossuídos, índios sedentarizados compuseram o perfil dos primeiros ocupantes da região. No entendimento da autora, em função das características acima apontadas, desenvolveram-se na Mata Central atividades econômicas pouco dependentes do escravismo, encetadas por uma população majoritariamente camponesa. Ao lado da produção de subsistência e de manutenção de um escasso comércio local, as principais atividades desenvolvidas desde os primórdios na localidade foram a cata da poaia,¹⁵ produção e comércio da rapadura, aguardente, cana de açúcar e café (Tavares, 2013, p. 22-34).

Exposto o cenário da localidade, Tavares reconstituiu o padrão e a composição da riqueza dos inventariados de São João Baptista do Presídio. Sua base documental constituiu-se de cento e dezenove processos de inventários *post-mortem* (21 para a década de 1870 e 98 para a de 1880), todo o conjunto que encontrou. Dessa forma, não estabeleceu qualquer critério de seleção das fontes. A decomposição da riqueza feita pela autora e as respectivas participações relativas de cada um dos ativos na riqueza inventariada na localidade para todo o intervalo considerado (1870-89) foram: terras (32,6%), escravos (19,2%), dívidas ativas (15,7%), benfeitorias (8,1%), colheitas, inclusive café (6,2%), animais (5,1%), imóveis (4,8%), comércio (3,6%), móveis (1,8%), apólices (1,8%), dinheiro (0,7%) e jóias (0,3%). As propriedades urbanas entraram no grupo de ativos imóveis, ao passo que as rurais em terras. Por benfeitorias foram classificadas todas as construções anexas às propriedades rurais. Em alguns casos foram avaliadas em conjunto com essas propriedades, sendo então incorporadas no grupo de ativo terras (Tavares, 2013, p. 51-57).

¹⁴ A autora valeu-se da regionalização da Zona da Mata Mineira proposta por Ângelo Carrara para o século XIX. O autor subdividiu a região em Mata Sul, Central e Norte. Sustentou sua ideia de uma diferenciação regional baseando-se na constatação de diferentes padrões de propriedades fundiárias e de produções agrícolas em cada uma das áreas estabelecidas (Carrara, 1999). De acordo com esta regionalização, Juiz de Fora estava situada na Mata Sul (de propriedades fundiárias maiores e produção cafeeira), São João Baptista do Presídio na Mata Central (de propriedades fundiárias pequenas e de produção de gêneros variados, incluindo o café) e Santa Rita do Turvo, nossa área de análise, na confluência da Mata Central com a Norte (de propriedades fundiárias intermediárias e produção de gêneros variados). No capítulo seguinte retomamos esta questão mais detidamente.

¹⁵ Sobre a extração desta planta típica da região ver Corrêa (2012).

A autora afirmou ter verificado consideráveis níveis de concentração da riqueza inventariada na localidade. As fortunas muito pequenas (até Rs 1:000\$000), que constituíam 34% dos processos, representavam apenas 2,2% da riqueza total inventariada. O nível seguinte, as pequenas fortunas (entre Rs 1:100\$000 e Rs 5:000\$000), 33% dos casos, concentrava 12,4% do total inventariado. As médias fortunas (entre Rs 5:100\$000 e Rs 15:000\$000), 23% dos inventários, representavam 29,2% da riqueza total. Por fim, as grandes fortunas, com mais de 15:100\$000, somente 11% dos processos, acumulavam 56,2% da riqueza total inventariada. Tavares sintetizou o perfil da sociedade tratada com predominância de muitos homens pobres e poucos ricos e que, mesmo estes, possuíam fortunas bastante inferiores a localidades mais dinâmicas como Juiz de Fora.

Os dados apresentados pela autora apontaram que a produção de café esteve presente em 38,3% dos inventários analisados. Mais importante ainda, o valor deste gênero representava 92% do valor total do item colheitas. Constituíam-se assim no produto mais valorizado entre as produções locais e com a maior disseminação entre as culturas praticadas na localidade. Mesmo em São João Baptista do Presídio o café era uma lavoura desenvolvida preferencialmente pelos mais afortunados economicamente, visto que 59% dos inventariados que se dedicavam a ela compunham as grandes e médias fortunas, não obstante estivesse presente também entre os mais pobres, Apenas 9% do segmento de fortunas muito pequenas cultivavam o gênero (Tavares, 2013, p. 92-103).

A aproximação do século XX na localidade foi marcada por um empobrecimento geral. Móveis, imóveis, escravos, dívidas ativas e comércio, tiveram sua representatividade reduzida de uma década para a outra. Terras, dinheiro, colheitas, animais e apólices tiveram aumento da participação. A autora constatou que os ativos associados ao meio urbano perderam espaço, reafirmando a ruralização da região, visto que terras, animais e colheitas aumentaram sua participação. Reiterou a tese do empobrecimento geral na localidade, tendo em vista a ausência de pequenas fortunas na primeira década, do menor valor médio das pequenas e das grandes fortunas na segunda década analisada (Tavares, 2013, p. 57-76). Contudo, além de ser uma perspectiva extraída da análise somente dos inventariados da localidade, a autora não parece considerar que a pequena amostragem de inventários para a primeira década estudada pode estar incidindo sobre seus resultados de pesquisa e, por conseguinte, sobre as interpretações que faz dos dados.

Conforme notado pela apreciação dos trabalhos acima discutidos que, de diferentes formas, abordaram a temática da riqueza em Minas Gerais ao longo do século XIX, constituíram-se na província formações econômicas e sociais diversas, que refletiram nos níveis e nos padrões de composição e de concentração da riqueza dos habitantes inventariados das diferentes localidades. Mais a frente, no capítulo em que apresentamos e analisamos os dados para Santa Rita do Turvo, estes estudos sobre Minas Gerais serão retomados, servindo como base para posicionarmos esta localidade, nosso espaço de estudo, no heterogêneo painel da província no século XIX.

1.5 - O padrão e a composição da riqueza em algumas localidades do nordeste brasileiro no século XIX

Até este momento a apreciação da literatura concernente ao tema da riqueza, levada a cabo nas páginas anteriores, privilegiou pesquisas que enfocaram regiões circunscritas ao sudeste brasileiro, mais precisamente São Paulo e Minas Gerais. Isto não se deu por acaso, visto que essas regiões contam com uma quantidade maior de pesquisas sobre o tema. Contudo, não obstante ainda serem raros, alguns trabalhos debruçaram-se sobre a constituição dos patrimônios dos indivíduos em outras regiões do Brasil, por exemplo, para localidades situadas no nordeste brasileiro.

Para o caso da Bahia no século XIX, em particular para o centro urbano de Salvador e suas imediações, pudemos acessar à temática da riqueza com base em estudo de Kátia Mattoso. Em obra colossal, na qual foram abordados diversos temas relativos à província ao longo do Oitocentos, tais como o papel do Estado, da Igreja, o clima, a população, família e cotidiano, entre outros, a autora dedicou o último capítulo ao estudo das fortunas dos baianos entre 1800 e 1889 (Mattoso, 1992, p. 602-652).

Com base em 1115 inventários *post-mortem*, subdivididos em dois grandes períodos, 1801/50 (395 processos) e 1851/89 (720 processos), Mattoso traçou como objetivo a caracterização da riqueza dos inventariados da localidade. Buscou distinguir níveis ou limiares da fortuna dos baianos e a distribuição entre categorias socioeconômicas, de forma que pudesse entender o peso de cada item na composição da fortuna de cada segmento que compunha aquela sociedade. Por fim, procurou identificar como as fortunas das diferentes categorias tinham evoluído no tempo, visto que uns itens foram substituídos por outros (Mattoso, 1992, p. 602-605).

Além do recurso bastante utilizado, conforme visto nos demais trabalhos abordados, de segmentar os inventariados por faixas de riqueza, Mattoso estabeleceu oito grupos (sendo o menor até Rs 200\$000 e o maior com patrimônio entre Rs 500:000\$000 e Rs 1:000:000\$000), a autora cruzou os informes por estratos socioeconômicos e por categorias de ocupação profissional. O emprego de tal procedimento metodológico permitiu que traçasse um amplo panorama dos níveis e da composição da riqueza inventariada na sociedade contemplada. Não obstante as dificuldades impostas pela documentação utilizada, conseguiu identificar quinze categorias de ocupações para os inventariados.¹⁶ Os resultados obtidos por Mattoso evidenciaram o vigor e a pluralidade socioeconômica do espaço analisado, diferente de todos até então contemplados em função de sua natureza eminentemente urbana e dinâmica (Mattoso, 1992, p. 611-614).

A categoria com maior destaque foi a dos grandes comerciantes. Tinham as maiores fortunas da cidade em ambos períodos contemplados. Para 1801-50 eram 6,8% dos inventários e detinham 23,5% na fortuna total, ao passo que os índices correlatos para 1851-1889 foram de 11,2% e 35,4% respectivamente. Na primeira metade do século, 80,8% da fortuna inventariada pertencia aos mais ricos (patrimônios superiores a 10:100\$000), ao passo que constituíam 23,5% dos inventariados. Na segunda metade do Oitocentos os percentuais foram 93,5% e 43,6% respectivamente (Mattoso, 1992, p. 611-614). Por sua vez, a faixa de fortuna mais representativa entre os inventariados foi a constituída pelos que possuíam fortunas entre Rs 2:100\$000 e Rs 10:000\$000. Consideradas todas as faixas de riqueza e todas as categorias socioeconômicas, embora o estudo tenha contemplado cada qual em separado nos diferentes recortes temporais estabelecidos, Mattoso evidenciou a pluralidade de possibilidades de investimentos vivenciada pelos habitantes de Salvador no tempo em questão. No conjunto, afirmou que a fortuna destes baianos era bastante diversificada em todas as categorias sociais, não obstante a variação do peso de cada item. Dentre os dez grupos de ativos estabelecidos, destacou que bens imobiliários (35,64%), depósitos bancários (16,67%),

¹⁶ A caracterização da ocupação de um indivíduo inventariado nem sempre é tarefa simples. Além da falta de especialização típica das sociedades do Brasil Colonial e Imperial, raras vezes a atividade do inventariado foi declarada categoricamente. Nas vezes em que a identificação ocorre normalmente aparece em documentos anexos aos inventários, tais como testamentos, hipotecas, procurações etc. Na maior parte dos casos, a definição da ocupação do inventariado somente pode ser feita de forma indireta, com base nos itens que compunham seu patrimônio ou até mesmo na ausência de determinados bens. No primeiro caso a inclusão de equipamentos específicos pode apontar para determinada ocupação. No segundo caso, a ausência de determinados itens pode apontar para o tipo de atividade que o indivíduo não exercia.

ações e apólices (12,43%) dívidas em ativo (16,07%) e escravos (7,24%) foram os mais representativos da riqueza inventariada na localidade entre 1800 e 1889. Somados comprometeram dois terços das fortunas dos baianos, com exceção dos donos de engenhos e de embarcações (Mattoso, 1992, p.631). A que se notar a menor relevância dos investimentos em cativos em relação a todas as outras localidades abordadas, anteriormente, pouco mais de 7% dos patrimônios considerados. Por fim, em relação à distribuição da riqueza Mattoso argumentou que houve um processo inegável de enriquecimento dos baianos inventariados na segunda metade do século XIX, percebido pela diminuição das pequenas fortunas. Esse processo, no entanto, tendeu a aumentar o fosso que separava ricos e pobres, ou seja, a concentração social da riqueza.

Dos resultados apresentados pela autora, destacamos a diversidade de investimentos que os habitantes de Salvador no século XIX puderam desfrutar em comparação com os habitantes das localidades contempladas nos estudos anteriormente abordados. Estas últimas ou tinham características essencialmente agrárias ou estavam dando seus primeiros passos no sentido de um processo de urbanização e de modernização de suas características econômicas. Em Salvador este fenômeno já estava em fase muito mais adiantada, o que fica manifesto pelo padrão e pela composição da riqueza dos indivíduos inventariados da localidade, em especial, pela alta representatividade de ativos característicos de formações econômicas mais modernas, tipicamente capitalistas. Importante consequência destas diferenças manifestou-se ainda no menor empenho relativo em escravos na riqueza, em comparação com localidades nas quais a mão de obra para a agricultura acabava representando a parte mais substancial dos patrimônios inventariados.

Outra região do nordeste brasileiro, de características bem diferentes de Salvador e seu entorno urbano, também teve a riqueza de seus indivíduos inventariados analisada. Em artigo que apontou os primeiros resultados de um amplo projeto de pesquisa baseado em inventários *post-mortem*, e que buscava caracterizar o escravismo em Pernambuco no longo período de 1777 a 1887, Versiani e Vergolino apresentaram dados bastante elucidativos. Seus resultados de pesquisa mostraram-se conectados com estudos recentes que apontaram para a diversidade da escravidão no Brasil pretérito e para a grande relevância que tiveram os pequenos proprietários de cativos (Versiani & Vergolino, 2003, p. 353-393). A partir do pressuposto de que grande parte dos escravos de Pernambuco, entre 30% e 40%, não estava nas áreas dinâmicas de *plantation* açucareira, localizadas na Zona da Mata litorânea da província, o objetivo assumido

pelos autores foi o de caracterizar o perfil da escravidão vigente fora da região do açúcar. Para tanto, refutaram a ideia de incompatibilidade entre escravidão e produção algodoeira e pecuária, atividades predominantes no interior pernambucano (Versiani & Vergolino, 2003, p. 353-360).

Com base em um *corpus* documental constituído por seiscentos e quarenta e sete inventários *post-mortem*, quatrocentos e quarenta e quatro para o Agreste, de produção algodoeira e de alimentos, e duzentos e três para o Sertão, de atividade pecuária, afirmaram, entre outros aspectos, que o estudo das variáveis demográficas das escravarias destas áreas marginais evidenciou características compatíveis com a expectativa de uma utilização produtiva do trabalho cativo, semelhantes às encontradas no litoral exportador (Versiani & Vergolino, 2003, p. 364-371). Constataram que os cativos constituíram o item mais representativo da riqueza dos indivíduos inventariados. Além disso, os senhores dessas regiões mostraram-se pouco dispostos a desistir da aplicação no ativo escravo, visto que os percentuais de participação relativa dos cativos na riqueza inventariada subiram constantemente ao longo dos três recortes temporais estabelecidos: 1770/1819, 1820/49 e 1850/87. Não obstante esta desagregação em sub períodos, vale destacar que, para o intervalo como um todo, os principais ativos que compuseram a riqueza dos inventariados do Agreste pernambucano foram escravos (42,08%), animais (19,23%), imóveis (18,08%) e dívida ativa (14,39%). Por sua vez, os valores correlatos para o Sertão pernambucano foram escravos (36,58%), animais (35,15%), imóveis (14,45%) e dívida ativa (7,12%). Dessa forma, os altos percentuais de comprometimento em cativos da riqueza dos inventariados pernambucanos atestaram o vigor da escravidão nessas regiões fora do contexto agroexportador, em regimes de menor exploração intensiva da mão de obra, nos quais, em tese, o trabalho livre poderia ser tão ou mais compensador que o escravo (Versiani & Vergolino, 2003, p. 364-371).

Embora tenham como objetivo mais premente analisar as vicissitudes da escravidão pernambucana, nas diferentes matrizes econômicas e produtivas da província, os autores desnudaram o perfil da riqueza inventariada nas localidades em foco. Seus apontamentos trouxeram nuances para a associação *plantation*/escravidão.

Repisados alguns dos principais trabalhos que versaram sobre a temática da composição, concentração e evolução da riqueza nas sociedades pretéritas da América Portuguesa e do Brasil Imperial, alinhavamos alguns pontos importantes, ainda que pesem as particularidades de cada uma das pesquisas.

Conforme vimos argumentando, a temática da riqueza serviu de mote para uma avaliação mais ampla dos condicionantes gerais dos cenários econômicos das localidades estudadas, permitindo caracterizá-los em seus movimentos principais. De modo geral, salvo o pioneiro trabalho de Alcântara Machado (e por isso mesmo, algo experimental), a quantificação dos dados extraídos de séries longas de inventários *post-mortem*, a partir do estudo de Zélia Cardoso de Mello, impôs-se como o método privilegiado deste tipo de análise, não obstante acréscimos e incorporações, conforme observado, por exemplo, no estudo de Marcondes.

Buscou-se invariavelmente a delimitação de faixas de riqueza, capazes de esboçar os níveis de concentração de patrimônio das sociedades recuperadas. Entretanto, os critérios para o estabelecimento dos parâmetros adotados foram variáveis e obedeceram questões particulares de cada realidade pretérita abordada. Ser rico ou pobre não era exatamente a mesma coisa em localidades com configurações sociais e econômicas tão heterogêneas como foram, por exemplo, Ribeirão Preto e Araxá, Juiz de Fora e o Vale do Paraopeba, Rio Pardo e São João Baptista do Presídio, Salvador e o interior pernambucano, isto mesmo em períodos próximos.

Outro procedimento presente, que também variou na forma, constituiu-se na decomposição da riqueza em seus diversos grupos de ativos. Em algumas localidades itens extremamente importantes na composição da riqueza simplesmente não apareciam entre os bens arrolados em outras localidades. Mais do que isso, em uma mesma região um artigo, outrora inexistente ou de pouca relevância, assumiu valores mercantis completamente distintos com a passagem do tempo. O exemplo mais marcante desta situação foi o café.

Muitos dos procedimentos e métodos expostos e analisados, bem como os dados resultantes de suas aplicações, foram duplamente importantes para o estudo que fizemos da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Além de servirem como amparos metodológicos possibilitaram ainda uma

imprescindível perspectiva comparativa diante dos dados para a localidade que estudamos.

Não obstante os inúmeros e inegáveis avanços e contribuições dos estudos acima analisados para a historiografia econômica brasileira, e de outros tantos que se ocuparam de questões similares,¹⁷ algumas de suas limitações podem e devem ser apontadas. Para além de aspectos específicos de cada um dos trabalhos, certamente existentes e importantes, entendemos que o aspecto que impôs as mais sérias limitações aos estudos abordados, e também ao nosso, diz respeito justamente a um dos pontos que os une: a adoção dos inventários *post-mortem* como documentação privilegiada. Sabemos que outro tipo de fonte não possibilitaria os avanços e resultados aos quais chegaram os estudos sobre a riqueza das sociedades da América Portuguesa e do Brasil Imperial, e de todos os outros aspectos elucidados a partir desta premissa. Contudo, entendemos ser premente a reflexão acerca das potencialidades e dos limites impostos por este tipo de documentação.¹⁸ Não por acaso, na seção final deste capítulo abordamos justamente aspectos que julgamos serem dos mais pertinentes em se tratando da utilização dos inventários *post-mortem* dentro dos moldes que consideramos.

1.6 - Uma abordagem crítica dos inventários *post-mortem*

As potencialidades dos inventários *post-mortem*, tomados como fonte para o trabalho do historiador, são imensas. Entendemos que a análise dos estudos abordados nas seções anteriores não deixa margem para dúvidas. Nos capítulos posteriores desta tese lançamos mão de muitos dos informes oferecidos por este tipo de documentação para elaborarmos a narrativa que propomos para Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Uma vez mais evidenciamos as possibilidades oferecidas por este tipo de fonte. Contudo, destacamos que alguns aspectos, derivados da natureza da documentação utilizada, precisam ser detidamente analisados, a fim de se estabelecer uma profícua relação entre o historiador/pesquisador e as fontes utilizadas. No decorrer desta seção utilizamos alguns exemplos extraídos da documentação que compulsamos para ilustrar os argumentos que apresentamos.

¹⁷ Por exemplo: para Magé no Rio de Janeiro ver Sampaio (1994), para São Paulo ver Araújo (2006), para Batatais/SP ver Garavazzo (2006), para o Vale do Ribeira/SP ver Valentim (2006), para o Rio Grande do Sul ver Farinatti (2007) e Garcia (2010).

¹⁸ Cabe ressaltar que a maior parte dos estudos mencionados discutiu, com diferentes graus de profundidade, o problema apontado.

O primeiro ponto que abordamos se refere ao problema da representatividade da população total de uma localidade *versus* a população inventariada.¹⁹ Dito de outro modo, em que medida os inventariados refletiram uma realidade possível de ser expandida para os demais indivíduos e para uma dada sociedade em geral?

Uma primeira constatação, óbvia, porém necessária, se faz fundamental. Como os indivíduos inventariados foram somente aqueles que faleceram dentro do recorte temporal estabelecido por uma pesquisa, obviamente que todos os demais sujeitos das sociedades contempladas escapam ao pesquisador que utiliza este tipo de documentação. Estes sujeitos ausentes do escopo analítico, simplesmente por não terem morrido no tempo considerado, tanto quanto os inventariados falecidos, tiveram atuação em suas experiências cotidianas nas sociedades estudadas. Contudo, via de regra, não podem ser apreendidos pelos inventários *post-mortem*.

De modo geral, eram três as circunstâncias legais que exigiam a abertura de um inventário *post-mortem*. A primeira era a existência de herdeiros menores de 21 anos. O objetivo desta obrigatoriedade era assegurar os interesses dos menores na partilha dos bens. O segundo caso se configurava quando, mesmo sem possuir herdeiros menores, o

¹⁹ Alguns trabalhos debruçaram-se sobre a representatividade quantitativa dos inventariados diante do total de uma população. Kátia Mattoso estudou a Bahia do século XIX com base em uma ampla variedade de fontes documentais, entre as quais os inventários *post-mortem* (Mattoso, 1992). Como dispunha de documentação complementar, registros de óbitos, pôde cruzar estes dois tipos de fontes, buscando assim uma aproximação que lhe permitiu estimar quantos habitantes de Salvador falecidos entre 1855 e 1881 iniciaram processo de abertura de inventários. Com base neste procedimento metodológico afirmou que somente 5% da população livre adulta era inventariada (Mattoso, 1992, p.506). Por sua vez, Cláudia Martinez lançou mão de outro procedimento metodológico para estimar a parcela da população que, pelo menos em tese, estava apta a ser inventariada. Com base na apreciação da lista nominativa de 1831, referente à localidade de Bonfim/MG, recorte espacial de seu estudo, constatou que 37% dos fogos eram escravistas (Martinez, 2006, p.121-123). Tendo em vista este dado, e com base no argumento de que em uma sociedade escravista o cativo era o bem mais valioso, afirmou que estes 37% da população estavam aptos a serem inventariados e que dificilmente deixariam de ser, uma vez que dispunham do bem mais valorizado no período. Seu argumento gira em torno da disseminação da posse cativa por todo o tecido social e não somente entre os mais aquinhoados. Dessa forma, sugeriu que o estudo dos inventários permitiria alcançar outros segmentos sociais além dos mais abastados, tais como os setores médios e menos favorecidos (Martinez, 2006, p.124-126). Ainda que concordemos que não eram somente os mais ricos que eram inventariados, discordamos da interpretação desta última autora. Insistimos no caráter atípico da população inventariada em relação à população total de uma localidade e nos consequentes desdobramentos desta constatação para os resultados de pesquisa. Em primeiro lugar porque a autora não considerou os condicionantes legais para a abertura do inventário. Nem todos os escravistas estavam obrigados a abrir inventários. Em segundo lugar porque o percentual que apresentou tem evidentes limitações cronológicas, pois não acompanha as transformações do sistema escravista brasileiro. Após 1850, com o colapso do Tráfico Internacional de cativos, a representatividade do escravo na população total decresce, o que compromete, longitudinalmente, a importância relativa dos fogos escravistas oferecido pela autora, implicando a queda dos “possíveis” inventariados. Finalmente, mesmo admitindo que todos escravistas de uma sociedade fossem inventariados, ainda assim estaríamos tratando de um segmento em particular. O próprio percentual oferecido pela autora, na localidade e no ano abordados em seu estudo, indicou que analisar a população inventariada seria o mesmo que considerar somente pouco mais de um terço da população total da localidade. Dessa forma, outros dois terços não estariam contemplados.

indivíduo falecido deixava testamento. No inventário o testamenteiro garantia o cumprimento das vontades do inventariado. Por fim, a abertura do processo era exigida quando o falecido não deixava herdeiros, casos em que os bens acabavam indo para o Estado (Viveiros, 2006, p. 55-60). Desta forma, nem todos os indivíduos que faleciam eram legalmente obrigados a terem seus bens inventariados.

Contudo, encontramos muitos indivíduos que não se encaixavam em nenhum dos condicionantes legais e que mesmo assim foram inventariados. Entendemos que, nestes casos, esta era uma forma dos herdeiros organizarem a divisão dos bens, oficializando-a de modo que possíveis desavenças e questionamentos não viessem a existir entre as partes interessadas no espólio. Por outro lado, importante considerarmos ainda que, muito provavelmente, existiram ainda aquelas pessoas que faleceram e, mesmo estando enquadradas dentro de alguns dos condicionantes anteriores, não tiveram seus bens inventariados. Não podemos descartar a possibilidade de herdeiros interessados em burlar as exigências legais para não terem que arcar com os custos do processo. Em um contexto em que o Estado ainda estava constituindo seu corpo jurídico, institucional e de repressão, entendemos ser bastante viável esta hipótese.

Em suma, estudar a população inventariada de uma sociedade pelos seus indivíduos que foram inventariados significa tangenciar importantes contingentes. Em primeiro lugar os indivíduos que não morreram no período em tela. Embora fiquem fora das análises, também foram personagens atuantes nas sociedades contempladas. Seus bens (escravos, terras, animais etc) faziam parte do cenário social e material considerados. Em segundo lugar, ficam de fora os que morreram, mas que não se enquadravam nos requisitos que obrigavam a abertura do processo. Em terceiro lugar ficam ausentes também os sujeitos que morreram, que se enquadravam nos requisitos de abertura de um inventário, mas que seus herdeiros burlaram a obrigatoriedade para não arcar com as despesas. Por fim, significa não considerar os indivíduos que morreram no período em tela, se enquadravam na legislação que obrigava a abertura do inventário, não burlaram as leis, mas que faleceram pouco antes ou pouco depois das balizas temporais selecionadas nas pesquisas. Somados, todos esses contingentes constituíram seguramente a maior parte da população de uma sociedade e não podem ser recuperados pelo estudo dos inventários.

Ainda no território da representatividade da população inventariada *versus* população total, quando se estuda os inventários *post-mortem* deve-se ter clara a noção de que os indivíduos de uma sociedade que foram inventariados tratavam-se, muito

provavelmente, de um segmento privilegiado em termos materiais, embora não necessariamente ricos. Em nosso caso, estudamos a riqueza de Santa Rita do Turvo com base na população inventariada e não a riqueza de todos os habitantes desta localidade. Mesmo se todos os indivíduos possuidores de bens abrissem um processo de inventário, o que certamente não ocorria em função dos aspectos acima discutidos, uma grande parcela da população de uma localidade ficava de fora. Referimo-nos mais especificamente a categorias como lavradores pobres, agregados, forros etc, ou seja, todo um segmento que dificilmente teria bens a inventariar. Além de sua própria força de trabalho, grande parte deste contingente populacional, desprovido materialmente, nada de valioso possuía, pelo menos do ponto de vista mercantil. Isto não quer dizer que viviam absolutamente sem nada. Importante destacarmos que itens pouco valorizados no período não eram avaliados no momento dos inventários, pois não assumiam valorização comercial. Eram os casos, por exemplo, de alguns objetos de palha, de vestimentas rústicas e simples e de alguns tipos de aves, principalmente as galinhas. Certamente bastante disseminados entre a população brasileira do século XIX, estes itens exemplificam bens que não eram passíveis de serem arrolados e avaliados nos processos.

Entre os inventariados mais pobres, em meio à quase total carência, somente aqueles que possuíam algum bem de valor mercantil abriam inventários. João Vicente da Cunha faleceu na freguesia de Santa Rita do Turvo em 1856. Como deixou um filho de apenas 5 anos de idade, enquadrava-se nas disposições legais que previam a abertura de um inventário. No momento de sua morte não possuía escravos nem tampouco posses que denotassem qualquer indício de luxo, riqueza ou simplesmente conforto. O patrimônio declarado foi de módicos Rs 238\$240. Seus bens de maior valor foram um besta e um cavalo, cada qual avaliados por Rs 65\$000. As propriedades de terras que foram declaradas deram mostras das diminutas posses declaradas em inventário. Uma delas estava na fazenda de Antônio Thomaz, na freguesia do Presídio, e foi avaliada em Rs 37\$500. A outra, na fazenda de Manoel de Sousa, no distrito de São José do Barroso, foi avaliada em somente Rs 4\$000.²⁰ Outro caso similar foi o de D. Maria dos Anjos. Faleceu em 1850 na freguesia de São Sebastião dos Aflitos, deixando três filhos

²⁰ Inventário de João Vicente da Cunha (1856). Arquivo do Fórum Artur Bernardes. Comarca de Viçosa-MG. Daqui em diante indica mos somente AFAB para nos referirmos ao arquivo consultado. Não citamos a localização exata dos processos consultados (caixa e número do documento) tendo em vista que o acervo do referido arquivo está passando por um processo de higienização, identificação e catalogação de sua documentação. Ver nota nº 10 da introdução.

pequenos, com idades entre 1 e 4 anos. Também não possuía escravos ou bens de alto valor. Muito pelo contrário. Seu patrimônio no momento do inventário alcançou somente Rs 230\$500. Os bens mais valiosos eram uma besta, no valor de Rs 45\$000, e a pequena posse de terra que possuía na fazenda Três Pontes, avaliada em Rs 104\$000.²¹

Note-se que, apesar das diminutas posses declaradas nos dois casos supracitados, ambos possuíam bens de valor comercial a declarar, ainda que bastante modestos, tais como animais e terras. Aqueles habitantes igualmente pobres, mas que não possuíram itens desta natureza provavelmente não foram inventariados. Sendo assim, o estrato social do qual faziam parte, ainda que tenha constituído importante segmento populacional, fica alijado do escopo das análises por intermédio dos processos de inventário. As implicações analíticas decorrentes da ausência destes indivíduos, ou de uma sub-representação dos mesmos nos inventários, podem ser importantes. Fenômenos ocorridos nos setores menos abastados de uma sociedade, ou a partir destes, podem ser imperceptíveis nos inventários, subvalorizados ou demorarem para serem explicitados. A introdução de uma nova cultura, por exemplo, que tenha sido adotada somente ou principalmente pelos lavradores mais pobres de uma sociedade ilustra esta situação hipotética, porém plausível.

Dos apontamentos acima resulta que as afirmações feitas acerca de uma dada localidade, estudada com base no tipo documentação abordada, devem ser relativizadas. Os estudos amparados em dados fornecidos por inventários, dentro dos moldes daqueles que vêm sendo discutidos, retratam um estrato privilegiado da população e não uma amostragem equilibrada desta. Mesmo os indivíduos pobres inventariados que se enquadram na legislação que obrigava a abertura do processo, somente o foram por contarem entre seus bens com algum item de valor mercantil, ainda que estes comprometessem grande parte de seus patrimônios. Como efeito, os níveis médios de riqueza, as condições materiais de existência ou a difusão da posse de determinados artigos mais valorizados de uma dada localidade seriam, muito provavelmente, bastante inferiores se possível fosse considerar toda a população desta mesma localidade e não somente seu segmento que abriu inventário. Tais aspectos, quando auferidos por meio da análise dos indivíduos inventariados, muito provavelmente aparecem superestimados.

²¹ Inventário de Maria dos Anjos (1850). AFAB.

A questão dos preços atribuídos aos bens avaliados constitui-se no segundo aspecto passível de reflexão para uma abordagem crítica dos inventários *post-mortem*. Os valores expressos nos processos não resultaram de transações comerciais propriamente ditas, mas de avaliações feitas, *a priori*, sem a intenção de comercialização dos bens arrolados. Como não havia necessariamente alguém comprando ou vendendo os bens arrolados, a projeção dos preços feitas na avaliação não foram originadas de operações concretas, aspecto que torna os preços dos bens avaliados um tanto quanto questionáveis.

Além disso, cabe destacar o elemento de subjetividade inerente a qualquer avaliação que não tenha critérios minimamente estabelecidos. Muito provavelmente, não existiam, à época dos inventários do século XIX, quaisquer tipos de instrumentos que guiassem as avaliações, a não ser a prática cotidiana e a boa fé dos avaliadores louvados, responsáveis em determinar os preços dos bens. Neste cenário, a figura do avaliador ganhava especial importância. Esses indivíduos tinham papel central na definição dos patrimônios inventariados. Via de regra, eram recrutados na população local e certamente gozavam de boa reputação e prestígio para serem escolhidos para exercerem função tão importante. Muito provavelmente contavam com condições materiais acima da média, uma vez que tinham que conhecer aquilo que avaliavam. Os bens e objetos poderiam ser desde simples ferramentas de lavoura ou utensílios domésticos, familiares para qualquer indivíduo por mais simplório que fosse, ou artigos mais sofisticados (uma jóia, uma louça ou um tecido fino) que obrigavam ao menos um mínimo conhecimento por parte dos avaliadores. Como estes últimos artigos não eram propriamente disseminados entre a população como um todo, acabava sendo restrito o rol de possíveis avaliadores.

Embora os indivíduos responsáveis pelas avaliações fossem louvados e prestassem juramento no qual prometiam *bem e fielmente* avaliar tudo da melhor maneira possível e de forma neutra, aventamos ainda a possibilidade de que tais formalidades não eram respeitadas na prática. Em muitos casos, interesses mais imediatos interferiram na avaliação dos bens arrolados, contribuindo para superestimar os preços ou depreciá-los, conforme a teia de relações que vinculavam os avaliadores com os indivíduos inventariados e seus herdeiros, com as autoridades que ou indicavam ou aceitavam seus nomes e com a sociedade da qual faziam parte. Em suma, entendemos que os avaliadores eram também, antes e acima de tudo, sujeitos da complexa teia de relações sociais, políticas e econômicas das localidades em que

vivenciavam suas experiências cotidianas de vida. Em meio a esta condição, não estavam alheios a interesses mais imediatos subjacentes à produção e reprodução de suas vidas materiais, situações que poderiam, conscientemente ou não, de boa ou má fé, interferir nas avaliações dos bens, extirpando a juramentada neutralidade e boa fé.

No inventário de D. Rita Lopes da Silva o aspecto tratado acima evidenciou-se de forma explícita. Ao longo dos trâmites comuns de avaliação de seus bens, os avaliadores do processo discordaram dos valores atribuídos em muitos casos.²² Esta constatação ganhou ainda mais significado quando observamos que a inventariada não tinha herdeiros diretos, casos nos quais a Fazenda Pública tinha direito à cobrança da Décima e, por ser parte interessada, podia também indicar um dos avaliadores. Como o valor do patrimônio de D. Rita era alto para os padrões locais (Rs 67:587\$285) o interesse foi ainda maior. O avaliador proposto pelas autoridades indicou, sistematicamente, valores maiores para os bens, ao passo que o avaliador escolhido pelo inventariante atribuiu valores mais baixos. O primeiro procedimento era mais interessante para as autoridades, visto redundar em uma arrecadação de imposto maior, na medida em que a taxação era calculada com base no montante total dos bens. Um patrimônio maior resultaria em um recolhimento maior para os cofres públicos. A ação do segundo avaliador resultaria em um Monte Mor menor e, por conseguinte, em um imposto mais reduzido. Quando observamos quem indicou cada um dos avaliadores e as respectivas posturas destes na avaliação dos bens, ficou manifesto o lugar social ocupado por cada um destes.²³

O instante da abertura de um processo de inventário também se constitui em outra importante questão passível de abordagem e reflexão, na medida em que retratou um momento estaque da vida do inventariado. Configura-se no terceiro dos aspectos que abordamos. O primeiro problema derivado desta constatação refere-se à idade do inventariado. Na maior parte dos casos o momento do falecimento foi na velhice do indivíduo, ainda que tenham sido comuns os casos de inventariados falecidos precocemente.

²² Inventário de Rita Lopes da Silva (1875). AFAB.

²³ Em artigo de nossa autoria tratamos o problema dos preços nos inventários *post-mortem*. Apresentamos e discutimos em maiores minúcias o caso citado de D. Rita Lopes da Silva, bem como o do inventário de Joaquim de Oliveira Ribeiro (1874), ilustrativo da mesma questão (Costa, 2013).

Embora não haja informação precisa acerca da idade dos inventariados nos processos,²⁴ alguma aproximação pode ser feita com base em outras informações, por exemplo, a quantidade de filhos, o estado civil e a idade destes. D. Rosalina Brasileira de Abreu faleceu em 1879 na fazenda Santa Rosa, freguesia de São Miguel de Arrepiados, Vila de Santa Rita do Turvo. Deixou como viúvo Jose Antônio de Lima, inventariante do processo e meeiro dos bens. Os itens arrolados em seu inventário alcançaram o montante de Rs 2:247\$000. Estavam incluídos bens como seus dois cativos, Barbara e Silvestre, que representavam cerca de 80% de seu patrimônio, e sua casa avaliada em Rs 200\$000. D. Rosalina teve três filhos. Quando ela faleceu o mais velho contava com 4 anos de idade, ao passo que o mais novo com apenas um ano. A julgar pela idade de seus filhos, considerando que no período em questão o matrimônio e a maternidade davam-se em geral ainda no início da vida adulta das mulheres, quando não antes, a inventariada morreu ainda bastante jovem.²⁵ Caso semelhante encontramos no inventário de D. Francisca de Paula Thereza de Jesus, falecida em 1858 na fazenda São João, freguesia de Santa Rita do Turvo, na Vila de mesmo nome. Deixou como viúvo Antônio Joaquim de Pádua, inventariante do processo e meeiro dos bens. Seu patrimônio alcançou a quantia de Rs 3:475\$000. Suas duas cativas, Anna e Margarida, representavam 63% de seus bens. Além da escravaria, o item mais representativo era uma parte de terras de cultura avaliada em Rs 840\$000. D. Francisca deixou uma única filha, a pequenina Maria de apenas nove meses.²⁶ As duas inventariadas mencionadas eram ainda bastante jovens, o que indica que os bens arrolados nos seus inventários foram um retrato de um momento de suas vidas que provavelmente não seriam o auge de suas acumulações.

Todavia, podemos encontrar casos bastante diferentes dos dois últimos abordados. D. Quitéria Mendes da Silva já era viúva quando faleceu no ano de 1850, na fazenda de Sant'Anna, distrito de Arrepiados. Todo o patrimônio declarado em seu inventário foi de Rs 2:368\$280, 38% alocado em cativos e 39% em bens imóveis. Ao longo de sua vida teve dez filhos. Um dos seus herdeiros, João Moreira de Mello, proferiu os juramentos dos Santos Evangelhos como inventariante de seus bens. Entre todos os filhos, somente D. Luzia Moreira da Silva teve sua idade declarada por ser a única solteira. Contava com 50 anos de idade. Dois herdeiros diretos faleceram ainda

²⁴ Somente em alguns casos em que os indivíduos deixaram testamentos conseguimos precisar a idade com que faleceram. Contudo, mesmo nos testamentos, a informação da idade foi rara.

²⁵ Inventário de Rosalina Brasileira de Abreu (1879). AFAB.

²⁶ Inventário de Francisca de Paula Thereza de Jesus (1858). AFAB.

antes da inventariada e passaram a ser representados por seus filhos. Foram Manoel Moreira dos Reis, representado por seus nove filhos (o mais novo com 13 anos de idade), e Francisca Moreira, representada por seus oito filhos (todos solteiros, tendo a mais velha 20 anos de idade e o mais novo 2 anos).²⁷ A quantidade de filhos de D. Quitéria, o estado civil destes (somente uma solteira de 50 anos) e até mesmo a quantidade e a idade de seus netos, sugerem que a inventariada faleceu já em idade avançada. Outro caso semelhante a este foi o de D. Maria Francisca Lopes. Faleceu no ano de 1862, na fazenda da Cachoeira, freguesia de Santa Rita do Turvo. Na ocasião foi descrita como viúva. O total dos bens arrolados em seu inventário alcançou o valor de Rs 20:326\$420. Seus dezessete escravos representavam 73,5% de seu patrimônio, enquanto os bens imóveis corresponderam a 16% de seus bens. Deixou oito filhos, nenhum deles solteiro. Entre eles estava João Lopes de Faria. Faleceu antes de sua mãe, a inventariada, e foi representado na herança por seus onze filhos, três já casados e o mais novo com 8 anos de idade.²⁸ Outra vez a quantidade, o estado civil dos filhos e netos sugerem uma morte já na fase de velhice.

Acima apresentamos alguns poucos casos em que os inventários retrataram momentos bastante diferentes dentro das trajetórias de vida e de acumulação dos inventariados, o que certamente trouxe consequências, tanto para o montante da riqueza arrolada como para as características dos bens que a compunham. Mesmo para aqueles que tiveram seus bens inventariados no final de suas vidas, o retrato de seu patrimônio pode ter sido feito em momentos peculiares, após a morte do cônjuge, por exemplo, em um período posterior à divisão da sua riqueza. Chamamos atenção ainda para os casos em que o inventariado faleceu ainda jovem, em momento inicial de seu processo de acumulação de patrimônio.

Em suma, os inventários não obrigatoriamente retrataram o indivíduo no auge de sua trajetória de acumulação e nem necessariamente mostram o padrão de suas escolhas e de suas posses. Sendo assim, podem obscurecer as opções de investimento que os indivíduos desenvolveram no curso de suas vidas. O inventariado pode ter sido mais rico ou mais pobre em outros períodos de sua trajetória. Pode, e muito provavelmente fez, negociações de bens. Pode ter direcionado seus recursos para diferentes tipos de cultura ao longo de sua vida. Pode ter adotado outras estratégias para manutenção e reprodução de seu patrimônio, distintas das sugeridas pelos bens constantes em seu

²⁷ Inventário de Quitéria Mendes da Silva (1850). AFAB.

²⁸ Inventário de Maria Francisca Lopes (1862). AFAB.

inventário. Este foi apenas e tão somente o retrato de um momento, aquele em que o indivíduo veio a falecer, e não a síntese da sua trajetória, de modo que o perfil da riqueza apresentada não necessariamente definiu ao padrão que o indivíduo desfrutou ao longo de toda a sua vida.

Outro ponto ilustrativo dos argumentos acima, relacionados ao fato do inventário ser uma fotografia de um momento da vida de um indivíduo, podemos observar na questão da sazonalidade típica das produções rurais. Muito provavelmente, em sociedades agrárias, este aspecto foi responsável por possíveis “ocultamentos” de determinados itens nos patrimônios declarados. Em regiões nas quais a produção de víveres era a atividade mais disseminada, o simples fato de um indivíduo ter falecido em determinado período de desenvolvimento de um gênero qualquer (semeadura, maturação, colheita ou comercialização) implica diretamente no aparecimento ou não deste item no arrolamento dos bens do inventariado. Como efeito isto pode impactar tanto na composição de seu patrimônio declarado, na identificação de sua ocupação, na caracterização das suas produções e no dimensionamento das mesmas.

Alguns exemplos extraídos da documentação que compulsamos evidenciaram mais nitidamente aquilo que queremos expressar. Os bens de Belizário Moreira do Nascimento foram inventariados no ano de 1881, tendo sua esposa, Joaquina Francisca Rosa, como inventariante. Dentre seus bens foi arrolado um estoque de vinte alqueires de milho.²⁹ Como não possuía escravos e tinha um único filho, podemos supor que, muito provavelmente, o milho estocado estava aguardando para ser comercializado, visto a quantidade declarada e o fato de já estar colhido e armazenado. O inventário de Ana Clementina do Nascimento foi aberto pouco depois, no ano de 1885. O inventariante do processo foi seu esposo, Antônio Gonçalves Moreira. A produção declarada no processo era mais diversificada, a julgar pelos estoques de gêneros declarados: trinta e cinco carros de milho, oito alqueires de arroz e nove alqueires de feijão.³⁰ Embora boa parte desta produção provavelmente fosse para o suprimento das necessidades das unidades produtivas e domésticas da inventariada, incluindo sua escravaria de onze cativos e seus três filhos, parte dela também poderia estar direcionada para o mercado. Contudo, nos dois casos citados, se os inventários tivessem sido abertos poucos meses antes ou depois, nada garante que poderíamos ter acesso ao tipo de produção das unidades, a dimensão destas e até mesmo as ocupações dos

²⁹ Inventário de Belizário Moreira do Nascimento (1881). AFAB.

³⁰ Inventário de Ana Clementina do Nascimento (1885). AFAB.

indivíduos em questão. Isto porque os gêneros poderiam estar em fase pré-colheita. Como era comum na localidade que estudamos as plantações serem genericamente descritas como culturas, ficaria dificultada nossa análise destes dois casos em especial que, embora tomados em particular, podem ser vistos como exemplos das dificuldades impostas pela relação sazonalidade da agricultura e momento de abertura do inventário. Ainda neste sentido, caso os processos tivessem sido iniciados algum tempo depois, as produções declaradas poderiam aparecer de outras formas nos inventários, como dinheiro recebido ou, mais provavelmente, como dívidas ativas na forma de contas de rol, o que alteraria a composição dos bens dos inventariados mencionados.

As considerações acima, muitas até certo ponto bastante óbvias, explicam porque a população inventariada não deve ser tomada como amostragem equilibrada de uma dada população. Foram muitas as nuances e condicionantes que estiveram por trás da produção deste tipo de documentação. Sendo assim, os sujeitos falecidos e inventariados, muito provavelmente, não representavam equitativamente todos os setores, sejam sociais, econômicos, políticos, ou de qualquer outra natureza, de uma sociedade. Disto resulta que a abordagem de uma população via inventários *post-mortem* assume um caráter, necessariamente, parcial, precário ou incompleto, tornando-se indicativa, indiciária, sugestiva.

Resta então questionar por que, mesmo diante de todas estas considerações acima acerca das limitações dos inventários como documentação para recuperar a caracterização da composição econômica e material de uma dada localidade, insistir em sua utilização? Simplesmente porque o passado brasileiro não nos legou outro tipo de documentação tão complexa, dada sua riqueza de informes, e disseminada por praticamente todas as localidades, capaz de oferecer tantos dados acerca da vida econômica e material de seus habitantes. A simples apreciação dos trabalhos anteriormente discutidos dão mostras das possibilidades ensejadas por este tipo de documentação. Na falta de arrolamentos populacionais regulares que tenham incluído toda a população de uma localidade, bastante raros para o passado Colonial e Imperial do Brasil, os inventários mostram-se uma importante alternativa, quiçá uma das melhores, para o estudo destas sociedades pretéritas, ainda que pesem os aspectos acima. Importante ressaltar ainda que a utilização de longas séries de inventários, procedimento adotado por todos os trabalhos analisados anteriormente, contribui para minimizar alguns os problemas acima discutidos.

Se muitos aspectos não podem ser alcançados com estas fontes, ou podem somente de modo parcial ou precário, outros tantos são captados, ou ao menos caminhos são apontados. Somente suas limitações enquanto fonte histórica devem ser consideradas pelo pesquisador, aliás, como qualquer outro tipo de documento produzido por quem quer que seja em qualquer tempo. Afinal, o que faz o historiador nada mais é do que uma aproximação do passado. Com toda certeza, os inventários permitem fazer isso.

Nos capítulos que se seguem, buscamos estudar a temática da riqueza, seus padrões, sua composição e seus níveis de concentração, dos indivíduos inventariados em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Destacamos os principais grupos de ativos. Abordamos ainda importantes aspectos acerca da população e da Vila na qual estava inserido o segmento de pessoas enfocado. Por fim, o mercado da localidade também foi minimamente rascunhado. Buscamos assim reconstituir parte da dinâmica econômica da localidade. Ao longo de toda a narrativa tivemos em conta todas as considerações discutidas neste capítulo.

Capítulo 2

Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX – espaço, população e economia.

2.1 - Introdução

Ao estudar o Brasil Imperial ou a América Portuguesa anterior a 1822, um dos primeiros obstáculos do historiador, certamente um dos mais difíceis de serem transpostos, refere-se ao recorte espacial a ser tomado como referência para suas análises. Isto porque no passado brasileiro, qualquer que seja a região em foco, foram constantes as (re)definições político-administrativas dos territórios. Não obstante este inconveniente, o historiador, seja do período Colonial ou Imperial, não pode se furtar de definir, mesmo que de forma um tanto quanto imprecisa, a região tratada. Ainda que pese a dificuldade mencionada, entendemos ser imperativa a adoção pelo pesquisador de uma referência espacial que seja capaz de balizar o estudo desenvolvido, que seja ao menos razoavelmente coerente com o tempo em análise, evitando assim o anacronismo.

A consideração anterior, pertinente a qualquer campo da historiografia, toma contornos mais drásticos para o caso dos historiadores que se debruçam sobre dados quantitativos produzidos no passado brasileiro, para os quais as jurisdições administrativas conformavam prerrogativas fundamentais. Dito de outra maneira, para saber quantos habitantes viveram em determinada localidade em certa época, pressuposto básico é saber os limites desta localidade no tempo em questão. Em nosso caso não foi diferente. Deparamo-nos, logo de início, com o seguinte questionamento: o que era, em termos de limites e jurisdição, a região que estudamos no passado, ou seja, de forma mais precisa, quais as freguesias ou paróquias constantes da Vila de Santa do Turvo ao longo da segunda metade do Oitocentos? Qual a evolução administrativa da localidade com o passar dos anos? Qual a dimensão do território que ocupava? Antes, porém, cabe uma breve apreciação acerca da região na qual estava inserida Santa Rita do Turvo e da própria localidade em momento anterior ao que abordamos, próximo, portanto, aos primeiros tempos da região. Caracterizada esta área mais ampla, retomaremos em seguida a difícil missão de definir os contornos espaciais, ao menos razoavelmente, da região tratada neste estudo.

2. 2 - A(s) Zona(s) da Mata Mineira

Situada na porção sudeste de Minas Gerais, estabelecendo fronteira com o Rio de Janeiro (ao sul e sudeste) e com o Espírito Santo (a nordeste), quando comparada com as áreas de mineração mais antigas, concentradas próximas ao centro da província, a Zona da Mata foi ocupada e explorada em período tardio. Alguns motivos concorreram decisivamente para este “atraso”. Em primeiro lugar, era habitada por grande contingente de populações indígenas, entre as quais estavam os temidos botocudos, muitas delas hostis à presença de estranhos. A densa floresta, típica da região, foi outro fator que serviu como empecilho para sua exploração, constituindo uma verdadeira barreira natural de difícil transposição. Somente uma motivação bastante premente justificaria a incursão por tão tortuosos caminhos. Como não foram encontradas riquezas minerais em suas redondezas, tal necessidade não se configurou durante muito tempo. Por fim, outro aspecto que dificultou e tornou mais tardia a ocupação da Zona da Mata Mineira foi a proibição, por parte da Coroa, do estabelecimento de unidades produtivas e de núcleos de povoamento, temerosa dos descaminhos que o ouro pudesse tomar em seus inóspitos caminhos. Na visão das autoridades metropolitanas a região constituía-se em rota perfeita para a fuga do ouro, tão desconhecida e perigosa que era (Rezende, 2007, p. 39-70).

Ainda nos primeiros anos do século XVIII, obra do sertanista Garcia Rodrigues Paes, filho do famoso bandeirante Fernão Dias Paes, a construção do *Caminho Novo* colocou a Zona da Mata Mineira na rota entre o Rio de Janeiro e as principais zonas de exploração do ouro nas Minas Gerais, atenuando o relativo isolamento da região (Paniago, 1990, p.46). Construído entre 1701 e 1709, este caminho reduzia em quase um terço o tempo de viagem entre as áreas de mineração e o Rio de Janeiro, principal porto de escoamento do ouro. A pretensão da Coroa era que o acesso para as áreas de mineração fosse feito exclusivamente por esta rota, não permitindo a criação de atalhos. Com tal medida esperava uma maior fiscalização e controle sobre o transporte do ouro. A restrição somente foi revogada em 1805, quando o montante da produção aurífera extraído das Gerais já estava em declínio fazia certo tempo (Paniago, 1991, p.50). Até a construção do Caminho Novo, a antiga rota, que passou então a ser denominada *Caminho Velho*, era feita das zonas de mineração via Guaratinguetá e Paraitinga até alcançar Parati. Daí seguia por mar até o Rio de Janeiro.

Embora o Caminho Novo tenha facilitado o surgimento de pousos, roças e ranchos na região da Mata Mineira, como reflexo da demanda gerada por viajantes e tropeiros que transitavam por esta rota, as atividades produtivas e mercantis surgidas deste processo não alcançaram grande expressividade. Somente no meado do século XIX, com a expansão da lavoura cafeeira na porção sul da Mata Mineira foi que o processo de ocupação e exploração da região potencializou-se decisivamente. Mônica Oliveira sustentou que para o sucesso do cultivo da rubiácea na região concorreu decisivamente uma acumulação prévia de capitais, baseada em redes de circulação mercantil, efetivadas em áreas externas à Zona da Mata Mineira, embora internas à província, especificamente no Centro e nas Vertentes. (Oliveira, 2005, p.39-40). Com a crise da produção aurífera e a consequente dispersão populacional decorrente deste processo, a Zona da Mata passou a ser alvo na busca por melhores terras para a lavoura (Paniago, 1990, p.51).

Embora comumente tratada sob uma mesma denominação genérica, Angelo Carrara advertiu que a Zona da Mata de Minas Gerais não se constitui em um todo homogêneo. Encerrava dentro de seus limites importantes diferenciações locais, já no século XIX, e que, segundo o autor, puderam ser percebidas pelos distintos padrões de propriedades fundiárias e de suas produções agrárias (Carrara, 1999, p.13-14). Carrara teve como objetivo básico estudar as transformações econômicas advindas do processo de transição das formas pré-capitalistas de produção para outras de matiz mais propriamente capitalista na região central da Zona da Mata Mineira (particularmente do território composto pelos atuais municípios de Visconde do Rio Branco e Ubá). Lastreado principalmente por inventários *post-mortem* e por escrituras de compra e venda de imóveis, o autor estabeleceu um modelo de regionalização que subdividiu a Zona da Mata Mineira em três grandes áreas (Carrara, 1999, p.13-21). Tendo em vista os informes oferecidos pela documentação considerada analisou o padrão da propriedade rural, os instrumentos agrícolas utilizados pelos habitantes das localidades em tela e o conjunto das técnicas rurais empregadas na lide agrícola (Carrara, 1999, p. 9-10).

De acordo com o autor, a porção norte foi a primeira das três áreas da Mata Mineira a ser ocupada. A partir da década de 1740 existem indícios de ocupação na região. O pioneirismo deveu-se à maior proximidade com algumas freguesias do termo de Mariana, de ocupação e exploração econômica bastante anteriores, no início do Setecentos. No entanto, destacou que o processo de ocupação e exploração da região foi

intermitente em função dos constantes conflitos com a numerosa população indígena estabelecida na região e a inexistência de achados auríferos significativos. Segundo Carrara, coadunaram-se na Zona da Mata Norte dois espaços diferenciados. As propriedades situadas na margem direita do Rio Doce tinham área média inferior a 60 hectares e 40% de sua extensão era dedicada à agricultura. Por sua vez, aquelas localizadas à esquerda deste rio, com apenas metade de suas áreas ocupadas por unidades produtivas, constituíam verdadeiramente uma zona de fronteira (Carrara, 1999, p.13). Antes do café atingir a Zona da Mata Norte, já no século XX, a primeira cultura expressiva regional foi a cana de açúcar, base para a produção de aguardente, açúcar e derivados nas unidades produtivas locais. As articulações dessa região sempre se fizeram rumo a Mariana (Carrara, 1999, p. 15-16). Sobre esta porção norte da Mata Mineira inexistem abordagens historiográficas específicas de caráter acadêmico, focadas em localidades circunscritas a este espaço.

O processo de ocupação da região central da Mata Mineira foi, em linhas gerais, tributário daquele ocorrido ao norte, sendo seu desdobramento natural. Importante destacar que nela vivia o maior contingente indígena da Zona Mata. Para “controlar” a grande presença de nativos, foram constituídos três aldeamentos indígenas na Mata Central ao longo da primeira metade do Oitocentos. Não obstante os conflitos decorrentes do contato da população autóctone com os colonizadores, os aldeamentos possibilitaram a convivência, ainda que forçada, entre indígenas e os primitivos exploradores da Zona da Mata Central. No povoamento desta zona, aos indígenas somaram-se migrantes oriundos da periferia das Minas Gerais. Carrara destacou que tais contingentes populacionais desenvolveram um processo produtivo baseado na pequena e média propriedade, voltado para autoconsumo ou para um comércio local. Os apontamentos do autor indicaram que na Zona da Mata Central 40% da superfície aproveitável estava ocupada por lavouras e a área média das propriedades era inferior a 35 hectares (Carrara, 1999, p.13-18).

Algumas recentes pesquisas contribuíram bastante para o conhecimento mais aprofundado e monográfico da história de algumas localidades inseridas na Zona da Mata Central e, conseqüentemente, para a caracterização mais precisa da região. Romilda Alves estudou o processo de desbravamento, ocupação e povoamento da área central da Zona da Mata Mineira na primeira metade do século XIX, especialmente dos atuais municípios de Rio Pomba, Viçosa, Ubá e Visconde do Rio Branco (Alves, 2009). Seu propósito central foi reconstituir as estratégias de formação patrimonial familiar em

uma região de fronteira aberta. O *corpus* documental no qual a autora se baseou foi constituído pelas listas nominativas de habitantes da região (1819-1822/1831/1832), organizadas pelo Cedeplar, e inventários *post-mortem*, mais precisamente 107 processos sob custódia do Fórum de Ubá do período 1823-1850 (Alves, 2009, p. 19-20).

Foi no contexto de crise de antigos centros de mineração e a consequente busca da população por novas possibilidades de sobrevivência (no caso em questão a agricultura) que Romilda Alves inseriu o processo de ocupação da Zona da Mata Central, área de terras férteis e despovoadas até então. Destacou que a apropriação do território em análise esteve circunscrita ao contexto político administrativo existente a partir de 1808, marcado por uma maior necessidade de oferta de alimentos de forma regular. Após a expulsão, a morte ou o controle das populações indígenas e a abertura de caminhos com a derrubada da mata típica da região, famílias originárias dos antigos centros mineradores em decadência arriscaram-se na ocupação do espaço, atraídos pela promessa de fácil acesso a terra (Alves, 2009, p. 28-72).

Por fim, Alves concluiu que, proibida pela metrópole durante o século XVIII, temerosa pelos descaminhos que o ouro das Minas Gerais pudesse tomar, a exploração e ocupação dos “Sertões do Leste”, bem como a navegação de seus principais rios, Pomba e Doce, passaram a ser vistos como alternativas econômicas diante da crise da mineração. Não obstante os conflitos com os *gentios*, a apropriação das terras da Mata Central multiplicou o estabelecimento de unidades produtivas pequenas e médias, voltadas para a produção de alimentos, e ativou o mercado fundiário na região (Alves, 2009, p. 80-129). Nas fazendas então constituídas se produziu, além do necessário para o sustento das famílias e dos escravos, excedentes voltados para mercantilização nos mercados locais. Neste contexto, marcado pela condição de fronteira em expansão, no qual disputas pela apropriação da terra e os conflitos com os indígenas eram constantes, a unidade familiar, tanto as que chegaram já estabelecidas, como também aquelas constituídas na própria região, contribuíram decisivamente para a superação dos obstáculos cotidianos enfrentados pelos colonizadores da Mata Central (Alves, 2009, p. 73-200).

Embora com fontes semelhantes, Irene Rezende analisou as bases econômicas e materiais de um grupo de fazendeiros da Zona da Mata Norte de Minas Gerais,³¹ entre o

³¹ Ainda que Irene Rezende tenha afirmado que sua análise enfocou a Zona da Mata Norte, muitas das localidades citadas em seu estudo fazem parte da área mais central da Mata Mineira, tais como as atuais cidades de Viçosa, Araponga e Pedra do Anta. Entendemos que este problema na verdade reflete a

período de 1821-1841, lançando mão de métodos diferentes, condicionados por seus objetivos. Buscou desnudar a base material dos grandes fazendeiros da região, capaz de sustentar a participação política destes em âmbito provincial e nacional (Rezende, 2008). Dessa forma, a análise da economia da região foi o percurso e não o destino do estudo da autora, aspecto que não o torna menos eficiente para revelar importantes características da vida material de um segmento privilegiado materialmente dos habitantes da Zona da Mata Central/Norte. Para sustentar sua análise, a autora optou por uma abordagem mais qualitativa que propriamente quantitativa dos dados evidenciados por seu vasto *corpus* documental que incluiu inventários, testamentos, listas de eleitores, registros de terras e listas nominativas. Além disso, tendo em vista os objetivos propostos na pesquisa, foram selecionados somente os inventários dos proprietários de terras com maiores cabedais, com condições de serem votantes e eleitores, de forma que se pudesse analisar a participação política desses fazendeiros. A autora optou pela exclusão dos inventariados com menores cabedais (Rezende, 2008, p. 80-87).

Ao longo de sua pesquisa Irene Rezende sustentou que os proprietários da região em foco tiveram participação política no período, para além dos limites provinciais, mais precisamente na construção do Estado Nacional, então em estruturação após a independência. Destacou que suas atuações estavam assentadas em sólidas bases materiais, expressas pelos seus grandes cabedais constituídos e mantidos na Zona da Mata Central/Norte. Pelas características acima apontadas, pode-se perceber que sua pesquisa situa-se na convergência dos campos de história econômica e história política (Rezende, 2008).

Por intermédio do estudo particular de dois importantes personagens da região, grandes proprietários de terras e cativos, Irene Rezende sustentou sua tese de que os fazendeiros da Mata Norte lutaram para impor seu projeto de Estado, cujas principais ideias eram o maior controle das instituições provinciais e a manutenção da ordem escravista. Foram eles Manoel Ignácio de Mello e Souza (1781-1859) e José Joaquim Fernandes Torres (1797-1869) (Rezende, 2008, p. 145-225). Para a autora, os elementos desnudados em seu estudo revelaram uma face desconhecida da Zona da Mata

dificuldade de estabelecermos limites jurisdicionais mais precisos para a região no século XIX. Contudo, entendemos que os proprietários estudados pela autora possuíam diversas propriedades, em sua maioria estabelecidas em localidades situadas na confluência das áreas central e norte da Mata Mineira, com preponderância para a primeira. Em razão disso optamos por incluir a pesquisa da autora entre os trabalhos relativos à Zona da Mata Central.

Central/Norte: a presença de muitas unidades produtivas em uma área que a historiografia considerava como ocupada somente nas três décadas finais do XIX com a produção cafeeira. Constatou uma região que já era ocupada e explorada desde o final do século XVIII e início do XIX (Rezende, 2008).

Além das pesquisas de Romilda Alves e de Irene Rezende podemos citar como recentes contribuições para o conhecimento do passado da Zona da Mata Central de Minas Gerais a pesquisa de Aparecida de Fátima Tavares (Tavares, 2013).³² A autora buscou estabelecer o perfil econômico da localidade de São João Batista do Presídio, atual Visconde do Rio Branco, no período 1870-1889. Questões como as características da mão de obra e da produção local foram enfocadas. Utilizou-se de um total de 119 inventários *post-mortem*, além do Registro de Terras da localidade. Afirmou que os escravos não eram a principal força de trabalho, visto que somente 63% dos inventariados tiveram algum cativo entre os bens arrolados e avaliados (Tavares, 2013, p. 51-57). Destacou ainda a preponderância do café entre as atividades produtivas encetadas na localidade, visto que conformava 92% de participação nas colheitas dos indivíduos analisados. As demais produções locais de gêneros variados eram essencialmente voltadas para a subsistência, tendo em vista representarem somente 8% do mesmo grupo de ativos (Tavares, 2013, p. 131-132).

De forma geral, uma produção historiográfica bastante recente vem contribuindo significativamente para o melhor conhecimento do passado da Zona da Mata Central de Minas Gerais, em especial em seus aspectos econômicos. Questões que eram tratadas de forma geral, hipotética, fragmentada ou sem comprovação empírica, ganharam maior nitidez, especificidade, concretude e sustentação de dados. Informes extraídos de listas nominativas, registros de terras e, principalmente, de inventários *post-mortem* vem sendo as fontes principais para a recuperação da história da região. Por outro lado, conforme apresentamos a seguir, o caso da Zona da Mata Sul foi distinto.

Não obstante indícios de ocupação e exploração econômica a partir da construção do Caminho Novo no início do século XVIII, com vistas ao abastecimento daqueles que por esta rota trafegavam, processo acima mencionado, o efetivo povoamento e apropriação produtiva das terras da Mata Sul somente ocorreu na segunda metade do século XIX. A partir deste momento potencializou-se a cafeicultura de base

³² O trabalho da autora já foi apresentado e discutido no primeiro capítulo desta tese, principalmente os aspectos concernentes à composição e a concentração da riqueza dos inventariados da localidade estudada, restando apenas alguns apontamentos complementares sobre o mencionado trabalho.

escravista nas áreas ao entorno do vale médio do rio Paraíba do Sul. A população indígena que habitava a região acabou ou sendo expulsa ou se fixando nos aldeamentos constituídos na Mata Central. Em processo bastante diverso do ocorrido nas outras partes da Zona da Mata, no sul um reduzido número de famílias ocupou a região, dispondo de cabedais consideráveis, proveniente de acumulação prévia desenvolvida em outras áreas de Minas Gerais (Oliveira, 2005). A mão de obra predominante foi constituída pela transferência do plantel de cativos que os antigos proprietários de lavras minerais que migraram para a região já possuíam anteriormente ou pela importação continuada de novos cativos. Consolidaram-se então grandes unidades de produção voltadas para exportação de café, estruturadas em torno do trabalho escravo (Carrara, 1999, p. 19-21). Na porção sul da Zona da Mata, Carrara indicou a predominância de propriedades menos parceladas. A área média era superior a 79 hectares (Carrara, 1999, p.13).

Em suma, fica evidente que o processo de ocupação e exploração da área sul foi bastante diverso dos ocorridos nas outras duas regiões da Zona da Mata de Minas Gerais, no centro e no norte. Ainda que pesem algumas diferenças entre ambas, nestas últimas houve menor participação do trabalho escravo, a estruturação de uma produção de gêneros variados para autoconsumo e comercialização de excedentes, um povoamento de indivíduos com menores cabedais e uma participação mais intensa, muitas vezes conflituosa, da população indígena. Ao sul da Zona da Mata, todo o processo de ocupação e exploração foi condicionado pelo desenvolvimento da produção cafeeira em larga escala. Em função do vigor deste processo em localidades como Mar de Espanha, Leopoldina e, principalmente, Juiz de Fora, para a Zona da Mata Sul existe um manancial maior de pesquisas dentro da historiografia econômica sobre Minas Gerais.³³

³³ Tendo em vista a maior profusão de trabalhos para Juiz de Fora e entornos da Zona da Mata Sul, muitos já bastante estabelecidas dentro da historiografia sobre Minas Gerais, optamos por somente citar algumas destas pesquisas, sem discuti-las mais detidamente. Ana Lanna analisou a transição do trabalho escravo para o livre na Zona da Mata Mineira. Sustentou que a organização do mercado de trabalho livre na região do café de Minas Gerais conheceu importantes diferenças em relação ao caso paulista. Enquanto em Minas privilegiou-se o trabalhador nacional, inclusive o ex-escravo, no caso paulista a transição se fez com base no trabalhador imigrante (Lanna, 1985). Mônica Ribeiro de Oliveira estudou as origens e a consolidação da cafeeira mineira no período compreendido entre 1780 até meados do século seguinte. Sustentou que a gênese da produção cafeeira na região esteve intimamente ligada com uma acumulação prévia de capitais baseada em redes de circulação mercantil efetivadas em outras comarcas de Minas Gerais (Oliveira, 2005). Anderson Pires estudou o processo de modernização do principal centro cafeeiro da Mata Mineira, Juiz de Fora, entre 1889 e 1930. Sustentou que, tendo como base os efeitos de encadeamento propiciados pela cafeeira de exportação, a localidade vivenciou uma transição capitalista distinta do modelo paulista e em grande medida autônoma, evidenciada pela estruturação de

2.3 - Santa Rita do Turvo: heterogeneidade demográfica e econômica

Inserida na Zona da Mata Mineira, em sua porção central, área de difícil e tardia ocupação e exploração econômica, encontrava-se Santa Rita do Turvo, localidade objeto deste estudo. Não obstante todos os apontamentos acima, a fez parte do trajeto de dois bandeirantes que exploraram a região à caça de índios e ouro. Sobre a primeira destas bandeiras, a de Antônio Rodrigues Arzão, existem controvérsias acerca de sua efetiva realização. No entanto, aceita-se que tenha sido o primeiro a desbravar aquelas paragens, ainda em 1693. Em 1780, época na qual a busca por novas regiões auríferas intensificava-se ainda mais em função do escasseamento da produtividade das zonas mais antigas, quando D. Rodrigo José de Menezes assumiu o governo da capitania de Minas Gerais, outra bandeira em busca de ouro passou pela região. Desta vez liderada pelo padre Manoel Luiz Branco. As esperanças de novos achados concentraram-se principalmente no rio Casca e em um de seus afluentes, o Sant'Anna. Tamanhos eram o desespero e a esperança por novas descobertas que, no ano seguinte, o próprio governador fez parte de uma investida sobre a região que buscou reconstituir os passos do padre Manoel Luiz Branco (Paniago, 1990, p. 49-51). Entretanto, não existem evidências de que os resultados das investidas sobre a região tenham sido minimamente recompensadores.

Apesar destas iniciais incursões sobre a região em tela, os primeiros passos para a ocupação mais consistente da localidade tratada somente se deram no início do século XIX. Embora já contasse com uma capela desde os primórdios do Oitocentos, mais precisamente desde 1805, Santa Rita do Turvo somente foi elevada à condição de freguesia quase três décadas mais tarde, no ano de 1832. Até que a freguesia fosse elevada à condição de Vila, o que ocorreu somente no ano de 1871, e posteriormente à

um sistema bancário e financeiro e pelo processo de industrialização vivenciado na localidade (Pires, 2009). O já citado trabalho de Rita Almico abordou a transformação da riqueza inventariada em Juiz de Fora entre 1870 e 1914. A autora identificou uma alteração da riqueza tradicional para novas formas, nas quais grupos de ativos mais propriamente capitalistas ganharam importância (Almico, 2001). Posteriormente, a mesma autora analisou o mercado de crédito constituído em Juiz de Fora entre 1853 e 1906, indicativo do vigor alcançado pela região. Constatou que, além de ser um bom negócio para quem dispusesse de algum capital para emprestar a juros, os empréstimos também cumpriram uma função social, mantendo e fortalecendo relações de amizade e parentesco (Almico, 2009). Mais recentemente, Bruno Novelino Vittoretto estudou a incorporação produtiva do café produzido na Zona da Mata Mineira no mercado mundial do produto no século XIX (Vittoretto, 2012).

de cidade, no ano de 1876, a localidade pertenceu administrativamente à jurisdição da Vila de Ubá.

São exíguas as informações sobre a localidade na primeira metade do século XIX. Contudo, podemos utilizar dois tipos de fontes para contemplarmos a região no meio deste período e nos primórdios da segunda metade do Oitocentos. A Lista Nominativa de habitantes,³⁴ datada de 1831, oferece alguns números que possibilitam uma razoável caracterização da localidade na primeira metade do século XIX, ou seja, nos primeiros momentos de sua efetiva ocupação e exploração econômica. Em seguida utilizamos os dados oferecidos pelo Registro Paroquial de Terras, datado de 1854-56. Com isso esperamos oferecer um ponto de partida para as análises que faremos posteriormente sobre a região em tela.

Na primeira metade do século XIX, conforme salientamos acima, Santa Rita do Turvo ainda era uma área de povoamento incipiente. Não obstante os esforços de algumas recentes pesquisas sobre algumas regiões vizinhas,³⁵ pouco se sabe sobre a localidade em questão e seus habitantes. Segundo a Lista Nominativa de 1831, a freguesia totalizava 1831 habitantes, 60% dos quais eram do sexo masculino, fator indicativo do caráter recente de sua ocupação no período. A população estava dividida em 1279 indivíduos livres (70%) e 551 escravos (30%). Dito de outra forma, de cada dez habitantes da localidade, três viviam na condição cativa. Não obstante a incipiência da ocupação naquele momento, a presença escrava mostrou-se bastante significativa. De modo geral, a região era habitada por uma população majoritariamente parda e/ou crioula (62%). No tocante à atividade que sustentava a população de Santa Rita,

³⁴ Organizadas e recentemente disponibilizadas pelo Cedeplar, as Listas Nominativas de Minas Gerais, também denominadas Maços de População, relativas aos anos de 1831/32 e 1839/42 estão disponíveis em www.poplin.cedeplar.ufmg.br. Oferecem arrolamentos nominativos, fogo por fogo, de todos os habitantes de uma localidade, descrevendo a idade, a qualidade (africano/preto, crioulo, branco etc.), o estado (casado, solteiro ou viúvo), a condição (escravo, livre etc.) e a ocupação dos indivíduos. Esta última informação, na maioria absoluta das ocasiões, refere-se somente ao chefe do domicílio. Segundo Clotilde Paiva, as listas nominativas mineiras foram iniciativas do governo provincial através de ofício de 25 de agosto de 1831 e foram colocadas sob responsabilidade dos Juizes de Paz. Em seu entendimento a ação dos governantes foi motivada pelo momento de organização do estado imperial. Nesse contexto, questões como o número de eleitores e de pessoas sujeitas ao recrutamento e à tributação eram essenciais (Paiva, 1996, p. 55-57). Este tipo de documentação foi fartamente utilizado pela historiografia para estudar Minas Gerais (Libby, 1988; Paiva, 1996; Alves 2009). Embora com outras características (maior regularidade e rol de informações) e datadas de período anterior, as Listas Nominativas para São Paulo, que na época abrangia o território do atual estado do Paraná, também foram muito utilizadas pela historiografia para analisar localidades circunscritas nestas duas províncias (Gutierrez, 1987; Luna, 1981; Marcondes, 1998; Motta, 1999). No caso de Minas Gerais, as listas são bastante lacunares, além de serem menos completas, omitindo algumas informações como, por exemplo, a estimativa da produção dos domicílios.

³⁵ Referimo-nos aos estudos anteriormente citados de Irene Rezende (2008), de Romilda Alves (2009) e de Aparecida de Fátima Tavares (2013).

podemos extrair dados com base na ocupação declarada para os chefes dos fogos (unidades domiciliares), informação que aparece com frequência na documentação compulsada (91% dos casos). A principal atividade declarada foi a de lavrador, ocupação de praticamente três quartos dos chefes de fogos da freguesia.

Divididos por grandes grupos etários, os habitantes da localidade estavam distribuídos da seguinte forma: 38,25% de crianças (0-15 anos), 44,5% de adultos (entre 16 e 40 anos) e 17,25% de idosos (com 41 anos ou mais). Considerada somente a população com 16 anos ou mais (61,75%), a parcela constituída por aqueles com relações matrimoniais reconhecidas e declaradas (casados ou viúvos) correspondeu a 46%, ao passo que os solteiros eram maioria, 54%, outro fator indicativo da recente ocupação da freguesia. A Lista Nominativa também pode ser utilizada para uma superficial reconstituição espacial de Santa Rita do Turvo no ano em questão. Os 1831 habitantes da localidade estavam espacialmente organizados em 297 fogos. Por sua vez, estes estavam distribuídos em 12 quarteirões.

Seguimos analisando a composição demográfica da localidade segmentando livres e cativos. Considerando somente o primeiro grupo, 1279 indivíduos (70% do total), 42,53% era constituído pelas crianças (0-15 anos), 38,93% pelos adultos e 18,53% pela parcela mais velha de indivíduos (com 41 anos ou mais). Excluindo o segmento das crianças, 63,8% eram casados ou viúvos no momento do arrolamento, tendo assim vivenciado em algum momento de suas vidas relações conjugais reconhecidas e declaradas.

Por sua vez, os indivíduos escravizados representavam 30% da população total de Santa Rita do Turvo. Somente 48% dos domicílios contavam com mão de obra cativa. Entre os escravistas, os pequenos plantéis, entre 2 e 5 indivíduos, provavelmente mantidos via reprodução natural, foram os mais recorrentes. A média de cativos entre os fogos escravistas foi de 4,9. Considerados todos os fogos o índice cai para 1,85.³⁶ De toda a população cativa listada, 35% era de origem africana, restando assim 65% de escravos crioulos, nascidos no Brasil. Em relação aos grupos etários, a população cativa estava composta por 28,31% de crianças (0-15 anos), 57,37% de adultos (16-40 anos) e por 14,33% de idosos (41 anos ou mais). Entendemos que esta composição etária, ainda que pese a predominância de pequenos plantéis e a incipiência da ocupação da

³⁶ Importante ressaltar que os dados para posse cativa somente consideram os escravos declarados nos fogos arrolados da Lista Nominativa de Santa Rita do Turvo em 1831. Se, por ventura, um escravista possuísse propriedades situadas em outras localidades, estas poderiam contar com a presença de outros cativos que escapariam à análise feita com base somente nos dados para a localidade em questão.

localidade, indica uma utilização produtiva dos cativos, haja vista a maior concentração na faixa dos adultos. Pelo menos em tese, estes seriam os indivíduos no auge da produtividade. A representatividade deste grupo é consideravelmente superior em comparação com o mesmo segmento da população livre. Por outro lado, crianças e idosos tiveram uma importância menor na população cativa em comparação com a população livre.

Considerados somente os cativos adultos e idosos, somente 13,67% foram declarados como casados ou viúvos na ocasião do arrolamento nominativo analisado. Sendo assim, 86,32% foram descritos como solteiros. Uma vez mais identificamos diferenças substantivas entre os segmentos livre e cativo da população considerada, tendo a condição escrava dificultado sobremaneira a constituição de relações matrimoniais reconhecidas e declaradas dentro daquele contexto social e econômico.³⁷

O negociante e lavrador Jacinto Manoel Monteiro contou com a maior escravaria declarada no arrolamento nominativo de 1831. Foram listados em seu fogo um total de 32 cativos, 23 homens e 9 mulheres. Somente 4 de seus escravizados eram casados. Pouco mais da metade (53%) era de origem africana. Nenhum dos escravos teve a ocupação declarada na fonte consultada. Com apenas 25 anos de idade, Monteiro ainda era solteiro e, além de seus cativos, foram incluídos em seu fogo apenas dois outros indivíduos livres. Foram eles Antônio José Monteiro, de 19 anos de idade, provavelmente seu irmão mais novo, descrito como lavrador, e Francisco de Paula e Souza, de 40 anos de idade, arrolado como administrador. Por sua vez, o alferes Joaquim de Barros teve a segunda maior escravaria declarada na listagem de 1831. Na ocasião contava com 62 anos de idade e foi declarado como lavrador. Embora tenha sido declarado como casado, sua esposa não foi incluída entre os habitantes do fogo que chefiava. Provavelmente encontrava-se fora da freguesia na ocasião do arrolamento. Foram listados 29 cativos em sua unidade domiciliar, 19 homens e 10 mulheres. Dentre seus escravizados pouco mais de 1/3 (34%) tinha origem africana. Nenhum de seus cativos foi descrito como casado. O alferes residia ainda com dois prováveis filhos, de 21 e 15 anos de idade, e com outros 3 indivíduos livres, aparentemente seus agregados ou funcionários. Nenhum destes teve ocupação declarada.³⁸

Contudo, não obstante a presença de escravistas de bom porte, pelo menos para os padrões locais, o perfil de posse cativa dos senhores da localidade foi bem mais

³⁷ Lista Nominativa de Santa Rita do Turvo (1831). Disponível em www.poplin.cedeplar.ufmg.br.

³⁸ Lista Nominativa de Santa Rita do Turvo (1831). Disponível em www.poplin.cedeplar.ufmg.br.

modesto, com plantéis entre 2 e 5 escravos. Sujeitos como o negociante Manoel José Gomes, de 26 anos de idade, ilustram o tipo de escravista majoritário na localidade e no ano em questão. Além de sua esposa, Ana Teodora de Jesus, de apenas 14 anos de idade, foram listados em seu fogo dois cativos: Lino, de 26 anos de idade, e o pequeno Pedro, de apenas 6 anos. Embora o primeiro cativo tenha sido declarado como casado não foi arrolado com sua esposa, fato que abre espaço para conjecturarmos algumas situações, ou um casamento com uma escrava de outro plantel ou com uma mulher livre ou forra, entre outras tantas possíveis. O lavrador Joaquim Gonçalves Bastos também exemplifica o perfil dos escravistas da localidade. Em 1831 contava com 24 anos de idade e residia com sua esposa Ana Rosa de Jesus, de 16 anos de idade. Além do pequeno Manoel, filho do casal, foram arrolados no fogo em que viviam 3 cativos: Joaquim, solteiro de 27 anos de idade, José, solteiro de 20 anos, e João, solteiro de 23 anos. Os dois primeiros tinham origem africana. Um último exemplo entre tantos outros possíveis. Foram arrolados no fogo chefiado por Francisco Lopes uma escravaria composta por 5 cativos. Contado com 66 anos de idade em 1831, o mesmo foi declarado como lavrador e na condição de viúvo. Além de seus cativos residiam no mesmo domicílio seus dois filhos, Francisco e Manoel, de 24 e 21 anos, respectivamente, e um outro indivíduo livre, de nome Manoel Bonifácio, crioulo de 42 anos de idade. Todos os seus cativos eram solteiros e apenas um foi descrito como sendo de origem africana.³⁹ Os três casos recuperados neste parágrafo são bastante ilustrativos do padrão de posse cativa na localidade estudada no ano de 1831. Foram majoritários os pequenos proprietários com escravarias entre 2 e 5 indivíduos.

Além das informações demográficas da localidade de Santa Rita do Turvo obtidas com a observação da Lista Nominativa de habitantes de 1831, outra importante fonte para informações sobre a localidade na passagem da primeira para a segunda metade do Oitocentos é o Registro Paroquial de Terras, feito entre 1854 e 1856 em Santa Rita do Turvo. Através de seus informes podemos reconstituir alguns aspectos concernentes à paisagem fundiária da localidade no tempo em questão, principalmente quanto ao tamanho das propriedades e às formas de aquisição das mesmas. Vale destacar que a jurisdição da freguesia no início da segunda metade do XIX já não era exatamente a mesma da Lista Nominativa de 1831, visto que as (re) definições espaciais foram constantes no período considerado. Exemplo deste fenômeno foi a inclusão no

³⁹ Lista Nominativa de Santa Rita do Turvo de 1831. Disponível em www.poplin.cedeplar.ufmg.br.

Registro de Terras de propriedades situadas na área que viria a ser a freguesia de São Sebastião do Coimbra, uma das que formariam a Vila de Santa Rita do Turvo a partir de 1871.

No Registro Paroquial de Terras foram arroladas 387 propriedades em 327 registros. Contudo, os dados apresentados são limitados. Quanto ao tamanho das propriedades somente para 94 (pouco menos de um quarto) foram incluídas as dimensões das mesmas. Certamente este índice indica a precariedade da posse fundiária na região ainda nos meados do século XIX. Em relação à forma de aquisição das propriedades, em 209 registros (54%) consta esta informação.⁴⁰ Na tabela 2.1 dividimos as propriedades em 4 faixas de tamanho. Indicamos o número de propriedades em cada faixa, a participação destas em relação ao total de propriedades, a área total que ocupavam e a participação relativa no total da área das propriedades consideradas.

Tabela 2.1: Dimensão das propriedades fundiárias, Santa Rita do Turvo – 1854/1856.

Faixas de tamanho de propriedades*	Nº propriedades	% propriedades	Área em alqueires	% áreas em alqueires
1 -10	40	42,5	195,2	2,2
11-50	41	43,6	998,3	11,7
51-100	2	2,1	156,2	1,8
Acima de 100	11	11,8	7.200	84,3
Total	94	100	8.549,7	100

*Em alqueires. Consideradas somente as propriedades com dimensões declaradas (pouco menos de um quarto dos casos).

Fonte: Registro Paroquial de Terras de Santa Rita do Turvo (1854-56). Arquivo Público Mineiro. Disponível online (www.siaapm.cultura.mg.gov.br).

Além da grande incidência de propriedades muito pequenas e pequenas, 87% tinham menos de 50 alqueires de tamanho, salta aos olhos a grande concentração da propriedade fundiária na localidade. Somente 11,8% das propriedades ocupavam pouco mais de 84% da área total declarada. Dito de outra forma, enquanto 81 propriedades ocupavam somente pouco mais de 1193 alqueires (14% do total da área declarada), as 11 propriedades arroladas com mais de 100 alqueires de dimensão ocupavam 7.200 alqueires (84% da área total declarada).

Os dados da tabela 2.2 trazem mais componentes para a análise. Apresentamos alguns índices estatísticos que contribuem para o refinamento do estudo da estrutura

⁴⁰ Registro Paroquial de Terras de Santa Rita o Turvo (1854-56). Disponibilizado pelo Arquivo Público Mineiro no site www.siaapm.cultura.mg.gov.br. Esta documentação consiste em um desdobramento da Lei de Terras de 1850. Desde então, a compra tornava-se o único meio de acesso à terra. Neste contexto, o registro da propriedade fundiária, com demarcação de seus limites, tornou-se muito importante. A documentação mencionada foi produzida com este objetivo primordial.

fundiária vigente em Santa Rita do Turvo na metade do século XIX. Novamente oferecemos os dados tanto desagregados por faixas de tamanho de propriedade como para o universo total de propriedades que tiveram suas dimensões declaradas no Registro Paroquial de Terras de 1854-56.

Tabela 2.2: Indicadores estatísticos para as propriedades fundiárias, Santa Rita do Turvo – 1854/1856.

Faixas de tamanho de propriedades*	Média	Mediana	Gini
1 -10	4,9	4,7	0.318
11-50	24,3	18,0	0.290
51-100	78,1	78,1	0.140
Acima de 100	654,5	450	0.352
Total	90,9	11,24	0.830

*Em alqueires. Consideradas somente as propriedades com dimensões declaradas (pouco menos de um quarto dos casos).

Fonte: Registro Paroquial de Terras de Santa Rita do Turvo (1854-56). Arquivo Público Mineiro. Disponível online (www.siaapm.cultura.mg.gov.br).

Observados os dados para o conjunto das propriedades, uma vez mais ficou ressaltada a elevada concentração fundiária vigente na localidade. O valor do índice de Gini⁴¹ não deixa margem a dúvidas, visto que atingiu 0,830. Os valores da média e da mediana, bastante distantes um do outro, reforçam a mesma constatação. Muitas propriedades muito pequenas ou pequenas, ao lado de outras poucas grandes compuseram a estrutura fundiária da localidade contemplada.

O vigário Filipe Benício Raimundo Nonato era um dos maiores proprietários de terras da localidade de acordo com o Registro Paroquial de Terras. No ano de 1855 foi registrada sua propriedade de nome Sítio São Domingos, havida por compra de Francisco de Assis Bernardino e do alferes Manoel da Silva Soares. A extensão declarada da propriedade era de uma sesmaria e meia, equivalente a 1350 alqueires. A propriedade fundiária de D. Cândida Vendelina tinha a mesma área das terras do vigário, 1350 alqueires ou uma sesmaria e meia. Estava situada na Fazenda São Francisco e foi havida por herança de sua mãe, D. Ana Maria de Assumpção. A posse da propriedade era compartilhada com sua irmã D. Ângela Maria da Encarnação e com o mesmo vigário Filipe Benício Raimundo Nonato, proprietário das terras anteriormente mencionadas. Infelizmente não foram descritas as proporções que cada um possuía na propriedade e nem mesmo a relação entre as proprietárias e o vigário. Bastante raras por suas grandes extensões, as posses fundiárias acima mencionadas foram as maiores

⁴¹ Para a definição do Índice de Gini ver nota nº1 na Introdução.

descritas e fizeram parte do segmento constituído por 11,8% das propriedades. Estas concentravam 84,3% do total da área declarada na documentação compulsada.⁴²

Todavia, ainda que pese a existência de grandes propriedades fundiárias em Santa Rita do Turvo na década de 1850, estas representavam somente uma pequena parcela no universo total das propriedades. O padrão vigente na localidade foi bem mais modesto, com preponderância de posses com menos de 50 alqueires de extensão, 86% dos casos. José de Freitas Ferreira possuía “Uma porção de Terras” com dimensão de 45 alqueires, adquiridas por compra de Leandro de Freitas Ferreira e Maria Ferreira de Jesus, situada na localidade denominada Retiro. Manoel de Sousa Lima possuía “Uma sorte de terras de cultura”, havida por herança de sua mulher e em comum com os demais herdeiros da mesma, na dimensão de 6 alqueires. A propriedade ficava situada na localidade denominada Boa Esperança. D. Ana Inocencia e Castro era proprietária de “Uma fazenda de terras de cultura em capoeiras e matas virgens” com pouco mais de 39 alqueires de extensão. Suas terras ficavam nas proximidades do córrego São Benedito e foram havidas por herança de sua mãe D. Antonia Maria Angelica da Silva. Os três últimos casos são ilustrativos do padrão de posse fundiária, bastante fragmentado em pequenas unidades, predominante em Santa Rita do Turvo na década de 1850.⁴³

Uma outra variável capaz de contribuir para a recomposição da estrutura fundiária da localidade é a forma de aquisição das propriedades. Neste caso a informação aparece para 209 dos 387 registros que compõem o Registro Paroquial de Terras de Santa Rita do Turvo, ou seja, para 54% dos casos. Na tabela 2.3 apresentamos os informes desagregados em quatro categorias: compra, herança, compra e herança combinados e outras (posse, troca ou doação).

Tabela 2.3: Formas de aquisição das propriedades fundiárias, Santa Rita do Turvo – 1854/1856.

Formas de aquisição	nº registros	% registros
Compra	97	46,4
Herança	89	42,6
Compra/Herança	13	6,2
Outras	10	4,8
Total	209	100

* Consideradas somente as propriedades com forma de aquisição declarada (54% dos casos)

Fonte: Registro Paroquial de Terras de Santa Rita do Turvo (1854-56). Arquivo Público Mineiro. Disponível online (www.siaapm.cultura.mg.gov.br).

⁴² Registro Paroquial de Terras de Santa Rita o Turvo (1854-56). Disponibilizado pelo Arquivo Público Mineiro (www.siaapm.cultura.mg.gov.br).

⁴³ Registro Paroquial de Terras de Santa Rita o Turvo (1854-56). Disponibilizado pelo Arquivo Público Mineiro (www.siaapm.cultura.mg.gov.br).

Na metade do século XIX, as principais formas de aquisição das propriedades fundiárias em Santa Rita do Turvo eram a compra e a herança. Outras formas tinham baixíssima representatividade. A grande incidência de propriedades adquiridas via compra sinaliza para a existência de um considerável e ativo mercado fundiário na região, não obstante a precariedade da posse na localidade, com muitas propriedades sem delimitação precisa. Propriedades adquiridas pela simples posse praticamente não mais existiam nesse período, fator indicativo de uma região com ocupação razoavelmente estabilizada, na qual a condição de fronteira aberta provavelmente já não era mais preponderante.

Domiciano Ferreira da Silva possuía uma propriedade, “Uma sorte de terras”, no córrego do Sertão. Maria Pinta era proprietária de 8 alqueires nas cabeceiras do Tijuco. Os dois casos tinham um aspecto em comum. Foram estas as únicas propriedades declaradas no Registro de Terras da localidade adquiridas por meio de posse. O modo mais comum de acesso à terra em Santa Rita do Turvo era por compra. José Lopes de Faria era proprietário de “Uma fazenda que compõem-se de terras de cultura”, situada no ribeirão de São Bartolomeu. Adquiriu-a por compra do Major Severiano da Silva e Castro. Os 5 alqueires de terras de Luciano Dias Paes, sitas no ribeirão Turvo Limpo, também foram adquiridas por compra de Domingos Antônio Carneiro. Os 225 alqueires, descritos como “Uma sorte de terras”, de Ponciano Ignácio Alves era uma de suas 4 propriedades declaradas na documentação consultada. Situava-se no córrego do Meio e foi adquirida por compra de Manoel Vieira de Andrade. O modo de aquisição de todas suas demais propriedades foi o mesmo.⁴⁴

As propriedades havidas por herança tiveram uma representatividade pouca coisa menor em relação àquelas adquiridas via compra, configurando-se na segunda principal forma de acesso à terra na freguesia, pelo menos a julgar pela documentação compulsada. Os 11 alqueires de terras possuídos por D. Prudência Marques Ferreira, situada nos Quartéis, foram fruto da herança deixada por seus pais. João Pinto dos Santos herdou “Uma porção de terras de cultura” deixada por João Anastácio Alves Lira, seu sogro, e por D. Francisca Angélica de Jesus, sua sogra. A propriedade em questão localizava-se no Taquaruçu e sua posse era compartilhada com os demais herdeiros dos proprietários anteriores. Antônio José Carneiro herdou de seu pai, Antônio Carneiro, 17 alqueires de terras. A propriedade herdada ficava situada nas

⁴⁴ Registro Paroquial de Terras de Santa Rita o Turvo (1854-56). Disponibilizado pelo Arquivo Público Mineiro (www.siaapm.cultura.mg.gov.br).

proximidades do braço do Turvo Limpo.⁴⁵ Os últimos casos destacados ilustram a segunda principal forma de aquisição das propriedades fundiárias em Santa Rita do Turvo no início da segunda metade do Oitocentos, a herança.

De modo geral, em Santa Rita do Turvo na metade do século XIX, a paisagem fundiária era marcada pela existência de inúmeras propriedades muito pequenas ou pequenas, com dimensões menores que 50 alqueires (86%), e algumas poucas grandes propriedades, maiores que 100 alqueires. Estas últimas, ainda que fossem somente 11,8% de todas as propriedades, ocupavam pouco mais de 84% de toda a área resultante da soma das unidades cujas dimensões foram apresentadas na documentação compulsada. Contudo, nunca é demais ressaltar que o fato de somente pouco menos de um quarto das propriedades terem tido suas dimensões descritas no Registro de Terras que utilizamos confere limites à análise da paisagem fundiária da localidade, matizando bastante os apontamentos acima delineados. Com base na mesma documentação pudemos notar ainda a existência de um mercado fundiário ativo na localidade, uma vez que a principal forma de aquisição das propriedades foi a compra, seguida de perto por aquelas havidas por herança. Neste período entendemos ser razoável afirmar que a localidade não era mais área preponderantemente de fronteiras abertas.

Em suma, podemos sistematizar alguns apontamentos relativos à caracterização geral de Santa Rita do Turvo no período anterior ao que abordamos mais à frente neste capítulo e nos seguintes. Os dados extraídos da Lista Nominativa de 1831 sugerem uma localidade de ocupação incipiente, com maior incidência masculina, com presença majoritária de pardos e crioulos, na qual a atividade agrária era a principal ocupação. Indicaram ainda uma presença cativa bastante significativa, três em cada dez habitantes eram escravos, com quase metade dos fogos contando com ao menos um escravo e com plantéis pequenos como regra geral. Por fim, apontaram a utilização na produção dos cativos na localidade, tendo em vista a representatividade de escravos adultos jovens. Por sua vez, os informes disponíveis no Registro de Terras de 1854-56 indicaram que, quase duas décadas e meia após o arrolamento nominativo, predominava na localidade uma estrutura fundiária altamente concentrada, com uma maioria de pequenas propriedades conjugadas com algumas pouquíssimas grandes propriedades. Sugerem ainda uma situação de fronteiras mais ou menos estabilizadas e um mercado fundiário ativo, visto que a principal modalidade de acesso à terra era a compra.

⁴⁵ Registro Paroquial de Terras de Santa Rita o Turvo (1854-56). Disponibilizado pelo Arquivo Público Mineiro (www.siaapm.cultura.mg.gov.br).

Não obstante os dados apresentados sobre Santa Rita do Turvo no ano de 1831, e depois para 1854-56, fundamentais para estabelecer o perfil socioeconômico da localidade, retomamos a questão em torno da necessidade de uma eficiente e razoável definição espacial adequada ao período estudado. A Santa Rita do Turvo retratada na lista de 1831, então uma paróquia/freguesia da Vila de Ubá, viria a se tornar a freguesia sede da Vila de mesmo nome, criada somente em 1871. No meio deste período, por ocasião do Registro de Terras da década de 1850, a localidade incorporava também territórios de uma de suas futuras freguesias, São Sebastião do Coimbra. Em resumo, os limites de Santa Rita do Turvo foram diferentes nos três momentos citados. Ainda que pese este aspecto, os dados apresentados objetivaram somente oferecer um esboço do tipo de ocupação e a evolução socioeconômica encetada na região antes do período que retratamos neste texto. Na segunda metade do XIX a localidade em tela conheceu reconfigurações territoriais e jurisdicionais.

Tendo esta questão como pressuposto, sentimos a necessidade de historicizar a localidade em tela. Santa Rita do Turvo da segunda metade do Oitocentos não deve ser confundida nem com a freguesia de ocupação incipiente retratada na lista de 1831, nem com a localidade de estrutura fundiária altamente concentrada de 1854-56, nem somente com a atual cidade de Viçosa, originária da então freguesia sede da Vila da qual fazia parte. No momento em que a abordamos, na segunda metade do Oitocentos, tratava-se de jurisdição bastante vasta, que ora ganhou e ora perdeu freguesias e paróquias. Tendo em vista o aludido processo, não nos surpreendeu a constatação de que seus limites foram bastante instáveis ao longo do tempo.

Apenas a título de exemplificação, o Recenseamento Geral do Império de 1872 (realizado em Minas no ano seguinte) apresentou Santa Rita do Turvo composta por seis freguesias. Além da sede (de mesmo nome), compunham a então Vila, segundo esta documentação, São Sebastião dos Aflitos (posterior Herval e atualmente Ervália), Sant'Anna da Barra do Bacalhau (atual município de Guaraciaba), São Sebastião do Coimbra (atual Coimbra), São Miguel do Anta (preserva a mesma denominação) e São Miguel dos Arrepiados (atual Araponga).⁴⁶ Por sua vez, no Recenseamento de 1920, já com nome de Viçosa, a localidade constituía-se de oito distritos, alguns frutos de incorporações e outros de desmembramentos. Além da sede, era formada por Teixeira (atual município emancipado), São Miguel do Anta, Coimbra, Herval, Araponga, São

⁴⁶ Recenseamento Geral do Império de 1872, realizado em Minas em 1873. Disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em www.biblioteca.ibge.gov.br/.

Vicente do Grama e Pedra do Anta.⁴⁷ Outros exemplos, indicativos da mesma tendência, a instabilidade político-administrativa da região em tela, seriam facilmente encontrados.

Para agravar nossa situação, Santa Rita do Turvo esteve administrativamente vinculada a outra Vila até a década de 1870. Até que a freguesia fosse elevada à condição de Vila, o que ocorreu somente no ano de 1871, e posteriormente à de cidade, no ano de 1876, Santa Rita do Turvo pertenceu administrativamente à jurisdição da vila de Ubá. O mapa 1 apresenta e destaca o atual município de Viçosa, originário da antiga freguesia sede da Vila de Santa Rita do Turvo, situando-o no contexto de Minas Gerais e do sudeste brasileiro. Serve para oferecer uma mínima noção da posição em que estava situada, embora identifique apenas um fragmento do que era a localidade estudada.

Figura 2.1: Mapa com a atual localização de Viçosa dentro do sudeste brasileiro

Fonte: SILVA, Joisceany Moreira Ferreira da. **Utilizando SIG como ferramenta na produção de um mapa digital.** Monografia (bacharelado em Geografia) – Depto. de Artes e Humanidades, UFV, Viçosa/MG, 2006, p.11.

A instabilidade e a indefinição política e administrativa da região foram aspectos constantes. No momento de sua emancipação, e de sua consequente definição territorial, Santa Rita do Turvo acabou por englobar territórios que também pertenciam à vila de Ubá. Este foi o caso, por exemplo, da freguesia de São Sebastião dos Afflitos (posteriormente São Sebastião do Herval e atualmente Ervália). Na documentação

⁴⁷ Recenseamento de 1920. Disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em www.biblioteca.ibge.gov.br/.

consultada esta freguesia encontrava-se, até o ano de 1871, sob jurisdição da vila de Ubá. Já em outro documento, datado de 1875, São Sebastião do Herval apareceu como pertencente administrativamente a Santa Rita do Turvo. Embora este processo de (re)definição politico-administrativo tenha ocorrido com maior vigor em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e na primeira do XIX, na região da Zona da Mata o processo estendeu-se um pouco mais, alcançando a segunda metade do Oitocentos. Certamente este “atraso” deu-se por conta da ocupação e do povoamento da região terem sido efetivados em períodos posteriores aos dos antigos centros mineradores em função das dificuldades mencionadas no início deste capítulo.

À luz das considerações acima, sentimos a necessidade de estabelecer um parâmetro de conformação territorial para a localidade em estudo na segunda metade do XIX, com o qual pudéssemos dialogar ao longo do trabalho, mesmo que não acompanhando totalmente sua dinâmica de constantes (re)definições administrativas, prática que julgamos ser praticamente inexecutável. Além de trazer para a pesquisa questões que estão fora de seu escopo, teríamos que lidar ainda com a carência de fontes confiáveis, pois nos parece que mesmo as autoridades contemporâneas tiveram dificuldades em apontar definições muito precisas, e com uma desnecessária e enfadonha sucessão de datas e eventos.

Em suma, a documentação de que dispomos, os inventários *post-mortem*, parte explorada neste capítulo e o conjunto integral no posterior, permitiu-nos analisar não somente a freguesia de Santa Rita do Turvo retratada na Lista Nominativa de 1831 e nem aquela do momento da feitura do Registro de Terras de 1854-56. A documentação que compulsamos cobre toda a conformação espacial da Vila de Santa Rita do Turvo apresentada no Recenseamento Geral do Império, realizado em Minas Gerais no ano de 1873. Dessa forma, optamos por adotar este recorte espacial. Fizemos esta escolha por dois motivos bastante simples. Em primeiro lugar, o Recenseamento em questão constitui-se no principal e mais amplo esforço de contabilização e caracterização da população do Brasil até aquele momento efetivado, inaugurando a fase estatística no país. É bastante utilizado por pesquisadores do período que consideram seus dados de boa confiabilidade. Em segundo lugar, e mais importante para o nosso estudo, o Recenseamento apresenta uma jurisdição administrativa de Santa Rita do Turvo em um momento bastante significativo para nossa pesquisa, marcando praticamente a metade do período sobre o qual nos debruçamos (1850/1900). Tendo em vista que as (re)definições politico-administrativas do território em questão provavelmente não

tenham sido feitas de forma abrupta, entendemos que a jurisdição evidenciada por esta documentação tenha sido aquela que, com pequenas incorporações e/ou supressões, tenha representado de forma geral e com razoável nível de precisão o território de Santa Rita do Turvo ao longo da segunda metade do século XIX. Como dispomos de documentação para todas as freguesias que constituíam a Vila no Recenseamento de 1873, julgamos adequado considerar todo este vasto território.

Corroborar esta perspectiva o *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Com base nesta obra, identificamos que todas as freguesias que compunham Santa Rita do Turvo em 1873 somente se emanciparam no século XX, a partir de sua quarta década, já distante do período que enfocamos.⁴⁸ Portanto, se houve supressões e/ou acréscimos ao território definido pelo Recenseamento de 1873, foram mínimos e ocorreram gradualmente. Dessa forma, sentimos segurança para adotar um recorte espacial que, embora possa ter sofrido algumas modificações,⁴⁹ parece-nos que dá conta eficientemente do espaço que estamos estudando ao longo da segunda metade do XIX, pelo menos em sua conformação geral, conferindo-lhe contornos razoavelmente precisos e assegurando uma abordagem espacial que fuja do anacronismo.

Podemos ter uma mínima ideia da amplitude do território tratado se consultarmos os tamanhos das atuais cidades que se originaram das antigas freguesias que constituíam a Vila de Santa Rita do Turvo na ocasião do Recenseamento de 1873. Embora reconheçamos a precariedade deste exercício, entendemos que pode oferecer uma aproximação mínima acerca da localidade tratada, deixando bem evidente não se tratar de uma única freguesia, mas sim de toda uma vasta Vila. Feito o exercício proposto, o território englobado pela Vila de Santa Rita do Turvo no ano de 1873, base para a definição espacial aqui proposta, calculado pela dimensão das áreas ocupadas pelas cidades que se originaram de suas freguesias, era de aproximadamente 1568,282

⁴⁸As datas das emancipações das freguesias foram: São Sebastião dos Aflitos em 1938, Santana da Barra do Bacalhau em 1948, São Sebastião do Coimbra em 1948, São Miguel do Anta em 1953 e São Miguel Arrepiados em 1962, tendo passado para a jurisdição de Herval, a antiga Aflitos, em 1938 (Barbosa, 1995).

⁴⁹É ilustrativo o exemplo da freguesia de Santana da Barra do Bacalhau. Esta localidade, que no ensejo do Recenseamento de 1873 pertencia a Santa Rita do Turvo, quando de sua emancipação em 1948 estava vinculada a Piranga (Barbosa, 1995. P.144). Estas alterações de jurisdições, com freguesias que passam de uma vila para outra, são muito difíceis de serem apreendidas em seu dinamismo, matizando um pouco o recorte espacial estabelecido em nossa pesquisa. Entretanto, entendemos que ocorrências como estas não o inviabilizam.

km². Para se ter uma ideia mais clara da vastidão da região considerada, a área do território da atual cidade de São Paulo/SP é de 1521,101 km².⁵⁰

Conforme expusemos acima, em 1873, a Vila de Santa Rita do Turvo era constituída por seis freguesias ou paróquias: Santa Rita do Turvo (sede), São Sebastião dos Aflitos, Sant'Anna da Barra do Bacalhau, São Sebastião do Coimbra, São Miguel do Anta e São Miguel Arrepiados. Será com esta configuração que trabalharemos ao longo de toda nossa pesquisa.

A figura 2.2, embora de data posterior que desconhecemos (provavelmente da segunda década do século XX), apresenta toda a região. Nela fica evidente que analisar Santa Rita do Turvo na segunda metade do XIX ultrapassa os limites de estudar o passado exclusivamente da freguesia retratada no arrolamento nominativo de 1831 ou da atual cidade de Viçosa.

Figura 2.2: Mapa de Viçosa e região – provavelmente segunda década do século

XX

Fonte: www.asminasgerais.com.br/zonamata/Biblioteca/Mapas/Antigos/mapant0001.html (adaptado).

⁵⁰ Dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.shtm>. Obtivemos a dimensão do território apresentado com base na soma das áreas das atuais cidades de Viçosa (Santa Rita do Turvo), 299,418 km²; Ervália (São Sebastião dos Aflitos), 357,489 km²; Coimbra (São Sebastião de Coimbra), 106,875 km²; Guaraciaba (Santana da Barra do Bacalhau), 348,596 km²; São Miguel do Anta (São Miguel do Anta), 152,111 km²; e Araponga (São Miguel dos Arrepiados), 303,793 km².

Podemos perceber que, dentre as antigas freguesias de Santa Rita do Turvo, constantes no Recenseamento de 1873, todas ainda estão integradas à jurisdição de Viçosa, nome que a localidade recebeu após 1911. Exceção feita para a freguesia de Sant'Anna da Barra do Bacalhau, já com o nome de Guaraciaba (denominação atual), que se encontrava, quando da confecção do dito mapa, sob jurisdição da vizinha Piranga. Indicamos com setas as antigas freguesias de Santa Rita do Turvo, baseando-nos no Recenseamento Geral do Império. Para todas elas dispomos de documentação. Aparecem indicadas no mapa Sant'Anna da Barra do Bacalhau (já com o nome de Guaraciaba e pertencente a Piranga), São Sebastião do Coimbra (somente Coimbra), São Sebastião dos Aflitos (Herval), São Miguel do Anta (mesma denominação), São Miguel dos Arrepiados (Araponga) e a freguesia sede de Santa Rita do Turvo (já como Viçosa). O território conformado pela região retratada ocupou uma vasta extensão do que hoje se conhece como Zona da Mata Mineira, mais especificamente em sua porção central.

Retomando a questão das freguesias que compunham Santa Rita do Turvo na segunda metade do XIX, a consulta ao Recenseamento Geral do Império de 1873 permite-nos verificar que estas guardavam algumas substantivas diferenciações entre si. Dito de outra maneira, a Vila não se constituía de um todo homogêneo. Escolhemos alguns indicadores que nos permitiram traçar um breve perfil demográfico e econômico do município no período em questão. Inicialmente, ficamos restritos a uma abordagem transversal, na medida em que buscamos uma caracterização da localidade com base em dados para um único ano, o do Recenseamento Geral do Império. Entretanto, buscamos enriquecer um pouco mais esta caracterização da localidade. Para isso lançamos mão de alguns informes obtidos da quantificação dos inventários *post-mortem* que compulsamos para a década de 1870, momento no qual entendemos que o recorte espacial está mais detidamente ajustado à documentação de que dispomos. Dessa forma, neste capítulo utilizaremos somente os dados dos inventários *post-mortem* para a década de 1870-79. Tendo como base os informes oferecidos por esses processos analisamos dois aspectos em específico, posse cativa e a riqueza total declarada, o monte mor. Entendemos que o estudo destas duas variáveis permitiu estender, ao menos pela década de 1870, as considerações acerca da caracterização socioeconômica da localidade. A incorporação dos dados dos inventários significou assim um duplo avanço. Primeiro estabelecemos um cruzamento de fontes, prática sempre recomendável no ofício do historiador. Além disso, incorporamos uma perspectiva longitudinal, uma vez que os

inventários consultados neste momento referem-se a toda a década de 1870, e não exclusivamente ao ano do Recenseamento.

Na tabela 2.4 apresentamos os dados relativos à população da Vila de Santa Rita do Turvo em 1873, desagregados por freguesias. Destacamos a participação de cada um dos segmentos, livre e cativo, dentro da população total de cada freguesia, além dos mesmos indicadores para o município considerado em seu todo.

Tabela 2.4: População livre e escrava, Santa Rita do Turvo - 1873

Freguesias	Livres		Escravos		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Santa Rita do Turvo	4.304	87,2	630	12,7	4.934	100
São Sebastião dos Aflitos	4.796	73,1	1.760	26,8	6.556	100
São Sebastião do Coimbra	2.616	86,9	394	13,1	3.010	100
Santana da Barra do Bacalhau	5.503	86,8	838	13,2	6.341	100
São Miguel do Anta	7.960	77,9	2.263	22,1	10.223	100
São Miguel dos Arrepiados	5.281	87,5	751	12,4	6.032	100
Vila	30.460	82,1	6.636	17,9	37.096	100

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1873. Disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em www.biblioteca.ibge.gov.br/.

Considerada a população total da Vila, a representatividade do segmento cativo alcançava praticamente 18%. Contudo, salta aos olhos que, em duas das freguesias com maior população total (São Sebastião dos Aflitos e, principalmente, São Miguel do Anta) a representatividade cativa tenha alcançado índices maiores, 26,85% e 22,14% respectivamente.

Em localidades nas quais algo em torno de um quarto da população vivia na condição escrava, o escravismo talvez tenha tido características diferentes de freguesias nas quais pouco mais de um décimo da população era cativa (como nos casos de Santa Rita do Turvo, São Sebastião do Coimbra, Sant'Anna da Barra do Bacalhau e São Miguel dos Arrepiados), mesmo que constituintes de um mesmo município. Exclusive as duas freguesias nas quais a representatividade cativa na população foi maior, as outras evidenciaram índices bastante próximos, entre 12,45% e 13,22%, de representatividade dos escravos na população.

Importante destacar ainda que algumas freguesias tinham população muito maior que outras. São Miguel do Anta tinha mais que o triplo de habitantes que São Sebastião do Coimbra. Esta constatação pode encontrar explicação tanto no tamanho do território como também em algum tipo de atividade de produção que funcionasse como atrativo populacional, para o caso das freguesias com mais habitantes, ou da carência de atividades que afastasse a população, para o caso daquelas com menor população. Disto

temos que havia um considerável desequilíbrio demográfico interno na Vila de Santa Rita do Turvo em 1873, tanto de distribuição da população em geral como também dos cativos.

A análise conjunta das tabelas 2.5 e 2.6 permite avançar um pouco mais nas considerações acerca da população de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Nas tabelas estão apresentados os números absolutos, a razão de sexo e a participação no total da população da Vila, tanto no que se refere à população cativa (tabela 2.5) quanto para o segmento dos livres (tabela 2.6).

Tabela 2.5: Representatividade e razão de sexo da população escrava por freguesias, Santa Rita do Turvo – 1873.

Freguesias	Nº	Razão	% Vila
Santa Rita do Turvo	630	156,1	9,5
São Sebastião dos Aflitos	1.760	107,3	26,5
São Sebastião do Coimbra	394	110,7	5,9
Santana da Barra do Bacalhau	838	142,9	12,6
São Miguel do Anta	2.263	101,7	34,1
São Miguel dos Arrepiados	751	129,0	11,3
Vila	6.636	115,7	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1873. Disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em www.biblioteca.ibge.gov.br/.

Tabela 2.6: Representatividade e razão de sexo da população livre por freguesias, Santa Rita do Turvo – 1873.

Freguesias	Nº	Razão	% Vila
Santa Rita do Turvo	4.304	119,8	14,1
São Sebastião dos Aflitos	4.796	100,8	15,8
São Sebastião do Coimbra	2.616	120,2	8,6
Santana da Barra do Bacalhau	5.503	109,7	18,1
São Miguel do Anta	7.960	100,7	26,1
São Miguel dos Arrepiados	5.281	105,5	17,3
Vila	30.460	107,3	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1873. Disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em www.biblioteca.ibge.gov.br/.

Dentre os dados apresentados destacamos que, para o caso da população cativa (tabela 2.5), a freguesia com maior escravaria também era aquela com maior equiparação entre os sexos. São Miguel do Anta, localidade com maior número de cativos em todo o município, apresentava a razão de sexo mais próxima do equilíbrio absoluto, 101,69, índice que sugere a prevalência de pequenos plantéis, visto que escravarias maiores, em geral, apresentavam maior preponderância de homens. Voltaremos a este aspecto mais a frente. Por outro lado, as freguesias com menor população cativa apresentaram maior desproporção de gênero, com maior concentração masculina. Em Santa Rita do Turvo, a segunda freguesia com menor número de cativos,

tanto relativo quanto absoluto, a razão de sexo é a mais distante do equilíbrio, 156,09, enquanto o índice para o município como um todo é de 115,66. Existiram escravarias maiores em uma freguesia com um número absoluto menor de cativos, visto que a população escrava concentrava mais homens? Posteriormente, com base na análise dos inventários retomaremos esta questão.

A análise da razão de sexo da população livre (tabela 2.6) permite constatar pontos comuns em relação à população cativa. Uma vez mais, a freguesia com maior população, São Miguel do Anta, apresentou o indicador mais próximo do equilíbrio, 100,70. Novamente, as localidades com menor população apresentaram um maior desequilíbrio entre os sexos. São Sebastião do Coimbra, a mais desequilibrada, 120,20, e Santa Rita do Turvo, 119,81. Enquanto isso, o município considerado como um todo apresentou o indicador da razão de sexo entre a população livre de 107,29.

O cruzamento dos dados das duas tabelas permitiu constatar ainda que as freguesias com maior população cativa, São Miguel do Anta e São Sebastião dos Aflitos, contavam com pouco mais de 60% dos escravos do município (34,10% e 26,52% respectivamente). Por sua vez, as duas localidades com maior população livre, São Miguel do Anta e Sant'Anna da Barra do Bacalhau, contavam pouco além de 44% dos livres da Vila como um todo (23,13% e 18,07% respectivamente). Com isso podemos afirmar que a população cativa da Vila estava mais concentrada em algumas freguesias do que a população livre, melhor distribuída.

Por outro lado, em tendência oposta, as localidades com menores populações, tanto de cativos como de livres, Santa Rita do Turvo e São Sebastião do Coimbra, evidenciaram maior participação no total do município quando tomada a parcela livre, 22,72% (14,13% e 8,59% respectivamente). A população cativa destas freguesias representava somente 15,43% de todos os escravos do município (9,49% e 5,94% respectivamente). Ou seja, as freguesias com mais habitantes têm uma representatividade maior no segmento cativo no total do município, vendo esta participação se reduzir quanto se trata da participação dos elementos livres.

De forma contrária, as freguesias com menor população tiveram maior representatividade na população da Vila quando consideramos somente o segmento livre. Esta participação se reduz quando considerada a parcela cativa. Estes dados sugerem a prevalência de maiores plantéis de cativos nas freguesias do município com maior população, com consequente padrão de posse cativa mais elevado. Por outro lado, sugerem uma posse mais disseminada nas freguesias com menor número de habitantes,

com predominância de plantéis mais reduzidos. Permanece, entretanto, o questionamento acerca de escravarias aparentemente maiores e mais concentradas evidenciarem um maior equilíbrio entre os sexos.

Feitas estas observações, a consideração dos cativos casados e/ou viúvos pode contribuir para o entendimento das formações familiares dentro de escravarias maiores e menores.⁵¹ A este respeito, a tabela 2.7 expõe os dados para os habitantes tanto livres quanto cativos que conheceram relações matrimoniais declaradas e reconhecidas em Santa Rita do Turvo por ocasião do Recenseamento de 1873.

Tabela 2.7: População livre e escrava por estado, Santa Rita do Turvo - 1873

Freguesias	Livres casados/viúvos		Escravos casados/viúvos	
	nº	%	nº	%
Santa Rita do Turvo	1.937	45,0	159	25,2
São Sebastião dos Aflitos	1.478	30,8	213	12,3
São Sebastião do Coimbra	1.254	47,9	104	26,4
Santana da Barra do Bacalhau	2.764	50,2	210	25,1
São Miguel do Anta	1.698	21,3	95	4,2
São Miguel dos Arrepiados	2.587	49,0	143	19,0
Vila	11.718	38,5	927	14,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1873. Disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em www.biblioteca.ibge.gov.br/.

Os informes expostos na tabela acima evidenciam que as localidades com maiores escravarias, São Miguel do Anta e São Sebastião dos Aflitos, são aquelas que apresentam menor participação de cativos que conheceram relações estáveis reconhecidas, 4,2% e 12,3%, enquanto o índice para o município ficou em 14% de cativos casados ou viúvos. Isto mesmo não tendo sido a desproporção entre os sexos um obstáculo, conforme evidenciamos acima. Por outro lado, nas localidades com menores escravarias, São Sebastião do Coimbra e Santa Rita do Turvo, observamos os maiores índices de cativos casados ou viúvos, 26,40% e 25,24%, ainda que pese uma maior desproporção por gênero, conforme visto acima. Estas afirmativas sugerem que dentro da Vila de Santa Rita do Turvo, as freguesias com menores escravarias e com posse mais reduzida, ofereceram maiores possibilidades para os cativos constituírem relações

⁵¹Importante ressaltarmos que nossa abordagem sobre a constituição de famílias escravas é limitada. Baseia-se somente na apreensão das relações conjugais oficialmente reconhecidas e não nos permite relacionar os membros que constituíam tais famílias, nem mesmo os filhos. Somente uma análise nominativa e longitudinal, com o acompanhamento dessas famílias ao longo do tempo, inviável em decorrência das fontes disponíveis, permitiria apreendermos a constituição das famílias escravas de forma mais rigorosa. Desse modo, muito provavelmente, trabalhamos com números de relações familiares subestimadas. Entretanto, ainda que pese esta observação válida tanto para cativos como para elementos livres, provavelmente incida de forma mais latente sobre os primeiros, na medida em que tinham que contar com a anuência dos senhores para terem suas relações familiares reconhecidas.

matrimoniais. Por outro lado, nas freguesias com maiores escravarias e com posses maiores, os escravos conheceram maiores dificuldades para manterem relações familiares.

Entretanto, os dados da tabela 2.7 sugerem ainda que, nas freguesias com maiores populações, não foram somente os indivíduos cativos que tiveram dificuldades em relacionarem-se de forma conjugal. São Miguel do Anta e São Sebastião dos Aflitos, freguesias com maiores populações totais dentro da Vila, foram aquelas que apresentaram os menores índices de habitantes livres casados ou viúvos, 21,33% e 30,82% respectivamente, enquanto o indicador para a Vila como um todo apontou 38,47% de livres com relações estáveis.

Por outro lado, as três freguesias com menores populações totais, São Sebastião do Coimbra, Santa Rita do Turvo e São Miguel dos Arrepiados, aparentemente foram aquelas nas quais existiram melhores condições para a existência de relações matrimoniais reconhecidas. Apresentaram os maiores indicadores de habitantes livres casados ou viúvos, 47,94%, 45% e 48,94% respectivamente, índices consideravelmente superiores ao da Vila (38,47%). Entretanto, uma vez mais, para estas duas últimas constatações, a razão de sexo não nos ajuda entender o processo descrito.

Até este ponto podemos sistematizar algumas questões. Verificamos um desequilíbrio da distribuição da população dentro da Vila, tanto em seu todo como também dos cativos. Talvez tal constatação possa ser tomada como indicativa de uma concentração das atividades econômicas da localidade. São Sebastião dos Aflitos e São Miguel do Anta concentraram mais de 60% dos escravos. A equivalência por gênero apresentou-se mais desequilibrada nas localidades com menos cativos e mais equitativa naquelas com mais escravos. Talvez essa constatação possa ser tomada como uma indicação de que a maior população escrava não estava concentrada em grandes plantéis, o que sugere uma posse mais disseminada. São Miguel do Anta apresentou o maior equilíbrio entre os sexos, 101,7, enquanto a sede da Vila o maior desequilíbrio, 156,1.

Também entre os livres constatamos movimento similar, maior equilíbrio nas freguesias com maior população. Novamente, São Miguel do Anta, seguida por São Sebastião dos Aflitos, chegaram perto da equivalência absoluta. Santa Rita do Turvo e São Sebastião do Coimbra, as menores populações, apresentaram maior desequilíbrio entre os livres. Outra constatação importante foi a verificação de uma maior incidência de constituição familiar entre as freguesias com menores populações, absoluta e cativa.

Foram Santa Rita do Turvo, São Sebastião do Coimbra e São Miguel dos Arrepiados, não obstante o maior desequilíbrio entre os sexos verificados nestas. Em tendência inversa, as freguesias com maiores populações, absoluta e cativa, apresentaram menor recorrência de constituição familiar. Foram elas, São Sebastião dos Aflitos e São Miguel do Anta. Novamente aqui surgem evidências de que estas localidades concentravam algum tipo de atividade econômica que dificultava a constituição de relações familiares reconhecidas e declaradas, uma vez que parecem terem sido alvos de fluxos migratórios no período considerado ou configuraram-se em zonas de fronteiras menos estáveis. Em suma, maiores populações, maior concentração de cativos e menor incidência de laços familiares, isto válido tanto para livres quanto para cativos, sugerem que as freguesias de São Sebastião dos Aflitos e São Miguel do Anta podem ter concentrado atividades econômicas mais relevantes. Somente a questão em torno da equivalência por gênero, mais próxima do equilíbrio nestas freguesias, é o elemento que não condiz com este cenário.

Conforme antecipado anteriormente, o cruzamento dos informes extraídos do Recenseamento Geral do Império, até então apresentados e analisados, com os dados dos inventários para a década de 1870/79 permite aprofundar o quadro acima delineado, no qual ficou ressaltada a heterogeneidade da Vila de Santa Rita do Turvo no momento considerado. A tabela 2.8 apresenta uma das variáveis que julgamos de relevância fundamental para avançarmos no perfil das freguesias até aqui traçado. Nela constam dados acerca da posse média cativa dos habitantes inventariados de Santa Rita do Turvo desagregados por freguesias. Foram obtidos com base nos inventários para a década de 1870/79. Nunca é demais lembrarmos os limites impostos pelos inventários *post-mortem*. Se o Recenseamento Geral de 1873 oferece dados para toda a população da Vila, os inventários são capazes de recuperar a vida de material de apenas um grupo desta população, um segmento bastante específico. Neste caso ainda, cabe acrescentar que a desagregação dos dados por freguesias reduz bastante à amostragem, tornando ainda mais limitados os dados apresentados. Ainda sim, entendemos serem válidos.

Tabela 2.8: Posse cativa por freguesias, Santa Rita do Turvo – 1870/79.*

Freguesias	Inventários	Cativos	Média	Moda	Mediana
Santa Rita do Turvo	19	176	9,3	2	4
São Sebastião dos Aflitos	12	42	6,5	1	1
São Sebastião do Coimbra	14	11	7,9	2	4
Santana da Barra do Bacalhau	7	91	13,0	3	4
São Miguel do Anta	11	104	9,5	1	3
São Miguel dos Arrepiados	12	62	5,2	2	4
Vila	75	585	7,9	2	4

*Considerados somente os inventários escravistas (68% do total). Excluímos alguns (4) por não conseguirmos identificar com precisão a freguesia na qual residia o inventariado. Significou, por conseguinte, a exclusão de 29 cativos.

Fonte: 75 inventários (1870/79). AFAB.

Os dados relativos à posse cativa reafirmam a heterogeneidade interna da Vila evidenciada anteriormente pela análise de sua demografia. Embora a média de posse dos inventariados de todo o município tenha sido de praticamente oito cativos, na freguesia de São Miguel dos Arrepiados ficou em 5,2, ao passo que em Sant'Anna da Barra do Bacalhau chegou a 13. Esta última ainda se destacou pelos índices de moda e mediana, respectivamente em 3 e 4. A freguesia de São Miguel do Anta, mais destacada quando da análise dos informes demográficos que indicaram um cenário mais relevante economicamente, com maior participação absoluta e relativa da população como um todo, inclusive de cativos, e com menor recorrência de laços familiares reconhecidos, destaca-se ainda em relação à posse cativa, contando com segunda maior média de cativos por proprietário dentre os inventariados da década de 1870/79, 9,5. Entretanto, os índices da outra freguesia que, ao lado de São Miguel do Anta, apresentava indicadores sugestivos de alguma atividade mais relevante, que a destacasse em meio ao cenário da Vila, não se confirmam quando da avaliação dos dados de posse cativa e monte mor extraídos dos inventários. São Sebastião dos Aflitos não aparece entre as freguesias com maior posse média.

Na tabela 2.9 apresentamos os dados relativos aos valores médios e medianos de monte mor dos inventariados da década de 1870/79, desagregados por freguesias e também para a Vila como um todo.

Tabela 2.9: Monte Mor médio e mediano por freguesias, Santa Rita do Turvo – 1870/79.*

Freguesias	Inventários	Valor médio	Valor mediano
Santa Rita do Turvo	26	12:304\$322	5:713\$703
São Sebastião dos Aflitos	23	4:564\$186	3:590\$900
São Sebastião do Coimbra	18	10:277\$405	3:144\$000
Santana da Barra do Bacalhau	9	17:639\$859	3:483\$840
São Miguel do Anta	18	15:726\$021	2:940\$750
São Miguel dos Arrepiados	14	6:449\$536	2:649\$633
Vila	108	10:504\$550	3:593\$200

*Excluídos 7 inventários por não conseguirmos identificar com precisão a freguesia na qual residia o inventariado.

Fonte: 108 inventários post-mortem (1870/79), AFAB.

Tendo em vista os valores médios de monte mor dos inventariados considerados, fica evidente a associação estreita entre posse cativa e monte mor. As freguesias com maiores valores de posse média cativa foram as mesmas que apresentaram os maiores valores médios de monte mor, inclusive na mesma ordem, Sant'Anna da Barra do Bacalhau e São Miguel do Anta. Mais do que isso, a sequência decrescente dos valores de monte mor médio por freguesias só não é exatamente a mesma da evidenciada quando da abordagem da posse cativa média pela troca de posições das duas últimas freguesias, São Sebastião dos Aflitos e São Miguel dos Arrepiados. A primeira é a última em se tratando de monte mor médio e a penúltima em posse cativa média, invertendo de posição com a segunda, respectivamente.

Em suma, para além da heterogeneidade interna da Vila de Santa Rita do Turvo na década de 1870/79, entendemos que o cruzamento dos dados demográficos oferecidos pelo Recenseamento Geral de 1873 com os informes de posse cativa e de níveis de riqueza bruta extraídos dos inventários *post-mortem* para a década de 1870/79, permite ensaiarmos um quadro geral do desenvolvimento socioeconômico da Vila em questão em três patamares distintos. Importante ressaltar que este esforço para estabelecermos níveis de desenvolvimento econômico na localidade consiste em uma tentativa de sistematizar os muitos dados até então apresentados e analisados. Como todo esforço desta natureza, pode acabar por obscurecer alguns pontos mais específicos, encobrando nuances significativas. Contudo, entendemos sua validade no sentido de propor algum nível de inteligibilidade para os dados apresentados. Outra questão importante a ser considerada diz respeito ao dimensionamento socioeconômico da localidade tratada. Não queremos atribuir um dinamismo que ela não conheceu. Via de regra, era direcionada para uma produção de gêneros variados, com mercantilização de excedentes em escala regional. Trataremos deste aspecto com mais minúcias e com a apresentação de dados mais consistentes no capítulo seguinte.

No primeiro agrupamento proposto enquadrámos as freguesias de São Miguel do Anta e de Sant'Anna da Barra do Bacalhau. A primeira localidade contou com a maior população total e relativa da Vila, tanto de cativos quanto de livres. Pouco mais de um terço dos escravos recenseados em 1873 estavam nesta freguesia. Considerando somente sua população interna, os cativos tinham a segunda maior representatividade na população total dentre todas as freguesias. Os inventariados da localidade tiveram a segunda maior posse média cativa e o segundo maior monte mor médio. Importante destacar que, a princípio, estes indicadores não estavam condicionados por uma freguesia maior em termos territoriais.⁵² A segunda localidade componente deste primeiro nível de desenvolvimento econômico, Santana da Barra do Bacalhau, destacou-se por ser a freguesia com a segunda maior população livre e a terceira maior de escravos. Seus inventariados apresentaram o maior monte mor médio dentre as freguesias contempladas e a maior posse média cativa. As escravarias destes senhores apresentaram o segundo maior desequilíbrio por gêneros. Julgamos que os apontamentos acima, entre outros possíveis, sejam indicativos de que nas freguesias de São Miguel do Anta e de Santana da Barra do Bacalhau as atividades econômicas, primordialmente produção de gêneros variados, tenham alcançado o maior nível de desenvolvimento econômico e social dentre aquelas que compuseram a Vila de Santa Rita do Turvo na década de 1870/79.

No dia 22 de junho de 1877 Joaquim José Pereira faleceu na freguesia de São Miguel do Anta. Sua viúva Ana Feliciano da Conceição, foi a inventariante do processo, responsável pela apresentação dos bens do falecido para serem avaliados. Além dela, o inventariado deixou como herdeiros seus cinco filhos, três mulheres, duas das quais então casadas, e dois homens solteiros. A soma de todos os seus bens atingiu um montante de Rs 25:118\$400. Os dez cativos que compunham sua escravaria, oito homens e duas mulheres, representaram pouco mais de 30% de sua riqueza declarada. Outra parcela de 60% estava alocada em seus bens imóveis (terras, plantações, casas e benfeitorias). Os 10% restantes estavam divididos entre os animais arrolados (4,3%) e os bens móveis (5,7%). O conjunto das posses declaradas no inventário permitiram que

⁵² Ver nota nº 50. Acreditamos que a dimensão territorial das freguesias consideradas não seja elemento fundamental para explicar as nuances internas verificadas na Vila de Santa Rita do Turvo da década de 1870.

Joaquim Pereira produzisse açúcar e derivados, milho e feijão. A julgar pelo montante do milho estocado, 150 alqueires, a produção gerava excedentes comercializáveis⁵³.

A viúva D. Ana Lúcia de Jesus faleceu na freguesia de Sant'anna da Barra do Bacalhau no dia 13 de fevereiro de 1878. Seus bens foram repartidos entre seus onze filhos, cinco homens e seis mulheres. Um dos herdeiros, Manuel Luís de Avila, foi o inventariante do processo. A soma de todos os seus bens apresentados para avaliação alcançou o montante de Rs 11:842\$420. No momento de seu falecimento a inventariada possuía um plantel constituído por onze escravizados, contando oito mulheres e três homens. A parcela constituída pela mão de obra cativa comprometia a maior parte de seu patrimônio declarado, 74,3%. Outros 23,1% estavam alocados no grupo de ativos imóveis. A parcela restante, pouco menos de 3%, estava comprometida em bens móveis. A principal atividade de D. Ana Lucia foi a fiação e a tecelagem, tendo a agricultura ocupado um espaço menor. Entre os cativos com ocupação declarada, cinco escravas eram costureiras ou fiadeiras e outros 2 eram lavradores. Entre os bens móveis declarados encontravam-se teares e rodas de fiar.⁵⁴ Muito provavelmente sua produção não visava somente ao preenchimento das necessidades de consumo interno de seu domicílio.

Entendemos que os casos citados acima refletiram um pouco do nível de desenvolvimento econômico das freguesias tipificadas entre aquelas com o melhor patamar dentro da Vila. Contudo, cabe ressaltar uma vez mais que a localidade de Santa Rita do Turvo não se constituía em uma região com alto grau de dinamismo econômico. Aparentemente era voltada para suprimento dos mercados locais. Somente dentro deste contexto é que podemos enquadrar a tipificação acima estabelecida e os casos citados anteriormente.

Em um nível intermediário de desenvolvimento econômico na Vila considerada estavam as freguesias de São Sebastião dos Aflitos e a freguesia sede de nome homônimo ao da Vila. Em relação à primeira, os dados demográficos indicaram que contou com a segunda maior população absoluta e relativa de cativos e a segunda maior população geral da Vila. Considerando somente sua população interna, foi a freguesia que contou com a maior representatividade de cativos. No entanto, os inventariados da localidade tiveram a penúltima média de posse cativa e o menor monte mor médio. Por sua vez, a freguesia sede da Vila foi a outra localidade enquadrada em um nível

⁵³ Inventário de Joaquim Jose Pereira (1877). AFAB.

⁵⁴ Inventario de Ana Lúcia de Jesus de (1878). AFAB.

intermediário de desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo em que os inventariados da localidade apresentaram a terceira maior posse média cativa e a também terceira maior média de monte mor, os dados demográficos indicaram a segunda menor população total, ocupando a mesma posição quando desagregados livres e cativos. Por combinarem elementos aparentemente contraditórios, ora indicativos de um razoável nível de desenvolvimento econômico com outros que sugerem uma situação mais modesta, entendemos que estas duas freguesias compuseram o patamar intermediário de desenvolvimento econômico interno da Vila de Santa Rita do Turvo ao longo da década de 1870/79.

Manuel Alves de Miranda faleceu no dia 27 de setembro de 1874. Era residente na freguesia de São Sebastião dos Aflitos, em uma fazenda nas proximidades das cabeceiras do rio Casca. Além da viúva D. Anacleto Maria dos Anjos, inventariante do processo, deixou como herdeiros 9 filhos, 6 mulheres e 3 homens. A soma de todos os bens que foram arrolados e avaliados em seu inventário atingiu o montante de Rs 5:600\$000. A parcela mais significativa de seu patrimônio, 52,3%, estava alocada em imóveis. Seu único cativo, o roceiro Sebastião de 25 anos de idade, comprometia exatamente $\frac{1}{4}$ de sua riqueza. Do restante dos bens arrolados, 15,3% era a parcela investida em seu plantel de animais, outros 5,5% em dívidas ativas e, finalmente, 1,9% em itens móveis. A principal atividade de Manuel Alves de Miranda deve ter sido a agricultura. Embora não tenha sido possível verificar os gêneros que produzia e nem a dimensão da produção, suas ferramentas, a presença de 6 animais de carga e os 85 alqueires de terra que possuía indicam esta atividade⁵⁵.

Na mesma freguesia de São Sebastião dos Aflitos faleceu, no dia 9 de setembro de 1876, a viúva D. Maria de Lima de Jesus. Residia na fazenda denominada Cachoeira de São Tiago. O inventariante de seus bens foi seu genro Manoel José Gomes. Deixou como herdeiros de seus bens 4 filhos, 2 mulheres e 2 homens. A soma de todo o seu patrimônio inventariado atingiu o valor de Rs 3:590\$900. O grupo de ativo mais representativo era composto pelos escravos, 53,8%. Possuía 4 cativos, 3 homens, todos roceiros, e a cativa Eva de 55 anos, descrita como aleijada. Os bens imóveis (20 alqueires de terra, metade de uma casa no arraial e a metade das benfeitorias da fazenda em que residia) significaram 45,2% de seu patrimônio. O pouco restante, cerca de 1%, estava alocado em bens móveis. Embora a ocupação dos cativos de D. Maria de Lima

⁵⁵ Inventário de Manuel Alves de Miranda (1874). AFAB.

de Jesus manifeste a atividade principal de sua unidade produtiva, não foi possível perceber a dimensão da produção e nem os gêneros cultivados⁵⁶.

Entendemos que os dois últimos casos citados reflitam um pouco do nível o patamar das freguesias congregadas no nível intermediário de desenvolvimento econômico da Vila de Santa Rita do Turvo na década de 1870.

Por fim, as duas freguesias restantes foram aquelas que não atingiram destaque em variáveis que pudessem denotar algum nível de desenvolvimento econômico quando comparadas com as demais localidades componentes da Vila de Santa Rita do Turvo no período considerado. Foram elas São Miguel dos Arrepiados e São Sebastião do Coimbra. Os inventariados da primeira apresentaram a menor posse média cativa e o segundo menor monte mor médio. Contou ainda com a quarta população absoluta e de cativos da Vila. Sua população total também foi a quarta dentre todas as freguesias consideradas. Por sua vez, São Sebastião do Coimbra apresentou a menor população, tanto relativa quanto absoluta, de livres e cativos da Vila. Foi a freguesia que contou com o maior índice de escravos casados ou viúvos e os seus inventariados contemplados tiveram a quarta posse média cativa e a mesma posição quanto ao nível de monte mor médio.

Na fazenda Córrego de São Paulo, situada na freguesia de São Sebastião do Coimbra, residia Antônio Faustino da Fonseca, falecido no dia 10 de maio de 1873. Além de sua esposa D. Ângela Maria da Encarnação, nomeada a inventariante dos bens, deixou como herdeiros 2 filhos ainda crianças, uma menina de 5 anos e um menino de 3 anos. O total de suas posses declaradas somou Rs 2:767\$000. Tinha dois escravos no momento em que faleceu: Manoel de 22 anos e Albino de 17 anos, ambos solteiros. O primeiro teve como ocupação declarada “falquejador de madeira”. Para o segundo não consta este tipo de informação. A soma dos valores atribuídos aos dois cativos representou a maior parte de seus bens, 79,5%. Seus imóveis, “uma parte de terras” e “uma parte nas benfeitorias”, comprometeram outros 12,3% dos bens arrolados. Os animais declarados, 7,4%, e os itens móveis, 0,8%, foram os demais grupos de ativos constituintes do patrimônio de Antônio Faustino da Fonseca. Além da ocupação bastante específica de um dos seus cativos, que poderia ser alugado e gerar divisas para seu proprietário, a posse de terras indica uma ocupação agrária, ainda que pese a

⁵⁶ Inventário de Maria de Lima de Jesus (1876). AFAB.

ausência de suas dimensões. Porém, nem quantidades e nem gêneros cultivados foram mencionados⁵⁷.

No ano de 1871 foi aberto o inventário de Pedro Gonçalves Leal, falecido cerca de um ano antes. O inventariado residia na freguesia de São Miguel dos Arrepiados. A pessoa nomeada inventariante, responsável por apresentar os bens que compunham o patrimônio do falecido para serem avaliados, foi a viúva D. Joaquina Emília de Lanna. A soma de todos os itens arrolados no processo atingiu o valor de Rs 2:448\$000. A parte mais representativa deste montante estava comprometida com os 2 cativos possuídos pelo inventariado. A soma dos valores do escravo Manoel, de 12 anos, e da escrava Rosa, de 35 anos de idade, representava 65,3% dos seus bens. Seu rebanho de animais, composto por 5 bois, 4 vacas e 1 cavalo, comprometia outros 19,2% de seu patrimônio. Seus imóveis, “casa e paiol em terreno não próprio”, e seus bens móveis, completavam o arrolamento de suas posses, com participações relativas no total de 8,2% e 7,3%, respectivamente⁵⁸. Como não possuía terras próprias, nem sequer para a manutenção de seus animais, caso cultivasse algum tipo de gênero, o inventariado deveria fazê-lo em terras alugadas. Talvez vivesse como agregado nas posses de outra pessoa ou obtivesse seu sustento empregando-se como jornaleiro. Curioso notar que mesmo nesta condição possuía dois cativos bem avaliados. Outra possibilidade seria o aluguel dos seus escravos.

Entendemos que os dois últimos casos citados reflitam um pouco do nível do patamar das freguesias congregadas no nível mais baixo de desenvolvimento econômico da Vila de Santa Rita do Turvo na década de 1870, conforme configuração anteriormente proposta.

De forma geral, entendemos que este capítulo cumpriu papel importante dentro do quadro geral da tese. Buscamos contextualizar a localidade estudada dentro do cenário mais vasto do qual fazia parte, a Zona da Mata Mineira de Minas Gerais, tanto em termos de ocupação, exploração e também de abordagem historiográfica. Em seguida, recuperarmos alguns importantes aspectos relativos aos primeiros momentos

⁵⁷ Inventário de Antônio Faustino da Fonseca (1873). AFAB.

⁵⁸ Inventário de Pedro Gonçalves Leal (1871). AFAB

da localidade abordada, selecionados de acordo com a disponibilidade de fontes. Em 1831, com base nos dados da Lista Nominativa da localidade, evidenciou-se o caráter incipiente de sua ocupação, a preponderância quantitativa do sexo masculino, a considerável presença cativa, a predominância dos pequenos plantéis, a presença majoritária da pardos e crioulos, a incorporação produtiva dos cativos e a vocação agrária da localidade. Duas décadas e meia depois desta caracterização inicial, em 1854-56, com base nos informes oferecidos pelo Registro de Terras da localidade, identificamos a alta concentração fundiária vigente, a existência de um mercado fundiário ativo e uma situação já de fronteiras estabilizadas. Por fim, na década de 1870-79, dispondo dos informes do Recenseamento Geral do Império de 1873 e dos inventários *post-mortem* compulsados, constatamos a heterogeneidade demográfica e econômica da localidade, bem como os diferentes níveis de desenvolvimento econômico de cada uma delas. A luz destes pressupostos, no fechamento do capítulo, propomos uma segmentação por nível de desenvolvimento econômico das freguesias com base nos dados tratados ao longo do texto. Em meio a todas estas questões, procuramos estabelecer um recorte espacial razoavelmente coerente com o período analisado e que pudesse ser contemplado com as fontes de que dispomos.

Capítulo 3

Concentração, composição e evolver da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo, 1850/1900.

3.1 – Introdução

No dia 3 de agosto de 1850 a segunda esposa de Domingos Correia da Silveira, Silvéria Rosa de Jesus, apresentava-se ao Juiz de Órfãos Municipal e proferia juramento como inventariante, no qual prometia “bem e fielmente” declarar todos os bens pertencentes ao seu finado marido. Silveira residia na Fazenda do Casca, freguesia de São Miguel Arrepiados, e havia falecido poucos meses antes. Não teve filhos com Silvéria. Entretanto, de seu primeiro casamento, com Lauriana Florentina de Santa Rosa, ficaram os herdeiros Antônio, Joaquina e João. Dentre estes somente o último ainda era vivo quando Domingos faleceu. Não temos dados para atestar a idade do inventariado, informação raras vezes contida no tipo de documentação consultada. Entretanto, o fato de já estar em seu segundo casamento, bem como já ter dois filhos falecidos, sugerem que Domingos não faleceu jovem.

O montante total dos seus bens declarados pela inventariante atingiu a soma de £ 911,68.⁵⁹ Conforme discutimos mais a frente neste capítulo, o valor era bastante considerável para a região de Santa Rita do Turvo no período abordado, embora não o colocasse entre os segmentos mais abastados daquela sociedade. A julgar pelos bens que foram descritos e avaliados em seu inventário, Domingos Correia da Silveira foi um produtor agrícola de bom porte. Além disso, a posse de alguns bens específicos atesta também que a atividade de carpintaria era realizada em suas propriedades. Não é possível saber se pelo próprio ou se por algum escravo especializado. Contava ainda com um pequeno engenho movido por bois que lhe permitia produzir açúcar. Juntamente com utensílios domésticos, ferramentas e equipamentos, entre seus bens móveis estavam listados e avaliados roupas de cama, toalhas, louças e vestimentas, sugerindo o relativo conforto material do inventariado.

⁵⁹ Aproximadamente Rs 7:609\$786.

Além da propriedade na qual faleceu, Silveira possuía partes de terras e benfeitorias em outras duas unidades produtivas, Fazenda do Córrego Seco e Fazenda Clemente, esta última situada em outra freguesia, a do Presídio. A força de trabalho de que dispunha o inventariado era constituída por doze escravos, seis homens e seis mulheres. Toda essa estrutura possibilitava a produção de feijão, milho, cana, café e açúcar. A atividade de carpintaria provavelmente era exercida para o preenchimento das necessidades internas das suas unidades produtivas e domésticas. A dimensão da produção agrícola do inventariado sugere que atingia algum nível de mercantilização, pois foram descritos estoques de 15 alqueires de feijão e de 650 alqueires de milho. Domingos Correia da Silveira exercia ainda, paralelamente às ocupações ligadas ao meio agrário, atividades creditícias, pois era credor de dezesseis indivíduos quando faleceu. Todas as dívidas descritas em seu inventário eram originárias da concessão de pequenas quantias a título de empréstimos. Fica evidente que o inventariado em questão era um típico exemplo da falta de especialização que marcou as sociedades pretéritas do Brasil, tendo como carro chefe as atividades ligadas ao universo agrário, porém não se restringindo às mesmas. Ao que parece os indivíduos inventariados da sociedade analisada não fugiram deste padrão.

Contudo, o elemento que queremos ressaltar nesta parte introdutória, responsável por conectar a história de Domingos com o restante do que discutimos neste capítulo, diz respeito às suas estratégias de investimentos utilizadas com vistas à manutenção e ampliação de sua riqueza, e que ficaram expressas pela composição de seu patrimônio no momento de sua morte. De todo o montante de seus bens a soma dos investimentos em dois grupos de ativos, escravos e imóveis, foi responsável por empenhar pouco mais de 80% de toda a sua riqueza. Somente em escravos Silveira alocava 60% de seu patrimônio. Outros 20% do total dos bens declarados pela inventariante estavam alocados em imóveis. Dessa forma, a soma dos outros grupos de ativos (móveis, animais, dinheiro e dívidas ativas) não ultrapassava mais de 20% das posses declaradas e avaliadas quando do falecimento de Domingos Silveira.⁶⁰

Em termos comparativos, o capitão Francisco José Cardoso levou uma vida ainda mais confortável, do ponto de vista material, quando comparado com Domingos Correia da Silveira, pelo menos a julgar pelo patrimônio declarado no seu inventário quando de seu falecimento. O capitão Francisco faleceu no dia 4 de junho de 1869 em

⁶⁰ Inventário de Domingos Correia da Silveira (1850). AFAB.

sua fazenda denominada Barra Alegre, freguesia de Santa Rita do Turvo. Passados alguns meses de seu falecimento, no dia 13 de setembro do mesmo ano, o Coletor de Impostos do Município convocava a viúva, D. Rita Lopes da Silva, para dar início à feitura do inventário de seu falecido esposo. O grande interesse das autoridades pela abertura do processo é de fácil explicação. O capitão Francisco e sua esposa D. Rita não tiveram filhos, não deixando, portanto, herdeiros diretos e necessários. Em casos como este a lei determinava que fosse recolhida a Décima, imposto calculado sobre o valor total dos bens declarados, em favor da Fazenda Pública. Dado o grande patrimônio do capitão o interesse das autoridades devia ser ainda maior, uma vez que sua fortuna foi maior que encontramos para o período 1860/69. Obedecendo à convocação, no dia 28 de setembro de 1869 a viúva fazia os juramentos iniciais para a abertura do inventário.

A soma dos bens pertencentes ao capitão Francisco José Cardoso atingiu o valor de £ 5.448.98.⁶¹ Com base na análise da composição de sua riqueza podemos afirmar que foi um próspero fazendeiro. Sua propriedade Barra Alegre era uma unidade produtiva completa. Contava com diversas benfeitorias como casa de sobrado, paiol, moinho, monjolo, casa para porcos, engenho, senzala, rancho, terreiro, além de extensas áreas dedicadas ao cultivo de gêneros agrícolas, com destaque para o café e, principalmente, para o milho. Foi declarado no inventário um estoque de sessenta carros deste gênero.⁶² Além desta unidade produtiva muito bem estruturada, possuía ainda propriedades no Arraial de Santa Rita do Turvo e outra na freguesia de São Miguel do Anta. Para garantir o funcionamento e a produtividade de sua fazenda, o capitão possuía a maior escravaria que encontramos na década de 1860/69 e que foi a quarta maior para toda a segunda metade do século XIX entre os inventariados de Santa Rita do Turvo. Sua força de trabalho cativa era constituída por quarenta e oito escravizados, vinte e cinco mulheres e vinte e três homens.

A riqueza do capitão ficou ainda atestada pela posse de vários bens requintados para o período em tela. Foram arrolados entre seus bens, além de móveis e utensílios

⁶¹ Aproximadamente Rs 69:479\$905.

⁶² As medidas de volume mais comuns que encontramos na documentação compulsada foram alqueire (também usado como medida para volume), arroba e carro. O primeiro equivale a 36,27 litros e a 30,225 kg de milho e de feijão (Luna & Klein, 2001). Uma arroba corresponde a 15kg. A equivalência do carro de milho é um pouco mais imprecisa. No Rio de Janeiro, por exemplo, equivalia a 800 litros (Pedroza, 2008, p. XXI-XXV). Como em nossas análises não utilizamos cálculos acerca da quantidade dos gêneros produzidos, exceção feita para casos ilustrativos, não necessitamos enfrentar a questão da conversão para uma única unidade de volume. Conforme evidenciamos ao longo da tese, principalmente no capítulo cinco, tomamos as produções desenvolvidas na localidade pela parcela que comprometiam no valor total das plantações e dos estoques declarados nos inventários.

domésticos, diversos itens de ouro e prata, tais como relógios, brincos, correntes, rosários, botões etc. Além da atividade de fazendeiro, Francisco José Cardoso exercia ainda práticas creditícias, bem como a comercialização dos produtos de suas lavouras. No momento de seu inventário era credor de trinta e nove indivíduos, entre empréstimos fornecidos e contas de rol.

Todavia, não obstante a excepcionalidade da riqueza expressa no inventário do capitão Francisco, a composição de seu patrimônio não se mostrou mais diversificada em relação ao do primeiro caso abordado, Domingos Correia da Silveira. Notamos semelhante concentração. A soma de escravos e imóveis empenhou algo em torno de 85% de seus bens. Somente identificamos uma pequena redução relativa da participação dos escravos e, em contrapartida, uma elevação da parcela alocada em bens imóveis. Praticamente a metade de seu patrimônio estava alocada em escravos, ao passo que a participação relativa do grupo de ativo imóveis era da ordem de cerca de 38% do montante total de seu patrimônio.⁶³

Outro habitante de Santa Rita do Turvo falecido e inventariado na segunda metade do século XIX foi Joaquim Quintiliano da Encarnação. Traçamos alguns aspectos de sua vida começando, uma vez mais, pelo final. Faleceu no dia 23 de agosto de 1879 no sítio da Capivara, freguesia de São Sebastião dos Afflictos. Menos de dois meses após sua morte, a viúva, D. Thereza Ignácia do Carmo, prestava juramento como sua inventariante. Como de praxe prometia apresentar para avaliação todos os bens de seu falecido esposo, sem nada sonegar. Entretanto, poucos meses após a abertura do processo de inventário de Joaquim, no mês de fevereiro de 1880, ainda no curso dos trabalhos, D. Thereza Ignácia do Carmo também veio a falecer. A incumbência de apresentar para avaliação todos os bens do casal passou então para um dos genros de Joaquim Quintiliano, Antônio Ignácio do Carmo. O casal inventariado teve oito filhos, três dos quais ainda solteiros no momento do inventário. Eram três mulheres e cinco homens.

Os bens apresentados pelo genro do falecido casal somaram £ 523,39.⁶⁴ Entre as posses imóveis arroladas e avaliadas no inventário estavam incluídos os 34,5 alqueires de terras⁶⁵ possuídos pelos inventariados e que estavam divididos em duas propriedades,

⁶³ Inventário de Francisco José Cardoso (1869). AFAB.

⁶⁴ Aproximadamente Rs 5:861\$500.

⁶⁵ As unidades de medida linear mais largamente utilizadas na documentação compulsada foram o alqueire e o alqueire de planta de milho. O primeiro equivale a 10.000 braças quadradas, ou 48.400 m², ou ainda a 4,84 hectares. O segundo corresponde a 5.625 braças quadradas, ou a 27.225 m², ou a 2,72

uma com 28 alqueires e outra com 6,5 alqueires. Além dessas terras foi incluído entre os bens “uma roça preparada para milho”, cuja dimensão não foi descrita. Nestas terras Joaquim e Thereza cultivavam com destaque dois tipos de culturas. Foram declarados estoques de algodão, da ordem de 22,5 kg, e de milho, 500 litros. Como o casal possuía somente dois cativos, ambos já em idades avançadas, Joaquim de cinquenta e dois anos e Januária de cinquenta e sete, é bem provável que tenham tido que contar com outros arranjos que assegurassem uma força de trabalho maior que pudesse dar conta das lides necessárias para o cultivo dos gêneros acima mencionados. Provavelmente o auxílio dos filhos estava entre as formas de mão de obra utilizadas no cultivo das terras do casal, sem mencionarmos as possibilidades de utilização de trabalhadores livres ou do aluguel de escravos de outros senhores.

Contudo, o casal não era completamente desprovido de qualquer tipo de bem material mais requintando, a julgar pelas suas posses inventariadas. Em meio aos bens móveis arrolados e avaliados, ao lado de utensílios domésticos, mobília, ferramentas, instrumentos para ofício, foram também incluídos itens como cordões de ouro, rosários com detalhes no mesmo metal e alguma quantidade de prata. A análise dos bens móveis indicou ainda que a unidade produtiva de Joaquim e Thereza estava equipada também com uma “tenda de ferreiro com todos os seus pertences” que, exceção feita ao estoque de milho, foi o bem móvel melhor avaliado.

A composição da riqueza do casal em foco se mostrou um tanto quanto diferente das anteriores. O processo de perda de representatividade do grupo de ativo escravos e, em contrapartida, o ganho relativo do peso do grupo de ativo imóveis evidenciou-se ainda mais em relação aos patrimônios anteriormente abordados. Os dois cativos possuídos por Joaquim e Thereza foram responsáveis por empenhar uma parcela de 40% da riqueza inventariada. Por outro lado, a participação relativa dos imóveis alcançou patamar idêntico, comprometendo outros 40% do patrimônio do casal. Dessa forma, os dois principais grupos de ativos representavam partes equivalentes da riqueza inventariada. Entretanto, ainda que com percentuais diferentes, a soma dos grupos de ativos escravos e imóveis continuava a concentrar cerca de 80% da riqueza declarada no inventário de Thereza e Joaquim.⁶⁶

hectares. (Muniz, 1979, p.21). Salvo alguns casos ilustrativos ou em que citamos de forma literal as fontes utilizadas, em nossos cálculos ao longo de toda tese convertemos as dimensões das propriedades fundiárias para o alqueire.

⁶⁶ Inventário de Joaquim Quintiliano da Encarnação e de Thereza Ignácia do Carmo (1879). AFAB.

No dia 21 de agosto do ano de 1882 faleceu na fazenda da Muqueca, freguesia de São Miguel do Anta, D. Joaquina Maria dos Reis. Somente no ano seguinte ao de sua morte, em 10 de março de 1883, Silvestre Lopes de Faria Reis, o viúvo, encaminhava ao Juízo de Órfãos da localidade um requerimento no qual solicitava a abertura do inventário de D. Joaquina. O próprio assumiu a função de inventariante do processo. A julgar pela ordem de listagem dos filhos de D. Joaquina o mais velho dentre os oito herdeiros, Domingos Lopes de Faria Reis, contava com 23 anos de idade. A pequena Antônio, filha mais nova, tinha apenas 3 anos de idade quando sua mãe faleceu, elemento que sugere uma morte até certo ponto precoce. Somente duas filhas, Joaquina Maria e Maria Joaquina, eram casadas na ocasião do inventário, contando com idades entre 20 e vinte e 23 provavelmente.

No contexto da localidade e do período em questão neste estudo, a julgar pelo patrimônio declarado em seu inventário, D. Joaquina Maria dos Reis era integrante do mais elevado segmento socioeconômico daquela sociedade. A soma de seus bens alcançou o valor de £ 3.610,59.⁶⁷ A ligação com as atividades próprias do meio agrário pode ser percebida pela análise dos bens inventariados. Foram arrolados 164,3 alqueires de terras de cultura, divididos em cinco diferentes unidades produtivas. A maior delas, com 125 alqueires, era a Fazenda da Muqueca. Entretanto, não só de atividades vinculadas ao meio agrário era constituído o patrimônio em questão. Entre as dívidas ativas arroladas no inventário constam ações de participação em uma fábrica de tecidos, denominada Melo & Reis, item incomum entre os inventariados da localidade. A escravidão de D. Joaquina era bastante considerável, ainda mais por se tratar de um período já de crise do escravismo no Brasil. Contava com onze cativos, oito homens e três mulheres, todos entre 15 e 40 anos de idade.

Por mais contraditório que possa parecer, entre os bens móveis declarados no processo, nenhum deles demonstra qualquer nível de requinte ou sofisticação. Mesmo contando com um elevado patrimônio, a rusticidade parece ter sido a marca das habitações de D. Joaquina. Entre utensílios domésticos, ferramentas para trabalho na lavoura e mobílias simples, o único item de destaque foi um relógio de parede. Não foram arrolados e avaliados jóias, vestimentas, louças ou quaisquer outros itens mais requintados.

⁶⁷ Aproximadamente Rs 40:936\$902.

Em perspectiva comparativa com os outros patrimônios apresentados anteriormente, a alta concentração relativa dos grupos de ativos escravos e imóveis se manteve quando vislumbramos a composição da riqueza de D. Joaquina. Neste caso, a soma destes dois grupos de ativos atingiu três quartos do montante total dos bens inventariados. Entretanto, a participação relativa de escravos e imóveis alterou-se em relação aos patrimônios dos outros inventariados. Se nos dois primeiros casos os escravos tiveram uma participação relativa maior que os imóveis e no terceiro constatamos um equilíbrio entre ambos, no patrimônio de D. Joaquina Maria dos Reis a situação foi consideravelmente diversa. A participação relativa dos imóveis superou a dos escravos, empenhando 43% do valor dos bens declarados em seu inventário. Por sua vez, a mão de obra cativa representava cerca de 32% do patrimônio desta última inventariada.⁶⁸

Após a abolição da escravidão no Brasil, datada de 13 de maio de 1888, a mão de obra cativa deixou de ser um dos ativos constituintes da riqueza dos indivíduos, fato que trouxe consequências para o perfil da riqueza dos inventariados. Em 17 de janeiro de 1892, no distrito de Coimbra, faleceu Manoel Gomes de Campos. D. Ludovina Maria Ferreira, a viúva, tornou-se a inventariante do processo, ficando encarregada de apresentar para avaliação todos os bens possuídos pelo seu finado esposo. Além da própria viúva, os demais herdeiros do espólio foram os três filhos que tiveram. Ana Ferreira, então contando com 13 anos de idade, era a mais velha. Os outros eram Raimundo Nolasco, com 7 anos, e Josefa Ferreira, de 4 anos.

Já sofrendo com os efeitos da desvalorização da moeda nacional em virtude do Encilhamento, o montante da soma dos bens possuídos por Manoel Gomes de Campos atingiu a cifra de £ 368,80.⁶⁹ Não estava entre os mais bem aquinhoados da sociedade em questão no período analisado. Entre suas posses declaradas e avaliadas destacavam-se os 57 alqueires de terras, utilizadas para cultura e pasto, seu plantel bovino, constituído por vinte e uma cabeças, e algumas das benfeitorias capazes de revelar a atividade produtiva do inventariado, tais como uma casa de engenho, um paiol e um moinho. Ao lado de víveres cultivados em suas terras, Campos produzia ainda pequena quantidade de açúcar (além do engenho foram declarados alguns equipamentos como formas para açúcar e caixas para rapadura) e, possivelmente, derivados de leite. Complementavam seu patrimônio, entre outros bens, duas casas de vivenda, uma outra

⁶⁸ Inventário de Joaquina Maria dos Reis (1883). AFAB.

⁶⁹ Aproximadamente Rs 7:390\$800.

de guardar fumo, um galinheiro, algumas poucas mobílias, mesas e cadeiras, e dois registros de dívidas ativas originadas de empréstimos concedidos.

Comparando o perfil da composição da riqueza de Manoel Gomes de Campos com os outros inventariados anteriormente abordados as alterações mostraram-se drásticas, em grande parte efeitos da ausência dos cativos como elemento constituinte de seu patrimônio. Seus bens imóveis empenharam três quartos de tudo que possuía no momento de sua morte. O segundo grupo de ativos em importância relativa eram os animais, pouco mais de 14%. Suas dívidas ativas corresponderam a pouco mais de 7% de suas posses, sendo o restante composto pelos bens móveis declarados.

Os casos acima abordados, propositalmente extraídos um de cada um dos intervalos temporais contemplados neste estudo, ilustraram algumas características do perfil dos inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, especificamente sobre a composição dos patrimônios. Se não chamaram atenção pelo montante da riqueza possuída no momento em que morreram, pela presença de ativos típicos de economias mais vultosas e modernas e nem pela diversificação dos seus patrimônios, revelam outros importantes aspectos sobre a localidade em estudo. Importante presença de cativos na região, concentração da riqueza em escravos e imóveis, alguns patrimônios que atingiram considerável montante, entre outros, foram alguns dos aspectos que ficaram evidentes nos casos tratados, sintomáticos do panorama geral que apresentamos e analisamos no transcurso do trabalho.

Diferentemente daquilo que nos primeiros momentos da pesquisa projetávamos constatar em relação ao cenário econômico da região, os dados acerca do perfil e da composição da riqueza inventariada na localidade mostraram-se bastante estáveis no transcorrer do período que analisamos. Não conseguimos verificar alterações substanciais decorrentes de desdobramentos advindos de fenômenos bruscos no cenário econômico daquela sociedade que tenham tido poder para dinamizá-la, tais como processos de incremento da cafeicultura ou da pecuária ocorridos em outras localidades mineiras (Almico, 2001; Reis, 2005). Por outro lado, também não verificamos o caminho oposto, de um colapso das atividades econômicas na localidade que, embora sem o dinamismo de outras regiões e circunscritas ao âmbito regional, foram relevantes e ficam expressas pelos dados apresentados e discutidos ao longo do trabalho. Nem mesmo a posição geográfica limítrofe com as áreas de intenso desenvolvimento da cafeicultura, principalmente ao sul da Zona da Mata Mineira, parece ter potencializado e

modificado substancialmente a economia e a sociedade de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.

Contudo, sustentamos que a estabilidade sugerida não pode ser confundida com estagnação, inércia ou marasmo. O cenário econômico da localidade não parece ter sido tão modesto como projetamos *a priori*. A julgar pelos dados discutidos ao longo do trabalho, a imagem inicial que assumimos de uma localidade extremamente modesta e que se desenvolveu em função da proximidade com áreas dinâmicas de produção cafeeira e da própria chegada do café em seus territórios, revelou-se demasiadamente simplista e equivocada. A presença e a importância da mão de obra cativa na composição da riqueza dos inventariados, a recorrência de razoáveis patrimônios e o mercado em movimento, explicitado pela presença considerável de dívidas ativas, foram alguns dos aspectos observáveis nos casos acima apresentados, retomados e aprofundados ao longo deste e dos seguintes capítulos, e que caracterizaram o cenário econômico da localidade estudada.

Importante destacarmos que fenômenos de ordem estrutural, tais como o colapso do escravismo e as consequências do Encilhamento, entre outros, tiveram impacto na composição e no montante dos patrimônios dos indivíduos inventariados em Santa Rita do Turvo, sobremaneira no final do recorte temporal analisado. Tais aspectos foram considerados e discutidos. Contudo, como não refletiram ocorrências próprias do cenário econômico em questão, não definiram novos ritmos para a economia e a sociedade estudada, seja no sentido de dinamização, estagnação ou involução. Somente os dados apresentados para a última década abordada foram encarados com maiores reservas.

Antes do mergulho nos dados extraídos da série de inventários *post-mortem* que utilizamos, elucidamos alguns pontos que julgamos pertinentes. Se o espaço que priorizamos para nossa análise é circunscrito e específico, o tema abordado não, podendo ser estudado em diversos outros tempos e formações sociais, como bem demonstrou a literatura analisada no primeiro capítulo deste trabalho. O estudo da riqueza dos habitantes de uma localidade possibilita trazer à tona o tipo de economia e sociedade conformada em determinado tempo e lugar, uma vez que o entorno econômico e social certamente era um elemento dos mais importantes para definir as possibilidades, as estratégias, a composição e até mesmo o montante dos patrimônios dos habitantes deste determinado lugar. Foi justamente tal objetivo mais geral que

norteou nossos esforços para recuperar a economia e sociedade constituídas em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX.

Concomitantemente, buscamos respostas para uma série de questionamentos mais específicos, derivados deste objetivo mais amplo. Qual o padrão da riqueza que os indivíduos que morreram e foram inventariados na localidade conseguiram atingir? Havia concentração de riqueza e dos principais grupos de ativos que constituíam os patrimônios dos indivíduos considerados? Em quais níveis? Do que era composto o patrimônio destes indivíduos? Quais eram os principais itens produzidos na localidade? Havia especialização produtiva em torno de algum artigo? Como era a estrutura fundiária predominante na região? Qual o patamar das atividades econômicas daquele contexto socioeconômico? Quais as características que o escravismo assumiu na localidade? Quais as características do mercado de Santa Rita do Turvo no tempo em questão? Quem eram seus principais atores? Seus habitantes estavam inseridos em redes mercantis com outras partes? Enfim, objetivamos ao final do trabalho oferecer respostas consistentes para este conjunto de questões. Todavia, jamais desconsideramos as limitações da abordagem proposta, precipuamente no que diz respeito ao tipo de documentação utilizada, capaz de recuperar importantes aspectos de um grupo específico, os inventariados, e não necessariamente do conjunto da sociedade tratada e nem mesmo de uma amostragem equilibrada da mesma.

Dada a amplitude do intervalo temporal que estudamos, toda a segunda metade do século XIX, deparamo-nos com outra importante questão de ordem metodológica. Ao longo desse período o Brasil vivenciou uma considerável instabilidade de sua moeda, especialmente nos momentos finais do Oitocentos. Como consequência, a comparação de valores nominais em diferentes períodos dentro do intervalo selecionado tornou-se bastante problemática. Optamos por converter os valores nominais de Réis para Libras Esterlinas buscando minimizarmos os efeitos da desvalorização da moeda nacional. Sabemos, contudo, que este procedimento não eliminou de todo o problema. Pode acarretar, por exemplo, a subestimação da inflação. Por sua vez, tornou as comparações de valores em diferentes períodos ao menos minimamente possíveis, uma vez que a Libra Esterlina foi uma moeda muito mais estável ao longo do período tratado.⁷⁰ Em outros casos, sempre que possível, optamos por tratar alguns aspectos em

⁷⁰ Fizemos a conversão da moeda nacional para Libra Esterlina utilizando como referenciais as taxas de câmbio apresentadas pelo IBGE na publicação *Estatísticas Históricas do Brasil*. O documento oferece as taxas de câmbio anuais, calculada através da divisão do valor auferido para o comércio em moeda

termos percentuais, justamente para não enfrentarmos o problema da instabilidade monetária do período. Outra alternativa, bastante utilizada pela historiografia para lidar com a questão foi a utilização de algum índice de preços para o período. O mais disseminado foi o Mircea Buescu (1973). Contudo, baseiam-se em poucos produtos e em dados muitas vezes incompletos, o que obrigou a consideração de diferentes itens em muitos casos. Em seu estudo sobre a riqueza inventariada em Lorena, Renato Leite Marcondes testou os dois métodos. Constatou que, de modo geral, a utilização do índice de Buescu reduziu a importância relativa dos mais abastados, ao passo que a conversão para a libra acentuou a importância deste segmento (Marcondes, 1998, p. 260).

3.2 – *Aqueles que possuíam:* a concentração da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo.

Com o intuito de aprofundarmos a análise acerca da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, abordamos, em uma perspectiva comparada, o conjunto da riqueza inventariada ao longo de todo o período, dividindo-o por intervalos temporais menores: 1850/59, 1860/69, 1870/79 e 1880/88 e 1888/1900.⁷¹ Ao mesmo tempo, segmentamos os inventariados por faixas de riqueza, de acordo com os valores de Monte Mor apresentados. Este procedimento permitiu, além de um maior detalhamento da análise, apontamentos acerca da concentração da riqueza ao longo do período estudado, uma vez que evidenciou a representatividade de cada segmento no montante total inventariado. Dessa forma, os dois parâmetros primordiais que conduziram nossas análises ao longo deste e dos demais capítulos foram os recortes por décadas e por faixas de riqueza. Todavia, não omitimos os dados para o período como um todo e para o conjunto dos inventariados.

nacional e o mesmo valor tomado em libras esterlinas. Contudo, até 1888 o período base para apuração se estendia de junho a julho. Com isso, em muitos casos, tivemos que aplicar taxas de câmbio distintas para inventariados que faleceram em um mesmo ano, dependendo do mês em que foi aberto o processo. A partir de 1888 as taxas são oferecidas com base no ano de janeiro a dezembro. BRASIL. IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. (2. ed.). Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p.368-369.

⁷¹ No período 1880/88 consideramos somente os inventários abertos e finalizados até a Abolição da Escravidão, ocorrida em 13 de maio de 1888. Contudo, um único processo deste ano foi aberto após a libertação dos cativos. Em função disso, escrituramos o período seguinte incorporando também 1888, uma vez que conta com um processo daquele ano. Adotamos este tratamento metodológico em função da nova divisão de grupos de ativos, visto que escravos não mais faziam parte dos bens passíveis de descrição e avaliação nos inventários após o fim do escravismo no Brasil.

Os critérios para a definição das faixas de riqueza dos inventários não obedeceram a questões muito objetivas, mesmo porque não encontramos um padrão entre os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema em diferentes períodos e locais do passado brasileiro. Cada qual buscou lidar com peculiaridades próprias dos contextos socioeconômicos das áreas analisadas e com as particularidades das pesquisas realizadas.⁷² Buscamos proceder de forma similar. Assim, estabelecemos, de forma um tanto subjetiva, cinco faixas de riqueza que nos parecem segmentar de forma razoavelmente eficaz os grupos socioeconômicos dos inventariados que analisamos.

Na primeira faixa de riqueza incluímos os inventários que possuíram um Monte Mor de até £ 150. Em geral, os inventariados deste segmento tinham pouquíssimos bens para declarar, normalmente a casa em que viviam e alguns poucos bens móveis. Em alguns casos tinham ainda animais, normalmente para transporte, em condições precárias, perceptíveis pelos baixos valores de avaliação. A posse cativa era rara neste estrato e, quando constatada, era responsável pela quase totalidade do montante declarado. Não obstante os parcos patrimônios dos indivíduos agrupados neste grupo socioeconômico entendemos que esta faixa não abarcava o grosso da população pobre da localidade. Muito provavelmente, ao trabalharmos com inventários, acabamos negligenciando importante contingente demográfico. Aqueles indivíduos que não possuíram bens passíveis de serem inventariados, por não atingirem valor mercantil, não foram captados na abordagem empreendida. Isto sem mencionarmos os indivíduos que, mesmo possuindo recursos, não se enquadraram nas disposições legais que obrigavam a abertura do processo. Contudo, cabe destacarmos que alguns objetos, que muito provavelmente faziam parte do cotidiano dos habitantes do período, com posse bastante disseminada, não eram passíveis de arrolamento e avaliação nos inventários, visto não assumirem valor mercantil. Estavam incluídos nesta categoria objetos de palha, algumas aves (por exemplo as galinhas), vestimentas simples etc.

Nesta primeira faixa de riqueza estamos nos referindo a casos como o de D. Rosinda Maria dos Santos, moradora da freguesia de São Miguel Arrepiados, na fazenda denominada Aventureiro. Os reduzidos bens que possuía no momento de sua

⁷² A título de exemplo, Zélia Cardoso de Mello trabalhou somente com os inventários dos indivíduos mais ricos, excluindo aqueles que possuíam, no contexto da região que analisou, diminutas posses, com baixo nível de riqueza e sem diversificação de bens. Estabeleceu como parâmetro a soma mínima de Rs 10:000\$000 como critério. A mesma metodologia foi replicada por Rita Almico em seu estudo sobre a riqueza em Juiz de Fora (Mello, 1990; Almico, 2001). Em nosso caso trabalhamos com todo o universo de inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, independentemente do valor do patrimônio declarado.

morte caracterizam uma condição material marcada pela pobreza. Faleceu em 1º de janeiro de 1875. No ano seguinte, Joaquim Cardoso Diniz, o viúvo inventariante, declarou bens que totalizaram um Monte Mor de módicos £ 85,50.⁷³ Entre seus bens foram descritos, para serem divididos entre seus cinco herdeiros, além de sua habitação, “metade de um moinho deteriorado, um paiol deteriorado e 27 alqueires de terras de cultura”. Entre seus bens móveis o item de maior valor era um “tacho de cobre grande”. Muito provavelmente sua unidade doméstica era caracterizada pela carência e penúria. Além do tacho mencionado não foram descritos utensílios domésticos, mobílias ou quaisquer outros objetos. Possuía ainda uma escrava, a costureira Maria, que, apesar de contar com 20 anos de idade, teve uma avaliação baixa por ser declarada doente. Possuía ainda uma única novilha.⁷⁴ Inventários como este, que arrolaram poucos recursos, constituem o primeiro nível de riqueza. Talvez um cenário de pobreza seja o componente unificador deste segmento, tamanha era a carência de itens que denotassem qualquer traço de requinte e conforto, ou mesmo que pudessem atestar uma vida minimamente provida de bens materiais. Ainda assim, contavam com algum item de valor para ser inventariado e se enquadravam nas disposições legais que obrigavam a abertura do processo.

Por sua vez, D. Francisca Anna de Jesus, falecida em 1857 na freguesia de São Miguel Arrepiados, ilustra o perfil dos inventariados que constituem a segunda faixa de riqueza que estabelecemos e que compreendeu os patrimônios entre £ 151 até £ 500. Quando faleceu, D. Francisca possuía o montante de £ 348,51.⁷⁵ Seu espólio foi repartido entre seus seis herdeiros, todos ainda solteiros. Aparentemente chegou ao fim da vida em condições mais razoáveis, pois além de serem listados entre seus bens móveis algumas ferramentas, que certamente facilitavam o trabalho na lavoura, possuía três cativos. Nesta faixa de riqueza a posse cativa já não era tão excepcional como na anterior. Entretanto, não podemos falar ainda em riqueza propriamente dita para os indivíduos inseridos neste segundo segmento socioeconômico. No caso de D. Francisca Anna de Jesus, isto ficou evidente por dois aspectos. José Ferreira Ribeiro, o viúvo inventariante, vendeu, para o capitão David Ferreira da Costa, sua meação nos bens do inventário, ou seja, sua herança correspondente a metade do patrimônio inventariado. Muito provavelmente assim o fez por ter que dar conta das despesas familiares enquanto

⁷³ Aproximadamente Rs 743\$000.

⁷⁴ Inventário de Rosinda Maria dos Santos (1874). AFAB.

⁷⁵ Aproximadamente Rs 3:145\$620.

se desenrolava o processo, visto que tinha seis filhos, todos ainda pequenos. Além disso, não foram descritos imóveis entre os bens declarados, indicativo de que D. Francisca vivia com sua família em propriedade de outra pessoa, provavelmente na condição de agregada.⁷⁶

Os inventários que acumularam valores de Monte Mor acima de £ 500 e até £ 1.000 constituem a terceira faixa de riqueza com a qual trabalhamos. O caso de D. Maria Messias de Jesus serve como ilustração para os inventariados inseridos neste grupo. Faleceu na freguesia de Sant'Anna da Barra do Bacalhau, em 6 de abril de 1875. O patrimônio arrolado em seu inventário totalizou o montante de £ 842,89.⁷⁷ Ainda no mesmo ano de sua morte, João de Paula Damasceno da Fonseca, o viúvo, foi instituído seu inventariante. Alguns itens que compuseram o patrimônio declarado denotam bem algumas importantes diferenças entre o perfil dos inventariados deste segmento com os anteriores. Além da posse de nove cativos, a maioria em idade apta para trabalho, D. Maria residia em uma fazenda bem equipada, em uma casa bem avaliada e que contava com alguma mobília, embora simples.⁷⁸ A posse cativa já era comum a praticamente todos os inventariados deste segmento. Se não podemos falar em luxo e requinte para esta terceira faixa de riqueza, certamente a pobreza dos grupos anteriores também parece inaplicável para casos como o último descrito, ilustrativo desta terceira faixa de patrimônio, pelo menos a julgar pelos bens possuídos no momento em que faleceram.

Na faixa de riqueza seguinte congregamos os inventários que apresentaram bens totais acima £ 1.000 até £ 2.000. Dentro deste segmento estavam incluídos indivíduos como Januário Esquetino. Faleceu em 3 de dezembro de 1886 na fazenda Santa Rosa, freguesia de São Miguel Arrepiados. No ano seguinte a viúva inventariante, D. Maria Bernarda de Jesus, declarou os bens do casal que foram avaliados em £ 1.159,44.⁷⁹ As diferenças entre os inventariados incluídos nesta faixa de riqueza em relação aos anteriores ficaram manifestas, por exemplo, na descrição dos bens que compunham as habitações destes indivíduos. A inventariante declarou uma grande quantidade de mobília, utensílios domésticos, vestimentas, estoques e gêneros de lavoura que eram bastante raros nos segmentos de menor fortuna. Além disso, nos 60 alqueires de terras de cultura da fazenda inventariada no processo de Esquetino eram produzidos diversos

⁷⁶ Inventário de Francisca Anna de Jesus (1857). AFAB.

⁷⁷ Aproximadamente Rs 8:193\$689.

⁷⁸ Inventário de Maria Messias de Jesus (1875). AFAB.

⁷⁹ Aproximadamente Rs 14:903\$419.

gêneros como milho, arroz, café e feijão. Mesmo em momento bastante próximo ao fim da escravidão ainda possuía seis cativos.⁸⁰

Por fim, os patrimônios superiores a £ 2.000 conformaram nosso mais alto nível de fortuna, constituindo a quinta faixa de riqueza que estabelecemos. Os mais ricos dentro do segmento dos inventariados, grupo que já excluía os habitantes mais pobres que não possuíam bens passíveis de avaliação ou que não estavam legalmente obrigados a abrir um processo de inventário. Entendemos que indivíduos como o capitão Tristão José Gonçalves Guimarães, para a realidade que vislumbramos retratar, possuíam bens que denotavam prosperidade, pelo menos no momento final de suas vidas. Tristão faleceu na freguesia de Santa Rita do Turvo em abril de 1860, mesmo ano em que foi aberto seu inventário. D. Joanna Thereza da Silveira, a viúva inventariante, declarou bens que totalizaram um patrimônio de £ 2.998,66.⁸¹ Seu espólio foi dividido entre seus oito herdeiros. Possuía uma propriedade na fazenda Deserto avaliada em Rs £ 447,29, incluídas suas benfeitorias e as terras de cultura nas quais certamente trabalhavam a maioria dos seus quinze escravos arrolados. Além disso, seu nível de riqueza pode ser atestado pela concessão de dotes para seus herdeiros que se casavam, prática pouco adotada pelos indivíduos que constituíam os segmentos menos abastados daquela sociedade no período em questão, certamente porque os bens dados em dote fariam falta.⁸²

As faixas de riqueza estabelecidas foram acompanhadas ao longo dos períodos em análise. Concomitantemente, oferecemos sempre que possível os dados para o conjunto dos inventariados considerados. Neste exercício de abordagem longitudinal analisamos a representatividade dos grupos de ativos por faixa de patrimônio. Apresentamos assim um quadro global da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo entre 1850/1900, bem como seus níveis de concentração.

Em uma segunda etapa, efetivada nos capítulos subsequentes, perscrutamos os principais grupos de ativos constituintes dos patrimônios inventariados na localidade, período a período, tanto por faixas de riqueza como para o conjunto dos indivíduos considerados. Os principais itens que compunham cada uma das categorias de ativos foram descortinados e analisados longitudinalmente.

⁸⁰ Inventário de Januário Esquetino (1886). AFAB.

⁸¹ Aproximadamente Rs 27:893\$500.

⁸² Inventário de Tristão José Gonçalves Guimarães (1860). AFAB.

Paralelamente, tanto no estudo da riqueza global dos inventariados considerados como na análise particular dos grupos de ativos constitutivos dos seus patrimônios, buscamos agregar à discussão um elemento comparativo. Os resultados concernentes a Santa Rita do Turvo, sempre que julgamos pertinente, foram confrontados com os dados de outras localidades mineiras para as quais foram feitas pesquisas que enfocaram o tema da riqueza e seus aspectos correlatos com base em longas séries de inventários. Com isso pretendemos posicionar a região em estudo no complexo e variado quadro socioeconômico mineiro do Oitocentos.

Optamos por desagregar os patrimônios inventariados em seis grupos de ativos, nem sempre assim segmentados e apresentados na documentação, mas que julgamos bastante manejáveis do ponto de vista metodológico. Foram eles: móveis (móveis, utensílios domésticos, ferramentas, vestimentas etc.), animais (em muitos casos descritos como semoventes, categoria também aplicada aos escravos), escravos, imóveis (casas, terras, benfeitorias, plantações etc.), dinheiro (moedas de ouro ou prata, nacionais ou estrangeiras, e notas em espécie), e dívidas ativas (via de regra empréstimos, aquisição de gêneros, contas de rol ou, excepcionalmente, ações, hipotecas, escrituras etc.). Naturalmente que esta segmentação corresponde à natureza específica da localidade com a qual estamos trabalhando. A análise da riqueza em outras regiões provavelmente demandaria uma decomposição do patrimônio diferente desta que adotamos, tal como para o caso de Juiz de Fora. Nesta, o café, tanto ainda plantado como já colhido e estocado, representava grande parte dos patrimônios inventariados, justificando sua separação em um grupo de ativo específico (Almico, 2001).

Se, por um lado, os patrimônios dos indivíduos falecidos eram descritos em minúcias nos processos de inventários *post-mortem*, por outro lado, este tipo de documentação pouco diz a respeito das próprias pessoas que morreram e foram inventariadas. Muitas vezes algumas informações podem ser acessadas de modo indireto, com base em documentos anexados ou transcritos no decorrer do inventário. Nos casos em que foram deixados testamentos pelos falecidos, por exemplo, algumas importantes informações podem ser acrescidas, tais como local de nascimento, filiação, eventuais casamentos anteriores e filhos naturais reconhecidos. Entretanto, como a presença de testamentos não foi muito comum entre a documentação que compulsamos (aparecem somente em cerca de 8% dos processos), poucos são os indivíduos para os quais temos informações além das básicas relativas ao sexo e ao estado conjugal. Seja como for, nos gráficos 3.1 e 3.2, apresentamos os dados acerca destas duas variáveis

demográficas dos indivíduos que foram inventariados em Santa Rita do Turvo no transcorrer de todo o período em tela, 1850/1900.

Gráfico 3.1: Perfil dos inventariados por sexo (1850/1900)

Fonte: 399 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Gráfico 3.2: Perfil dos inventariados por estado (1850/1900)

Fonte: 389 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB. Do total de processos encontrados para o período foram excluídos 10 inventariados para os quais não conseguimos identificar o estado conjugal.

Em relação ao gênero verificamos que a maioria dos inventariados era do sexo masculino, praticamente seis em cada dez casos, ao passo que as mulheres representaram 41%. A observância do gráfico 3.2 atesta que a quase totalidade dos indivíduos inventariados em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX era constituída por pessoas casadas ou que haviam vivido, em algum momento de suas vidas, relações conjugais reconhecidas, sendo declarados viúvos em seus inventários. Somente 6% dos indivíduos foram descritos como solteiros. Sendo assim, o perfil de inventariado da localidade no tempo em questão era de homem casado. Não obstante, mulheres também foram frequentemente inventariadas. O mesmo não podemos dizer de indivíduos que eram solteiros quando faleceram.

Após as superficiais informações demográficas sobre a população inventariada, limitadas pela exiguidade dos dados fornecidos pela documentação compulsada, tecemos algumas considerações gerais acerca da distribuição dos inventários e da riqueza total declarada para todo o intervalo 1850/88. Excluímos os informes do período 1888/1900 por sua excepcionalidade. Tratamos destas mais adiante quando abordamos o último recorte temporal em separado. No gráfico 3.3 exibimos a representatividade das faixas de riqueza no total dos inventariados. No gráfico 3.4 indicamos a participação relativa dos segmentos no montante de todo o patrimônio declarado. Tratamos as questões mencionadas em uma perspectiva longitudinal.

Gráfico 3.3: Participação relativa das faixas de riqueza no total dos inventários, Santa Rita do Turvo - 1850/1888.

Fonte: 288 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Gráfico 3.4: Participação relativa no total do patrimônio inventariado por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1888.

Fonte: 288 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Os gráficos apresentados permitem a visualização de alguns pontos que julgamos muito importantes. Em todos os períodos considerados, os inventariados da segunda faixa de riqueza, com patrimônios acima de £ 150 até £ 500, tiveram a maior participação relativa no conjunto dos inventários, entre um percentual mínimo de 31%, na década de 1860/69, e um máximo de 42%, no recorte temporal 1870/79 (gráfico 3.3). O terceiro segmento, acima de £ 500 até £ 1000, teve o comportamento mais estável no correr dos períodos tratados, mantendo-se sempre próximo a um quinto do total de inventariados (gráfico 3.3). Os outros grupos socioeconômicos tiveram participação oscilante ao longo dos recortes de tempo compreendidos no intervalo 1850/88 (gráfico 3.3).

Considerando os estratos de fortuna em função da importância relativa que atingiram no total do patrimônio inventariado em cada um dos recortes de tempo considerados, visualizamos um quadro bastante claro. A participação aumentou em um movimento diretamente proporcional com a elevação das faixas de fortuna. O maior segmento de riqueza, com bens totais superiores a £ 2000, destacou-se bastante dos demais grupos. Em todos os intervalos reteve a parcela mais significativa da riqueza inventariada. Mais do que isso, sua participação elevou-se período após período, partindo de cerca de 41%, em 1850/59, e chegando a aproximadamente 64%, no intervalo 1880/88 (gráfico 3.4). Importante ressaltar que os inventariados incluídos nesse agrupamento nunca atingiram mais do que 20% do total dos processos (gráfico 3.3). No extremo oposto, embora tenham sido sempre mais de 15% dos casos, exceção feita para a década de 1860/69 (gráfico 3.3), os inventariados aglutinados no menor segmento de riqueza tiveram participação irrisória no montante total da riqueza declarada nos processos, situação que não se alterou ao longo do tempo (gráfico 3.4). O segundo estrato, aquele que agrupou a parcela mais significativa dos processos em todos os intervalos, também teve participação modesta quando consideramos a riqueza total inventariada. Nunca retiveram uma fatia maior que cerca de 16% (gráfico 3.4).

De modo geral, ficou bastante evidente o quadro de marcada concentração socioeconômica da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo no tempo em análise, fenômeno que não se alterou no correr dos intervalos compreendidos entre os anos de 1850 e 1888. Pelo contrário, a faixa que agrupou os indivíduos com maiores cabedais elevou sistematicamente sua importância relativa no total do patrimônio inventariado, sem conhecer movimento correlato em se tratando de participação relativa no conjunto dos inventariados.

Conforme indicamos anteriormente, abordamos mais detidamente cada um dos períodos compreendidos na segunda metade do Oitocentos. Na tabela 3.1 exibimos a distribuição dos processos e da riqueza do primeiro intervalo em análise, década de 1850/59. Dispomos os dados tanto agregados como também distribuídos pelas faixas de riqueza. Indicamos o número absoluto de inventários e a representatividade de cada um dos estratos no conjunto dos processos. Apresentamos o valor somado dos patrimônios de cada faixa e a importância relativa que os diferentes segmentos tiveram no total da riqueza inventariada no intervalo em tela. Por fim, indicamos os valores médios de Monte Mor para cada uma das faixas e também para o conjunto dos inventariados.

Tabela 3.1: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1850/59.

Faixas de riqueza	nº de inventários	% de inventários	Soma da riqueza	% da riqueza	Valor médio
Até £ 150	11	19,0	907,16	1,9	82,47
£ 151 a £ 500	21	36,2	7.341,19	16,3	349,58
£ 501 a £ 1000	12	20,7	8.698,00	18,9	724,83
£ 1001 a £ 2000	8	13,8	10.407,68	22,7	1.300,96
Acima de £ 2001	6	10,3	18.431,58	40,2	3.071,93
Todas as faixas	58	100	45.785,61	100	789,40

Fonte: 58 inventários *post-mortem* do período 1850/59. AFAB.

A análise específica dos dados para a década de 1850/59 apresentou as mesmas tendências gerais observadas para o período 1850/88. A proporção dos mais pobres se manteve modesta em face da riqueza inventariada acumulada. Embora sua representatividade no total de inventariados tenha atingido quase um quinto dos processos, sua participação relativa na riqueza da década foi pouco menor que 2%. A faixa de maior patrimônio, com fortunas superiores a £ 2.000, agrupou praticamente um décimo dos processos. Todavia, na década de 1850/59 os mais ricos inventariados retiveram juntos quatro décimos da riqueza considerada, a maior fatia verificada.

No intervalo em questão, o grupo mais representativo em relação ao número de inventários foi a segunda faixa de riqueza, conforme notamos no gráfico 3.3, com 36,2% dos processos e com 16,3% do montante total dos patrimônios. Se somadas, as duas menores faixas concentraram pouco mais de 55% dos processos e cerca de 18% da riqueza. A notável concentração socioeconômica no período evidenciou-se ainda pelo valor do índice de Gini. Para 1850/59 correspondeu a 0,542. O Monte Mor médio da primeira faixa correspondeu a somente 2,7% da riqueza média declarada nos processos no estrato de maiores cabedais. Para todo o conjunto de inventários o valor correspondente foi de £ 789,40

O fazendeiro Joaquim Alves Ladeira foi o indivíduo com maior patrimônio declarado entre os inventariados analisados na década de 1850/59. Os bens apresentados por sua viúva, D. Francisca Antônia de Paiva, para serem avaliados quando faleceu em 1857, totalizaram £ 4.367,27, equivalente a pouco menos de 10% de toda a riqueza inventariada nesta primeira década estudada. Ladeira viveu na fazenda São Joaquim, freguesia de Santa Rita do Turvo. Além da viúva deixou como herdeiros dez filhos, cinco homens e cinco mulheres. Somente Francisco Alves Ladeira e Rita Antônia de Paiva, os dois mais velhos, foram declarados como casados no momento do inventário. Os demais contavam com idades inferiores a 22 anos. A composição de seu patrimônio foi marcada pela alta representatividade da mão de obra cativa. Seus vinte e três escravos, doze homens e onze mulheres, significavam 68,6% do valor de todos os seus bens. Em seguida estava o grupo de ativo imóveis, com 22,3% de participação na riqueza de Ladeira, e o grupo de ativo animais (constituído por quinze cabeças de gado bovino, dezesseis muas e quatro equinos), com 6,3% do patrimônio inventariado. Bens móveis (1,3%) e dois registros de dívidas ativas (1,5%) compunham o restante da fortuna em questão.⁸³

Antes de observarmos os dados apresentados na tabela 3.2, cabe ressaltarmos que para 1860/69 contamos com o menor número de processos entre as décadas estudadas, apenas vinte e seis inventários. Como decorrência imediata, as afirmações feitas com base nos informes do reduzido conjunto de documentos para este intervalo se tornam mais frágeis. Entretanto, entendemos que não ficam inviabilizadas.

Tabela 3.2: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1860/69.

Faixas de riqueza	nº de inventários	% de inventários	Soma da riqueza	% da riqueza	Valor médio
Até £ 150	2	7,7	215,18	0,8	107,59
£ 151 a £ 500	8	30,8	2.282,92	7,2	285,36
£ 501 a £ 1000	5	19,2	3.641,62	11,4	728,32
£ 1001 a £ 2000	5	19,2	6.498,07	20,4	1.299,61
Acima de £ 2001	6	23,1	19.156,96	60,2	3.192,83
Todas as faixas	26	100	31.794,75	100	1.222,87

Fonte: 26 inventários *post-mortem* do período 1860/69. AFAB.

Entre os inventariados de Santa Rita do Turvo da década de 1860/69 verificamos considerável aumento dos valores médios de riqueza quando considerados o conjunto dos processos. O segmento de menor patrimônio teve sua participação reduzida em

⁸³ Monte mor equivalente a Rs 39:418\$980. Inventário de Joaquim Alves Ladeira (1857). AFAB.

relação ao período anterior, tanto entre os inventariados como também no montante relativo da riqueza total. O grupo mais pobre retraiu-se para menos da metade que na década anterior em relação à representatividade no total de processos, enquanto sua participação na riqueza do período não atingiu nem 1% do total.

Entretanto, um maior número de inventários atingiu patamares de riqueza que os situaram nos segmentos mais ricos. Pouco mais de 42% dos inventariados em 1860/69 estavam nos dois estratos de mais altos cabedais, ante um percentual de 24% nos anos 1850. Isoladamente, o grupo de maiores posses, constituído por praticamente 23% dos processos, ultrapassou o patamar de 60% de participação no patrimônio total declarado no intervalo em tela. Assim como no recorte temporal anteriormente estabelecido, a faixa de riqueza com patrimônios inventariados acima de £ 150 e até £ 500 foi a que congregou o maior número de inventariados, ainda que a participação deste estrato na riqueza da década tenha se reduzido bastante em comparação com o intervalo anterior, atingindo pouco mais de 7%, percentual equivalente a 44% do verificado nos anos 1850. Praticamente três em cada dez inventariados do período pertenceram a este grupo. A concentração da riqueza reduziu-se discretamente em comparação com a década anterior, com queda da participação dos inventários das duas faixas inferiores de riqueza que passaram a somar 38,5%. O índice de Gini para 1860/69 atingiu 0,517, pouco abaixo do valor correspondente que verificamos no primeiro recorte temporal que estudamos.

Falecido no dia 4 de junho de 1869 o capitão Francisco José Cardoso foi dono da maior fortuna arrolada entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda década considerada. Foi um dos indivíduos abordados nas primeiras páginas deste capítulo. Conforme mencionamos, as posses declaradas pela inventariante, D. Rita Lopes da Silva, a viúva do capitão, somaram um montante de £ 5.448,98, valor correspondente a pouco mais de 17% de toda a riqueza acumulada declarada nos inventários consultados para o período 1860/69. A viúva do capitão foi sua única herdeira, visto que o casal não teve filhos. Os quarenta e oito cativos possuídos pelo capitão quando faleceu (3ª maior escravaria entre os inventariados de todo o período 1850/1900) representavam pouco mais da metade (50,7%) de todo o seu patrimônio. Eram vinte e três homens e vinte e cinco mulheres. Os bens imóveis declarados em seu processo atingiram uma representatividade de 38,5% da riqueza declarada. O montante empenhado em dívidas ativas constituía 4,4%. O rebanho de animais (composto por vinte e três muas, cinquenta e seis suínos, dez equinos e três bovinos), representava 2% da riqueza do

capitão. Seus bens móveis somavam 2,4% e os valores declarados em dinheiro constituíam uma parcela de 2% do patrimônio em questão.⁸⁴

A observação dos dados de concentração da riqueza para a década seguinte revela nuances importantes. Contudo, reafirma o padrão de concentração até então delineado. Na tabela 3.4 exibimos os dados para 1870/79.

Tabela 3.3: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1870/79.

Faixas de riqueza	nº de inventários	% de inventários	Soma da riqueza	% da riqueza	Valor médio
Até £ 150	18	15,7	1.561,95	1,3	86,77
£ 151 a £ 500	46	40,0	12.890,11	10,4	280,22
£ 501 a £ 1000	26	22,6	18.525,99	15,0	712,53
£ 1001 a £ 2000	13	11,3	17.736,48	14,3	1.364,34
Acima de £ 2001	12	10,4	72.940,19	59,0	6.078,35
Todas as faixas	115	100	123.654,72	100	1.075,26

Fonte: 115 inventários *post-mortem* do período 1870/79. AFAB.

Importante destacarmos que, se para o período anterior a carência de fontes foi um problema a ser considerado, o intervalo 1870/79 foi aquele com maior número de processos entre as décadas contempladas na pesquisa.

Em relação ao número de processos, a importância do segmento menos abastado mais que duplicou em relação à década anterior, passando a representar 15,7% dos inventários. Entretanto, a participação da riqueza deste grupo no montante total não acompanhou o mesmo movimento, aumentando em proporção muito menor. Atingiu uma parcela de 1,3%. Como decorrência, o valor médio dos patrimônios neste segmento se retraiu. Da mesma forma que observado nas décadas anteriores, a segunda faixa de fortuna foi aquela que concentrou a maior participação relativa de inventários em relação ao conjunto total. Em 1870/79, quatro em cada dez processos fizeram parte deste segmento. Sua representatividade no total do patrimônio inventariado alcançou o patamar de 10,4%. Somadas, as duas camadas inferiores voltaram a ultrapassar a metade do número de processos, 55,7%, percentual bastante próximo ao verificado para o intervalo 1850/59.

O número de processos incluídos na faixa mais rica também voltou a se assemelhar com o observado para os anos 1850/59. Praticamente um a cada dez inventários pertenceu a este grupo mais abastado. No entanto, sua participação relativa no total da riqueza no intervalo 1870/79 aproximou-se mais do percentual da década

⁸⁴ Monte mor equivalente a Rs 69:479\$905. Inventário de Francisco José Cardoso (1869). AFAB.

1860/69, não obstante este grupo representar menos da metade relativa dos inventários em comparação com o intervalo anterior. Os processos aglutinados no segmento de riqueza superior a £ 2000 concentraram quase 60% de todo o patrimônio inventariado nos anos 1870. O valor médio de riqueza para o conjunto dos processos foi mais baixo que em 1860/69. Porém, no segmento mais abastado o valor correlato quase que dobrou. O índice de Gini para esta década aumentou para 0,674, até então o mais elevado entre os recortes estudados.

O major José Luiz da Silva Viana possuiu o maior patrimônio inventariado na década de 1870/79. Residiu na freguesia de São Miguel do Anta, na fazenda Santo Aleixo. Seu processo foi aberto em 1874 e teve seu filho mais velho, Felisberto da Silva Viana, como inventariante dos bens. Na verdade, o inventário do major contou com a peculiaridade de ter sido uma partilha amigável dos bens entre os herdeiros. Uma vez que todos eram maiores e não existia testamento, a rigor não havia a obrigatoriedade legal da abertura do processo. Mesmo assim este foi feito, muito provavelmente para oficializar a divisão do patrimônio entre os filhos do major e a meação da viúva, minimizando possíveis desavenças entre as partes envolvidas. Os bens apresentados pelo filho inventariante totalizaram £ 19.384,33 (2º maior montante de todo o período 1850/1900), valor correspondente a 15% de toda a riqueza inventariada no intervalo 1870/79. Os dados que apontaram para uma acentuação da concentração de riqueza na década em tela foram impactados pela elevada fortuna do major. Ficaram como herdeiros do inventariado a viúva, D. Ana Esméria da Conceição, e cinco filhos, entre os quais o inventariante, sendo três homens e duas mulheres. A composição da riqueza de José Luiz da Silva Viana foi bastante diferente das maiores fortunas verificadas nas décadas anteriores. O principal grupo de ativos constituinte de seu patrimônio foram os imóveis, com 43,9% de representatividade. As dívidas ativas corresponderam a 26,9%, sendo o segundo grupo de ativos em importância relativa. O major possuiu uma força de trabalho escrava composta por cinquenta e dois cativos (2ª maior escravaria entre os inventariados de todo o período 1850/1900), vinte e sete homens e vinte e cinco mulheres, que representaram 23,3% de seu patrimônio inventariado. Seu plantel de animais (constituído por cinquenta e uma cabeças de bovinos, doze equinos, cinquenta e oito muares e cento e cinquenta e dois suínos) significou 4,5% de seus bens arrolados e avaliados. O restante de seu patrimônio, 1,4%, estava alocado em bens móveis.⁸⁵

⁸⁵ Monte mor equivalente a Rs 182:697\$357. Inventário de José Luís da Silva Viana (1874). AFAB.

Os dados acerca da distribuição da riqueza entre os inventariados de Santa Rita do Turvo do intervalo 1880/88 apresentaram o mesmo quadro de concentração, em nível semelhante ao que verificamos para a década anterior. Na tabela 3.5 exibimos os dados para este intervalo, últimos momentos da escravidão no Brasil.

Tabela 3.4: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1880/88.

Faixas de riqueza	nº de inventários	% de inventários	Soma da riqueza	% da riqueza	Valor médio
Até £ 150	13	14,6	1.159,12	1,1	89,16
£ 151 a £ 500	37	41,6	12.206,76	11,6	329,91
£ 501 a £ 1000	15	16,9	9.948,50	9,4	663,23
£ 1001 a £ 2000	10	11,2	14.420,38	13,7	1.442,04
Acima de £ 2001	14	15,7	67.712,13	64,2	4.836,58
Todas as faixas	89	100	105.446,89	100	1.184,79

Fonte: 89 inventários *post-mortem* do período 1880/88. AFAB.

Em se tratando dos informes para 1880/88, somente algumas pequenas alterações percentuais em nada modificaram o quadro de concentração social da riqueza que verificamos nas décadas anteriores desagregadas e para todo o intervalo 1850/88. A importância relativa do segmento de menores posses mostrou-se bastante semelhante a que verificamos para o intervalo anterior, tanto em termos de representatividade no conjunto dos processos como também de participação no montante da riqueza inventariada. Como constatado para todos os períodos anteriores, o segmento com maior participação relativa no número de inventários foi a segunda faixa. No intervalo 1880/88, porém, atingiu o percentual mais elevado, englobando 41,6% dos processos, embora com somente 11,6% da riqueza. A soma dos inventários das duas faixas de menores patrimônios alcançou valor correlato ao período anterior, da ordem de 56%. Estes possuíam 12,7% da riqueza total inventariada.

No extremo oposto, no recorte temporal 1880/88, os inventariados constituintes do segmento com maiores posses, com bens superiores a £ 2.000, concentraram o maior patamar de participação na riqueza inventariada entre todos os intervalos considerados, 64,2%. Neste agrupamento estavam incluídos 15,7% dos processos. Na verdade, conforme dito anteriormente, os dados desagregados por períodos permitiram visualizarmos que o grupo de maiores cabedais conheceu um paulatino crescimento de sua importância relativa na riqueza inventariada no decorrer dos períodos considerados, não obstante sua representatividade no conjunto dos processos não acompanhar o mesmo movimento, tendo variado entre 10% e 23%. O índice de Gini para o último

recorte temporal escravista alcançou 0,653, pouca coisa inferior ao valor respectivo auferido para a década anterior.

José de Deos Moreira Castro foi dono do maior patrimônio inventariado em Santa Rita do Turvo no período 1880/88. Mais do que isso, possuiu a maior fortuna que encontramos em toda a documentação pesquisada para todo o intervalo 1850/1900. Seu falecimento ocorreu na fazenda Canadá, uma de suas propriedades, em 22 de setembro do ano de 1882. D. Ana Ricarda de Freitas, sua viúva, foi instituída a inventariante do processo. Além dela, ficaram como herdeiros dos bens do inventariado seus cinco filhos, três homens e duas mulheres, três casados e dois solteiros. A soma de todos os bens apresentados para avaliação totalizou o montante de £ 22.270,89, equivalente a pouco mais de 21% da riqueza total inventariada em 1880/88. A composição do patrimônio em questão foi diferente das maiores fortunas das décadas contempladas anteriormente. Estava lastreada em ativos mais propriamente financeiros e dependia menos dos investimentos em escravos e imóveis. A maior parcela dos bens de José de Deos Moreira estava alocada em dívidas ativas. Estas representaram 48,6% de seu patrimônio inventariado. O segundo grupo de ativos em importância relativa foi constituído pelos imóveis. Estes constituíram 27% dos bens arrolados. No momento de seu falecimento Moreira Castro possuía uma escravaria composta por quarenta e quatro indivíduos (5ª maior que encontramos em todo o período 1850/88), mesmo nos momentos finais de vigência da escravidão no Brasil, dividida em vinte e sete homens e dezessete mulheres. Representavam 13,9% de todo o seu patrimônio. O grupo de ativos animais participava com 2,5% da riqueza do inventariado em questão. O rebanho declarado era composto por setenta e quatro cabeças de bovinos, vinte e um muars, treze equinos e setenta e sete suínos. Completava a fortuna em questão bens móveis, 5,35%, e uma boa soma em dinheiro, equivalente a 2,6% do patrimônio total.⁸⁶

Em uma primeira observação, os dados de distribuição da riqueza para período 1888/1900 foram muito discrepantes em face das tendências evidenciadas pelos informes dos intervalos anteriores. Todavia, duas importantes ocorrências, dentre outras, decorrentes do complexo cenário econômico do Brasil no final do século XIX, devem ser levadas em conta quando observamos as informações para o período seguinte ao colapso da escravidão, uma vez que impactaram inegavelmente os informes apresentados: o Encilhamento e a própria abolição da escravidão.

⁸⁶ Monte mor equivalente a Rs 252:507\$372. Inventário de José de Deos Moreira Castro (1882). AFAB.

Durante os anos de transição do regime monárquico para o republicano foi implementada no Brasil uma reforma financeira idealizada pelo então ministro da Fazenda Rui Barbosa. Entre os objetivos do novo governo republicano estavam aumentar a quantidade de moeda circulante no país e a expansão do setor industrial, então incipiente. Para alcançá-los uma das principais medidas foi o aumento da oferta de créditos. Contudo, as consequências advindas do programa proposto não foram somente aquelas objetivadas. A injeção de dinheiro na economia do país, foram criados diversos bancos emissores, provocou um surto inflacionário, uma intensa especulação no mercado de ações e uma drástica desvalorização do Mil-Réis, então a moeda nacional, processo que ficou conhecido como Encilhamento (Suzigan, 1997, p.45-52). Em especial o último aspecto assume uma importância crucial para a análise da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo no período 1889/1900. Diante da vigorosa desvalorização da moeda nacional, os patrimônios dos inventariados do intervalo final do século XIX sofreram forte retração em comparação com os recortes temporais anteriores, visto que utilizamos a metodologia de conversão para a Libra Esterlina, moeda que não sofreu drásticas oscilações no período. Dessa forma, a constatação geral da redução dos valores de Monte Mor dos inventariados em 1888/1900 não deve ser encarada como uma simples retração do cenário socioeconômico da localidade, com consequente redução das possibilidades de acumulação e com um empobrecimento generalizado da parcela que foi inventariada de sua população. Considerando a metodologia que utilizamos, antes de mais nada, entendemos que encolhimento geral dos patrimônios deve ser entendido, em grande medida, como reflexo das consequências da política financeira então implementada no Brasil no final do Oitocentos, em especial da perda de valor da moeda nacional. Essa questão impacta as análises do período 1888/1900 ao longo de toda a tese, limitando bastante as considerações sobre este intervalo.

Outra questão preponderante sobre o último período analisado se refere à forma como se processou a abolição da escravidão no Brasil, imediata e incondicional, sem indenização ou qualquer tipo de compensação aos senhores de escravos.⁸⁷ Desta forma, no dia seguinte ao 13 de maio de 1888, os antigos senhores não mais contavam com a

⁸⁷ Ressaltamos que, se os proprietários não receberam indenização pela “perda” de capital que sofreram com a abolição, também não existiram políticas efetivas que visassem à integração do negro ex-escravo à sociedade. Em geral, foram abandonados à própria sorte, seja pelo Estado, pelos ex-senhores ou por qualquer outra instituição. Neste sentido, a abolição da escravidão no Brasil contou com uma faceta bastante cruel para os próprios libertos, tornando muito difícil a inserção deste segmento na sociedade do período (Fernandes, 1964).

mão de obra cativa enquanto grupo de ativos constituinte de seus patrimônios. Contudo, os escravistas não foram pegos de surpresa. A força que gradualmente ganhava o movimento abolicionista nas décadas de 1870 e 1880, a proibição do Tráfico Internacional em 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), a Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei dos Sexagenários de 1885, entre outros fatores, fizeram com que os inventariados viessem reduzindo paulatinamente as inversões de recursos em cativos em favor de outros investimentos. Desta forma, no decorrer dos períodos da segunda metade do Oitocentos a participação da mão de obra escrava na riqueza dos inventariados declinou gradualmente. Contudo, conforme abordamos mais detidamente no tópico seguinte e no capítulo posterior, os investimentos em cativos ainda eram bastante consideráveis, mesmo nos patrimônios do período 1880/88.

Em suma, além da desvalorização da moeda nacional, a abolição da escravidão, nos termos como foi feita no Brasil, contribuiu para a redução do montante dos bens inventariados, na medida em que a mão de obra não era mais passível de avaliação e de inclusão no patrimônio dos indivíduos.

Tendo em consideração o quadro acima delineado acerca do último recorte temporal abordado, apresentamos na tabela 3.5 os dados da distribuição da riqueza inventariada para 1888/1900.

Tabela 3.5: Distribuição dos inventários por faixas de riqueza em libras, Santa Rita do Turvo - 1888/1900.

Faixas de riqueza	nº de inventários	% de inventários	Soma da riqueza	% da riqueza	Valor médio
Até £ 150	55	49,5	4.415,68	10,8	80,28
£ 151 a £ 500	31	27,9	7.512,59	18,5	242,34
£ 501 a £ 1000	15	13,6	10.671,12	26,2	711,41
£ 1001 a £ 2000	6	5,4	7.993,89	19,6	1.332,31
Acima de £ 2001	4	3,6	10.114,36	24,9	2.528,59
Todas as faixas	111	100	40.707,64	100	366,73

Fonte: 111 inventários *post-mortem* do período 1888/1900. AFAB.

Ficam evidentes as diferenças entre os dados apresentados para o último intervalo de tempo considerado em comparação com os períodos anteriores e também com os informes agregados para todo o recorte 1850/88. A faixa de menores posses foi a que congregou a maior parte dos processos, com praticamente metade dos casos. Este estrato representava uma fatia de 10,8% da riqueza inventariada no período em questão. Dito de outro modo, um de cada dois inventariados em 1888/1900 fizera parte deste segmento com até £ 150. Dividiram pouco mais de um décimo da riqueza declarada na documentação do período. Pouco mais de 77% dos processos do intervalo em questão

pertenceram às duas faixas de menores cabedais e arrolaram pouco mais de 29% da riqueza total deste último recorte temporal que estudamos.

No extremo oposto, a faixa dos indivíduos mais bem aquinhoados perdeu bastante representatividade no conjunto dos processos. Somente 3,6% dos inventariados (quatro casos somente) atingiram posses superiores a £ 2000. Pouco menos de um quarto do patrimônio total do período estava nas mãos deste grupo. Em termos de representatividade no montante inventariado para o intervalo em questão, a faixa mais importante foi a terceira, com bens acima de £ 501 e até £ 1000. Este segmento congregava praticamente 28% dos processos e deteve pouco mais de 26% de toda a riqueza considerada. Destacamos ainda a brutal queda dos valores médios de Monte Mor, consequência direta da desvalorização da moeda nacional com o advento do Encilhamento. Contudo, não obstante todas as discrepâncias elencadas, o índice de Gini não se distanciou muito do valor auferido para os recortes temporais anteriores, atingindo o valor de 0,598, menor que nos intervalos 1870/79 e 1880/88 e pouco maior que nos períodos 1850/59 e 1860/69. Sendo assim, ainda que tenha havido uma forte e geral retração dos valores de monte mor dos inventariados de Santa Rita do Turvo entre 1889/1900, em grande medida impactados por condicionantes estruturais, a concentração da riqueza inventariada se manteve em termos semelhantes aos verificados nas décadas anteriores.

O maior patrimônio inventariado neste último intervalo considerado foi o de D. Mariana Clara de Jesus. Faleceu no dia 3 de novembro de 1893 em sua fazenda denominada Córrego de Santo Antônio, situada no distrito de São Miguel do Anta. Contudo, seu inventário foi aberto, e seus bens avaliados, somente no ano de 1895. O major José Cupertino Teixeira, o viúvo, foi instituído inventariante dos bens de seu casal com a falecida. Além dele, ficaram como herdeiros dos bens dez filhos, oito homens e duas mulheres, todos casados no ensejo da abertura do processo. A soma de todos os bens arrolados e avaliados no inventário de D. Mariana alcançou a cifra de £ 3.073,25 e representou cerca de 7,5% de toda a riqueza inventariada entre 1888/1900. Na composição de seu patrimônio destacou-se o grupo de ativos imóveis, com participação relativa de 66,5%. Em seguida, as dívidas ativas empenharam uma parcela de praticamente 30% dos bens da inventariada. Seu rebanho de animais, constituído por

vinte e duas cabeças de gado bovino e dois equinos, representava 2% de sua fortuna. O restante estava alocado em bens móveis, 1,5%.⁸⁸

Em suma, a análise dos dados desagregados por intervalos reafirmou o quadro de concentração da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo que observamos na análise global do período 1850/88. Exceção feita ao último recorte temporal considerado, influenciado por questões estruturais vivenciadas pelo Brasil no final do século XIX, a 2ª faixa de fortuna foi o agrupamento que congregou a maior parte dos inventariados. No entanto, mantida a mesma exceção, o segmento que concentrou destacadamente a parcela mais robusta da riqueza em todos os intervalos foi o estrato de maior patrimônio.

A análise da distribuição da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo ao longo da segunda metade do século XIX permitiu observarmos um processo de elevação dos níveis de concentração social dos recursos em favor dos indivíduos aglutinados no estrato de maiores cabedais. Contudo, nada sugere que o aludido processo na sociedade considerada tenha sido motivado por fatores externos ao cenário econômico da localidade em tela. Sustentamos que os mais ricos conseguiram potencializar seus patrimônios com base nas dinâmicas endógenas da economia local, conforme abordamos nos capítulos seguintes da tese. O segmento de maior fortuna controlava a parcela mais representativa da riqueza inventariada no início do período abordado e seguiu controlando no transcorrer dos intervalos contemplados, conseguindo, inclusive, elevar os patamares de concentração social da riqueza inventariada. Do quadro exposto verificamos algumas nuances no último período. Todavia, entendemos que estas tenham sido decorrências de intercorrências estruturais do país no final dos Oitocentos que impactaram sobremaneira os dados analisados.

3.3 – *Aquilo que se possuía*: a composição da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo.

Revelados os grupos socioeconômicos que foram quantitativamente mais representativos entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no decorrer da segunda metade do século XIX, bem como aqueles que controlaram a parte mais robusta da

⁸⁸ Monte mor equivalente a Rs 74:594\$000. Inventário de Mariana Clara de Jesus (1895). AFAB.

riqueza declarada nos inventários da sociedade considerada, centramos atenção sobre a composição dos patrimônios. Entendemos que tão importante quanto saber quais segmentos possuíam recursos e quanto possuíam, fundamental também elucidarmos os tipos de bens aos quais tinham acesso os indivíduos naquele contexto e que, portanto, compuseram os patrimônios da sociedade analisada, ou pelo menos daqueles que morreram e foram inventariados no período estudado. Mantivemos os mesmos parâmetros norteadores das análises. Apresentamos os dados desagregados por intervalos, conferindo uma abordagem longitudinal para a questão da composição da riqueza inventariada. Sustentamos ainda a mesma segmentação por faixas de fortuna, sem omitir os dados gerais para o conjunto dos inventários utilizados. Conforme mencionamos previamente, operamos com seis grupos de ativos com base nos quais decomparamos os patrimônios declarados na documentação pesquisada.

Na tabela 3.6 indicamos a composição da riqueza dos inventariados de Santa Rita do Turvo na primeira década da segunda metade do Oitocentos.

Tabela 3.6: Composição da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/59 (%).

Faixas de riqueza	Móveis	Animais	Escravos	Imóveis	Dívida Ativa	Dinheiro	Total
Até £ 150	6,0	21,1	22,7	48,8	1,4	0,0	100
£ 151 a £ 500	2,5	3,2	57,3	33,3	3,7	0,0	100
£ 501 a £ 1000	1,5	2,1	66,7	23,0	6,3	0,4	100
£ 1001 a £ 2000	3,7	5,7	59,3	20,3	11,0	0,0	100
Acima de £ 2001	4,2	6,1	61,7	19,6	6,7	1,7	100
Todas as faixas	3,3	5,1	60,6	23,2	7,0	0,8	100

Fonte: 58 inventários *post-mortem* do período 1850/59. AFAB.

Destacamos que nos processos deste primeiro intervalo temporal considerado, os cativos constituíram a maior fração da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo. Exceção feita para o primeiro estrato, os inventariados empenharam em cativos sempre um percentual superior a 57% da riqueza arrolada, chegando a pouco mais de dois terços na terceira faixa de patrimônio. Considerado todo o conjunto de inventários, nada menos que seis décimos da riqueza total declarada na documentação do período em tela estavam alocados em mão de obra escravizada. Cabe destacarmos que a década de 1850 é apontada pela historiografia como período de alta dos preços dos escravos em função da abolição do Tráfico Internacional em 1850, principalmente nos anos iniciais do decênio (Bergad, 2004; Versiani & Vergolino, 2002). Entendemos que este fator, em alguma medida, contribuiu para explicar a elevada parcela relativa da riqueza alocada em escravos na década de 1850/59. Todavia, seja como for, fica evidente que, mesmo

em uma região voltada para a produção e mercantilização de gêneros em escala regional, sem especialização produtiva em torno de algum gênero que a vinculasse com circuitos mercantis altamente dinamizados, distante de centros administrativos, populacionais e produtivos, o vigor da escravidão brasileira fica indubitavelmente expresso pela observação da composição da riqueza inventariada na localidade. Do contrário, entendemos que os inventariados estudados não concentrariam pouco mais de 60% de seus patrimônios em escravizados. Exploramos mais detidamente no capítulo seguinte as características definidoras do escravismo em Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/88.

Em relação ao segundo grupo de ativos em representatividade, os imóveis, empenharam uma parcela da riqueza bastante inferior ao grupo de ativos escravos, pouco acima de 23%. Contudo, a faixa de inventariados com menores cabedais conheceu o maior comprometimento relativo em itens imobiliários, com 48,8%. Por um lado, em função da limitação dos recursos de que dispunham, os indivíduos com até £ 150 tiveram maiores dificuldades de acesso à mão de obra cativa. Por outro lado, pelo menos a casa em que viviam ou um pequeno pedaço de terra do qual tiravam seu sustento a maioria dos inventariados aglutinados neste estrato possuiu. Com a observação dos dados por faixas de riqueza constatamos uma tendência de redução da participação relativa dos imóveis conforme se elevava o nível de fortuna. Novamente excetuando-se a menor faixa de recursos, em todos os demais estratos o grupo de ativos imóveis foi o segundo em representatividade relativa na riqueza declarada.

Considerando todos os inventariados, a soma dos investimentos em escravizados e em bens imobiliários alcançou praticamente 84% do valor total dos recursos nos anos 1850. Observando-se os dados segmentados por faixas de riqueza, o percentual correlato variou de 71,5%, no primeiro agrupamento, a pouco mais de 90,6% no terceiro estrato de fortuna, aquele que congregava os indivíduos com cabedais acima de £ 501 até £1000. Este segmento foi também aquele que teve a maior parcela da riqueza declarada investida em escravos, 66,7%.

As dívidas ativas tiveram participação relevante nos patrimônios inventariados na localidade, embora bastante distante dos percentuais que verificamos para os imóveis e, principalmente, para os cativos. Os investimentos em bens desta natureza empenharam a terceira maior parcela da riqueza total considerada, equivalente a 7%. Animais e bens móveis compunham parcelas mais reduzidas. Por fim, os valores em

dinheiro constituíram a menor fração dos bens inventariados considerados, pouco inferior a 1%.

Desta abordagem geral acerca da composição da riqueza dos inventariados de Santa Rita do Turvo na primeira década da segunda metade do Oitocentos extraímos algumas considerações fundamentais. Destacamos o padrão geral de alta concentração da riqueza em escravos e imóveis, com o grupo de ativos escravos empenhando destacadamente a maior parcela da riqueza inventariada, seguido pelo grupo de ativos imóveis. Esse padrão verificado para o conjunto total dos inventários também se mostrou válido quando observamos os dados por faixas de riqueza, exceção feita ao primeiro agrupamento. Quando considerado isoladamente, este estrato de fortuna apresentou percentuais mais distantes do perfil destacado. Entendemos que este aspecto possa ser explicado pela maior dificuldade de acesso à mão de obra cativa e pelo grande peso que as precárias habitações e as diminutas posses fundiárias tiveram nos patrimônios destes indivíduos. Conforme evidenciamos com a análise específica do grupo de ativos imóveis no capítulo cinco, a posse de ao menos um item enquadrado nesta categoria era mais disseminada que a propriedade cativa. Verificamos uma tendência de redução da participação relativa dos imóveis conforme se elevava o nível de riqueza.

Com base no aludido padrão de concentração e composição da riqueza inventariada para Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/59, entendemos ser possível esquadriarmos o tipo de economia e sociedade vigente na localidade no alvorecer da segunda metade do Oitocentos. Em uma sociedade com evidente concentração de riqueza, o grande peso da mão de obra cativa e dos imóveis (que incluíam as terras) aponta para uma predominância das atividades agrícolas na região, com uso expressivo de escravizados nas atividades produtivas. A pouca expressividade dos animais indica que estes não eram criados em grandes rebanhos com vistas à mercantilização. Entendemos que os rebanhos estavam voltados para o suprimento das necessidades internas das casas e das fazendas, tanto no que diz respeito às demandas alimentares como de locomoção.

Embora a participação das dívidas ativas na composição geral da riqueza inventariada não tenha sido das mais elevadas, foi ao menos considerável. A parcela de 7% do patrimônio total empenhada neste grupo de ativos indica certo “movimento” mercantil na região, com indivíduos comprando e vendendo gêneros e outros, ou muito

provavelmente os mesmos, exercendo atividades creditícias em âmbito local, mais precisamente aqueles das faixas de riqueza mais elevadas.

A pouca expressividade dos bens móveis atesta a rusticidade das habitações, bem como a inexistência de grandes estoques de gêneros agrícolas que sugerissem uma produção expressiva o suficiente para justificar uma conexão com outras regiões distantes, com vistas ao suprimento de víveres.

Em suma, existiram muitos escravos, fator que sugere a relevância da mão de obra cativa na localidade, os imóveis (majoritariamente constituído pelas terras, conforme discutimos mais à frente) constituíram parcela significativa dos patrimônios, não havia criação de animais com vistas à mercantilização dos mesmos, as habitações eram simples e o mercado da localidade ultrapassava a inércia. Sustentamos que estes fenômenos são suficientes para refutarmos a prevalência de um cenário econômico inexpressivo para a localidade analisada. Parece-nos que Santa Rita do Turvo iniciou a segunda metade do Oitocentos voltada para o suprimento das demandas do mercado local, com uma situação distante de um marasmo econômico.

Exibimos na tabela 3.7 os informes concernentes ao período seguinte, decênio 1860/69.⁸⁹

Tabela 3.7: Composição da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1860/69 (%).

Faixas de riqueza	Móveis	Animais	Escravos	Imóveis	Dívida Ativa	Dinheiro	Total
Até £ 150	8,2	0,0	38,8	53,0	0,0	0,0	100
£ 151 a £ 500	3,2	2,9	39,9	45,2	3,0	5,8	100
£ 501 a £ 1000	1,9	1,5	68,2	20,2	8,2	0,0	100
£ 1001 a £ 2000	2,8	4,4	51,6	27,3	13,9	0,0	100
Acima de £ 2001	1,4	2,4	61,0	29,3	5,3	0,3	100
Todas as faixas	1,9	2,8	58,2	29,1	7,2	0,8	100

Fonte: 26 inventários *post-mortem* do período 1860/69. AFAB.

Comparando-se os dados do segundo período que abordamos com os relativos à década anterior, para o conjunto dos inventariados, notamos somente uma pequena queda da representatividade dos escravos na riqueza total inventariada e certo incremento da parcela da riqueza alocada em bens imóveis. Somados, estes dois grupos de ativos atingiram um percentual de concentração ainda maior que no período anterior, representado pouco além de 87% de todo o patrimônio arrolado nos inventários dos

⁸⁹ Uma vez mais destacamos a limitação quantitativa da documentação para 1860/69. A primeira faixa de riqueza nesse período, por exemplo, ficou constituída por somente dois inventários. Evidentemente, o reduzido número de processos para esta década tornam os dados apresentados e discutidos mais frágeis e, consequentemente, mais questionáveis.

anos 1860. Todavia, as discretas oscilações notadas nos parecem pouco para definirmos alguma alteração substancial no perfil da região traçado anteriormente. Não se alteraram de forma importante os grupos de ativos que poderiam sugerir alguma alteração no cenário econômico na localidade. As dívidas ativas permaneceram com percentual bastante similar ao período anterior. O desenvolvimento de outros ramos de atividades para além da agrícola, como a pecuária, por exemplo, também não parece ter ocorrido. A participação dos animais na riqueza, que já era reduzida, retraiu-se ainda mais.

Na década de 1860/69 continuavam limitadas as opções de alocação da riqueza inventariada na região. Considerando os informes obtidos na análise dos inventários, nada indica o surgimento de alguma nova cultura, o estabelecimento de outro ramo de atividade ou mesmo a dinamização de alguma produção anteriormente praticada que tenha tido relevância suficiente para alterar o cenário econômico acima delineado para 1850/59.

Entretanto, ressaltamos que se algum desses aludidos fenômenos estivessem ocorrendo a partir dos segmentos mais pobres da população ou dos indivíduos que não morreram no período em tela, os inventários possivelmente não refletiriam estas alterações de imediato, isto porque tratam mais detidamente dos grupos mais prósperos e somente daqueles indivíduos que faleceram. É fundamental destacarmos que este tipo de documentação não consegue retratar necessariamente de forma imediata as alterações ocorridas em uma determinada região. Na verdade, se demonstrassem indicativos de quaisquer mudanças, estas provavelmente teriam ocorrido anteriormente. Por sua vez, se em 1860/69 a estrutura econômica da região estivesse conhecendo alterações, estas somente apareceriam nos inventários abertos nas décadas posteriores ou quando atingissem a parte da população que foi inventariada. Seja como for, a julgar pela parcela inventariada dos habitantes de Santa Rita do Turvo, não obstante as limitações desta abordagem, as opções de investimento proporcionadas pelo cenário econômico da localidade se mantiveram as mesmas do período anterior, reflexos de uma economia que manteve as mesmas características básicas, produção agrícola para suprimento da demanda local.

A soma dos dois principais grupos de ativos variou entre um percentual mínimo de praticamente 80%, na quarta faixa de riqueza, e máximo de cerca de 92%, no segmento que congregou os indivíduos com menores recursos. O agrupamento com maior participação relativa no patrimônio inventariado do grupo de ativos escravos foi a terceira faixa, o mesmo do período anterior, com 68,2%. Em relação aos imóveis, a

primeira faixa teve um percentual de 53% de participação na riqueza total deste agrupamento, sendo a maior representatividade entre todos os segmentos, situação também semelhante ao período anterior.

Na tabela 3.8 apresentamos a composição da riqueza pelos grupos de ativos e pelos estratos socioeconômicos para o período subsequente, 1870/79.

Tabela 3.8: Composição percentual da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1870/79 (%).

Faixas de riqueza	Móveis	Animais	Escravos	Imóveis	Dívida Ativa	Dinheiro	Total
Até £ 150	17,1	17,0	9,6	51,7	3,4	1,2	100
£ 151 a £ 500	3,1	8,1	33,2	51,6	2,4	1,6	100
£ 501 a £ 1000	3,0	4,4	44,5	38,2	9,6	0,3	100
£ 1001 a £ 2000	4,3	4,7	42,9	34,9	9,7	3,5	100
Acima de £ 2001	2,2	4,1	40,4	37,8	14,9	0,6	100
Todas as faixas	2,9	4,8	40,2	39,1	11,9	1,1	100

Fonte: 115 inventários *post-mortem* do período 1870/79. AFAB.

Os dados exibidos para 1870/79 indicaram algumas questões que julgamos pertinentes em comparação com os períodos anteriormente enfocados. No terceiro intervalo que estudamos, a análise da composição da riqueza inventariada evidenciou uma queda bem considerável da participação dos escravos na composição dos patrimônios. Embora tenhamos notado um movimento similar ao ocorrido na transição da década de 1850/59 para a de 1860/69, em relação aos anos 1870 a retração foi mais notável. O montante comprometido em cativos passou a representar pouco mais de 40% da riqueza total, considerados todos os agrupamentos socioeconômicos. Provavelmente, por um lado, os inventariados que faleceram nesta década já estivessem deslocando partes importantes de seus recursos das aplicações em mão de obra cativa, visto que o declínio do sistema escravista se manifestava claramente. Por outro lado, a disponibilidade de cativos se reduzia paulatinamente. Aparentemente, os efeitos desses processos foram mais pesados que para os inventariados dos períodos antecedentes.

Por sua vez, em movimento contrário, verificamos um incremento da participação relativa dos bens imobiliários. Quando consideramos o conjunto dos inventariados, o percentual dos recursos investidos em imóveis na década de 1870/79 foi praticamente equivalente ao alocado em escravos, pouco mais de 39%. Entretanto, o que não se alterou foi a alta concentração em cativos e imóveis. A soma dos bens destes grupos de ativos equivaleu a pouco mais de 79% da riqueza declarada nos inventários do intervalo em questão. Destacamos ainda o significativo aumento da parcela da riqueza alocada em dívidas ativas, praticamente 12%. Começamos a perceber neste

período uma nítida relação entre elevação de patrimônio e aumento da representatividade dos investimentos neste grupo de ativos. Mais do que nos períodos anteriores, o percentual atingido pelas dívidas ativas na riqueza sugere que os indivíduos que faleceram na década em questão estavam de alguma forma envolvidos com as atividades mercantis desenvolvidas na localidade, fosse vendendo gêneros, portanto produzindo, emprestando recursos ou realizando quaisquer outras atividades afins.

Na análise da composição da riqueza por faixas de fortuna no período 1870/79 chamou atenção a reduzida parcela que os inventariados menos abastados alocaram em cativos, pouco menos de um décimo do patrimônio total deste segmento. Provavelmente este aspecto esteja refletindo uma maior dificuldade que estes inventariados tiveram para participar do mercado de escravos, visto que se tornava cada vez mais restrito, tendo em vista a gradual diminuição da oferta de cativos em função das limitações impostas no decorrer da segunda metade do século XIX e, neste período, principalmente pela Lei do Ventre Livre de 1871. Excetuando esta faixa, a concentração de escravos e imóveis continuou bastante acentuada em todos os demais segmentos, variando de um percentual mínimo de 77,8%, na quarta faixa de fortuna, e um máximo de 84,8%, no segundo estrato, agrupamento com patrimônios acima £ 150 até £ 500. O segmento com maior participação relativa do grupo de ativos escravos foi a terceira faixa, o mesmo das décadas anteriores, com 44,5% da riqueza do grupo. Da mesma forma, em relação aos imóveis, o primeiro estrato teve um percentual de 51,7% de participação dos bens desta natureza na riqueza total, sendo a maior parcela entre todas as faixas (pouco acima do segmento seguinte), situação também semelhante a que verificamos para as décadas anteriores.

Avançamos na análise incorporando os dados de composição da riqueza no período 1880/88. Apresentamos os respectivos informes na tabela 3.9

Tabela 3.9: Composição da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1880/88 (%).

Faixas de riqueza	Móveis	Animais	Escravos	Imóveis	Dívida Ativa	Dinheiro	Total
Até £ 150	7,6	5,8	4,6	79,2	2,8	0,0	100
£ 151 a £ 500	4,4	8,4	31,2	46,3	8,6	1,1	100
£ 501 a £ 1000	4,2	7,4	30,4	50,8	5,0	2,2	100
£ 1001 a £ 2000	7,3	4,2	30,7	46,4	10,5	0,9	100
Acima de £ 2001	3,6	4,7	26,7	39,2	20,9	4,9	100
Todas as faixas	4,3	5,3	27,9	42,5	16,4	3,6	100

Fonte: 89 inventários *post-mortem* do período 1880/88. AFAB.

Embora o estudo dos dados relativos ao período 1880/88 ateste a manutenção da forte concentração da riqueza dos inventariados de Santa Rita do Turvo em escravos e imóveis, constatamos a troca de posições entre estes dois grupos de ativos, movimento gradualmente insinuado nos períodos precedentes, principalmente no intervalo 1870/79. A soma de ambos, considerado o conjunto dos inventariados, se reduziu um pouco, passando a concentrar pouco mais de 70% de toda a riqueza inventariada no período. Entretanto, se nas décadas de 1850/59 e 1860/69 os investimentos em cativos representaram a maior parcela da riqueza dos inventariados, ao passo que na década de 1870/79 a representatividade foi praticamente equivalente à dos imóveis, os dados do intervalo 1880/88 evidenciou um quadro diferente. A representatividade relativa dos imóveis superou o percentual investido no grupo de ativos escravos. Do total da riqueza inventariada no período, pouco menos de 28% estava empenhada em mão de obra escravizada, ao passo que uma parcela de 42,5% estava alocada em bens imobiliários.

Em relação ao período anterior, as dívidas ativas se elevaram para 16,4%, embasando ainda mais o argumento acerca de um encorpamento das atividades mercantis locais ou da abertura de novas possibilidades de alocação de recursos no transcorrer da segunda metade do século XIX na localidade tratada. Provavelmente, parte dos recursos anteriormente aplicados em cativos estivesse migrando para investimentos em dívidas ativas. Pouco mais de um quinto do patrimônio do estrato de maiores cabedais estava alocado neste grupo de ativos. A tendência de aumento do nível de participação da riqueza em concomitância com o aumento da representatividade das dívidas ativas também pode ser notada neste período 1880/88, ainda que com uma exceção da segunda para a terceira faixa de riqueza.

Observando a composição dos patrimônios segundo os estratos de fortuna estabelecidos, notamos que os inventariados situados no grupo que aglutinava os menores cabedais tiveram a menor proporção relativa da riqueza alocada em cativos, do mesmo modo que na década anterior. Uma vez mais se evidencia que as dificuldades dos inventariados com menos recursos em acessar a posse cativa cresceram paulatinamente, proporcionalmente com a redução da oferta de braços escravos, e foram ainda maiores que os obstáculos encontrados pelos indivíduos dos outros segmentos socioeconômicos. Nas demais faixas, a parcela investida nas escravarias foi bastante próxima, entre 26,5%, na faixa dos indivíduos mais bem aquinhoados, e 31,2%, no segundo estrato. Em todos os agrupamentos, a fatia alocada em bens imóveis superou o

percentual da riqueza em escravos na década de 1880/88. O agrupamento dos indivíduos mais pobres, assim como nos demais períodos, foi aquele que teve maior comprometimento relativo de patrimônio em bens imóveis, com quase 80%.

Para analisarmos os informes de composição da riqueza dos inventariados de Santa Rita do Turvo do último período considerado enfrentamos o problema do desaparecimento dos escravos enquanto possibilidade de alocação de recursos. Desta forma, a tendência geral foi de elevação dos percentuais de participação relativa de todos os outros grupos de ativos, em escala proporcional ao que representavam nos períodos precedentes. Na tabela 3.10 exibimos os dados para os inventariados do intervalo 1888/1900.

Tabela 3.10: Composição percentual da riqueza inventariada por grupos de ativos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1888/1900 (%).

Faixas de riqueza	Móveis	Animais	Imóveis	Dívida Ativa	Dinheiro	Total
Até £ 150	7,8	8,4	80,1	3,5	0,2	100
£ 151 a £ 500	7,2	8,0	76,9	7,1	0,8	100
£ 501 a £ 1000	4,8	5,2	61,6	20,1	8,3	100
£ 1001 a £ 2000	4,3	2,9	78,4	9,9	4,5	100
Acima de £ 2001	1,8	3,0	49,8	38,8	6,6	100
Todas as faixas	4,7	5,1	66,8	18,6	4,8	100

Fonte: 111 inventários *post-mortem* do período 1888/1900. AFAB.]

No último período enfocado, o grupo de ativos imóveis destacou-se sobremaneira das demais possibilidades de investimentos. Considerando todo o conjunto dos processos do período, a parcela que os bens imobiliários representou de toda a riqueza inventariada atingiu praticamente 67%. Quando observamos os dados desagregados por faixas, o segmento formado pelos inventariados de menores cabedais foi o que teve a maior participação relativa, praticamente oito décimos do patrimônio deste grupo.

Com o desaparecimento dos escravos, por conseguinte das possibilidades de investimentos em mão de obra, o segundo grupo de ativos em representatividade relativa foi constituído pelas dívidas ativas. Tendo em visto o conjunto dos processos, representaram 18,6% do total inventariado no período. Destacamos que quase 39% da riqueza declarada na faixa de maiores cabedais estavam alocados em bens desta natureza. Novamente entendemos que esta participação sugere um crescimento das atividades mercantis na localidade, ou pelos menos um deslocamento de parte dos recursos alocados anteriormente em cativos para este grupo de ativos. Os dados para os períodos anteriores também indicaram este aumento de representatividade, ainda que

neste último recorte temporal o crescimento, muito provavelmente, tenha sido potencializado ainda mais pelo desaparecimento dos escravos.

Conforme os dados expostos para o conjunto dos inventariados, todos os demais grupos de ativos também aumentaram um pouco suas respectivas frações relativas no total da riqueza inventariada. Como não verificamos qualquer aumento desproporcional nestas outras possibilidades de investimentos, sustentamos que a elevação de fato se explica em função do desaparecimento dos escravos enquanto alternativa de alocação de recursos. Segmentados por estratos de riqueza, notamos que nos grupos de ativos móveis e animais, quanto maior a faixa de patrimônio, menor a participação relativa dos bens desta natureza para a composição das fortunas inventariadas.

A elevada concentração da riqueza em escravos e imóveis que constatamos entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX não se constituiu em algo necessariamente inédito. Pelo contrário. Em tempos pretéritos do Brasil escravista, este também foi o perfil de composição de patrimônio em muitas outras localidades. Todavia, o elevado percentual desta concentração verificada na localidade contemplada entre 1850/88 atingiu patamares ainda mais significativos que aqueles verificados em outras áreas. Certamente este fenômeno refletiu as características da conformação econômica e social da região que tratamos, com poucas opções de diversificação de investimentos para seus habitantes.

Sistematizando os informes oferecidos por trabalhos que tematizaram outras localidades mineiras, em períodos próximos ao que adotamos neste estudo, pudemos posicionar os resultados da pesquisa sobre Santa Rita do Turvo no cenário das Minas Gerais Oitocentistas, agregando assim um componente comparativo ao estudo.

No período 1856/88 Araxá, localidade mineira situada no oeste do território e que então passava por um processo de dinamização econômica com reflexos na composição da riqueza inventariada de seus habitantes que foram inventariados, apresentava uma composição na qual a agregação de escravos e imóveis correspondeu a 68,5%. Nos subperíodos compreendidos por este intervalo, somente 1858-59 foi aquele no qual o percentual foi mais elevado, alcançando 79,8%. Nos outros recortes temporais compreendidos até o final da década de 1870, 1856/58 e 1876/78, a concentração nestes dois grupos de ativos não ultrapassou os 66,9% (Reis, 2005, p. 78-80).⁹⁰

⁹⁰ Destacamos que a autora apresentou em seu estudo dois cálculos diferentes relativos à composição da riqueza dos inventariados da localidade. A razão para aplicação desta metodologia se explica pelo discrepante patrimônio declarado no inventário de um único indivíduo, capaz de alterar todos os

A composição da riqueza dos indivíduos inventariados em Araxá refletiu um quadro com oportunidades mais amplas de investimento, propiciadas por uma economia diversa daquela que verificamos preponderar em Santa Rita do Turvo, embora a concentração em cativos e imóveis também fosse realidade vivenciada pelos araxaenses que foram inventariados, a julgar pela constituição dos seus patrimônios. A localidade do oeste mineiro passava por um momento de dinamização de seu cenário econômico em função do incremento da atividade pecuária voltada para o mercado. Déborah Reis destacou que o vigor deste processo foi tamanho que chegou a transformar a região em um dos maiores centros de fornecimento de gado para o Rio de Janeiro ao longo do século XIX. Neste cenário os grupos de ativos animais e dívidas assumiram participação relativa no montante da riqueza inventariada superiores aos verificados para a localidade que estudamos (Reis, 2005).

No período 1856/88, já em um momento no qual a localidade havia alcançado a maturidade do processo de incremento da atividade pecuária, não obstante a concentração da riqueza em imóveis e cativos (da ordem de 68,5%), os araxaenses inventariados optaram por de alocar seus recursos em outros grupos de ativos. O contexto econômico região ofereceu oportunidades para tanto. Neste intervalo de tempo, 15,5% do patrimônio dos inventários da região estava empenhado em dívidas ativas, percentual que atesta, entre outros elementos, o vigor da atividade pecuária então em curso na localidade. Para o caso de Santa Rita do Turvo, as dívidas ativas somente alcançaram importância relativa semelhante nos dois derradeiros intervalos temporais que abordamos. Os próprios rebanhos tiveram uma participação relativa de 11,7% da riqueza inventariada em Araxá entre 1856/88 (Reis, 2005, p. 76-109). Nesse caso, o investimento em animais foi uma importante possibilidade de alocação de recursos, estratégia não praticada pelo grupo de habitantes da região que estudamos.

Entendemos que os dados acima sintetizados denotam a substancial diferença da composição da riqueza dos inventariados de Araxá em comparação com os de Santa Rita do Turvo. Diferenças estas que refletiam os cenários econômicos diversos vigentes em cada uma das localidades, sendo que na primeira os indivíduos experimentaram uma maior possibilidade de diversificação de seus recursos, expressas na composição da fortuna dos inventariados daquela sociedade.

percentuais de composição da riqueza inventariada na localidade. O Tenente Coronel Mizael Ferreira da Silva, falecido em 1887, possuía um Monte Mor superior a 1:000:000\$000, investido principalmente em ações e títulos. Os dados que replicamos não incluíram o patrimônio do Tenente Coronel, sendo o cálculo B da autora (Reis, 2005, p. 140-143).

No Vale do Paraopeba, região central de Minas, no entendimento de Claudia Martinez, efetivou-se um processo inverso à dinamização do cenário econômico. Entre o século XIX e início do XX a localidade de Bonfim, situada nessa vasta região, conheceu um processo contrário, marcado pela dispersão da riqueza e evidenciado, sobretudo, pela queda do valor dos patrimônios inventariados.⁹¹ A autora sustentou que as atividades de fiação e tecelagem desempenharam um papel fundamental para o dinamismo da economia local no período escravista. Mais precisamente, desenvolveu-se em Bonfim uma indústria têxtil artesanal, lastreada em forte presença de mão de obra feminina. Segundo Martinez, o incremento desta atividade pôde ser percebido pelas altas taxas de escravos e pela constante circulação de mercadorias (tecidos, doces, queijos e rapadura) principalmente para o abastecimento do Rio de Janeiro e outras partes do sudeste brasileiro. Contudo, no período pós-escravidão, vários fatores teriam concorrido para a alteração do quadro de dinamismo, entre estes a valorização das terras, o fracionamento das propriedades e a dispersão das grandes fortunas (Martinez, 2006, p. 78-88).

Em face do recorte temporal que enfocamos, recuperamos o padrão de composição da riqueza de Bonfim para o período 1840/88, tendo em vista o estabelecimento de um viés comparativo mais próximo. Também nessa localidade manifestou-se uma concentração da riqueza em escravos e imóveis. A alocação agregada destes dois grupos de ativos alcançou sua maior relevância somente na década de 1860/69, atingindo um patamar de 75,9% (Martinez, 2006, p.146), mesmo assim inferior aos picos verificados entre os inventariados de Santa Rita do Turvo. Tendo em vista o tipo de atividade econômica que caracterizou Bonfim, o grupo de ativos que Martinez chama de artefatos (rodas de fiar, teares, engenhos de cana, moinhos, monjolos etc.) comprometeu parcela significativa da riqueza inventariada no período, da ordem de 16,4%. Animais e dívidas ativas, assim como na localidade que estudamos, alcançaram patamares mais modestos. Os animais comprometeram 6,7% e as dívidas ativas somente 4,9% (Martinez, 2006, p. 116-173).⁹² Este último dado torna-se

⁹¹ Entendemos que a autora não atribuiu a devida importância para a vigorosa desvalorização da moeda nacional no final do século XIX e para o desaparecimento dos valores dos escravos como ativos para alocação de recursos, decretando um empobrecimento generalizado na região em função da simples redução dos patrimônios inventariados. Não negamos a possibilidade de a região de fato ter passado por um processo de declínio de seu cenário econômico. Contudo, questionamos os elementos nos quais a autora se baseou para atestar o aludido processo.

⁹² A autora apresentou a composição da riqueza inventariada tanto em libras como em réis (valores nominais). Contudo, as diferenças são praticamente inexistentes. Utilizamos os percentuais resultantes da conversão para libras, reafirmando que esta opção não altera em praticamente nada os dados

particularmente curioso na medida em que Martinez destacou a integração da localidade em uma rede mercantil de abastecimento do sudeste brasileiro, inserção não evidenciada por este grupo de ativos. Seja como for, os instrumentos necessários para a atividade preponderante na região mostraram-se uma possibilidade a mais de inversão de bens, não verificada em Santa Rita do Turvo no período em foco.

A localidade de Rio Pardo, situada no norte mineiro, não vivenciou qualquer incremento de atividades econômicas vultosas que tenha incidido sobre as estratégias de alocação da riqueza dos indivíduos inventariados na localidade no período 1833-1872. Edneila Chaves estudou a temática da riqueza na região e constatou uma estabilidade dos dados acerca da composição dos patrimônios declarados nos inventários de indivíduos que morreram na região. Segundo a autora, Rio Pardo estava situada em uma das áreas do heterogêneo quadro mineiro, consideravelmente diferente das áreas ao sul e ao centro da província. Estas últimas contavam com maior densidade populacional, tanto de cativos como de livres, e com maiores possibilidades de se conectarem com redes de abastecimento regionais. Ainda assim, Chaves sustentou que Rio Pardo, e o norte mineiro como um todo, contavam com densidade populacional considerável. Mesmo neste cenário a propriedade escrava era o principal referencial de riqueza. A estrutura econômica da região definiu-se pela agricultura de consumo doméstico e pela pecuária, parcialmente comercializada e com a criação predominante de gado bovino (Chaves, 2012, p. 17-20).

Especificamente sobre a composição da riqueza, os dados relativos a Rio Pardo mostraram-se diversos em comparação com as regiões anteriormente abordadas, bem como com os informes relativos a Santa Rita do Turvo, nosso espaço de análise. Refletiram o tipo de atividade econômica preponderante na região e seu grau de dinamismo. Os itens mais representativos nos patrimônios declarados nos inventários eram escravos, animais, imóveis e dívidas ativas. Em sua pesquisa Edneila Chaves ofereceu dados para os períodos 1833-52, 1853-72 e para os dois momentos agregados, 1833-72. Nos três casos os cativos representaram pouco mais da metade de toda a riqueza inventariada, entre 51% e 55%. O segundo grupo de ativos em importância relativa foi constituído pelos animais. Sua importância relativa gravitou em torno dos 20% de participação na riqueza. Os bens de raiz, terceiro grupo de ativos, tiveram uma

apresentados, elemento observável pelos percentuais da composição do patrimônio em moeda nacional: 41,9% em escravos, 29,7% em imóveis, 17,7% em artefatos, 5,8% em animais e 4,8% em dívidas ativas (Martinez, 2006, p. 146).

participação constante na casa dos 10%. As dívidas ativas empenharam pouco mais de 5% no primeiro recorte. Subiram para cerca de 8% no segundo e para o período como um todo significaram algo próximo a 7% dos recursos inventariados. Os quatro principais grupos de ativos não trocaram de posição ao longo dos dois subperíodos estabelecidos pela autora. Chaves sustentou que esse quadro apontou para uma manutenção do quadro econômico da localidade, sem alterações que tenham interferido nas opções de investimento dos habitantes lá inventariados (Chaves, 2012, p. 161-174).

Interessante notar que, coerente com a especialização produtiva de Rio Pardo em torno da atividade pecuária, as frações da riqueza em animais constituíram o segundo grupo de ativos mais significativo na riqueza inventariada dos indivíduos da localidade. No entanto, em comparação com a outra região de especialização na atividade pecuária acima analisada, Araxá, ficam manifestas as diferenças em torno da dimensão da atividade e dos níveis de mercantilização que a produção atingiu em cada uma das regiões. A soma de escravos e imóveis alcançou, para todo o período 1833-72, um patamar da ordem de 65% da riqueza inventariada em Rio Pardo, consideravelmente menor que em Santa Rita do Turvo.

Do ponto de vista estritamente geográfico, Visconde do Rio Branco (pioneiramente denominada São João Batista do Presídio) e Santa Rita do Turvo foram localidades bastante próximas. Contudo, o cenário socioeconômico de ambas não parece ter sido tão similar. Em seu estudo sobre o perfil econômico dos inventariados de Visconde do Rio Branco entre 1870/1888, Aparecida Tavares buscou caracterizar a produção agrícola e a composição da mão de obra nas unidades produtivas dos indivíduos inventariados. A autora sustentou que o cenário econômico da localidade foi marcado pela produção de subsistência e por um escasso comércio, restrito ao âmbito local. Os principais itens produzidos foram os derivados de cana de açúcar (destacadamente rapadura, aguardente e açúcar) e, principalmente, o café. A autora afirmou que este último item, ainda que fosse produzido em bases muito distantes das observadas em zonas de *plantation*, teve a maior disseminação nas propriedades da localidade e a maior representatividade no montante total das produções consideradas. (Tavares, 2013).

Na composição da riqueza dos inventariados de Visconde do Rio Branco a parcela alocada em cativos foi significativamente inferior à que observamos para Santa Rita do Turvo. No período 1870/88 somente uma fração de 19% dos patrimônios estava empenhada em mão de obra escrava. Com base neste percentual, Tavares afirmou que

as atividades produtivas desenvolvidas na localidade foram pouco dependentes do escravismo e que a região conheceu um processo de empobrecimento e ruralização na passagem de um intervalo para o seguinte do recorte temporal que analisou. Sustentou este argumento em função da ausência de pequenas fortunas na década de 1870/79, pela redução do valor médio dos patrimônios no intervalo de 1880/88 e por causa da perda de importância relativa dos ativos associados ao meio urbano em favor daqueles vinculados ao meio rural.⁹³ A soma de cativos e imóveis⁹⁴ empenhou uma parcela de 64% da riqueza total inventariada considerada pela autora. Lembramos que o percentual correlato para Santa Rita foi maior e que, da riqueza inventariada na localidade que estudamos nos intervalos de 1870/79 e 1880/88, a parcela alocada em cativos alcançou aproximadamente 40% e 28%, respectivamente.

Não obstante a fração empenhada nas dívidas ativas serem similares, entendemos que a produção e mercantilização de gêneros desenvolvida em Santa Rita do Turvo parece ter alcançado um nível de desenvolvimento superior em relação à localidade vizinha, condição manifestada, por exemplo, pela maior representatividade da mão de obra cativa na riqueza de seus inventariados. Além disso, não enxergamos um processo de empobrecimento semelhante ao que Tavares afirmou ter ocorrido na limítrofe Visconde do Rio Branco.

A grande singularidade de Juiz de Fora, localidade para a qual também existe consistente pesquisa acerca da composição e evolução da riqueza no final século XIX e início do seguinte, dificultou sobremaneira o estabelecimento de um nível de comparação mais eficiente. Seja como for, alguns apontamentos podem ser feitos. Nesta localidade, estudada por Rita Almico, o abrupto desenvolvimento da atividade de cultivo do café em larga escala teve efeitos vigorosos sobre a composição da riqueza de seus habitantes inventariados, tornando-a um caso *sui generis* no cenário mineiro do Oitocentos. Existiram na localidade muito mais oportunidades para diversificação dos investimentos e para processos de acumulação, oferecidas por um cenário econômico muito mais complexo. Esta singularidade manifestou-se, por exemplo, na grande

⁹³Contudo, a interpretação da autora mostrou-se em alguma medida temerária, uma vez que a amostragem de inventários *post-mortem* para cada um dos intervalos que estudou é bastante desequilibrada (21 para a década de 1870/79 e 98 para o período de 1880/88), fator que possivelmente impactou os resultados de sua análise.

⁹⁴Tendo em vista que Tavares se valeu de uma decomposição dos patrimônios diferente da que utilizamos, para estabelecermos uma comparação eficaz entre os dados somamos os percentuais de terras, benfeitorias e imóveis oferecidos pela autora para compararmos com o nosso grupo de ativos imóveis, visto que todas estas categorias desagregadas pela autora estavam incluídas em nossa classificação de itens imobiliários.

expressividade das dívidas ativas na composição da riqueza inventariada, consistentemente na casa dos 20% na década de 1870.

Tanto a atividade cafeeira quanto os outros efeitos de encadeamento gerados por esta atividade principal foram capazes de aquecer o mercado de Juiz de Fora, com muitos indivíduos comprando, vendendo, emprestando e aplicando seus recursos em ativos financeiros de caráter mais moderno. Além disso, o próprio item café, plantado e/ou colhido, constituiu-se em um grupo de ativo bastante expressivo dentro dos patrimônios considerados. No ano de 1876, por exemplo, chegou a comprometer algo em torno de 25% da riqueza total inventariada. Neste mesmo ano, a alocação em cativos foi pouco maior apenas, representando cerca de 30% do patrimônio declarado (Almico, 2001, p. 72-74).

Para o período 1870/88, momento no qual Rita Almico afirmou que ainda vigorava um tipo de riqueza tradicional em Juiz de Fora, a composição dos patrimônios evidenciou uma diversidade de ativos maior que nas localidades anteriormente contempladas, entre as quais Santa Rita do Turvo. Os percentuais apresentados pela autora de participação na riqueza inventariada foram: escravos, 24,8%; terras, 16,2%; café, 16,28%; dívida ativa, 17,44%; casas, 7,51%; títulos, 6,14%; benfeitorias, 2,84%; animais, 2,42%; objetos, 2,05%; ações, 3,39%; alimentos, 0,61%; terrenos, 0,30% (Almico, 2001, p. 59-98). Não obstante uma maior repartição de grupos de ativos estabelecida pela autora como procedimento metodológico, a presença e a expressividade das dívidas ativas, títulos, ações e do próprio café, indicaram claramente a amplitude das possibilidades de investimentos e de alocação de recursos que experimentaram os indivíduos de Juiz de Fora que faleceram e foram inventariados no tempo em questão, situação desconhecida para os habitantes das outras localidades mineiras que abordamos na segunda metade do XIX. Por esta diversificação toda, que incluía possibilidades de investimentos em ativos como títulos e ações, os níveis de concentração em escravos e imóveis atingiram patamares menores. Por exemplo, na década de 1870/79 representaram 59,3% da riqueza inventariada na localidade de Juiz de Fora (Almico, 2001, p.71-87).⁹⁵

⁹⁵ Ainda que estes dados revelem uma economia com maiores possibilidades de investimento e uma localidade com cenário econômico dinâmico, é muito importante considerarmos que a metodologia de investigação aplicada pela autora somente considerou os indivíduos mais ricos da localidade, os inventariados com monte mor acima de Rs 10:000\$000. Diante disso, não sabemos sobre a composição e sobre o evoluir da riqueza dos inventariados da localidade com menores cabedais.

Enfim, entendemos que os níveis de concentração da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo entre 1850/88 nos grupos de ativos escravos e imóveis superaram os percentuais verificados nos outros casos supracitados, também partícipes do cenário mineiro da segunda metade do XIX. Tal constatação permite afirmarmos a inexistência de possibilidades de investimento outras que não fossem primordialmente terras e mão de obra. Possibilita ainda sugerirmos uma estrutura econômica com razoável nível de desenvolvimento, voltada para o cultivo de alimentos com vistas ao autoconsumo e com produção de excedentes para mercantilização em esfera regional.

* * * *

Em síntese, a análise da distribuição e da composição da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX evidenciou uma concentração social do patrimônio inventariado. Paralelamente, houve também uma alta concentração em relação à composição dos bens descritos nos inventários. Constatamos uma grande preponderância de escravos e imóveis, maior que em outras localidades mineiras, e a baixa representatividade dos demais grupos de ativos, com destaque para o aumento gradativo dos investimentos em dívidas ativas ao longo dos intervalos contemplados. Os dados desagregados por períodos permitiram visualizar a troca de posições entre o grupo de ativos escravos e imóveis no correr das décadas. Em outras palavras, a análise longitudinal permitiu que identificássemos uma sistemática retração da parcela da riqueza alocada em cativos e, ao contrário, o processo de incremento da proporção comprometida em bens imóveis. Em 1850/59 e 1860/69 os escravos compuseram a fatia maior da riqueza inventariada. No intervalo 1870/79 os investimentos em escravos e imóveis praticamente se equipararam. Na derradeira década do escravismo no Brasil o valor dos bens imobiliários ultrapassou o montante aplicado em escravos em termos de participação relativa na riqueza inventariada. Na última década considerada, sem os escravos, os imóveis destacaram-se bastante dos demais grupos de ativos e as dívidas ativas passaram a empenhar a segunda maior parcela da riqueza declarada nos inventários.

Embora tenhamos verificado o movimento de substituição do grupo de ativos com maior participação da riqueza inventariada,⁹⁶ não nos parece que estas alterações

⁹⁶ Salientamos que enquanto vigorou a escravidão no Brasil dentro do período que analisamos, a representatividade relativa da riqueza em imóveis não chegou a alcançar as porcentagens invertidas em escravos observáveis nas décadas de 1850/59 e 1860/69 quando considerados todo o universo dos

tenham ocorrido com força e velocidade suficientes de modo que estivessem refletindo alterações significativas no perfil econômico da localidade em foco. Pelo menos não afetaram perceptivelmente o padrão de riqueza da população inventariada. Fundamental lembrar que estamos abordando um intervalo de tempo consideravelmente amplo. Ainda que pesem as características próprias do tipo de documentação que privilegiamos, uma vez que os inventários não permitem auferir com imediatismo alterações em curso, acreditamos ser possível afirmar que a localidade de Santa Rita do Turvo, em especial seu perfil econômico, pouco se alterou ao longo do período em questão, mantendo um padrão de estabilidade.

A constatação acima não quer dizer que o quadro tenha sido de uma completa estagnação. A substancial importância relativa da mão de obra cativa e dos imóveis, e uma considerável parcela comprometida em dívidas ativas, em elevação no correr dos anos, sugerem uma produtividade considerável e um mercado em movimento, ainda que em escopo regional. Somente não conseguimos identificar, por um lado, uma hipotética dinamização da localidade, com a introdução de alguma nova atividade expressiva ou a potencialização de uma já existente capazes de alterar o curso da localidade. Por outro lado, também não enxergamos nos dados analisados qualquer processo indicativo de um definhamento de seu cenário econômico da região em tela. Por conseguinte, ao fim do período em análise, o perfil dos patrimônios dos indivíduos inventariados na localidade era bem parecido com aquele identificado no início, salvo a troca de posições entre os grupos de ativos escravos e imóveis e, posteriormente, o desaparecimento dos cativos como possibilidade de investimento. Contudo, estes últimos aspectos decorreram de uma situação estrutural do escravismo no Brasil.

Sustentamos que as nuances em relação à composição da riqueza dos inventariados da localidade tenham muito mais relação com o quadro geral do escravismo no Brasil do que com ocorrências próprias da região. Basta lembrarmos que a extinção do Tráfico Atlântico de escravos africanos, Lei Eusébio de Queiroz de 1850, a Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei dos Sexagenários de 1885, entre outros aspectos, trouxeram consequências importantes para a organização econômica e social do país. Alguns números ajudam a dimensionar o complexo quadro do período. Após 1850, fim do tráfico transatlântico, tanto o total absoluto de escravos no país quanto sua representatividade no conjunto da população apresentaram queda relevante. Se nesta

inventariados. Isso ocorreu somente no último intervalo contemplado, quando os escravos desapareceram dos patrimônios inventariados.

data a população brasileira submetida à condição escrava foi estimada em torno de 2,5 milhões de indivíduos, por ocasião do Recenseamento Geral do Império em 1872, totalizava pouco além de 1,5 milhão. Por fim, quinze anos mais tarde, no advento da Lei Áurea em 1888, os escravos no Brasil contabilizavam cerca de 700 mil indivíduos (Motta, 2012, 68-69). Tais evidências mostraram-se inequívocas no sentido de apontar para uma tendência de queda gradativa da população escrava no Brasil na segunda metade do Oitocentos, com todas as consequências advindas desse processo.

Dessa forma, os brasileiros em geral, e os habitantes de Santa Rita do Turvo em particular, estavam obrigados a recorrer a outras formas de investimento de seus cabedais, uma vez que o acesso à mão de obra cativa ficava cada vez mais problemático, e a outros arranjos que assegurassem a manutenção da uma força de trabalho condizente com as necessidades das unidades produtivas e domésticas. Em economias com estruturas mais complexas e vultosas, as possibilidades certamente foram maiores, ao passo que, em localidades como a que estudamos, as opções de investimento parecem terem se reduzido ao aumento da parcela da riqueza investida em imóveis e/ou dívidas ativas, ainda que de forma lenta. Não existiram outras opções significativas de investimentos. Quanto às formas de mão de obra utilizadas para o suprimento das necessidades derivadas do gradual declínio da população escravizada, infelizmente a documentação que utilizamos não oferece muitas pistas a esse respeito.

Capítulo 4

Aspectos da escravidão em Santa Rita do Turvo, 1850/1888.

4.1 - Introdução

Em 1856 faleceu, na freguesia de São Sebastião dos Aflitos, o lavrador Manoel da Costa Monteiro. Não deixou filhos nem esposa, herdeiros diretos e necessários quando existissem, como se dizia à época. Somente três anos mais tarde seus bens foram inventariados. Gabriel José da Costa, seu sobrinho, foi nomeado inventariante no processo. Dentre os bens declarados e avaliados estavam inclusos cinco indivíduos escravizados: João (65 anos), Severino (21), Beatriz (19), Maria (3) e Manoel (2). João foi o único descrito com origem africana. Os bens declarados no inventário de Monteiro indicaram um aproveitamento de sua mão de obra nas produções agrárias, embora não tenha sido feita referência a nenhuma cultura em particular na documentação. A escravaria arrolada representava uma parcela de 78% de todo o patrimônio declarado. O restante estava empenhado em imóveis, 21%, e uma ínfima fração em bens móveis, cerca de 1% do total.⁹⁷

Na freguesia de São Sebastião do Coimbra, em 1867, faleceu D. Francisca Maria de Jesus. Assim como no caso anteriormente abordado, não deixou herdeiros diretos e necessários. Contudo, em testamento, transcrito em seu inventário, legou seus bens a dois sobrinhos, Manoel Ferreira da Costa e Cândida Ferreira da Costa. O primeiro assumiu as funções de inventariante. Entre as posses inventariadas foram descritos e avaliados três escravizados. O roceiro José (36 anos), a roceira Domiciana (40) e Ricarda (8), dedicada aos serviços domésticos. O primeiro era de origem africana e as duas cativas eram crioulas. Pela ocupação descrita dos cativos adultos, e também pelos demais itens que compuseram as posses da inventariada, ficou evidente que sua escravaria era precipuamente empregada nas lides agrárias. O grupo de ativos escravos era o mais representativo no montante dos bens de D. Francisca, empenhando uma parcela de 84% do total. Suas posses imobiliárias, uma fração de 12%, e os bens móveis declarados, 4%, completavam seu patrimônio inventariado.⁹⁸

⁹⁷ Inventário de Manoel da Costa Monteiro (1856). AFAB.

⁹⁸ Inventário de Francisca Maria de Jesus (1867). AFAB.

Morador da freguesia de Santa Rita do Turvo, na fazenda Barra Alegre, Antônio Florentino Gomes da Silva faleceu em 18 de julho de 1879. A viúva, D. Beatriz Francisca Marcelina, foi nomeada inventariante de seus bens, responsável por apresentá-los para avaliação sem nada omitir. Além dela o inventariado deixou cinco filhos, todos solteiros e contando com idades entre 1 e 17 anos. Do patrimônio apresentado por D. Beatriz fazia parte uma escravaria composta por quatro indivíduos. Eram eles Jacinto (23 anos), descrito como doente, Manoel (22), Guilhermina (43), descrita como velha, e Lucrina (23). Exceção feita para Guilhermina, que não teve sua origem descrita, os demais eram crioulos. Todos foram descritos como roceiros e eram empregados nas lides agrárias, especificamente na produção de café e da cana de açúcar, e também na produção dos derivados deste último gênero. A fração empenhada na escravaria de Antônio Florentino representava 12% de todo seu patrimônio inventariado. A maior parcela de seus bens estava alocada no grupo de ativos imóveis, 59%. O restante era constituído por dinheiro, 17% (depositado na Caixa Econômica de Ouro Preto), por dívidas ativas, 5%, animais, 7%, e bens móveis, outros 3%.⁹⁹

No ano de 1880 D. Marcelina Francisca dos Reis ficou encarregada de apresentar os bens pertencentes ao seu esposo, João Francisco dos Reis, falecido no ano anterior, para serem inventariados. Residia na freguesia de São Miguel do Anta, na fazenda do Casca. Além da viúva inventariante, ficaram como herdeiros do patrimônio os treze filhos do casal. No momento do arrolamento e avaliação dos bens somente quatro eram casados. Os solteiros contavam com idades entre dois de dezoito anos. Do montante total das posses inventariadas uma parcela de 48% estava empenhada em mão de obra escrava. João Francisco contava com cinco cativos quando faleceu. Eram eles o roceiro José (60 anos), o carreiro Jacob (46), Estevão (12), a cozinheira Ana (48) e Thereza (15). Somente o primeiro era africano. Aparentemente, eram utilizados na produção de gêneros agrícolas que não foram especificados e na produção de derivados de cana de açúcar. O restante de seu patrimônio estava alocado em imóveis, 46%, em dívidas ativas, 3,5%, e em bens móveis, 2,5%.¹⁰⁰

No dia 13 de maio de 1882 a viúva D. Maria Clara de Jesus faleceu na freguesia de São Miguel do Anta. Deixou doze herdeiros, entre os quais somente um não era casado no ano em questão. Um de seus filhos, Cipriano Antônio de Paula, foi o inventariante do patrimônio deixado pela finada sua mãe. D. Maria era proprietária de

⁹⁹ Inventário de Antônio Florentino Gomes da Silva (1879). AFAB.

¹⁰⁰ Inventário de João Francisco dos Reis (1880). AFAB.

cinco cativos, a julgar pelos bens declarados em seu inventário. Os escravizados Antônio (65 anos), João (14), Pedro (12), Maria (33) e Silvana (20) representaram 50% da riqueza inventariada. Somente Antônio era africano. Eram utilizados principalmente na produção de milho e de derivados de cana (açúcar e aguardente), os gêneros mencionados no inventário em questão. O restante do patrimônio considerado estava empenhado em imóveis, 44%, no grupo de ativos animais, 3,5%, e uma reduzida fração em bens móveis, 2,5%.¹⁰¹

Conforme ilustram os casos dos escravistas sumariamente apresentados, a escravidão em Santa Rita do Turvo teve como elementos característicos a preponderância de pequenas escravarias, uma distribuição por gêneros com pequeno predomínio dos homens sobre as mulheres, uma reduzida representatividade de cativos de origem africana, entre outros aspectos. Desse modo, grandes escravarias, com elevada desproporção entre os sexos dos cativos, não foram comuns, a julgar pelos cativos arrolados nos inventários dos indivíduos da localidade. Contudo, os escravos representaram parcela substantiva da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo. Ao longo deste capítulo apresentamos e analisamos as características da escravidão vigente na localidade. Aprofundamos os aspectos acima destacados e outros mais com base nos dados da população escravizada que foi descrita e avaliada nos inventários compulsados entre 1850/1888, período escravista do recorte temporal que adotamos em nosso estudo.

No capítulo anterior observamos os níveis de concentração social e a composição da riqueza dos inventariados em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Buscamos estabelecer uma perspectiva longitudinal dos aspectos considerados. Comparamos os informes da localidade abordada com outras, buscando situá-la no complexo cenário de formações socioeconômicas de Minas Gerais ao longo da segunda metade do século XIX. Dispondo dos informes gerais avançamos sobre a composição interna dos principais grupos de ativos constituintes da riqueza dos inventariados da localidade no tempo em questão. Escravos e imóveis foram os dois elementos básicos do patrimônio dos indivíduos analisados e, em função disso, mereceram uma análise verticalizada com maiores minúcias. A importância das dívidas ativas cresceu ao longo do recorte temporal estudado. Após o colapso do escravismo, foi o segundo grupo em representatividade relativa. Anteriormente era o terceiro. O primeiro grupo de ativos tratamos neste capítulo. Os imóveis detalhamos na parte

¹⁰¹ Inventário de Maria Clara de Jesus (1882). AFAB.

seguinte. Finalizamos com o estudo das dívidas na última parte da tese. Em todas as etapas mantivemos os mesmos parâmetros estabelecidos anteriormente para o estudo do quadro geral da riqueza na localidade contemplada. Exibimos e analisamos os dados desagregados por intervalos menores de tempo. Preservamos ainda a segmentação por faixas de riqueza, oferecendo ao mesmo tempo os dados globais para o conjunto dos indivíduos inventariados. Quando necessitamos estabelecer uma comparação de preços em diferentes momentos operamos com a mesma metodologia de conversão da moeda nacional para a Libra Esterlina que utilizamos no capítulo antecedente.¹⁰²

4.2 – *Disseminação e estrutura da posse escrava: os senhores e os cativos inventariados em Santa Rita do Turvo.*

Conforme vimos no capítulo anterior desta tese, considerando os dados agregados para o conjunto dos inventariados, os cativos constituíram a parcela mais significativa da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo nas décadas de 1850/59 e 1860/69. No intervalo 1870/79 a fração do patrimônio total investida em escravizados equiparou-se com a porcentagem empenhada em bens imóveis. Somente no limiar do sistema escravista no Brasil foi que os recursos alocados em itens imobiliários suplantaram a parcela relativa investida em mão de obra escrava, ainda que este fenômeno tenha sido antecedido por uma paulatina queda da importância relativa dos investimentos em força de trabalho cativa na composição dos patrimônios descritos nos inventários cotejados ao longo dos períodos compreendidos entre os anos de 1850 e 1888.

Diante deste quadro, oferecemos no gráfico 4.1 uma visualização geral da parcela alocada em cativos no total da riqueza inventariada ao longo da segunda metade do Oitocentos em Santa Rita do Turvo, período por período. Apresentamos os dados tanto para o conjunto total dos inventariados como desagregados por faixas de riqueza. Com a observação do aludido gráfico notamos claramente a perda de importância relativa do grupo de ativos escravos no correr dos intervalos considerados.

¹⁰² Ver nota nº 70 no capítulo 3.

Gráfico 4.1: Representatividade do grupo de ativos escravos no total da riqueza inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/88 (%).

Fonte: 288 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Exceção feita ao primeiro segmento de patrimônio, por natureza sujeito a oscilações mais bruscas, todos os demais grupos socioeconômicos conheceram um declínio constante da participação dos cativos na riqueza total inventariada ao longo dos períodos enfocados. Como consequência, notamos o mesmo comportamento para o conjunto total dos indivíduos considerados. Contudo, destacamos que, mesmo nos momentos finais do sistema escravista no Brasil, os investimentos em mão de obra escrava ainda eram bastante significativos. No intervalo 1880/88 uma fração de praticamente 28% do patrimônio total dos inventariados de Santa Rita do Turvo estava alocada em cativos. Contudo, no primeiro agrupamento, que congregava os inventariados com menores cabedais, somente 5% do patrimônio era constituído pela mão de obra cativa. Conforme sustentamos anteriormente, os indivíduos constituintes do segmento de menores recursos tiveram, naturalmente, mais dificuldade de se tornarem e de se manterem escravistas. Em suma, considerando todo o período 1850/1888, uma parcela de aproximadamente 41% dos recursos inventariados em Santa Rita do Turvo estava alocada em escravos.

Não obstante os informes não serem exatamente para os mesmos recortes temporais, retomamos os dados concernentes à representatividade relativa da alocação em mão de obra escrava para outras localidades mineiras. Em Araxá, o nível de comprometimento da parcela investida em cativos da riqueza inventariada no recorte

temporal 1856/88 foi da ordem de 35,7% (Reis, 2005, p. 143). Lembramos que no período em questão a atividade pecuária estava em pleno vigor, conectando a região com importantes praças mercantis do sudeste brasileiro, mais precisamente com o Rio de Janeiro. O percentual correlato para Bonfim, no Vale do Paraopeba entre 1840/88, com atividade têxtil considerável, foi similar ao que encontramos em Santa Rita do Turvo, da ordem de pouco mais de 42% (Martinez, 2006, p. 146). Em Juiz de Fora, no auge do desenvolvimento da cafeicultura local e das possibilidades de diversificação dos investimentos, entre 1870/88, pouco menos de um quarto da riqueza inventariada estava comprometida em cativos (Almico, 2001, p. 62-63).¹⁰³ De todo o patrimônio dos indivíduos inventariados em Visconde do Rio Branco no intervalo 1870/1888, voltada para produção de subsistência e de suprimento de um escasso comércio local, uma fração de 19% estava empenhada em mão de obra cativa (Tavares, 2013, p. 51-57). Por fim, entre 1833/72, de toda a riqueza inventariada em Rio Pardo, de predomínio de atividade pecuária modesta, pouco mais da metade estava alocada em escravos. O recorte temporal mais recuado estabelecido neste último caso certamente contribuiu para o percentual mais elevado (Chaves, 2012, p. 175-176).

Conforme vimos argumentando, mesmo Santa Rita do Turvo não tendo uma economia com alta complexidade e diversificação, com amplas possibilidades de acumulação, conectada com circuitos mercantis vultosos, como estavam Araxá e Juiz de Fora, por exemplo, entendemos que o grande percentual relativo da riqueza dos inventariados que estava investido em cativos sinalizaram, ao mesmo tempo, alguns importantes aspectos. Em primeiro lugar, indicou a falta de opções de investimento em uma gama maior de ativos. No cenário socioeconômico da região, precipuamente voltado para a produção e mercantilização de gêneros agrícolas, imóveis (principalmente terras) e mão de obra eram os itens mais valorizados, as melhores e as possíveis opções de investimento. Em segundo lugar, evidenciou uma relativa circulação mercantil e uma pulsação econômica na localidade, ainda que em dimensão regional, capazes de assegurarem processos de acumulação e a presença bastante significativa do trabalho cativo nas atividades produtivas locais. De modo geral, ficou evidente o vigor que o sistema escravista brasileiro assumiu também em localidades do tipo da que estamos tratando, áreas de produção voltadas para abastecimento regional, sem a complexidade verificada em zonas de *plantation* ou de produções em larga escala.

¹⁰³ A autora considerou somente os processos dos inventários com Monte Mor superior a Rs 10:000\$000.

Em localidades como a que tratamos, o escravismo também foi elemento fundamental a compor o cenário social, político e econômico no Brasil pretérito. Como não faltaram regiões semelhantes à que abordamos ao longo do imenso território brasileiro no passado escravista, julgamos bastante apropriada a qualificação do tipo de escravidão que vigorou em localidades desta natureza.

Considerando os pressupostos delineados acima examinamos mais detidamente quatro variáveis que julgamos pertinentes para qualificar o tipo de escravidão vigente em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, sempre tendo em vista o escravo tomado enquanto ativo constituinte da riqueza dos inventariados da localidade. Com base nos dados da população cativa descrita e avaliada nos inventários *post-mortem* que compulsamos analisamos o padrão de posse cativa vigente na localidade, o equilíbrio de gênero da população escrava, a distribuição etária e os preços dos escravizados. Todos estes aspectos foram contemplados em perspectiva longitudinal e levando em conta as faixas de riqueza estabelecidas. Poderíamos ainda abordar outras questões capazes de iluminar importantes elementos da escravidão na localidade contemplada, tais como as condições de saúde da escravaria inventariada, as funções que desempenhavam e a origem dos cativos. Porém, os informes obtidos na documentação compulsada não o permitiram, mostrando-se demasiadamente frágeis nos casos destas últimas variáveis mencionadas.

Como consequência do enfoque que adotamos, fomos obrigados a marginalizar questões não menos importantes pertinentes à escravidão, tais como os níveis de sociabilidade dos escravos, a ação política destes, as formas de expressão cultural negra com vistas à manutenção de suas identidades, a constituição de laços de solidariedades (tanto no meio cativo quanto com o mundo dos livres), os limites e as possibilidades impostos pela condição cativa, entre tantas outras temáticas para as quais a historiografia da escravidão vem se voltando recentemente. Assumimos, portanto, a parcialidade de nosso enfoque, imposta pela temática adotada, pela opção de abordagem que fizemos e pelo tipo de documentação privilegiada.

Tendo em vista todo o intervalo 1850/88, a disseminação da posse cativa entre os inventariados de Santa Rita do Turvo foi de 72%, ou seja, praticamente sete entre dez processos descreveram ao menos um cativo entre os bens arrolados. Contudo, a análise desagregada atestou a redução da participação dos escravistas com o passar dos períodos considerados, algo esperado com a aproximação do advento da abolição no

Brasil. No gráfico 4.2 exibimos os dados para o recorte temporal todo e também segmentados pelos intervalos considerados.

Gráfico 4.2: Representatividade dos inventariados escravistas e não escravistas por décadas em Santa Rita do Turvo - 1850/88 (%)

Fonte: 288 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Em 1850/59 nada menos que 85% dos inventários declararam ao menos um cativo entre os bens constituintes dos patrimônios descritos. No decênio 1860/69 o percentual correlato foi ainda um pouco maior. Praticamente nove entre dez processos arrolaram a posse de pelo menos um escravo. Contudo, nos períodos subsequentes de 1870/79 e 1880/88 os percentuais correlatos declinaram bastante, caindo para 69% e 64%, respectivamente. Conforme esperado diante do cenário geral do escravismo no Brasil, ficava cada vez mais difícil adquirir e/ou manter a propriedade de cativos com o avançar da segunda metade dos Oitocentos. Os inventariados de Santa Rita do Turvo vivenciaram esta situação principalmente a partir dos anos 1870, a julgar pelos patrimônios que possuíam no momento em que foram acometidos pela morte.

Na tabela 4.1 detalhamos um pouco mais os dados do gráfico anterior. Apresentamos a participação dos escravistas entre os inventariados por faixas de riqueza.

Tabela 4.1: Inventariados escravistas por períodos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/88 (%).

Faixas de riqueza	1850/59	1860/69	1870/79	1880/88	1850/1888
Até £ 150	45,5	50,0	11,1	7,7	20,5
£ 151 a £ 500	90,5	75,0	65,2	57,9	68,1
£ 501 a £ 1000	100,0	100,0	84,6	71,4	86,0
£ 1001 a £ 2000	87,5	100,0	100,0	100,0	97,2
Acima de £ 2001	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Todas as faixas	84,5	88,5	68,7	64,0	72,2

Fonte: 288 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Entre os processos incluídos no primeiro segmento de patrimônio (até £ 150), considerado todo o período 1850/88, a posse cativa não foi muito disseminada. Somente um quinto dos indivíduos incluídos nesta faixa teve algum escravo declarado entre seus bens. No segundo estrato, acima de £ 151 até £ 500, o percentual correlato elevou-se bastante. Pouco mais de 68% dos inventariados deste grupo possuía pelo menos um cativo. Na terceira faixa de fortuna, acima £ 501 até £ 1000, verificamos a posse escrava mais disseminada ainda. Uma parcela de 86% dos processos aglutinados neste segmento arrolou escravos. No quarto agrupamento de maior patrimônio, acima de £ 1001 até £ 2000, constatamos que pouco mais de 97% dos processos continha ao menos um escravizado entre as posses declaradas. Por fim, todos os inventariados incluídos na faixa mais alta de riqueza, acima de £ 2000, foram senhores de cativos.

Ao observarmos os informes da tabela 4.1 desagregados por períodos, percebemos que os três primeiros segmentos conheceram uma retração do percentual de inventariados escravistas com o avanço da segunda metade do século XIX, período de crise do escravismo no Brasil. Contudo, neste contexto, as dificuldades de manutenção e de aquisição de escravizados foram menos sentidas pelos indivíduos mais bem aquinhoados da sociedade de Santa Rita do Turvo, pelo menos a julgar pelos inventariados da localidade. Os dois segmentos que englobavam os processos com riquezas mais expressivas não conheceram retração da participação relativa de escravistas. Com uma única exceção no período 1850/59, todos os indivíduos inseridos nestes dois grupos foram senhores de cativos, situação que não se alterou nem mesmo com a proximidade do colapso da escravidão e com o consequente aumento das dificuldades para se adquirir escravizados e até mesmo para manutenção daqueles já possuídos.

Embora os períodos não sejam exatamente os mesmos, podemos comparar a porcentagem de inventariados escravistas da localidade que abordamos com algumas outras de Minas Gerais em intervalos de tempo próximos. Entre 1856/88, três quartos

dos inventariados de Araxá possuíam cativos (Reis, 2005, p. 110). Para a localidade de Bonfim, no vale do Paraopeba, entre 1840/88 o percentual correlato foi de 78% (Martinez, 2006, p. 122). Por sua vez, entre 1833-72, 79% dos inventariados de Rio Pardo tiveram escravos entre os bens declarados (Chaves, 2012, p. 175). Todavia, muito provavelmente, este valor cairia caso o recorte temporal da análise fosse estendido até momento mais próximo do final da escravidão, visto a gradativa redução dos indivíduos sujeitos à condição cativa com as leis restritivas que culminaram com a abolição em 1888. Em Visconde do Rio Branco, somente em 44% dos processos do período 1870/1888 foi declarado ao menos um cativo entre os bens constitutivos de seus patrimônios (Tavares, 2013, p. 78). O percentual de inventariados escravistas de Juiz de Fora entre 1870/88 foi superior ao das outras localidades, alcançando 82% dos casos. Entretanto, convém lembrarmos uma vez mais que neste caso somente estão computados os inventariados mais ricos, com riqueza superior a Rs 10:000\$000, o que decerto elevou esta cifra (Almico, 2001, p. 62-63). De toda forma, a disseminação dos escravistas entre os inventariados de Santa Rita do Turvo entre 1850/88 foi bastante considerável, pouco inferior aos casos supracitados, exceção feita à localidade de Visconde do Rio Branco. Esta última conheceu a menor participação de escravistas entre os inventariados, mesmo considerando que os dados se referem somente às duas últimas décadas do escravismo no Brasil, momento de redução da oferta de cativos.

Um dos mais frutíferos caminhos trilhados pela historiografia brasileira para qualificar o tipo de escravidão vigente em uma localidade foi o estudo da estrutura de posse cativa.¹⁰⁴ Todavia, ressaltamos importantes limitações da análise da propriedade escrava sustentada em dados fornecidos por inventários *post-mortem*. Com base neste tipo de documentação não pode ser feita uma recuperação longitudinal da escravaria de um indivíduo. O inventário retrata a força de trabalho escrava, assim como todo o patrimônio declarado, em um momento específico da vida de um escravista, não permitindo acompanhar trajetórias, evoluções e/ou involuções. Além disso, dado que o

¹⁰⁴ Desde o pioneiro estudo de Francisco Vidal Luna sobre a estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1981) muitos outros se seguiram adotando temática similar para diversas outras localidades amparados em fontes demográficas, embora guardando importantes nuances entre si. Contudo, ressaltamos que os estudos não ficaram restritos à análise do tamanho das escravarias. Abordaram diversos outros aspectos, tanto concernentes aos proprietários quanto aos cativos, tais como sexo, estado conjugal, idade, cor, origem, ocupação, entre outros. Via de regra, buscaram desnudar a relação entre estrutura da posse cativa e a atividade econômica principal dos escravistas e chamaram atenção para a marcante presença de pequenos senhores que, conjuntamente, possuíam parcelas consideráveis da totalidade dos cativos (Costa, 1983; Schwartz, 1983; Paiva & Libby, 1995; Marcondes, 1998; Motta, 1999; entre tantos outros).

segmento inventariado não serve como amostragem supostamente equilibrada de uma população, uma vez que incorpora somente aqueles que morreram e que se enquadravam nas disposições legais que obrigavam a abertura de um inventário (e as cumpriram), o estudo da posse cativa com base neste tipo de documentação pode enviesar os resultados alcançados. No entanto, diante da quase completa inexistência de arrolamentos demográficos que tenham contemplado o conjunto dos habitantes das localidades brasileiras dos séculos passados, os dados obtidos dos inventários tornam-se referenciais importantes, e muitas vezes aqueles disponíveis, apontando caminhos possíveis, não obstante suas limitações.¹⁰⁵

No estudo da estrutura de posse cativa dos inventariados de Santa Rita do Turvo no recorte temporal 1850/1888, uma vez mais, optamos por exibir os dados desagregados por intervalos e também para o conjunto de todo o período focado. Na tabela 4.2 apresentamos a distribuição da propriedade escrava pelos senhores. Buscamos estabelecer faixas de tamanhos de posse que nos pareceram compatíveis com a realidade que pretendemos retratar.

Tabela 4.2: Distribuição dos inventariados escravistas segundo faixas de tamanho de posse e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/88.

	1850/59		1860/69		1870/79		1880/88		1850/88	
FTP*	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1	3	6,1	3	13,1	10	12,7	8	14,0	24	11,5
2 a 5	26	53,1	9	39,1	40	50,5	23	40,4	98	47,1
6 a 10	11	22,4	4	17,4	16	20,3	9	15,8	40	19,2
11 a 20	6	12,2	5	21,7	7	8,9	9	15,8	26	12,5
Acima de 20	3	6,1	2	8,7	6	7,6	8	14,0	20	9,7
Total	49	100	23	100	79	100	57	100	208	100

*Faixas de tamanho de posse.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente os dos escravistas, 208 processos. Constituem 72% do total para 1850/88. Inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

A observação dos informes da tabela 4.2 evidencia o perfil da estrutura de posse cativa vigente entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no período 1850/88. O tamanho de escravaria mais comum foi de dois a cinco cativos, no período como um todo e também nos intervalos desagregados. Considerando 1850/88 pouco mais de 47%

¹⁰⁵ Mesmo os estudos da estrutura de posse cativa subsidiados em dados obtidos em arrolamentos nominativos seriais para uma localidade, capazes de oferecerem um acompanhamento longitudinal das escravarias, enfrentaram problemas. Talvez o principal tenha sido a impossibilidade de recuperar os cativos de senhores que, eventualmente, possuísem também propriedades em outras localidades, com escravos vivendo e trabalhando nelas. Assim, somente uma parte das escravarias destes indivíduos foi considerada. Os dados fornecidos pelos inventariados não apresentam este tipo de limitação, visto descreverem todos os bens de um indivíduo, dentro ou fora da localidade em que faleceu.

dos senhores possuíram força de trabalho escrava com este porte. Entre os períodos o percentual correlato variou de 39,1%, 1860/69, até 53,1%, 1850/59.

Moradores da freguesia de São Miguel do Anta, o casal José Duarte Coutinho e Maria José Moreira teve inventário aberto no ano de 1868. Entre os bens declarados estavam Elsa (45 anos), Adão (24), Rita (15), Maria Conceição (8) e Maria Honorata (6), todos cativos.¹⁰⁶ Raimundo (11 anos), Manoel (7) e o carpinteiro Antônio (51) formavam a escravaria declarada no inventário de José da Silva dos Santos, lavrador falecido em 1876.¹⁰⁷ Na partilha amigável realizada entre os herdeiros do alferes José Elias da Silva Araújo no ano de 1882 foram descritos e avaliados os cativos Antônio (29 anos), Maria (20), Camilo (sem idade declarada) e Luzia (39). Os dois primeiros formavam um casal.¹⁰⁸ Os casos citados ilustram o perfil de escravista mais comum na localidade em tela, a julgar pelos inventariados.

Pudemos aferir também que a representatividade das posses unitárias ganhou expressividade no transcorrer dos intervalos considerados, embora nunca tenham representado mais de 14%. Considerando todo o recorte temporal 1850/88, uma fatia de 11,5% dos inventariados escravistas foram senhores de um único indivíduo. A africana Rita (40 anos) foi a única cativa declarada no inventário de Bento José Dias, aberto no ano de 1850.¹⁰⁹ Joaquim Gonçalves Fontes Júnior era proprietário da parda Filomena (sem idade declarada), única cativa arrolada em seu processo, aberto no ano de 1869.¹¹⁰ Quando faleceu, no ano de 1875, Isidoro José da Silva era senhor somente de Manoel Luís (15 anos).¹¹¹

No extremo oposto, as posses muito grandes foram ainda menos frequentes em relação às unitárias. A soma dos cativos inventariados no processo de Joaquim José Gomes, falecido em 1872, somou quarenta indivíduos, metade de cada sexo. Eram utilizados para produzir açúcar, milho, algodão e na criação de bovinos e suínos.¹¹² D. Rita Lopes da Silva faleceu no ano de 1875. Em seu inventário foi descrita e avaliada uma mão de obra cativa constituída por trinta e três indivíduos, dezesseis mulheres e dezessete homens. Muito provavelmente a maioria estava empregada no cultivo de milho e café e na criação de porcos, principais atividades das unidades produtivas

¹⁰⁶ Inventário de José Duarte Coutinho e Maria José Moreira (1868). AFAB.

¹⁰⁷ Inventário de José da Silva dos Santos (1876). AFAB.

¹⁰⁸ Inventário de José Elias da Silva Araújo (1882). AFAB.

¹⁰⁹ Inventário de Bento José Dias (1850). AFAB.

¹¹⁰ Inventário de Joaquim Gonçalves Fontes Júnior (1869). AFAB.

¹¹¹ Inventário de Isidoro José da Silva (1875). AFAB.

¹¹² Inventário de Joaquim José Gomes (1872). AFAB.

arroladas no processo em questão.¹¹³ Do patrimônio do capitão Joaquim Romão Moreira e Castro, falecido em 1881, fazia parte uma escravaria composta por vinte e sete indivíduos, dezessete homens e dez mulheres. Eram utilizados no cultivo de gêneros agrícolas não especificados e na produção de açúcar.¹¹⁴ Tanto se consideramos todo o período 1850/88 ou os intervalos desagregados, senhores proprietários de posses como as últimas mencionadas, com mais de vinte escravizados, constituíram a menor parcela dentre os inventariados escravistas de Santa Rita do Turvo. Representaram somente 9,7% dentre todos os senhores inventariados no recorte temporal 1850/88, a menor parcela relativa entre as faixas de tamanho que estabelecemos.

A importância das posses médias, entre seis e dez indivíduos, sofreu uma redução entre os proprietários inventariados ao longo dos intervalos, ainda que não de modo constante. D. Maria José Claudina, inventariada em 1858, era senhora de seis cativos no momento de seu falecimento. Eram três homens e três mulheres. Não conseguimos inferir a provável ocupação dos mesmos com base nos bens arrolados no inventário.¹¹⁵ Luiz Francisco de Azevedo faleceu na freguesia de São Sebastião dos Aflitos, no ano de 1869. Entre os bens declarados em seu processo estavam incluídos dez cativos, empregados nas lides agrárias. Metade de cada sexo e todos crioulos. Azevedo era, inclusive, devedor de dois de seus escravos, José (36 anos) e João (25).¹¹⁶ A mão de obra cativa inventariada no processo de D. Ana Feliciano da Conceição, falecida em 1883, era composta por sete escravos. Maria Caetana foi a única mulher descrita. Era casada com João do Carmo, um dos seis cativos do sexo masculino arrolados. Eram empregados na produção de açúcar, milho e arroz.¹¹⁷ Considerado todo o período 1850/88, escravarias do porte das últimas mencionadas, entre seis e dez indivíduos, foram declaradas por pouco mais de 19% dos senhores de escravos inventariados na localidade estudada. Tomados os informes por intervalos, a variação ficou entre uma parcela mínima de 15,8%, 1880/88, e uma máxima de 22,4%, 1850/59.

As posses grandes, entre onze e vinte escravizados, tiveram representatividade menor em comparação com a faixa anterior. Em 1861, na freguesia de Arrepiados, faleceu Francisco Pacheco de Medeiros. Dentre o patrimônio que deixou estavam dezesseis escravos que eram utilizados na produção de gêneros agrícolas variados, entre

¹¹³ Inventário de Rita Lopes da Silva (1875). AFAB.

¹¹⁴ Inventário de Joaquim Romão Moreira e Castro (1881). AFAB.

¹¹⁵ Inventário de Maria José Claudina (1858). AFAB.

¹¹⁶ Inventário de Luiz Francisco de Azevedo (1869). AFAB. Não conseguimos descobrir a origem das mencionadas dívidas, de pequena monta, do senhor com os dois cativos.

¹¹⁷ Inventário de Ana Feliciano da Conceição (1883). AFAB.

os quais o café. Mais da metade dos cativos foram descritos com doenças e/ou problemas físicos.¹¹⁸ Manoel José Ferreira de Castro teve seus bens inventariados em 1877. Contudo, segundo consta em seu inventário, estava interdito desde 1851 em razão de demência. Parte de seu patrimônio era formada pelos dezoito cativos que possuía quando faleceu. Metade de cada sexo. Além da produção de algodão não identificamos outros cultivos nos quais eram utilizados seus escravizados.¹¹⁹ Dos bens deixados por Cassiano Lucas Maciel para serem divididos por sua viúva e seus cinco herdeiros instituídos em testamento, fazia parte uma escravaria constituída por treze cativos. Eram oito homens e cinco mulheres. Maciel faleceu já na última década da escravidão no Brasil, em 1881. Seu inventário foi aberto no ano seguinte. Sua mão de obra era utilizada na produção de derivados de cana (açúcar e aguardente), de milho e na criação de porcos.¹²⁰ Tomados os informes agregados para 1850/88, 12,5% dos senhores de escravos inventariados que compulsamos possuíram escravarias com o tamanho das últimas descritas, de porte bastante considerável para a localidade estudada no tempo em questão.

Em suma, em Santa Rita do Turvo entre 1850/88 destacaram-se entre os escravistas inventariados os senhores de pequenas escravarias, com dois a cinco indivíduos. Observamos uma pequena participação das posses unitárias, embora com representatividade relativa crescente com o avanço da segunda metade do Oitocentos, e uma participação menor ainda dos grandes senhores, aqueles com mais de vinte cativos. A contemplação dos dados desagregados por intervalos ratificou este quadro geral.

Além da distribuição dos inventariados escravistas segundo os tamanhos das escravarias, consideramos ainda a disposição dos escravizados pelas faixas de posse, ou seja, vimos também a questão pelo ângulo inverso. Apresentamos os dados na tabela 4.3.

¹¹⁸ Inventário de Francisco Pacheco de Medeiros (1861). AFAB.

¹¹⁹ Inventário de Manoel José Ferreira de Castro (1877). AFAB.

¹²⁰ Inventário de Cassiano Lucas Maciel (1882). AFAB.

Tabela 4.3: Distribuição dos escravos inventariados segundo faixas de tamanho de escravaria e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/88.

	1850/59		1860/69		1870/79		1880/88		1850/88	
FTP*	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1	8	2,5	1	0,5	2	0,3	1	0,2	12	0,7
2 a 5	74	22,8	18	8,6	75	11,9	71	13,2	238	14,0
6 a 10	81	24,9	38	18,1	116	18,4	47	8,7	282	16,6
11 a 20	66	20,3	31	14,7	89	14,1	83	15,4	269	15,7
Acima de 20	96	29,5	122	58,1	348	55,3	336	62,5	902	53,0
Total	325	100	210	100	630	100	538	100	1703	100

*Faixas de tamanho de posse.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente os dos escravistas, 208 processos. Constituem 72% do total para 1850/88 e arrolaram um total de 1703 escravos. Inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Considerado todo o período 1850/88, somente 0,7% dos cativos inventariados em Santa Rita do Turvo conheceu a experiência de viver como o único escravo de seu proprietário. Visto no correr dos intervalos, o percentual se retraiu paulatinamente. O roceiro Manoel contava com 18 anos de idade em 1875, ano em que foi feito o inventário de seu senhor, João Martins da Cunha. Foi o único escravizado arrolado, descrito como preto e solteiro. Era filho legítimo de Maria, sobre a qual não constam maiores informações na documentação.¹²¹ D. Rosinda Maria dos Santos era senhora de somente uma cativa quando faleceu. Tratava-se da cozinheira Maria. Embora contasse com somente 20 anos de idade em 1875, ano em que foi aberto o inventário de sua proprietária, sua avaliação foi baixa, visto ter sido declarada doente.¹²² O escravo Félix foi o único cativo descrito e avaliado no inventário de sua senhora. Contava com 45 anos de idade em 1887, ano em que se deu a abertura do processo de sua proprietária, D. Marcelina Maria dos Reis, falecida em dezembro do ano anterior. Foi descrito como pardo e solteiro e sua ocupação declarada era a de roceiro.¹²³ Casos como os descritos acima sugerem uma proximidade maior entre senhor e escravo, bem como maiores possibilidades de vigilância por parte do primeiro sobre o segundo e de um contato mais íntimo entre as partes. Muito provavelmente não eram raras situações em que escravistas deste porte trabalhassem lado a lado com seu cativo, nas mais diversas tarefas necessárias para a manutenção das unidades domésticas e produtivas destes senhores.

Em todos os recortes temporais que observamos entre o alvorecer da segunda metade do século XIX e o fim do escravismo, e também para o período como um todo,

¹²¹ Inventário de João Martins da Cunha (1875). AFAB.

¹²² Inventário de Rosinda Maria dos Santos (1875). AFAB.

¹²³ Inventário de Marcelina Maria dos Reis (1887). AFAB.

percebemos que a parte mais significativa dos cativos vivenciou a experiência do trabalho compulsório em escravarias com mais de vinte indivíduos. Somente não foram maioria na primeira década considerada. Casemiro vivia em um destes grandes grupos, pelo menos para os parâmetros da localidade compulsada. Além dele, D. Maria Pereira Angélica da Purificação, sua senhora, possuía outros vinte e dois escravizados quando faleceu em janeiro de 1872. Então com 60 anos de idade, Casemiro era casado com uma cativa da mesma proprietária. Sua esposa era Brígida, de cinquenta anos. Embora sua ocupação não tenha sido referida, muito provavelmente trabalhava no cultivo de milho e arroz e/ou na produção de açúcar, principais gêneros mencionados entre os bens inventariados de sua senhora. O caso mencionado ilustra uma das possíveis diferenças entre cativos que viveram em grandes escravarias em relação àqueles que não tiveram esta experiência: maiores possibilidades de casamentos, decorrência direta da maior disponibilidade de eventuais parceiros.¹²⁴ O ferreiro Zacarias e o carreiro Tiago estavam entre os vinte e sete cativos arrolados e avaliados no inventário do capitão Joaquim Romão Moreira e Castro, falecido em setembro de 1881, mesmo ano da abertura de seu processo. O primeiro contava então com 49 anos de idade e era solteiro, ao passo que o segundo tinha vinte e um anos e não teve seu estado conjugal declarado. A mãe de Tiago, Úrsula, de quarenta e nove anos, fazia parte da mesma escravaria e era irmã de Zacarias, o que o tornava tio de Tiago.¹²⁵ A especialização produtiva e a constituição de laços familiares dentro dos grupos de cativos de um mesmo senhor foram outros aspectos mais frequentemente vivenciados por cativos de escravarias maiores, conforme ilustra o caso dos últimos cativos mencionados. Exceção feita para os anos 1850, essas possibilidades existiram para mais da metade dos escravizados inventariados em Santa Rita do Turvo.

Somados estes cativos que vivenciaram a experiência escrava em grandes grupos, exemplificados nos casos acima, com aqueles que fizeram parte de escravarias da faixa anterior, verificamos que praticamente sete entre dez escravos inventariados fizeram parte de posses com onze ou mais indivíduos, com todas as consequências daí advindas, tais como maiores possibilidades de ação política coletiva, de estabelecimento de laços familiares, de especialização produtiva, de tensões internas ao cativeiro, de maior distanciamento com relação ao senhor e menores possibilidades de vigilância por parte deste, entre tantas outras.

¹²⁴ Inventário de Maria Pereira Angélica da Purificação (1872). AFAB.

¹²⁵ Inventário de Joaquim Romão Moreira e Castro (1881). AFAB.

Porém, uma vez mais ressaltamos que os dados acima levaram em conta os tamanhos das posses dos escravistas no momento e quem faleceram e que tiveram seus bens inventariados, portanto, em um momento estanque da trajetória de vida destes indivíduos. Dessa forma, não foi possível conhecermos as vicissitudes das escravarias, ou seja, seus aumentos, suas reduções ou sua estabilidade ao longo do tempo. Evidencia-se assim, de forma explícita, uma das limitações do tipo de documentação que utilizamos neste estudo. Acrescentamos ainda que o mesmo aspecto foi válido para todas as demais questões tratadas ao longo da pesquisa.

Em suma, a concentração social da posse cativa existiu e foi flagrante entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Cruzados os informes das duas tabelas anteriores (4.2 e 4.3), tomados os dados agregados para todo o recorte temporal 1850/88, constatamos que uma parcela de 22% dos escravistas, aqueles com posses iguais ou superiores a onze escravizados, possuíram praticamente sete de cada dez cativos inventariados. Por outro lado, um grupo de pouco mais de 58,6% dos senhores, aqueles com posses iguais ou inferiores a cinco indivíduos, possuiu pouco menos de 15% dos cativos. A parte mais significativa dos inventariados escravistas, 47,1% dos casos, possuía pequenas escravarias quando faleceram, constituídas por no mínimo dois e no máximo cinco indivíduos. Do lado dos cativos, a maioria deles, 53%, vivenciou a experiência do cativo em escravarias com mais de vinte cativos, consideradas muito grandes para os padrões da localidade abordada no tempo em questão.

Além de observarmos a distribuição da propriedade cativa pelos escravistas e pelos escravos inventariados, o estudo de alguns indicadores estatísticos de posição e de concentração permitiu o aprofundamento da análise acerca da estrutura de posse escrava em Santa Rita do Turvo nos períodos compreendidos pelos anos 1850 e 1888. Mantivemos a apresentação dos dados tanto para o conjunto dos inventariados como também segmentados por faixas de riqueza. Importante destacarmos que nossos cálculos levaram em consideração somente dos inventariados escravistas, e não o conjunto total dos processos. Na tabela 4.4 contemplamos os informes do decênio inicial da segunda metade do século XIX, década de 1850/59.

Tabela 4.4: Indicadores estatísticos da posse cativa, Santa Rita do Turvo – 1850/59.

Faixas de riqueza	Média	Moda	Mediana	Gini
Até £ 150	1,6	2	2	0.150
£ 151 a £ 500	3,9	2	3	0.317
£ 501 a £ 1000	6,8	5	5,5	0.245
£ 1001 a £ 2000	9,4	10	10	0.212
Acima de £ 2001	16,0	23	18,5	0.263
Todas as faixas	6,6	2	5	0.426

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (58) consideramos somente os dos escravistas, 49 processos. Constituem 84% do total para 1850/59 e arrolaram um total de 325 escravos distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 8 cativos, 2ª faixa 74, 3ª faixa 81, 4ª faixa 66 e 5ª faixa 96. Inventários *post-mortem* para o período 1850/59. AFAB.

Se a importância da participação relativa do grupo de ativos escravos no montante total da riqueza inventariada e a disseminação da posse cativa por sete entre dez inventariados de Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/88 foram elementos indicativos do vigor da escravidão na localidade em tela, quando observamos a média de escravizados para o conjunto de processos dos senhores na década 1850/59 este aspecto fica ainda mais manifesto. Por se tratar de uma região com predominância de uma economia circunscrita ao âmbito regional, desconectada de grandes circuitos mercantis, a posse média de 6,6 escravos mostra-se considerável. Tal constatação se reafirmou com a observação dos outros indicadores oferecidos na tabela 4.4. A posse mais recorrente não foi a unitária, dado que a moda atingiu 2,0. Neste mesmo sentido, o valor da mediana, igual a 5,0, também se mostrou bastante significativo. Finalmente, o índice de Gini, com valor 0,426, atesta o nível de concentração social da propriedade escrava que vigorou entre os inventariados senhores de escravos na localidade em tela.

Contemplados os informes por faixas de riqueza ficou manifesta a esperada relação entre nível de riqueza e posse cativa. Os dados de média, moda e mediana se elevaram sistematicamente a cada estrato de patrimônio. Enquanto no agrupamento de menores cabedais os inventariados escravistas possuíam 1,6 cativos em média, a escravaria mais recorrente foi constituída por dois indivíduos e a mediana atingiu o valor de 2,0, no estrato de inventariados mais abastados os números correspondentes foram 16,0, 23,0 e 18,5, respectivamente.

Na década 1850/59 a maior escravaria declarada entre os inventários de Santa Rita do Turvo pertenceu a D. Ângela Maria da Encarnação, inventariada em 1858. Quanto faleceu era senhora de vinte e quatro cativos, equivalentes a 7,5% do total de escravizados inventariados naquela década. A soma de seus bens alcançou £ 2.760,35 (4ª maior fortuna do período). Seus escravos representavam 85,3% do total de seu patrimônio. A segunda maior parcela do montante declarado estava alocada em dívidas

ativas, 9,2%. Seus bens móveis corresponderam a 2,5% e os animais a 1,9% de sua riqueza. Curiosamente, não foram declaradas grandes unidades de terras ou outros bens imóveis, somente uma roça de milho e um arrozal. Representaram apenas 1,1% do patrimônio arrolado. A julgar pelos bens declarados no inventário de D. Ângela Maria da Encarnação, muito provavelmente ela residia como agregada na casa de outra pessoa e seus escravos eram utilizados em terras que não eram suas, talvez sendo alugados para terceiros, embora em seu inventário não tenhamos constatado registros de dívidas geradas por tais arranjos hipotéticos.

A escravidão em questão era constituída por quinze homens e nove mulheres. Dentre todos somente o escravo Caetano, sem idade declarada, e a escrava Maria, de 40 anos, eram de origem africana. Assim como Caetano, outros não tiveram a idade arrolada. Em relação aos demais para os quais existe a informação sobre a idade no inventário, 71% do total, o grupo etário mais significativo foi constituído pelos cativos mais velhos (com 41 anos ou mais), 41,2%. Os adultos (entre 16 e 40 anos) representaram 35,3%, ao passo que as crianças (até 15 anos de idade) constituíram 23,5% da escravidão de D. Ângela Maria da Encarnação. Informações sobre a ocupação e o estado conjugal não constam na documentação para nenhum dos cativos.¹²⁶

Na tabela 4.5 apresentamos os dados para a década seguinte, 1860/69.

Tabela 4.5: Indicadores estatísticos da posse cativa, Santa Rita do Turvo – 1860/69.

Faixas de riqueza	Média	Moda	Mediana	Gini
Até £ 150*	-	-	-	-
£ 151 a £ 500	3,0	1	2,5	0.351
£ 501 a £ 1000	5,6	4	4	0.285
£ 1001 a £ 2000	8,2	12	10	0.253
Acima de £ 2001*	20,3	-	16,5	0.330
Todas as faixas	9,1	4	5	0.507

* Não foi possível aferir valores para alguns indicadores.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (26) consideramos somente os dos escravistas, 23 processos. Constituem 88% do total para 1860/69 e arrolaram um total de 210 escravos distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 1 cativo, 2ª faixa 18, 3ª faixa 28, 4ª faixa 41 e 5ª faixa 122. Inventários *post-mortem* para o período 1860/69. AFAB.

Em comparação com o período anterior, a média (9,1) e a moda (4,0) elevaram-se significativamente para o conjunto dos inventariados escravistas em 1860/69. A mediana manteve-se estável (5). Mesmo com a aproximação da crise do escravismo, os indivíduos que faleceram em Santa Rita do Turvo no segundo decênio contemplado tiveram maior escravidão média e posse modal mais relevante, elementos indicativos de

¹²⁶ Monte mor equivalente a Rs 24:371\$120. Inventário de Ângela Maria da Encarnação (1858). AFAB.

que a economia local engendrou atividades capazes de assegurar a manutenção e até uma pequena intensificação do uso da mão de obra escrava nas atividades produtivas. O nível de concentração da propriedade escrava, observado pelo índice de Gini equivalente a 0,507, foi pouco maior que na década anterior. A observação dos informes por grupos de patrimônio novamente revelou a relação entre aumento do nível de riqueza em concomitância com a elevação dos indicadores de posse cativa.

A maior escravaria que encontramos entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na década de 1860/69 pertenceu ao capitão Francisco José Cardoso, falecido em 4 de junho de 1869 e inventariado no mesmo ano. Foi dono também do maior patrimônio verificado neste período, £ 5.448,98 ¹²⁷. Possuía quarenta e oito cativos (3ª maior escravaria entre os inventariados de todo o período 1850/1888), praticamente 23% de todos os escravizados arrolados nos inventários dos anos 1860. Eram vinte e cinco mulheres e vinte e três homens. Somente quatro cativos eram africanos, todos homens com mais de 50 anos de idade. Os grupos etários mais representativos eram constituídos pelas crianças e pelos adultos, ambos com a mesma representatividade relativa, 41,6%. Aqueles com quarenta e um anos ou mais constituíram uma parcela equivalente a pouco menos de 17%. Dentre os escravizados do capitão Cardoso, 21% tinham algum problema físico, sendo declarados como doentes e/ou aleijados. Foram os casos, por exemplo, da crioula Guilhermina de quarenta anos, descrita como doente e aleijada, da parda Camila de vinte e cinco anos, aleijada, e do crioulo Raimundo de quarenta anos, descrito como doente. Não constam no inventário em questão informações sobre as ocupações dos cativos e o estado conjugal dos mesmos. ¹²⁸

Apresentamos na tabela 4.6 os índices estatísticos de posse cativa para os inventariados de Santa Rita do Turvo para década de 1870/79.

¹²⁷ Como já tratamos do capitão Cardoso no capítulo anterior, quando abordamos a concentração e a composição da riqueza na década de 1860/69, acrescentamos neste momento somente algumas informações acerca das características gerais de sua escravaria.

¹²⁸ Monte mor equivalente a Rs 69:479\$905. Inventário de Francisco José Cardoso (1869). AFAB.

Tabela 4.6: Indicadores estatísticos da posse cativa, Santa Rita do Turvo – 1870/79.

Faixas de riqueza	Média	Moda	Mediana	Gini
Até £ 150*	-	-	-	-
£ 151 a £ 500	2,5	2	2	0.266
£ 501 a £ 1000	5,3	2	4,5	0.357
£ 1001 a £ 2000	6,8	3	6	0.300
Acima de £ 2001	29	20	22	0.307
Todas as faixas	8,0	2	4	0.578

* Não foi possível aferir valores para alguns indicadores.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (115) consideramos somente os dos escravistas, 79 processos. Constituem 68% do total para 1870/79 e arrolaram um total de 630 indivíduos. Optamos por incluir neste grupo, além dos escravos propriamente, 18 ingênuos descritos juntamente com suas mães cativas. Estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 2 cativos, 2ª faixa 75, 3ª faixa 116, 4ª faixa 89 e 5ª faixa 348. Inventários *post-mortem* para o período 1870/79. AFAB.

A média de escravos possuídos por cada inventariado escravista da década de 1870/79 (8,0) foi menor em relação ao intervalo anterior, bem como os outros indicadores. Contudo, o nível de concentração social da posse escrava elevou-se em relação às décadas anteriores. O índice de Gini atingiu 0,584. Além disso, a relação entre nível de riqueza e posse escrava uma vez mais ficou nítida.

O casal de inventariados José Tristão de Freitas e Luiza Clara Moreira e Castro foi proprietário não só da maior escravaria da década de 1870/79 como também de todo o período 1850/88. No processo de inventário aberto em 1874 foram arrolados e avaliados um total de 58 cativos, praticamente 9,5% de todos os escravizados considerados na década em questão. O montante dos bens do casal atingiu a soma de £ 12.611,69 (2º maior patrimônio do período 1870/79 e 3º maior de todo o intervalo 1850/1900). A mão de obra cativa representou a maior parcela da riqueza inventariada, praticamente 43%. Os bens imóveis corresponderam a 29,2% do patrimônio declarado. Entre estes se destacavam os quase 280 alqueires de terras que possuíam, fragmentados em diversas propriedades, e as benfeitorias da Fazenda do Turvo, entre as quais uma casa de morada de sobrado, uma senzala com dois quartos assoalhados, paiol, engenho, moinho, casa para porcos, entre outras. As dívidas ativas arroladas significaram 21,7% do patrimônio do casal, entre as quais estavam dezoito registros de empréstimos concedidos e oito de contas (provavelmente provenientes da comercialização de gêneros produzidos). Os bens móveis constituíram 4% da riqueza inventariada, a maior parte em gêneros estocados, entre os quais açúcar, aguardente, milho e feijão. O restante dos bens do casal estava alocado no grupo de ativo animais, cerca de 4% do total.

A escravaria de José Tristão e D. Luiza era constituída por trinta e dois homens e vinte e seis mulheres. Cerca de 10% dos escravizados eram de origem africana. Dentre

estes eram cinco homens. Domingos, de 43 anos de idade, era o mais jovem e Joaquim Congo, de 56 anos, o mais velho. A única mulher africana era a cativa Joaquina, de 71 anos de idade. O grupo mais representativo do ponto de vista etário da escravaria do casal considerado era o das crianças, com 36,2%, seguido de perto pelo segmento dos escravos mais velhos, com 34,5%. Os adultos constituíam 29,3% do total. Excluídas as crianças, 65% dos escravos foram descritos como solteiros. A outra parcela, de 35%, foi declarada casada ou viúva. Na verdade, deste grupo somente a cativa Sebastiana, de 51 anos, era viúva. Todos os demais eram casados com outros cativos do mesmo senhor. Nenhum dos escravos teve qualquer indicação de doença ou defeito físico. Também não foi descrita a ocupação de nenhum.¹²⁹

Por fim, na tabela 4.7 exibimos os dados relativos aos momentos finais de vigência da escravidão no Brasil, período 1880/88.

Tabela 4.7: Indicadores estatísticos da posse cativa, Santa Rita do Turvo – 1880/88.

Faixas de riqueza	Média	Moda	Mediana	Gini
Até £ 150*	-	-	-	-
£ 151 a £ 500	3,2	1	2,5	0.375
£ 501 a £ 1000	4,7	3	4	0.214
£ 1001 a £ 2000	8,3	4	7	0.314
Acima de £ 2001	24	21	21	0.292
Todas as faixas	9,4	1	5	0.539

* Não foi possível aferir valores para alguns indicadores.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (89) consideramos somente os dos escravistas, 57 processos. Constituem 64% do total para 1880/88 e arrolaram um total de 538 indivíduos. Optamos por incluir neste grupo, além dos escravos propriamente, 89 ingênuos descritos juntamente com suas mães cativas. Estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa somente 1 cativo, 2ª faixa 71, 3ª faixa 47, 4ª faixa 83 e 5ª faixa 336. Inventários *post-mortem* para o período 1880/88. AFAB.

O cotejamento dos indicadores estatísticos da posse cativa entre os inventariados escravistas de Santa Rita do Turvo do recorte temporal 1880/88 evidenciou um quadro, em grande medida surpreendente, de elevação dos valores de posse média e de mediana. Mesmo em um cenário próximo do final do escravismo no Brasil, as atividades econômicas desenvolvidas na localidade em tela permitiram aos indivíduos que lá viveram manterem uma expressiva utilização de mão de obra cativa, pelo menos a julgar pelos patrimônios declarados daqueles que morreram e foram inventariados. Contudo, pela primeira vez, a posse modal foi a unitária. Lembramos que a análise da composição da riqueza dos inventariados da localidade revelou que neste intervalo o

¹²⁹ Monte mor equivalente a Rs 117:427\$422. Inventário de José Tristão de Freitas e Luiza Clara Moreira e Castro (1874).

grupo de ativos escravos deixou de ser o mais significativo da riqueza declarada, tendo sua parcela de representatividade sido ultrapassada pelos bens imóveis. Em comparação com a década anterior, a concentração social da posse cativa foi menor em 1880/88. No entanto, foi mais elevada que nos anos 1850 e nos 1860. O índice de Gini ficou em 0,539. Observados por faixas de fortuna, os informes da tabela acima ratificaram a relação diretamente proporcional entre elevação da riqueza e propriedade escrava, aspecto verificado para todos os intervalos anteriormente tratados.

Assim como na década de 1860/69, no intervalo 1880/88 a maior posse cativa também coincidiu com o maior patrimônio entre os indivíduos inventariados no período. Pertenceram a José de Deos Moreira e Castro. Seu processo foi aberto em 1882 e a soma de seus bens constituiu a maior fortuna que compulsamos para todo o período 1850/1888, alcançando o valor de £ 22.270,89.¹³⁰ Possuiu quarenta e quatro escravizados (5ª maior escravaria entre os inventariados de todo o período 1850/1888) que representaram praticamente 10% de todos os cativos arrolados em Santa Rita do Turvo no intervalo final da escravidão no Brasil. Eram vinte e sete homens e dezessete mulheres. Os cativos Vicente, Cassiano, Martinho, Sebastião, Manoel e Fidelis foram descritos como africanos. Os quatro primeiros declarados com 58 anos de idade, ao passo que os dois últimos com cinquenta e nove. Todos os demais eram crioulos. O grupo etário mais representativo na escravaria de José de Deos foi o constituído pelos adultos, 59,1% da escravaria. Os cativos com quarenta e um anos ou mais significaram 34,1% do total, ao passo que as crianças 6,8%. Excluídas estas últimas, 85% dos escravos considerados tiveram o estado conjugal declarado. Dentre estes, 85,5% eram solteiros e somente 11,5% casados ou viúvos. Somente dezessete cativos tiveram sua ocupação declarada, 38% da escravaria considerada. As pretas Juliana e Raimunda, de 53 e de 30 anos de idade, respectivamente, e a fula Eva, de 28 anos de idade, eram cozinheiras. O pardo Januário, de vinte e três anos, era pajem e o crioulo Damião, de trinta e cinco anos, foi descrito como carreiro. Além destes, doze cativos foram declarados como roceiros.¹³¹

¹³⁰ Como já tratamos de José de Deos Moreira e Castro no capítulo anterior, quando abordamos a concentração e a composição da riqueza na década de 1880/88, acrescentamos neste momento somente algumas informações acerca das características gerais de sua escravaria.

¹³¹ Monte mor declarado no processo equivalente a Rs 252:507\$372. Inventário de José de Deos Moreira (1882). AFAB.

Uma vez mais pudemos posicionar Santa Rita do Turvo no cenário mineiro do século XIX. Desta feita em relação à posse de cativos por inventariado.¹³² Todavia, ressaltamos uma vez mais que os períodos não são exatamente os mesmos para as outras localidades. Contudo, os dados oferecem alguns parâmetros mínimos para comparação.

Entre 1856/88 os índices estatísticos de posse média cativa para Araxá foram um pouco menores em comparação com Santa Rita do Turvo a partir da década de 1860/69. O valor da moda foi 1,0 para a localidade do oeste de Minas. A média de posse por inventário escravista foi de 7,3, a mediana atingiu valor 4,0 e o Gini 0,535 (Reis, 2005, p. 110-145).¹³³ O perfil um pouco mais modesto dos senhores de Araxá pode parecer, até certo ponto, surpreendente, haja vista a maior complexidade de sua economia, fruto da conexão mercantil com o Rio de Janeiro em torno da atividade pecuária. Provavelmente esse fator seja explicado pela menor necessidade de mão de obra na atividade criatória em relação à agricultura.

Para a localidade de Bonfim, no Vale do Paraopeba, com destacada produção de têxteis, entre 1840 até o final do escravismo, a posse média por inventário escravista atingiu 7,2. Foi bastante semelhante com a verificada para Araxá e menor em comparação com os valores auferidos para Santa Rita do Turvo, exceção feita para a década de 1850/59 (Martinez, 2006, p. 177-179). Por sua vez, entre 1833-72, a atividade pecuária preponderante em Rio Pardo e a produção de alimentos para autoconsumo efetivada na localidade parecem ter atingido uma dimensão que gerou uma menor demanda e capacidade de manutenção e reprodução da força de trabalho cativa em comparação com as outras localidades mencionadas. A média de escravos por inventariado escravista na localidade foi de 5,65, inferior a Santa Rita do Turvo, Araxá e Bonfim, mesmo a autora tendo considerado um período mais recuado, no qual a oferta de cativos ainda era maior (Chaves, 2012, p. 175-176).¹³⁴ Situação similar de baixa

¹³² Calculamos a média de escravos por inventário, mesmo tipo de documentação dos outros trabalhos que mencionamos, somente considerando aqueles que possuíam cativos e não o universo total de processos. O mesmo procedimento foi efetuado nos outros estudos que serviram como parâmetro comparativo. Em alguns casos, foram oferecidos os dois percentuais, a média de escravos pelo total de inventários e somente pelos inventários dos escravistas. Nestes casos adotamos esta última informação.

¹³³ O trabalho de Deborah Reis foi o único entre aqueles com os quais comparamos os resultados que verificamos para Santa Rita do Turvo que apresenta uma variedade maior de índices estatísticos de posse cativa. Em função disso, para os demais a comparação se restringiu à média de cativos por inventário.

¹³⁴ Embora a autora não tenha oferecido o dado objetivamente, obtivemos o valor médio de escravos por inventário de forma indireta, com base no número de processos utilizados e no total de escravos descritos. Como foi indicada a porcentagem dos processos que arrolaram cativos, conseguimos então chegar ao número médio de posse por escravista inventariado.

demanda e capacidade de manutenção do trabalho cativo, ainda que em período de maior dificuldade de reposição dos cativos, parece ter vigorado em Visconde do Rio Branco, localidade dedicada à produção de derivados de cana de açúcar e, principalmente, de café. Entre 1870/88 os inventariados escravistas possuíam em média 5,8 cativos (Tavares, 2013, p. 78).¹³⁵

Por fim, em Juiz de Fora, precipuamente voltada para a cafeicultura de exportação, a média de cativos por inventário escravista superou o quádruplo dos valores constatados para Araxá, Bonfim e Santa Rita do Turvo e mais que o quádruplo de Rio Pardo e Visconde do Rio Branco. Na dinâmica localidade cafeeira, a média de escravos por inventariado escravista atingiu 29,7. Entretanto, além da maior complexidade, vigor e dinamismo da economia de Juiz de Fora, pesa sobre esta média o fato de estarem considerados somente os inventariados com grande riqueza, superiores a Rs 10:000\$000, muito provavelmente proprietários de escravarias maiores (Almico, 2001, p. 62-63). Se compararmos os dados de Juiz de Fora com os dados específicos da maior faixa de riqueza que estabelecemos, mesmo assim somente na década de 1870/79 a média de cativos por inventário escravista se equipara. Nos demais trabalhos mencionados, incluído este, os processos foram considerados independentemente do valor total do patrimônio declarado.

De forma geral, exploramos o perfil da estrutura da posse cativa em Santa Rita do Turvo. Não obstante os dados não serem exatamente dos mesmos recortes temporais, embora respeitem certa proximidade, a média de escravos por inventariado escravista foi maior que a verificada nas demais localidades compulsadas, exceção feita ao caso de Juiz de Fora, atípico pela complexidade da economia cafeeira desenvolvida na região e pela consideração somente dos processos com patrimônios superiores a Rs 10:000\$000.

Em suma, sabemos que em todo o período 1850/88, sete entre dez inventariados de Santa Rita do Turvo foram escravistas. O perfil do tamanho das escravarias foi pequeno. Os senhores com posses entre dois a cinco cativos foram os mais representativos em todos os intervalos temporais analisados. A posse unitária e as escravarias muito grandes, com mais de vinte indivíduos, foram as menos significativas entre as faixas consideradas. A posse média para todo o período foi considerável, maior que em outras localidades mineiras, assim como a concentração social da propriedade de escravos. A escravaria unitária somente se tornou o tamanho de posse mais

¹³⁵ Neste caso, a autora também não ofereceu a posse média cativa por inventariado escravista. Contudo, chegamos ao valor mencionado com base no mesmo procedimento descrito na nota anterior.

recorrente no último intervalo considerado. Entre os escravizados a maioria vivenciou o cativeiro em grupos com mais de vinte indivíduos, exceção feita aos anos 1850. Os informes cotejados revelaram ainda uma clara e esperada relação entre elevação da faixa de riqueza e crescimento da posse cativa, já demonstrada pela historiografia, em todos os intervalos considerados e, por conseguinte, para todo o período 1850/88. Sustentamos assim que o cenário econômico de produção de alimentos para consumo e mercantilização em escala regional estruturado na localidade que analisamos atingiu um nível capaz de assegurar que seus habitantes recorressem ao trabalho escravo, mais que em outras localidades. Além disso, puderam manter e até mesmo ampliar a utilização de mão de obra cativa, mesmo em um momento que se tornava mais escasso e complicado o acesso a este tipo de trabalho.

4.3 - Distribuição por idades, gêneros e preços dos cativos inventariados em Santa Rita do Turvo.

Após analisarmos o perfil da posse cativa vigente em Santa Rita do Turvo no período entre os anos 1850 e 1888, seguimos qualificando o tipo de escravidão que se estruturou na localidade. Para tanto avançamos sobre outras importantes variáveis demográficas da escravaria descrita nos inventários compulsados: idade, distribuição por gêneros e preços. Além de estudarmos as idades em separado, consideramos ainda esta informação no estudo da distribuição por gêneros e dos preços médios. Em cada caso estabelecemos grandes grupos etários que nos pareceram coerentes com as questões tratadas.

Na tabela 4.8 apresentamos os cativos inventariados na década inicial da segunda metade do Oitocentos distribuídos em três grandes grupos etários: as crianças (até quinze anos de idade), os adultos (entre dezesseis e quarenta anos) e os idosos (com quarenta e um anos ou mais).

Tabela 4.8: Composição etária da escravaria inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/59 (%).

Faixas de riqueza	0-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 150	14,2	42,9	42,9	100
£ 151 a £ 500	54,7	39,1	6,2	100
£ 501 a £ 1000	45,3	44,0	10,7	100
£ 1001 a £ 2000	46,7	38,3	15,0	100
Acima de £ 2001	33,7	41,9	24,4	100
Todas as faixas	43,5	41,1	15,4	100

Fonte: De toda escravaria do período (325) excluímos os casos que foram arrolados sem idade declarada (33). Consideramos um total de 292 cativos. Constituem 90% do total da escravaria para 1850/59 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa somente 7 cativos, 2ª faixa 64, 3ª faixa 75, 4ª faixa 60 e 5ª faixa 86. 49 inventários *post-mortem* para o período 1850/59. AFAB.

Considerando o conjunto da escravaria, os dados da década de 1850/59 revelam que o grupo de cativos mais jovens foi o mais representativo entre os segmentos etários, seguido de perto pelos adultos. A faixa que aglutinou os escravizados mais velhos foi bem menos representativa. Vistos os informes por faixas de riqueza, a única questão mais latente foi a composição etária dos cativos dos inventariados com menores cabedais. As crianças tiveram uma representatividade muito inferior em comparação com os demais estratos. Por outro lado, a porcentagem de escravos mais velhos foi muito superior ao valor correlato das outras faixas de fortuna. Estes aspectos ajudam a entender o tipo de escravo ao qual tinham acesso os indivíduos com menores recursos. No mais, não enxergamos outras relações entre idade dos cativos e riqueza.

Na tabela 4.9 exibimos os informes da composição etária da escravaria inventariada nos anos 1860, tanto para o conjunto quanto desagregados por faixas de patrimônio.

Tabela 4.9: Composição etária da escravaria inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1860/69 (%).

Faixas de riqueza	0-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 150	-	-	-	-
£ 151 a £ 500	56,3	37,5	6,2	100
£ 501 a £ 1000	37,5	50,0	12,5	100
£ 1001 a £ 2000	31,0	55,2	13,8	100
Acima de £ 2001	44,8	34,2	21,0	100
Todas as faixas	42,3	40,7	17,0	100

Fonte: De toda escravaria do período (210) excluímos os casos que foram arrolados sem idade declarada (28). Consideramos um total de 182 cativos. Constituem 87% do total da escravaria para 1860/69 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa nenhum cativo, 2ª faixa 16, 3ª faixa 32, 4ª faixa 29 e 5ª faixa 105. 23 inventários *post-mortem* para o período 1860/69. AFAB.

A visualização dos dados para a segunda década do recorte temporal que analisamos evidencia um quadro bastante próximo daquele observado no decênio anterior. O grupo etário dos cativos mais jovens foi o mais representativo, seguido bem

de perto segmento dos adultos. Os cativos mais idosos tiveram representatividade menor, bastante distante dos outros grupos. A observação dos dados por faixas de riqueza não evidenciou tendências notáveis.

Apresentamos os dados sobre a composição etária dos cativos inventariados no intervalo 1870/79 na tabela 4.10.

Tabela 4.10: Composição etária da escravidão inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/79 (%).

Faixas de riqueza	0-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 150	-	100,0	-	100
£ 151 a £ 500	29,0	43,5	27,5	100
£ 501 a £ 1000	33,3	41,0	25,7	100
£ 1001 a £ 2000	29,9	54,0	16,1	100
Acima de £ 2001	30,9	41,2	27,9	100
Todas as faixas	30,8	43,5	25,7	100

Fonte: De toda escravidão do período (630) excluímos os casos que foram arrolados sem idade declarada (30). Consideramos um total de 600 cativos (incluídos 18 ingênuos descritos juntamente com suas mães cativas). Constituem 95% do total da escravidão para 1870/79 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa somente 2 cativos, 2ª faixa 69, 3ª faixa 105, 4ª faixa 87 e 5ª faixa 337. 79 inventários *post-mortem* para o período 1870/79. AFAB.

Embora os informes de composição etária dos cativos inventariados nos anos 1870 sigam sem revelar tendências notáveis no que diz respeito a alguma relação entre riqueza dos escravistas e idade dos cativos arrolados, o perfil do conjunto da escravidão se alterou em relação aos períodos anteriores, fruto da proximidade do fim do escravismo e das leis restritivas ao comércio de cativos e a Lei do Ventre Livre de 1871. De forma geral, notamos um envelhecimento do conjunto dos escravizados inventariados. O grupo etário composto pelos mais jovens se retraiu. Somente três em cada dez cativos descritos nos processos compulsados tinham até 15 anos de idade. Em contrapartida, os demais segmentos etários ganharam importância relativa, destacadamente aquele constituído pelos cativos com quarenta e um anos ou mais. Um quarto dos escravos deste período tinha este perfil de idade.

Na tabela 4.11 apresentamos os dados sobre o perfil etário da escravidão inventariada no último período da escravidão no Brasil.

Tabela 4.11: Composição etária da escravaria inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1880/88 (%).

Faixas de riqueza	0-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 150	-	-	-	-
£ 151 a £ 500	24,2	54,8	21,0	100
£ 501 a £ 1000	29,5	52,3	18,2	100
£ 1001 a £ 2000	24,6	42,1	33,3	100
Acima de £ 2001	32,0	39,8	28,2	100
Todas as faixas	29,8	43,1	27,1	100

Fonte: De toda a escravaria do período (538) excluimos os casos que foram arrolados sem idade declarada (41). Consideramos um total de 497 cativos (incluindo 72 ingênuos descritos juntamente com suas mães cativas). Constituem 92% do total da escravaria para 1880/88 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa nenhum cativo, 2ª faixa 62, 3ª faixa 44, 4ª faixa 69 e 5ª faixa 322. 57 inventários *post-mortem* para o período 1880/88. AFAB.

Via de regra, constamos um perfil etário da escravaria no intervalo 1880/88 bastante similar ao que contemplamos para o período seguinte, com participações percentuais idênticas dos grupos etários considerados. O processo de envelhecimento dos cativos inventariados não se acirrou no período em questão.

De modo geral, a análise da composição etária da escravaria inventariada não indicou relação perceptível entre a variável idade dos cativos e riqueza dos senhores. Constatamos somente um movimento de envelhecimento dos escravos nos anos 1870 em comparação com décadas seguintes, derivado da crise da escravidão no Brasil, processo que não se acirrou no período posterior. No intervalo 1880/88 o perfil da composição etária da escravaria mostrou-se muito parecido ao observado no decênio precedente.

Outra variável bastante estudada pela historiografia da escravidão se refere ao equilíbrio entre homens e mulheres dentro de uma determinada população escrava. Via de regra, localidades mais diretamente vinculadas com o comércio de cativos, (fosse o tráfico internacional, interprovincial, legal ou ilegal) tiveram populações mais desequilibradas em favor dos homens. Um maior equilíbrio foi observado em localidades nas quais o papel da reprodução natural para a reposição da escravaria foi mais importante. No estudo da distribuição por gênero dos escravizados inventariados em Santa Rita do Turvo entre os anos 1850 e 1888 mantivemos os mesmos grupos etários que estabelecemos no estudo da variável idade. Na tabela 4.12 exibimos os informes da razão de sexo¹³⁶ por grupos etários para a década inicial da segunda metade

¹³⁶ Outrora também denominada razão de masculinidade, a razão de sexo expressa o número de homens para cada grupo de 100 mulheres de uma dada população. De modo geral, indica a relação quantitativa entre os sexos. Uma razão igual a 100 significa igual número de homens e mulheres em uma determinada população. Acima de 100, predominância de homens, e abaixo, preponderância de mulheres.

do século XIX. Indicamos os dados desagregados por faixas de riqueza e também relativos ao conjunto dos processos.

Tabela 4.12: Razão de sexo dos escravos inventariados por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/59.

Faixas de riqueza	0-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 150	-	50,0	50,0	40,0
£ 151 a £ 500	118,8	78,6	33,3	93,9
£ 501 a £ 1000	100,0	106,3	166,7	108,3
£ 1001 a £ 2000	115,4	130,0	200,0	130,8
Acima de £ 2001	123,1	200,0	162,5	160,6
Todas as faixas	111,7	122,2	136,8	119,5

Fonte: De toda escravaria do período (325) excluimos os casos que foram arrolados sem idade declarada (33). Consideramos um total de 292 cativos. Constituem 90% do total da escravaria para 1850/59 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa somente 7 cativos, 2ª faixa 64, 3ª faixa 75, 4ª faixa 60 e 5ª faixa 86. 49 inventários *post-mortem* para o período 1850/59. AFAB.

A apreciação dos informes concernentes à distribuição por gênero da escravaria inventariada em Santa Rita do Turvo no decênio 1850/59 expôs uma pequena preponderância de homens em relação às mulheres quando computados os dados gerais. Praticamente para cada 100 cativas arroladas na documentação compulsada existiram 120 homens escravos. Todavia, observados os informes por faixas de riqueza, notamos uma tendência de elevação gradativa da razão de sexo em compasso com o crescimento das faixas de riqueza. Os dois segmentos de menor patrimônio tiveram predominância de mulheres cativas. Somente a partir do estrato com patrimônios acima de £ 500 até £ 1000 os homens passaram a predominar. Em se tratando dos dados cruzados entre razão de sexo e idades, notamos que a preponderância dos homens se elevou sistematicamente. No grupo de escravizados com até quinze anos o valor atingiu 111,7. Entre os cativos adultos com idades entre dezesseis e quarenta anos a razão foi de 122,2. No segmento de cativos mais velhos o valor correlato foi de 136,8. Contudo, destacando o grupo constituído pelos escravizados que, em tese, seriam os mais produtivos, notamos importantes aspectos. A predominância dos homens se elevou em movimento diretamente proporcional com o nível de patrimônio. Quanto mais rico o inventariado, maior proporção de seus cativos era do sexo masculino. Em contrapartida, nas escravarias dos indivíduos com menores cabedais as mulheres se sobressaíram.

Embasados pelos dados acima apresentados, sustentamos que os inventariados agrupados nos estratos de menores patrimônios tiveram mais dificuldades em acessar a mão de obra cativa masculina, em geral mais valorizada e cara em função de uma maior força física e, por conseguinte, de uma esperada maior produtividade dos homens nas

lides agrárias.¹³⁷ Esta tendência foi bastante notada pela historiografia e pode ser verificada em, por exemplo, Bergad, autor que trabalhou com uma vasta amostra de dados (2004, p. 259-264). Em contrapartida, os inventariados menos aquinhoados tiveram mais acesso ao trabalho escravo feminino, via de regra, mais barato. Por outro lado, o perfil da distribuição por gênero dos cativos nas faixas de maior riqueza, com proprietários donos de maiores escravarias, se aproximava mais do modelo vigente em regiões de agricultura mais tipicamente de *plantation*, com maior desequilíbrio em favor dos homens. Entretanto, em Santa Rita do Turvo, mesmo nestas faixas de riqueza superiores, não verificamos desequilíbrio tão drástico.

Para a localidade de Bananal, por exemplo, José Flávio Motta acompanhou a evolução da razão de sexo da escravaria com base nas listas nominativas dos anos de 1801, 1817 e 1829. Os dados do autor incluíram, portanto, não somente os cativos que foram inventariados. Considerou toda a população de escravizados. Ao longo do período considerado Bananal conheceu o avanço da cafeicultura em larga escala, fortemente amparada no trabalho cativo. No primeiro momento, ainda com pouca entrada da rubiácea nas unidades produtivas, a razão de sexo da escravaria arrolada na documentação consultada pelo autor foi de 138,7. Em 1817 elevou-se para 179,8. No último marco, já com maiores efeitos da disseminação do cultivo do café em larga escala sobre a demografia escrava, o valor da razão de sexo atingiu 218,6 (Motta, 1999, p. 133). Contudo, Motta abordou a localidade em um momento no qual a oferta de braços cativos era grande em função do Tráfico Internacional, vigente até 1850. Ainda que pese a manutenção de fluxos de deslocamentos de cativos via tráfico interprovincial e comércio ilegal, na segunda metade do século XIX a reprodução natural passou a ter maior peso sobre a distribuição de gênero da população escrava, elemento que matizou um pouco o desequilíbrio entre os sexos nas escravarias. A mesma localidade foi abordada posteriormente por Breno Moreno, em período de efervescência da produção de café para exportação. Com base em inventários *post-mortem* o autor calculou a razão de sexo da população cativa inventariada nas décadas de 1830/39, 1840/49 e 1850/59 da. Os valores respectivos foram de 234, 222 e 198 (Moreno, 2013, 101). Ainda que pese não serem relativas ao mesmo recorte temporal que abordamos, os valores de razão de sexo para Bananal, localidade voltada para a cafeicultura de exportação, mostraram-se consideravelmente maiores que em Santa Rita do Turvo no início do Oitocentos,

¹³⁷ Retomamos e aprofundamos a análise dos preços dos cativos inventariados mais a frente.

mesmo em comparação com as escravarias dos inventariados das faixas de maiores cabedais.

Na tabela 4.13 exibimos os dados da distribuição por gêneros da escravaria descrita nos processos do período seguinte do recorte temporal abordado, 1860/69.

Tabela 4.13: Razão de sexo dos escravos inventariados por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1860/69.

Faixas de riqueza	0-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 150	-	-	-	-
£ 151 a £ 500	-*	100,0	-*	23,1
£ 501 a £ 1000	71,4	166,7	100,0	113,3
£ 1001 a £ 2000	80,0	100,0	33,3	81,3
Acima de £ 2001	147,4	63,6	100,0	101,9
Todas as faixas	92,5	89,7	82,4	89,6

* Somente cativos do mesmo sexo arrolados na documentação consultada.

Fonte: De toda escravaria do período (210) excluimos os casos que foram arrolados sem idade declarada (28). Consideramos um total de 182 cativos. Constituem 87% do total da escravaria para 1860/69 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa nenhum cativo, 2ª faixa 16, 3ª faixa 32, 4ª faixa 29 e 5ª faixa 105. 23 inventários *post-mortem* para o período 1860/69. AFAB.

Nos anos 1860 notamos uma manifesta diferença em relação aos dados da década anterior. Evidenciou-se uma preponderância do sexo feminino no conjunto da escravaria inventariada, com praticamente noventa escravos para cada cem cativas. Somente na terceira e na quinta faixa de riqueza os homens foram maioria, mesmo assim sem tanto predomínio. Mesmo na escravaria declarada somente pelos inventariados aglutinados no mais elevado grupo de fortuna, em tese com recursos suficientes para “escolherem” o tipo de escravo que quisessem, verificamos um equilíbrio entre os sexos.

Considerados os dados por grupos etários, vimos que em todos houve predomínio feminino, inclusive entre o segmento mais produtivo, formado pelos adultos cativos entre dezesseis e quarenta anos. Importante notarmos que, considerando somente a faixa com riqueza acima de £ 2000, as mulheres predominaram na escravaria. A tendência claramente manifesta no intervalo anterior de relação direta entre aumento da proporção de homens conforme se elevou a faixa de riqueza do inventariado não ficou tão evidente nesta segunda década. Mais que uma clivagem nos anos 1860 em relação ao tipo de escravo ao qual tiveram acesso os inventariados da localidade compulsada, suspeitamos que os dados para este período tenham sofrido impacto da menor amostragem de processos para este recorte temporal. Conforme apresentamos a seguir, os dados para os intervalos posteriores se aproximaram muito mais do quadro percebido nos anos 1850, tornando a década de 1860/69 peculiar.

Na tabela 4.14 apresentamos a razão de sexo da escravaria inventariada nos anos 1870, considerando os grupos etários e os estratos de fortuna que estabelecemos.

Tabela 4.14: Razão de sexo dos escravos inventariados por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1870/79.

Faixas de riqueza	0-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 150	-	_*	-	_*
£ 151 a £ 500	122,2	76,5	171,4	109,1
£ 501 a £ 1000	66,7	115,0	170,0	105,9
£ 1001 a £ 2000	85,7	123,8	180,0	117,5
Acima de £ 2001	136,4	167,3	141,0	149,6
Todas as faixas	110,2	133,0	152,5	129,9

* Somente cativos do mesmo sexo arrolados na documentação consultada.

Fonte: De toda escravaria do período (630) excluímos os casos que foram arrolados sem idade declarada (30). Consideramos um total de 600 indivíduos. Optamos por incluir neste grupo, além dos escravos propriamente, 18 ingênuos descritos juntamente com suas mães cativas. Estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa somente 2 cativos, 2ª faixa 69, 3ª faixa 105, 4ª faixa 87 e 5ª faixa 337. 79 inventários *post-mortem* para o período 1870/79. AFAB.

A década de 1870/79 foi aquela para a qual dispomos do maior número de cativos inventariados. Optamos por considerar em nossos cálculos ainda os ingênuos que passaram a ser descritos nos processos desse período.¹³⁸ Considerando todo o conjunto dos cativos, constatamos uma preponderância dos homens nos processos dos anos 1870. Foram arrolados praticamente 130 para cada grupo de 100 mulheres. Quando observamos os dados segmentados por faixas de riqueza, notamos que o sexo masculino foi predominante em todos os estratos e que a elevação da proporção de homens voltou a estar vinculada com o nível de riqueza, não obstante uma exceção que não invalida a tendência. Em relação aos grupos etários, vimos que a razão de sexo se elevou quanto maior fosse a faixa de idade considerada. Entre os escravos que em teoria seriam os mais produtivos, novamente identificamos proporcionalidade entre elevação da riqueza e aumento da preponderância dos homens.

De modo geral, as tendências gerais da escravaria quanto a distribuição de gênero por grupos etários, voltamos a notar uma caracterização bastante próxima da que constatamos para a primeira década da segunda metade do Oitocentos. Os senhores mais pobres tiveram maior representatividade de mulheres entre seus cativos, a elevação da participação dos homens esteve relacionada com riqueza e os inventariados mais bem

¹³⁸ Promulgada em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre previa que os filhos de mães escravas nascidos após esta data seriam considerados livres. Duas possibilidades foram previstas pela lei. As crianças (chamadas de ingênuos) poderiam ser entregues para o Estado após os oito anos de idade mediante indenização para os senhores de suas mães ou poderiam ainda servi-los até a maioridade (vinte e um anos). Como, na prática, o segundo caso foi muito mais comum e os ingênuos acabaram sendo incorporados na mão de obra dos escravistas, optamos por computá-los em nossos cálculos, considerando-os como parte das escravarias, embora, legalmente, fossem livres.

aquinhoados possuíam escravarias com maior proporção de homens na faixa mais produtiva em comparação com os demais segmentos.

Na tabela 4.15 exibimos os informes sobre a razão de sexo da mão de obra escrava inventariada no período 1880/88, dispostos tanto por faixas de riqueza e por grupos etários como também para o conjunto todo da escravaria considerada. Assim como no decênio anterior, também consideramos os ingênuos.

Tabela 4.15: Razão de sexo da escravaria inventariada por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1880/88.

Faixas de riqueza	0-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 150	-	-	-	-
£ 151 a £ 500	114,3	161,5	30,0	106,7
£ 501 a £ 1000	225,0	76,9	100,0	109,5
£ 1001 a £ 2000	112,5	190,0	130,0	146,4
Acima de £ 2001	106,0	109,8	139,5	116,1
Todas as faixas	114,5	120,6	117,7	118,0

Fonte: De toda escravaria do período (538) excluímos os casos que foram arrolados sem idade declarada (41). Consideramos um total de 497 indivíduos. Optamos por incluir neste grupo, além dos escravos propriamente, 72 ingênuos descritos juntamente com suas mães cativas. Estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa nenhum cativo, 2ª faixa 62, 3ª faixa 44, 4ª faixa 69 e 5ª faixa 322. 57 inventários *post-mortem* para o período 1880/88. AFAB.

Neste ultimo período considerado, as tendências gerais vistas anteriormente parece que foram de alguma forma impactadas pela proximidade do colapso do escravismo no Brasil e pela consequente desestruturação do mercado de escravos. Não percebemos tão claramente a relação entre maior razão de sexo e riqueza, tanto no tocante ao conjunto dos cativos como também no grupo etário em tese mais produtivo. Também não se evidenciou a elevação do desequilíbrio quanto mais velho o grupo etário fosse, conforme visualizamos nos anos 1850 e 1870.

Não obstante as particularidades da década de 1860, em razão da menor amostragem de dados, e do último período considerado, provavelmente em função da desestruturação do mercado de cativos nos momentos finais do escravismo no Brasil, fatores que, de algum modo, parecem ter impactado os dados analisados acerca do equilíbrio de gênero dos cativos por grupos etários, destacamos alguns pontos. Via de regra, a razão de sexo da escravaria dos inventariados de Santa Rita do Turvo não apontou fortes discrepâncias de gênero, aspecto presente em economias agroexportadoras. Os resultados atestaram uma pequena preponderância dos homens sobre as mulheres. Todavia, não verificamos este aspecto na década de 1860/69 e nem nas faixas que congregavam os inventários com menores patrimônios. Quanto mais elevado o nível de riqueza considerado, maior representatividade dos homens. No grupo

de escravos mais produtivos, aqueles com idades entre 16 e 40 anos, a proporção masculina foi mais elevada nos grupos que aglutinaram os inventariados mais ricos.

A última das variáveis que analisamos mais detidamente na busca por uma satisfatória qualificação da escravidão em Santa Rita do Turvo entre 1850/88 foi o preço dos cativos. Cruzamos esta informação com as idades. Dos três grandes grupos etários que consideramos quando abordamos a questão da distribuição por gênero dos cativos, desagregamos o primeiro em duas faixas, entre 0 e 9 anos e entre 10 e 15. Após constataremos um padrão de estrutura de posse relevante, a relação entre propriedade cativa e nível de riqueza, a pouca incidência de escravarias unitárias e muito grandes, uma modesta preponderância de homens entre a população escravizada, acentuada nas faixas de riqueza superiores e inexistente entre os indivíduos com menores cabedais, e um movimento de elevação da proporção masculina em compasso com o aumento da riqueza, o estudo dos preços médios dos cativos possibilitou o aprofundamento da análise. Mantivemos o estudo por faixas de patrimônio e por intervalos, sem omissão dos valores relativos ao conjunto dos inventariados e ao período como um todo. Como efetivamos uma comparação entre valores distantes no tempo convertimos os preços dos escravos para Libras Esterlinas, da mesma forma que procedemos quando analisamos a concentração e a composição da riqueza dos inventariados.¹³⁹

Todavia, antes de abordarmos detidamente a questão, destacamos que alguns condicionantes incidiram sobre os preços dos escravizados na segunda metade do século XIX, provocando aumento generalizado da mão de obra cativa (Bergad, 2004; Nogueról, 2002; Versiani & Vergolino, 2002). A explicação mais imediata para a elevação constata pela historiografia repousa na proibição do Tráfico Internacional de cativos pela Lei Eusébio de Queiróz de 1850. Diante da ruptura do fluxo de entrada de escravos africanos no Brasil, não obstante a permanência de desembarques ilegais nos anos que se seguiram à proibição,¹⁴⁰ restava aos senhores escravistas a opção pelo tráfico interno, principalmente em regiões que passavam pelo processo de expansão da cafeicultura. Mesmo com esta abertura, o resultado da lei acabou sendo a redução da oferta de cativos com a consequente elevação dos preços. Contudo, a explicação para o

¹³⁹ Ver nota nº 70 do capítulo 3.

¹⁴⁰ Alguns recentes trabalhos examinaram detidamente a questão dos desembarques ilegais de cativos após a proibição do tráfico em 1850. Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira abordou o caso do traficante José Gonçalves da Silva, atuante no litoral norte do Rio de Janeiro após a proibição do comércio internacional (Pereira, 2011). Thiago Campos Pessoa analisou a participação de alguns membros da família Breves, com destaca atuação no cenário político, econômico e social no Império brasileiro, em transações ilegais de africanos escravizados (Pessoa, 2013).

movimento ascendente dos preços como consequência da proibição do Tráfico Internacional é limitada, visto que a elevação não ocorreu somente no Brasil. Na década de 1860 o preço médio do escravo se elevou em todos os grandes mercados escravistas na América, em especial EUA e Cuba (Bergad, 2004, p.249-251). No primeiro, a proibição do tráfico se deu ainda em 1808, enquanto em Cuba a média anual de entrada de cativos nos meados do século XIX foi a mais elevada em todos os tempos, exceção feita para alguns anos no início do Oitocentos (Bergad, 2004, p.250).

Dessa forma, o aumento dos preços médios dos cativos no Brasil não foi decorrente somente e/ou principalmente do fim da entrada no país de escravizados africanos via Tráfico Internacional, uma vez que o mesmo fenômeno também ocorrera em outros sistemas escravistas que conheceram a ruptura do suprimento transatlântico de escravos em outros momentos. Por consequência, as motivações para o aumento dos preços da mão de obra cativa repousam em fenômenos mais estruturais, que atuaram sobre todos os principais sistemas escravistas então vigentes nos meados do século XIX. Neste sentido, a majoração dos preços da mão de obra cativa no Brasil estava também, e principalmente, relacionada com a subida dos preços internacionais dos produtos básicos do Novo Mundo (as colônias européias nas Américas). O algodão, o açúcar e, principalmente, o café, conheceram um aumento dos preços impulsionado pela elevação da demanda por estes produtos no Velho Mundo. Esta demanda em crescimento proporcionou a elevação da produtividade e da lucratividade nas *plantations* americanas baseadas largamente na mão de obra escrava, fatores que impactaram decisivamente para o aumento dos preços dos braços cativos, fenômeno verificado, conforme dissemos, nos principais sistemas escravistas das Américas, inclusive no Brasil (Bergad, 2004; Noguéról, 2002).

Tendo em vista este quadro geral, o principal fator de produção em uma sociedade escravista, o próprio cativo, tinha seus movimentos de preços determinados pelo que se passava nas economias de exportação, estas diretamente em contato com os centros capitalistas mais dinâmicos do período. Dessa forma, mesmo em localidades voltadas para outras formatações econômicas que não a agroexportação, semelhantes àquela que abordamos, as tendências dos movimentos dos preços do mercado de escravos eram, em grande medida, definidas em função de aspectos correlacionados com uma dinâmica maior.

Ressaltamos ainda que os preços que apresentamos não foram obtidos de transações de cativos efetivamente concretizadas, assim como os valores de todos os

itens arrolados, mais de estimativas extraídas dos inventários compulsados. Além disso, existia a ação subjetiva dos avaliadores, que não necessariamente obedecia somente critérios neutros e estritamente econômicos na avaliação dos bens inventariados e na consequente definição dos preços, conforme abordamos no primeiro capítulo deste trabalho.¹⁴¹ Feitas essas ressalvas, nas tabelas 4.16 e 4.17 apresentamos os dados para a primeira década da segunda metade do século XIX. Indicamos os preços médios por faixas de riqueza dos cativos inventariados em Santa Rita do Turvo na primeira das tabelas mencionadas. Na segunda exibimos os dados correlatos para as mulheres cativas.

Tabela 4.16: Preços médios em libras dos escravos inventariados, Santa Rita do Turvo - 1850/59.

Faixas de riqueza	0-9	10-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 500	33,32	79,43	71,07	17,32	54,46
£ 501 a £ 1000	43,22	147,59	101,44	36,29	75,74
£ 1001 a £ 2000	50,29	117,44	116,26	60,72	95,13
Acima de £ 2001	96,54	169,67	175,43	60,81	130,40
Todas as faixas	54,59	122,81	125,74	52,73	93,69

Fonte: Do total de escravos para o período (177) excluimos os que foram arrolados sem idade declarada (18). Consideramos um total de 159 cativos. Constituem 90% do total da escravaria do sexo masculino para 1850/59 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 33 cativos, 2ª faixa 39, 3ª faixa 34 e 4ª faixa 53. 41 inventários *post-mortem* para o período 1850/59. AFAB.

Tabela 4.17: Preços médios em libras das escravas inventariadas, Santa Rita do Turvo - 1850/59.

Faixas de riqueza	0-9	10-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 500	40,51	56,26	94,19	16,75	62,43
£ 501 a £ 1000	41,24	82,54	105,83	38,60	77,75
£ 1001 a £ 2000	48,63	149,34	108,32	61,81	88,60
Acima de £ 2001	88,02	162,49	135,11	45,09	101,51
Todas as faixas	53,43	107,73	109,35	38,36	81,53

Fonte: Do total de escravas para o período (148) excluimos as que foram arroladas sem idade declarada ou sem preço (16). Consideramos um total de 132 cativas. Constituem 89% do total da escravaria do sexo feminino para 1850/59 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 37 cativas, 2ª faixa 36, 3ª faixa 26 e 4ª faixa 33. 44 inventários *post-mortem* para o período 1850/59. AFAB.

A observação dos valores dos escravos inventariados em Santa Rita do Turvo nos anos 1850 subsidia algumas afirmações. Em geral, a mão de obra cativa masculina mostrou-se mais valorizada em todos os grupos etários que estabelecemos, conforme

¹⁴¹ Exploramos mais detidamente a questão dos preços apresentados para os bens inventariados em artigo de nossa autoria. Dedicamos atenção sobre alguns casos que permitiram sustentarmos o argumento de que a definição dos preços dos bens apresentados nos inventários era influenciada por questões outras que não a neutralidade e objetividade. Destacamos a importância dos avaliadores, sujeitos imersos na complexa teia de relações sociais, políticas e econômicas das sociedades em que viviam, condição que impactava nas avaliações apresentadas (Costa, 2013).

expectativas prévias. A julgar pelos escravos inventariados, os adultos receberam os maiores preços, tanto entre as mulheres como entre os homens. Em seguida, o segundo grupo etário com maior valorização foi constituído pelos escravizados com idades entre dez e quinze anos, seguido pelo grupo das crianças e dos idosos. Notamos uma proximidade de preços médios entre os dois primeiros segmentos. Contudo, houve grande queda em comparação com os demais grupos. Observamos estes aspectos nos dois gêneros.

Tomados os dados por faixas de riqueza, visualizamos que houve uma sistemática relação entre aumento dos preços médios e elevação das faixas de riqueza. Um escravo do sexo masculino arrolado em um processo da menor faixa de riqueza teve preço médio correspondente a somente 42% do valor médio de um cativo declarado em um dos processos aglutinados na maior faixa de riqueza. Em se tratando das cativas a diferença foi menor e o percentual correlato foi de 61%. Mais do que isso, dentro dos grupos etários notamos, como consequência, que os cativos dos grupos menos aquinhoados, mesmo dentro de uma mesma faixa etária, foram piores avaliados em comparação com os escravizados dos inventariados mais ricos, tanto entre homens como entre as mulheres. Significa dizer, por exemplo, que um cativo do sexo masculino com idade entre 16 e 40 anos cujo senhor estava entre os indivíduos mais ricos da sociedade tratada, recebeu uma avaliação melhor do que um escravizado com as mesmas características cujo senhor foi um inventariado mais pobre. Como este aspecto foi uma tendência, sustentamos que a concentração social da posse cativa em Santa Rita do Turvo se deu tanto quantitativamente como também qualitativamente. Provavelmente isto ocorrera como reflexo de escravarias em melhores condições de trabalho, frutos da ação de escravistas que tinham melhores condições e recursos para manutenção e reposição de sua força de trabalho cativa. Assim deveriam contar, por exemplo, com menos escravos doentes e aleijados, que recebiam avaliações inferiores, e com mais cativos especializados, avaliados por preços maiores. Em contrapartida, além de disporem de escravarias mais diminutas, os inventariados com menores cabedais aparentemente tinham suas posses constituídas por cativos, em tese, “menos produtivos”, quando comparados com aqueles dos escravistas das faixas de riqueza superiores. Isto certamente comprometia a força de trabalho destes pequenos senhores. Pelo menos em teoria, os escravos que obtiveram avaliações mais altas foram aqueles em melhores condições para o trabalho.

Na primeira década de vigência da proibição do Tráfico Internacional de cativos no Brasil, o preço médio do escravizado homem atingiu £ 93,69 e da mulher foi de £ 81,53, equivalente a 87% do valor do cativo.

Nas tabelas 4.18 e 4.19, apresentamos os preços médios dos cativos inventariados em Santa Rita do Turvo para o período 1860/69. Na primeira os dados se referem aos homens, ao passo que na segunda exibimos os informes sobre as mulheres.

Tabela 4.18: Preços médios em libras dos escravos inventariados, Santa Rita do Turvo – 1860/69.

Faixas de riqueza	0-9	10-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 500	-	-	58,45	-	58,45
£ 501 a £ 1000	32,29	-	110,45	54,68	80,90
£ 1001 a £ 2000	75,25	76,47	114,04	-	95,12
Acima de £ 2001	54,63	124,66	155,17	44,02	93,52
Todas as faixas	51,69	117,24	124,70	43,89	90,05

Fonte: Do total de escravos para o período (96) excluimos os que foram arrolados sem idade declarada (10). Consideramos um total de 86 cativos. Constituem 90% do total para a escravaria do sexo masculino para 1860/69 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 3 cativos, 2ª faixa 17, 3ª faixa 13 e 4ª faixa 53. 17 inventários *post-mortem* para o período 1850/59. AFAB.

Tabela 4.19: Preços médios em libras das escravas inventariadas, Santa Rita do Turvo – 1860/69.

Faixas de riqueza	0-9	10-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 500	36,93	81,66	63,87	-	48,79
£ 501 a £ 1000	25,15	46,92	135,36	46,15	74,94
£ 1001 a £ 2000	69,06	147,54	105,93	37,94	96,38
Acima de £ 2001	36,31	119,95	125,67	77,88	98,99
Todas as faixas	36,92	111,72	118,36	63,74	88,00

Fonte: Do total de escravas para o período (114) excluimos as que foram arroladas sem idade declarada (18). Consideramos um total de 96 cativas. Constituem 84% do total da escravaria do sexo feminino para 1860/69 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 13 cativas, 2ª faixa 15, 3ª faixa 16 e 4ª faixa 52. 16 inventários *post-mortem* para o período 1860/69. AFAB.

Uma vez mais ressaltamos a limitação de dados para este intervalo de tempo, fator limitante da análise. Contudo, as grandes tendências vistas para o período anterior se mantiveram. Ainda que seja perceptível uma discreta queda da diferença entre os preços de homens e mulheres, no geral os escravos inventariados permaneceram sendo mais caros em relação às escravas nos anos 1860. A tendência de progressão dos preços médios dos cativos em paralelo com a elevação das faixas de riqueza dos inventariados também se impôs nesta segunda década.

Os dados dos preços dos cativos inventariados em Santa Rita do Turvo levando em consideração os grupos etários apresentaram a mesma ordenação que contemplamos no período precedente. Entre os homens, os adultos constituíram o grupo com maior

preço médio, seguido pelo segmento dos cativos com idades entre 10 e 15 anos, pelas crianças e pelos idosos. Entre as mulheres os dois grupos com maiores preços médios foram os mesmos. Contudo, o estrato constituído pelas cativas mais velhas teve valor médio maior que o grupo formado pelas crianças.

Neste período, o escravizado do sexo masculino teve um preço médio de £ 90,05, bastante próximo do valor auferido para a década anterior. Por sua vez, o preço médio da mulher cativa conheceu pequena elevação em comparação com os dados correlatos para 1850/59, atingindo valor médio £ 88,00, equivalente a quase 98% do valor médio do cativo.

Exibimos os dados dos preços médios por faixas de riqueza e por grupos etários dos escravizados inventariados para o período 1870/79 nas tabelas 4.20 (sexo masculino) e 4.21 (sexo feminino).

Tabela 4.20: Preços médios em libras dos escravos inventariados, Santa Rita do Turvo – 1870/79.

Faixas de riqueza	0-9	10-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 500	41,47	90,69	112,58	43,44	78,73
£ 501 a £ 1000	72,53	99,80	129,24	57,04	96,08
£ 1001 a £ 2000	44,99	110,89	125,19	82,26	110,51
Acima de £ 2001	61,98	105,91	121,61	75,50	96,97
Todas as faixas	61,01	104,44	122,62	68,85	96,95

Fonte: Do total de escravos para o período (358) excluimos os que foram arrolados sem idade declarada ou sem preço e as crianças ingênuas do sexo masculino (32). Consideramos um total de 326 cativos. Constituem 91% do total da escravaria do sexo masculino para 1870/79 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 32 cativos, 2ª faixa 50, 3ª faixa 46 e 4ª faixa 198. 67 inventários *post-mortem* para o período 1870/79. AFAB.

Tabela 4.21: Preços médios em libras das escravas inventariadas, Santa Rita do Turvo – 1870/79.

Faixas de riqueza	0-9	10-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 500	26,60	48,79	60,55	21,14	44,91
£ 501 a £ 1000	43,77	69,37	72,17	33,51	57,76
£ 1001 a £ 2000	36,52	67,71	74,29	35,20	60,60
Acima de £ 2001	50,86	79,54	87,36	46,91	67,78
Todas as faixas	44,40	73,73	78,04	40,69	62,02

Fonte: Do total de escravas para o período (272) excluimos as que foram arroladas sem idade declarada ou sem preço, as mães avaliadas juntamente com crianças ingênuas e as crianças ingênuas do sexo feminino em função de não conseguirmos precisar o impacto que a prole teve sobre o preço declarado (35). Consideramos um total de 237 cativas. Constituem 85% do total da escravaria do sexo feminino para 1870/79 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 30 cativas, 2ª faixa 42, 3ª faixa 36 e 4ª faixa 129. 62 inventários *post-mortem* para o período 1870/79. AFAB.

As tendências observadas para os períodos anteriores não se alteraram significativamente na década de 1870/79. Observamos os cativos com preços maiores que as cativas, aumento dos preços em relação direta com elevação da faixa de riqueza e

adultos e o segmento entre dez e quinze anos como grupos etários mais valorizados. Contudo, os homens escravizados conheceram um pequeno aumento dos preços declarados, atingindo a média de £ 96,95. Em contrapartida, as mulheres cativas conheceram drástica redução de preços em comparação com o intervalo anterior. O preço médio de avaliação das mesmas foi de £ 62,02, pouco mais de 70% do valor correlato que encontramos para 1860/69 e cerca de 64% preço médio do escravo inventariado nos anos 1870. Entendemos que a queda brutal dos preços das escravas indicada pelos dados compulsados, e o consequente aumento da diferença entre homens e mulheres, expressou os efeitos da Lei do Ventre Livre de 1871. Anteriormente à lei, que libertava os filhos nascidos de mães escravas, além da capacidade produtiva, o potencial de reprodução era um elemento fundamental na composição do preço das cativas. Quando este aspecto foi inviabilizado pela Lei de 1871 a capacidade produtiva passou a ser o único fator determinante. Como consequência direta os preços das mulheres escravizadas sofreu grande depreciação (Bergad, 2004, p.258-260).

Nos dados para a década de 1870/79 por grupos etários podemos ainda verificar que os impactos da Lei de 1871 recaíram mais fortemente sobre as escravas, que pelos em tese, tinham potencial reprodutivo. Em comparação com os informes correlatos da década anterior, as cativas entre dez e quinze anos e entre dezesseis e quarenta anos tiveram a maior retração do preço médio. Nos dois grupos o valor foi equivalente a 66% do auferido para os mesmos grupos no intervalo 1860/69. O estrato formado pelas escravas com quarenta e um anos ou mais teve preço médio correspondente a 63% do valor auferido nos anos 1870. Em contrapartida, as crianças cativas do sexo feminino alcançaram um preço médio maior que na década anterior. O homem adulto ainda foi o tipo de cativo mais valorizado.

Nas tabelas 4.22 e 4.23 apresentamos os dados dos preços dos cativos inventariados no último intervalo de vigência da escravidão no Brasil.

Tabela 4.22: Preços médios em libras dos escravos inventariados, Santa Rita do Turvo – 1880/88.

Faixas de riqueza	0-9	10-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 500	-	72,02	82,36	32,02	75,90
£ 501 a £ 1000	67,02	95,44	99,95	48,15	84,52
£ 1001 a £ 2000	33,06	83,65	73,08	54,36	66,58
Acima de £ 2001	98,22	94,25	106,93	61,24	87,83
Todas as faixas	68,40	90,07	96,43	58,10	82,33

Fonte: Do total de escravos para o período (291) excluímos os que foram arrolados sem idade declarada e as crianças ingênuas do sexo masculino (63). Consideramos um total de 228 cativos. Constituem 78% do total da escravaria do sexo masculino para 1880/88 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 28 cativos, 2ª faixa 21, 3ª faixa 40 e 4ª faixa 139. 45 inventários *post-mortem* para o período 1880/88. AFAB.

Tabela 4.23: Preços médios em libras das escravas inventariadas, Santa Rita do Turvo – 1880/88.

Faixas de riqueza	0-9	10-15	16-40	41 ou +	Total
Até £ 500	-	44,85	62,74	26,33	45,36
£ 501 a £ 1000	-	-	63,83	20,38	56,16
£ 1001 a £ 2000	11,67	45,00	54,24	28,60	40,01
Acima de £ 2001	-	61,08	59,24	26,99	46,97
Todas as faixas	20,16	56,28	59,94	26,72	46,61

Fonte: Do total de escravas para o período (245) excluímos as que foram arroladas sem idade declarada ou sem preço, as mães avaliadas juntamente com crianças ingênuas e as crianças ingênuas do sexo feminino fem função de não conseguirmos precisar o impacto que a prole teve sobre o preço declarado (104). Consideramos um total de 141 cativas. Constituem 58% do total da escravaria do sexo feminino para 1880/88 e estão distribuídos da seguinte forma: 1ª faixa 23 cativas, 2ª faixa 16, 3ª faixa 23 e 4ª faixa 79. 44 inventários *post-mortem* para o período 1880/88. AFAB.

Na década de 1880/88 constatamos a queda generalizada dos preços médios dos escravos inventariados. Atingiram os menores patamares que observamos para todos os recortes temporais estabelecidos. A retração dos preços dos cativos neste período expressa os resultados das diversas leis restritivas aprovadas ao longo da segunda metade do século XIX, entre as quais a Lei do Ventre Livre, anteriormente abordada, e a Lei dos Sexagenários de 1885 que libertava os cativos com mais de 65 anos, e que redundariam no colapso do sistema escravista no Brasil em 1888. Os dados atinentes ao intervalo em questão não evidenciaram mais a relação entre aumento da faixa de riqueza e elevação dos preços dos cativos, verificada nas décadas anteriores. Entendemos que nestes momentos finais, já com a indicação clara para os coevos de que a mão de obra servil no país estava com os seus dias contados, o mercado de cativos se desorganizou bastante, refletindo nos preços pelos quais foram avaliados os escravizados inventariados. Contudo, via de regra os homens continuaram sendo mais valorizados que as mulheres, com diferença ainda mais acentuada. Na década de 1880/88 o preço médio da escrava declinou ainda mais, representando somente 56% do preço médio do

cativo. Nas décadas anteriores ao advento da Lei do Ventre Livre de 1871, de acordo com os dados que compulsamos, a diferença verificada foi muito menor.

Tomados os dados para 1880/88 dos preços para os cativos inventariados de Santa Rita do Turvo desagregados por grupos etários, notamos a mesma desorganização dos valores. Contudo, os grupos etários com maiores preços médios seguiram sendo os mesmo, tanto no caso dos escravos como também das cativas.

A análise de algumas outras variáveis contribuiria bastante para um entendimento mais apurado da relação verificada entre elevação da faixa de riqueza e concomitante aumento dos preços dos cativos inventariados e, consequentemente, para a qualificação da escravidão vigente em Santa Rita do Turvo. Contudo, os informes oferecidos pela documentação consultada foram pouco representativos e pouco conclusivos. O estudo das condições de saúde dos cativos, por exemplo, auxiliaria para atestarmos se, de fato, as escravarias dos senhores das menores faixas de riqueza contavam com uma parcela relativa maior de escravizados doentes ou com problemas físicos declarados, condições depreciativas de seus preços. Outra variável que poderia elucidar um pouco mais a associação que observamos entre elevação da faixa de riqueza e concomitante aumento dos preços dos cativos diz respeito aos que tiveram profissões ou ocupações declaradas, na medida em que este era um fator que poderia incidir sobre a avaliação de cativo, elevando o preço do mesmo. Contudo, além de serem exíguas as informações sobre estas variáveis nos processos consultados, não mostraram qualquer relação perceptível com riqueza. Tendo em vista os apontamentos acima, entendemos que a análise das condições de saúde e as ocupações/profissões dos cativos inventariados em Santa Rita do Turvo não contribuiriam para qualificar a escravidão vigente na localidade, de forma mais geral, e nem a relação que constatamos entre elevação dos preços dos escravos em concomitância com aumento das faixas de riqueza. Dessa forma, optamos por não apresentar em tabelas os dados.¹⁴²

¹⁴² Somente 5,2% dos escravos inventariados foram declarados com alguma doença e/ou problema físico. Em se tratando dos cativos com ocupações descritas somente uma parcela de 5,6% arrolou alguma profissão, incluindo aqueles descritos como roceiros. Em ambos os casos, nenhuma relação com a riqueza dos inventariados ficou evidenciada, visto que os percentuais foram bastante próximos em todos os estratos de patrimônio.

Após constatarmos, por intermédio do estudo da composição da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo entre os anos 1850 e 1888, a relevância dos investimentos em cativos, com a análise particularizada deste grupo de ativos destacamos a importância que a mão de obra escrava assumiu para o funcionamento da economia edificada naquela sociedade. Evidenciamos alguns importantes aspectos capazes de qualificar o tipo de escravidão vigente na localidade.

Ao longo das décadas enfocadas os investimentos em cativos conheceram uma redução de sua participação relativa no patrimônio inventariado. Nas décadas de 1850/59 e 1860/69, as inversões feitas em escravos representaram a maior parcela relativa da riqueza. Significaram, respectivamente, 61% e 58% do montante total dos bens inventariados. Na década seguinte de 1870/79, o grupo de ativos escravos alcançou 40% e foi praticamente equivalente à parcela alocada em imóveis no total do patrimônio declarado nos inventários. Somente na última década da escravidão, 1880/88, a parcela relativa da riqueza inventariada investida em cativos, 28%, foi suplantada pelos bens imóveis.

Entendemos que os dados compulsados e analisados possibilitaram extrapolarmos o estudo da temática da riqueza por si só. Permitiram o delineamento do perfil econômico e social de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, por meio da análise dos patrimônios dos indivíduos que nela viveram, morreram e foram inventariados, ainda que estes tenham constituído um segmento bastante restrito e não necessariamente equilibrado da população da localidade. O estudo do tipo de escravidão vigente no espaço enfocado indicou a disseminação da posse cativa, visto que, no período 1850/88, sete entre dez inventariados eram escravistas. Exclusive a primeira faixa de riqueza, com somente 16% de escravistas, todos os demais segmentos socioeconômicos daquela localidade experimentaram amplo acesso ao trabalho escravo. Na segunda faixa de riqueza dois terços dos inventariados foram escravistas, ao passo que na terceira praticamente nove em cada dez tiveram pelo menos um escravo entre seus bens arrolados. Somente um indivíduo do quarto estrato de patrimônio não foi escravista. No segmento mais rico de inventariados a disseminação da posse cativa foi de 100%. De modo geral, o patamar atingido pela economia de produção e mercantilização de excedentes em escala regional de Santa Rita do Turvo permitiu que

os inventariados da localidade recorressem à utilização ampla do braço escravo, inclusive no momento em que o acesso ao cativo ficava cada vez mais difícil e oneroso.

A análise da estrutura da posse apontou a prevalência de pequenas escravarias, de dois a cinco indivíduos, como o perfil para a localidade. Observamos a relação de aumento da dimensão das escravarias em paralelo com a elevação das faixas de patrimônio consideradas. No tocante aos escravizados, a maior parte deles, seis em cada dez, vivenciou a experiência cativa em escravarias grandes, pelo menos para os padrões da localidade, superiores a onze indivíduos. Em geral, a posse média foi considerável, tendo em vista as características da região, e o tamanho de posse mais recorrente não foi o unitário. Pudemos constatar também a concentração social da posse cativa, visto que pouco mais de um quinto dos escravistas possuiu 60% dos cativos inventariados.

Além do processo de envelhecimento da massa cativa inventariada, esperado em função do fim do Tráfico Internacional em 1850 e da legislação restritiva, o exame dos grupos etários não revelou relação direta com nível de riqueza. Embora verificada, a prevalência dos cativos homens em relação às mulheres não foi alta. Em alguns casos, inclusive, nas faixas de menor riqueza as mulheres preponderaram. Ainda no tocante a distribuição por gênero, notamos uma tendência de elevação gradativa da razão de sexo em consonância com o aumento das faixas de riqueza. Constatação similar, diretamente relacionada a questão da distribuição por sexo dos cativos, pudemos observar no tocante aos preços. Os indivíduos escravizados dos inventariados dos grupos de maior patrimônio foram sistematicamente avaliados com preços maiores, em comparação com os cativos dos senhores de menores cabedais. Desta forma, existem indícios que possibilitam atestarmos que a concentração da posse cativa na localidade se deu de forma quantitativa e também qualitativa. Além de possuírem mais cativos, os inventariados das faixas de maiores riquezas declaradas possuíram indivíduos em melhores condições de trabalho. Em geral, os preços dos cativos declinaram durante o período estudado, com queda maior no caso das mulheres. Em resumo, foram estas as principais características evidenciadas pela análise particularizada do grupo de ativos escravos, parcela fundamental da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo entre 1850/88.

Da mesma forma que o estudo da concentração e da composição da riqueza dos inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos evidenciou, a abordagem desagregada do grupo de ativos escravos revelou que a localidade conheceu uma relativa estabilidade de seus patamares econômicos e sociais ao longo das décadas

analisadas. As mutações percebidas nas características da escravaria inventariada na localidade, tais como perda de representatividade no montante total da riqueza, seu envelhecimento geral e a queda dos preços dos cativos, em especial das mulheres, tem relação direta com condicionantes estruturais, em especial com o colapso do escravismo no Brasil, e não de vicissitudes próprias das conjunturas econômicas locais.

Neste mesmo sentido, com base na permanência de alguns elementos, tais como o baixo desequilíbrio de gênero entre a população escrava e a manutenção do padrão de posse cativa na localidade, até mesmo com certo incremento, sustentamos que a estabilidade do cenário econômico não pode ser confundida com atrofia, estagnação ou involução. A localidade possuiu uma dinâmica econômica própria. Iniciou o período considerado voltada para a produção e comercialização de gêneros em escala regional e parece ter assim se mantido ao longo do tempo, sem movimentos significativos e/ou perceptíveis, nem no sentido de uma complexificação tampouco de um declínio de seus patamares socioeconômicos. Contudo, é justo lembrarmos que todos os apontamentos sugeridos foram lastreados em informes coletados de inventários *post-mortem*, com todas as implicações e limitações derivadas da adoção deste tipo de fonte e que foram discutidas no primeiro capítulo deste trabalho e retomadas em alguns momentos deste.

Capítulo 5

Terras, benfeitorias e culturas: uma análise dos bens imobiliários em Santa Rita do Turvo, 1850/1900.

5.1 – Introdução

O lavrador Francisco Lopes da Silveira foi um típico proprietário imobiliário de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Seus bens imóveis, inventariados logo após seu falecimento em abril de 1862, eram constituídos por uma propriedade fundiária, dimensionada em 60 alqueires de terras, uma casa de vivenda, um paiol, um moinho e um monjolo. Estava tudo situado na freguesia de Santa Rita do Turvo, na fazenda denominada Quartel. Todos esses bens representavam praticamente 70% do patrimônio apresentado em seu inventário. Além de sua esposa, Iria de Freitas Ferreira, seis filhos herdaram os bens deixados pelo inventariado. O restante de suas posses estava alocado em dívidas ativas (19,2%), em animais (7%) e em bens móveis (3,8%). Silveira não possuía escravos quando faleceu. Muito provavelmente contava com o auxílio de seus filhos no cultivo de sua propriedade. Do ponto de vista etário todos estavam aptos para desenvolverem funções produtivas nas lides agrárias. Embora não tenha sido informada a idade dos herdeiros do inventariado em questão todos foram descritos como casados, com uma única exceção, Manoel Lopes da Silveira de 21 anos, o único para o qual constava a idade. Poderia ainda contar com o trabalho de indivíduos livres no cultivo de suas terras. Infelizmente sobre este último aspecto a documentação consultada não fornece vestígios.¹⁴³

Na década seguinte, mais precisamente em novembro de 1878, faleceu Manoel José Pereira. Era residente na Fazenda São Domingos. Também estava inserido no grupo de inventariados proprietários de posses imobiliárias em Santa Rita do Turvo. Seus bens foram apresentados para serem avaliados por sua esposa, D. Sebastiana Januária Pinto, que então cumprira as funções de inventariante. Além dela ficaram como herdeiras do espólio declarado as duas filhas pequenas do casal, Maria Luzia e Joana.

¹⁴³ Inventário de Francisco Lopes da Silveira (1862). AFAB.

Contavam com sete e quatro anos de idade, respectivamente. Os bens imóveis de Manoel Pereira empenhavam 39% de seu patrimônio. Possuía uma propriedade fundiária de 40 alqueires de área, uma roça de milho com um pequeno arrozal e algumas benfeitorias, entre as quais uma casa de vivenda, um paiol e um moinho. A parcela mais significativa de seu patrimônio estava alocada em mão de obra cativa. Os escravizados arrolados em seu inventário foram Sebastião (trinta e seis anos), Luzia (dezesseis) e Bernardo (sem idade declarada). Juntos representavam 45,8% do montante total das posses do inventariado em questão. Complementavam seu patrimônio algumas dívidas ativas (8,4%), bens móveis (4%) e alguns animais (2,8%).¹⁴⁴

Outro proprietário de bens imóveis da localidade foi o lavrador Antônio José de Souza. Era residente na fazenda Vargem Alegre e faleceu em setembro de 1884. Além da viúva inventariante, D. Thereza de Jesus Medina, deixou um único filho como herdeiro, Ramiro, de 12 anos de idade. Do montante total das posses apresentadas para avaliação em seu inventário, uma parcela correspondente a 76,8% estava empenhada em bens imobiliários. Entre estes foram arrolados uma propriedade com 40 alqueires de tamanho, um “canavial pequeno e inferior”, uma casa de morada, um paiol velho, um moinho e “uma engenhoca e seus pertences”. Seu rebanho de animais, composto por bovinos, equinos e suínos, e seus bens móveis compunham o restante de seu patrimônio, com percentuais de 15,5% e de 7,7%, respectivamente. Antônio José de Souza não era escravista. Como possuía um único filho, ainda bastante jovem, muito provavelmente deve ter recorrido ao emprego de trabalhadores livres para a produção de derivados de cana de açúcar, atividade sugerida pelos itens que fizeram parte do rol de bens descritos em seu inventário.¹⁴⁵

Bens imóveis também fizeram parte do patrimônio inventariado de D. Paulina Beatriz de Jesus, falecida no ano de 1894. Era residente na freguesia de São Miguel do Anta. O inventariante dos bens deixados por ela foi Silvestre Lopes de Faria, o viúvo. Além dele ficou como herdeiro dos bens arrolados o único filho do casal, o pequeno Antônio de 4 anos de idade. A parcela mais significativa das posses descritas e avaliadas no inventário de D. Paulina, equivalente a 60,4% do patrimônio declarado, era constituída por bens imobiliários. Entre estes estavam 30 alqueires de terras, divididos em três diferentes propriedades. A primeira, com área de 13 alqueires, ficava na localidade de Pedra Redonda. Foram arroladas outras duas posses fundiárias, ambas

¹⁴⁴ Inventário de Manoel José Pereira (1878). AFAB.

¹⁴⁵ Inventário de Antônio José de Souza (1884). AFAB.

situadas em São Miguel do Anta. Uma media 9,5 alqueires e ficava no Córrego Fundo, ao passo que a outra foi dimensionada em 7,5 alqueires e estava situada na localidade de Vai e Volta. Além destas propriedades, entre os imóveis inventariados foram arroladas três casas de vivenda, um engenho de socar, um engenho de ferro, três moinhos e um paiol, entre outros bens. Todos os itens mencionados estavam distribuídos entre as propriedades da inventariada. O restante do patrimônio em questão estava empenhado no grupo de ativos animais, 37,8%, e em bens móveis, uma pequena fração de 1,8%.¹⁴⁶

Nesta parte do trabalho tratamos mais detidamente das posses imobiliárias dos inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Conforme ilustramos com os casos dos proprietários de imóveis sumariamente mencionados nas linhas acima, as terras, os equipamentos para as lides agrárias e para a produção de derivados da cana de açúcar, as habitações dos indivíduos e as plantações foram os tipos de posses imobiliárias predominantes entre os inventariados considerados. Contudo, chamamos atenção para a prevalência de propriedades fundiárias de razoáveis extensões na localidade, similares às que foram mencionadas nos casos destacados anteriormente. Embora a documentação compulsada tenha revelado que existiram grandes proprietários entre os inventariados de Santa Rita do Turvo e grandes propriedades no período retratado, que abarcavam grande parte da área territorial total inventariada, a maior parte das posses fundiárias que foram descritas atingiu tamanho razoável, sem corresponder a grandes latifúndios e nem a pedaços de terras muito pequenos.

Ao longo deste capítulo apresentamos e analisamos as características do grupo de ativos imóveis. Deslindamos aspectos como a composição das posses imobiliárias, sua disseminação e concentração entre os inventariados cotejados, os preços da terra e a paisagem agrária predominante na localidade, cujas características fundamentais foram reveladas com base no estudo da estrutura fundiária e dos principais gêneros produzidos presentes na documentação que consultamos. De forma geral, respeitamos os mesmos procedimentos metodológicos empregados nas partes antecedentes do trabalho. Mantivemos a análise por faixas de riqueza e a desagregação dos informes por intervalos de tempo. Contudo, sempre que julgamos pertinente, não omitimos os dados para o conjunto de inventariados e para o período como todo.

¹⁴⁶ Inventário de Paulina Beatriz de Jesus (1894). AFAB.

5.2- O grupo de ativo imóveis: representatividade, concentração e composição.

O estudo da composição da riqueza dos inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, empreendido no terceiro capítulo, revelou que, juntamente com os investimentos em escravos, os bens imóveis foram os itens mais importantes na composição dos patrimônios dos indivíduos naquela sociedade. Considerando os dados agregados para todo o período 1850/1900, o montante empenhado neste grupo de ativos constituiu a parcela mais representativa no total da riqueza inventariada na localidade, praticamente 44% de todo o patrimônio declarado nos inventários compulsados. Contudo, quando observamos os informes desagregados por décadas, nos intervalos 1850/59 e 1860/69 os recursos empregados em imóveis foram suplantados pelas parcelas alocadas em escravos. Na década de 1870/79 estes dois grupos de ativos conheceram frações quase equivalentes da riqueza total inventariada. A partir da última década de vigência da escravidão no Brasil, 1880/88, os investimentos em bens imóveis empenharam a parte mais substantiva dos patrimônios inventariados na localidade em tela, situação acentuada no último recorte temporal abordado, 1889/1900.

No gráfico 5.1 oferecemos uma visualização geral da participação relativa dos bens imóveis no total da riqueza dos inventariados de Santa Rita do Turvo no transcorrer da segunda metade do Oitocentos. Apresentamos os informes para o conjunto total dos indivíduos considerados e também desagregados por faixas de riqueza.

Gráfico 5.1: Representatividade do grupo de ativo imóveis no total do patrimônio inventariado por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%).

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1850/1900 (399) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 377 processos. Constituem 94% do total. 377 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

A observação do gráfico 5.1 evidencia a tendência de aumento gradativo da participação dos imóveis na riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, em todas as faixas de patrimônio e também para o conjunto dos inventários. Conforme abordamos nos capítulos anteriores, a ascensão da representatividade relativa dos imóveis estava diretamente relacionada com o declínio dos investimentos em mão de obra cativa, impulsionado, por sua vez, pelo processo de colapso do escravismo no Brasil. Os indivíduos constituintes dos dois grupos de riqueza com menores cabedais destacaram-se dos demais. Tiveram uma maior participação relativa dos imóveis no total dos seus bens inventariados, especialmente na menor faixa de riqueza. Este foi o segmento com maior representatividade deste grupo de ativos em todas as décadas analisadas. Nos dois últimos períodos os investimentos em imóveis chegaram a empenhar praticamente 80% de toda riqueza declarada pelos indivíduos deste estrato. Sustentamos que esta situação refletia o peso que as moradias e as terras, ainda que fossem precárias as casas e diminutas as propriedades fundiárias, tiveram nos patrimônios dos indivíduos deste segmento, bem como o pouco acesso à mão de obra cativa, o outro grupo de ativos com grande importância no período até a abolição da escravidão em 1888.

Exceção feita ao grupo menos abastado, até a década final da escravidão todos os demais níveis de riqueza tiveram uma participação dos bens imóveis que não superou o patamar de 50% de todo o patrimônio inventariado. Contudo, conforme esperado, os informes para o intervalo 1889/1900 indicam que, quando os cativos deixaram de ser uma alternativa de investimento e alocação de recursos, a parcela composta pelos bens imóveis cresceu em todos os grupos e, conseqüentemente, para o conjunto dos inventariados. Neste período, do patrimônio declarado pelos indivíduos da 4ª faixa de riqueza 60% estava investido em bens imóveis, a menor representatividade dentre os estratos. Considerando-se todos os segmentos o índice correlato aproximou-se dos 70%.

Todavia, não foi somente em Santa Rita do Turvo que os bens imóveis significaram parte substancial dos patrimônios dos indivíduos inventariados. Ao longo do século XIX os habitantes de outras localidades mineiras também recorreram aos investimentos em bens desta natureza como uma das melhores estratégias, ou aquela possível, para empenho de seus recursos. Em Rio Pardo, situada ao norte de Minas Gerais e caracterizada pela produção pecuária e de alimentos, no período 1833/72, o grupo de ativo imóveis representou uma parcela bem menor da riqueza dos inventariados da localidade, da ordem de 10% do montante total. Pela dinâmica própria da economia local os rebanhos de animais tiveram uma representatividade muito mais expressiva nos patrimônios em comparação com a localidade que estudamos explicando, em parte, a menor representatividade dos investimentos imobiliários (Chaves, 2012, p. 162). Em Visconde do Rio Branco, localidade vizinha a Santa Rita do Turvo, com economia modesta voltada para a produção de víveres comercializados localmente, os imóveis empenharam 45,5% dos patrimônios inventariados no intervalo 1870/1889 (Tavares, 2013, p. 51-57). Entendemos que as formatações diversas das economias regionais das localidades impactavam decisivamente no percentual comprometido pelo grupo de ativos imóveis nos patrimônios inventariados. Contudo, os estudos para estas duas regiões não avançaram sobre o período pós-escravista no Brasil, não permitindo assim verificarmos a composição da riqueza, em especial a fração aplicada em imóveis, a partir do momento em que os cativos não foram mais uma das principais opções de alocação de recursos.

Entre os inventariados da localidade de Araxá no período 1856/88, o nível de comprometimento da riqueza em imóveis foi da ordem de 32,8% (Reis, 2005, p. 76).¹⁴⁷

¹⁴⁷ Ver nota 37 do capítulo III.

Reiteramos que, tal como Rio Pardo, no tempo em questão essa localidade voltava-se para a atividade pecuária, embora com níveis de dinamismo e de mercantilização bastante superiores aos verificados no norte de Minas Gerais. Estava inserida em circuito mercantil direcionado para o abastecimento do Rio de Janeiro. No pós-emancipação cativa, Deborah Reis estudou o patrimônio de 66 indivíduos inventariados em Araxá no período 1896/98. Constatou que uma parcela de 73,6% da riqueza estava empenhada em bens imóveis (Reis, 2005, p. 147). Por sua vez, de toda a riqueza inventariada em Bonfim no intervalo 1840/88, quando a localidade situada no Vale do Paraopeba experimentava considerável nível de desenvolvimento de seu setor têxtil artesanal, os bens imóveis representaram 29,7% (Martinez, 2006, p. 146). Após 1888, momento em que, segundo Martinez, Bonfim passou a vivenciar um período de empobrecimento de seus habitantes, do total da riqueza inventariada no intervalo 1889/99 uma parcela de 56,3% era composta por bens imóveis (Martinez, 2006, p. 147). Finalmente, na dinâmica e diversificada Juiz de Fora do período 1870/88, voltada para a produção de café em larga escala, os bens imóveis corresponderam a pouco menos de 27% da riqueza dos inventariados. Após o período escravista, a riqueza imobiliária passou a empenhar 40,7% do patrimônio declarado nos inventários referentes ao período 1889/1914 (Almico, 2001, p. 99-117). Nessa última localidade existiram maiores opções para diversificação dos investimentos de seus habitantes.¹⁴⁸

Fica evidente, portanto, que, não obstante os recortes temporais não serem exatamente os mesmos, a parcela da riqueza alocada em imóveis verificada entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/88, quando as possibilidades de investimentos em cativos ainda existiam, foi equivalente ou superior aos dados observados para as outras localidades mineiras contempladas. O mesmo podemos argumentar para o momento posterior ao fim do escravismo. Entendemos que, por um lado, a alta alocação em imóveis (terras e equipamentos para a lide agrária, basicamente), refletia o cenário econômico de uma região com poucas opções de investimento. A reduzida relevância de outras atividades como pecuária, tecelagem ou cafeicultura para exportação, por exemplo, impactou decisivamente a composição da riqueza inventariada, não oferecendo maiores possibilidades de investimento e de alocação de recursos para os indivíduos da localidade estudada. Por outro lado, o apego

¹⁴⁸ Considerados somente os patrimônios superiores da Rs 10:000\$000. Em razão da diferente decomposição da riqueza inventariada feita pela autora, o índice de participação relativa dos bens imóveis que apresentamos corresponde à soma de terras, casas, benfeitorias e terrenos.

dos inventariados de Santa Rita do Turvo aos investimentos imobiliários demonstra que os ativos desta natureza tinham importância fundamental no tipo de atividade econômica encetada na região, precipuamente produção de gêneros para suprimento de uma demanda local. Sustentamos que poucas opções de investimento não traduzem necessariamente um cenário de atrofia econômica. Existia na localidade contemplada uma economia com bom nível de dinamismo, calcada em uma produção e uma mercantilização de gêneros alimentícios em escala regional. Aparentemente, dentre as localidades mineiras consideradas, somente em Visconde do Rio Branco, a julgar pelos patrimônios inventariados, os indivíduos conheceram menores possibilidades de investimentos. É bem verdade que nesse caso os dados referem-se somente aos momentos finais da escravidão, período em que a representatividade das inversões de recursos em escravizados era significativamente menor do que fora em décadas anteriores. Consequentemente, a fração em imóveis era mais robusta. Contudo, como nessa localidade, segundo Aparecida Tavares, a presença e a utilização da mão de obra cativa sempre foram modestas, em função de uma baixa demanda e de uma reduzida capacidade de manutenção das escravarias, acreditamos que a composição da riqueza inventariada nas décadas anteriores não tenha sido substancialmente diferente.

Conforme evidenciamos no capítulo precedente, a posse cativa foi bastante disseminada entre a população inventariada de Santa Rita do Turvo no período 1850/88, identificada em 70% dos processos compulsados. Contudo, para o caso da posse de bens imóveis, a parcela dos indivíduos analisados que teve acesso a este tipo de bem foi ainda superior. No gráfico 5.2 apresentamos os índices de inventariados proprietários de bens imóveis em Santa Rita do Turvo, tanto considerando todo o recorte temporal 1850/1900 como também os períodos compreendidos por este grande intervalo.

Gráfico 5.2: Representatividade dos inventariados proprietários de bens imóveis, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%)

Fonte: 399 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Do universo de 399 inventários cotejados, em 377 (94%) foi declarada a posse de bens imóveis. Observando os índices desagregados por intervalos, a disseminação atingiu o menor percentual, 92%, nas décadas de 1860/69 e 1870/79. Por sua vez, no primeiro recorte considerado, 1850/59, 97% dos inventários arrolaram imóveis. Certamente a elevada disseminação dos bens desta categoria de ativos pode ser explicada pela inclusão entre os imóveis das habitações e das terras para cultivo de gêneros. Por mais simples e rudimentares que fossem as primeiras e mais diminutas e de “inferior qualidade” que fossem as segundas, estes itens eram praticamente indispensáveis para a sobrevivência dos indivíduos em qualquer sociedade vinculada ao universo agrário, do tipo da que estamos tratando, mesmo entre as faixas de menores patrimônios. Talvez, se pudéssemos contemplar documentação que cobrisse toda a população da localidade (o que não se pode fazer com base nos inventários), provavelmente esta representatividade cairia um pouco. Isto porque entre os condicionantes para a abertura de um inventário estava a propriedade de bens. Sendo assim, a inclusão de indivíduos sem posses (tais como livres pobres, mulatos, escravos, agregados etc) forçaria a taxa de disseminação dos bens imóveis para baixo. Contudo, como o conjunto de inventariados compulsados incluiu também muitos indivíduos pobres, entendemos que o estudo deste contingente oferece importantes

referenciais (e aqueles possíveis) acerca da disseminação dos bens imobiliários pela sociedade em tela, assim como para as demais questões tratadas ao longo deste estudo.

Na tabela 5.1 indicamos a disseminação da posse imobiliária no período 1850/1900 e para os intervalos compreendidos por este recorte temporal mais amplo. Apresentamos os dados para o conjunto dos inventariados e também segmentados por faixas de riqueza.

Tabela 5.1: Inventariados proprietários de imóveis por períodos e por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/1900 (%).

Faixas de riqueza	1850/59		1860/69		1870/79		1880/88		1888/1900		1850/1900	
	(1)*	(2)**	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Até £ 150	100	0,0	100	0,0	77,8	22,2	100	0,0	92,7	7,3	91,9	8,1
£ 151 a £ 500	90,5	9,5	87,5	12,5	91,3	8,7	89,5	10,5	100	0,0	91,8	8,2
£ 501 a £ 1000	100	0,0	100	0,0	100	0,0	100	0,0	100	0,0	100	0,0
£ 1001 a £ 2000	100	0,0	80,0	20,0	100	0,0	100	0,0	100	0,0	97,6	2,4
Acima de £ 2001	100	0,0	100	0,0	91,7	8,3	100	0,0	100	0,0	97,6	2,4
Todas as faixas	96,6	3,4	92,3	7,7	92,2	7,8	95,5	4,5	95,5	4,5	94,5	5,5

*(1) Inventariados com posse imobiliária

** (2) Inventariados sem posse imobiliária

Fonte: 399 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Os dados evidenciam que a quase totalidade dos inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos possuía ao menos a casa em que morava e/ou uma pequena porção de terras em que plantavam, mesmo entre os mais pobres. Praticamente um de cada vinte processos contemplados não declarou bens imobiliários. D. Maria dos Anjos era proprietária de um patrimônio total bastante modesto quando faleceu no ano de 1850, equivalente a £ 26,10. Contudo, entre suas posses constavam uma “casa de morada coberta de bicas de palmito” e uma propriedade de pouco mais de 4 alqueires de terras, situada na fazenda Três Pontes na freguesia de São Sebastião dos Aflitos.¹⁴⁹ O patrimônio declarado no inventário de D. Frutuosa Francisca das Chagas foi de £ 66,06. Faleceu no ano de 1870 e teve seus bens inventariados somente dois anos depois. Uma propriedade de 15 alqueires de tamanho, “uma casa coberta de telhas e assoalhada” e algumas benfeitorias (“moinho, monjolo, engenho, tudo velho e deteriorado”) era tudo que possuía D. Frutuosa.¹⁵⁰ O lavrador Joaquim Ribeiro Soares faleceu na freguesia de São Sebastião do Coimbra em 1880. No ano seguinte, quando foi aberto seu inventário, foram arrolados bens que totalizaram um montante de £ 80,90, entre os quais estavam 17,5 alqueires de terras, divididos em três propriedades, e “uma

¹⁴⁹ Inventário de Maria dos Anjos (1850). AFAB.

¹⁵⁰ Inventário de Frutuosa Francisca das Chagas (1872). AFAB.

casa de vivenda, pequena coberta de telhas”.¹⁵¹ Além de não possuírem cativos, outro aspecto aproximava os três últimos inventariados mencionados: estavam inseridos na menor faixa de riqueza que estabelecemos. Servem para ilustrar a disseminação das propriedades imobiliárias entre os inventariados de Santa Rita do Turvo, mesmo no segmento de menores cabedais. Dessa forma, sustentamos que a simples posse imobiliária não esteve associada com nível de riqueza, estando acessível para os indivíduos de todos os estratos de patrimônio, mesmo para os mais desprovidos materialmente.

De forma geral, entre os indivíduos incluídos na mais reduzida faixa de riqueza, considerado todo o período 1850/1900, 92% tiveram ao menos um bem imóvel declarado entre suas posses. No segundo grupo o índice correlato foi praticamente equivalente. No terceiro segmento verificamos a propriedade imobiliária em todos os inventários. Nos dois segmentos de maiores patrimônios somente um único inventariado em cada um dos estratos não teve algum tipo de bem imóvel declarado.¹⁵² Dessa forma, o percentual de disseminação da posse imobiliária entre os inventariados nestes segmentos foi de 97,6%.

Quando analisamos a distribuição da propriedade cativa entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/88, no capítulo anterior, verificamos uma concentração social dos escravizados, na medida em que uma parcela de 22% dos escravistas, proprietários de escravarias com mais de onze indivíduos, detinha 60% do total de cativos inventariados. Realizamos o mesmo tipo de análise para o grupo de ativos imóveis. Entretanto, em comparação com o estudo da concentração de escravos, feito com base na propriedade numérica de cativos pelos inventariados, procedemos de forma diversa no caso da posse imobiliária. Neste grupo de ativos estão incluídos itens de naturezas diferentes, tais como casas, terras e equipamentos para a produção de gêneros. Dessa forma, entendemos que não faria muito sentido trabalharmos com a concentração da propriedade numérica dentro deste grupo de ativos. Além disso, entre

¹⁵¹ Inventário de Joaquim Ribeiro Soares (1881). AFAB.

¹⁵² O único processo da 4ª faixa de riqueza que não descreveu algum tipo de posse imobiliária foi do casal Vicente Gomes de Machado e Ana Maria de Jesus. Todo o patrimônio declarado, no valor de £ 1.312,72, estava investido nos doze escravos que possuíam quando faleceram. Por sua vez, na maior faixa de patrimônio somente no inventário de Manoel José Ferreira de Castro não foram descritas e avaliadas propriedades imobiliárias. Sua riqueza foi de £ 2.027,61, composta por cativos (82,7%), dinheiro (13,5%), animais (2,2%) e bens móveis (1,6%). Provavelmente os inventariados citados viviam como agregados em terras de outra pessoa, possivelmente familiares, pois sequer uma pequena propriedade ou uma moradia foi declarada entre seus bens. Inventário de Vicente Gomes de Machado e Ana Maria de Jesus (1860). AFAB. Inventário de Manoel José Ferreira de Castro (1877). AFAB.

os imóveis não foram raras as descrições genéricas, o que dificultaria ainda mais a análise pela quantidade de itens possuídos, uma vez que esta informação nem sempre foi explicitada na documentação compulsada. A opção que julgamos mais pertinente foi analisarmos a parcela da riqueza que os diferentes segmentos de inventariados possuíram no valor total do montante alocado em bens imóveis ao longo dos intervalos de tempo e para o período como um todo. Dito de outro modo, se para o caso dos escravos nos interessou quantos cativos eram propriedade dos escravistas de cada faixa de patrimônio, no caso dos imóveis consideramos a parcela relativa dos recursos empenhados em imóveis dos inventariados de cada segmento de riqueza e não quantos itens imóveis eram possuídos pelos mesmos.

Outra questão importante no estudo do grupo de ativos imóveis foi a inclusão do período 1889/1900, ausente da análise particularizada do grupo de ativos escravos pelo óbvio motivo de que, após a abolição da escravidão em 1888, os cativos deixaram de constituir uma possibilidade de investimento e alocação de recursos. Contudo, apresentamos os informes para este recorte de forma separada, visto que em função da brutal desvalorização da moeda nacional no período houve todo um remanejamento das faixas de riqueza estabelecidas.

Na tabela 5.2 apresentamos os dados de distribuição da posse imobiliária pelos proprietários de imóveis para o conjunto dos inventariados e por faixas de riqueza. Exibimos os informes para todo o período 1850/88 e também desagregados pelos intervalos constituintes deste recorte temporal mais amplo. Na tabela seguinte, 5.3, oferecemos os mesmos dados para 1888/1900.

Tabela 5.2: Distribuição dos inventariados proprietários de imóveis por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1888.

Faixas de riqueza	1850/59		1860/69		1870/79		1880/88		1850/88	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até £ 150	11	19,6	2	8,3	14	13,2	13	15,3	40	14,8
£ 151 a £ 500	19	33,9	7	29,2	42	39,6	34	40,0	102	37,6
£ 501 a £ 1000	12	21,4	5	20,8	26	24,5	14	16,5	57	21,0
£ 1001 a £ 2000	8	14,3	4	16,7	13	12,3	10	11,7	35	12,9
Acima de £ 2001	6	10,7	6	25,0	11	10,4	14	16,5	37	13,7
Todas as faixas	56	100	24	100	106	100	85	100	271	100

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1850/88 (288) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 271 processos. Constituem 95% do total. 271 inventários *post-mortem* para o período 1850/1888. AFAB.

Tabela 5.3: Distribuição dos inventariados proprietários de imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900.

Faixas de riqueza	1888/1900	
	nº	%
Até £ 150	51	48,1
£ 151 a £ 500	31	29,2
£ 501 a £ 1000	14	13,2
£ 1001 a £ 2000	6	5,7
Acima de £ 2001	4	3,8
Todas as faixas	106	100

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1888/1900 (111) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 106 processos. Constituem 95% do total. 106 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Vistos isoladamente os informes das duas tabelas anteriores não elucidam muitos aspectos. Em virtude da alta disseminação dos bens imóveis entre a população inventariada de Santa Rita do Turvo no período em análise, da ordem de 94% para todo o período 1850/1900, a distribuição da posse imobiliária pelos proprietários praticamente reflete a distribuição geral dos inventariados pelas faixas de riqueza. Para o período 1850/88, cujos informes apresentamos na tabela 5.2, os segmentos mais representativos foram o segundo e o terceiro estratos de patrimônios, embora existam algumas nuances com a observação dos dados pelos intervalos temporais. No período pós-escravista a representatividade das faixas de riqueza entre os donos de posses imobiliárias se reduz em concomitância com a elevação dos patrimônios, novamente refletindo a distribuição geral dos processos.

Contudo, quando cruzados os informes de representatividade dos estratos de riqueza entre os proprietários de imóveis com aqueles atinentes à distribuição da posse imobiliária pelas faixas de riqueza, segundo a participação relativa no montante do patrimônio alocado neste grupo de ativos, agregamos elementos mais consistentes para o estudo. Verificamos os níveis de concentração da posse imobiliária na localidade. Na tabela 5.4 apresentamos os dados de distribuição dos imóveis, tomados por sua representatividade no valor total alocado neste grupo de ativos, pelas faixas de riqueza. Indicamos os informes para todo o período 1850/88 e pelos intervalos temporais constituintes desse recorte mais amplo. Em seguida apresentamos na tabela 5.5 as informações em separado para 1888/1900.

Tabela 5.4: Representatividade no total do patrimônio dos imóveis por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1888 (%).

Faixas de riqueza	1850/59	1860/69	1870/79	1880/88	1850/88
Até £ 150	4,2	1,2	1,7	2,1	2,0
£ 151 a £ 500	22,9	11,1	14,0	12,7	14,1
£ 501 a £ 1000	18,9	7,8	14,7	11,4	13,2
£ 1001 a £ 2000	20,2	18,8	12,9	13,9	14,5
Acima de £ 2001	33,8	61,1	56,7	59,9	56,2
Todas as faixas	100	100	100	100	100

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1850/88 (288) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 271 processos. Constituem 95% do total. 271 inventários *post-mortem* para o período 1850/1888. AFAB.

Tabela 5.5: Distribuição da posse imobiliária pela representatividade no total do patrimônio em imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).

Faixas de riqueza	1888/1900
Até £ 150	12,8
£ 151 a £ 500	21,2
£ 501 a £ 1000	24,6
£ 1001 a £ 2000	22,9
Acima de £ 2001	18,5
Todas as faixas	100

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1888/1900 (111) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 106 processos. Constituem 95% do total. 106 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Embora a disseminação da propriedade dos bens imóveis tenha sido ainda maior que a dos escravos entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, observamos que também ocorreu na localidade uma concentração social da posse imobiliária em termos de representatividade nos valores totais deste grupo de ativos. Considerado todo o período de 1850/88, pouco mais de 56% da riqueza alocada em imóveis estava nas mãos dos inventariados de maiores fortunas, aqueles com riqueza superior a £ 2001 (tabela 5.4). No entanto, este segmento era constituído por somente 13,7% dos inventariados proprietários de imóveis (tabela 5.2). No extremo oposto, o segmento de menor patrimônio, pouco menos de 15% dos inventários que declararam posses imobiliárias (tabela 5.2), acumularam somente ínfimos 2% da riqueza alocada neste grupo de ativos (tabela 5.4). As três faixas intermediárias de patrimônio possuíram parcelas bastante parelhas do montante total alocada em imóveis, entre 13,2% e 14,5% (tabela 5.4). Não obstante, tinham participações bastante diferentes no total dos inventariados possuidores de bens imóveis. A segunda faixa de riqueza agrupou pouco mais de 37,6%, o maior percentual verificado, a terceira faixa 21%, ao passo que a quarta faixa concentrou praticamente 13% dos proprietários de imóveis inventariados

(tabela 5.2). O índice de Gini¹⁵³ para a posse imobiliária de todo o período 1850/88 atesta a elevada concentração social dos imóveis, tomados por seus valores no intervalo considerado. Correspondeu a 0,758.

No período pós-escravista do recorte temporal que adotamos os dados se mostraram bastante diferentes, impactados pela reorganização das faixas de riqueza em função da desvalorização da moeda nacional com o advento do Encilhamento. A maior parcela da riqueza imobiliária estava controlada pela terceira faixa de patrimônio, praticamente um quarto do valor total alocado neste grupo de ativos (tabela 5.5). Não obstante, compunham pouco mais de 29% dos proprietários de imóveis do período (tabela 5.3). O segmento dos mais afortunados, somente 3,8% dos proprietários de imóveis retiveram somente 18,5% da riqueza imobiliária do período, praticamente um terço do percentual correlato para o período 1850/88 (tabela 5.5). No extremo oposto o grupo dos mais pobres inventariados teve maior representatividade, pouco mais de 48% dos donos de bens imóveis (tabela 5.3), com participação de praticamente 13% na riqueza imobiliária (tabela 5.5). Apesar destes percentuais aparentemente mais distribuídos entre as faixas de riqueza, o índice de Gini para o intervalo 1888/1900 atingiu 0,775, um pouco mais elevado em relação ao período 1850/88, atestando que os níveis de concentração social da posse imobiliária se mantiveram.

Uma vez mais ressaltamos que, assim como no caso dos dados sobre a composição da riqueza e do grupo de ativos escravos, analisados anteriormente, os informes acerca da distribuição da posse imobiliária extraídos dos inventários compulsados também sofreram impactos de condicionantes estruturais, neste caso em específico, das consequências do Encilhamento. A bruta desvalorização da moeda nacional ocorrida no final do século XIX causou uma queda drástica dos patrimônios dos indivíduos analisados, visto que utilizamos o método de conversão para Libra Esterlina. A consequência mais imediata para nossos dados, observada nos informes para o período 1888/1900, foi a redução da maior faixa de patrimônio, representada por somente quatro inventariados neste último intervalo de tempo considerado. Deste modo, a parcela deste segmento no montante total da riqueza em imóveis se retraiu bastante. Por outro lado, houve um inchaço dos estratos de menores patrimônios, com consequente aumento da participação relativa destes na riqueza imobiliária inventariada, conforme visto nos dados desagregados por intervalos.

¹⁵³ Ver nota nº 1 na Introdução.

No primeiro período analisado, 1850/59, a faixa que congregava os indivíduos de menores patrimônios detinha somente 4,2% do total da riqueza inventariada alocada em imóveis (tabela 5.4), mesmo constituindo pouco menos de 20% dos proprietários de bens desta natureza (tabela 5.2). O segmento formado pelos indivíduos de maiores cabedais, 10,7% dos proprietários de imóveis (tabela 5.2), possuía praticamente 34% da riqueza imobiliária desta década (tabela 5.4), a maior parcela verificada. O índice de Gini para a distribuição da posse de bens imóveis para 1850/59 atingiu 0,768, bastante próximo ao valor auferido para o período 1850/88 como um todo. De modo geral, os dados apontam que no início da segunda metade do Oitocentos a propriedade imobiliária, tomada por seus valores, já era socialmente concentrada em Santa Rita do Turvo.

O inventário de Joaquim Alves Ladeira foi o processo que apresentou o maior valor absoluto alocado em bens imóveis nesse primeiro intervalo temporal considerado isoladamente. Lembramos que foi também dono da fortuna mais elevada inventariada na década 1850/59, no valor de £ 4.367,27. Sua escravaria foi a segunda maior que encontramos neste intervalo, constituída por 23 indivíduos.¹⁵⁴ Seus bens imóveis somaram a quantia de £ 973,74, 22,3% de seu patrimônio, equivalente a 9,2% de toda a riqueza imobiliária do período.

A leitura do inventário de Joaquim Ladeira não evidencia quais eram os itens produzidos em suas terras. Somente a presença de um alambique entre seus bens móveis e de um canavial entre os imóveis sugere a produção de aguardente. Não aparecem mencionados os tipos de culturas desenvolvidos em suas propriedades. Além disso, suas terras não foram dimensionadas, sendo declaradas de forma genérica com descrições como “toda a terra de cultura da fazenda” ou “uma porção de terras de cultura”.¹⁵⁵

Na década de 1860/69, o grupo formado pelos inventariados de menores patrimônios reduziu-se bastante em relação ao período anterior. Foi constituído por pouco mais de 8% dos proprietários de bens imóveis (tabela 5.2) e possuíram somente a ínfima parcela de 1,2% do montante total de bens imobiliários neste período (tabela 5.4). Os informes atinentes ao estrato de maior patrimônio demonstram tendência contrária. Cresceram consideravelmente em comparação com os dados para a primeira década abordada. Exatamente um quarto dos proprietários de bens imóveis constituiu

¹⁵⁴ Juntamente com o plantel de Manoel Bento Moreira. Inventário de Manoel Bento Moreira (1858). AFAB.

¹⁵⁵ Inventário de Joaquim Alves Ladeira (1857). AFAB.

esse grupo no intervalo em questão, mais que o dobro do período anterior (tabela 5.2). Detiveram 61,1% da riqueza imobiliária inventariada, a maior parcela entre todas as faixas de patrimônio (tabela 5.4). Contudo, o Gini para o período se manteve similar ao valor que verificamos para 1850/59 e foi exatamente o mesmo para o intervalo todo. Atingiu 0,758.

Francisco José Cardoso foi o maior proprietário imobiliário da década de 1860/69, além de ter tido o maior patrimônio do período, no valor de £ 6.756,12, e a maior escravaria, constituída por 48 cativos. Somente a parcela de seus bens em imóveis representava 38,5% de seu patrimônio, £ 2.549,00, e correspondeu a quase 22% de toda riqueza alocada neste grupo de ativos no segundo intervalo temporal que abordamos.

A fazenda Barra Alegre foi a unidade produtiva declarada no inventário de Francisco José Cardoso. Contava com paiol, moinho, monjolo, casa para porcos, casa de engenho, senzalas, tudo coberto de telhas, terreiro, além de uma casa de sobrado. A área declarada de cultivo da fazenda era de pouco mais de 315 alqueires de terras.¹⁵⁶ Os gêneros produzidos mencionados na documentação consultada foram milho e café. Além disso, a presença de um engenho entre as benfeitorias arroladas da fazenda Barra Alegre sugere a produção de açúcar e/ou derivados. Foram descritas e avaliadas ainda duas casas de morada assobradadas, situadas no arraial de Santa Rita, e outra no arraial vizinho de São Miguel do Anta. A leitura do processo de inventário do capitão Francisco evidenciou ainda que além de fazendeiro ele estendeu sua atuação para as atividades creditícias. No momento de seu falecimento era credor de 34 indivíduos, dívidas originárias da concessão de créditos das mais variadas quantias. Outros lhe deviam ainda pela negociação de gêneros.¹⁵⁷

No período 1870/79 os inventariados que compuseram a primeira faixa de riqueza detiveram somente 1,7% do patrimônio total alocado em bens imobiliários (tabela 5.4). Pouco mais de 13% dos proprietários de imóveis do período estavam neste estrato (tabela 5.2). O segmento com maior representatividade relativa na riqueza imobiliária nesta década, com participação de 56,7%, novamente foi aquele constituído pelos inventariados mais ricos, com percentual pouco abaixo do que verificamos na década anterior (tabela 5.4). Contudo, constituíram pouco mais de um décimo dos

¹⁵⁶ Ver nota nº 62 e nº 65 do capítulo 3. Como em nossas análises não utilizamos cálculos acerca da quantidade dos gêneros produzidos, não necessitamos enfrentar a questão da conversão para uma única unidade de volume. Conforme evidenciamos ao longo do capítulo, tomamos as produções desenvolvidas na localidade pela parcela que comprometiam no valor total das plantações e dos estoques declarados nos inventários.

¹⁵⁷ Inventário de Francisco José Cardoso (1869). AFAB.

proprietários de imóveis do período, representatividade equivalente a menos da metade da década 1860/69 (tabela 5.2). O Gini da distribuição da posse imobiliária neste período revelou-se um pouco menor em comparação com todos os demais intervalos anteriormente considerados. Contudo, a redução foi insuficiente para indicar alguma alteração do quadro de concentração social da propriedade imobiliária entre os inventariados da localidade. Foi igual a 0,732.

O maior proprietário de bens imóveis dos anos 1870 foi o major José Luís da Silva Viana. Foi dele também a maior fortuna do período, equivalente a £ 19.384,33. Quando faleceu possuía ainda uma escravaria formada por 52 cativos, a segunda maior da década. A soma de suas posses imobiliárias alcançou o valor de £ 8.501,22 e constituiu a maior parcela de sua fortuna, praticamente 44%. Os bens imóveis do major representaram cerca de 18% de todo o montante inventariado dentro deste grupo de ativos no intervalo 1870/79.

O major Viana foi proprietário de extensas posses de terras distribuídas em diversas propriedades. Sem considerar algumas que não tiveram a descrição do tamanho informado na documentação, a soma de suas propriedades fundiárias atingiu 1406 alqueires. Suas principais unidades produtivas provavelmente foram a fazenda Santo Aleixo e a fazenda Santa Rosa, ambas situadas na freguesia de São Miguel do Anta. A primeira contava com casas de sobrado de vivenda, moinho, paiol, engenho de cana com moendas de ferro, senzalas, casas, cercas e demais pertences, além de 148 alqueires de terras para cultivo. A segunda possuía 102 alqueires de terras para culturas, casas de vivenda assobradadas, engenho movido por água, paiol, moinho, monjolo, pastos, cercas e mais pertences. Foram arroladas em seu inventário diversas outras propriedades fundiárias. A maior delas, com 562 alqueires de terra, estava situada no termo vizinho de Ponte Nova. Ainda fizeram parte do patrimônio em questão algumas casas, entre as quais uma localizada no largo da Matriz e outra na rua do Rosário, ambas no arraial de São Miguel do Anta. Entre os itens cultivados nas propriedades do major foram listados em estoque na documentação feijão (40 alqueires), arroz (60 alqueires), milho (554 alqueires) e café (734 kg em côco). Além disso, a presença de engenhos em suas propriedades e de um canavial entre seus bens imóveis sugere a produção de açúcar e/ou derivados em suas propriedades. Contudo, as atividades de José Luís da Silva Viana não se restringiram às produções agrícolas. As dívidas ativas ocupavam parcela importante de sua riqueza inventariada, em especial as atividades creditícias. Foram arrolados em seu inventário 183 registros de créditos, além de 7 outros descritos como contas e contas

de livros, provavelmente originados da comercialização de gêneros produzidos em suas propriedades.¹⁵⁸

No último período de vigência da escravidão no Brasil os dados de distribuição da posse imobiliária, tendo em vista a parcela que os inventariados de cada faixa de riqueza detinham do valor total inventariado desse grupo de ativos, mantiveram padrão semelhante em comparação com os intervalos temporais antecedentes. Os indivíduos partícipes do estrato de menor patrimônio possuíram pouco mais de 2% da riqueza imobiliária no intervalo 1880/88 (tabela 5.4) e foram pouco mais de 15% do total dos proprietários de imóveis neste período (tabela 5.2), representatividades um pouco maiores em comparação com os percentuais correlatos que observamos para o intervalo anterior. Notamos o mesmo movimento em relação ao segmento de maior patrimônio, novamente aquele com a maior participação relativa na riqueza imobiliária entre todas as faixas. Foi constituído por 16,5% dos proprietários de imóveis do período (tabela 5.2) e concentrou praticamente 60% do montante total deste grupo de ativos (tabela 5.4). O índice de Gini da distribuição da posse imobiliária para 1880/88 foi de 0,769, similar ao valor correlato que verificamos para os períodos anteriormente analisados, indicando a manutenção do mesmo perfil de concentração social da posse imobiliária entre os inventariados da localidade.

No intervalo 1880/88 verificamos que o maior proprietário de imóveis foi o mesmo inventariado que possuiu também o maior patrimônio total. A soma das posses de José de Deos Moreira Castro atingiu o montante de £ 22.270,89. A segunda maior parcela de seu patrimônio, superada pelo montante em dívidas ativas, estava alocada em imóveis, £ 6.011,77, e foi equivalente a 27% da riqueza declarada no inventário e a pouco mais de 13% de todo o patrimônio imobiliário do período 1880/88. Seu plantel de escravizados era constituído por 44 cativos quando faleceu.¹⁵⁹

No inventário de José de Deos Moreira Castro foram declaradas posses fundiárias que totalizaram 947 alqueires de terras, sem considerar aquelas para as quais não houve descrição do tamanho. As principais unidades produtivas descritas e avaliadas foram as fazendas São João, situada na freguesia de Santa Rita do Turvo, Canadá e Bom Jardim, ambas localizadas na vizinha vila de Ponte Nova. A primeira foi

¹⁵⁸ Inventário de José Luís da Silva Vianna (1876). AFAB.

¹⁵⁹ Foi a segunda maior escravaria que encontramos entre os inventariados do período 1880/88, suplantada somente pelos sessenta e um indivíduos (incluídas vinte e cinco crianças ingênuas descritas juntamente com suas mães) de propriedade do casal Francisco Antônio de Sales e Cândida de São José, inventariados no último ano de vigência do escravismo no Brasil, 1888. Inventário de Francisco Antônio de Sales e Cândida de São José (1888). AFAB.

dimensionada em 236 alqueires e era equipada com diversas benfeitorias como casa de morada, senzala, paiol, moinho, engenhos, casa para porcos, entre outras. Dentre as culturas que eram cultivadas nessa fazenda foram mencionadas na documentação o café, 15.000 pés, e a cana de açúcar, três canaviais de diferentes idades. A fazenda Canadá, com área de 227 alqueires, contava com casa de vivenda coberta, assobradada e com varanda na frente, engenho com alambique, moinho, paiol, senzala, tenda de ferreiro, entre outras benfeitorias. As produções mencionadas nesta fazenda foram milho, arroz, café e cachaça. Na fazenda Bom Jardim, de 330 alqueires, existia casa de vivenda, casa para porcos, engenhos, senzalas, moinhos, paióis e alambiques. Ao que parece esta unidade produtiva era mais voltada para a produção de derivados da cana de açúcar, em especial alguns tipos de aguardente. Destacavam-se ainda entre seus bens imóveis quatro casas de morada, todas situadas no largo da Matriz da cidade de Viçosa. No entanto, conforme mencionado, a parte mais significativa do patrimônio de José de Deos Moreira Castro estava empenhada em dívidas ativas. Em seu inventário foram arrolados 20 registros de devedores que lhe deviam por créditos passados. Porém, a parte mais substancial de suas dívidas ativas era constituída por dois registros de hipotecas (16% do montante das dívidas ativas) e, principalmente, por 95 apólices da dívida pública (77% do montante das dívidas ativas).¹⁶⁰

Os efeitos da desvalorização da moeda nacional no final do século XIX ficam evidentes quando observamos os dados da distribuição da posse imobiliária pelos inventariados de Santa Rita do Turvo no último período considerado, 1888/1900. Como decorrência da reorganização das faixas de riqueza e da alta disseminação da posse imobiliária houve uma drástica redução do número de inventariados proprietários de imóveis inseridos nos dois segmentos de maiores patrimônios, os menores percentuais verificados em todas as décadas estudadas (tabela 5.3), e, por conseguinte, da participação destes na riqueza imobiliária inventariada (tabela 5.5). Contudo, conforme aludimos anteriormente, o quadro de concentração social da posse imobiliária se manteve em patamares semelhantes.

Identificamos o maior montante de bens imóveis deste último intervalo estudado no inventário de D. Mariana Clara de Jesus. Em seu processo também constatamos a maior fortuna declarada para o período, no valor de £ 3.073,25. Deste montante £ 2.039,38 estava empenhado em imóveis. Este era o grupo de ativos mais importante na

¹⁶⁰ Inventário de José de Deos Moreira Castro (1882). AFAB.

composição de seu patrimônio, equivalente a 66% do total e a 7,5% do toda a riqueza imobiliária do período 1888/1900.

No inventário de D. Mariana Clara de Jesus foi declarado um total de 406 alqueires de terras, divididos entre as cinco propriedades arroladas. A maior e mais equipada dentre todas foi à fazenda Córrego de Santo Antônio. Possuía 196 alqueires de terras de cultura e pasto. Contava ainda com um conjunto de benfeitorias que incluíam três casas de morada, um engenho de cana movido por bois com todos os seus pertences, alambique, paiol, moinho, monjolo, coberta para porcos, galinheiro, tenda de ferreiro, entre outras. Também estavam entre os bens arrolados nessa fazenda formas, pipas e caixas para guardar açúcar. Toda essa estrutura permitiu a produção de açúcar e derivados, tais como aguardente e rapadura. Embora provável, não foi mencionado na documentação consultada o cultivo de outros gêneros nessa unidade produtiva, fossem em estoques ou em lavouras. Ao que parece as outras propriedades arroladas no inventário, entre as quais as fazendas Passa Tempo e Capivara, estavam mais dedicadas ao cultivo de gêneros variados. No entanto, também não existem referências na documentação aos tipos de culturas produzidas. Além das unidades produtivas, entre os bens imóveis da inventariada estava uma morada de casas de vivenda, assoalhada e coberta de telhas, situada no arraial de São Miguel do Anta. Não obstante a importância dos imóveis, grande parte do patrimônio em questão era constituído por dívidas ativas. Entre os bens de D. Mariana foram arroladas 102 ações de uma fábrica de tecidos local, denominada Cia. União Industrial, que representavam a quase totalidade de suas dívidas ativas, precisamente 91,5%. Esta era uma opção de investimento inexistente nos patrimônios dos indivíduos que morreram na localidade em períodos anteriores.

De modo geral, com o estudo da distribuição da posse de bens imóveis, de acesso disseminado entre quase todos os indivíduos inventariados de Santa Rita do Turvo ao longo da segunda metade do século XIX, independentemente do patamar de riqueza, verificamos um quadro de permanente concentração social da posse imobiliária, presente já na primeira década do recorte temporal que analisamos e mantido ao longo dos demais intervalos considerados. Os dados agregados para o intervalo 1850/88 atestam que o segmento de maiores cabedais, somente 13,7% dentre os proprietários de bens imobiliários (tabela 5.2), deteve pouco mais de 56% do montante total declarado deste grupo de ativos (tabela 5.4). No extremo oposto, o grupo de inventariados com menores patrimônios, constituído por pouco menos de 15%

proprietários de imóveis (tabela 5.2), possuiu somente 2% do valor inventariado em imóveis (tabela 5.4).

Contudo, os dados para o intervalo 1888/1900 manifestam alterações nas participações relativas das faixas de riqueza no montante total do grupo de ativos imóveis. Não porque tenha havido necessariamente uma mudança do cenário econômico da localidade em questão, com reflexos na distribuição da riqueza entre os indivíduos inventariados, mas sim por limitação da metodologia que adotamos no trabalho. Os informes para este recorte temporal pós-escravismo foram pressionados pela reorganização das faixas de riqueza decorrente da desvalorização da moeda nacional ocorrida no final do Oitocentos, mais precisamente a partir de 1892/93. Entendemos que as discrepâncias que detectamos nos informes para 1889/1900 decorrem muito mais das características deste período, em especial da desvalorização da moeda nacional, e da metodologia que aplicamos no tratamento dos dados do que de uma alteração substancial do quadro delineado para a localidade nas décadas anteriores, de marcada concentração social da posse imobiliária.

Em suma, sustentamos que os dois elementos estruturantes e definidores do quadro econômico da sociedade de Santa Rita do Turvo no longo período 1850/1900, escravos e bens imóveis, eram concentrados socialmente. A propriedade imobiliária, considerando a participação dos estratos de riqueza no valor total inventariado em bens desta natureza, até em termos mais acentuados que a posse da mão de obra cativa, não obstante a maior disseminação dos bens imóveis em comparação com os escravos entre os inventariados da localidade.

Além da percepção acerca da distribuição da posse imobiliária entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no período 1850/1900, com o estudo da composição interna deste grupo de ativos oferecemos mais alguns subsídios que possibilitaram o avanço da caracterização da economia e da sociedade em tela. Para tanto buscamos responder a seguinte questão: quais foram os tipos de posses imobiliárias mais comuns e representativas entre os indivíduos analisados? Contudo, enfrentamos uma questão metodológica importante na análise interna deste grupo de ativos. Os responsáveis pelas descrições e avaliações dos bens imóveis nos inventários que compulsamos não foram, ou não tiveram condições de serem em razão dos meios disponíveis à época, muito criteriosos na execução de suas tarefas em diversas ocasiões. Como consequência, a segmentação que estabelecemos a seguir carece de maior precisão, apresentando limitações evidentes. Um mesmo tipo de bem pode ter sido

colocado em categorias diferentes em função da qualidade de sua escrituração nas fontes consultadas, mais ou menos apurada, e não por sua natureza propriamente. Mesmo diante desta dificuldade achamos importante efetivarmos o estudo interno deste grupo de ativos, na medida em que foi, juntamente com os cativos, parte substancial da composição da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/1900, ainda mais depois da abolição dos escravos em 1888.

Após alguns testes com outras tentativas de segmentação da riqueza imobiliária, com resultados menos frutíferos, optamos por apresentar os dados relativos ao grupo de ativos imóveis divididos em quatro categorias distintas. Dada à recorrência de descrições genéricas como “terras de cultura”, “porção de terras”, “sorte de terras”, entre outras, principalmente nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, optamos por considerar tais descrições na categoria “Terras”, sem discriminá-las de forma mais apurada. Embora tenhamos clareza do fato de que, muito provavelmente, subestimamos áreas dedicadas ao cultivo de gêneros, a adoção deste procedimento pareceu-nos adequada na medida em que essas descrições não permitiram diferenciarmos áreas cultivadas, voltadas para a produção de gêneros, de terras virgens, incultas ou mesmo utilizadas para outros fins. Tais descrições impossibilitaram que identificássemos o tipo de cultura desenvolvida, quando fosse o caso. Alguns casos ilustram sobremaneira as dificuldades que enfrentamos. Entre as propriedades fundiárias descritas no inventário do Vigário Agostinho Isidoro do Rosário, falecido em 1856, estavam “uma porção de terras de cultura” na fazenda Barrinha e “terras de cultura na fazenda que foi comprada de Joaquim Ignácio Alves”.¹⁶¹ D. Joana Maria de Assumpção, inventariada em 1869, possuía uma propriedade fundiária na fazenda Santa Margarida que foi descrita como “uma sorte de terras por compra”.¹⁶² Mesmo no último período analisado a questão da ocupação e da dimensão das propriedades ainda foi problemática. No inventário de Sabino Alves de Freitas, do ano de 1890, foi arrolada e avaliada “uma sorte de terras de cultura que divide com Manoel Alves de Freitas”.¹⁶³ Falecido em 1897, José Esquetino Viana possuía “uma parte nas terras de cultura” da fazenda do Onça.¹⁶⁴ Em nenhum dos casos citados, assim como em muitos outros que encontramos, as propriedades foram descritas com precisão, sendo arroladas de modo genérico, não tendo suas ocupações mencionadas e nem mesmo as dimensões descritas.

¹⁶¹ Inventário de Agostinho Isidoro do Rosário (1856). AFAB.

¹⁶² Inventário de Joana Maria da Assumpção (1869). AFAB.

¹⁶³ Inventário de Sabino Alves de Freitas (1890). AFAB.

¹⁶⁴ Inventário de José Esquetino Viana (1897). AFAB.

Consideramos na categoria “Plantações” somente as descrições que mencionaram claramente o cultivo de gêneros, majoritariamente milharais, cafezais, arrozais, feijoads e canaviais. Alguns exemplos ilustram o tipo de descrição a que nos referimos. Entre os bens de D. Ângela Maria da Encarnação, falecida em 1858, estava uma “uma roça de milho que calcularam em 40 carros”.¹⁶⁵ No ano de 1875, no inventário de D. Rita Lopes da Silva, entre suas posses imobiliárias foram descritos “dois cafezais contendo em ambos 6.000 pés de café”.¹⁶⁶ O casal Francisco Antônio Pimenta e Lucinda Rosa de Jesus, inventariados em 1886, era proprietário de “uma rocinha de milho avaliada em 7 carros”.¹⁶⁷ Conforme evidenciamos pelos últimos inventariados mencionados a dimensão dos cultivos constava da descrição das plantações na maior parte dos casos. Entretanto, não foram raros os arrolamentos sem definição do tamanho das plantações inventariadas. No processo de D. Vicência Maria da Assumpção, aberto em 1858, foram descritos e avaliados “um canavial por moer e um canavial novo”.¹⁶⁸ O patrimônio de D. Tereza de Jesus Freitas e Castro foi inventariado no ano de 1883. Faziam parte de suas posses “uma roça de milho pequena e um resto de canavial velho”.¹⁶⁹ Entre os bens inventariados de Antônio Rodrigues de Resende, no ano de 1891, estavam “uma roça de milho do outro lado do rio Casca e um arrozal novo ao pé do mesmo rio”.¹⁷⁰ Em ocasiões como as últimas apresentadas, em que as plantações não foram dimensionadas, pudemos ter ao menos alguma noção da dimensão dos cultivos pelos valores de avaliação atribuídos aos mesmos nos respectivos inventários.

As casas, paióis, moinhos, engenhos, senzalas e demais benfeitorias, quando descritas separadamente, procedimento mais largamente difundido na documentação cotejada, foram agrupados no item “Casas, benfeitorias e máquinas”. Em 1882 foram inventariados os bens de D. Maria Rita Correia. Faziam parte de seu patrimônio “uma casa de vivenda assobradada, coberta de telhas, com coberta anexa”, “um moinho coberto de telhas” e “um monjolo”.¹⁷¹ Dentre as posses de D. Maria José do Nascimento, inventariadas em 1888, estava “uma casa de vivenda com 35 palmos de

¹⁶⁵ Inventário de Ângela Maria da Encarnação (1858). AFAB.

¹⁶⁶ Inventário de Rita Lopes da Silva (1875). AFAB.

¹⁶⁷ Inventário de Francisco Antônio Pimenta e Lucinda Rosa de Jesus (1886). AFAB.

¹⁶⁸ Inventário de Vicência Maria da Assumpção (1858). AFAB.

¹⁶⁹ Inventário de Tereza de Jesus Freitas e Castro (1883). AFAB.

¹⁷⁰ Inventário de Antônio Rodrigues de Resende (1891). AFAB.

¹⁷¹ Inventário de Maria Rita Correia (1882). AFAB.

frente e 25 de largo e coberta de telhas tudo em bom estado”.¹⁷² Fizeram parte do patrimônio de João Pereira Vasconcelos, inventariado em 1883, diversas benfeitorias, entre as quais “uma senzala coberta de telhas”, “uma coberta de telhas para forno” e “um moinho coberto de telhas”.¹⁷³ Em todos os casos os bens foram descritos e avaliados separadamente, permitindo que os incluíssemos na categoria em questão.

A categoria “Terras com benfeitorias” serviu para agruparmos os casos em que as fazendas, sítios e chácaras foram descritas e avaliadas em conjunto com as terras e os equipamentos pertencentes às mesmas, suas benfeitorias. Nestes casos não foi possível sabermos qual o valor de cada item em particular, daí a necessidade de agruparmos essas descrições em uma categoria em separado. Na verdade esta se constituiu em uma categoria bastante fronteiriça, por assim dizer. Ela engloba itens que, caso tivessem sido descritos com maior apuro e individualmente, estariam alocados em outras categorias. Em 1868 foi aberto o inventário de Bento José Pinto. Entre os bens deixados para seus quatro herdeiros estava “uma fazenda de cultura com 73 alqueires de planta de milho, contêm casa de vivenda, moinho, engenho, paiol, senzala e mais cobertas de telhas”.¹⁷⁴ No inventário de Joaquina Maria dos Reis, do ano de 1883, uma de suas propriedades foi assim descrita: “um sítio de terras de cultura contendo 45 alqueires, casa de vivenda, paiol e moinho”.¹⁷⁵ Nos dois casos foi atribuído um único valor para o conjunto de itens arrolados. Esses exemplos ilustram bem as dificuldades encontradas para descrições deste tipo que, embora fugissem ao padrão, não foram raras.

Considerados os diversos aspectos apresentados anteriormente e a categorização proposta, exibimos na tabela 5.6 os dados de composição interna do grupo de ativos imóveis para todo o recorte temporal que abordamos, 1850/1900. Na sequência depuramos os informes pelos intervalos constituintes deste período mais amplo. Dispomos os dados tanto por faixas de riqueza como para o conjunto dos proprietários imobiliários.

¹⁷² Inventário de Maria José do Nascimento (1888). AFAB.

¹⁷³ Inventário de João Pereira Vasconcelos (1883). AFAB.

¹⁷⁴ Inventário de Bento José Pinto (1868). AFAB.

¹⁷⁵ Inventário de Joaquina Maria dos Reis (1883). AFAB.

Tabela 5.6: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/1900 (%).

Faixas de riqueza	Terras	Terras com benfeitorias	Casas, benfeitorias e máquinas	Plantações	Total
Até £ 150	64,9	1,0	33,0	1,1	100
£ 151 a £ 500	65,9	3,6	28,8	1,7	100
£ 501 a £ 1000	69,7	1,9	27,1	1,3	100
£ 1001 a £ 2000	66,3	6,4	25,9	1,4	100
Acima de £ 2001	64,6	8,0	23,0	4,4	100
Todas as faixas	65,9	5,8	25,4	2,9	100

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1850/1900 (399) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 377 processos. Constituem 94% do total.

Tendo em vista todo o período e todos os estratos de patrimônio, a categoria “Terras” empenhou disparadamente a maior parte da riqueza imobiliária declarada nos inventários cotejados, não obstante as limitações das categorias propostas. Uma parcela de praticamente dois terços do valor total do grupo de ativos imóveis estava alocada em terras, mesmo sem considerarmos aquelas que foram descritas e avaliadas conjuntamente com benfeitorias. Constatamos a validade desta observação também quando considerados os dados dos estratos de patrimônio separadamente. A representatividade do item “Terras” variou muito pouco, entre uma participação mínima de 64,6%, na maior faixa de riqueza, e um valor máximo de 69,7%, no terceiro segmento de patrimônio. Desse modo, a categoria em questão teve participação similar na composição da riqueza imobiliária dos diferentes segmentos de patrimônio, independentemente do nível de riqueza.

O item “Casas, benfeitorias e máquinas” teve participação interna no grupo de ativo imóveis da ordem de pouco mais de um quarto da riqueza total inventariada em todo o período contemplado. Tendo em vista o conjunto dos inventariados deteve a segunda maior parcela empenhada em bens imobiliários. Visto este índice por faixas de riqueza sua variação foi pequena, com um mínimo de participação de 23%, no estrato de maior patrimônio, até um máximo de pouco mais de 33%, no segmento de inventariados menos abastados. Contudo, podemos notar uma tendência de redução da representatividade deste item em concomitância com a elevação das faixas de riqueza, ou seja, quanto maior o patrimônio inventariado, menor a representatividade desta categoria dentro da riqueza em imóveis. Em todos os estratos foi a segunda opção de investimentos imobiliários mais utilizada pelos inventariados analisados.

A categoria “Terras com benfeitorias” teve a segunda menor participação interna no grupo de ativo imóveis. Quando considerados todos os segmentos, somente uma

fração pouco inferior a 6% da riqueza imobiliária estava alocada nesta categoria. Na verdade, o baixo índice de participação deste item resulta de um procedimento pouco usual nos inventários da localidade: declarar e avaliar unidades produtivas de forma geral, sem desagregar as partes. Em última análise, “Terras com benfeitorias” engloba itens das outras três categorias. Seu desmembramento se deve ao fato de não ser possível atestarmos os valores individuais de cada item em particular quando nos deparamos com descrições genéricas. Quando desagregamos os informes de composição interna dos bens imóveis verificamos que as duas faixas de cabedais mais elevados foram as que tiveram maior percentual no item “Terras com benfeitorias”. Muito provavelmente esta constatação reflete a posse de unidades produtivas maiores pelos inventariados destes segmentos. Estas certamente encetavam maiores dificuldades de avaliação separada dos itens, fosse pelas distâncias e pelos deslocamentos necessários ou pelas dificuldades de delimitação precisa dos limites das propriedades ou outras quaisquer, derivadas das maiores dimensões das posses destes grupos de riqueza.

Quando considerado todo o período e todas as faixas de riqueza, as áreas nas quais foi possível definirmos com precisão serem diretamente utilizadas para cultivo de algum gênero, agrupadas no item “Plantações”, representaram somente cerca de 3% do montante da riqueza inventariada alocada no grupo de ativo imóveis. O percentual variou de uma representatividade mínima de 1,1%, na primeira faixa de riqueza, ao máximo de 4,4% no maior segmento de patrimônio. Todavia, nas “Plantações” estava investida a menor parcela dos recursos em bens imóveis dos inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Reiteramos que as áreas dedicadas ao cultivo de gêneros muito provavelmente ficaram subestimadas dentro da categorização que estabelecemos, uma vez que terras genericamente descritas e sem indicação precisa sobre sua ocupação possivelmente também tiveram partes utilizadas para a produção de gêneros. Contudo, obedecendo à metodologia proposta, foram incluídas em outras categorias.

Mesmo com as limitações da depuração dos dados internos de composição do grupo de ativos imóveis, anteriormente mencionadas e decorrentes de problemas inerentes à forma de registro deste tipo de bem nos inventários *post-mortem* utilizados, verificamos que as terras constituíram a parte mais substancial da posse imobiliária na localidade, com pouca variação de representatividade por faixas de riqueza. A segunda opção de alocação de recursos em imóveis mais utilizada pelos inventariados da localidade em tela foram as moradias e os equipamentos necessários para as lides

agrárias, itens agrupados na categoria “Casas, benfeitorias e máquinas”. Contudo, quanto maior o estrato de riqueza menor a representatividade deste item no conjunto de bens imóveis. Por outro lado, para o item “Terras com benfeitorias” constatamos tendência inversa, elevação de sua representatividade em paralelo com o aumento da faixa de riqueza. Esta categoria conheceu a segunda menor representatividade interna no grupo de ativo imóveis. A categoria “Plantações” foi a opção de investimento imobiliário com menor representatividade. Apesar de algumas nuances verificadas, considerando os dados para toda a segunda metade do Oitocentos, a composição interna da riqueza imobiliária manteve-se relativamente similar, independentemente do nível de patrimônio.

Coerente com a estruturação adotada ao longo de todo o trabalho, sempre que julgamos pertinente, analisamos os dados internos do grupo de ativos imóveis segmentados pelos intervalos de tempo constituintes do longo período que contemplamos. Na tabela 5.7 oferecemos os informes para a década de 1850/59.

Tabela 5.7: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/59 (%).

Faixas de riqueza	Terras	Terras com benfeitorias	Casas, benfeitorias e máquinas	Plantações	Total
Até £ 150	87,5	0,1	12,4	-	100
£ 151 a £ 500	88,6	-	10,7	0,7	100
£ 501 a £ 1000	83,5	2,2	13,7	0,6	100
£ 1001 a £ 2000	53,3	21,3	25,1	0,3	100
Acima de £ 2001	58,6	2,2	36,0	3,2	100
Todas as faixas	70,6	5,5	22,5	1,4	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período 1850/59 (58) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 56 processos. Constituem 97% do total. 56 inventários *post-mortem* para o período 1850/1859. AFAB.

Quando observamos os informes para todo o conjunto de inventariados, os mesmos apontamentos observados para o período como um todo podem ser replicados para a primeira década do recorte temporal que analisamos, dada a similaridade dos percentuais acerca da composição interna do grupo de ativos imóveis. A parcela incluída na categoria “Terras” representou disparadamente a parte mais substantiva da riqueza imobiliária inventariada, com representatividade similar à que verificamos para os inventariados de toda a segunda metade do Oitocentos. Contudo, observamos tendência imperceptível quando considerados os dados para todo o período: a redução da representatividade desta categoria em paralelo com a elevação das faixas de riqueza. Ou seja, quanto mais rico o inventariado, menor a representatividade das terras em suas

posses imobiliárias. No intervalo 1850/59 a segunda categoria mais representativa permaneceu sendo “Casas, benfeitorias e máquinas”, com pequena retração de participação em comparação com os informes para todo o período. Verificamos aumento do percentual relativo em compasso com a elevação das faixas de riqueza. Este item da composição da riqueza imobiliária apresentou tendência contrária a que observamos nos dados para todo o período. Movimento oposto também ao que constatamos nos informes da categoria “Terras”. Nessa primeira década o item “Terras com benfeitorias” manteve a mesma importância em comparação com os dados para toda a segunda metade do século XIX. A categoria “Plantações” reduziu pela metade o patamar que observamos para toda a segunda metade do Oitocentos. Contudo, como este item tem relação direta com a qualidade da informação oferecida pela documentação, esta redução talvez reflita somente mudanças na forma como as descrições foram feitas.

Na tabela 5.8 apresentamos os informes desagregados acerca da composição interna do grupo de ativo imóveis da segunda década estudada, 1860/69.

Tabela 5.8: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1860/69 (%).

Faixas de riqueza	Terras	Terras com benfeitorias	Casas, benfeitorias e máquinas	Plantações	Total
Até £ 150	64,4	-	35,6	-	100
£ 151 a £ 500	65,8	25,1	9,1	-	100
£ 501 a £ 1000	57,5	2,7	38,3	1,5	100
£ 1001 a £ 2000	40,1	12,3	47,6	-	100
Acima de £ 2001	69,3	14,9	13,7	2,1	100
Todas as faixas	62,5	14,4	21,7	1,4	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período 1860/69 (26) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 24 processos. Constituem 92% do total. 24 inventários *post-mortem* para o período 1860/1869. AFAB.

Com a observação da composição interna do grupo de ativo imóveis, considerados todos os inventariados da década 1860/69, constatamos uma elevação da participação das “Terras com benfeitorias”. Em contrapartida, verificamos uma redução do índice para as duas categorias mais representativas, tanto em comparação com a década anterior como com os informes para todo o período, e uma manutenção do percentual das “Plantações” em relação ao intervalo precedente. Entretanto, os dois itens mais relevantes seguiram sendo “Terras” e “Casas, benfeitorias e máquinas” ainda que com uma pequena redução de seus percentuais.

Vistos por faixas de riqueza, as informações para este intervalo sobre a composição interna do grupo de ativos imóveis apresentam algumas discrepâncias notáveis. No item “Terras” a quarta faixa de riqueza tem somente 40% dos recursos deste grupo de ativos. Em relação a “Terras com benfeitorias” chama atenção a parcela alocada por este item na segunda faixa de riqueza. O primeiro, o terceiro e o quarto estratos de patrimônio se destacam pelos altos índices alocados no item “Casas, benfeitorias e máquinas”. Contudo, reiteramos que para a década de 1860/69 a base de dados que utilizamos foi bastante restrita, o que, em boa medida, pode explicar as discrepâncias verificadas para este período, visto que não se repetiram nos momentos posteriores.

Exibimos na tabela 5.9 os informes da composição interna do grupo de ativo imóveis para 1870/79. Notamos que os índices para este intervalo mostraram-se bastante similares aos observados para 1850/59 e para todo o período 1850/1900. Desta forma, entendemos que as alterações evidenciadas pelos dados para a década anterior, especialmente das “Terras com benfeitorias” (no geral e para a segunda faixa de riqueza) e de “Casas, benfeitorias e máquinas” (primeira, terceira e quarta faixas), de fato, muito provavelmente, refletiram o nível de qualidade da informação contida na documentação utilizada e, principalmente, a baixa amostragem de dados para a segunda década contemplada.

Tabela 5.9: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/79 (%).

Faixas de riqueza	Terras	Terras com benfeitorias	Casas, benfeitorias e máquinas	Plantações	Total
Até £ 150	61,1	-	38,9	-	100
£ 151 a £ 500	56,4	6,6	36,7	0,3	100
£ 501 a £ 1000	71,1	4,9	23,3	0,7	100
£ 1001 a £ 2000	65,0	9,6	23,6	1,8	100
Acima de £ 2001	61,1	12,4	22,1	4,4	100
Todas as faixas	62,4	9,9	24,8	2,9	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período 1870/79 (115) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 106 processos. Constituem 92% do total. 106 inventários *post-mortem* para o período 1870/1879. AFAB.

Embora com o menor índice verificado em todos os intervalos de tempo considerados, a categoria “Terras” uma vez mais empenhou a maior parte dos recursos imobiliários dos inventariados de Santa Rita do Turvo em 1870/79. Atingiu o patamar de 62,4% do montante total deste grupo de ativos. Contudo, não verificamos qualquer relação entre faixas de riqueza e representatividade deste item, conforme observamos

para 1850/59. Praticamente um quarto do montante do grupo de ativos imóveis estava alocado em “Casas, benfeitorias e máquinas”, segunda maior parcela, percentual bastante próximo ao verificado para todo o período 1850/1900. Constatamos tendência contrária em comparação com 1850/59: redução da representatividade desta categoria em concomitância com elevação do estrato de riqueza. Contudo, observamos o mesmo movimento para os dados agregados para toda a segunda metade do Oitocentos. O item “Terras com benfeitorias” representou uma parcela de um décimo dos recursos investidos em imóveis no período 1870/79. As duas faixas de maiores cabedais tiveram as maiores representatividades neste item. As “Plantações” corresponderam a somente cerca de 3% dos bens imobiliários, com destaque para o maior índice no quarto estrato de riqueza.

Apresentamos na tabela 5.10 os dados da composição interna do grupo de ativos imóveis para o intervalo 1880/88, últimos momentos da escravidão no Brasil.

Tabela 5.10: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1880/88 (%).

Faixas de riqueza	Terras	Terras com benfeitorias	Casas, benfeitorias e máquinas	Plantações	Total
Até £ 150	60,2	3,1	36,6	0,1	100
£ 151 a £ 500	72,0	-	27,6	0,5	100
£ 501 a £ 1000	73,4	-	24,5	2,0	100
£ 1001 a £ 2000	68,2	2,8	27,7	1,3	100
Acima de £ 2001	69,3	3,3	23,8	3,5	100
Todas as faixas	69,8	2,4	25,2	2,6	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período 1880/88 (89) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 85 processos. Constituem 96% do total. 85 inventários *post-mortem* para o período 1880/88. AFAB.

Considerado todo o conjunto de inventariados a categoria “Terras” atingiu a maior parcela da riqueza empenhada em bens imóveis de Santa Rita do Turvo no intervalo 1880/88. Praticamente 7/10 do montante do patrimônio imobiliário do período estava alocado em propriedades fundiárias, o maior percentual dentre todos os recortes temporais analisados. Por faixas de riqueza o valor variou entre 60,2%, no primeiro estrato de patrimônio, e 73,4%, no terceiro segmento considerado. A segunda categoria mais significativa dentro do grupo de ativos imóveis mais uma vez foi “Casas, benfeitorias e máquinas”, com índice bastante próximo ao verificado para a década anterior, cerca de um quarto dos recursos imobiliários. Observamos ainda a mesma tendência verificada em 1870/79 de redução da representatividade deste item quanto mais elevada fosse a faixa de riqueza inventariada. A importância do item “Terras com

benfeitorias” declinou bastante, provavelmente resultante de um maior apuro nas descrições dos bens inventariados neste período. No intervalo 1880/88 a categoria “Plantações” atingiu representatividade semelhante ao período precedente.

Por fim, na tabela 5.11 indicamos os dados de composição da propriedade imobiliária entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no último intervalo temporal considerado, após a abolição dos cativos. Como tratamos a questão em termos de representatividade percentual das categorias propostas, o problema da grande desvalorização da moeda nacional no final do século XIX no Brasil não trouxe complicadores tão evidentes como em alguns dos aspectos que tratamos anteriormente.

Tabela 5.11: Composição do grupo de ativos imóveis por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).

Faixas de riqueza	Terras	Terras com benfeitorias	Casas, benfeitorias e máquinas	Plantações	Total
Até £ 150	64,1	0,9	33,2	1,8	100
£ 151 a £ 500	61,4	1,4	32,0	5,2	100
£ 501 a £ 1000	62,5	-	35,8	1,7	100
£ 1001 a £ 2000	77,6	0,2	20,4	1,8	100
Acima de £ 2001	57,5	5,1	25,0	12,4	100
Todas as faixas	65,0	1,4	29,1	4,5	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período 1888/1900 (111) consideramos somente os proprietários de bens imóveis, 106 processos. Constituem 95% do total. 106 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Alguns aspectos podem ser destacados em relação aos dados para o período pós-escravista de nosso recorte temporal. A categoria “Terras com benfeitorias” apresentou a menor representatividade relativa entre todos os períodos considerados. Observamos a queda constante deste item desde a década 1860/69. Provavelmente sua redução relativa foi decorrência de mudanças na forma de descrição das propriedades imobiliárias, que passaram a ser arroladas com maior apuro com a passagem do tempo. Nesse último período considerado foi o item menos representativo no montante da riqueza imobiliária declarada. Contudo, de modo geral, notamos que a extinção das possibilidades de investimentos de recursos em escravos praticamente em nada alterou a composição interna do grupo de ativo imóveis. A categoria “Terras” continuou representando a maior parte das posses imobiliárias dos inventariados do período, exatamente 65%, percentual compatível com os demais períodos tratados. O item “Casas, benfeitorias e máquinas” elevou um pouco sua participação, nada muito substancial. Contudo, manteve a posição de segunda mais importante parcela de alocação em bens imóveis. A tendência observada a partir de 1870/79, e quando tomados os dados agregados para

todo o período, de redução dos valores percentuais nesta categoria em paralelo com a elevação das faixas de riqueza também se impôs neste intervalo. A categoria “Plantações” ultrapassou a representatividade das “Terras com benfeitorias”, deixando de ser o item menos representativo dos bens imóveis. Chama atenção o percentual desta categoria especialmente no maior segmento de riqueza. De fato as áreas de cultivo teriam se ampliado na localidade em questão ou a elevação do percentual se relaciona com a melhora da qualidade da informação na documentação do período? Difícil precisar uma resposta para a questão. Talvez os dois processos esteja combinados.

Em suma, a composição interna do grupo de ativos imóveis, parte substancial da riqueza declarada entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, pouco se alterou ao longo do período considerado. As terras e as habitações e equipamentos necessários para a produção de gêneros foram os principais itens que compuseram a riqueza imobiliária dos indivíduos em análise. De modo geral, o elevado comprometimento em terras não esteve relacionado com a riqueza, visto que em todas as faixas, salvo pouquíssimas exceções, os percentuais foram próximos. Em relação aos itens agregados na categoria “Casas, plantações e máquinas”, a segunda mais representativa, observamos que, na maioria dos recortes temporais analisados, os inventariados com maiores cabedais tiveram menor alocação de recursos em bens desta natureza.

Entendemos que as poucas variações percebidas foram muito mais episódicas do que apontaram tendências. Em grande medida, provavelmente estavam refletindo diferenças na qualidade da informação contida na documentação compulsada e na amostragem de dados, não alterações na realidade socioeconômica retratada. Conforme ressaltado anteriormente, deve ser levado em conta que o estabelecimento de categorias internas ao grupo de ativo imóveis não foi um procedimento muito preciso. Para defini-las enfrentamos problemas de falta de rigor e detalhamento nas descrições dos bens, proporcionadas por mero desleixo e/ou por limitações impostas aos trabalhos das autoridades coevas e dos avaliadores responsáveis pelo arrolamento dos patrimônios inventariados. Por vezes descreveram os bens com bastante minúcia, separando, descrevendo e avaliando item por item. Outras vezes fizeram descrições genéricas, pouco precisas e pobres em detalhamento, e avaliações gerais. Além disso, em alguns momentos, algumas das discrepâncias dos dados que observamos podem derivar da pouca amostragem para alguns recortes temporais e por faixas de riqueza estabelecidas, em especial para o intervalo 1860/69.

O item mais representativo das posses imobiliárias foram as propriedades fundiárias. Em terras foram empenhados pelos inventariados de Santa Rita do Turvo praticamente dois terços dos recursos deste grupo de ativos quando considerado todo o período 1850/1900 e todo o conjunto de indivíduos contemplados, mesmo sem considerarmos as áreas claramente voltadas para as plantações. Se somarmos estas últimas o percentual eleva-se para quase 69%. Com a observação dos dados desagregados pelos intervalos temporais constituintes do longo período considerado, observamos que, considerado o conjunto dos inventariados, a categoria “Terras” nunca representou menos de 62% da riqueza alocada em imóveis, alcançando sete décimos nos intervalos de 1850/59 e 1880/88. Verificamos a mesma estabilidade na parcela empenhada em “Casas, benfeitorias e máquinas”. Do patrimônio alocado em bens imobiliários, os inventariados considerados investiram algo em torno de um quarto dos recursos deste grupo de ativos em bens desta natureza. Observamos o menor índice em 1860/69, 21,7%, e o maior em 1889/1900, 29%. Somente no derradeiro intervalo contemplado a categoria “Plantações” ultrapassou a representatividade de “Terras com benfeitorias” e deixou de ser o item menos representativo no montante total do grupo de ativo imóveis. Contudo, sempre empenhou parte modesta dos valores investidos em posses imobiliárias.

Sustentamos que a estabilidade verificada na composição interna do grupo de ativos imóveis constitui mais um elemento indicativo da manutenção geral do quadro econômico e social de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Ainda que relativos somente a um segmento restrito e bastante específico da população da localidade, aqueles que morreram e foram inventariados, entendemos que os dados apresentados e analisados sugerem que a localidade não sofreu grandes vicissitudes em sua configuração econômica no período em tela. Os informes coligidos não indicaram a potencialização de qualquer tipo de atividade que tenha tido como consequência a dinamização do cenário socioeconômico em questão. Também não percebemos retração das atividades e dos patamares que existiam desde o início do recorte temporal selecionado. Com base nos informes até este momento analisados, no último intervalo compulsado a localidade se assemelhava muito com aquela da década inicial, voltada para a produção de gêneros variados com mercantilização em escala regional, com posse cativa e imobiliária socialmente concentradas, com a predominância de pequenas escravarias e disseminação de escravos e de imóveis entre os bens dos inventariados da localidade no período tratado, precipuamente do segundo tipo de bens.

5.3 – A paisagem agrária de Santa Rita do Turvo, 1870/1900.

Optamos por aprofundar um pouco mais a análise dos dados internos do grupo de ativo imóveis, em especial aqueles atinentes à categoria “Terras”, o tipo de propriedade imobiliária mais representativo, e ao item “Plantações”. No primeiro caso entendemos que o estudo de questões como o tamanho médio das propriedades arroladas nos inventários, o perfil dos proprietários e os níveis de concentração da terra entre os inventariados proporcionaram o delineamento da estrutura fundiária vigente em Santa Rita do Turvo no tempo em questão, ainda que tomemos por base somente um grupo bastante restrito da população da localidade, aqueles que morreram e foram inventariados. Em relação à segunda categoria, apesar de ter sido a menos representativa no montante total do grupo de ativo imóveis no período 1850/1900, não obstante o ganho de importância relativa que observamos no último intervalo visto isoladamente, seu estudo particular permitiu elucidarmos os principais gêneros cultivados na localidade. Enfocamos questões como o nível de concentração da produção, os principais gêneros produzidos, a disseminação e a representatividade dos diferentes itens pelo grupo de indivíduos abordados e por faixas de riqueza. Para o estudo dos gêneros produzidos em Santa Rita do Turvo no período tratado utilizamos também as informações referentes aos estoques declarados nos inventários, ou seja, os gêneros que já tinham sido colhidos e/ou produzidos e que estavam armazenados, ou para consumo das próprias unidades produtivas e domésticas ou para comercialização. Em conjunto com a análise aprofundada da estrutura fundiária e dos principais itens produzidos entre os inventariados da localidade, somamos indícios que permitiram a recomposição da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.

Porém, alguns problemas na qualidade das informações oferecidas pela documentação consultada limitaram nossas análises acerca da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo com base nas propriedades dos inventariados. Para as duas primeiras décadas de nosso recorte temporal, 1850/59 e 1860/69, os dados não permitiram que extraíssemos muitos apontamentos. Para o intervalo 1850/59 somente 28 das 91 propriedades inventariadas tiveram suas dimensões declaradas, percentual inferior a um terço. Dentre estas, a maior posse fundiária que constatamos foi arrolada no inventário de D. Maria Custódia de Oliveira. Quando faleceu possuía “uma sorte de terras de cultura” avaliada em 100 alqueires. Seu patrimônio não era dos mais elevados,

incluindo-a no segundo estrato de riqueza, com posses totais entre £ 151 até £ 500. As terras mencionadas representavam uma parcela correspondente a 45% de todo o seu patrimônio inventariado. Possuía ainda outra propriedade de aproximadamente 17 alqueires de tamanho situada nas Vertentes de Jatiboca.¹⁷⁶ Nesse período as propriedades fundiárias foram predominantemente descritas de forma genérica, sem dimensionamento das mesmas. Descrições como “uma sorte de terras”, “uma porção de terras”, “uma parte de terras de cultura”, entre outras, foram bastante frequentes.

No intervalo seguinte, 1860/69, a representatividade das propriedades que tiveram seus tamanhos declarados na documentação compulsada elevou-se consideravelmente, alcançando pouco menos de metade dos casos. Contudo, entendemos que os dados ainda não foram suficientes para subsidiar uma abordagem quantitativa separada deste período. Somente 25 propriedades fundiárias inventariadas nesta segunda década do recorte temporal abordado tiveram suas dimensões mencionadas. Foi de Francisco José Cardoso, integrante do segmento de mais elevados cabedais, a maior propriedade arrolada dentre todos os inventariados do período. Detinha também a maior fortuna que constatamos para a década 1860/69. Ao falecer possuía “uma sorte de terras de cultura”, situada na fazenda Barra, avaliada em pouco mais de 315 alqueires, equivalentes a 28% do valor de seu patrimônio declarado. Foi a única propriedade de terras declarada em seu inventário.¹⁷⁷

Da terceira década em diante do período estudado a qualidade dos dados oferecidos pela documentação pesquisada foi muito superior, viabilizando uma abordagem quantitativa das informações coligidas. A partir da década de 1870 os informes compulsados permitiram uma aproximação acerca da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo nas três décadas finais do Oitocentos e, por conseguinte, a recuperação da paisagem agrária predominante na localidade, tendo como base as propriedades inventariadas e dimensionadas, as plantações e os estoques declarados. No intervalo 1870/1900 mais de 80% das propriedades fundiárias tiveram suas dimensões descritas. Na tabela 5.12 apresentamos os informes acerca das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de tamanho para o período 1870/1900 como um todo e para os intervalos constituintes deste recorte mais amplo.

¹⁷⁶ Inventário de Maria Custodia de Oliveira (1854). AFAB.

¹⁷⁷ Inventário de Francisco José Cardoso (1869). AFAB.

Tabela 5.12: Propriedades fundiárias inventariadas por faixas de tamanho, Santa Rita do Turvo – 1870/1900.

Faixa de tamanho das propriedades	1870/79		1880/88		1888/1900		1870/1900	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
1 a 10 alq.	34,5	4,7	36,9	4,1	35,8	5,7	35,7	4,8
11 a 50 alq.	45,8	32,5	38,9	24,0	43,0	31,8	42,7	29,3
51 a 100 alq.	13,0	25,5	14,6	25,0	15,2	33,5	14,2	27,7
>100 alq.	6,8	37,3	9,6	46,9	6,1	29,0	7,4	38,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

(1) % propriedades.

(2) % território total.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (315) consideramos somente 243 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 77% do total para 1870/1900. Número de propriedades consideradas igual a 499, equivalentes a 84% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram uma área de 18.116 alqueires. 243 inventários *post-mortem* para o período 1870/1900. AFAB.

Destacamos que a dimensão média das propriedades fundiárias inventariadas em Santa Rita do Turvo teve entre 11 e 50 alqueires de área. Considerado todo o período, pouco menos de 43% das propriedades descritas na documentação consultada cujas dimensões foram arroladas tiveram este perfil. Em nenhum dos recortes temporais estabelecidos representaram menos que 39% das propriedades. Contudo, em termos de participação no total da área territorial inventariada, a soma das posses fundiárias entre 11 e 50 alqueires comprometeram uma parcela de pouco mais de 29% em todo o período 1870/1900 e uma fatia mínima de aproximadamente um quarto, no intervalo 1880/88, e máxima de 32,5%, em 1870/1879. Se somarmos as duas primeiras faixas de tamanho temos que, para todo o recorte 1870/1900, 78,4% das propriedades inventariadas tinham até 50 alqueires de tamanho, percentual que variou pouco, entre um mínimo de 75,8%, em 1880/88, e um máximo de 80,3%, na década de 1870/79.

Tomados os dados agregados para as três décadas em análise, as propriedades com mais de 100 alqueires de tamanho concentraram a fração mais significativa do território total inventariado, uma parcela de 38,3%, ainda que fossem somente 7,4% do total das propriedades consideradas. Somente no último intervalo abordado, 1888/1900, esta situação não foi verificada. No pós-escravidão foram as propriedades entre 51 e 100 alqueires de área que dominaram a parcela maior do total das terras inventariadas, uma fatia de 33,5%. Contudo, somadas as duas faixas com até 50 alqueires esta representatividade foi suplantada.

Em linhas gerais, atestamos que o perfil da propriedade padrão entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no intervalo 1870/1900 tinha entre 11 e 50

alqueires de área, apontamento válido tanto para os dados agregados para as três décadas consideradas como para os intervalos de tempo compreendidos por este recorte mais amplo. Em todos os períodos enfocados no mínimo três quartos das propriedades tiveram até 50 alqueires de dimensão. Todavia, em termos de representatividade no total das terras inventariadas, as propriedades fundiárias com mais de 100 alqueires comprometeram a parcela mais substantiva, exceção feita ao recorte temporal 1888/1900. De forma geral, o quadro delineado se manteve no correr do período enfocado, sem grandes vicissitudes.

Tendo em vista os dados analisados acima, retomamos algumas considerações apresentadas no capítulo dois deste trabalho, no qual fizemos alguns breves apontamentos acerca da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo com base nos informes do Registro Paroquial de Terras datado de 1854/56. Amparados nessa documentação verificamos que 86% das propriedades fundiárias da localidade com tamanhos declarados possuíram até 50 alqueires. Ocupavam praticamente 14% do território total declarado. Conforme aludido anteriormente, optamos por não analisar a estrutura fundiária da localidade em tela com os informes dos inventários das décadas de 1850/59 e 1860/69. Entendemos que a fragilidade dos dados da documentação para esses intervalos impossibilitaram uma análise quantitativa da questão. Caso contrário, poderíamos confrontar informes de fontes distintas para recortes de tempo mais próximos.

Contudo, os informes de que dispomos, não obstante o distanciamento temporal e a natureza distinta das duas fontes documentais abordadas,¹⁷⁸ apresentaram alguns pontos semelhantes. No recorte temporal 1870/79, período mais próximo para o qual contamos com dados mais consistentes, pouco mais de 80% das propriedades tiveram até 50 alqueires de tamanho, percentual bastante próximo ao verificado para 1854/56 no Registro de Terras. Contudo, em termos de representatividade territorial os dados se distanciaram, visto que as propriedades desta faixa de tamanho comprometeram 37,2% das terras inventariadas na década de 1870/79 cujas dimensões foram descritas, ante 14% do período anterior considerado. No Registro de 1854/56 as propriedades com mais de 100 alqueires, praticamente 12%, concentraram pouco mais de 84% do

¹⁷⁸ O Registro de Terras oferece informações para todo o universo de propriedades e proprietários da localidade, ao passo que os inventários somente para os indivíduos falecidos e inventariados. Estes últimos não devem ser tomados como uma representação equilibrada da população de uma localidade. Além disso, na documentação do período 1854/56 somente um quarto das terras foram descritas com suas dimensões, ao passo que nos inventários do período 1870/1900 esta informação estava presente em pouco mais de 80% dos casos.

território total. Os informes correlatos dos inventários da década de 1870/79 foram de 6,8% e 37,3%, respectivamente.

De forma geral, com todas as implicações advindas do fato de os dados para os dois momentos terem sido obtidos de fontes de naturezas diversas, na década de 1870/79 as terras na localidade estavam mais fragmentadas, havia uma menor concentração das mesmas e, conforme veremos mais adiante, a dimensão média das propriedades era consideravelmente menor. Entendemos que estas mudanças foram decorrentes do paulatino processo de povoamento da região no período em questão e da valorização fundiária ocorrida após a década de 1850. Mesmo assim, permanecia um cenário de relativa concentração fundiária nas maiores propriedades, embora estas fossem poucas, e de preponderância de muitas propriedades com dimensões menores, com a grande maioria tendo até 50 alqueires de tamanho, praticamente oito em cada dez propriedades.

Os dados que exibimos na tabela 5.13 evidenciam a distribuição das propriedades inventariadas em Santa Rita do Turvo no longo período 1870/1900 por estratos de fortuna. Em seguida avançamos sobre os informes para cada um dos intervalos separadamente. Indicamos a representatividade de cada segmento de inventariados, tanto em relação aos proprietários e as propriedades quanto em face da participação de cada grupo de riqueza no total das terras arroladas na documentação consultada. Informamos também o tamanho médio por proprietário e por propriedade, tanto dentro das faixas de patrimônio como para todo o conjunto de indivíduos considerados. Reiteramos que consideramos somente as propriedades fundiárias cujas dimensões foram mencionadas na documentação cotejada.

Tabela 5.13: Distribuição e tamanho médio das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/1900.

Faixas de riqueza	% proprietários	% propriedades	% área territorial total	(1)*	(2)*
Até £ 150	23,4	16,0	5,8	18,4	13,1
£ 151 a £ 500	35,6	26,1	18,0	37,5	24,9
£ 501 a £ 1000	19,3	22,7	18,6	71,5	29,5
£ 1001 a £ 2000	10,2	12,2	17,3	125,5	51,4
Acima de £ 2001	11,5	23,0	40,3	260,7	63,5
Todas as faixas	100	100	100	74,5	36,2

(1) Posse média por proprietário.

(2) Tamanho médio da propriedade.

*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m² ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (315) consideramos somente 243 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 77% do total para 1870/1900. Número de propriedades consideradas igual a 499, equivalentes a 84% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram uma área de 18.116 alqueires. 243 inventários *post-mortem* para o período 1870/1900. AFAB.

Tomado todo o período 1870/1900 o maior grupo relativo de proprietários de terra foi o segundo segmento de riqueza. Os inventariados deste estrato foram donos também da maior parcela das propriedades inventariadas. Contudo, em termos de representatividade no total das terras arroladas e dimensionadas para todo o período considerado, a fatia mais significativa estava nas mãos do grupo constituído pelos indivíduos mais ricos, aqueles com patrimônios superiores a £ 2001. Ainda que fossem somente 11,5% dos inventariados donos de terras com medidas declaradas na documentação analisada e possuísem 23% das propriedades, concentraram pouco mais de quatro décimos da área territorial total inventariada. Cada proprietário fundiário deste segmento deteve em média 260,7 alqueires de terras, ao passo que o tamanho médio da propriedade neste grupo de inventariados alcançou a dimensão 63,5 alqueires em média. No extremo oposto, a menor faixa de riqueza deteve somente 5,8% das terras consideradas, não obstante este grupo ter sido constituído por pouco mais de 23% dos proprietários que detiveram 16% das propriedades. Entre os inventariados com menores cabedais a propriedade média foi de 13,1 alqueires e cada proprietário possuiu em média 18,4 alqueires, equivalentes a 20% e 7% das respectivas dimensões vigentes no grupo de inventariados mais abastados. De modo geral, a estrutura fundiária da localidade, verificada por meio da análise das propriedades inventariadas, apresentou dimensões consideráveis. Tomado todo o conjunto de inventariados, em média cada proprietário fundiário possuiu 74,5 alqueires de terras e o tamanho médio das propriedades foi de 36,2 alqueires.

Importante destacarmos que os dados compulsados e exibidos na tabela 5.13 manifestam claramente a associação direta entre aumento do tamanho médio das terras, tanto por proprietários como por propriedades, em concomitância com a elevação das faixas de riqueza. Conforme esperado, os indivíduos mais ricos possuíram mais terras e maiores propriedades. Ressaltamos que a concentração social da posse fundiária na localidade foi elevada, embora menor que a concentração da propriedade imobiliária em geral. O índice de Gini para a distribuição das terras inventariadas e dimensionadas para todo o período estudado foi de 0,608.

Conforme o procedimento que adotamos nas análises desenvolvidas anteriormente, procuramos observar a evolução dos aspectos abordados em uma perspectiva longitudinal, desagregando os informes extraídos dos inventários por períodos de tempo menores. Contudo, conforme mencionamos anteriormente, para o caso da distribuição das posses fundiárias inventariadas os dados desagregados para as duas primeiras décadas que contemplamos se mostraram bastante frágeis, impossibilitando a abordagem destes dois períodos separadamente. Na tabela 5.14 exibimos os dados da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo para o intervalo 1870/79.

Tabela 5.14: Distribuição e tamanho médio das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/79.

Faixas de riqueza	% proprietários	% propriedades	% área territorial total	(1)*	(2)*
Até £ 150	11,8	9,0	2,7	16,8	10,5
£ 151 a £ 500	36,5	27,7	17,0	34,7	21,9
£ 501 a £ 1000	24,7	24,9	21,1	63,4	30,3
£ 1001 a £ 2000	14,1	10,7	13,6	71,7	45,3
Acima de £ 2001	12,9	27,7	45,6	261,6	58,7
Todas as faixas	100	100	100	74,3	35,7

(1) Posse média por proprietário.

(2) Tamanho médio da propriedade.

*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m² ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (115) consideramos somente 85 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 74% do total para 1870/79. Número de propriedades consideradas igual a 177, equivalentes a 84% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram uma área de 6.312,7 alqueires. 85 inventários *post-mortem* para o período 1870/79. AFAB.

Assim como observamos nos dados para todo o período 1870/1900, na década de 1870/79 o grupo de inventariados com maior participação relativa entre os que tiveram suas terras dimensionadas foi a segunda faixa de riqueza. Possuíram ainda a

maior parcela das propriedades (empatados com o maior nível de fortuna). Todavia, o segmento constituído pelos indivíduos de maiores cabedais deteve pouco além de 45% do total das terras com medidas declaradas que foram inventariadas neste intervalo de tempo, a maior fração dentre todos os estratos. No intervalo 1870/79 o tamanho médio das propriedades e da posse fundiária por proprietário foram bastante semelhantes em comparação com os dados para todo o período. A relação entre elevação da dimensão média das propriedades fundiárias e da quantidade de terras por proprietários em concomitância com o aumento do nível de riqueza também se manifestou claramente. O índice de Gini para a distribuição fundiária neste intervalo de tempo foi de 0,606, equivalente ao valor auferido para todo o período.

Joaquim de Freitas Ferreira possuiu a maior propriedade fundiária inventariada da década de 1870/79 entre aqueles que tiveram suas posses de terras dimensionadas. Seu patrimônio o situa na quarta faixa de riqueza. Em seu inventário foi arrolada “uma sesmaria de terras de cultura” (equivalente a 900 alqueires de terra), situada na fazenda do Paiol na freguesia de Santa Rita do Turvo. Além desta propriedade possuía ainda cinco alqueires de “terras de cultura” na fazenda Sumidouro, e outras duas posses fundiárias que não tiveram suas dimensões declaradas. A soma de suas terras foi equivalente a 35% de todo o seu patrimônio arrolado e, somente considerando as duas propriedades que foram dimensionadas, a 12% de todo o território inventariado no período cujas dimensões constaram das descrições.¹⁷⁹ Contudo, o maior proprietário absoluto de terras deste intervalo foi o já mencionado major José Luís da Silva Viana, o mais rico inventariado do período e, portanto, enquadrado no segmento de maiores cabedais. A soma de todas as terras arroladas em seu inventário correspondeu a pouco menos de 1100 alqueires, distribuídos em onze propriedades, equivalentes a pouco mais de 17% do território total descrito nos inventários de 1870/79.¹⁸⁰

Conforme apontaram os dados das tabelas 5.12 e 5.13, grandes propriedades e proprietários, como os casos dos inventariados descritos acima, ainda que fossem donos da maior fração relativa das terras inventariadas, foram minoria. No intervalo 1870/79 somente pouco menos de 7% das propriedades tiveram extensões maiores que 100 alqueires (tabela 5.12). Elas coexistiram menores parcelas fundiárias em Santa Rita do Turvo no intervalo 1870/79: nada menos que 80% das propriedades tiveram até 50 alqueires (tabela 5.12). O inventariado João Martins da Cunha foi um destes pequenos

¹⁷⁹ Inventário de Joaquim de Freitas Ferreira (1870). AFAB.

¹⁸⁰ Inventário de José Luís da Silva Viana (1876). AFAB.

proprietários. Falecido em 1875, seu patrimônio acumulado o situa na segunda faixa de riqueza. Possuía 32 alqueires de terras quando faleceu, divididos em duas propriedades.¹⁸¹ Com patrimônio total enquadrado no mesmo segmento, Francisco de Assis Fortunato da Fonseca foi inventariado também em 1875. Entre seus bens foram descritos e avaliados um total de 40 alqueires de terras, distribuídos em duas propriedades.¹⁸² A faixa de riqueza na qual os dois últimos indivíduos se enquadram congregou a fatia mais substantiva dos proprietários e das propriedades, não somente no intervalo temporal em questão como também em todo o período 1870/1900.

No período relativo aos momentos derradeiros da escravidão no Brasil, 85% das terras declaradas nos inventários de Santa Rita do Turvo tiveram suas dimensões mencionadas, o maior percentual dentre todos os intervalos de tempo considerados. Na tabela 5.15 apresentamos os informes da distribuição das propriedades fundiárias e do tamanho médio das posses de terras inventariadas vigentes na localidade no intervalo 1880/88.

Tabela 5.15: Distribuição e tamanho médio das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1880/88.

Faixas de riqueza	% proprietários	% propriedades	% área territorial total	(1)*	(2)*
Até £ 150	12,0	7,5	1,6	11,6	8,7
£ 151 a £ 500	41,3	27,0	16,4	34,0	24,5
£ 501 a £ 1000	18,7	19,5	11,2	51,5	23,2
£ 1001 a £ 2000	9,3	11,9	11,1	102,5	37,8
Acima de £ 2001	18,7	34,1	59,7	274,4	71,1
Todas as faixas	100	100	100	85,8	40,5

(1) Posse média por proprietário.

(2) Tamanho médio da propriedade.

*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m² ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (89) consideramos somente 75 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 84% do total para 1880/88. Número de propriedades consideradas igual a 157, equivalentes a 85% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram uma área de 6.435,9 alqueires. 75 inventários *post-mortem* para o período 1880/88. AFAB.

Apesar de constatararmos uma pequena elevação do tamanho médio das propriedades e da quantidade de terras por proprietários, que atingiram valores um pouco superiores aos verificados para o período como um todo e para o intervalo precedente, a estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo no recorte temporal 1880/88, a

¹⁸¹ Inventário de João Martins da Cunha (1875). AFAB.

¹⁸² Inventário de Francisco de Assis Fortunato da Fonseca (1875). AFAB.

julgar pelas terras descritas nos inventários da localidade que tiveram seus tamanhos descritos, manteve-se com o mesmo perfil: socialmente concentradas e com dimensões consideráveis. A participação dos menores estratos de patrimônio na área territorial total e as posses médias por proprietários e por propriedades destes segmentos continuaram modestas, atingindo, inclusive, os menores percentuais relativos dentre os períodos tratados. Os inventariados incluídos na segunda faixa de riqueza tiveram, uma vez mais, a maior participação relativa entre os proprietários fundiários considerados. Contudo, detiveram 27% das propriedades. Os indivíduos da maior faixa de fortuna possuíram pouco mais de 34%, maior fatia relativa no intervalo 1880/88. Assim como nos recortes temporais anteriormente analisados, o segmento que deteve a maior parcela da área territorial declarada na documentação neste intervalo foi aquele constituído pelos indivíduos de maiores fortunas, superiores a £ 2001. A soma das propriedades deste estrato atingiu quase 60% do total das terras descritas no período, percentual consideravelmente superior ao que verificamos para 1870/79 e também para todo o intervalo 1870/1900. Contudo, a participação relativa desta faixa entre os proprietários de terras também foi maior. O valor do índice de Gini atingiu 0,632, pouco mais elevado que os constatados para os recortes temporais anteriormente enfocados.

O dono da maior propriedade de terras dentre os inventariados da década de 1880/88 foi também detentor da maior fortuna do período (e de todo o intervalo 1850/1900). A soma das posses fundiárias de José de Deos Moreira e Castro atingiu 948 alqueires, distribuídos em 7 diferentes propriedades. Destacamos as maiores. Na fazenda Bom Jardim, na vizinha Ponte Nova, Moreira e Castro possuía 330 alqueires em “terras de culturas em capoeiras, matas virgens e pastos”. Sua propriedade na fazenda São João, na freguesia de Santa Rita do Turvo, foi avaliada em 236 alqueires de “terras de cultura”. Por fim, na fazenda Canadá, também em Ponte Nova, possuía 227 alqueires de “terras de cultura em capoeiras, matas e pastos”. A soma de todas as suas propriedades fundiárias representava 15% de seu patrimônio e 15% de todo o território inventariado no intervalo 1880/88 cujas dimensões foram descritas.¹⁸³

Todavia, a paisagem agrária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX era marcada pela presença predominante de proprietários e propriedades de menor envergadura. Não foi diferente no período 1880/88. Dentre as propriedades fundiárias inventariadas com dimensões descritas neste período, pouco mais de três

¹⁸³ Inventário de José de Deos Moreira e Castro (1882). AFAB.

quartos tinham até 50 alqueires de tamanho, ao passo que aquelas com mais de 100 alqueires representaram pouco menos de 10% (tabela 5.12). No inventário de D. Francisca de Jesus, datado do ano de 1885, foi descrita e avaliada uma única propriedade de terras. A dimensão da mesma era de 11,3 alqueires. Estava enquadrada no estrato de menores cabedais.¹⁸⁴ Maria José da Conceição possuía patrimônio e terras de maiores expressividades. Contudo, não estava entre os patrimônios mais robustos do período e nem entre os maiores proprietários de terras. Inventariada no ano de 1886 possuía uma única propriedade, dimensionada em 51,5 alqueires, na qual era cultivado o milho, e estava entre os indivíduos congregados na terceira faixa de fortuna.¹⁸⁵ Januário Esquetino foi inventariado em 1887. Seu inventariante declarou quatro propriedades de terras. Somadas atingiram a dimensão de 100,5 alqueires. Seu patrimônio atingiu expressão considerável, inserindo-o na quarta faixa de riqueza. Era produtor de café, milho, feijão e arroz.¹⁸⁶

Na tabela 5.16 apresentamos os dados para o intervalo 1888/1900. Conforme abordamos anteriormente, na última década do século XIX ocorreram algumas intercorrências no cenário econômico do Brasil que impactaram diretamente nos dados com os quais trabalhamos. Como consequência da desvalorização da moeda nacional houve um rearranjo dos processos pelas faixas de riqueza estabelecidas ao longo do trabalho, reflexo da queda dos valores de riqueza quando convertemos os patrimônios para a Libra Esterlina. O número de inventariados agrupados nos segmentos de menores cabedais conheceu aumento expressivo, ao passo que, no extremo oposto, os estratos superiores declinaram bastante. Devemos levar em conta tais aspectos na observação dos dados sobre a distribuição e o perfil das propriedades fundiárias inventariadas em Santa Rita do Turvo na última década contemplada.

¹⁸⁴ Inventário de Francisca de Jesus (1885). AFAB.

¹⁸⁵ Inventário de Maria José da Conceição (1886). AFAB.

¹⁸⁶ Inventário de Januário Esquetino (1887). AFAB.

Tabela 5.16: Distribuição e tamanho padrão das propriedades fundiárias inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900.

Faixas de riqueza	% proprietários	% propriedades	% área territorial total	(1)*	(2)*
Até £ 150	45,2	31,5	14,5	20,5	15,0
£ 151 a £ 500	29,8	23,6	21,2	45,4	29,1
£ 501 a £ 1000	14,3	23,6	24,4	109,2	33,6
£ 1001 a £ 2000	7,1	13,9	29,1	260,1	67,8
Acima de £ 2001	3,6	7,4	10,8	193,8	48,4
Todas as faixas	100	100	100	63,9	32,5

(1) Posse média por proprietário.

(2) Tamanho médio da propriedade.

*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m² ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente 84 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas. Constituem 76% do total para 1888/1900. Número de propriedades consideradas igual a 165, equivalentes a 82% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram a uma área de 5.367,4 alqueires. 84 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

No intervalo 1888/1900 a participação relativa das faixas de riqueza se alteraram bastante, tanto entre os proprietários de terras como na proporção que os grupos de patrimônio detiveram do território total inventariado no período. Entendemos que as diferenças tenham relação direta com o impacto dos efeitos da desvalorização monetária ocorrida no período e da metodologia que aplicamos no tratamento dos dados. Os dois grupos de menores cabedais elevaram bastante suas representatividades em comparação com os dados para as décadas anteriores e para o período como um todo. Entre os proprietários, o grupo mais representativo foi justamente o de menor riqueza, com pouco mais de 45% dos indivíduos. Estes possuíram uma parcela equivalente a 14,5% das terras dimensionadas na documentação compulsada. De modo geral, a participação relativa dos proprietários de terras declinou de acordo com a elevação das faixas de riqueza, reflexo da própria distribuição geral dos processos neste período. O grupo de maiores cabedais, constituído por somente quatro inventariados neste intervalo, deteve tão somente pouco mais de um décimo das terras consideradas. A terceira e a quarta faixas de patrimônio possuíram as maiores parcelas fundiárias da área territorial total inventariada.

Em decorrência dos apontamentos anteriores, o estudo da concentração fundiária por estrato de fortuna torna-se problemático para o último intervalo temporal abordado. Contudo, não obstante as alterações verificadas nos informes para 1888/1900, reflexos dos impactos do cenário econômico do final do Oitocentos no Brasil sobre os informes coletados, sustentamos que o padrão da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo

provavelmente não se alterou substancialmente. Somente notamos uma pequena redução do tamanho médio das propriedades fundiárias e da média de terras por proprietários, equivalentes a 80% e a 74%, respectivamente, das dimensões auferidas no intervalo anterior. Foram os menores dentre todos os intervalos considerados. Houve ainda uma redução do índice de Gini, que neste intervalo atingiu 0,573.

Acreditamos que proprietários com menor quantidade de terras e propriedades mais reduzidas neste último período sejam aspectos relacionados com o processo de maturação da ocupação da localidade, potencializado nas primeiras décadas da segunda metade do Oitocentos e já bastante avançado no final do século. Neste cenário, as propriedades fundiárias muito provavelmente estavam sofrendo um processo de fracionamento em função da morte dos primeiros ocupantes dos territórios da localidade e de seus descendentes diretos, o que se dava por meio das partilhas das propriedades entre os herdeiros dos mesmos. Entendemos que as menores dimensões médias das propriedades e das posses fundiárias por proprietários verificadas com base nos informes dos inventariados de Santa Rita do Turvo no intervalo 1888/1900 reflitam em boa medida esse aludido processo.

Dentre todas as propriedades dimensionadas neste último intervalo considerado, as duas maiores tinham a mesma dimensão. Inventariados no ano de 1890, o casal João Bernardes de Castro e Vitória Joaquina de Jesus, cujo patrimônio total se encaixa no quarto grupo de riqueza, entre £ 1001 a £ 2000, possuía uma propriedade de 200 alqueires de terras na fazenda da Serra. A documentação consultada não indicou as atividades produtivas praticadas nas terras do casal.¹⁸⁷ Com patrimônio na mesma faixa de fortuna, o inventariado Luiz Gonzaga da Silva Viana, falecido em 1891, também era dono de uma propriedade dimensionada em 200 alqueires. Estava situada nas proximidades do ribeirão do Caratinga e produzia café.¹⁸⁸ Contudo, assim como no intervalo 1880/88, o maior proprietário absoluto de terras entre os inventariados de 1888/1900 coincidiu com o maior patrimônio que encontramos no período enquadrado, portanto, no maior estrato de fortuna. No processo de D. Mariana Clara de Jesus, aberto no ano de 1895, foram descritas e avaliadas 5 propriedades que totalizaram 406 alqueires de terras. Sua maior propriedade estava localizada em São Miguel do Anta, na fazenda Córrego de Santo Antônio, e contava com 196 “alqueires de terras de cultura e pasto”. As outras quatro propriedades, três delas na mesma freguesia e outra em

¹⁸⁷ Inventário de João Bernardes de Castro e Vitória Joaquina de Jesus (1890). AFAB.

¹⁸⁸ Inventário de Luiz Gonzaga da Silva Viana (1891). AFAB.

Coimbra, comprometeram o restante das terras de D. Mariana. De todo o seu patrimônio inventariado as posses fundiárias representavam 54% do total e 8% da área inventariada no período cujas dimensões foram descritas.¹⁸⁹

Assim como nos demais períodos analisados, no intervalo 1888/1900, predominaram as propriedades com até 50 alqueires de tamanho, praticamente 79% dos casos. Aquelas com dimensões superiores a 100 alqueires corresponderam a somente 6% neste período (tabela 5.12). O inventariante de Vicente Coelho Leal, falecido em 1896, declarou um patrimônio total que o enquadra no primeiro segmento de riqueza, o mais representativo no total de propriedades fundiárias do período. Leal possuía uma única propriedade que foi dimensionada em 22,5 alqueires de terras.¹⁹⁰ D. Joana Gomes de Castro, falecida e inventariada no ano de 1892, foi dona de um patrimônio total dentro do segundo segmento de riqueza, que concentrou a segunda maior parcela das propriedades do período considerado. Suas terras, nas quais havia produção de café, tinham uma dimensão de 40 alqueires.¹⁹¹

Em suma, o padrão da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo, a julgar pelas propriedades inventariadas que tiveram seus tamanhos declarados na documentação consultada, não conheceu grandes alterações no decorrer do período 1870/1900, embora o Registro de Terras de 1854/56 tenha indicado uma maior concentração das terras nas unidades fundiárias maiores na primeira década da segunda metade do Oitocentos. Quando observamos os informes para o intervalo 1870/1900 constatamos a vigência de considerável nível de concentração social das terras na localidade, uma relação direta entre aumento do nível de patrimônio e elevação das dimensões das terras (tanto em relação aos proprietários como também das propriedades) e a disseminação de unidades com consideráveis dimensões.¹⁹² De modo geral, as propriedades fundiárias mais frequentes mediram entre 11 e 50 alqueires, ainda que aquelas com dimensões superiores a 100 alqueires tenham concentrado a fração mais robusta do território total

¹⁸⁹ Inventário de Mariana Clara de Jesus (1895). AFAB.

¹⁹⁰ Inventário de Vicente Coelho Leal (1896). AFAB.

¹⁹¹ Inventário de Joana Gomes de Castro (1892). AFAB.

¹⁹² Enquanto em Santa Rita do Turvo a área média das propriedades inventariadas no período 1870/1900 foi de 36 alqueires, para a localidade de Bonfim/MG, no vale do Paraopeba, por exemplo, Cláudia Martinez constatou que, no intervalo 1850/1888, as propriedades rurais inventariadas tiveram tamanho médio de 91 alqueires. Depois da abolição da escravidão até 1914, período em que houve um processo de fragmentação da terra na localidade, a área média das propriedades rurais inventariadas declinou para 57 alqueires. Contudo, além de não explicitar claramente a metodologia aplicada aos dados, a autora separa imóveis rurais e urbanos, procedimento que não adotamos. Vale lembrar que na época, mesmo no meio urbano (com todas as dificuldades de definir urbano em contraposição ao rural naquele período) existiam diversas chácaras e sítios dedicados ao cultivo de gêneros. Estas entraram em nossas estimativas (Martinez, 2006, p. 190-193).

declarado. A maior parcela das terras era de propriedade dos indivíduos constituintes da mais elevada faixa de riqueza, mesmo que a parte mais considerável dos proprietários de posses fundiárias cujas dimensões foram declaradas fizesse parte dos menores estratos de patrimônio.

Apesar de algumas nuances observadas quando abordamos os intervalos de tempo desagregados, em especial a última década, fundamentalmente em razão do reordenamento dos estratos de patrimônio neste período, o padrão descrito não se alterou, nem no sentido de uma maior concentração fundiária nem para o caminho oposto, de um considerável e efetivo processo de desconcentração da posse das terras na localidade. Entendemos que o quadro delineado acerca da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo nas três derradeiras décadas do século XIX se constituiu em mais um aspecto indicativo de que o cenário socioeconômico em questão não conheceu alterações substantivas no decorrer das décadas contempladas, eventualmente originadas da dinamização da cafeicultura em localidades relativamente próximas, conforme supúnhamos previamente. O padrão de posse das terras, um dos principais alicerces constitutivos da estrutura produtiva da localidade, manteve-se similar ao longo do período tratado.

Admitindo a premissa de que as terras que foram melhores avaliadas possuíam qualidade superior, estando mais aptas para o cultivo de gêneros, destacamos que, além de concentrarem a parte mais substantiva do território declarado nos inventários, bem como propriedades fundiárias com extensões maiores, os indivíduos que compunham a maior faixa de riqueza entre os inventariados de Santa Rita do Turvo detiveram ainda as melhores terras. Na tabela 5.17 exibimos os preços médios do alqueire das propriedades inventariadas. Apresentamos os informes desagregados por segmentos de patrimônio e por intervalos de tempo, sem omitirmos os dados para o conjunto de inventariados. Conforme aludido anteriormente, para as décadas 1850/59 e 1860/69 foi muito reduzido o percentual de propriedades com dimensões declaradas. Em função disso optamos por não calcular os preços médios das terras inventariadas para estes intervalos.

Tabela 5.17: Preços médios do alqueire de terra inventariado por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1870/1900 (em libras esterlinas)

Faixas de riqueza	1870/79	1880/88	1888/1900	1870/1900
Até £ 150	2,98	4,88	2,92	3,34
£ 151 a £ 500	3,51	4,30	3,80	3,67
£ 501 a £ 1000	3,56	5,84	3,43	4,17
£ 1001 a £ 2000	4,16	5,26	3,53	4,55
Acima de £ 2001	6,00	4,96	5,93	5,56
Todas as faixas	4,24	5,10	3,55	4,24

*Em alqueires. 1 alqueire equivalente a 48.400 m² ou 4,84 há (Muniz, 1979, p. 21).

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (315) consideramos somente 243 processos, pois foram os que descreveram propriedades fundiárias com as respectivas medidas, possibilitando o cálculo do preço unitário do alqueire. Constituem 77% do total para 1870/1900. Número de propriedades consideradas igual a 501, equivalentes a 84% do total descrito na documentação para o intervalo. Somadas atingiram a uma área de 18.116 alqueires. 243 inventários *post-mortem* para o período 1870/1900. AFAB.

Considerando os dados para todo o período 1870/1900 percebemos que os inventariados mais ricos possuíram as terras que foram melhores avaliadas. Preço médio do alqueire e faixa de riqueza aumentaram concomitantemente. O alqueire de terra do grupo de maiores patrimônios atingiu o mais elevado preço médio. Quando observamos os dados por décadas somente em 1880/88 a tendência fica um pouco mais nebulosa. Podemos visualizar ainda que o pico dos preços das terras em Santa Rita do Turvo ocorreu no intervalo 1880/88. Em todas as faixas de riqueza, e, por conseguinte para todo o conjunto de inventariados, verificamos neste período os maiores preços médios, exceção feita justamente para o estrato dos mais ricos. No último intervalo abordado os preços se retraíram significativamente. Considerando todo o conjunto de inventariados, o preço médio do alqueire foi igual a 70% do valor auferido para o intervalo anterior. Lembramos uma vez mais que este período está diretamente influenciado pelo cenário estrutural de desvalorização da moeda nacional no final do século XIX.

Em suma, sustentamos que os indivíduos mais aquinhoados, além de possuírem propriedades maiores e maior quantidade absoluta, detinham terras de qualidade superior em comparação com os inventariados com menores cabedais, a julgar pelos maiores preços médios dos alqueires de terra das propriedades declaradas na documentação analisada. Ou seja, além da concentração social quantitativa das terras inventariadas em Santa Rita do Turvo nas três décadas derradeiras do século XIX, constatamos ainda uma concentração qualitativa das mesmas em favor dos inventariados mais aquinhoados. Inegavelmente que estes aspectos da estrutura fundiária da localidade em tela, concentração social quantitativa e qualitativa das terras, impactavam decisivamente no potencial produtivo dos indivíduos em questão. Em uma

localidade voltada para a produção de gêneros alimentícios para mercantilização em escala regional, a posse de mais e melhores terras certamente era fator determinante da quantidade e da qualidade da produção encetada. Se acrescentarmos ainda os dados apresentados e analisados no capítulo anterior que apontaram uma concentração quantitativa e qualitativa da mão de obra cativa em favor dos proprietários das maiores escravarias, temos que as potencialidades produtivas dos inventariados mais abastados eram infinitamente superiores aos indivíduos dos estratos de recursos inferiores. Terra e mão de obra, elementos estruturantes do cenário econômico em questão, eram socialmente concentrados nas mãos nos inventariados mais ricos de Santa Rita do Turvo no tempo em questão, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Além da recuperação da estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, para recompormos o mais adequadamente possível a paisagem agrária da localidade investimos sobre os tipos de culturas predominantes na região. O que plantavam, colhiam e, conseqüentemente, consumiam e/ou comercializavam regionalmente os habitantes da localidade? Mais uma vez nossas análises foram limitadas pela documentação utilizada. Somente tivemos acesso às culturas praticadas pelos indivíduos inventariados. Nossos dados não recuperam toda a população da localidade considerada. Se, porventura, uma determinada cultura foi praticada majoritariamente pelos segmentos mais desprovidos materialmente daquela sociedade, que não foram inventariados, com base na documentação que utilizamos acabamos negligenciando tal produção. Mesmo se a identificamos, muito provavelmente não conseguimos atribuir à devida importância ou disseminação que a mesma conheceu. Outra limitação importante imposta pelas fontes que utilizamos diz respeito ao problema da sazonalidade típica das produções agrárias. Considerando que o inventário de um indivíduo retrata um momento exato, seus bens descritos podem ocultar, aumentar ou diminuir a relevância do tipo de produção ao qual se dedicava, dependendo do estágio em que se encontrava no instante em que seus bens foram descritos e avaliados (semeadura, colheita, estocagem, consumo ou comercialização).

Não obstante os apontamentos sobre os limites da análise proposta, derivados da natureza do *corpus* documental cotejado, entendemos que, embora muito provavelmente o conjunto de inventariados não represente de forma equilibrada a sociedade de Santa Rita do Turvo da segunda metade do Oitocentos, o mesmo era constituído por indivíduos que não foram elementos estranhos a ela. Portanto, o estudo das culturas que praticavam ilumina ao menos razoavelmente o quadro para a localidade, oferecendo

subsídios importantes para compreendê-la, bem como todos os demais aspectos que abordamos ao longo do trabalho, principalmente em função da inexistência de registros para toda a população da localidade no período tratado.

Exibimos na tabela 5.18 os dados que atestam a contribuição que cada faixa de riqueza teve no montante total dos principais gêneros produzidos pelos inventariados em Santa Rita do Turvo entre 1850/1888. Pelas peculiaridades do intervalo 1888/1900 optamos por apresentá-lo separadamente. Baseamos nossa análise nos valores relativos de cada um dos itens contemplados e não nas quantidades declaradas. Consideramos tanto as plantações (bens imóveis) quanto os estoques declarados nos inventários (bens móveis). Indicamos os dados segmentados por faixas de riqueza. Somente conseguimos identificar algum tipo de gênero cultivado ou produzido em 31% dos inventários para todo o período contemplado. Este baixo percentual impediu-nos de desagregarmos os informes por intervalos, conforme fizemos para algumas das questões tratadas anteriormente. Café, milho, cana de açúcar (incluindo também seus derivados, principalmente aguardente, rapadura e açúcar) e arroz foram os principais gêneros declarados. A categoria outros incluiu, além das plantações e dos estoques que não determinaram claramente o tipo de gênero, itens menos representativos, tais como algodão, fumo, feijão, frutas etc.

Tabela 5.18: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total dos gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo - 1850/1888 (%).

Faixas de riqueza	café	milho	cana e/ou derivados	arroz	outros	(1)	(2)
Até £ 150	0,1	0,2	-	0,6	0,6	0,1	9,1
£ 151 a £ 500	1,9	3,9	0,5	1,6	0,6	2,3	18,6
£ 501 a £ 1000	6,4	12,1	2,3	1,3	1,3	6,8	36,8
£ 1001 a £ 2000	9,0	13,6	6,3	4,9	4,9	10,0	36,1
Acima de £ 2001	82,6	70,2	90,9	91,6	92,6	80,8	81,6
Total	100	100	100	100	100	100	31,1

(1): Participação no montante total das produções, somados todos os gêneros.

(2): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente 90 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 31% do total para 1850/88. 90 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Os dados expostos na tabela 5.18 permitiram acessarmos a contribuição de cada agrupamento de fortuna na produção em geral e de cada item em particular. Considerando todos os gêneros declarados verificamos uma brutal concentração dos

gêneros produzidos nas mãos dos indivíduos do segmento mais rico de inventariados, com patrimônios maiores que £ 2000. Praticamente oito décimos do valor de tudo que foi inventariado em plantações e estoques estavam concentrados neste segmento. Por outro lado, o estrato de menor patrimônio detinha somente uma ínfima parcela de 0,1% do montante total dos itens produzidos pelos inventariados de Santa Rita do Turvo entre 1850/88. Contudo, importante destacarmos que o percentual de inventariados com algum tipo de produção declarada na documentação, fosse em plantação ou em estoque, elevou-se gradualmente conforme o nível de riqueza verificado. Ou as produções dos menores estratos eram insignificantes demais para receberem algum valor no momento da avaliação ou de fato o percentual de indivíduos que produziam algo nestes estratos era realmente muito reduzido. Acreditamos mais na primeira possibilidade. Uma parcela de 81,6% dos inventariados com maiores cabedais teve algum tipo de gênero declarado entre os bens arrolados em seus processos. O percentual correlato para o menor segmento foi de pouco mais de 9%.

O mais elevado nível de patrimônio concentrou a maior parte disparada de todos os principais gêneros inventariados. Para o caso das plantações de cana de açúcar e da produção de seus derivados concentrou praticamente 91% do montante total. Além das próprias plantações de cana de açúcar, foi bastante comum o arrolamento de gêneros derivados desta, tais como açúcar, rapadura, aguardente, restilo¹⁹³ etc. Uma parcela de 70% do montante de milho arrolado no conjunto dos inventários considerados estava concentrado nas mãos do maior segmento de riqueza. Pouco mais de 82% do café declarado nos inventários de Santa Rita do Turvo entre 1850/88, plantado ou estocado, estava em poder dos inventariados do mesmo estrato de patrimônio. O nível de concentração do arroz inventariado também foi elevado, visto que 91,6% de seu montante foi declarado nos processos constituintes do grupo de maior fortuna.

Em suma, assim como no caso da mão de obra cativa, das propriedades imobiliárias em geral e das terras em particular, as produções também conheceram um elevado nível de concentração social em favor do segmento de maior fortuna. Na verdade, este último aspecto nada mais foi do que a consequência imediata da concentração de cativos e imóveis. Maior quantidade de escravos e mais e melhores terras e equipamentos permitiram maior e melhor nível de produção. O resultado disso tudo em Santa Rita do Turvo foi que os inventariados do maior patamar de riqueza

¹⁹³ Tipo de aguardente de baixa qualidade.

concentraram mais de 80% de todas as plantações e estoques declarados na documentação consultada, tomados pelos seus valores e não por suas quantidades.

Em razão dos problemas atinentes ao intervalo 1888/1900, já tratados anteriormente, optamos por apresentar em separado na tabela 5.19 os informes deste período acerca da contribuição relativa dos segmentos de fortuna de Santa Rita do Turvo no montante total das produções inventariadas.

Tabela 5.19: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total dos gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).

Faixas de riqueza	café	milho	cana e/ou derivados	arroz	outros	(1)	(2)
Até £ 150	4,0	16,5	58,7	20,4	32,0	9,0	25,5
£ 151 a £ 500	24,4	23,2	7,8	10,3	45,1	23,4	32,3
£ 501 a £ 1000	8,3	11,4	2,4	-	-	8,3	33,3
£ 1001 a £ 2000	10,4	39,4	31,1	42,7	22,9	15,8	66,7
Acima de £ 2001	52,9	9,5	-	26,6	-	43,5	50,0
Total	100	100	100	100	100	100	28,1

(1): Participação no montante total das produções, somados todos os gêneros.

(2): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente 31 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 28% do total para 1888/1900. 31 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Os dados relativos ao período 1888/1900 mostraram-se bastante diferentes em comparação com os informes para o intervalo 1850/88, em grande medida pela reorganização das faixas de riqueza advindas da desvalorização da moeda nacional e pela metodologia que aplicamos no tratamento dos dados cotejados. Em função das características do período a interpretação das informações constitui-se em tarefa problemática. Contudo, ainda que pesem estes empecilhos, notamos que, não obstante a pouca representatividade de inventariados alocados na maior faixa de riqueza (somente 4 processos), se considerarmos o conjunto das produções arrolados nos inventários, a parcela mais representativa destas permanecia concentrada nas mãos dos indivíduos deste segmento de patrimônio, um percentual de 43,5%. Todavia, dentre os principais gêneros inventariados, somente no caso do café os indivíduos constituintes do grupo de maiores cabedais controlou a maior parcela no valor total declarado na documentação consultada. No mais, os dados para o intervalo 1888/1900 mostram-se bastante irregulares, dificultando a percepção de qualquer tendência mais evidente.

Os informes extraídos da série de inventários *post-mortem* pesquisados permitiram ainda abordarmos outras questões atinentes à caracterização da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, especialmente sobre as culturas praticadas pelos indivíduos inventariados que viveram na localidade. Na tabela 5.20 apresentamos a participação relativa dos principais gêneros produzidos dentro do montante total das plantações e dos estoques declarados entre os inventariados da localidade de Santa Rita para o período 1850/1888, tanto por faixas de riqueza como também para o conjunto dos inventários.

Tabela 5.20: Participação relativa em cada faixa de riqueza dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo, 1850/1888 (%).

Faixas de riqueza	café	milho	cana e/ou derivados	arroz	outros	total	(1)
Até £ 150	18,9	54,1	1,4	13,6	12,0	100	9,1
£ 151 a £ 500	16,7	54,8	8,6	0,9	19,0	100	18,6
£ 501 a £ 1000	18,6	56,9	12,1	0,6	11,8	100	36,8
£ 1001 a £ 2000	17,8	43,3	23,0	1,6	14,3	100	36,1
Acima de £ 2001	20,2	27,8	40,9	3,8	7,3	100	81,6
Todas as faixas	19,8	32,0	36,3	3,3	8,6	100	31,1

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente 90 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 31% do total para 1850/88. 90 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Conforme atestam os dados da tabela 5.20, quando tomado todo o conjunto de inventariados de Santa Rita do Turvo do período 1850/88, a cana de açúcar e/ou derivados representou a parcela mais alta do valor total das produções desenvolvidas na localidade considerada, equivalente a 36,3%, pouco acima do milho. Esta alta representatividade não chega a ser surpreendente. De acordo com Marcelo Godoy, no Brasil do século XIX Minas Gerais consolidou-se como o maior espaço canavieiro com produção voltada para o mercado interno. Afirmou que um terço das unidades rurais mineiras estavam envolvidas com atividades de transformação da cana de açúcar (Godoy, 2004). Contudo, o autor destacou que a produção mineira de derivados de cana diferenciava-se do modelo tradicional, eminentemente voltado para a produção de açúcar para exportação e consolidado em regiões mais próximas do litoral. Em Minas Gerais os aspectos fundamentais da economia canavieira foram diferentes. As principais características mencionadas por Godoy foram a desconcentração espacial da produção, a diversificação da base técnica empregada e dos gêneros produzidos, as múltiplas

configurações de tamanho e de composição da mão de obra empregada (principalmente cativa), os variados níveis de produtividade verificados, a concomitância com outras atividades econômicas, a longa duração temporal da produção e, principalmente, o direcionamento para o mercado interno, com consequente independência de condicionantes externos (Godoy, 2004, p. 525-557). Importante destacarmos a metodologia aplicada pelo autor para a caracterização do espaço canavieiro de Minas Gerais, cujas principais características sintetizamos acima. Para superar o problema de falta de dados para a produção e comércio de derivados de cana (não existem dízimos e as listas de habitantes mineiras não indicam a produção das unidades produtivas, por exemplo), Godoy optou por tomar uma localidade em específico, para a qual possuía informações (Santo Antônio do Calambau, distrito de Mariana), como representativa do setor canavieiro de Minas Gerais. Replicou então os dados desta localidade para o restante da província, estabelecendo as estimativas de produção que sustentaram sua caracterização do perfil do espaço canavieiro de Minas Gerais entre o final dos Setecentos e o início dos Novecentos (Godoy, 2004, p. 539-551).

Voltando aos dados para Santa Rita do Turvo destacamos que a maior faixa de riqueza foi o segmento no qual a cana de açúcar e/ou derivados atingiu o maior percentual relativo de participação no valor total das plantações e dos estoques declarados nos inventários. Foi o único estrato em que este tipo de produção suplantou todos os demais itens. Representou pouco menos de 41% dos gêneros declarados nos inventários dos indivíduos do maior segmento de patrimônio. A maior parte dos inventariados que declararam plantações de cana e/ou estoques de algum de seus derivados possuía também, entre seus bens imóveis, engenhos, movidos por água ou por tração animal, dos mais variados tamanhos e capacidades produtivas, paióis e alambiques para armazenamento dos gêneros produzidos, fôrmas e tachos para a produção de açúcar e rapadura, entre outras benfeitorias. Com base nos dados coligidos podemos afirmar que o cultivo de cana de açúcar e, principalmente, a produção de seus derivados, foi atividade eminentemente praticada pelo segmento de inventariados mais abastados, uma vez que exigia a posse de uma infraestrutura capaz de transformar a cana de açúcar em rapadura, aguardente e, principalmente, em açúcar. Podemos observar que o percentual de participação da cana de açúcar e/ou derivados no montante total das produções se eleva em concomitância com o aumento dos níveis de riqueza. Do total das produções do estrato de inventariados com menores cabedais somente 1,4% era de cana de açúcar e/ou derivados, ao passo que o percentual correlato que

verificamos entre os indivíduos do segmento de maior patrimônio alcançou praticamente 41%.

O maior produtor de cana de açúcar e/ou derivados que encontramos entre os inventariados analisados foi José de Deos Moreira e Castro, abordado anteriormente por ter o maior patrimônio declarado para todo o período considerado, extensas posses fundiárias e grande escravaria. Entre os bens descritos e avaliados no momento de seu inventário estava um estoque total de 2.400 arrobas de açúcar e 330 barris de restilo (um tipo de aguardente). Além disso, entre suas plantações foram mencionados três canaviais de diferentes idades. A estrutura declarada entre seus bens que possibilitava a produção dos derivados de cana era composta por cinco engenhos, espalhados por suas diferentes propriedades, alambiques e paióis para depósito de aguardente.¹⁹⁴

Não obstante a presença de grandes produtores, como ilustrado com o caso do inventariado mencionado e que contavam com equipamentos para a produção dos derivados da cana de açúcar além das plantações da mesma, verificamos uma considerável presença de pequenos plantadores de cana. Estes não contavam entre seus bens com as benfeitorias necessárias para a produção de açúcar, aguardente, rapadura etc. Muito provavelmente negociavam o produto de suas lavouras com outros indivíduos com capacidade de produzir os derivados da cana. Aparentemente foi o caso de Francisco José Pereira de Paula. Além do milho em estoque declarado em seu inventário (340 alqueires), possuía um canavial pequeno.¹⁹⁵ Outro caso similar encontramos no inventário de Antônio José de Souza. A única plantação descrita entre suas posses foi um “canavial pequeno e inferior”.¹⁹⁶ Os últimos inventariados citados muito provavelmente abasteciam indivíduos com condições de produzirem os derivados da cana.

Considerado todo o conjunto de inventariados nos quais identificamos algum tipo de gênero produzido nos processos pesquisados, o milho foi o segundo item mais representativo no valor total somado das plantações e dos estoques declarados, pouco abaixo da cana de açúcar e/ou derivados, com participação equivalente a 32%. Contudo, quando observamos os dados desagregados por faixas de riqueza, somente no segmento de maiores cabedais o milho não foi o gênero mais representativo no montante total, situação exatamente oposta a que verificamos para a cana e/ou derivados. Ao contrário

¹⁹⁴ Inventário de José de Deos Moreira e Castro (1882). AFAB.

¹⁹⁵ Inventário de Francisco José Pereira de Paula (1850). AFAB.

¹⁹⁶ Inventário de Antônio José de Souza (1884). AFAB.

deste último tipo de produção, não houve relação entre cultivo de milho e nível de patrimônio. Nas três primeiras faixas de riqueza este item representou mais da metade do valor total das produções e dos estoques inventariados. Desse modo, sustentamos que tinha papel decisivo para os grupos menos aquinhoados. Contudo, a relevância do milho entre as produções cultivadas em Santa Rita do Turvo no tempo em questão não se restringiu aos setores menos aquinhoados. Representou parcela importante no montante dos gêneros produzidos e declarados em todos os níveis de patrimônio, nunca inferior a um quarto do montante total das plantações e dos estoques, mesmo entre os mais ricos.

Importante destacarmos que o milho era um cultivo bastante versátil, servindo tanto para a dieta humana quanto para o sustento dos rebanhos de animais, especialmente dos suínos.¹⁹⁷ Francisco Luna e Herbert Klein analisaram diversos aspectos da economia e da sociedade de São Paulo no longo período 1750/1850. Dentre outros tantos temas abordados voltaram-se para o estudo das produções precipuamente direcionadas para subsistência e para o mercado interno. Serviram-se de censos não publicados como fontes, documentação que apresentava informações sobre a população e suas produções para diversas localidades paulistas. Dentre os gêneros analisados pelos autores estava o milho, item mais disseminado e importante dentre todos aqueles produzidos para o mercado local (Luna & Klein, 2005. 107-136). Conquanto os apontamentos de Luna e Klein tenham sido especificamente sobre localidades paulistas, algumas de suas análises fizeram menção para aspectos gerais acerca do cultivo e da utilização deste gênero pelas populações do passado brasileiro. Afirmaram que uma das principais razões de sua disseminação residia justamente no fato de que era consumido por pessoas e animais. Desse modo, servia de alimento para os produtores familiares e o excedente podia ser comercializado no mercado ou vendido como ração animal. Alimentava os porcos sendo, portanto, usado indiretamente na fabricação do toucinho. Além dos suínos também os muares, importantes no transporte das mercadorias, consumiam grandes quantidades de milho. Outro aspecto mencionado pelos autores que contribuía para a disseminação deste item era a facilidade de seu cultivo, com safras anuais e baixos investimentos de produção. Em função dos elementos destacados, era

¹⁹⁷ Para os hábitos alimentares especificamente dos mineiros no século XIX ver, entre outros, os estudos de Eduardo Frieiro (1982), Mônica Abdala (1997) e Sônia Magalhães (2004). Não obstante as nuances de cada um dos trabalhos, todos ressaltaram a disseminação da carne de porco, das farinhas de milho e mandioca, do angu de fubá, do arroz e do feijão como os principais itens consumidos em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

cultivado tanto em unidades dedicadas exclusivamente a essa cultura como em lavouras de produção de café e açúcar para exportação. De modo geral, Luna e Klein destacaram que nas zonas temperadas do Brasil o milho foi tão importante quanto foi a mandioca nas áreas tropicais (Luna & Klein, 2005, 120-125).

Entre os bens inventariados em 1870 pertencentes ao alferes Domingos Francisco dos Reis estava “uma roça de milho avaliada em 312 carros”.¹⁹⁸ Por sua vez, Antônio José Casemiro, inventariado em 1876, possuía 220 alqueires de “terras de plantação de milho”.¹⁹⁹ Foram destes dois inventariados as plantações de milho que atingiram os maiores valores que encontramos entre os processos estudados. Foram proprietários de grandes patrimônios, pelo menos para os padrões da localidade abordada. O alferes possuiu uma fortuna que o insere no maior segmento de riqueza, ao passo que Casemiro compõe o estrato imediatamente anterior. Encontramos os estoques de milho que atingiram os maiores valores nos inventários de duas mulheres: D. Vicência Maria da Assumpção e D. Placidina Maria de Santa Rosa. Ambas possuíram fortunas que as enquadraram na faixa de maior riqueza. A primeira foi inventariada em 1858 e a segunda em 1877. Coincidentemente os estoques declarados nos dois casos atingiram 500 alqueires de milho.²⁰⁰ Não obstante os grandes produtores acima mencionados, foram diversos e mais comuns os inventariados analisados que tiveram menores quantidades do gênero arroladas entre seus bens. O inventariante do casal Francisco Antônio Pimenta e Lucinda Rosa de Jesus indicou para ser inventariada “uma rocinha de milho avaliada em 7 carros”. Outro exemplo de um pequeno produtor de milho encontramos no inventário de Belizário Moreira do Nascimento. Em seu processo foi declarado 20 alqueires de milho já estocados.²⁰¹

O terceiro item mais significativo no valor total das produções para o conjunto de inventariados considerados foi o café. Deteve pouco mais de um quinto do montante total das plantações e dos estoques declarados no conjunto de inventários de Santa Rita do Turvo do intervalo 1850/88, considerando os valores das produções. Embora a localidade em questão não tenha sido uma das mais importantes produtoras da rubiácea

¹⁹⁸ Inventário de Domingos Francisco dos Reis (1870). AFAB.

¹⁹⁹ Ver nota nº 9 deste capítulo. Inventário de Antônio Jose Casemiro (1876). AFAB.

²⁰⁰ Inventário de Vicência Maria da Assumpção (1858). AFAB. Inventário de Placidina Maria de Santa Rosa (1877). AFAB.

²⁰¹ Inventário de Francisco Antônio Pimenta e Lucinda Rosa de Jesus (1886). AFAB. Inventário de Belizário Moreira do Nascimento (1881). AFAB.

no período considerado,²⁰² somente conhecendo maior expansão da cafeicultura nas primeiras décadas do século XX, o café destacou-se entre os gêneros agrícolas produzidos na localidade no período 1850/1888, a julgar pelos cultivos declarados entre os bens dos inventariados da localidade. A representatividade deste gênero variou pouco, tendo participação similar no montante das produções inventariadas nos diferentes níveis de riqueza, entre um mínimo de 16,7%, no segundo estrato, e um máximo de 20,2%, no maior segmento de riqueza. Sendo assim, a produção de café teve papel importante no montante total dos cultivos em todos os patamares de fortuna considerados em parâmetros similares. Da mesma forma que o milho e diferentemente da cana de açúcar e/ou derivados, seu cultivo e importância relativa não esteve associada com os patamares de patrimônio. Contudo, como os níveis gerais de produtividade não foram elevados, sustentamos que a mercantilização do café produzido na localidade se efetivou em escala regional.

No inventário de D. Rita Lopes da Silva encontramos a mais valiosa plantação da rubiácea entre os processos do período 1850/1888. Foram arrolados “dois cafezais contendo em ambos 6.000 pés de café”.²⁰³ Contudo, somadas as plantações e os estoques, José de Deos Moreira e Castro, já destacado anteriormente por suas grandes posses, possuía o maior montante declarado em termos de valores da produção. Além de dois cafezais com 15.000 pés de café foi arrolado em seu inventário um estoque total de 990 arrobas do produto.²⁰⁴ Tanto D. Rita como também Moreira e Castro fizeram parte do maior agrupamento de riqueza. Todavia, ao lado destes cafeicultores de bom porte, marcaram presença predominante na cafeicultura da localidade estudada diversos pequenos produtores, cujas produções atingiram valores bem mais modestos. No inventário de D. Balbina Pinta da Silva foram declarados tão somente 70 pés de café.²⁰⁵ No processo de outra inventariada, D. Thereza Claudina de Freitas, foi descrita “uma

²⁰² Muitos trabalhos já abordaram diversos aspectos da cafeicultura desenvolvida no sul da Zona da Mata Mineira, precipuamente em Juiz de Fora e seus entornos, principal área de produção em Minas Gerais e que ficava relativamente próxima da localidade com a qual trabalhamos. O problema da transição da mão de obra cativa para a escrava foi abordado por Ana Lanna (1985). Mônica Ribeiro de Oliveira se ocupou com a questão das origens e da consolidação da cafeicultura mineira (2005). A temática da modernização capitalista de Juiz de Fora proporcionada pelos dividendos gerados pelo café foi abordada por Anderson Pires (2009). Jonis Freire tratou das relações familiares e de parentesco dos escravos em Juiz de Fora (2009). Rita Almico estudou o processo de transformação da riqueza inventariada em Juiz de Fora em meio ao processo de desenvolvimento da cafeicultura (2001) e, posteriormente, o mercado de crédito desenvolvido na localidade (2009). O processo de incorporação produtiva do café mineiro no mercado mundial foi a questão abordada por Bruno Vittoretto (2012).

²⁰³ Inventário de Rita Lopes da Silva (1875). AFAB.

²⁰⁴ Inventário de José de Deos Moreira e Castro (1882). AFAB.

²⁰⁵ Inventário de Balbina Pinta da Silva (1876). AFAB.

pequena chácara com plantações de café”.²⁰⁶ Outro exemplo deste tipo de cafeicultor encontramos no inventário de Francisco José Graia. Entre suas posses foram declarados, de forma bastante vaga, “uns pés de café” que atingiram baixíssimo valor.²⁰⁷ As duas primeiras inventariadas estavam inseridas na segunda faixa de riqueza. Francisco José era integrante do segmento de menores cabedais.

Com uma representatividade bastante inferior aos três gêneros anteriormente citados, o arroz foi a quarta cultura mais representativa no valor total dos itens produzidos e declarados pelos inventariados de Santa Rita do Turvo no período 1850/88, com uma parcela equivalente a 3,3% das plantações e dos estoques inventariados. Juntamente com produtos como batata, tomate, milho e trigo o arroz pode ser considerado um dos alimentos modernos, entendidos como alimentos regionais cujo consumo se espalhou pelo mundo com o advento das grandes navegações do século XVI e dos contatos entre diferentes povos derivados deste processo. No período em questão o cultivo do arroz era feito de modo bastante rudimentar. Em grandes unidades produtoras o processamento dos grãos se dava com o auxílio de engenhos movidos por força hidráulica (Valentin, 2006, p. 8-10). Contudo, não parece ter sido o caso das unidades que cultivaram arroz na localidade que estudamos.

Não encontramos grandes quantidades em estoque ou consideráveis plantações do gênero. Em geral, os valores declarados em arroz foram modestos entre os inventariados considerados. Tais evidências atestam que foi produzido eminentemente para suprir as necessidades domésticas, visto que não encontramos indícios de sua produção para mercantilização. O maior estoque deste gênero foi arrolado no inventário de José Luís da Silva Viana, já mencionado anteriormente por ter sido dono do maior patrimônio total que verificamos na década 1870/79. Entre seus bens foram declarados estoques de café, milho, feijão e 60 alqueires de arroz. Muito provavelmente grande parte dos gêneros produzidos por Viana, inclusive de arroz, era direcionada para o sustento de seus 52 cativos inventariados.²⁰⁸ Dentre as plantações de arroz descritas aquela que alcançou a maior avaliação foi arrolada no inventário de D. Maria Pereira Angélica, “duas terças partes de um arrozal”. Como possuía uma escravaria de 23 indivíduos e ainda contava com sete filhos, uma vez mais existem indícios que sugerem

²⁰⁶ Inventário de Thereza Claudina de Freitas (1874). AFAB.

²⁰⁷ Inventário de Francisco José Graia (1882). AFAB.

²⁰⁸ Inventário de José Luís da Silva Viana (1876). AFAB.

uma produção voltada para o consumo interno da unidade produtiva e da família.²⁰⁹ Também existiram produtores bastante modestos. Um deles foi Francisco José de Lana. Entre seus bens foi declarado “metade de um arrozal” que atingiu baixo valor de avaliação.²¹⁰

Além dos gêneros acima destacados particularmente, 8,6% do montante agregado das plantações e dos estoques declarados no conjunto de inventários foi constituído por uma variedade de gêneros (sendo algodão, feijão, fumo e frutas os principais) e por itens que não conseguimos identificar, pois foram descritos de forma genérica. Neste segundo caso nos referimos a descrições como a encontrada no processo de Francisco Antônio de Sales. Entre seus imóveis foi declarada “uma roça calculada em 60 carros”, sem que fosse mencionado o tipo de cultura.²¹¹

Na tabela 5.21 exibimos os dados de participação relativa dos principais gêneros produzidos pelos inventariados de Santa Rita do Turvo para o último intervalo considerado em nosso recorte temporal, 1888/1900.

Tabela 5.21: Participação relativa em cada faixa de riqueza dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários, Santa Rita do Turvo, 1888/1900 (%).

Faixas de riqueza	café	milho	cana e/ou derivados	arroz	outros	total	(1)
Até £ 150	36,0	25,1	34,6	1,9	2,4	100	25,5
£ 151 a £ 500	83,0	13,5	1,8	0,4	1,3	100	32,3
£ 501 a £ 1000	79,7	18,8	1,5	-	-	100	33,3
£ 1001 a £ 2000	52,5	34,0	10,4	2,1	1,0	100	66,7
Acima de £ 2001	96,5	3,0	-	0,5	-	100	50,0
Todas as faixas	79,6	13,7	5,2	0,8	0,7	100	28,5

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente 31 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 28% do total para 1888/1900. 31 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Uma vez mais lembramos a reorganização das faixas de riqueza ocorrida nesse período em função da desvalorização da moeda nacional como decorrência do Encilhamento, aspecto que torna problemática a análise por faixas de riqueza. A taxa de câmbio para a conversão para a libra esterlina foi muito mais variada neste período que nos demais considerados, o que impactou tanto na mensuração dos patrimônios em geral como no valor das produções declaradas em particular, principalmente nos anos

²⁰⁹ Inventário de Maria Pereira Angélica (1872). AFAB.

²¹⁰ Inventário de Francisco José de Lanna (1878). AFAB.

²¹¹ Inventário de Francisco Antônio de Sales (1888). AFAB.

posteriores a 1892/93. Contudo, mesmo diante de tais limitações, entendemos que os informes para o período ofereceram alguns subsídios importantes. Quando observamos os dados atinentes ao período pós-escravista de nosso recorte temporal e consideramos todo o conjunto de inventariados, chama atenção a explosão dos percentuais de participação relativa do café no montante total das plantações e dos estoques declarados neste intervalo. Praticamente oito décimos do valor total das produções arroladas estavam empenhados na rubiácea. Vale lembrar que para o período anterior o percentual correlato ficou pouco abaixo de 20%. Como consequência direta, todos os demais gêneros perderam representatividade, destacadamente a cana e/ou derivados e o milho, itens mais representativos no período 1850/88. A julgar pelas plantações e pelos estoques descritos nos inventários deste último intervalo considerado, o cultivo do café se expandiu sobremaneira em Santa Rita do Turvo nos momentos derradeiros do século XIX. Na primeira faixa de riqueza, a participação relativa da rubiácea nos estoques e nas plantações praticamente dobrou em relação ao período 1850/88. Nos demais estratos a elevação foi ainda maior. No segmento de cabedais mais elevados, do valor total das plantações e dos estoques, o café significou uma fatia de 96,5%.

No intervalo 1888/1900 o milho seguiu sendo o segundo item mais representativo entre as produções declaradas nos inventários da localidade, embora muito distante do café, seguido pela cana de açúcar e/ou derivados. Este último gênero trocou de posição com a rubiácea, deixando de ser o item mais representativo no período anterior, passando a figurar na terceira posição. Mesmo com todas as fragilidades dos dados para o último intervalo temporal cotejado, sustentamos que a localidade conheceu um aumento muito expressivo da produção de café e que estava caminhando para uma especialização produtiva em torno deste gênero no final do século XIX, em detrimento de cultivos como o milho e, principalmente, da produção de cana de açúcar e/ou derivados. Neste sentido nossos dados ecoam a interpretação de Marcelo Godoy sobre a longevidade da produção de derivados de cana de açúcar em Minas Gerais. O autor afirmou que enquanto prevaleceram formas mais artesanais de produção de derivados de cana Minas ocupou lugar de destaque. Contudo, com a modernização do setor, na passagem do Oitocentos para os Novecentos, que passou a oferecer produtos de melhor qualidade com custos menores, a produção mineira perdeu espaço paulatinamente (Godoy, 2004, p. 554-557).

No inventário de D. Augusta Ana de Faria, falecida em 1893, foi declarada a mais importante produção da rubiácea entre os inventários pesquisados no intervalo

1888/1900. Divididos em quatro diferentes cafezais possuía uma soma de 39.000 pés de café.²¹² Contudo, assim como no período antecedente, diversos pequenos produtores, cujas produções tiveram baixos valores de avaliação, conviveram com cafeicultores de bom porte. Gabriel Alves de Freitas foi um destes cultivadores modestos. Em seu inventário foi descrito “um cafezal novo em terras que foram da finada Benta”.²¹³ Pertencia ao segmento de menores cabedais. Outro caso de produção bastante limitada de café encontramos no processo de D. Joana Gomes de Castro. Entre os bens que compuseram seu patrimônio foram descritos e avaliados uma pequena quantidade de café estocado, quatro arrobas. Foi inventariada em 1892 e suas posses a incluíram no segundo estrato de menor riqueza.²¹⁴

Em suma, os informes oferecidos pela documentação pesquisada ofereceram indícios importantes acerca da conformação da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo no período em questão. Destacamos alguns dos aspectos que julgamos mais importantes. A estrutura fundiária da localidade era socialmente concentrada e constituída predominantemente por unidades de dimensões consideráveis, não obstante a presença de grandes latifúndios e de pequenas propriedades, quadro que não se alterou substancialmente no correr do longo período considerado. As propriedades com dimensão entre 11 e 50 alqueires foram as mais comuns. Aquelas com tamanho superior a 100 alqueires concentraram a parcela mais robusta do território declarado. Também houve uma flagrante concentração social das produções, decorrência direta da concentração de imóveis, incluindo as terras, e de mão de obra. Os principais gêneros produzidos em relação ao valor total das produções entre os inventariados da localidade foram cana de açúcar e/ou derivados, o milho e o café, nesta ordem. O primeiro tipo de produção estava diretamente relacionado com o nível de riqueza. Quanto mais elevado o patrimônio, maior parcela das plantações e dos estoques estava alocada em cana de açúcar e/ou derivados. No caso do milho e do café a produção não esteve claramente vinculada com o patamar de fortuna. Destacamos que no final do século XIX Santa Rita do Turvo conheceu um processo de incremento da cultura do café, em todos os estratos de patrimônio, em detrimento das demais produções. Praticamente 80% do montante total dos estoques e das plantações dos inventariados do período, tomados por seus valores, eram da rubiácea.

²¹² Inventário de Augusta Ana de Faria (1893). AFAB.

²¹³ Inventário de Gabriel Alves de Freitas (1897). AFAB.

²¹⁴ Inventário de Joana Gomes de Castro (1892). AFAB.

Identificamos a representatividade de cada um dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários de Santa Rita do Turvo no período 1850/1900 dentro das faixas de riqueza e para o conjunto dos inventariados e a contribuição de cada segmento no montante das produções. Todavia, outro importante aspecto para reconstituirmos a paisagem agrária da localidade no período selecionado trata-se da disseminação dos principais gêneros agrícolas entre os inventariados, tanto observados em conjunto como desagregados por faixas de riqueza. Anteriormente estava em questão sabermos qual o item mais representativo entre as produções locais no montante total em cada faixa de riqueza e para o conjunto de inventariados. Identificamos também como cada estrato de patrimônio contribuía no conjunto total das produções declaradas e de cada item em particular. Buscamos avançar para sabermos qual a produção mais comum na localidade, aquela cultivada pelo maior número de inventariados dentre os que declararam algum tipo de gênero estocado ou plantado. Na tabela 5.22 exibimos os informes relativos à presença dos principais itens produzidos nos inventários de Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/88, tanto por faixas de riqueza como para o conjunto de inventariados. Neste momento não levamos em consideração a quantidade e nem os valores declarados da produção. Interessou-nos a simples presença dos gêneros considerados.

Tabela 5.22: Presença dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1888 (%)*.

Faixas de riqueza	café	milho	cana e/ou derivados	arroz	outros	(1)
Até £ 150	50,0	50,0	25,0	25,0	50,0	9,1
£ 151 a £ 500	23,8	47,6	19,0	4,8	23,8	18,6
£ 501 a £ 1000	9,5	76,2	28,6	9,5	42,9	36,8
£ 1001 a £ 2000	30,8	69,2	46,2	38,5	53,8	36,1
Acima de £ 2001	25,8	67,7	58,1	32,3	58,1	81,6
Todas as faixas	23,3	64,4	38,9	20,0	44,4	31,1

*A soma horizontal dos percentuais ultrapassa 100% porque em muitos casos constatamos o arrolamento de mais de um tipo de gênero em um mesmo inventário.

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente 90 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 31% do total para 1850/88. 90 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Com base nos informes apresentados constatamos que o milho foi o item mais disseminado na paisagem agrária de Santa Rita do Turvo no período 1850/88, tendo sido cultivado nas unidades produtivas de 64% dos inventariados considerados.

Lembramos que este item empenhou a segunda maior parcela do valor total das plantações e dos estoques somados do conjunto dos inventariados da localidade no período enfocado, dentre os quais identificamos algum tipo de produção. Pouco mais de seis em cada dez inventários que declararam cultivos listaram alguma quantidade de milho, plantado ou em estoque. Sua cultura foi disseminada por todos os segmentos de inventariados. Em todas as faixas de patrimônio foi o item mais recorrente dentre os principais gêneros considerados (no menor segmento empatado com o café). Uma vez mais reiteramos que o cultivo do milho foi democrático, não estando vinculado com nível de riqueza. Verificamos uma presença mínima deste item de 47%, percentual observado entre os inventariados do segundo segmento de patrimônio, e uma máxima de 76%, no terceiro agrupamento.

O tipo de produção que empenhou a maior parcela do valor total das plantações e dos estoques do conjunto de inventariados contemplados foi aquele que conheceu a segunda maior disseminação no intervalo 1850/88. Identificamos o cultivo de cana de açúcar e/ou a produção de rapadura, aguardente, açúcar, entre outros, em praticamente 39% dos processos que arrolaram algum tipo de gênero produzido.²¹⁵ Foi no segmento de patrimônios mais elevados que verificamos a maior frequência de inventariados que descreveram pelo menos algum destes itens entre seus bens. Neste estrato de indivíduos mais abastados praticamente seis em cada dez inventariados declararam plantações de cana de açúcar ou estoques de seus derivados, frequência somente ultrapassada pelo milho neste agrupamento. De modo similar ao que constatamos quando analisamos a participação relativa dos principais gêneros agrícolas entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, uma vez mais ficou evidenciado que o cultivo da cana de açúcar e, principalmente, a produção de seus derivados, era atividade mais recorrente nos maiores segmentos de riqueza, em particular entre os inventariados da maior faixa de fortuna. Contudo, a presença da cana e/ou derivados não foi rara nas demais faixas de riqueza.

O café foi o terceiro item mais recorrente na paisagem agrária da localidade. Considerados somente os casos em que identificamos algum tipo de produção, estava presente em pouco mais de 23% dos inventários de Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/88. Lembramos que a rubiácea também comprometeu a terceira maior parcela do

²¹⁵ Reiteramos que Marcelo Godoy apontou que um terço das unidades rurais mineiras estavam envolvidas com atividades de transformação da cana de açúcar (Godoy, 2004, p. 535). O percentual oferecido pelo autor aproxima-se bastante daquele que encontramos entre os inventariados de Santa Rita do Turvo entre 1850/88, embora não tenhamos estabelecido a tipologia rural/urbano.

valor total das plantações e dos estoques somados no período considerado. Quando observamos os informes por faixas de riqueza identificamos que a cultura cafeeira não se restringiu aos grupos mais abastados. Pelo contrário, o segmento de menores cabedais foi justamente aquele que conheceu a maior disseminação do café entre os inventariados considerados. Nesta faixa um em cada dois processos para os quais foi possível identificarmos produções declarou alguma quantidade de café entre os bens inventariados, plantado ou estocado. Esta constatação reforça o argumento de que a cafeicultura na localidade, no período considerado, se desenvolveu em escala modesta, uma vez que a produtividade entre os indivíduos das menores faixas de riqueza certamente não era das mais elevadas.

Considerando todo o conjunto de inventários nos quais identificamos a produção de algum gênero, o cultivo de arroz esteve presente em um quinto dos casos. A faixa de riqueza em que a rizicultura foi mais largamente disseminada foi a quarta, aquela que congregou os inventariados com patrimônios entre £ 1001 e £ 2000. Neste segmento 38% dos inventariados declararam alguma quantidade de arroz, plantado ou estocado. No primeiro segmento, um quarto dos processos apresentou este tipo de cultura, ao passo que no maior nível de fortuna o percentual correlato foi de praticamente um terço. Pelos dados expostos não verificamos relação entre riqueza e cultivo do arroz na localidade considerada.

Por fim, constatamos a disseminação de outras culturas, diferentes daquelas mencionadas individualmente, em 44,4% do conjunto de inventariados com produções declaradas. Segmentados os informes por faixas de riqueza verificamos os percentuais mais elevados, embora não muito destacadamente, nos dois níveis de maiores patrimônios, provavelmente decorrentes de unidades produtivas mais complexas entre estes segmentos.

Finalizamos a recomposição da paisagem agrária vigente em Santa Rita do Turvo verificando a disseminação dos principais gêneros agrícolas declarados na documentação consultada entre os inventariados do intervalo 1888/1900. Apresentamos os informes na tabela 5.23.

Tabela 5.23: Presença dos principais gêneros produzidos descritos nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%)*.

Faixas de riqueza	café	milho	cana e/ou derivados	arroz	outros	(1)
Até £ 150	50,0	35,7	7,1	7,1	14,3	25,5
£ 151 a £ 500	70,0	40,0	10,0	10,0	20,0	32,3
£ 501 a £ 1000	100,0	40,0	20,0	-	-	33,3
£ 1001 a £ 2000	75,0	50,0	25,0	50,0	25,0	66,7
Acima de £ 2001	100,0	50,0	-	50,0	-	50,0
Todas as faixas	68,6	40,0	11,4	14,3	14,3	28,1

*A soma horizontal dos percentuais ultrapassa 100% porque em muitos casos constatamos o arrolamento de mais de um tipo de gênero em um mesmo inventário.

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de gênero produzido dentro da faixa de riqueza considerada.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente 31 processos, pois foram os que descreveram algum tipo de gênero produzido dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado, fossem em estoque (bens móveis) ou em plantações (bens imóveis). Constituem 28% do total para 1888/1900. 31 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Os dados para o último período analisado ratificaram a explosão da cultura cafeeira em Santa Rita do Turvo no final do Oitocentos, aspecto que verificamos no estudo da participação relativa do café no montante total das plantações e dos estoques declarados nos inventários. Se no período 1850/88 foi o terceiro gênero mais disseminado, no intervalo 1888/1900 a rubiácea estava presente em 68% dos inventários da localidade que declararam algum tipo de produção entre seus bens, ultrapassando o milho como cultivo mais recorrente. Este último passou a ser o segundo item mais presente nas unidades produtivas constituintes da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo no final do século XIX. Entre os inventariados com produções declaradas, quatro em cada dez cultivaram alguma quantidade de milho. A presença do arroz ultrapassou a frequência da cana de açúcar e/ou derivados, embora sua disseminação tenha se reduzido um pouco em comparação com o período antecedente. Uma vez mais notamos o declínio do cultivo da cana de açúcar e das atividades de transformação da mesma em seus derivados na localidade em tela.

Em suma, conquanto fosse o tipo de produção que empenhou a maior parcela relativa no valor total das plantações e dos estoques somados entre os inventariados de Santa Rita do Turvo do período 1850/88, o cultivo da cana de açúcar e a produção de seus derivados, atividade realizada precipuamente pelos mais abastados, não foi a atividade produtiva mais presente na paisagem agrária da localidade. Assertiva baseada na frequência com que foi praticada pelos inventariados da localidade que declararam algum tipo de produção. No transcorrer do período enfocado, inclusive, perdeu

importância significativamente. O milho, segundo item mais representativo no total das produções mencionadas na documentação contemplada, foi o item mais disseminado entre as unidades produtivas consideradas, somente sendo ultrapassado pelo café no intervalo 1888/1900, momento de explosão da cafeicultura na localidade. Neste último recorte temporal, a rubiácea passou a ser tanto o cultivo mais frequente na localidade como também o tipo de produção que emprenhou a maior parcela do valor somado das plantações e dos estoques dos inventariados, entre aqueles que declararam algum tipo de produção, papel que não cumprira no período 1850/88. No caso do café e do milho não verificamos relação entre produção desses itens e patamar de riqueza.

Milharais, cafezais, canaviais, engenhos e outros equipamentos utilizados para a transformação da cana de açúcar em seus derivados, foram elementos comuns nas unidades produtivas de Santa Rita do Turvo, dominando a paisagem agrária da localidade, constituída predominantemente por unidades produtivas de dimensões consideráveis. Não obstante o incremento da produção do café na localidade no final do século XIX, sustentamos que o cenário sócioeconômico da localidade ainda manteve os mesmos parâmetros das décadas anteriores, não obstante uma maior disseminação da produção e da importância relativa da rubiácea entre as atividades econômicas desenvolvidas na região. Além da produção do café não estar diretamente vinculada com nenhum segmento de riqueza, sendo atividade relativamente democrática na localidade, a em Santa Rita do Turvo não alcançou relevância e níveis de produtividade tão expressivos como em outras áreas mineiras, pelo menos até o fim do século XIX. A relativa manutenção da estrutura fundiária na região, não tendo havido indícios de concentração de terras, constitui-se em um dos elementos que sustentam nosso argumento.

* * **

Ao longo deste capítulo e dos anteriores buscamos esquadrihar o tipo de estrutura econômica vigente em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Para alcançarmos este objetivo lançamos mão do estudo da riqueza dos indivíduos que viveram, morreram e foram inventariados na região. A historiografia contemplada no primeiro capítulo deste trabalho evidenciou ser este um caminho profícuo, não obstante as limitações impostas pela natureza da documentação utilizada.

De início, a análise da distribuição do patrimônio inventariado na localidade em tela apontou a existência de uma concentração social da riqueza. Além disso, a composição dos patrimônios inventariados era pouco diversificada, concentrados nos grupos de ativos escravos e imóveis. Dessa forma, entendemos que os dois elementos imprescindíveis da estrutura econômica da região foram imóveis, majoritariamente terras, e mão de obra cativa. No mais, existiram poucas possibilidades de diversificação de investimentos para os habitantes da localidade, o que sinaliza certa inexpressividade de outras atividades que não fossem o cultivo de gêneros com base em mão de obra escravizada. Este fenômeno se expressava na pouca representatividade dos outros grupos de ativos constituintes da riqueza dos inventariados da localidade.

Contudo, a reduzida possibilidade de diversificação de investimentos não indicou necessariamente uma completa atrofia do cenário econômico da localidade. Além da presença de algumas fortunas bastante consideráveis, o estudo do grupo de ativo escravos, o principal elemento constituinte dos patrimônios dos habitantes inventariados de Santa Rita do Turvo até o final do escravismo no Brasil, evidenciou que a presença cativa na localidade era bastante considerável. Foi comparável com outras localidades mineiras que conheceram algum dinamismo de suas atividades econômicas, potencializado por especialização produtiva em torno de algum item e/ou por conexões mercantis com importantes centros do sudeste brasileiro. Os indicadores da posse cativa se mostraram ainda mais elevados do que em outras localidades mineiras, com outras formatações econômicas mais modestas.

Verificamos que o padrão delineado apresentou estabilidade ao longo do correr dos anos, não evidenciando bruscas modificações do cenário econômico da localidade no sentido de uma maior dinamização. Tampouco o caminho oposto, de decréscimo das atividades econômicas, foi constatado. O evoluir da riqueza dos inventariados de Santa Rita do Turvo no intervalo 1850/1900 e o estudo da escravidão vigente na localidade sinalizou uma trajetória por assim dizer “normal”, sem grandes e/ou abruptas intercorrências. Entendemos que o mais notável movimento que percebemos na análise geral da riqueza e do escravismo na localidade, decréscimo de representatividade dos escravos e dos índices de posse cativa, com consequente aumento da parcela comprometida em imóveis, refletiu acontecimentos estruturais mais amplos, decorrentes do desmantelamento do escravismo no Brasil e não de vicissitudes próprias da localidade contemplada.

Em seguida, a análise específica do grupo de ativos imóveis, levada a cabo neste capítulo, permitiu agregarmos mais alguns importantes aspectos ao quadro delineado, precipuamente no tocante à recomposição da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.

A análise geral do grupo de ativos imóveis apontou a grande disseminação deste tipo de bem entre os indivíduos inventariados da localidade. Quase a totalidade dos inventários analisados descreveu bens desta natureza. Contudo, verificamos, assim como nos casos da riqueza e da propriedade cativa, uma substancial concentração social da posse imobiliária em favor dos inventariados de maiores cabedais.

Dentre os itens constituintes do grupo de ativos imóveis, a maior parcela dos investimentos foram em terras, praticamente dois terços do total na segunda metade do Oitocentos. O estudo da estrutura fundiária da localidade, com base nas propriedades inventariadas com medidas declaradas, indicou um quadro de concentração social das terras, visto que 11,5% dos inventários, a faixa de maior riqueza, concentrou 40% da área total do território inventariado no período 1870/1900. Além disso, este segmento possuiu terras de melhor qualidade, visto que foram sistematicamente avaliadas com preços superiores. O tamanho padrão das unidades fundiárias foi considerável e a propriedade mais comum mediu entre 11 e 50 alqueires. Para todo o período considerado, levando em conta o conjunto de inventariados, o tamanho médio das propriedades fundiárias foi pouco superior a 36 alqueires. Contudo, a maior fração relativa das terras inventariadas estava concentrada nas unidades com mais de 100 alqueires e em poder do maior estrato de fortuna. Além de possuírem mais terras, os indivíduos do grupo mais rico detiveram também as melhores terras. Dessa forma, a concentração fundiária se deu em termos quantitativos e qualitativos, de modo similar aos resultados que encontramos para a posse de cativos.

O estudo das plantações em conjunto com os estoques declarados na documentação compulsada atestou que o milho foi o gênero mais disseminado nas propriedades agrárias da localidade entre todos os estratos de patrimônio. De todos os inventariados que declararam produções, pouco mais de 64% teve alguma quantidade deste gênero declarada entre seus bens, fosse plantado ou estocado. Somente perdeu esta posição com o incremento da cultura do café no final do século XIX. O milho foi o item que empenhou a segunda maior parcela do valor total das plantações e dos estoques declarados na documentação analisada, superado pela cana de açúcar e/ou derivados no período 1850/88 e pelo café no intervalo 1888/1900. A produção de cana de açúcar e/ou

de seus derivados perdeu bastante espaço entre as atividades econômicas desenvolvidas na localidade no final do Oitocentos. Foi a única atividade produtiva que esteve relacionada com as faixas de riqueza, precipuamente praticada pelos segmentos mais aquinhoados. A análise longitudinal atestou o crescimento do cultivo do café no último intervalo temporal do período considerado. A rubiácea passou então a ser o gênero mais disseminado entre os inventariados da localidade com produções declaradas e também o item que comprometeu a maior fatia relativa do valor total das plantações e dos estoques. Todavia, pelo menos até final do Oitocentos, o incremento da cafeicultura na localidade não trouxe grandes alterações na estrutura fundiária de Santa Rita do Turvo.

Não obstante a maior disseminação da cultura do café entre os inventariados da localidade no período 1889/1900, sustentamos que a paisagem agrária da localidade não se alterou drasticamente no longo intervalo considerado. Verificamos a manutenção de um constante padrão de concentração fundiária, de predomínio das propriedades de dimensões razoáveis, com poucas grandes posses de terras, de disseminação da produção de milho, da cana de açúcar e seus derivados e do próprio café como principais culturas praticadas pelos inventariados considerados. Pelo menos até a baliza temporal final do recorte considerado, não obstante sua maior disseminação, a produção do café na localidade não se estabeleceu em bases semelhantes às que foram vigentes em áreas de *plantations* e, provavelmente em função disso, não alterou a estrutura fundiária e nem o cenário socioeconômico predominante. Em suma, com a análise do grupo de ativos imóveis e a com a recomposição da paisagem agrária de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, reafirmamos que o cenário econômico e social da localidade em questão se manteve relativamente estável ao longo do período considerado, a julgar pelas características dos patrimônios declarados pelos inventariados compulsados.

Capítulo 6

Vendedores e compradores, credores e devedores: o mercado de Santa Rita do Turvo em movimento na segunda metade do Oitocentos.

6.1 – Introdução

Neste derradeiro capítulo investigamos o mercado de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Para tanto analisamos as dívidas, tanto ativas quanto passivas, dos inventariados da localidade, uma vez que entendemos serem indícios da participação que estes indivíduos tiveram no mencionado mercado. Dessa forma revelamos o perfil predominante dos sujeitos partícipes, bem como algumas das características fulcrais desse mercado. Abordamos assim mais um dos elementos constitutivos do cenário socioeconômico da localidade tratada. De modo geral, revelamos o perfil dos atores atuantes nas trocas, o nível de normatização do mercado, a representatividade das somas investidas nas transações em relação aos patrimônios inventariados, o grau de concentração social dos recursos envolvidos, entre outros aspectos.

Sublinhamos que tratamos mercado enquanto espaço abstrato de trocas, através das quais os indivíduos supriam suas necessidades materiais e disponibilizavam suas produções excedentes para mercantilização. Espaço no qual emprestavam e/ou pegavam emprestados recursos para satisfazerem as questões acima ou para engendrarem maiores possibilidades de ganhos. Sustentamos que no caso tratado esses aspectos eram resolvidos em um escopo regional. Contudo, destacamos que nosso olhar ficou restrito a somente uma conotação de mercado, dentre duas possíveis. Nossa abordagem teve como pressuposto a diferença entre mercado enquanto esfera das trocas e de movimento de bens e como sistema regulador de estruturas econômicas mais amplas, expressa desde a econômica política clássica até Braudel.²¹⁶ Admitimos a limitação de nossa análise, focada no primeiro dos sentidos mencionados de mercado.²¹⁷

²¹⁶ Dentro da consagrada divisão braudeliana da economia em três níveis no interior das sociedades: civilização material (“uma zona espessa rente ao chão”, de autossuficiência e de troca de produtos e serviços em um raio muito curto), economia de mercado (zona de difícil observação por falta de documentação, “atividade elementar de base que se encontra por toda a parte e cujo volume é simplesmente fantástico”) e capitalismo (zona acima da economia de mercado e seria o nível reservado

Destacamos ainda que sobre o mercado que analisamos não incidiam somente questões estritamente econômicas. Elementos de cunho mais social e cultural, tais como relações de poder, pessoalidade e solidariedade, também operaram naquele espaço abstrato. Dito de outra maneira, ser credor de alguém ou dever para alguém não se encerrava somente em uma questão exclusivamente econômica.²¹⁸ Contudo, além do fato de que questões extra econômicas muito dificilmente se manifestaram em fontes do tipo que utilizamos, acreditamos que o mercado da localidade contava com considerável nível de normatização e de racionalidade, o que atesta que impessoalidade e objetividade também tiveram papel importante nas transações efetivadas pelos indivíduos atuantes no mercado da localidade em tela.

De todo o conjunto de inventariados que consideramos neste estudo, grande parte participou de atividades econômicas que os vinculavam ao mercado da localidade tratada, nos termos estabelecidos anteriormente, pelo menos a julgar pelos bens que possuíam quando faleceram. Escoramos tal assertiva com base nos processos dos inventariados que arrolaram dívidas ativas, passivas ou dos dois tipos, entre os bens constituintes de seus patrimônios. Entendemos que a presença deste tipo registro entre as posses destes indivíduos indica que estavam negociando bens (comprando ou vendendo), envolvidos em práticas creditícias (emprestando ou tomando emprestando recursos), ou ainda investindo em ativos de ordem financeira no momento em que foram acometidos pela morte. Em qualquer uma dessas hipóteses, eram sujeitos ativos e partícipes do mercado de Santa Rita do Turvo no tempo em questão.

Nos primeiros anos da segunda metade do século XIX foi aberto o inventário de Joaquim Casemiro Ferreira. Falecido no dia 6 de agosto de 1853, era morador da

“aos comércios longínquos e aos jogos de créditos complicados”), nosso foco de análise foi o nível intermediário (Braudel, 1996, p. 199-406).

²¹⁷ Para uma discussão teórica dos conceitos de mercado e de economia de mercado ver a tese de Cláudia Maria das Graças Chaves, em especial o capítulo I, no qual buscou entender o mercado, as práticas mercantis e as integrações regionais a partir das reformas econômicas (de base liberal e inspiradas nos princípios da economia política) implementadas no Império Luso-Brasileiro no final do século XVIII (1780) até a independência (Chaves, 2001, p. 26-78). Outra pesquisa que abordou preocupações correlatas foi a tese de Raphael Freitas Santos, mais precisamente no capítulo I. Analisou o circuito mercantil entre Minas e Bahia nos Setecentos, momento de arrefecimento desta rota em contraposição com o aumento das ligações com o porto do Rio de Janeiro (Santos, 2013, p.13-63). Ambos os trabalhos efetivaram discussões acerca do conceito de mercado no pensamento econômico ocidental e de sua utilização na historiografia brasileira. Analisaram e validaram a aplicabilidade da noção de “economia de mercado” nos casos estudados.

²¹⁸ Autores como Webber (1996), Polanyi (2000) e Thompson (2002) acentuaram a necessidade do entendimento de aspectos sociais, culturais e políticos para a compreensão mais acurada de manifestações que, em princípio, seriam mais propriamente econômicas. Neste sentido, todo sistema econômico, de forma mais ampla, e todo comportamento econômico, de modo mais particular, estariam suscetíveis a motivações não econômicas e permeados por elementos desta natureza.

freguesia de São Sebastião dos Aflitos, mais precisamente na fazenda Jatiboca. Somente no ano seguinte ao seu falecimento a viúva inventariante cumpriu a legislação então vigente, apresentando os bens do casal para serem inventariados. Entre os herdeiros havia um ainda menor de idade (Antônio José Casemiro de 15 anos), situação em que se tornava obrigatória a abertura do inventário. Pelas posses constituintes do patrimônio declarado sabemos que Ferreira era produtor de gêneros agrícolas (café, laranja, algodão, milho e cana de açúcar), que era um senhor de escravos de boa envergadura para o período e o local em que viveu (sua escravaria era composta por 10 cativos) e que também possuía dívidas ativas. Além de onze registros de contas de rol, muito provavelmente originadas da comercialização dos gêneros que produzia em suas propriedades fundiárias, entre os bens do inventariado em questão ainda foram arrolados empréstimos de pequenas quantias para três indivíduos diferentes, conquanto esta última não tenha sido a principal atividade de Ferreira. Era integrante do segundo maior nível de riqueza que estabelecemos.²¹⁹

Assim como o inventariado acima mencionado, D. Joaquina Feliz da Encarnação também foi atuante no mercado de Santa Rita do Turvo, pelo menos a julgar pelos bens que foram declarados em seu inventário. Faleceu em 19 de agosto de 1861. Ainda no mesmo ano o capitão David Ferreira da Costa, viúvo e inventariante do processo, apresentou para serem inventariados os bens de seu casal com a falecida. A soma dos itens arrolados enquadrava o patrimônio em questão no mais alto nível de riqueza que estabelecemos. A inventariada gozava, portanto, de condições materiais privilegiadas. D. Joaquina possuía uma escravaria composta por quatro cativos, além de diversos bens imobiliários, entre os quais se destacavam duas moradas de casas, duas fazendas com benfeitorias, além de propriedades fundiárias que não tiveram suas dimensões declaradas. Pelo tamanho da força de trabalho mencionada, supomos que, para dar conta do cultivo das unidades produtivas declaradas, tenha sido necessário tanto o emprego de trabalho familiar (foram listados nove herdeiros, cinco mulheres e quatro homens) como também de outros arranjos além do trabalho escravo. A participação da inventariada em atividades ligadas ao mercado da localidade ficou expressa pelo arrolamento de vinte e cinco registros de dívidas ativas. Contudo, sua inserção no mercado se dava também no sentido inverso. D. Joaquina fazia parte da parcela de inventariados que eram, a um só tempo, tanto credores quanto devedores no momento em que faleceram. Também foram

²¹⁹ Inventário de Joaquim Casemiro Ferreira (1854). AFAB.

descritos em seu inventário nove registros de dívidas passivas, atestando que a inventariada era devedora de quantias para terceiros. Infelizmente, tanto nos casos dos registros das dívidas ativas quanto das passivas, a documentação não informa sobre a modalidade das dívidas mencionadas. Contudo, os valores que deveriam ser pagos antes da divisão da herança entre os herdeiros comprometeram cerca de 23% do montante total do patrimônio em questão.²²⁰

Antônio Lopes Valente foi outro indivíduo atuante no mercado de Santa Rita do Turvo no tempo em questão, a julgar por alguns dos itens constantes de seu patrimônio. Falecido em 14 de maio de 1871, seus bens foram apresentados para inventário ainda no mesmo ano. Um dos seus genros, Antônio Moreira de Faria, ficou responsável por dar andamento aos trâmites legais do processo, visto que foi nomeado o inventariante dos bens deixados pelo falecido. Entre as posses arroladas e avaliadas foram descritos os itens que constituíram a estrutura produtiva do inventariado. Permitiram que Antônio Valente cultivasse gêneros suficientes para o suprimento das demandas familiares e para a manutenção de sua escravaria, e ainda excedente para comercialização. Os cativos declarados (dez escravos) estavam empenhados, além de outras prováveis atividades, na produção de algodão, milho e feijão. De acordo com a documentação consultada, Valente possuía estoques dos três gêneros. A comercialização dos itens listados no inventário, muito provavelmente, originaram os vinte e cinco registros de contas de rol descritos em seu processo. Além destes, as dívidas ativas declaradas no inventário eram complementadas por oito registros de empréstimos, indicativos de que dentre as atividades de Valente estavam práticas creditícias. O devedor da maior quantia declarada era um de seus filhos, Agostinho Lopes Valente.²²¹

Na mesma década de 1870/79, mais precisamente no dia 9 de abril de 1879, faleceu Francisco Luiz de Souza. Ainda no mesmo ano a viúva, D. Rosa Maria de Jesus, foi nomeada inventariante e apresentou os bens de seu casal com o falecido para serem inventariados. A soma de todos os itens declarados implicou um patrimônio modesto, que incluía Souza na segunda faixa de riqueza que estabelecemos. Suas posses mais importantes foram sua propriedade fundiária, com extensão de 7,5 alqueires, e seus dois cativos, Sebastião e Antônia, ele de 23 anos de idade e ela com 18 anos. Não obstante seus recursos limitados, a análise do inventário em questão ofereceu indícios de que Francisco Luiz de Souza também foi partícipe do mercado da localidade, assim como os

²²⁰ Inventário de Joaquina Feliz da Encarnação (1861). AFAB.

²²¹ Inventário de Antônio Lopes Valente (1871). AFAB.

demais casos tratados anteriormente. Contudo, sua atuação se deu de forma diferente. Souza não possuía dívidas ativas quando faleceu. Por outro lado, foram descritos quatro registros de dívidas passivas em seu inventário. Sendo assim, era devedor de quatro diferentes indivíduos quando veio a falecer. O montante total dessas dívidas comprometeu uma parcela de pouco menos de 7% de seu patrimônio inventariado, descontada antes da divisão da herança pela viúva e pelos seis filhos arrolados no processo.²²²

Por sua vez, D. Joaquina Maria dos Reis, falecida em 21 de agosto de 1882, gozou de condições materiais privilegiadas, dentro da realidade socioeconômica da localidade que buscamos retratar e a julgar pelo patrimônio arrolado em seu inventário. O processo de avaliação de seus bens foi aberto no ano seguinte ao do seu falecimento e teve como inventariante o viúvo, Silvestre Lopes de Faria Reis. Os bens declarados somaram um montante que enquadrava D. Joaquina no mais privilegiado estrato de riqueza que estabelecemos. Pouco tempo antes do colapso do escravismo no Brasil, momento em que o sistema de emprego da mão de obra cativa africana já dava evidentes sinais de caducidade, a inventariada em questão ainda possuía considerável escravaria, constituída por onze indivíduos. Foram declaradas também propriedades de terras que somaram 164 alqueires de extensão. Assim como os dois inventariados mencionados nos parágrafos antecedentes, D. Joaquina era atuante no mercado de Santa Rita do Turvo, visto que possuía dívidas ativas. Realizava práticas creditícias, evidenciadas pelos quatro registros de créditos por empréstimos, e tinha ações de participação em uma fábrica de tecidos, de nome Melo e Reis, que empenhavam a maior parte de suas dívidas ativas, mais precisamente 64% do valor total de seu patrimônio alocado neste grupo de ativos. Esta última forma de aplicação de recursos em ativos financeiros, a julgar pelos patrimônios inventariados, era desconhecida ou inacessível para os indivíduos que viveram e morreram na localidade nas décadas anteriores.²²³

A maior parcela do patrimônio declarado no inventário de Francisco Lopes de Faria, falecido em 25 de julho de 1896, estava empenhada em dívidas ativas. Sendo assim, de forma similar aos demais indivíduos tratados nas primeiras linhas deste capítulo, Faria também teve atuação no mercado de Santa Rita do Turvo no tempo em questão. Era integrante do terceiro segmento de fortuna. Seus bens foram apresentados para serem avaliados pela viúva, D. Maria Altina da Encarnação, que então assumiu as

²²² Inventário de Francisco Luiz de Souza (1879). AFAB.

²²³ Inventário de Joaquina Maria dos Reis (1883). AFAB.

funções de inventariante. Entre os registros de dívidas ativas mencionadas na documentação do inventariado considerado constam sete registros de créditos por empréstimos feitos, um registro por “um resto de contas”, além de ativos financeiros. Quando faleceu possuía ações de uma fábrica de tecidos, Cia União Industrial, e era credor por uma hipoteca. Além destas dívidas ativas, entre as posses avaliadas processo em questão destacamos meia centena de animais (entre equinos e bovinos) e propriedades fundiárias com 136 alqueires de extensão. O café foi o único gênero produzido mencionado na documentação.²²⁴

No período 1850/88, considerando todo o conjunto de inventariados, o percentual que possuía dívidas superou a maioria dos casos. Nada menos que 64% dos processos consultados deste período descreveram algum tipo de dívida (ativa e/ou passiva) entre os bens que foram arrolados. Na tabela 6.1 indicamos os dados sobre a presença de dívidas ativas e/ou passivas nos inventários do intervalo 1850/88. Os informes foram dispostos por faixas de riqueza e também para o conjunto dos processos. Exibimos o número absoluto e a participação relativa dos inventariados que possuíram somente dívidas ativas (A), dos que tiveram exclusivamente dívidas passivas (B), daqueles que detiveram os dois tipos de dívidas (A+B) e também dos que não tiveram bens desta natureza (C).

Tabela 6.1: Presença de dívidas ativas e/ou passivas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/88.

Faixas de riqueza	A		B		A+B		C		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até £ 150	6	13,6	14	31,8	1	2,3	23	52,3	44	100
£ 151 a £ 500	24	21,2	21	18,6	11	9,8	57	50,4	113	100
£ 501 a £ 1000	10	17,5	15	26,3	16	28,1	16	28,1	57	100
£ 1001 a £ 2000	19	52,8	3	8,3	11	30,6	3	8,3	36	100
Acima de £ 2001	20	52,6	1	2,6	12	31,6	5	13,2	38	100
Todas as faixas	79	27,4	54	18,8	51	17,7	104	36,1	288	100

A: Inventários somente com dívidas ativas.

B: Inventários somente com dívidas passivas.

A+B: Inventariados com dívidas ativas e passivas.

C: Inventariados sem dívidas ativas ou passivas.

Fonte: 288 inventários *post-mortem* para o período 1850/1888. AFAB.

Considerando todo o conjunto de inventariados do período 1850/88, observamos que uma parcela equivalente a 27,4% possuía somente dívidas ativas entre seus bens. Sendo assim, eram indivíduos que tinham somente somas a receber e que não estavam endividados quando faleceram. Notamos que o percentual de indivíduos nesta situação

²²⁴ Inventário de Francisco Lopes de Faria (1896). AFAB.

aumentou em concomitância com os níveis de riqueza. Quanto mais elevado o estrato de patrimônio, maior a parcela de inventariados que eram somente credores, com exceção da passagem da segunda para a terceira faixa de riqueza. Nos dois segmentos com mais elevados patrimônios, pouco menos de 53% dos inventariados possuíram exclusivamente dívidas ativas, ao passo que o percentual correlato que verificamos na menor faixa de riqueza equivaleu a 13,6%.

Na tabela anterior visualizamos ainda a representatividade, dentro do conjunto dos processos, dos inventariados que possuíam somente dívidas passivas quando faleceram, ou seja, eram exclusivamente devedores, 18,8% dos casos. Do mesmo modo que verificamos entre os inventários que detiveram somente dívidas ativas entre os bens descritos, também neste caso identificamos uma relação entre riqueza e dívidas passivas. Contudo, em sentido contrário. Quanto maior o nível de fortuna, menor a parcela de inventariados que estavam endividados no momento em que faleceram. Em contrapartida, nos estratos menos aquinhoados uma fração maior de inventariados possuiu somente dívidas passivas. Na menor faixa de riqueza o percentual de indivíduos nesta condição foi pouco inferior a 32%, ao passo que entre os inventariados do maior agrupamento de fortuna o percentual correlato foi de somente 2,6%. Com base nos aspectos acima, entendemos que, além de contarem com menores recursos, no momento da morte o endividamento era fenômeno mais disseminado entre os inventariados mais pobres.

Os dados dispostos na tabela 6.1 atestaram ainda que existiu uma relevante parcela de inventariados de Santa Rita do Turvo no período 1850/88 que possuíram tanto dívidas ativas quanto passivas, ou seja, ao mesmo tempo eram credores e devedores de outros indivíduos quando faleceram. Pouco menos de 18% dos processos compulsados se enquadraram nesta situação. Assim como nos casos anteriores, identificamos manifesta relação entre inventariados com dívidas ativas e passivas e riqueza. Quanto mais elevado o nível de fortuna, maior também o percentual de inventariados que, quando faleceram, eram tanto credores quanto devedores.

Por fim, uma parcela equivalente a pouco mais de 36% dos inventariados cotejados não possuiu qualquer tipo de dívida, ativa ou passiva. A julgar pelos bens arrolados em seus processos, não participavam do mercado da localidade quando faleceram. Mesmo para esta parcela de indivíduos identificamos uma relação concomitante com a riqueza declarada. Nos segmentos de menores cabedais, parcelas maiores de indivíduos não possuíram dívidas, ao passo que o percentual correlato se

reduziu nos estratos mais aquinhoados. Sendo assim, entre os mais ricos era maior a representatividade de inventariados com participação no mercado de Santa Rita do Turvo no período em tela.

Excluindo então a última categoria, dos processos dos indivíduos que não possuíram qualquer tipo de dívida, entendemos que praticamente 64% dos inventariados do período 1850/88 estavam de alguma forma envolvidos com o mercado da localidade, como credores, como devedores, ou ainda nas duas condições concomitantemente.

Na tabela 6.2 exibimos os dados acerca da presença de dívidas ativas e/ou passivas nos inventários de Santa Rita do Turvo no período 1888/1900. Apresentamos os informes tanto para todo o conjunto de inventariados como também desagregados por faixas de riqueza.

Tabela 6.2: Presença de dívidas ativas e/ou passivas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900.

Faixas de riqueza	A		B		A+B		C		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até £ 150	4	7,3	7	12,7	2	3,6	42	76,4	55	100
£ 151 a £ 500	5	16,1	5	16,1	5	16,1	16	51,6	31	100
£ 501 a £ 1000	5	33,3	3	20,0	4	26,7	3	20,0	15	100
£ 1001 a £ 2000	2	33,3	0	0	2	33,3	2	33,3	6	100
Acima de £ 2001	3	75,0	0	0	1	25,0	0	0	4	100
Todas as faixas	19	17,0	15	13,5	14	12,6	63	56,8	111	100

A: Inventários somente com dívidas ativas.

B: Inventários somente com dívidas passivas.

A+B: Inventariados com dívidas ativas e passivas.

C: Inventariados sem dívidas ativas ou passivas.

Fonte: 111 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Em comparação com o período tratado anteriormente, no intervalo 1888/1900 o percentual de inventariados que tiveram algum tipo de dívida declarada foi consideravelmente inferior. Tendo em vista os informes para todo o conjunto de processos, observamos que 17% possuíram somente dívidas ativas, 13,5% somente dívidas passivas, 12,6% as duas formas e, finalmente, 56,8% não descreveram qualquer tipo de dívida. Não conseguimos conjecturar hipóteses razoáveis para esta constatação. Haveria uma maior disseminação de transações informais, sem registros formalizados na documentação compulsada? A localidade estaria atravessando neste momento uma época de menor vigor econômico, com impacto em seu mercado? Não acreditamos em nenhuma das duas hipóteses. Contudo, não conseguimos elaborar outras possíveis respostas para esta questão. Seja como for, importa que pouco mais de 43% dos

inventariados do último intervalo que tratamos estavam, de algum modo, em contato com o mercado da localidade no momento em que foram acometidos pela morte.

Vistos os informes do intervalo 1888/1900 por faixas de riqueza, identificamos as mesmas correlações manifestadas nos dados para o recorte temporal anterior, não obstante a desvalorização monetária da moeda nacional ocorrida no final do Oitocentos e a consequente reorganização dos processos pelas faixas de riqueza, observadas quando aplicamos o método de conversão para a libra esterlina. A parcela de inventariados que eram somente credores quando faleceram, pois possuíam somente dívidas ativas, aumentou em concomitância com a elevação das faixas de riqueza. Na primeira faixa somente 17% dos processos arrolaram exclusivamente dívidas ativas, ao passo que entre os mais aquinhoados três dos quatro indivíduos possuíram somente dívidas desta natureza. Da mesma forma que no intervalo anterior, a relação entre inventariados que possuíam somente dívidas passivas quando faleceram e riqueza declarada se deu de forma contrária, embora os dados para 1888/1900 sejam mais nebulosos em relação a este ponto. Nenhum inventário dos dois maiores níveis de fortuna foi somente devedor. Em relação aos processos que descreveram tanto dívidas ativas quanto passivas, a relação observada foi de elevação em função da faixa de riqueza, movimento similar ao que constatamos para o período 1850/88. Entre os inventariados que não possuíram qualquer espécie de dívidas, fossem ativas ou passivas, notamos que a parcela destes se reduziu quanto mais elevado o estrato de riqueza. Na faixa de inventariados com menores posses 76,4% se enquadravam nesta condição, ao passo que nenhum indivíduo do maior segmento de fortuna deixou de ter dívidas entre seus bens arrolados. Da mesma forma que no período antecedente, verificamos que os mais pobres tiveram maior dificuldade em se integrar ao mercado de Santa Rita do Turvo.

Em suma, neste capítulo tratamos dos inventariados que possuíram dívidas ativas e/ou passivas, uma vez que entendemos que estes indivíduos foram sujeitos partícipes do mercado de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Contudo, reconhecemos que abordamos o mercado da localidade de modo fragmentário, precário. Silenciamos sobre o contingente de inventariados que não tiveram dívidas de qualquer natureza arroladas em seus processos. Em nosso entendimento, pelo menos no momento em que faleceram, estes estavam “ausentes” do mercado da localidade, objeto precípuo desta parte do trabalho. Todavia, a metodologia que adotamos trouxe consigo algumas limitações. Em primeiro lugar, evidentemente que os inventariados que não possuíram dívidas ativas e/ou passivas declaradas na documentação cotejada poderiam

ter participado informalmente do mercado da localidade, estabelecendo operações de compras, vendas ou empréstimos informais, baseadas unicamente na palavra como garantia. Como estas negociações não deixaram evidências documentais, não conseguimos recuperá-las. Em segundo lugar, a ausência de dívidas de qualquer natureza em um inventário não quer dizer, necessariamente, que o inventariado esteve “ausente” por completo e permanentemente do mercado da localidade. Certamente que, ao longo de sua vida, ele pode ter feito transações que o conectaram com espaço abstrato que analisamos. A ausência de dívidas em um inventário, portanto, indica somente que em um momento específico (o da morte), o indivíduo nem devia e nem tinha a receber valores de outros sujeitos. Porém, nada garante que a condição de devedor e/ou credor possa ter sido experimentada ao longo das vivências cotidianas em outros momentos da trajetória de vida destes indivíduos. No geral, esta última observação pode ser estendida para todos os aspectos analisados com base em inventários *post-mortem*. Por fim, em terceiro lugar, não recuperamos as transações mercantis que foram quitadas à vista, com pagamento em espécie ou com trocas, por exemplo, um animal por determinada quantidade de algum gênero. A soma de todos os elementos sugeridos resulta em uma análise muito mais indiciária que definitiva.

Também nesta parte do texto preservamos os procedimentos propostos nos capítulos anteriores. Segmentamos os inventariados por faixas de riqueza e fragmentamos a segunda metade do Oitocentos em intervalos menores. Contudo, não omitimos os dados para o conjunto de inventariados e para períodos mais abrangentes.

6.2 – As dívidas ativas: os inventariados credores.

Entendemos que a análise das dívidas ativas e passivas constantes nos inventários *post-mortem* de Santa Rita do Turvo da segunda metade do Oitocentos se constitui em uma das formas de acessar o mercado local, tomado enquanto objeto de pesquisa e nos moldes enfocados neste estudo. Sendo assim, investimos na abordagem das dívidas ativas, parte importante da riqueza inventariada na localidade. Posteriormente, procedemos da mesma forma para o caso das dívidas passivas. Mesmo se caracterizando como uma localidade precipuamente voltada para produção e mercantilização em escala regional de gêneros variados, em especial milho, cana de açúcar e seus derivados e café (este último destacadamente no final do século XIX), conforme verificamos no capítulo precedente, seu mercado conheceu um nível de desenvolvimento que o manteve distante da atrofia ou do marasmo.

Conforme revelamos no capítulo três deste trabalho, as dívidas ativas representaram parte importante dos patrimônios inventariados em Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX. Mais do que isso, a parcela alocada neste grupo de ativos conheceu um aumento relativo no correr do período estudado. Na década de 1850/59 as dívidas ativas representaram pouco mais de 7% do total da riqueza declarada pelos indivíduos da localidade em tela. No decênio seguinte o percentual se retraiu um pouco e atingiu 6,7%. Contudo, a partir da década de 1870/79 a importância relativa das dívidas ativas na composição dos patrimônios estudados não parou de aumentar. Nesta década foi de 14%. Elevou-se para 16,6% entre 1880/88 e, finalmente, atingiu 17,4% no último recorte temporal que estudamos, 1888/1900.

Grosso modo, as dívidas ativas eram os registros das somas que os inventariados tinham a receber no momento em que faleceram, ou seja, indícios de que o indivíduo era sujeito ativo no mercado, credor pela venda de gêneros, por práticas creditícias ou por investimentos financeiros, quando não em mais de uma destas atividades ou em todas ao mesmo tempo. Sendo assim, as dívidas ativas tinham origens e modalidades diversas, nem sempre explicitadas em minúcias nas descrições feitas na documentação compulsada, certamente fator limitante de nossa análise, conforme evidenciamos ao longo deste capítulo. Contudo, duas informações básicas sempre foram arroladas: o nome do devedor e a quantia devida ao inventariado. Outro ponto que impôs obstáculos para a análise do mercado da localidade foi o fato de que somente consideramos as

dívidas por assim dizer formalizadas. Aquelas feitas com base somente na palavra e que não deixaram vestígios documentados nos escaparam. Transações deste tipo muito provavelmente foram bastante recorrentes em sociedades como a que buscamos retratar, em especial para dívidas que envolviam baixos valores. Contudo, tornam-se praticamente impossíveis de serem recuperadas pelos historiadores.

De início, apresentamos no gráfico 6.1 os dados acerca da disseminação das dívidas ativas entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Qual a porcentagem de processos que mencionaram recursos empenhados em dívidas ativas? Exibimos os percentuais para todo o período 1850/1900, subdividido em intervalos espaciais menores. Destacamos que em comparação com a disseminação de escravos e de bens imóveis, as dívidas ativas estavam presentes nos patrimônios dos indivíduos considerados em níveis consideravelmente inferiores. Lembramos que de cada dez inventariados no período 1850/88 sete eram escravistas e que 94% dos indivíduos analisados eram proprietários de ao menos um bem imobiliário. Uma parcela menor de inventariados empenhou parte de seus patrimônios em dívidas ativas, por opção ou por contar com recursos suficientes para investir neste grupo de ativos.

Gráfico 6.1: Representatividade dos inventários com presença de dívidas ativas, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%)

Fonte: 399 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

A apreciação dos informes desagregados pelos períodos permitiu constatar-mos certa oscilação. Nos dois primeiros decênios o percentual de inventariados com dívidas ativas foi pouco superior a metade dos casos. Contudo, na década de 1870/79 o

percentual correlato decaiu consideravelmente. Entre os processos deste período, de cada dez indivíduos somente quatro descreveram dívidas ativas. Entre 1880/88 verificamos que 46% dos inventariados possuíam bens desta natureza. No intervalo temporal posterior ao fim do escravismo no Brasil, somente um terço dos processos tiveram ao menos um registro de dívidas ativas entre os bens descritos. Considerando toda a segunda metade do Oitocentos, uma parcela de 41% dos inventários considerados de Santa Rita do Turvo arrolaram dívidas ativas.

Os dados exibidos na tabela 6.3 permitem uma maior depuração acerca da disseminação das dívidas ativas nos inventários da localidade considerada, uma vez que exibimos os informes desagregados por faixas de riqueza. Apresentamos a participação de cada segmento de patrimônio em relação ao total de inventariados com dívidas ativas arroladas nos processos consultados.

Tabela 6.3: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas por faixas de riqueza dentro do total dos que possuíam bens desta natureza, Santa Rita do Turvo – 1850/1900.

Faixas de riqueza	1850/59		1860/69		1870/79		1880/88		1888/1900	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até £ 150	3	9,7	0	0,0	3	6,5	2	4,9	5	15,6
£ 151 a £ 500	7	22,6	3	21,4	11	23,9	15	36,6	10	31,3
£ 501 a £ 1000	7	22,6	3	21,4	12	26,1	4	9,8	9	28,1
£ 1001 a £ 2000	8	25,8	3	21,4	11	23,9	8	19,5	4	12,5
Acima de £ 2001	6	19,4	5	35,7	9	19,6	12	29,3	4	12,5
Todas as faixas	31	100	14	100	46	100	41	100	32	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (399) consideramos somente os dos indivíduos que possuíam dívidas ativas, 164 processos. Constituem 41% do total. 164 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Considerando toda a segunda metade do Oitocentos, exceção feita ao último intervalo em função das peculiaridades já apontadas anteriormente, os inventariados da menor faixa de riqueza constituíram a menor parcela dos indivíduos que apresentaram dívidas ativas entre os bens arrolados, o que sugere menores possibilidades de diversificação do patrimônio por parte dos indivíduos deste segmento de fortuna. Esta foi a única constante observada. As demais faixas de riqueza tiveram participações variáveis em relação aos possuidores de dívidas ativas no correr do período contemplado. Contudo, os percentuais se mostraram razoavelmente equilibrados entre os segmentos de patrimônio.

Todavia, os informes apresentados na tabela anterior sofrem influência da representatividade das faixas de riqueza dentro do conjunto total de processos considerados. Tendo este aspecto em consideração, avançamos um pouco mais na

análise e apresentamos na tabela 6.4 o percentual de inventariados com dívidas ativas dentro de cada faixa de riqueza para todo o período 1850/1900.

Tabela 6.4: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas dentro das faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1900.

Faixas de riqueza	1850/59		1860/69		1870/79		1880/88		1888/1900	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Até £ 150	27,3	72,7	0,0	100	16,7	83,3	15,4	84,6	10,9	89,1
£ 151 a £ 500	33,3	66,7	37,5	62,5	23,9	76,1	39,5	60,5	32,3	67,7
£ 501 a £ 1000	58,3	41,7	60,0	40,0	46,2	53,8	28,6	71,4	60,0	40,0
£ 1001 a £ 2000	100	0,0	60,0	40,0	84,6	15,4	80,0	20,0	66,7	33,3
Acima de £ 2001	100	0,0	83,3	16,7	75,0	25,0	85,7	14,3	100	0,0
Todas as faixas	53,4	46,6	53,8	46,2	40,0	60,0	46,1	53,9	29,7	70,3

(1) Inventariados com dívidas ativas arroladas.

(2) Inventariados sem dívidas ativas arroladas.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (399) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas ativas, 164 processos. Constituem 41% do total. 164 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Os dados da tabela anterior evidenciaram claramente a já suspeitada relação entre nível de riqueza e alocação de recursos em dívidas ativas. Fica evidente que esta opção de investimento era majoritariamente acessível aos inventariados que dispunham de maiores cabedais. Com raras exceções, em todos os intervalos, quanto mais elevada a faixa de riqueza, maior o percentual de processos que arrolaram dívidas ativas entre os bens constituintes dos patrimônios declarados. Pudemos observar, portanto, a manifesta relação entre posse de dívidas ativas em correspondência com a elevação do nível de riqueza.

Considerando os informes agregados para todo o intervalo 1850/1900, entre os inventariados coadunados na menor faixa de fortuna tão somente 14% possuíam dívidas ativas quando faleceram. No segmento seguinte o percentual correlato mais que dobrou, se elevando para praticamente 32%. Entre os inventariados da faixa de riqueza intermediária quase a metade, pouco menos de 49%, tiveram dívidas ativas entre os itens que compuseram seus patrimônios. Na faixa seguinte praticamente oito entre dez, mais exatamente 81%, possuíram bens desta natureza. Entre os indivíduos mais abastados o percentual atingiu 85,7%. Fica claro, portanto, que os sujeitos mais ricos de Santa Rita do Turvo eram aqueles que mais frequentemente participavam do mercado da localidade na posição de credores. Entendemos que isto poderia se dar tanto por opção dos indivíduos e, principalmente, pelas maiores possibilidades de diversificação de investimentos advindas de maiores fortunas. Aos mais pobres restava alocar seus

escassos recursos, majoritariamente, nas terras das quais extraíam os meios para subsistência, nas precárias casas em que moravam e, quando possível, em cativos.

Passamos a considerar as dívidas ativas pelos valores empenhados neste grupo de ativos pelos inventariados no tempo em questão e não mais pela simples presença nos processos. No gráfico 6.2 apresentamos a evolução da representatividade deste grupo de ativos no montante total da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo no transcorrer da segunda metade do século XIX. Oferecemos os informes tanto por faixas de patrimônio como também para o conjunto dos inventariados da localidade. Reiteramos que a parcela empenhada em dívidas ativas dos patrimônios dos indivíduos considerados alcançou a terceira posição em importância relativa em todos os recortes temporais desagregados e, por conseguinte, também quando tomamos os dados para toda a segunda metade do século XIX, conforme evidenciamos no capítulo terceiro do trabalho. A alocação neste grupo de ativos foi suplantada somente pelos investimentos em cativos e em imóveis, embora tenha empenhado percentuais bastante inferiores em comparação com estes dois grupos de ativos.

Gráfico 6.2: Representatividade do grupo de ativo dívidas ativas no total do patrimônio inventariado por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%)

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (399) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas ativas, 164 processos. Constituem 41% do total. Inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Notamos que os diferentes segmentos de riqueza apresentaram níveis diversos de alocação da riqueza em dívidas ativas. Via de regra, as duas faixas de menores

cabedais tiveram as mais reduzidas parcelas de patrimônio investidas neste grupo de bens. Considerando estes dois estratos, a representatividade máxima foi de cerca de 8% da segunda faixa de riqueza no período 1880/88. Por sua vez, o primeiro segmento de patrimônio jamais superou o patamar de 4% dos bens alocados em dívidas ativas.

Verificamos situação diversa entre os inventariados mais aquinhoados. Embora nem sempre tenha sido o estrato com maior empenho relativo de bens em dívidas ativas, a maior faixa de riqueza se descolou consideravelmente dos demais grupos a partir do terceiro período, mais destacadamente ainda nos dois últimos intervalos temporais enfocados. Em 1880/88 um percentual de pouco mais de 20% de todo o patrimônio da faixa de inventariados com mais de £ 2001 estava investido em dívidas ativas. No último período este percentual praticamente dobrou, alcançando o maior índice entre todos os segmentos ao longo de todo o intervalo considerado, próximo de 40%. Dessa forma, em termos de participação no valor total das dívidas ativas e, portanto, dos indivíduos credores, os dados indicaram que o “movimento” do mercado de Santa Rita do Turvo era, majoritariamente, proporcionado pelos sujeitos possuidores de mais elevada riqueza, com tímida participação daqueles com menores cabedais, em especial após o intervalo 1870/79, pelos a julgar pelos inventariados da localidade na segunda metade do século XIX.

Casos como o de Francisco José Graia foram sintomáticos do quadro delineado. Inventariado no ano de 1882, possuiu um patrimônio que o colocava no menor segmento de riqueza. No momento em que faleceu era credor em único registro de dívida ativa. O valor que tinha a receber de João de Souza Lima era muito baixo, £ 2,65, equivalente a somente 3% do seu patrimônio total inventariado.²²⁵ Conquanto fosse credor por um registro de dívida ativa, a soma transacionada era modestíssima. Por outro lado, casos como o que encontramos no processo de D. Joaquina Maria dos Reis foram mais frequentes entre os indivíduos que alocaram recursos em dívidas ativas. Inventariada em 1883, integrava o maior estrato socioeconômico que estabelecemos. Foram descritos cinco registros de dívidas ativas em seu inventário, um por ações de uma fábrica de tecidos (Melo & Reis) e os demais por empréstimos realizados e ainda não recebidos quando faleceu. A soma dos valores alocados em dívidas ativas foi de £ 687,79, correspondente a 19% do seu patrimônio total.²²⁶ Inventariados com o perfil de

²²⁵ Inventário de Francisco José Graia (1882). AFAB.

²²⁶ Inventário de Joaquina Maria dos Reis (1883). AFAB.

D. Joaquina se destacaram no tocante a alocação de recursos no grupo de ativos em questão.

As observações acima corroboraram os dados expostos anteriormente nas tabelas 6.3 e 6.4, nas quais apresentamos a representatividade dos inventariados com dívidas ativas, tanto para o conjunto de indivíduos quanto dentro das faixas de riqueza entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos.

A concentração social das dívidas ativas, tanto por valores como por frequência, fica ainda mais latente quando consideramos a contribuição relativa de cada uma das faixas de riqueza para a composição do montante total dos recursos empenhados neste grupo de ativos. Na tabela 6.5 exibimos os dados agregados para todo o período 1850/88 e também desagregados pelos intervalos constituintes deste recorte temporal mais amplo. Mais adiante abordamos separadamente os informes para o 1888/1900.

Tabela 6.5: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas ativas descritas nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1850/1888 (%).

Faixas de riqueza	1850/59	1860/69	1870/79	1880/88	1850/1888
Até £ 150	0,4	0,0	0,3	0,3	0,3
£ 151 a £ 500	8,5	3,0	4,1	6,1	5,3
£ 501 a £ 1000	17,1	13,3	11,4	2,5	8,0
£ 1001 a £ 2000	35,5	38,9	11,2	7,6	13,3
Acima de £ 2001	38,5	44,8	73,0	83,5	73,1
Todas as faixas	100	100	100	100	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas ativas, 132 processos. Constituem 46% do total. 132 inventários *post-mortem* para o período 1850/1888. AFAB.

Em todos os intervalos considerados a menor faixa de riqueza teve participação irrisória no montante total das dívidas ativas, em momento algum superior a 0,4%. Contudo, em alguns períodos os inventariados deste segmento representaram uma parcela relevante dos proprietários de bens desta natureza. Em 1850/59, por exemplo, 10% dos processos com dívidas ativas estavam aglutinados na menor faixa de fortuna (tabela 6.3). O estrato oposto de inventariados, com patrimônios maiores que £ 2001, foi aquele que, em todos os intervalos considerados, reteve a maior parcela relativa do montante total das dívidas ativas arroladas na documentação compulsada. Contudo, somente na década de 1860/69 constituiu o grupo mais representativo de inventariados possuidores de dívidas ativas (tabela 6.3). Nos períodos de 1870/79 e 1880/88 a maior faixa de riqueza concentrou as mais elevadas parcelas do valor total das dívidas ativas de todo o recorte temporal observado, 73% e 83,5%, respectivamente. Contudo, nestes

mesmos intervalos este segmento representou somente 19,6% e 29,3% dentre os possuidores de bens desta natureza (tabela 6.3).

No processo de Vicente Rodrigues Valente encontramos o maior valor absoluto declarado em dívidas ativas no período 1850/59, equivalente a £ 487,79. Falecido no ano de 1858 suas posses o enquadraram na quarta maior faixa de patrimônio. O montante declarado em dívidas ativas correspondeu a 48,6% de todo o seu patrimônio e a 15% da soma declarada em bens desta natureza pelos inventariados do primeiro período que analisamos. O restante da riqueza de Valente estava alocada em imóveis (35,7%), em animais (14%) e itens móveis (1,7%). O inventariado em questão não era proprietário de cativos quando faleceu e suas propriedades fundiárias não foram devidamente dimensionadas na documentação consultada. Toda sua dívida ativa era originada de dezessete registros por empréstimos feitos para quinze diferentes indivíduos, denotando assim que a atividade creditícia estava entre as principais desempenhadas pelo inventariado, talvez a mais importante.²²⁷

No intervalo 1860/69 o maior valor absoluto declarado em dívidas ativas foi arrolado no inventário de D. Brígida Moreira de Jesus. Embora tenha falecido no dia 4 de outubro de 1864 seu processo somente foi aberto cerca de dois anos depois. A soma do patrimônio declarado posiciona a inventariada no quarto maior segmento de riqueza. O total de suas dívidas ativas alcançou o valor de £ 738,57. Foi o grupo de ativos mais importante na composição de sua riqueza. Empenhou pouco além da metade do montante arrolado (50,8%). Representou também cerca de 32% do valor de todas as dívidas ativas descritas nos processos da década 1860/69. A inventariada era credora de cinquenta e três indivíduos (em cinquenta e quatro registros), por contas de rol. Como não foram mencionados estoques e/ou plantações em seu processo, não sabemos quais os prováveis gêneros cultivados nas unidades produtivas de D. Brígida que geraram excedentes e que foram negociados, dando origem as suas dívidas ativas. No inventário em questão ainda foram arrolados outros sessenta e sete devedores (em setenta e um registros) por dívidas que não tiveram a modalidade descrita. O restante do patrimônio declarado no processo de D. Brígida estava alocado nos quatro cativos declarados (14%), em bens imóveis (30,1%), em animais (1,8%) e em itens móveis (3,3%).²²⁸

O inventariado José Luiz da Silva Viana, falecido em 1876, já foi abordado anteriormente nos capítulos precedentes, visto ter alcançado destaque pela grande

²²⁷ Inventário de Vicente Rodrigues Valente (1858). AFAB.

²²⁸ Inventário de Brígida Moreira de Jesus (1866). AFAB.

dimensão da escravaria que possuía, por suas extensas propriedades fundiárias e por seu elevado patrimônio total, o maior que verificamos nos processos da década de 1870/79. Fazia parte, portanto, do mais elevado estrato de fortuna. Foi também em seu inventário que encontramos o maior valor absoluto alocado em dívidas ativas entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no terceiro intervalo considerado. A soma dos valores alocados neste grupo de ativos alcançou £ 5.214,36. Foi a segunda fração mais substantiva de sua riqueza, equivalente a 26,9% do total e a 36,4% do montante deste grupo de ativos no intervalo 1870/79. O restante dos bens de Viana estava empenhado em imóveis (43,8%), em escravos (23,2%), no seu rebanho de animais (4,6%) e em itens móveis (1,5%). Especificamente em relação às dívidas ativas declaradas no processo em questão, eram majoritariamente registros por empréstimos realizados pelo inventariado, o que sugere a grande importância que as práticas creditícias tiveram entre as atividades que desenvolvia, além de sua grande capacidade de dispender recursos para serem emprestados. Nada menos que cento e setenta e dois indivíduos foram arrolados como seus devedores em cento e oitenta e três registros de empréstimos concedidos. Foram relacionados ainda sete registros por contas de rol e de livro e outros seis registros de dívidas ativas sem indicação da origem. Viana era produtor de diversos gêneros como açúcar, arroz, feijão, milho, cana e café. Provavelmente a comercialização da produção excedente destes itens explica a origem das dívidas por contas.²²⁹

De modo similar a situação que verificamos na década 1870/79, observamos o maior valor absoluto arrolado em dívidas ativas no intervalo 1880/88 no processo de um indivíduo já abordado anteriormente, em capítulos precedentes, em função de suas elevadas posses. Entre todos os inventariados considerados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, José de Deos Moreira e Castro foi o mais rico. Consequentemente integra o mais elevado nível de fortuna que estabelecemos. Era dono de grande escravaria, de extensas propriedades fundiárias e de muitos animais. Além disso, quando faleceu, em setembro de 1882, possuía o valor de £ 10.834,61 empenhado em dívidas ativas, correspondente a uma fração de 48,7% de todo o seu patrimônio inventariado. As demais parcelas de sua riqueza estavam alocadas em propriedades imobiliárias (27%), em cativos (13,9%), em bens móveis (5,3%), em dinheiro (2,6%) e em seu rebanho de animais (2,5%). A maior parte dos registros de dívidas ativas

²²⁹ Inventário de José Luiz da Silva Viana (1876). AFAB.

descritas no inventário de Moreira e Castro era por empréstimos que tinha a receber quando faleceu. Foram descritos vinte registros nos quais quatorze indivíduos eram seus devedores. Ainda era credor por uma conta corrente. Contudo, as dívidas ativas mais substantivas estavam empenhadas em ativos financeiros. O inventariado em questão era credor por duas escrituras públicas de hipotecas e possuía ainda noventa e cinco apólices da dívida pública do Estado. Estes últimos registros de ativos financeiros significavam nada menos que 93% do montante total das dívidas ativas de Moreira e Castro.²³⁰

Conforme vimos, não foi por acaso que os inventariados que declararam os maiores valores absolutos empenhados em dívidas ativas fizeram parte dos segmentos mais aquinhoados. Estes estratos controlaram a parte mais robusta dos recursos alocados em bens desta natureza.

Na tabela 6.6 exibimos os dados acerca da contribuição de cada uma das faixas de riqueza no montante total empenhado em dívidas ativas no intervalo 1888/1900, o último que consideramos.

Tabela 6.6: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas ativas descritas nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).

Faixas de riqueza	1888/1900
Até £ 150	1,7
£ 151 a £ 500	7,1
£ 501 a £ 1000	28,7
£ 1001 a £ 2000	10,6
Acima de £ 2001	51,9
Todas as faixas	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas ativas, 33 processos. Constituem 30% do total. 132 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Embora também se manifeste a concentração social dos valores alocados neste tipo de bens, os percentuais se alteraram em comparação com o período 1850/88. Contudo, sustentamos, uma vez mais, que não enxergamos indícios de uma alteração do quadro socioeconômico da localidade. Ao observarmos os dados deste intervalo lembramos sempre que a desvalorização da moeda nacional na última década do século XIX implicou em uma redistribuição dos inventariados pelas faixas de riqueza, com redução do número de indivíduos nos maiores segmentos e elevação nos estratos com patrimônios mais reduzidos, aspectos que impactaram fortemente a contribuição de cada estrato de fortuna no montante total das dívidas ativas. Neste período, a menor faixa de

²³⁰ Inventário de José de Deos Moreira e Castro (1882). AFAB.

riqueza teve a maior participação relativa no total de inventariados com dívidas ativas descritas de toda a segunda metade do Oitocentos, um percentual de 15,6% (tabela 6.3). Como consequência deteve também a maior contribuição no valor total das dívidas entre os períodos contemplados, 1,7%. Contudo, a participação do menor estrato de patrimônio para a composição total do valor somado das dívidas ativas ainda se manteve bastante discreto, não obstante a elevação do número de inventariados incluídos neste agrupamento no intervalo 1888/1900.

Por outro lado, de forma contrária, a faixa que congrega os indivíduos mais aquinhoados teve a menor participação relativa dentre os inventariados com dívidas ativas arroladas em todos os recortes temporais que analisamos. Somente 12,5% dos proprietários de bens desta natureza fizeram parte deste segmento no intervalo 1888/1900 (tabela 6.3). Contudo, continuaram controlando a parcela mais substantiva do valor total alocado em dívidas ativas, próximo de 52%.

No dia 4 de abril ano de 1891 faleceu Virgílio Pinto Coelho. Em seu inventário foi declarado o maior valor absoluto investido em dívidas ativas entre os processos do último intervalo temporal que analisamos. Seu patrimônio atingiu um montante que o encaixava no maior segmento de fortuna considerado. A soma das dívidas ativas declaradas no inventário de Coelho alcançou £ 1.825,48, equivalente a nada menos que 71,1% de seu patrimônio declarado e a 24% do total arrolado neste grupo de ativos pelos inventariados do período em questão. O restante das posses de Coelho estava alocado em dinheiro (19,8%), em imóveis (8,4%), bens móveis (0,6%) e em animais (0,1%). A maior parte dos registros de dívidas ativas mencionados em seu inventário era originada de empréstimos que tinha a receber quando faleceu. Um total de quarenta indivíduos deviam-lhe em quarenta e um registros. Possuía ainda quatro registros de contas. Contudo, a parte mais substancial dos recursos empenhados em dívidas ativas tinha origem em “vinte apólices da dívida pública da Nação”, equivalentes a 67,7% do montante investido neste grupo de ativos. Como o inventariado em questão não possuía terras e nem declarou gêneros produzidos na documentação consultada, tudo leva a crer que vivia dos rendimentos auferidos de seus investimentos em dívidas ativas.²³¹

De modo geral, sustentamos que no cenário socioeconômico de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX, investir recursos em dívidas ativas, uma das maneiras de contato com o mercado da localidade, era uma opção majoritariamente

²³¹ Inventário de Virgílio Pinto Coelho (1891). AFAB.

restrita aos indivíduos de maiores cabedais, a julgar pelos inventariados da localidade. Os recursos declarados nos processos consultados que estavam empenhados neste grupo de ativos estavam socialmente concentrados. A participação relativa dos menores estratos de riqueza foi bastante modesta, situação mantida e até mesmo acentuada no correr dos anos considerados. Entre os indivíduos com os maiores volumes absolutos de recursos alocados em dívidas ativas de cada intervalo percebemos que, com o passar dos períodos contemplados, novas possibilidades de investimentos em ativos financeiros se abriram. Voltamos a essa questão no transcorrer do capítulo.

Os dados extraídos da série documental que pesquisamos permitiram o aprofundamento da análise interna do grupo de ativos dívidas ativas. Destrinchamos sua composição interna, de modo semelhante ao que fizemos na análise dos grupos de ativos constituídos pelos escravos e pelos bens imóveis nos capítulos quatro e cinco do trabalho. Nesta incursão fizeram parte de nossas preocupações revelarmos quais as principais categorias de dívidas ativas e suas representatividades dentro das faixas de riqueza ao longo da segunda metade do século XIX. Contudo, ressaltamos que, assim como na análise do grupo de ativos imóveis, enfrentamos dificuldades impostas pela qualidade das informações apresentadas na documentação compulsada. Em muitas ocasiões os registros das dívidas ativas não foram arrolados com maiores minúcias, se resumindo em descrever a quantia devida ao inventariado e o nome do devedor.

Considerando estes aspectos, elaboramos quatro diferentes e abrangentes categorias que nos permitiram apreender, com o grau de apuro possível, as modalidades de dívidas ativas nas quais os inventariados de Santa Rita do Turvo empenhavam recursos. Na primeira delas, “Empréstimos”, incluímos os registros que claramente expressaram créditos advindos da concessão de empréstimos para terceiros. Além do nome do devedor e do valor emprestado, boa parte dos registros incluídos nesta categoria descreveu a data em que o empréstimo foi firmado, o prazo para sua liquidação e a taxa de juros cobrada. Contudo, a forma exata por meio da qual foi feito o repasse de recursos não foi explicitada nos registros descritos nos inventários. Não sabemos se em dinheiro, bilhetes, cartas de créditos, entre outras tantas possíveis e praticadas pelos habitantes do Brasil pretérito.

Alguns exemplos ilustram a forma de escrituração mais completa dos empréstimos nas fontes consultadas. Quando faleceu, o alferes Domingos Francisco dos Reis era credor de sete diferentes indivíduos por empréstimos concedidos. Um dos que lhe deviam era José de Almeida Souza. O registro descreveu a dívida, no valor de £

9,80, da forma seguinte “por um crédito passado a 15 de outubro de 1868 com prazo de 12 meses e prêmio de 1% ao mês”.²³² No inventário de Luciano Moreira do Nascimento foram arrolados cinco registros de dívidas ativas por empréstimos. Pedro José de Souza era seu devedor da quantia de £ 26,22 por “um crédito firmado a 1 de agosto de 1871, por prazo de 6 meses, a prêmio de 1% ao mês”.²³³ Entre os onze devedores por empréstimos do casal José Gomes de Campos e D. Maria Rosa da Silva estava Leonardo José Teixeira da Silva Filho. A soma devida era de £ 33,84 por “crédito firmado a 14 de abril de 1891, por 12 meses, e 10% ao ano”.²³⁴ Conforme os exemplos acima evidenciam, obtivemos informações sobre os prazos e os juros aplicados nas operações de empréstimos, além do nome do devedor e do valor devido. Contudo, em parte considerável dos registros constaram somente as duas últimas informações.

Na categoria “Contas” incluímos todos os registros de dívidas ativas provenientes da negociação de gêneros de qualquer espécie com pagamento a prazo. Descrições como contas de rol, contas de livro, contas correntes ou simplesmente contas foram aglutinadas nesta categoria. Contudo, não foram descritos na documentação compulsada os itens transacionados que estavam na origem desta modalidade de dívida ativa. Encontramos alguns vestígios nos casos em que os inventariados tiveram plantações e/ou estoques de gêneros descritos em seus inventários. Joaquim Casemiro Ferreira era credor por contas de rol de onze diferentes indivíduos. Entre estes estava D. Joaquina da Costa que lhe devia a módica quantia de £ 1,22. Embora não esteja mencionado no registro o tipo de item envolvido na negociação, foi declarado no inventário de Ferreira plantações de café, cana e laranja. Provavelmente a conta em questão envolvia a negociação de alguns destes gêneros.²³⁵ Por um registro de conta corrente, D. Thereza Maria da Conceição era credora de José Francisco Isidoro Pereira da quantia de £ 6,51. Como no inventário de D. Thereza foi arrolado um estoque de quarenta carros de milho, provavelmente a negociação deste gênero estava na base da dívida em questão.²³⁶ No processo do capitão Joaquim Romão Moreira e Castro foram arrolados nove registros de contas de livro. Em uma destas Joaquim Damaso de Freitas e Castro (possivelmente seu parente) constava como devedor da quantia de £ 20,98.

²³² Inventário de Domingos Francisco dos Reis (1870). AFAB.

²³³ Luciano Moreira do Nascimento (1885). AFAB.

²³⁴ Inventário de José Gomes de Campos e Maria Rosa da Silva (1892). AFAB.

²³⁵ Inventários de Joaquim Casemiro Ferreira (1854). AFAB.

²³⁶ Inventário de Thereza Maria da Conceição (1870). AFAB.

Como o inventariado em questão era produtor de açúcar, possivelmente foi este o gênero envolvido na operação que gerou a dívida ativa mencionada.²³⁷

A partir do intervalo 1880/88 passamos a encontrar outras possibilidades de investimentos em dívidas ativas nos patrimônios dos inventariados de Santa Rita do Turvo. Embora ainda raros e restritos aos segmentos mais aquinhoados, novos itens passaram a serem listados entre os bens constituintes dos patrimônios locais a partir desse período. Itens como ações de empresas e da dívida pública, letras, hipotecas etc. Agrupamos os registros desta natureza na categoria “Ativos financeiros”. Entre os bens que foram descritos no inventário de José de Deos Moreira e Castro estavam três registros de ativos financeiros. Em um destes foram declaradas noventa e cinco apólices da dívida pública. Alcançaram um valor total de £ 8.378,90, extremamente elevado para os padrões locais.²³⁸ Quando faleceu, José Francisco Cabral era credor de Domingos Pena por “uma letra, nº2091, firmada a 17 de agosto de 1891, a juros de 6% ao ano” no valor de £ 356,99.²³⁹ Teófilo Lopes Valente foi outro inventariado que investiu em dívidas ativas da modalidade em questão. Em um único registro foram descritas “39 ações da Cia União Industrial (fábrica de tecidos)” que somaram £ 326,05.²⁴⁰ Conforme visto pelos exemplos mencionados, embora tenham sido raros os registros de ativos financeiros, em geral empenharam somas bastante elevadas. Em função deste aspecto, somente os mais ricos tiveram condições de investirem nesta categoria de dívidas ativas.

Em decorrência da falta de detalhamento na escrituração de considerável número de registros de dívidas ativas, precipuamente nas décadas de 1850/59 e 1860/69, optamos por incluir uma categoria denominada “Não especificados”. Nesta agrupamos os registros de dívidas ativas que descreveram tão somente o nome do devedor e o valor devido, não oferecendo assim quaisquer pistas que pudessem denotar sua modalidade. No inventário de D. Maria Albina da Purificação foram descritos cinco registros de dívidas ativas devidas por cinco diferentes indivíduos. Além dos nomes dos devedores e dos valores a que tinha direito a inventariada quando faleceu, os registros não trouxeram mais nenhuma informação.²⁴¹ Caso similar encontramos no processo de Bento José Pinto, outro inventariado que alocou parte de seu patrimônio em dívidas ativas. Foram arrolados em seu inventário um total de treze registros deste tipo de dívida. Além do

²³⁷ Inventário de Joaquim Romão Moreira e Castro (1881). AFAB.

²³⁸ Inventário de José de Deos Moreira e Castro (1882). AFAB.

²³⁹ Inventário de José Francisco Cabral (1891). AFAB.

²⁴⁰ Inventário de Teófilo Lopes Valente (1894). AFAB.

²⁴¹ Inventário de Maria Albina da Purificação (1857). AFAB.

nome dos doze indivíduos que deviam para Bento José quando este faleceu e dos valores devidos, nenhuma outra informação foi descrita.²⁴² A partir da década de 1870/79 os registros inseridos na modalidade “Não especificados” diminuíram bastante, decorrência da melhora na qualidade das informações sobre as dívidas ativas descritas nos inventários. Contudo, ainda encontramos casos que arrolaram somente o nome dos devedores e as somas devidas. No inventário de Manoel José de Souza encontramos dois registros de dívidas ativas. Em um deles conseguimos identificar que se tratava de um empréstimo concedido pelo inventariado. No outro, porém, constava somente a soma devida e o nome do indivíduo que era o devedor. Neste último caso, enquadramos a dívida em questão na categoria “Não especificados”.²⁴³

Considerando as categorias apresentadas, não obstante as limitações da tipologia que estabelecemos, procedemos a decomposição interna do grupo de ativos dívidas ativas, aquelas nas quais os inventariados eram credores quando faleceram. Buscamos indagar, principalmente, se houve alguma modalidade de dívidas ativas associada com nível de riqueza. Na tabela 6.7 apresentamos os informes para o período 1850/59, tanto para o conjunto dos inventários como também segmentados por faixas de riqueza e consideramos a representatividade de cada modalidade no valor total declarado neste grupo de ativos.

Tabela 6.7: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1850/1859 (%).

Faixas de riqueza	Emprést.	Contas*	Não especif.	Total
Até £ 150	0,0	0,0	100	100
£ 151 a £ 500	31,4	22,3	46,5	100
£ 501 a £ 1000	58,4	4,4	37,2	100
£ 1001 a £ 2000	49,5	16,8	33,7	100
Acima de £2001	28,1	0,0	71,9	100
Todas as faixas	41,0	8,6	50,4	100

*Contas de rol, contas correntes e contas.

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1850/1859 (58) consideramos somente os proprietários de dívidas ativas, 31 processos. Constituem 53% do total. Descreveram 368 registros de dívidas ativas. 31 inventários *post-mortem* para o período 1850/1859. AFAB.

Infelizmente, para o período 1850/1859, o nível de qualidade das descrições das dívidas ativas inventariadas foi ruim. Em função disso, a categoria “Não especificados” atingiu neste intervalo a maior representatividade relativa no valor total descrito neste grupo de ativos. Entre os inventariados da menor faixa de riqueza, por exemplo, não conseguimos identificar a modalidade das dívidas ativas em nenhum dos registros.

²⁴² Inventário de Bento José Pinto (1868). AFAB.

²⁴³ Inventário de Manoel José de Souza (1876). AFAB.

Considerando todo o conjunto de inventariados, as dívidas da modalidade considerada empenharam um percentual de 50,4% do valor total deste grupo de ativos. Reiteramos que nestes casos somente constaram nas descrições das dívidas ativas o nome do devedor e o montante devido. Não enxergamos relação entre faixa de riqueza e dívidas ativas não especificadas.

Considerando os registros de dívidas ativas com a modalidade descrita, a categoria “Empréstimos” foi a mais representativa no montante total inventariado. Tendo em vista todo o conjunto de inventários com alocação de bens neste grupo de ativos, praticamente quatro décimos do valor total estava empregado em empréstimos para terceiros, ou seja, em práticas creditícias. Vistos os informes por faixas de riqueza, exceção feita ao segmento de menores cabedais, em todos os estratos de patrimônio encontramos consideráveis frações empenhadas nesta categoria. Além disso, desconsiderando as dívidas não especificadas, foi a modalidade mais importante em todos os níveis de fortuna. Neste período, a faixa intermediária foi a que aplicou a parte mais robusta das dívidas ativas em empréstimos, 58,9%. Certamente que para o período 1850/59 o elevado índice de registros de dívidas ativas para os quais não conseguimos identificar a modalidade dificultou sobremaneira a análise dos dados.

Na categoria “Contas” estava investido 8,6% do valor total alocado em dívidas ativas, considerando todo o conjunto de inventariados que possuíam bens desta natureza quando faleceram. Curiosamente, tomados os informes pelas faixas de riqueza, observamos que tanto o segmento de menores cabedais como também o estrato constituído pelos mais aquinhoados não empenhou valores nesta categoria. Contudo, reiteramos que o alto índice de dívidas ativas sem modalidade manifesta na documentação tornam temerárias maiores análises para este primeiro período.

Os dados exibidos na tabela 6.8 evidenciaram a composição do grupo de ativos dívida ativa e a contribuição de cada faixa de riqueza para o intervalo 1860/69. Uma vez mais enfrentamos o problema da grande frequência dos registros que não mencionaram a natureza específica das dívidas arroladas, resumindo a descrição ao nome do devedor e a quantia devida ao inventariado.

Tabela 6.8: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1860/1869 (%).

Faixas de riqueza	Emprést.	Contas*	Não especif.	Total
Até £ 150	0,0	0,0	0,0	100
£ 151 a £ 500	0,0	12,6	87,4	100
£ 501 a £ 1000	1,9	0,0	98,1	100
£ 1001 a £ 2000	13,0	22,8	64,2	100
Acima de £2001	39,3	0,3	59,9	100
Todas as faixas	23,2	9,4	67,4	100

*Contas de rol, contas correntes e contas.

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1860/1869 (26) consideramos somente os proprietários de dívidas ativas, 14 processos. Constituem 54% do total. Descreveram 323 registros de dívidas ativas. 14 inventários *post-mortem* para o período 1860/1869. AFAB.

A categoria “Não especificados”, de modo similar ao quadro que constatamos no intervalo anterior, alcançou a maior representatividade relativa dentro do montante total dos recursos empenhados em dívidas ativas, tanto para o conjunto dos inventariados como também quando tomados os dados por estratos de fortuna. Contudo, representou fração ainda mais significativa, equivalente a 67,4% do soma das dívidas ativas inventariadas no intervalo considerado.

Dentre as dívidas ativas com categorias descritas a modalidade “Empréstimos” representou a parte mais substantiva dos recursos alocados neste grupo de ativos, abaixo apenas da soma dos registros sem descrição mais apurada. Uma parcela de 23,2% do valor total das dívidas ativas do período 1860/69 teve origem na concessão de empréstimos. Vistos os informes por faixas de riqueza, percebemos tendência não manifesta no intervalo anterior. Conforme a elevação do nível de riqueza dos inventariados, maior o percentual das dívidas ativas empenhado com empréstimos para outros indivíduos. Embora nos pareça um resultado coerente, na medida em que indivíduos com maiores cabedais provavelmente dispuseram de maiores condições para conceder empréstimos, os problemas dos dados para este período, a grande proporção de registros sem origem descrita e a pequena quantidade de inventários, indicam ser temerário afirmações taxativas com base nos informes para 1860/69. O estudo dos demais períodos ilumina de forma mais apurada as questões observadas neste recorte temporal.

A modalidade “Contas” manteve um percentual estável em comparação com a primeira década cotejada. Tendo em vista o conjunto dos inventariados com dívidas ativas arroladas no intervalo 1860/69, uma fração de 9,4% do montante total arrolado estava alocada nesta categoria. A observação por faixas de riqueza não evidenciou

aspectos notáveis, a não ser que, em alguns estratos a representatividade desta categoria suplantou a parcela relativa alocada em empréstimos oriundos de práticas creditícias.

Conforme mencionamos anteriormente, a partir da década de 1870/79 a qualidade das descrições das dívidas ativas na documentação compulsada aumentou bastante, de modo similar ao que observamos no estudo da estrutura fundiária da localidade. No caso das terras (capítulo anterior), o percentual de propriedades com delimitação de suas extensões se elevou substancialmente em relação aos períodos anteriores, de predomínio de descrições sem informação das dimensões. No caso das dívidas ativas observamos situação correlata. A proporção de registros que descreveram a modalidade das dívidas também aumentou consideravelmente em relação às duas primeiras décadas tratadas. Consequentemente, os registros que somente arrolaram o nome do devedor e a quantia devida representaram fatia bem mais modesta. Na tabela 6.9 exibimos os informes acerca da composição interna do grupo de ativos dívidas ativas para o período 1870/79, por faixas de riqueza e para o conjunto dos inventariados.

Tabela 6.9: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1870/79 (%).

Faixas de riqueza	Empréstimos	Contas*	Não especificados	Total
Até £ 150	34,0	10,9	55,1	100
£ 151 a £ 500	17,0	7,7	75,3	100
£ 501 a £ 1000	95,1	1,4	3,5	100
£ 1001 a £ 2000	56,9	32,1	11,0	100
Acima de £ 2001	75,3	7,6	17,1	100
Todas as faixas	73,0	9,6	17,4	100

*Contas de rol, contas correntes e contas.

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1870/79 (115) consideramos somente os proprietários de dívidas ativas, 46 processos. Constituem 40% do total. Descreveram 892 registros de dívidas ativas. 46 inventários *post-mortem* para o período 1870/79. AFAB.

Diferentemente do que observamos para os períodos antecedentes e considerando todo o conjunto de inventariados, a categoria “Empréstimos” empenhou a maior parcela do montante total das dívidas ativas inventariadas entre 1870/79, mesmo computando os registros sem informações sobre a modalidade das dívidas. Nada menos que 73% do valor total declarado neste grupo de ativos foi originário de empréstimos para terceiros, ou seja, de práticas creditícias. Todas as faixas de riqueza tiveram considerável proporção das dívidas ativas empenhada nesta categoria, embora nas duas primeiras a representatividade do montante constituído pelos registros sem origem tenha sido superior. Mesmo nestas, contudo, dentre as categorias que não informaram somente o nome do devedor e a quantia devida, foi a modalidade mais significativa.

Todavia, a tendência de concomitante elevação da faixa de riqueza em paralelo com o aumento da representatividade da categoria “Empréstimos” não se manifestou de forma tão evidente como no intervalo anterior, ainda que os dois menores segmentos de fortuna tenham sido aqueles que empenharam a menor parcela relativa das dívidas ativas em empréstimos.

Conforme mencionamos, a categoria “Não especificados” perdeu bastante importância no montante total inventariado em dívidas ativas, refletindo uma acentuada melhora na qualidade das informações oferecidas pela documentação compulsada na década de 1870/79. Considerando todo o conjunto dos processos com dívidas ativas arroladas, os registros que não informaram a modalidade das dívidas que os inventariados tinham a receber quando faleceram empenharam uma fração de 17,4% do montante total declarado neste grupo de ativos, consideravelmente inferior aos percentuais correlatos verificados nas décadas antecedentes. Tomados os informes desta categoria por faixas de riqueza, destacamos que os dois menores estratos de riqueza foram aqueles que tiveram a maior proporção de dívidas ativas sem descrição de mais apurada. Supomos que se tratassem de dívidas de menores valores. Em função disso, talvez os responsáveis pelas descrições das mesmas tenham tido menor cautela e apuro no arrolamento.

A categoria de dívidas ativas “Contas” manteve-se com representatividade condizente com o patamar que observamos para as duas décadas anteriores. Considerando todos os inventariados, uma parcela de 9,6% do valor total das dívidas ativas declaradas estava empenhada na negociação de gêneros. Os dados sugerem, assim como nas décadas anteriores, que a representatividade desta modalidade não se relacionou com nível de riqueza.

Ao decompor as dívidas ativas arroladas nos inventários do intervalo 1880/88, nos deparamos pela primeira vez com ativos financeiros, conforme aludimos anteriormente. Em função disso, na tabela 6.10 apresentamos quatro categorias, ao invés das três que utilizamos até então. Destacamos ainda que as dívidas ativas que descreveram somente o nome do devedor e a quantia devida atingiram uma ínfima parcela relativa do montante total declarado. A redução desta categoria já fora aspecto notado para o período anterior, acentuando-se no intervalo em questão.

Tabela 6.10: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1880/88 (%).

Faixas de riqueza	Empréstimos	Contas*	Ativos financeiros**	Não especificados	Total
Até £ 150	80,1	15,3	-	4,6	100
£ 151 a £ 500	83,6	4,8	10,8	0,8	100
£ 501 a £ 1000	96,0	4,0	-	-	100
£ 1001 a £ 2000	81,1	7,1	-	11,8	100
Acima de £ 2001	22,3	2,1	75,1	0,5	100
Todas as faixas	32,5	2,9	63,3	1,3	100

*Contas de rol, contas correntes e contas.

**Ações, hipotecas, escrituras, dívida pública etc.

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1880/88 (89) consideramos somente os proprietários de dívidas ativas, 41 processos. Constituem 46% do total. Descreveram 422 registros de dívidas ativas. 41 inventários *post-mortem* para o período 1880/88. AFAB.

Considerando todo o conjunto de inventariados de Santa Rita do Turvo que tiveram dívidas ativas declaradas no período 1880/88, foi justamente a modalidade “Ativos financeiros” que representou a parte mais robusta dos recursos investidos neste grupo de ativos. Nada menos de 63,3% do total. Todavia, a aplicação em ativos financeiros não estava ao alcance dos indivíduos com menores patrimônios. Destacamos que encontramos dívidas ativas desta natureza em poucos registros, quase que exclusivamente em processos da faixa de riqueza de maiores cabedais. Sendo assim, era opção restrita aos mais aquinhoados. Praticamente uma fração de três quartos do valor das dívidas ativas do grupo de inventariados mais ricos estava alocada nesta modalidade. Identificamos somente seis registros da modalidade “Ativos financeiros”. Contudo, como envolveram altas somas para os padrões locais, acabaram comprometendo parcela substancial do total alocado neste grupo de ativos.

A categoria “Empréstimos” representou a segunda parcela mais significativa dentro do montante total das dívidas ativas inventariadas no período 1880/88, conquanto bastante inferior em face dos períodos anteriores. Certamente esta redução de representatividade esteve pressionada pelas altas somas declaradas em ativos financeiros. Tendo em vista o conjunto dos inventariados da localidade, pouco menos de um terço dos recursos declarados em dívidas ativas estava alocado em empréstimos. Notamos que, exceção feita para a maior faixa de patrimônio, as práticas creditícias foram responsáveis por comprometer disparadamente a parte mais importante das dívidas ativas dos inventariados das quatro faixas com patrimônios totais inferiores a £ 2000, entre um percentual mínimo de 80%, primeira faixa de patrimônio, e um máximo de 96%, terceiro segmento de fortuna. Novamente evidencia-se que o investimento em

ativos financeiros somente foi preponderante na composição das dívidas ativas dos indivíduos aglutinados na maior faixa de riqueza.

A negociação de gêneros, registros agrupados na categoria “Contas”, teve uma representatividade relativa bastante inferior aos percentuais notados nas décadas antecedentes. Assim como no caso da modalidade “Empréstimos” a menor participação da negociação de gêneros no montante total das dívidas ativas sofreu impacto das altas somas investidas em ativos financeiros, anteriormente inexistentes nos patrimônios inventariados entre os intervalos compreendidos pelos anos 1850/1879.

Apresentamos os dados acerca da composição interna do grupo de ativos dívidas ativas para o intervalo 1888/1900 na tabela 6.11. Assim como no período anterior, identificamos a presença de ativos financeiros nos registros de dívidas dos inventariados da localidade no tempo em questão. Em obediência ao mesmo procedimento, foram agregados em categoria separada. Outra similaridade em relação aos dados dos dois recortes temporais antecedentes foi o baixo percentual de dívidas sem a origem descrita na documentação que compulsamos.

Tabela 6.11: Composição das dívidas ativas inventariadas e contribuição relativa das modalidades por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).

Faixas de riqueza	Empréstimos	Contas*	Ativos financeiros**	Não especificados	Total
Até £ 150	98,2	-	-	1,8	100
£ 151 a £ 500	27,6	16,1	43,5	12,8	100
£ 501 a £ 1000	68,2	3,1	28,5	0,2	100
£ 1001 a £ 2000	50,5	0,4	44,4	4,7	100
Acima de £ 2001	18,7	3,6	75,6	2,1	100
Todas as faixas	38,3	3,9	55,2	2,6	100

*Contas de rol, contas correntes e contas.

**Ações, hipotecas, escrituras, dívida pública etc.

Fonte: Do conjunto de inventários para todo o período 1888/1900 (111) consideramos somente os proprietários de dívidas ativas, 33 processos. Constituem 29% do total. Descreveram 308 registros de dívidas ativas. 33 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

De modo geral, tomados os informes para o conjunto dos inventariados contemplados, a composição interna das dívidas ativas mostrou-se similar ao quadro que verificamos para o intervalo anterior. A modalidade “Ativos financeiros” representou a maior fração do valor total declarado do grupo de ativos em questão entre 1888/1900, 55,2%. Exceção feita ao segmento constituído pelos inventariados com menores recursos, todos os demais estratos retiveram alguma parte de seus patrimônios em ativos desta categoria. Contudo, no caso do grupo de maiores cabedais a participação relativa dos ativos financeiros atingiu um percentual equivalente a três

quartos do montante total alocado em dívidas ativas, a maior parcela dentre todos os segmentos de inventariados. Assim como no período anterior, foram poucos os registros de dívidas ativas englobados na categoria “Ativos financeiros”, somente doze. Todavia, envolviam altas somas, tornando esta modalidade a mais significativa na composição interna do grupo de ativos em questão no último recorte temporal que analisamos, cenário similar ao que verificamos para o intervalo antecedente.

Os registros oriundos de práticas creditícias, agrupados na modalidade “Empréstimos”, empenharam a segunda parcela mais importante dentro da composição interna das dívidas ativas, com percentual de 38,3%, pouco acima do que encontramos no período anterior. Na primeira, na terceira e quarta faixas de riqueza esta modalidade de dívidas representou a parte mais substantiva do montante total no grupo de ativos em questão.

A categoria “Contas”, proveniente da soma dos registros originados da comercialização de bens, se elevou um ponto percentual em comparação com o intervalo anterior, atingindo 3,9% de participação relativa no valor total das dívidas ativas. Uma vez mais, não percebemos tendências que relacionaram esta modalidade de dívidas com riqueza.

Em suma, entre as modalidades de dívidas ativas com maior detalhamento na documentação que compulsamos, os créditos por concessão de empréstimos empenharam a parte mais substantiva do montante total das dívidas ativas declaradas nos inventários de Santa Rita do Turvo. Os inventariados de todas as faixas de patrimônio tiveram atuação em práticas creditícias, alocando recursos nesta modalidade. Este quadro foi válido nos três primeiros intervalos temporais cotejados, destacadamente em 1870/79, período em que a categoria “Empréstimos” superou inclusive a fração de dívidas sem origem descrita. Contudo, com o surgimento das possibilidades de investimentos em ativos como ações, hipotecas, escrituras etc, aglutinados na categoria “Ativos financeiros”, esta modalidade suplantou a fração investida em empréstimos em razão das altas somas declaradas nos registros, não obstante serem raros. Notamos esta clivagem a partir do intervalo 1880/88. Contudo, a aplicação em ativos desta natureza foi mais substancial nos patrimônios dos estratos mais aquinhoados. Nos períodos que não encontramos ativos financeiros declarados, a categoria “Contas”, originária das diversas formas de negociação de bens, empenhou a segunda fração em importância relativa no montante total das dívidas ativas. Contudo, a partir do intervalo 1880/88 foi suplantada pela categoria “Ativos financeiros”,

superando somente a proporção relativa dos registros que não arrolaram a modalidade da dívida. Lembramos ainda que, via de regra, as dívidas ativas eram opções de investimento majoritariamente efetivadas pelos inventariados mais ricos. Foram estes que controlaram a parcela mais robusta do montante declarado neste grupo de ativos. A participação relativa da maior faixa de riqueza no valor total das dívidas ativas, inclusive, aumentou gradativamente ao longo do período 1850/1888.

Conforme exposto, as modalidades “Empréstimos”, entre 1850/79, e “Ativos financeiros”, entre 1880/1900, foram as opções que empenharam as maiores parcelas relativas do valor total das dívidas ativas. Contudo, buscamos saber se foram também as formas mais comuns de investimentos arroladas neste grupo de ativos nos inventários de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Anteriormente investigamos qual o item mais representativo entre as dívidas ativas no montante total em cada faixa de riqueza e para o conjunto de inventariados. Buscamos avançar para sabermos qual foi a forma mais disseminada de investimento em dívidas ativas, aquela modalidade mais acessível para o maior número de inventariados na localidade.

Na tabela 6.12 apresentamos os dados relativos à presença das principais categorias de dívidas ativas descritas nos inventários de Santa Rita do Turvo entre 1850/79, intervalo em que não encontramos ativos financeiros entre os bens inventariados, razão pela qual trabalhamos com este período. Oferecemos os informes tanto por faixas de riqueza como para o conjunto de inventariados. Na última coluna da direita indicamos ainda o percentual de inventários com dívidas ativas arroladas dentro das faixas de riqueza. A soma horizontal dos percentuais ultrapassa os 100% porque em diversos casos constatamos mais de um tipo de dívida ativa em um mesmo inventário. Reiteramos que passamos a considerar a simples presença das dívidas nos processos, e não mais os valores declarados, visto que investigamos a disseminação dos investimentos nas modalidades de dívidas ativas, independentemente da quantidade de registros e das somas que envolviam.

Tabela 6.12: Presença das principais modalidades de dívidas ativas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1879 (%).*

Faixas de riqueza	Empréstimos	Contas**	Não especificados	(1)
Até £ 150	16,7	16,7	66,6	19,3
£ 151 a £ 500	31,8	13,6	77,3	28,6
£ 501 a £ 1000	63,6	22,7	63,6	51,2
£ 1001 a £ 2000	59,1	27,3	68,2	84,6
Acima de £ 2001	57,1	33,3	71,4	87,5
Todas as faixas	51,6	23,7	69,9	45,7

*A soma horizontal dos percentuais ultrapassa 100% porque em muitos casos constatamos o arrolamento de mais de uma categoria de dívida ativa em um mesmo inventário.

**Contas de rol, contas correntes e contas.

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um registro de dívida ativa dentro da faixa de riqueza considerada.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (199) consideramos somente 91 processos, pois foram os que descreveram dívidas ativas dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado. Constituem 46% do total para 1850/79. 91 inventários *post-mortem* para o período 1850/79. AFAB.

Percebemos que os dados para o intervalo 1850/79 sofreram impactos da qualidade ruim das descrições das dívidas ativas nas décadas de 1850/59 e 1860/69. Tomado todo o conjunto de processos, constatamos que em praticamente 70% dos inventários que tiveram dívidas ativas declaradas neste intervalo apareceram registros que não mencionaram a modalidade da dívida descrita. O percentual foi elevado em todos os segmentos de fortuna, variando entre um mínimo de 63,6%, terceira faixa, e um máximo de 77,3%, segundo agrupamento. Foi a categoria mais recorrente em todos os níveis de patrimônio.²⁴⁴ Lembramos que a categoria “Não especificadas” empenhou a mais robusta parcela no valor total das dívidas ativas declaradas pelo conjunto dos inventariados de Santa Rita do Turvo nas décadas de 1850/59 e 1860/69. No intervalo 1870/79 perdeu bastante importância relativa, resultado da manifesta melhora da qualidade das informações oferecidas pela documentação compulsada.

Entre os registros de dívidas ativas para os quais constam informações acerca da modalidade da dívida, a categoria “Empréstimos” foi a mais disseminada entre os inventariados de Santa Rita do Turvo entre 1850/79. Um percentual de 51,6% dos processos com dívidas ativas continham registros desta natureza. Notamos que a frequência das práticas creditícias nos dois segmentos de menores patrimônios foi mais reduzida. Os mais aquinhoados concederam empréstimos mais frequentemente, certamente porque dispunham de maiores cabedais para isso. Contudo, não deixou de ser notável que mesmo nos segmentos menos providos materialmente dos inventariados

²⁴⁴ Na terceira faixa empatada com “Empréstimos”.

considerados, os empréstimos também fizeram parte das possibilidades de alocação de recursos em dívidas ativas, embora com menos frequência que indivíduos que dispunham de maiores cabedais.

Considerando somente os registros para os quais conseguimos identificar a modalidade, aqueles oriundos das diversas formas de negociação de bens, reunidos na categoria “Contas”, constituíram o segundo tipo de dívidas ativas mais disseminado entre os inventariados da localidade, tanto considerados em conjunto quanto também segmentados por estratos de riqueza.²⁴⁵ Dentre os processos que arrolaram dívidas ativas, 23,7% descreveram registros enquadrados nesta modalidade. Conquanto os dois menores agrupamentos de patrimônio tenham tido as menores frequências de inventariados com dívidas desta natureza, não enxergamos uma relação tão manifesta entre esta modalidade de dívidas ativas com os patamares de riqueza, pelo menos da forma como ficou manifesta no caso da categoria “Empréstimos”.

Destacamos ainda que, no intervalo 1850/79, a porcentagem de inventariados que possuíram dívidas ativas entre os bens constituintes dos patrimônios declarados se elevou em concomitância com os níveis de riqueza. Menos de um quinto dos inventariados da menor faixa de fortuna declarou bens desta natureza. Todavia, entre os processos aglutinados no estrato de maior fortuna, nada menos que 87,5% possuíram dívidas ativas entre os itens descritos e avaliados. Sendo assim, reforçamos que os investimentos em bens desta natureza eram precipuamente praticados pelos inventariados mais abastados de Santa Rita do Turvo no tempo em questão, conforme evidenciamos anteriormente com o estudo da composição deste grupo de ativos e da contribuição de cada estrato de fortuna no montante total alocado em dívidas ativas.

A partir do intervalo temporal 1880/88 passamos a encontrar tipos de investimentos diferentes dos que vinham sendo descritos nos processos dos períodos anteriores. Em função disso apresentamos na tabela 6.13 os dados acerca da presença das modalidades de dívidas ativas inventariadas incluindo a categoria “Ativos financeiros”. Contudo, não obstante esta diferença, a relação entre elevação do percentual de inventariados que possuíram dívidas ativas em compasso com os níveis de fortuna se manteve.

²⁴⁵ Na primeira faixa empatada com “Empréstimos”.

Tabela 6.13: Presença das principais modalidades de dívidas ativas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1880/1888 (%).*

Faixas de riqueza	Empréstimos	Contas**	Ativos financeiros***	Não especificados	(1)
Até £ 150	66,7	33,3	0,0	33,3	23,1
£ 151 a £ 500	100	20,0	6,7	6,7	39,5
£ 501 a £ 1000	100	25,0	0,0	0,0	28,6
£ 1001 a £ 2000	100	57,1	0,0	28,6	70,0
Acima de £ 2001	91,7	16,7	25,0	33,3	85,7
Todas as faixas	95,1	26,8	9,8	19,5	46,1

*A soma horizontal dos percentuais ultrapassa 100% porque em muitos casos constatamos o arrolamento de mais de uma categoria de dívida ativa em um mesmo inventário.

**Contas de rol, contas correntes e contas.

*** Ações, hipotecas, escrituras, dívida pública etc.

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de dívida ativa dentro da faixa de riqueza considerada.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (89) consideramos somente 41 processos, pois foram os que descreveram dívidas ativas dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado. Constituem 46% do total para 1880/88. 41 inventários *post-mortem* para o período 1850/79. AFAB.

Nada menos que 85,7% dos inventariados do maior estrato de patrimônio possuíam algum tipo de dívida ativa no momento em que faleceram, percentual bastante próximo ao que verificamos no período 1850/79. No extremo oposto, pouco mais de 23% dos processos dos indivíduos do segmento de menores cabedais arrolaram ao menos um registro de dívidas ativas.

Conquanto a categoria “Ativos financeiros” tenha sido a mais representativa no valor total declarado neste grupo de ativos a partir do momento em que bens desta natureza passaram a fazer parte das possibilidades de investimentos para os inventariados de Santa Rita do Turvo (tabelas 6.10 e 6.11), esta modalidade de investimento foi muito pouco disseminada entre os inventariados da localidade. Considerando o conjunto de processos, somente um a cada dez arrolou ativos enquadrados nesta modalidade, tais como ações, hipotecas, escrituras etc. Conforme notamos anteriormente, este era um tipo de investimento quase que exclusivamente praticado pelos inventariados mais aquinhoados, muito em função das altas somas normalmente envolvidas. Em três dos cinco estratos de riqueza não foram declarados registros de somas investidas nesta modalidade de dívidas ativas. Contudo, no segmento de maiores posses um quarto dos processos arrolou ativos financeiros entre os bens inventariados.

Entre as dívidas ativas para as quais identificamos a modalidade, os registros da modalidade “Empréstimos” foram mais frequentemente encontrados entre os inventariados compulsados no intervalo 1880/88, assim como no período anterior.

Contudo, sua disseminação aumentou bastante. Pouco mais de 95% dos processos que arrolaram dívidas ativas descreverem registros classificados nesta categoria. Como nesse período houve uma redução bastante notável dos registros sem modalidade declarada, acreditamos que, no período anterior, grande parte das dívidas enquadradas na categoria “Não especificadas” deveria ser oriunda de empréstimos com fins creditícios e que foram precariamente descritos, impossibilitando uma ordenação mais apurada. Entendemos que a relativa estabilidade da categoria “Contas” nos dois períodos considerados contribui para sustentarmos essa hipótese. Vistos os informes por faixas de patrimônio, notamos que na segunda, terceira e quarta faixas todos os inventariados com dívidas ativas possuíam registros enquadrados na categoria “Empréstimos”. No estrato mais pobre pouco mais de dois terços dos inventariados possuíam ativos desta natureza quando faleceram, ao passo que no mais rico o percentual correlato foi de 91,7%. De modo geral, vislumbramos a elevadíssima disseminação dos empréstimos e, conseqüentemente, das práticas creditícias entre os inventariados da localidade, principalmente entre os mais aquinhoados. Contudo, os indivíduos que não possuíam grandes patrimônios também recorreram a esta modalidade de dívidas ativas, embora com menor frequência.

A categoria “Contas” alcançou no intervalo 1880/88 disseminação bastante próxima da que observamos no período anterior, sendo a modalidade de dívidas ativas com presença mais estável nos períodos abordados. Considerando todo o conjunto de inventariados, pouco menos de 27% possuíam algum tipo de crédito a receber oriundo da negociação de itens no momento em que faleceram. Observando os dados por faixas de patrimônio, novamente não enxergamos relação evidente entre esta categoria de dívidas ativas com nível de riqueza. De forma geral, portanto, todos os segmentos socioeconômicos estavam envolvidos nas mais diversas formas de venda de gêneros, o que pressupõe, nos casos em que não se tratavam de negociantes, produções suficientes para mercantilização dos excedentes.

Apresentamos os dados para o último período considerado, após a extinção do escravismo no Brasil, na tabela 6.14. De modo similar ao que procedemos no estudo da composição interna das dívidas ativas entre 1880/88, os informes foram dispostos em quatro categorias. De modo geral, embora a presença de investimentos desta natureza tenha sido menos frequente entre os inventariados do período 1888/1900, a associação entre posse de dívidas ativas e riqueza se manifestou novamente. Quanto maior a faixa

de patrimônio, mais elevado o percentual de processos que arrolaram recursos empenhados neste grupo de ativos.

Tabela 6.14: Presença das principais modalidades de dívidas ativas nos inventários por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1888/1900 (%).*

Faixas de riqueza	Empréstimos	Contas**	Ativos financeiros***	Não especificados	(1)
Até £ 150	80,0	0,0	0,0	20,0	9,1
£ 151 a £ 500	50,0	20,0	20,0	30,0	32,3
£ 501 a £ 1000	80,0	20,0	30,0	0,0	66,7
£ 1001 a £ 2000	50,0	25,0	25,0	25,0	66,7
Acima de £ 2001	75,0	25,0	75,0	50,0	100
Todas as faixas	66,7	18,2	27,3	21,2	29,7

*A soma horizontal dos percentuais ultrapassa 100% porque em muitos casos constatamos o arrolamento de mais de uma categoria de dívida ativa em um mesmo inventário.

**Contas de rol, contas correntes e contas.

*** Ações, hipotecas, escrituras, dívida pública etc.

(1): Porcentagem de inventários com descrição de pelo menos um tipo de dívida ativa dentro da faixa de riqueza considerada.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente 33 processos, pois foram os que descreveram dívidas ativas dentre os bens constituintes do patrimônio inventariado. Constituem 30% do total para 1850/79. 33 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Em comparação com o período antecedente, notamos uma maior disseminação dos registros da categoria “Ativos financeiros”. Contudo, mais uma vez ressaltamos que neste último intervalo houve um reordenamento das faixas de riqueza em função da desvalorização da moeda nacional ocorrida na última década do Oitocentos. Seja como for, identificamos a presença deste tipo de dívida ativa em pouco mais de 27% dos processos. Contudo, a relação entre riqueza e alocação de recursos em ativos financeiros se evidenciou novamente. No segmento que reunia os indivíduos mais aquinhoados nada menos que uma parcela de três quartos empenhou parte de seus patrimônios em investimentos como ações, hipotecas, escrituras etc. Porém, no segmento de posses mais modestas não encontramos em nenhum processo a descrição de bens correlatos.

A modalidade de dívidas ativas mais comum que encontramos nos inventários deste último período permaneceu sendo “Empréstimos”, embora tenhamos observado uma retração no percentual de inventariados que possuíam registros desta natureza. Considerando todo o conjunto de processos, pouco mais de dois terços dos inventariados tinham ao menos um empréstimo a receber no momento em que faleceram. A associação entre riqueza e maior frequência de inventariados que concediam empréstimos não ficou clara na análise dos dados para o intervalo 1888/1900. Todavia, uma vez mais reafirmamos que mesmo os indivíduos de menores

patrimônios também foram emprestadores de recursos, a julgar pela frequência com que encontramos dívidas ativas oriundas de empréstimos também entre os inventariados das menores faixas de fortuna.

Diferentemente do caso dos empréstimos, em nenhum período analisado encontramos correlação entre nível de riqueza e a modalidade de dívidas ativas “Contas”. Neste último período não foi diferente. Pouco mais de 18% dos processos descreveram algum registro de dívidas derivadas de créditos gerados pelas diversas formas de negociação de gêneros. Somente no primeiro estrato de patrimônio não verificamos esta modalidade de dívida. Nos outros agrupamentos de fortuna o percentual variou pouco. Entre 20% e 25% dos inventariados negociaram bens e ainda não haviam recebido a quitação das transações no momento em que faleceram.

As dívidas ativas foram bem mais disseminadas entre os inventariados mais ricos. A decomposição interna deste grupo de ativos atestou que, entre os registros descritos na documentação compulsada que informaram a modalidade das dívidas, o tipo mais comum entre os inventariados de Santa Rita na segunda metade do Oitocentos foi o empréstimo originado de práticas creditícias. Lembramos que até o surgimento das possibilidades de investimento em ativos financeiros, período 1880/88, esta era a modalidade de dívida ativa que empenhava a parte mais substancial do montante aplicado neste grupo de ativos, desconsiderando a parcela de registros para os quais não conseguimos identificar a modalidade. Achamos, inclusive, que muitos desses registros de dívidas aglutinados na categoria “Não especificadas” deviam ser de empréstimos que foram mal escriturados, ou por descaso ou por falta de informações, pelos responsáveis em descrevê-los.

Embora mais frequentes entre os inventariados mais aquinhoados, a concessão de empréstimos não ficou restrita a estes segmentos, sendo socialmente disseminada. Também os inventariados com menos recursos participaram das práticas creditícias em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, ainda que em escala menor em comparação com os mais ricos, pelo menos a julgar pela frequência com que registros desta natureza foram listados nos patrimônios dos indivíduos constituintes dos menores segmentos de fortuna. Muito provavelmente a explicação para este fenômeno estava na imbricação de fatores econômicos, sociais e políticos no ato de emprestar naquela sociedade. Além da transação econômica *strictu sensu*, significava o estreitamento de laços de solidariedade e de relações de poder e de dependência, aspectos que não podem

ser ignorados, ainda que não se constituam nas temáticas precípua desta pesquisa.²⁴⁶ Mesmo não tendo muitos recursos disponíveis para emprestarem e efetuarem práticas creditícias, os inventariados dos menores segmentos de fortuna se envolveram em operações desta natureza porque estavam em questão não somente aspectos econômicos. Faziam parte do ato de emprestar elementos sociais, culturais e políticos que relacionavam os emprestadores com os outros indivíduos daquela sociedade, fossem em relações verticais ou horizontais. Neste contexto, os valores envolvidos nem sempre eram os elementos cruciais da transação. A simples relação entre as partes envolvidas era o fator que preponderava.

A partir do intervalo 1880/88 a categoria “Ativos financeiros” passou a empenhar a parcela mais significativa da riqueza alocada nas dívidas ativas declaradas nos inventários de Santa Rita do Turvo. Todavia, os dados que cotejamos demonstraram que este tipo de dívida ativa não foi muito comum entre os indivíduos em tela. Mais do que isso, foi um tipo de investimento realizado quase que majoritariamente pelos segmentos mais aquinhoados da sociedade tratada, a julgar pela faixa de inventariados que concentrou os registros de ativos financeiros. As dívidas por negociação de gêneros, agrupadas na categoria “Contas”, constituíram o segundo tipo mais comum de dívida ativa até 1888. Somente no último intervalo caiu para a terceira posição, ultrapassada pelos ativos financeiros. Contudo, não identificamos relação entre a modalidade “Contas” e riqueza. Os inventariados de todos os segmentos de fortuna estavam envolvidos nas diversas formas de negociações de gêneros quando faleceram em proporções relativamente similares.

Conforme dito, as dívidas ativas oriundas da concessão de empréstimos, reunidas na categoria “Empréstimos”, foram as mais disseminadas entre a população inventariada de Santa Rita do Turvo entre 1850/1900. Em relação ao valor total dos recursos alocados neste grupo de ativos, empenharam a parte mais significativa dos registros com modalidade identificável até o surgimento dos ativos financeiros no intervalo 1880/88. Contudo, estes últimos foram pouco frequentes na constituição dos patrimônios analisados, não obstante os altos valores aplicados. Diante do quadro repisado, optamos por aprofundarmos um pouco mais a análise da modalidade de dívida ativa mais recorrente entre os inventariados considerados, os empréstimos com fins creditícios, aglutinados na categoria “Empréstimos”. Em primeiro lugar, justamente

²⁴⁶ Mônica Ribeiro de Oliveira (2005) e Raphael Freitas Santos (2005) desenvolveram em seus trabalhos essa perspectiva que correlaciona fenômenos econômicos com aspectos sociais e culturais.

porque foi o tipo de dívida mais recorrente entre os inventariados da localidade compulsada e, em segundo lugar, porque seus registros trouxeram uma variedade maior de informações na documentação compulsada, permitindo assim o estudo de um maior número de variáveis. Via de regra, no registro de concessão de empréstimo constavam, além do nome do tomador e do valor emprestado, a data do empréstimo, o prazo para a quitação do mesmo por parte do devedor e os juros aplicados na transação. A análise destes aspectos permitiu alguns apontamentos acerca do mercado de crédito na localidade contemplada, bem como sobre o perfil socioeconômico dos indivíduos que emprestavam recursos naquela sociedade. Contudo, lembramos que nossas análises se basearam somente nas operações de empréstimos estabelecidas pelos indivíduos que morreram e que foram inventariados em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, fator limitante de nossa análise.

Algumas incursões historiográficas abarcaram temática correlata para Minas Gerais, conquanto tenham empregado procedimentos metodológicos diferentes daqueles que utilizamos, com vantagens e desvantagens. Rita Almico analisou o mercado de crédito em uma localidade mineira em período semelhante ao que cotejamos, em Juiz de Fora entre 1853/1906. Lançou mão de procedimento metodológico diverso daquele que adotamos neste estudo. O *corpus* documental utilizado pela autora constituiu-se de uma série de Ações de Execuções de Dívidas. Por serem de natureza litigiosa, este tipo de fonte abarcava tão somente as situações nas quais as condições previstas para a quitação dos empréstimos não foram cumpridas, obrigando o credor a recorrer à justiça para assegurar os seus direitos (Almico, 2009). Para justificar sua escolha pelo tipo de documentação privilegiada, a autora sustentou que os registros de dívidas descritos nos inventários, outro tipo de fonte que oferece registros desta natureza, não seriam “ideais” para estudar a temática proposta, visto que os informes aparecem bastante simplificados. Em contrapartida, afirmou que as Ações de Execuções de Dívidas permitiriam não somente constatar a existência do crédito, como entende ser o caso nos inventários. Revelavam as razões dos empréstimos, as relações familiares entre os indivíduos envolvidos na negociação, os motivos justificados pelo tomador pela inadimplência, as expectativas dos credores, entre outras informações. Além disso, por serem execuções judiciais, permitiriam um aprofundamento na percepção das relações entre credores, devedores, advogados e justiça. Por outro lado, Almico reconheceu que a documentação que privilegiou não permitiu que fossem recuperadas as dívidas baseadas em relações pessoais, não oficializadas, bem como aquelas que tiveram honrados seus

compromissos, sem a necessidade de processos judiciais (Almico, 2009, p. 23-46). Em grande parte, as opções da autora se justificaram por seu objetivo específico: a recuperação das relações de crédito em Juiz de Fora na segunda metade do Oitocentos, que então passava por um processo de diversificação econômica em função do desenvolvimento abrupto da cafeicultura, atividade que gerou um processo de urbanização e modernização da economia e da sociedade da localidade.

Com base nas Ações de Execuções de Dívidas, Almico caracterizou o mercado de crédito de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Destacou a heterogeneidade social dos envolvidos nas Ações, potencializada gradativamente com o passar do tempo e com a própria diversificação da sociedade contemplada, e afirmou que os valores das dívidas variaram bastante, aumentando conforme o extrato social dos envolvidos (credores/devedores). A origem espacial destes era Juiz de Fora e seus distritos, elemento que atestaria a existência de um mercado de crédito local. Destacou ainda que os prazos para execução das dívidas eram curtos. Por fim, afirmou que os juros aplicados eram, via de regra, de 12% ao ano, o que descartava a hipótese de usura (Almico, 2009, p. 281-283).

Concordamos com Rita Almico quando a autora afirma que as Ações de Execuções de Dívidas trazem uma gama muito maior de informações sobre as operações de crédito em comparação com os inventários, tais como, por exemplo, as razões dos empréstimos, os motivos alegados pela inadimplência e elementos sobre os devedores. Dessa forma, oferecem diversas possibilidades analíticas. Por outro lado, entendemos que o tipo de documentação que utilizou enseja algumas limitações evidentes. Muito provavelmente, as relações de crédito que não terminavam judicialmente constituíram, na pior das hipóteses, relevante parcela dos empréstimos, isso se não fossem a parte mais substantiva. Todavia, estas operações sem a intervenção da justiça acabaram sendo marginalizadas por Almico em seu estudo sobre o mercado de crédito em Juiz de Fora entre 1853 e 1906, justamente em função da documentação selecionada. Será, por exemplo, que pequenas quantias não pagas eram requisitadas judicialmente, com todas as implicações daí advindas (como, por exemplo, os custos dos trâmites legais), ou que somente altas somas não quitadas eram contestadas na justiça? Este aspecto, dentre outros possíveis, pode ter impactado os resultados acerca das quantias e dos grupos socioeconômicos envolvidos nas práticas creditícias em Juiz

de Fora no período analisado, afetando, em última análise, o perfil do mercado de crédito da localidade traçado pela autora.²⁴⁷

Em nossa incursão sobre o tipo de dívida ativa mais disseminado entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, os empréstimos com fins creditícios, operamos de forma diversa do procedimento empregado no mencionado estudo de Rita Almico. Se a natureza da documentação utilizada pela autora permitiu-lhe uma abordagem verticalizada dos créditos que tiveram desfecho litigioso, optamos por analisar registros de empréstimos mais simplificados, descritos nos inventários *post-mortem*. Embora reconheçamos, por um lado, a maior limitação das informações relativas à concessão de empréstimos contidas neste tipo de documentação, por outro lado, conseguimos empreender uma análise em um escopo mais abrangente, não restrito aos casos dos empréstimos que tiveram desfecho judicial e que, provavelmente, não constituíram a parcela mais significativa dos casos. Dito de outra maneira, como não abarcaram somente os casos que foram descumpridos e que acabaram em litígio, como nas Ações de Execuções de Dívidas, os informes contidos nos inventários possibilitaram uma visão mais abrangente, mais horizontal, por assim dizer, da questão abordada. O lado negativo do viés que adotamos foi a perda de detalhamento das informações. Com base nos registros dos inventários não sabemos, por exemplo, os motivos que geraram os pedidos de empréstimos e nem temos informações, além do nome, sobre o tomador do empréstimo. Não obstante a simplicidade das descrições da modalidade de dívida ativa em questão na documentação que utilizamos, além do perfil socioeconômico dos indivíduos que realizaram práticas de concessão de empréstimos na sociedade cotejada, analisamos aspectos como os valores transacionados, os prazos para quitação das operações e os juros praticados. Em

²⁴⁷ A dissertação de Raphael Freitas Santos foi outro estudo sobre Minas Gerais que abordou a questão do crédito. Contudo, seu recorte cronológico foi bastante anterior, circunscrito no período colonial. O autor analisou as práticas creditícias dentro do universo econômico e cultural das Minas Gerais setecentistas, mais precisamente na Comarca do Rio das Mortes entre 1713/1773. Assumiu como pressuposto que as práticas creditícias no período que analisou sofreram impactos decisivos de aspectos culturais e sociais. Sendo assim, argumentou que o estudo desta temática no período deveria necessariamente extrapolar o campo econômico porque os homens daquele tempo carregavam uma visão de mundo na qual economia, religião e cultura se imbricavam. Nesse sentido, o crédito assumia um significado social, para além de suas implicações estritamente econômicas. Com base em documentação diversa (inventários, testamentos, escrituras notariais, justificações e ações de alma) concluiu que em uma sociedade como a que estudou, ainda fortemente marcada por aspectos próprios do Antigo Regime e de formações pré-industriais, as práticas creditícias permitiram a circulação constante de produtos sem a necessidade de apresentação de moedas. Destacou que para compreendê-las adequadamente no contexto colonial foi necessário expandir o entendimento do conceito de crédito, agregando o componente social, destacadamente elementos como confiança, favor, dependência, solidariedade, estima etc. Neste contexto, uma operação creditícia era interessante para os dois lados envolvidos, visto que existia um custo social imbricado nas práticas creditícias (Santos, 2005).

grande parte dos casos foram informações mencionadas nos registros descritos nos inventários. Buscamos examinar se o fator riqueza condicionou alguma dessas variáveis.

Na tabela 6.15 apresentamos a distribuição dos inventariados que possuíram dívidas ativas na modalidade “Empréstimos”. Indicamos os dados tanto por faixas de riqueza e por intervalos de tempo como também agregados para o conjunto dos inventariados e para todo o recorte temporal 1850/88.

Tabela 6.15: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas (empréstimos) por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1888.

Faixas de riqueza	1850/59		1860/69		1870/79		1880/88		1850/88	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até £ 150	0	0,0	0	0,0	1	3,2	2	5,1	3	3,4
£ 151 a £ 500	3	25,0	0	0,0	4	12,9	15	38,5	22	25,3
£ 501 a £ 1000	3	25,0	1	20,0	10	32,3	4	10,3	18	20,7
£ 1001 a £ 2000	4	33,3	2	40,0	7	22,6	7	17,9	20	23,0
Acima de £ 2001	2	16,7	2	40,0	9	29,0	11	28,2	24	27,6
Todas as faixas	12	100	5	100	31	100	39	100	87	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas ativas por empréstimos realizados, 87 processos. Constituem 30% do total. 87 inventários *post-mortem* para o período 1850/1888. AFAB.

Tomados os dados para todo o período 1850/88, exceção feita para a primeira faixa de riqueza, com parcela ínfima de inventariados que alocaram recursos em dívidas ativas na modalidade “Empréstimos”, este tipo de aplicação foi razoavelmente distribuído entre todos os demais segmentos de patrimônio, aspecto já mencionado. Embora com algumas nuances, este quadro foi válido também dentro dos intervalos compreendidos pelo recorte temporal mais amplo. A pouca representatividade do agrupamento que aglutinava os indivíduos com menores cabedais, nada mais foi do que consequência direta do baixo percentual de inventariados nesta faixa de fortuna que alocaram recursos em dívidas ativas no geral, e não só especificamente nesta modalidade. Na tabela 6.16 exibimos os dados para o último período considerado, 1888/1900.

Tabela 6.16: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas (empréstimos) por faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1888/1900.

Faixas de riqueza	1888/1900	
	nº	%
Até £ 150	4	18,2
£ 151 a £ 500	5	22,7
£ 501 a £ 1000	8	36,4
£ 1001 a £ 2000	2	9,1
Acima de £ 2001	3	13,6
Todas as faixas	22	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas ativas por empréstimos realizados, 22 processos. Constituem 20% do total. 22 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

Os informes para o derradeiro intervalo se mostraram diferentes daqueles para os períodos anteriores. A primeira faixa de riqueza teve representatividade significativa entre os inventariados que possuíram registros de dívidas ativas da modalidade “Empréstimos” entre os bens arrolados. Em contrapartida, o segmento dos indivíduos mais aquinhoados perdeu importância relativa. Contudo, este foi um movimento ocorrido na distribuição geral dos inventariados neste período, em função da desvalorização da moeda nacional ocorrida no final do século XIX no Brasil. Entendemos que os dados para esse período refletiram este aspecto e não simplesmente uma maior participação dos inventariados de menores recursos na oferta local de crédito e, em contrapartida, uma redução da participação dos mais ricos nesta atividade.

De modo geral, os informes apresentados nas duas tabelas antecedentes sofreram impacto da representatividade das faixas de riqueza dentro do conjunto total dos processos para cada um dos períodos. Em função disso, analisamos também a contribuição de cada uma das faixas de riqueza no montante total inventariado em dívidas ativas na modalidade “Empréstimos”. Adotamos agora os valores alocados nos ativos desta natureza e não somente sua presença entre os bens inventariados. Na tabela 6.17 indicamos os dados para o período 1850/88 como um todo e também desagregados por intervalos menores.

Tabela 6.17: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas ativas (empréstimos) inventariadas, Santa Rita do Turvo – 1850/1888 (%).

Faixas de riqueza	1850/59	1860/69	1870/79	1880/88	1850/88
Até £ 150	0,0	0,0	0,2	0,8	0,3
£ 151 a £ 500	6,5	0,0	1,0	15,8	5,8
£ 501 a £ 1000	24,2	1,1	14,9	7,4	12,9
£ 1001 a £ 2000	42,9	21,8	8,6	18,8	14,5
Acima de £ 2001	26,4	77,1	75,3	57,2	66,5
Todas as faixas	100	100	100	100	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente os dos indivíduos que possuíam créditos por empréstimos realizados, 87 processos. Constituem 30% do total. 87 inventários *post-mortem* para o período 1850/1888. AFAB.

Embora um considerável percentual dos processos dos diversos segmentos de riqueza, com exceção da menor faixa de fortuna, tenham declarado dívidas ativas originadas de empréstimos, em termos de valores empenhados constatamos uma concentração social da oferta de crédito entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no período 1850/88. Considerando todo esse intervalo temporal, ressaltamos que os indivíduos da maior faixa de riqueza controlaram a maior parcela do valor total emprestado e declarado nos inventários da localidade tratada. Em termos mais precisos, nada menos que dois terços dos recursos empenhados em dívidas ativas na modalidade “Empréstimos” estava nas mãos dos inventariados do estrato de maiores cabedais. Em contrapartida, a participação relativa do menor segmento de patrimônio neste tipo de ativo foi praticamente nula, tanto em termos de frequência com que apareceu entre os bens inventariados neste segmento mais, principalmente, em termos de valores empenhados. Identificamos também, de forma clara, a correlação estreita entre aumento da participação relativa no montante total dos recursos alocados em empréstimos e elevação das faixas de riqueza. Exceção feita para a primeira década contemplada, vistos os informes por períodos, observamos o mesmo cenário, embora com algumas variações que não invalidaram o quadro geral. Via de regra, notamos uma concentração social da oferta do crédito pessoal que foi inventariado na localidade.

Em um cenário no qual não existiam instituições bancárias ou qualquer outro tipo de agente com fins semelhantes que oferecesse crédito para quem necessitava, por qualquer motivo que fosse, sustentamos que os indivíduos partícipes do maior segmento de riqueza fizeram parte de um estrato socioeconômico, privilegiado materialmente, que teve participação no financiamento da economia de Santa Rita do Turvo no período em questão. Embora as concessões de empréstimos fossem socialmente disseminadas, os mais ricos destacaram-se muito dos demais segmentos em termos de valores emprestados. Somado ao poder econômico que possuíam naquela sociedade, retratado

pelos consideráveis patrimônios descritos em seus inventários, possuíram também decisiva influência entre indivíduos que, em caso de necessidade, teriam que recorrer aos partícipes dos grupos mais ricos da localidade para pegarem recursos emprestados. Além de dominarem a parcela mais robusta das terras inventariadas na região, de serem senhores de escravarias consideráveis dentro do perfil da localidade, o segmento do qual fizeram parte os inventariados mais ricos tinha participação decisiva na concessão de empréstimos na localidade. Sendo assim, a manutenção de boas relações com tais indivíduos, quando não de subserviência, certamente era condição *sine qua non* imposta para os demais habitantes da localidade que não ostentavam os mesmos referenciais socioeconômicos.

Da mesma forma que verificamos na análise de questões anteriormente tratadas, os dados para o intervalo 1888/1900 foram mais nebulosos. Não necessariamente porque novos aspectos passaram a incidir sobre o cenário socioeconômico de Santa Rita do Turvo, mas sim em função do problema da desvalorização da moeda nacional na década derradeira do século XIX. Em razão da metodologia que adotamos, conversão para a libra esterlina, houve uma reorganização das faixas de riqueza, com ganho de representatividade dos segmentos de menos recursos e, em contrapartida, redução dos estratos mais ricos. Na tabela 6.18 indicamos a contribuição percentual de cada faixa de riqueza no valor total das dívidas ativas da modalidade “Empréstimos” para o intervalo temporal 1888/1900.

Tabela 6.18: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas ativas (empréstimos) descritas nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).

Faixas de riqueza	1888/1900
Até £ 150	4,4
£ 151 a £ 500	5,1
£ 501 a £ 1000	51,1
£ 1001 a £ 2000	14,0
Acima de £ 2001	25,4
Todas as faixas	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram créditos por empréstimos realizados, 22 processos. Constituem 20% do total.

No último período tratado, a contribuição relativa de cada faixa de riqueza no total dos empréstimos inventariados se alterou bastante. Embora permanecendo com percentual reduzido, a faixa de menor riqueza elevou sua participação relativa, ao passo que o segmento imediatamente acima manteve o patamar observado nos dados para todo o intervalo 1850/88. O terceiro estrato de riqueza foi aquele que concentrou a

parcela mais substantiva das dívidas ativas alocadas na modalidade “Créditos”, pouco acima de 51%. A quarta faixa manteve percentual bastante próximo ao que verificamos para todo o período 1850/88, ao passo que o segmento que reunia os mais abastados inventariados teve sua participação bastante reduzida no montante total dos empréstimos inventariados. Contudo, as especificidades deste último recorte analisado tornam temerárias considerações mais conclusivas sobre os informes compulsados.

De modo geral, notamos que a maior parcela do valor total de empréstimos inventariados estava concentrada nas mãos dos indivíduos do estrato de maiores cabedais no período 1850/88. Sendo assim, encontramos indícios para afirmar que a oferta de crédito na localidade era socialmente concentrada, o que tornava os indivíduos deste segmento personagens fulcrais na sociedade retratada, não somente pelos recursos materiais de que dispunham, mas também pelo papel de potenciais agentes emprestadores. Aqueles que ostentavam tal condição certamente vivenciaram suas experiências cotidianas dentro das redes de sociabilidades da sociedade tratada em posição privilegiada, tanto considerando aspectos econômicos como também sociais que impregnavam as práticas creditícias. Além de estarem ligados aos credores pelas dívidas devidas, os indivíduos que recorriam aos empréstimos pessoais deviam aos seus credores gratidão, entre outros preceitos de ordem social e cultural.

Traçado o perfil socioeconômico dos inventariados que tiveram maior contribuição relativa nas dívidas ativas dentro da modalidade “Empréstimos”, tratamos mais detidamente de algumas características específicas desta categoria de dívidas ativas, com base nos registros descritos na série documental de inventários que estudamos. Conforme mencionado anteriormente, além do nome do devedor e do valor do empréstimo concedido, as informações mais recorrentes que constavam nos registros foram a data da concessão dos recursos emprestados, o prazo estipulado para a quitação da dívida e a taxa de juros praticada na operação creditícia. Contudo, somente em um quarto dos casos identificamos a informação sobre os prazos praticados, ao passo que encontramos a indicação dos juros na metade dos registros. Na tabela 6.19 exibimos os dados agregados para o intervalo 1850/88, segmentados por faixas de fortuna. Apresentamos os valores médios dos empréstimos, os prazos e os juros médios praticados.

Tabela 6.19: Dívidas ativas (empréstimos) inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo– 1850/1888.*

Faixas de riqueza	Valores médios (libras)	Nº registros	Prazos médios (meses)	Nº registros**	Juros médios (% mês)	Nº registros***
Até £ 150	4,89	13	2,6	5	1,4	7
£ 151 a £ 500	11,00	96	5,3	46	1,2	54
£ 501 a £ 1000	17,41	136	7,0	53	1,3	73
£ 1001 a £ 2000	14,18	188	2,3	63	1,1	91
Acima de £2001	22,72	536	4,2	62	1,2	261
Todas as faixas	18,92	969	4,5	229	1,2	486

*Consideramos os valores por registros e não pelo montante total desta modalidade de dívida ativa por inventário. Na maioria dos casos em um mesmo processo foram arrolados mais de um registro de créditos por empréstimos.

**Somente uma parcela de 24% dos registros de créditos por empréstimos descreveu os prazos estabelecidos para a quitação da dívida.

***Somente a metade dos registros de créditos por empréstimos (50,1%) descreveu os juros previstos.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente os dos indivíduos que possuíam créditos por empréstimos realizados, 87 processos. Constituem 30% do total. Arrolaram 969 registros de dívidas ativas da modalidade considerada. 87 inventários *post-mortem* para o período 1850/1888. AFAB.

Um primeiro aspecto que observamos e que chama atenção em relação às características dos empréstimos inventariados foram os baixos valores envolvidos nas operações. Considerando todo o conjunto de processos, os registros atingiram o valor médio de apenas £ 18,92. Contudo, relembramos que, na maior parte dos casos, em um mesmo processo foram descritos vários registros desta natureza. Embora a documentação compulsada não tenha possibilitado maiores investigações acerca das motivações por trás dos pedidos de empréstimos, os baixos valores das negociações sugerem que os créditos concedidos deviam ser utilizados para o suprimento de demandas cotidianas, tais como necessidades prementes de consumo, pequenos investimentos nas unidades produtivas, resolução de infortúnios imprevistos, tais como enfermidade ou morte, entre outras tantas possíveis. A julgar pelos dados obtidos nos inventários analisados, o crédito pessoal naquela sociedade, majoritariamente oferecido pelos indivíduos mais ricos, não era marcado pelo envolvimento de grandes somas de recursos. Sendo assim, não estavam na base de investimentos de grande monta, como, por exemplo, aquisição de escravos, montagem de unidades produtivas, entre outros tantos possíveis que exigissem um montante mais substancial de recursos. Neste cenário, nos casos em que fossem necessários a tomada de empréstimos mais substanciais, ou os indivíduos teriam que recorrer a vários emprestadores que lhes concedessem pequenas somas cada um, ou a instituições que também cumpriam

semelhante papel de fornecimento de crédito naquele período, tais como o Juizado de Órfãos e as Irmandades. Contudo, no último caso, nem todos estavam aptos a serem beneficiados pelos empréstimos.²⁴⁸

Justamente por envolverem diminutas somas, não encontramos nos registros de dívidas ativas da modalidade “Empréstimos” nenhuma menção de garantias para os credores, caso não fosse feito o pagamento por parte dos devedores. Ainda em relação aos valores envolvidos nos empréstimos descritos nos inventários cotejados, observamos uma manifesta tendência de aumento dos valores médios em correlação com a elevação da faixa de riqueza do prestador. Infelizmente não dispomos de informações sobre o patamar socioeconômico dos tomadores. Quanto mais abastado o indivíduo que emprestava, maior o valor médio emprestado em cada operação. O valor médio do registro de empréstimo que verificamos na maior faixa de riqueza era cerca de quatro vezes e meia maior que o valor correlato observado na mais modesta faixa de fortuna. Via de regra, os indivíduos aglutinados nos menores estratos de fortuna, além de emprestarem menos em termos de quantidade, emprestavam somas menores. Em contrapartida, concomitantemente com a elevação do nível socioeconômico de quem emprestava aumentavam a frequência e os valores dos registros de empréstimos que os inventariados tinham a receber quando faleceram.

Outra variável que estudamos em relação ao aspecto em questão foi o tempo concedido para a quitação, ou seja, os prazos praticados nas negociações de concessão de empréstimos feitas pelos inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. De acordo com Rita Almico, na localidade de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX e início do XX, a informação sobre o tempo concedido para a quitação dos empréstimos foi descrita em somente 35,8% dos casos. Os prazos mais recorrentes foram de doze meses (23,12%), seis meses (21,92%) e setenta e dois meses (11,41%). Somados, os empréstimos com estes prazos atingiram 56,45% do valor total

²⁴⁸ Os Juizados de Órfãos tinham como atribuição básica administrar as heranças (ou legítimas) deixadas por indivíduos falecidos em seus inventários em benefício de herdeiros menores de idade até que estes completassem a maioridade. No entanto, enquanto isso não ocorria, os recursos poderiam ser emprestados. Dessa forma, sempre que morria alguém de reconhecida fortuna e que deixava herdeiros menores, os interessados em obter crédito logo procuravam o Juizado. Contudo, algumas regras deveriam ser observadas: era preciso apresentar bens passíveis de serem hipotecados e fiadores abastados. Em suma, era preciso ter posses e influência para ter acesso aos recursos disponibilizados pelos Juizados. No caso das Irmandades, sua atuação se assemelhava a dos Juizados. Tratava-se de um crédito conservador, que exigia a apresentação de algum bem ou de fiadores. Cobravam-se os juros estabelecidos em lei e os empréstimos eram restritos a um determinado segmento de pessoas, os irmãos que faziam parte da irmandade (Santos, 2005, p. 155-165). Tendo em vista as exigências para os empréstimos nos dois casos citados, estas possibilidades de crédito não estavam acessíveis para qualquer indivíduo que necessitasse. Dessa forma, aparentemente, o crédito pessoal era mais democrático.

dos casos que mencionaram a informação sobre o tempo concedido para quitação dos valores emprestados (Almico, 2009, p.129-139). Contudo, além de ter abordado uma região com mais alto grau de desenvolvimento econômico em comparação com a localidade que tratamos, a autora se valeu ainda de documentação diversa da que utilizamos, considerando somente os empréstimos que não foram cumpridos e que tiveram desfecho litigioso no âmbito da justiça. Entendemos que esta opção pode ter condicionado seus resultados, uma vez que os empréstimos com valores menores e que, provavelmente, tinham prazos mais curtos para quitação, podem ter ficado sub-representados em seu estudo.

Em se tratando dos registros de concessão de empréstimos descritos nos inventários de Santa Rita do Turvo entre 1850/88, somente pouco menos de um quarto trouxe a informação sobre a variável em questão. Identificamos a preponderância de prazos bastante reduzidos para o pagamento dos valores que os inventariados tinham a receber quando faleceram. Considerando todo o conjunto de processos, o prazo médio previsto foi de somente quatro meses e meio. Observando os informes por faixas de riqueza notamos dados variados, sem tendência clara e sem relação manifesta entre o tempo concedido para o pagamento dos empréstimos, o valor envolvido na operação e o patamar de riqueza do inventariado emprestador.

No mencionado estudo de Rita Almico acerca do mercado de crédito estruturado em Juiz de Fora na segunda metade do Oitocentos e primeiros anos do século XX, a autora constatou que, via de regra, a taxa de juros praticada nos empréstimos era de 12% ao ano. Contudo, conforme tratamos anteriormente, o trabalho da autora amparou-se em documentação diferente daquela que privilegiamos neste estudo. Constatamos a informação sobre os juros praticados sobre os empréstimos na metade dos registros inventariados deste tipo de dívida ativa. De modo geral, predominaram as cobranças de 1% ou de 1,5% ao mês. Foram raros os casos que não se enquadraram nestes percentuais ou que previam juros anuais. Considerando todo o conjunto de inventários cotejados para o período 1850/88, a taxa de juros média praticada nos empréstimos foi de 1,2% ao mês. Não houve grande variação quando observamos os informes por estratos de patrimônio, não existindo, portanto, relação entre juros praticados, valores envolvidos nas operações e faixa de riqueza do emprestador, tal como verificamos no caso dos prazos. Em geral, inventariados dos diferentes patamares de fortuna concediam o mesmo tempo para quitação dos empréstimos, não obstante os mais ricos emprestem somas, em média, mais elevadas.

José Luís da Silva Vianna foi o maior credor por dívidas ativas da modalidade “Empréstimos” que encontramos entre todos os inventariados compulsados no período 1850/1888, tanto em termos de número de empréstimos concedidos como também pelo valor total empenhado em negociações desta natureza. Foram arrolados em seu processo nada menos de cento e oitenta e três registros de empréstimos que somaram a quantia de £ 4.110,83, equivalente a 79% do montante de suas dívidas ativas e a 21% de seu patrimônio total inventariado. No momento em que faleceu ainda era credor de outros indivíduos em mais treze registros de dívidas ativas, entre contas e outras sem modalidade identificável. Os dados revelados atestam que as práticas creditícias ocuparam papel importante nas atividades do inventariado em questão.²⁴⁹ Abaixo de Vianna vinha Joaquim José Gomes. Foi o segundo maior credor de dívidas ativas por empréstimos, tanto em número de concessões de recursos como no tocante ao valor total emprestado. No momento de seu falecimento Gomes era credor por cento e trinta e seis registros de empréstimos. A soma total de recursos alocados em dívidas ativas desta natureza descritas em seu processo atingiu £ 1.581,94, equivalente a uma parcela de nada menos que 99% do total deste grupo de ativos e a praticamente 20% de seu patrimônio inventariado.²⁵⁰ Foi outro caso para o qual o oferecimento de empréstimos a juros foi relevante em suas atividades e também para a composição de sua riqueza.

No extremo oposto dos casos acima mencionados e, portanto, com perfil socioeconômico bastante distinto, os inventariados com menores valores emprestados foram Manoel Anastácio Alves e Joaquim Gomes Campos, ambos com patrimônios totais inseridos na segunda faixa de riqueza, entre £ 151 e £ 500. O primeiro tinha empenhado em um único registro de empréstimo a soma de £ 5,39, equivalente a 79% do valor total de suas dívidas ativas e a somente 2% do patrimônio total declarado em seu processo.²⁵¹ Joaquim Campos também era credor por empréstimo de um único indivíduo quando faleceu. A soma envolvida na transação foi de £ 6,09, correspondente a três quartos da soma de suas dívidas ativas e a somente 1,5% do montante total de seu patrimônio.²⁵² Para inventariados como estes dois últimos, as práticas creditícias não tiveram destaque entre as atividades que realizavam, a julgar pelo número de registros e pela modesta relevância que tiveram em seus respectivos patrimônios. Não contavam com tantos recursos disponíveis para emprestarem. Para indivíduos com este perfil,

²⁴⁹Inventário de José Luís da Silva Vianna (1876). AFAB.

²⁵⁰ Inventário de Joaquim José Gomes (1872). AFAB.

²⁵¹ Inventário de Manoel Anastácio Alves (1850). AFAB.

²⁵² Inventário de Joaquim Gomes Campos (1881). AFAB.

muito provavelmente, o ato de conceder empréstimos estava mais vinculado com aspectos extra econômicos que, via de regra, também estavam impregnados nas práticas creditícias dos inventariados com outros perfis. Contudo, em casos como estes de menor disponibilidade de recursos, certamente assumiram maior importância.

Entre os extremos opostos mencionados acima, identificamos também emprestadores intermediários, para os quais os investimentos em práticas creditícias não assumiram as proporções observadas entre os indivíduos que mais emprestaram, tanto em valores como em número de registros, e nem foram desprezíveis para a constituição de seus patrimônios, como nos casos dos menores emprestadores. Domingos Correia da Silveira foi um destes emprestadores de perfil intermediário. Estava inserido na terceira faixa de riqueza, segmento com cabedais entre £ 501 a £ 1000. Em seu processo encontramos dezesseis registros de empréstimos que somaram £ 95,88, correspondente ao total de suas dívidas ativas e a um décimo de seu patrimônio declarado.²⁵³ D. Hirmina Bernardes da Costa também esteve envolvida em práticas creditícias em termos semelhantes, a julgar pelos bens que possuía quando faleceu. Seu patrimônio total se inseriu na quarta maior faixa de riqueza. No momento em que foi inventariada, era credora por empréstimos concedidos em dez registros. A soma dos valores aplicados nestas operações atingiu £ 113,86, equivalente a 9,8% de sua riqueza inventariada. Além dos empréstimos não foram arrolados no processo em questão outras modalidades de dívidas ativas.²⁵⁴ D. Ricarda Rosa de Jesus foi outra inventariada emprestadora de recursos com o mesmo perfil. Em seu processo foram declarados doze registros de empréstimos que totalizaram £ 153,80, valor correspondente a 16% de seu patrimônio inventariado. Foi a única modalidade de dívidas ativas em que investiu. Possuía bens que a incluíram na terceira faixa de riqueza.²⁵⁵

Encontramos as menores somas envolvidas em operações de empréstimos de recursos no processo de Francisco José Cardoso. Era integrante da maior faixa de riqueza. Entre os trinta e quatro registros de dívidas ativas desta natureza constavam dois no valor de £ 0,07, dos quais eram devedores João Francisco dos Reis e José Pinto Correia.²⁵⁶ Por outro lado, o maior valor que encontramos em um único registro de empréstimo foi no inventário de Luiz Gonzaga de Araújo, cujo patrimônio nem era dos mais vultosos, inserido que estava na terceira faixa de riqueza. Quando faleceu era

²⁵³ Inventário de Domingos Correia da Silveira (1850). AFAB.

²⁵⁴ Inventário de Hirmina Bernardes da Costa (1867). AFAB.

²⁵⁵ Inventário de Ricarda Rosa de Jesus (1880). AFAB.

²⁵⁶ Inventário de Francisco José Cardoso (1869). AFAB.

credor de Antônio Pereira Gomes da Silva por um empréstimo concedido no valor de £478,09 por “um crédito firmado a 16 de agosto de 1875”, equivalente a 60% do montante de suas dívidas ativas e a 55% de toda a sua riqueza declarada. Neste mesmo processo foram listados ainda outros cinco registros de empréstimos concedidos.²⁵⁷

Na tabela 6.20 indicamos os dados sobre valores, prazos e juros das dívidas ativas oriundas de empréstimos concedidos pelos inventariados de Santa Rita do Turvo no intervalo 1888/1900, o último período que analisamos. Em consonância com o padrão que adotamos ao longo do trabalho, os informes foram dispostos por faixas de riqueza. Destacamos que a qualidade das descrições aumentou consideravelmente neste último intervalo, tanto no tocante aos prazos como também aos juros praticados. Nada menos que 72% dos registros de empréstimos informaram os prazos concedidos para a quitação da dívida pelo tomador, ao passo que 89% trouxeram a informação acerca dos juros que incidiram sobre os valores concedidos nas negociações. Nos dois casos os percentuais foram muito superiores aos que observamos para o período 1850/88, não obstante a amostragem de registros ser consideravelmente menor para este último intervalo.

Tabela 6.20: Dívidas ativas (empréstimos) inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo– 1888/1900.*

Faixas de riqueza	Valores médios (libras)	Nº registros	Prazos médios (meses)	Nº registros**	Juros médios (% mês)	Nº registros***
Até £ 150	8,53	15	4,4	10	1,0	14
£ 151 a £ 500	14,31	5	9,0	3	0,9	3
£ 501 a £ 1000	13,94	106	5,1	77	1,4	94
£ 1001 a £ 2000	23,90	17	8,0	10	1,1	13
Acima de £2001	12,23	60	6,0	46	1,1	57
Todas as faixas	13,88	203	5,6	146	1,2	181

*Consideramos os valores por registros e não pelo montante total desta modalidade de dívida ativa por inventário. Na maioria dos casos em um mesmo processo foram arrolados mais de um registro de créditos por empréstimos.

**Uma parcela de 72% dos registros de créditos por empréstimos descreveu os prazos estabelecidos para a quitação da dívida.

***Uma parcela de 89% dos registros de créditos por empréstimos descreveu os juros previstos.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente os dos indivíduos que possuíam créditos por empréstimos realizados, 22 processos. Constituem 20% do total. Arrolaram 203 registros de dívidas ativas da modalidade considerada. 22 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

De modo geral, considerando todo o conjunto de inventariados, os dados para o derradeiro intervalo que estudamos não apontaram novidades substantivas em relação

²⁵⁷ Inventário de Luiz Gonzaga de Araújo (1877). AFAB.

ao recorte temporal 1850/88, não obstante as peculiaridades anteriormente mencionadas desta última década do Oitocentos, advindas da desvalorização da moeda nacional e da consequente reorganização dos inventariados pelas faixas de riqueza. Os valores envolvidos nos empréstimos continuaram modestos, os prazos foram semelhantes, embora com alguma elevação neste último intervalo, e os juros médios praticados atingiram exatamente o mesmo patamar. Vistos os informes desagregados por faixas de riqueza, observamos novamente que não houve relação evidente entre prazos e juros médios praticados com a riqueza dos inventariados envolvidos nas atividades creditícias na sociedade em questão. Contudo, para o intervalo 1850/88 identificamos uma tendência de elevação dos valores médios emprestados em sintonia com o aumento dos estratos de patrimônio. Os dados do intervalo 1888/1900 não evidenciaram este aspecto.

O maior prestador em termos de valores do último período que enfocamos, 1888/1900, foi o inventariado Virgílio Pinto Coelho, partícipe do segmento de maiores cabedais. Quando faleceu era credor em quarenta e um registros de empréstimos concedidos que totalizaram uma soma de £ 450,18, equivalente a 25% do montante de suas dívidas ativas e a 20% de todo o seu patrimônio. Um registro de ativos financeiros e quatro outros por contas completavam os investimentos de Coelho em dívidas ativas.²⁵⁸ Contudo, em termos de quantidade de empréstimos concedidos, Antônio da Costa Paes superou ligeiramente o inventariado anterior, embora tenha ficado abaixo quando consideramos o valor do montante emprestado. Em seu processo foram arrolados quarenta e dois registros. Somados atingiram o valor de £ 373,00, a segunda maior quantia investida em empréstimos entre 1888/1900, equivalente a 100% do montante total das dívidas ativas declaradas e a nada menos que 63% do todo o seu patrimônio.²⁵⁹ Paes estava entre os inventariados da terceira faixa de riqueza, entre £ 501 e £ 1000. Nos dois últimos casos, o oferecimento de empréstimos a juros foi bastante relevante na composição dos patrimônios inventariados, pelo menos a julgar pela quantidade de registros e pelo valor que os indivíduos tinham a receber no momento em que foram acometidos pela morte.

Paralelamente com os grandes prestadores, pelos menos para os padrões dos inventariados da localidade em tela, coexistiram indivíduos que participaram das práticas creditícias dentro da sociedade retratada de modo muito mais tímido, visto que emprestaram ínfimas quantias, pelos menos a julgar pelo que tinham a receber por

²⁵⁸ Inventário de Virgílio Pinto Coelho (1891). AFAB.

²⁵⁹ Inventário de Antônio da Costa Paes (1891). AFAB.

empréstimos no momento em que faleceram. A inventariada D. Benta Maria da Encarnação tinha esse perfil. Seu processo foi aquele que apresentou o menor valor emprestando dentre todos os que compulsamos para o período 1888/1900. Quando faleceu tinha a receber por um único registro de empréstimo a soma de £ 6,85, equivalente a somente 2% de todo o seu patrimônio inventariado. Não possuía qualquer outro tipo de dívida ativa.²⁶⁰ O segundo menor valor emprestado identificamos no processo do tenente coronel Cristiano Eugênio de Carvalho. Foi arrolado em seu inventário um único registro de empréstimo no valor de £ 11,98, correspondente a somente 8% de suas dívidas ativas declaradas e a 5% de todo o seu patrimônio. Contudo, o tenente coronel tinha recursos investidos em ativos financeiros com altas somas.²⁶¹ Os dois últimos casos mencionados estavam na segunda faixa de riqueza, com cabaiais entre £ 151 e £ 500. Inventariados emprestadores com o perfil dos dois últimos mencionados, aparentemente, não auferiam grandes dividendos de suas operações creditícias, tanto pela reduzida quantidade de vezes que emprestavam como pelas quantias envolvidas nas operações. Sendo assim, sustentamos que estavam mais diretamente envolvidos com os sentidos extra econômicos imbricados na ação de emprestar.

Assim como no período anterior, identificamos emprestadores intermediários, situados entre os dois polos acima sintetizados. Com base na leitura do processo de Francisco Lopes de Faria sabemos que o mesmo era credor por sete registros de empréstimos quando faleceu. Somados totalizaram uma quantia de £ 181,81, equivalente a 38% das dívidas ativas arrolados no inventário em questão e a 14% de todo o patrimônio declarado, inserido na terceira faixa de riqueza.²⁶² Com perfil semelhante encontramos o inventariado José Teodoro Pereira Campos. Foram declarados por seu inventariante e arrolados em seu processo um total de quatro registros de empréstimos concedidos. A soma dos mesmos atingiu um valor igual a £ 170,54, correspondente a totalidade de suas dívidas ativas e a cerca de 18% de seu patrimônio declarado.²⁶³ Para emprestadores com o perfil dos dois últimos casos tratados, a alocação de recursos em dívidas ativas da modalidade “Empréstimos” não foi desprezível. Contudo, não envolveu o montante transacionado nas operações de concessão de recursos dos maiores emprestadores que encontramos e nem foram tão

²⁶⁰ Inventário de Benta Maria da Encarnação (1891). AFAB.

²⁶¹ Inventário de Cristiano Eugênio de Carvalho (1899). AFAB.

²⁶² Inventário de Francisco Lopes de Faria (1896). AFAB.

²⁶³ Inventário de José Teodoro Pereira Campos (1896). AFAB.

recorrentes as ocasiões em que se envolveram em práticas creditícias, a julgar pelos bens que possuíam no momento em que faleceram.

Dentre todos os registros por empréstimos de recursos que encontramos nos inventários do período 1888/1900, as menores somas envolvidas foram arroladas no processo de Luís Gargari. Era integrante da terceira faixa de riqueza. Quando faleceu era credor em dezenove registros de dívidas ativas da modalidade em questão. Herculano Barbosa Veloso e João Alves de Araújo deviam-lhe valores ínfimos, £ 0,13 e £ 0,48, respectivamente.²⁶⁴ Em contrapartida, a maior soma envolvida em um registro de empréstimo que encontramos no derradeiro período abordado foi arrolada no inventário de D. Maria Feliciano de Andrade. Francisco Lourenço Roque devia para a falecida, “por um crédito em 5 de agosto de 1889, a prazo de 6 meses, e correndo juros de 6% ao ano”, o valor de £ 113,76. Somente este registro equivaleu a 32% do montante emprestado pela inventariada nos treze registros descritos e a 15% do patrimônio total declarado.²⁶⁵ Lembramos, contudo, que os valores para este último período sofreram impactos da desvalorização da moeda nacional, destacadamente a partir de 1892/93.

A análise específica da modalidade “Empréstimos” das dívidas ativas descritas nos inventários de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos apontou que os empréstimos pessoais foram uma das possibilidades de obtenção de recursos para os habitantes da localidade em questão. Exceção feita ao segmento de menores cabedais, as atividades creditícias foram razoavelmente disseminadas por todas as demais faixas de riqueza. Contudo, considerando o montante total de valores emprestados, constatamos uma marcante concentração social dos recursos empenhados neste tipo de dívida ativa. O estrato mais rico de inventariados concentrou dois terços do total emprestado no período 1850/88. Além da caracterização socioeconômica geral dos emprestadores, deslindamos alguns aspectos dos próprios empréstimos concedidos. Via de regra, os valores emprestados em cada transação eram bastante modestos, indicando que eram voltados para o suprimento de demandas cotidianas e não para o financiamento de atividades vultosas, e aumentavam em correlação direta com o patrimônio do prestador. Os prazos para a quitação da dívida em geral era curtos, 4,5 meses para o período 1850/88 e 5,6 meses no intervalo 1888/1900. Os juros praticados atingiram o valor médio de 1,2% ao mês, tanto para o intervalo 1850/88 como também no último recorte temporal estudado. As duas últimas variáveis, prazos e juros, não tiveram

²⁶⁴ Inventário de Luís Gargari (1889). AFAB.

²⁶⁵ Inventário de Maria Feliciano de Andrade (1889). AFAB.

relação com o patamar de riqueza de quem emprestava os recursos envolvidos na concessão dos empréstimos. Em suma, a análise do crédito na localidade em tela revelou mais um importante aspecto do cenário socioeconômico da localidade tratada, marcado por um constante movimento de seus agentes partícipes e pela disseminação das práticas creditícias por todo o tecido social, inclusive nos setores menos aquinhoados, também emprestadores de recursos.

6.3 – As dívidas passivas: os inventariados devedores.

Se no tópico anterior centramos esforços no estudo das dívidas ativas presentes nos inventários de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, nesta parte do capítulo investimos sobre as dívidas passivas arroladas na documentação compulsada, aquelas que colocavam os inventariados na posição de devedores, ou seja, na outra ponta das relações creditícias. Contudo, também apontam a participação dos indivíduos no mercado da localidade. No caso das dívidas ativas identificamos a representatividade destas em relação aos patrimônios, tanto para o conjunto de inventariados como também por faixas de riqueza, e a disseminação desta forma de investimento entre os indivíduos considerados. Revelamos a relação deste grupo de ativos com os níveis de riqueza, o que permitiu traçarmos o perfil socioeconômico dos inventariados que tiveram maior representatividade das dívidas ativas no montante total dos patrimônios declarados. Por fim, analisamos a composição interna deste grupo de ativos e algumas características dos empréstimos oferecidos pelos inventariados cotejados, principal modalidade de dívida ativa em termos de disseminação.

Contudo, em se tratando das dívidas passivas, valores devidos pelos inventariados quando faleceram, as possibilidades de análise foram bem mais restritas. Em função da qualidade das informações oferecidas pela documentação compulsada, não conseguimos estudar nem a composição interna das dívidas passivas e, por conseguinte, nem as características da principal modalidade, visto que não conseguimos identificá-la. De modo geral, nos registros das dívidas passivas inventariadas constavam somente o nome do credor e o valor devido. Para todo o período considerado, pouco menos de 20% dos registros trouxeram alguma informação além destas. Sendo assim, conseguimos estabelecer somente apontamentos acerca do perfil socioeconômico dos indivíduos que tiveram dívidas passivas descritas em seus inventários, estudar o nível de comprometimento dos patrimônios totais em relação às somas devidas e a disseminação dos inventariados devedores em relação ao total. Por fim, cotejamos os valores médios das operações que resultaram em somas a serem pagas pelos inventariados contemplados.

Via de regra, as dívidas passivas descritas nos processos consultados eram os registros dos valores que os falecidos tinham a pagar para outros indivíduos quanto foram acometidos pela morte. Após a soma de todos os bens pertencentes ao

inventariado, deveriam ser descontadas do monte mor para o pagamento dos credores. Somente após este procedimento era feita a partilha do restante dos bens entre os herdeiros do espólio. Entendemos que este tipo de registro, assim como as dívidas ativas, revelou a participação dos indivíduos no mercado da localidade analisada. Muito provavelmente estavam comprando gêneros para pagamento a prazo, pagando por serviços prestados por terceiros, pegando recursos emprestados junto aos indivíduos que ofereciam crédito, entre outras tantas possibilidades que evidenciavam a integração destes devedores ao mercado. Infelizmente, as informações oferecidas na documentação cotejada não permitiu sabermos que tipo de operação que gerou as somas devidas pelos inventariados.

Salientamos ainda outro ponto importante. As dívidas passivas declaradas nos inventários tinham que ser, obrigatoriamente, acompanhadas por recibos, notas ou quaisquer outros meios comprobatórios. Quando este procedimento ocorria os comprovantes eram anexados aos processos. De modo geral, eram bastante sucintos e, da mesma forma que os próprios registros das dívidas passivas, não traziam muitos detalhes, declarando somente o nome do credor e o valor devido. Caso não houvesse comprovação, as somas devidas pelo falecido não eram computadas nos cálculos finais dos inventários, não sendo, portanto, destinados recursos para a quitação das mesmas. Naquele tempo e naquela sociedade, cabia ao credor de uma dívida, assim que ficasse sabendo da morte de alguém que lhe devia e que estivesse sendo inventariado, apresentar a comprovação da mesma ao longo dos trâmites do processo. Somente assim seria ressarcido pelos valores correspondentes.

Ao longo da leitura dos inventários cotejados nos deparamos com inúmeras situações em que dívidas passivas declaradas não foram computadas no final do processo por não terem sido comprovadas ou, como se dizia à época, validadas, mesmo quando o próprio inventariante descrevia a dívida e, portanto, assumia dever para terceiros. Imaginamos que muitas dessas dívidas passivas fossem pagas de modo informal, a margem dos trâmites oficiais descritos nos inventários. Contudo, não contamos com subsídios empíricos para embasarmos esta impressão. Em última instância, optamos por considerar somente as dívidas passivas que foram consideradas ao final dos processos, ou seja, aquelas que foram validadas com base em algum tipo de comprovação e cujos ressarcimentos junto aos seus credores foram previstos. Cerca de 70% dos registros de valores devidos estavam nesta condição e foram, portanto, considerados. Nem sempre encontramos os comprovantes. Acreditamos que muitos

tenham se soltado dos processos e se perdido, visto que a preservação e a organização da documentação com a qual trabalhamos foram muito precárias, o que deteriorou muitos dos processos consultados. Destacamos ainda uma última questão. De modo similar ao caso das dívidas ativas, tivemos acesso somente as dívidas passivas que foram formalmente registradas. Não conseguimos recuperar aquelas que tiveram como única garantia a palavra empenhada e que foram ajustadas a margem dos trâmites legais.

Considerando as questões acima elencadas, apresentamos no gráfico 6.3 os informes acerca da disseminação das dívidas passivas entre os inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Qual a representatividade dos processos que mencionaram dívidas passivas dentro do conjunto de inventariados contemplados e que, portanto, evidenciaram algum grau de endividamento? Informamos os percentuais para todo o período 1850/1900, subdividido em intervalos menores. Em comparação com as dívidas ativas, visualizamos que a frequência de inventários com dívidas passivas validadas foi consideravelmente inferior.

Gráfico 6.3: Representatividade dos inventários com presença de dívidas passivas, Santa Rita do Turvo (1850/1900).

Fonte: 399 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Ao observarmos os informes desagregados pelos períodos constatamos que houve uma elevação gradual da parcela de inventariados com dívidas passivas declaradas e validadas até o terceiro intervalo temporal contemplado. Na década de 1850/59 um terço dos inventariados eram devedores de outros indivíduos no momento

em que faleceram. No decênio seguinte o percentual correlato se elevou para 38%. Na década de 1870/79 chegou ao pico de 41%. Daí em diante houve considerável retração de inventariados com dívidas passivas declaradas. Em 1880/88 uma parcela de 31% dos processos arrolaram dívidas desta natureza, enquanto no derradeiro intervalo considerado pouco mais de um quarto dos inventariados estavam endividados com outros indivíduos quando faleceram. Considerando toda a segunda metade do Oitocentos, um terço dos inventários de Santa Rita do Turvo arrolaram dívidas passivas.

Conforme procedemos em todas as demais questões tratadas no curso desta tese, apuramos um pouco mais os informes acerca da disseminação das dívidas passivas, apresentando-os desagregados por faixas de riqueza. Desta forma, buscamos evidenciar não somente a disseminação deste tipo de registro para o conjunto de inventários considerados mais também por níveis de fortuna. Buscamos entender se houve correlação evidente entre endividamento e riqueza.

Os informes exibidos na tabela 6.21 indicam a participação de cada estrato de fortuna em relação ao total de inventariados com dívidas passivas descritas nos processos consultados para todo o intervalo 1850/1900, subdividido por períodos menores.

Tabela 6.21: Distribuição dos inventariados com dívidas passivas dentro do total dos que possuíam bens desta natureza segundo faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1900.

Faixas de riqueza	1850/59		1860/69		1870/79		1880/88		1888/1900	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até £ 150	4	21,1	1	10,0	5	10,6	5	17,9	9	31,0
£ 151 a £ 500	4	21,1	2	20,0	18	38,3	7	25,0	10	34,5
£ 501 a £ 1000	6	31,6	4	40,0	14	29,8	7	25,0	7	24,1
£ 1001 a £ 2000	2	10,5	1	10,0	6	12,8	5	17,9	2	6,9
Acima de £ 2001	3	15,8	2	20,0	4	8,5	4	14,3	1	3,4
Todas as faixas	19	100	10	100	47	100	28	100	29	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (399) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas passivas, 133 processos. Constituem 34% do total. 133 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Tendo em vista toda a segunda metade do século XIX percebemos que os dados sobre a distribuição das dívidas passivas entre os inventariados não demonstraram qualquer tendência mais evidente. Somente observamos que em quatro dos cinco recortes temporais a menor porcentagem de inventariados devedores estava em um dos dois maiores estratos de patrimônio. Retomamos este ponto mais à frente.

Lembramos que os dados exibidos na tabela anterior foram impactados pela representatividade geral das faixas de riqueza no conjunto total dos processos que

compulsamos. Em função disso, com intuito de aprofundarmos um pouco mais o estudo das dívidas passivas constantes nos inventários de Santa Rita do Turvo, verificamos o percentual relativo de inventariados devedores dentro das faixas de riqueza. Apresentamos estes dados na tabela 6.22.

Tabela 6.22: Representatividade dos inventariados com dívidas ativas dentro das faixas de riqueza e por períodos, Santa Rita do Turvo – 1850/1900 (%).

Faixas de riqueza	1850/59		1860/69		1870/79		1880/88		1888/1900	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Até £ 150	36,4	63,6	50,0	50,0	27,8	72,2	38,5	61,5	16,4	83,6
£ 151 a £ 500	19,0	81,0	25,0	75,0	39,1	60,9	18,4	81,6	32,3	67,7
£ 501 a £ 1000	50,0	50,0	80,0	20,0	53,8	46,2	50,0	50,0	46,7	53,3
£ 1001 a £ 2000	25,0	75,0	20,0	80,0	46,2	53,8	50,0	50,0	33,3	66,7
Acima de £ 2001	50,0	50,0	33,3	66,7	33,3	66,7	28,6	71,4	25,0	75,0
Todas as faixas	32,8	67,2	38,5	61,5	40,9	59,1	31,5	68,5	26,1	73,9

(1) Inventariados com dívidas passivas arroladas.

(2) Inventariados sem dívidas passivas arroladas.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (399) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas passivas, 133 processos. Constituem 34% do total. 133 inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Novamente os informes de disseminação das dívidas passivas não evidenciaram tendências muito claras, não obstante terem sido tomados por faixas de fortuna. Contudo, chamou atenção a representatividade dos inventariados com dívidas passivas no estrato intermediário, aquele com patrimônios entre £ 501 e £ 1000. Em todos os recortes temporais estabelecidos, este foi o nível de riqueza que teve a maior participação relativa de inventariados devedores, nunca menor que 46,7% (1888/1900) e com pico de 80% (1860/69). Os processos dos menores segmentos de fortuna não foram os que tiveram maior representatividade relativa de inventariados endividados, como inicialmente poderia se supor, visto que contrair dívidas passivas poderia ser uma das possibilidades de enfrentamento de condições materiais mais duras e adversas. Talvez os menos aquinhoados não tenham recorrido a este tipo de estratégia porque não tinham o mesmo nível de acesso ao crédito e a mesma capacidade de endividamento em comparação com os outros segmentos. Por outro lado, por seus patrimônios mais consideráveis, aparentemente os inventariados dos níveis de maior fortuna não tiveram a necessidade de recorrer tanto aos empréstimos, à compra de gêneros a prazo ou a qualquer outro recurso que originasse dívidas passivas. Sendo assim, os inventariados da faixa intermediária de patrimônio foram aqueles que, ao mesmo tempo, necessitaram e tiveram condições de contrair dívidas passivas. Talvez em função disso se explique a

maior parcela de indivíduos deste segmento, dentre todas as faixas de riqueza, que estavam endividados.

Seja como for, constatamos em todos os níveis de fortuna consideráveis parcelas de inventariados comprometidos com dívidas passivas no momento em que faleceram. Sendo assim, o endividamento na sociedade tratada não era exclusividade de nenhum segmento de riqueza em específico, não obstante o destacamento da representatividade de inventariados com dívidas passivas no terceiro estrato de fortuna. Pegar recursos emprestados, adquirir gêneros com previsão de pagamento a prazo, pagamento para terceiros por serviços prestados, entre outras possibilidades, foram procedimentos comuns na sociedade de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, utilizados pelos inventariados de todas as faixas de riqueza. Foram procedimentos indicativos da conexão destes indivíduos com o movimento do mercado da localidade, tanto quanto a posse de dívidas ativas.

Todavia, até este momento consideramos somente a simples presença dos registros de dívidas passivas validadas nos inventários cotejados. Avançamos no estudo da questão do endividamento com a consideração dos valores comprometidos com dívidas desta natureza declarados nos inventários de Santa Rita do Turvo no período em que tratamos. No gráfico 6.4 indicamos a representatividade das somas devidas em relação aos patrimônios totais declarados nos processos.

Gráfico 6.4: Representatividade das dívidas passivas em relação ao total do patrimônio inventariado por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo - 1850/1900 (%)

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (399) consideramos somente os dos indivíduos que possuíam dívidas ativas, 134 processos. Constituem 34% do total. 134 Inventários *post-mortem* para o período 1850/1900. AFAB.

Considerando todo o conjunto de inventariados, observamos que o nível de comprometimento dos patrimônios declarados com dívidas passivas não foi muito elevado. Na década de 1860/69 atingiu o percentual mais considerável, equivalente a pouco menos de 9% da riqueza total declarada na documentação para este intervalo. Nos demais períodos esta representatividade variou pouco, entre 2% e 4%. Sendo assim, não obstante as dívidas passivas constarem em aproximadamente um terço dos inventários de Santa Rita do Turvo da segunda metade do século XIX, em termos de comprometimento da riqueza declarada, o endividamento dos indivíduos considerados não comprometeu grande parte dos patrimônios totais arrolados.

Contudo, quando observamos os dados por faixas de riqueza visualizamos importantes questões. A faixa formada pelos inventariados com menores cabedais destacou-se das demais, precipuamente nos períodos 1870/79 e 1880/88. Neste último recorte, inclusive, quase 20% dos recursos totais declarados nos processos deste segmento estavam comprometidos com o pagamento de credores. Em três dos cinco períodos analisados a menor faixa de cabedais atingiu o maior percentual relativo de dívidas passivas em relação ao total dos patrimônios declarados. Desta forma, sustentamos que, além de disporem de menos recursos, os inventariados mais pobres ainda tiveram maiores necessidades de se endividarem na sociedade tratada, mesmo não

sendo o estrato com maior percentual de endividados. Este quadro evidencia o quão penosa e difícil devem ter sido as experiências de vida dos indivíduos em questão. Os seus poucos recursos ainda tinham que ser utilizados para a quitação de dívidas assumidas pelos falecidos ainda em vida para, somente em um segundo momento, ser repartido entre os herdeiros. Nesta situação, pouco devia restar dos espólios.

No extremo oposto, observamos que, exceção feita ao peculiar período 1860/69, os inventariados agrupados na maior faixa de riqueza comprometeram parcelas menores de seus patrimônios com dívidas passivas. Na década de 1850/59 foi o estrato de fortuna com o segundo menor comprometimento relativo da riqueza em somas a serem pagas, com percentual pouco acima de 2%. A partir da década de 1870/79 o maior segmento de riqueza se destacou como o agrupamento de inventariados com a menor fração de recursos em dívidas passivas, com percentual sempre inferior a 2%. Sendo assim, além de gozarem de condições materiais privilegiadas dentro da sociedade tratada, os indivíduos mais ricos se endividaram proporcionalmente menos que os demais níveis de fortuna, pelo menos a julgar pelos bens descritos em seus inventários.

Outra questão que tratamos em relação ao endividamento foi a contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas passivas descritas nos processos analisados. Na tabela 6.23 dispomos os informes para todo o período 1850/88 e também desagregados por intervalos menores.

Tabela 6.23: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas passivas descritas nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1850/1888 (%).

Faixas de riqueza	1850/59	1860/69	1870/79	1880/88	1850/1888
Até £ 150	4,6	0,7	5,8	10,2	5,2
£ 151 a £ 500	23,0	0,8	23,3	21,2	16,9
£ 501 a £ 1000	24,4	14,8	31,4	46,0	29,3
£ 1001 a £ 2000	7,7	3,6	23,6	17,1	15,4
Acima de £ 2001	40,3	80,1	15,8	5,4	33,2
Todas as faixas	100	100	100	100	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas passivas, 104 processos. Constituem 36% do total. 104 inventários *post-mortem* para o período 1850/1888. AFAB.

Não notamos nos dados da tabela anterior uma tendência clara para todo o período considerado. Nas duas primeiras décadas abordadas, a maior faixa de riqueza contribuiu com a parte mais substantiva do valor total das dívidas passivas inventariadas, 40,3% em 1850/59 e 80,1% em 1860/69. Nos demais intervalos foi o nível intermediário de fortuna, entre £ 501 a £ 1000, que reteve a maior parcela relativa do montante total de dívidas passivas. Contudo, exceção feita para o intervalo 1880/88,

a faixa de riqueza com menos recursos teve a menor contribuição relativa no valor total declarado com endividamento, não obstante ter sido também o segmento com o maior comprometimento relativo dos patrimônios totais com dívidas passivas, conforme vimos anteriormente. Como a capacidade de endividamento destes indivíduos certamente foi limitada, as transações nas quais pegavam recursos emprestados envolveram valores mais modestos. Abordamos mais detidamente esta questão posteriormente. Sendo assim, sua contribuição no valor total das dívidas passivas foi a menor entre todos os agrupamentos de fortuna. Em contrapartida, tomados os dados para todo o período 1850/88, a maior faixa de riqueza contribuiu com a parcela mais robusta, praticamente um terço do valor total, das dívidas passivas arroladas na documentação compulsada, ainda que tenha sido o segmento de fortuna com menor comprometimento relativo da riqueza inventariada com valores a serem pagos.

Na tabela 6.24 apresentamos os dados sobre este ponto para o derradeiro recorte temporal que enfocamos. Uma vez mais relembramos que os informes para este período sofreram com os impactos da desvalorização da moeda nacional na década final do século XIX e da metodologia de conversão para libra esterlina que adotamos no curso de todo o trabalho.

Tabela 6.24: Contribuição relativa das faixas de riqueza no montante total das dívidas passivas descritas nos inventários, Santa Rita do Turvo – 1888/1900 (%).

Faixas de riqueza	1888/1900
Até £ 150	8,9
£ 151 a £ 500	34,3
£ 501 a £ 1000	22,0
£ 1001 a £ 2000	26,0
Acima de £ 2001	8,8
Todas as faixas	100

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente os dos indivíduos que possuíam dívidas ativas, 29 processos. Constituem 26% do total. 29 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB.

O segundo nível de fortuna passou a ser o segmento que contribuiu com o maior volume relativo do valor total das dívidas passivas arroladas nos inventários consultados do intervalo 1888/1900. Este foi justamente um dos segmentos que conheceram um inchaço relativo em função da conversão dos patrimônios para libras esterlinas no período. Em contrapartida, os estratos mais abastados conheceram uma redução de representatividade em relação ao conjunto total de inventariados em função da aplicação do mesmo procedimento metodológico. Em parte por causa deste aspecto, a contribuição relativa do segmento constituído pelos processos com patrimônios mais

abastados foi a menor dentre todos os níveis de fortuna que estabelecemos, somente 8,8% do valor total das dívidas passivas foram declarados nos inventários destes indivíduos com mais de £ 2001.

Finalizamos a análise das dívidas passivas descritas nos inventários de Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos com o estudo dos valores médios envolvidos nas transações em que os inventariados considerados ocuparam a posição de devedores. Relembramos que, em função das sucintas descrições das dívidas desta natureza na documentação consultada, não abordamos variáveis como prazos, juros e modalidades, tal como fizemos para o caso das dívidas ativas. Na tabela 6.25 oferecemos os valores médios das dívidas passivas inventariadas para o período 1850/88, tanto para o conjunto dos inventariados como também por faixas de riqueza.

Tabela 6.25: Valores médios das dívidas passivas inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo– 1850/1888.*

Faixas de riqueza	1850/88	Nº registros
Até £ 150	15,46	35
£ 151 a £ 500	21,30	82
£ 501 a £ 1000	22,93	132
£ 1001 a £ 2000	31,10	51
Acima de £ 2001	76,24	45
Todas as faixas	29,45	345

*Valores expressos em libras esterlinas. Consideramos os valores por registros e não pelo montante total das dívidas passivas por inventário. Na maioria dos casos em um mesmo processo foram arrolados mais de um registro.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (288) consideramos somente os dos indivíduos que possuíam dívidas ativas, 104 processos. Constituem 36% do total. 104 inventários *post-mortem* para o período 1850/1888. AFAB. Arrolaram um total de 345 registros de dívidas passivas. 104 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Um primeiro aspecto que notamos foi o maior valor das dívidas passivas por registro em comparação com os valores auferidos no caso das dívidas ativas, constatação válida para todas as faixas de riqueza (tabela 6.19). Considerando todo o conjunto de inventariados, o valor médio por registro de dívida ativa atingiu cerca de 64% do valor médio envolvido nas transações de geraram dívidas passivas para os indivíduos analisados. Embora os casos em que os inventariados foram credores tenham sido mais disseminados e as dívidas ativas tenham representado parte mais substancial dos patrimônios declarados, os dados evidenciaram que as dívidas passivas envolviam maiores somas por operação no mercado da localidade. Além disso, observamos que houve uma correspondência evidente entre elevação da faixa de riqueza e valor médio transacionado por registro de dívidas passiva, tal como também observamos para o caso das dívidas ativas. Conforme sugerimos anteriormente, as dívidas passivas dos mais

ricos envolviam valores maiores, não obstante os inventariados das menores faixas serem relativamente mais endividados, com maior comprometimento de seus patrimônios.

O maior devedor, em termos de valores, que identificamos no período 1850/88 foi o inventariado Joaquim de Oliveira Ribeiro, cujo patrimônio estava incluído na quarta maior faixa de riqueza, entre £ 1001 e £ 2000. Quando faleceu devia para outros indivíduos, por onze registros de dívidas passivas, o valor total de £ 290,33, equivalente a uma fração de 24% de seu patrimônio declarado. Contudo, não foi somente na posição de devedor que Ribeiro participou do mercado da localidade. Era credor em quatro registros de dívidas ativas por empréstimos concedidos e em sessenta e sete por contas de rol. Somadas as dívidas nas quais era credor representaram um quarto de todo o seu patrimônio inventariado.²⁶⁶ Todavia, considerando a quantidade de registros por valores devidos, o processo de Luís Francisco de Azevedo descreveu o maior número. Quando faleceu Azevedo era devedor em dezoito registros de dívidas passivas. Somados atingiram o montante de £ 140,85 e comprometeram um quinto do valor total de seus bens inventariados. A participação do indivíduo em questão no mercado da localidade na posição de credor foi bem mais modesta. Foi descrito em seu processo somente um único registro de dívida ativa. Representou menos de 2% do seu patrimônio.²⁶⁷

Concomitantemente com os maiores devedores entre os inventariados da localidade que estudamos no intervalo 1850/88, viveram também indivíduos que se endividaram menos, tanto em termos de valores quanto de quantidade de dívidas passivas. No inventário do casal Luiz Pinto de Freixo e D. Cândida de São José encontramos um único registro de valores devidos para terceiros. O único credor do casal era José Batista Pereira. A dívida em questão era de £ 2,68, quantia que comprometia tão somente pouco mais de 1% do patrimônio total declarado no inventário do casal, englobado na terceira faixa de riqueza.²⁶⁸ No processo de D. Guilhermina Rosa de Jesus, componente do segmento de menores cabedais, também foi arrolado apenas um registro de dívida passiva. Quando faleceu era devedora de Cristiano Eugênio Dias de Carvalho da quantia de £ 1,40, equivalente a pouco mais de

²⁶⁶ Inventário de Joaquim de Oliveira Ribeiro (1875). AFAB.

²⁶⁷ Inventário de Luiz Francisco de Azevedo (1869). AFAB.

²⁶⁸ Inventário de Luiz Pinto Freixo e de Cândida de São José (1873). AFAB.

1% do montante total dos seus bens inventariados.²⁶⁹ Nos dois últimos casos mencionados encontramos os menores valores de dívidas passivas por inventário.

Contudo, identificamos diversos processos que evidenciaram indivíduos endividados de forma intermediária, longe dos extremos acima tratados. No momento de seu falecimento, Joaquim de Freitas Ferreira tinha dívidas a honrar. Foram declarados em seu inventário quatro registros de dívidas passivas, cuja soma atingiu o valor de £ 78,20, equivalente a aproximadamente 7% do total dos bens arrolados em seu processo. Tendo em vista o montante de suas posses, Ferreira estava inserido na quarta maior faixa de riqueza e também participava do mercado da localidade como credor. Em seu inventário foram descritos três registros de dívidas ativas. Contudo, representaram tão somente 2% da soma total de seus bens.²⁷⁰ Caso similar encontramos no inventário de D. Carlota Cândida da Encarnação, com patrimônio inserido na terceira faixa de riqueza. Quando faleceu estava endividada por cinco registros de dívidas passivas que totalizaram £ 58,15, valor que comprometera 9 % do seu patrimônio total. Não possuía dívidas ativas.²⁷¹ Para devedores com o perfil dos dois últimos casos tratados, o comprometimento de recursos em dívidas passivas não foi insignificante. Todavia, também não atingiu a relevância que observamos nos casos dos inventariados com maior nível de endividamento, tanto em relação aos valores envolvidos e a quantidade de dívidas passivas quanto no tocante a proporção que comprometeram em relação aos patrimônios totais declarados.

Considerando todos os registros de dívidas passivas do período 1850/88, encontramos a menor soma devida por um inventariado em um único registro no processo de D. Joana Rodrigues. Entre as doze dívidas passivas mencionadas, devia para José Salles a ínfima quantia de £ 0,20. Fazia parte do segundo estrato de riqueza, entre £ 151 e £ 500 e não possuía dívidas ativas no momento em que faleceu.²⁷² Por outro lado, D. Joaquina Feliz da Encarnação era devedora da maior quantia declarada em um único registro que verificamos no período em questão. Em meio aos nove registros de dívidas passivas inventariadas em seu processo, devia somente para o comendador José Batista de Figueiredo a elevada soma de £ 745,47, equivalente a 36% do valor total de tudo que tinha para quitar quando faleceu e que comprometeu cerca de

²⁶⁹ Inventário de Guilhermina Rosa de Jesus (1887). AFAB.

²⁷⁰ Inventário de Joaquim de Freitas Ferreira (1870). AFAB.

²⁷¹ Inventário de Carlota Cândida da Encarnação (1885). AFAB.

²⁷² Inventário de Joana Rodrigues (1851). AFAB.

21% de seu patrimônio arrolado.²⁷³ D. Joaquina, porém, possuía grande capacidade de endividamento, visto que, por suas posses, pertencia ao mais abastado agrupamento socioeconômico de inventariados que estabelecemos.

Na tabela 6.26 exibimos os dados dos valores médios das dívidas passivas inventariadas nos processos do último intervalo que abordamos. Dispomos os informes por faixas de riqueza e também agregados levando em conta o conjunto dos inventariados.

Tabela 6.26: Valores médios das dívidas passivas inventariadas por faixas de riqueza, Santa Rita do Turvo– 1888/1900.*

Faixas de riqueza	1888/1900	Nº registros
Até £ 150	7,40	18
£ 151 a £ 500	16,48	31
£ 501 a £ 1000	19,30	17
£ 1001 a £ 2000	55,32	7
Acima de £ 2001	65,50	2
Todas as faixas	19,87	75

*Valores expressos em libras esterlinas. Consideramos os valores por registros e não pelo montante total das dívidas passivas por inventário. Na maioria dos casos em um mesmo processo foram arrolados mais de um registro.

Fonte: Do conjunto de inventários para o período (111) consideramos somente os dos indivíduos que possuíram dívidas ativas, 29 processos. Constituem 26% do total. 29 inventários *post-mortem* para o período 1888/1900. AFAB. Arrolaram um total de 75 registros de dívidas passivas. 29 inventários *post-mortem* para o período 1850/88. AFAB.

Os dados da tabela anterior expuseram um quadro bastante similar ao que verificamos para o recorte temporal anterior, não obstante as peculiaridades deste último intervalo enfocado. Assim como constatamos para 1850/88, também neste último período abordado os registros de dívidas passivas envolveram, em média, somas mais altas que as dívidas ativas inventariadas, com exceção da primeira faixa de riqueza (tabela 6.20). Considerando todo o conjunto de processos, o valor médio por registro de dívida ativa atingiu perto de 70% do valor envolvido por operação de dívida passiva validada. A correspondência entre aumento da faixa de riqueza e elevação do valor médio envolvido nas transações que resultaram nas dívidas passivas declaradas nos inventários consultados também se manteve.

Em se tratando de valores devidos, Luiz Gonzaga da Silva Vianna foi o maior devedor inventariado que identificamos entre 1888/1900. Foram arrolados em seu processo somente três registros de dívidas passivas. Contudo, somaram a quantia de £ 290,33, equivalente a um quarto do valor total dos bens declarados em seu processo.

²⁷³ Inventário de Joaquina Feliz da Encarnação (1861). AFAB.

Vianna possuía patrimônio inserido no quarto patamar de fortuna, entre £ 1001 e £ 2000. Não foram declaradas dívidas ativas em seu processo. Dessa forma, sua atuação no mercado no momento em que faleceu foi restrita a condição de devedor.²⁷⁴ Em termos de quantidade de registros por valores devidos, Antônio Modesto da Silva foi o maior caso que identificamos. Quando faleceu, era devedor por quatorze registros de dívidas passivas. Sua capacidade de endividamento não era muito grande, a julgar por seu patrimônio inventariado. Estava inserido na segunda faixa de riqueza. A soma dos valores que deveriam ser descontados para o pagamento de seus credores atingiu £ 144,76 e comprometeu nada menos que 54% do total de seus bens declarados. Quando foi acometido pela morte não era credor de nenhum indivíduo.²⁷⁵

O inventário no qual identificamos o menor valor entre todos os processos de indivíduos que foram devedores no último período considerado foi no de D. Firmiana Lima de Jesus. Fez parte da menor faixa de riqueza que estabelecemos. Em seu inventário foram descritos três registros de dívidas passivas que foram computados ao final do processo. Somados atingiram o montante de £ 4,93, correspondente a 13% do seu patrimônio total. Foi partícipe do mercado da localidade somente na condição de devedora, pelo menos a julgar pelos bens que possuía quando faleceu.²⁷⁶

Paralelamente aos casos citados, encontramos também devedores de nível intermediário, a julgar pela quantidade de registros que foram arrolados em seus inventários, pela soma de valores que deviam quando faleceram e pelo nível de comprometimento de seus patrimônios em dívidas passivas. Um destes casos foi o de Teófilo Lopes Valente, englobado na terceira faixa de riqueza. Quando faleceu era devedor por quatro registros de dívidas passivas que totalizaram £ 63,32, equivalente a um décimo da soma total de seus bens declarados. Não foram arroladas dívidas ativas em seu processo.²⁷⁷ Outro caso similar foi o do inventariado Veridiano Ubaldo Martins de Paiva. Foram mencionados em seu processo três registros de valores devidos que alcançaram £ 63,88, soma que comprometeu pouco menos de 10% de seu patrimônio. Quando faleceu, Paiva também estava envolvido no mercado da localidade na posição de credor, pois dois registros de empréstimos foram incluídos entre seus bens.²⁷⁸

²⁷⁴ Inventário de Luiz Gonzaga da Silva Vianna (1891). AFAB.

²⁷⁵ Inventário de Antônio Modesto da Silva (1891). AFAB.

²⁷⁶ Inventário de Firmiana Lima de Jesus (1893). AFAB.

²⁷⁷ Inventário de Teófilo Lopes Valente (1894). AFAB.

²⁷⁸ Inventário de Veridiano Ubaldo Martins de Paiva (1890). AFAB.

O menor valor para uma dívida passiva declarada no período 1888/1900 encontramos no processo de Francisco Roque dos Santos, inventariado com patrimônio incluído na menor faixa de riqueza. Entre os quatro registros de valores devidos descritos em seu processo estava uma dívida no valor de £ 0,20, cujo credor era Sebastião Martins Lopes dos Santos. A soma dos valores que devia atingiu £ 19,05 e comprometeu uma parcela de aproximadamente 20% do patrimônio em questão.²⁷⁹ Em contrapartida, no último intervalo enfocado, o maior valor que encontramos em um único registro de dívida passiva foi no inventário de Luiz Gonzaga Silva Viana, cujo patrimônio estava inserido no quarto patamar de riqueza, entre £ 1001 e £ 2000. Abordado anteriormente, foi o maior devedor do período 1888/1900 em termos de valores. Quando faleceu devia somente para Elias Vieira da Costa uma soma de £ 218,93 equivalente a três quartos do montante total que devia.²⁸⁰

Em suma, vimos que um terço dos inventariados de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX conheceu algum grau de endividamento, visto que possuíram ao menos um registro de valores devidos para terceiros quando faleceram. Todavia, possuir dívidas passivas no momento da morte não foi exclusividade de algum segmento de riqueza, visto que observamos a disseminação destes registros em todos os estratos socioeconômicos tratados. Todavia, em termos relativos, os inventariados com menores patrimônios comprometeram parcela maior de seus recursos com o pagamento de credores. Dento do montante total das dívidas passivas declaradas, a menor faixa de riqueza deteve a menor fração do valor total declarado nos processos consultados. Por fim, detectamos uma correspondência evidente entre elevação dos valores envolvidos nos registros de dívidas passivas em consonância com os estratos de riqueza.

* * *

Ao longo da segunda metade do século XIX existiu um movimentado mercado, entendido enquanto espaço abstrato de trocas, no cenário socioeconômico de Santa Rita do Turvo. De uma forma ou de outra, seis em cada dez inventariados do período tratado mantinham relações com este mercado quando faleceram, ou como credores ou como devedores, quando não nos dois papéis concomitantemente. Isso sem considerarmos aqueles que participaram do mercado em questão de modo informal, não deixando

²⁷⁹ Inventário de Francisco Roque dos Santos (1891). AFAB.

²⁸⁰ Inventário de Luiz Gonzaga da Silva Vianna (1891). AFAB.

vestígios, e os que possuíram dívidas ativas e/ou passivas em algum momento de suas vidas mas que, quando faleceram, não deviam para ninguém e nem tinham nada para receber de terceiros. No geral, os registros de dívidas ativas foram mais frequentes nos processos consultados (41%) em comparação com os que descreveram dívidas passivas (34%). Exceção feita para os inventariados da menor faixa de riqueza, as dívidas ativas foram disseminadas por todos os demais estratos de patrimônio considerados. Contudo, no segmento constituído pelos mais ricos verificamos a maior porcentagem relativa de inventariados que participaram do mercado da localidade na posição de credores.

Os investimentos alocados em dívidas ativas empenharam parte considerável da riqueza declarada nos inventários de Santa Rita do Turvo no período tratado, principalmente no estrato de maiores cabedais, mais um aspecto que indicou relação entre riqueza e acesso a este tipo de ativos. Até o fim do escravismo no Brasil, a fração das dívidas ativas no total da riqueza inventariada somente ficou atrás dos grupos de ativos escravos e imóveis. Após o colapso do trabalho cativo em 1888, foi inferior somente à riqueza imobiliária arrolada nos inventários. De todo o valor declarado em dívidas ativas, a contribuição mais substantiva foi dada pela maior faixa de riqueza. Algo em torno de 73% entre 1850/88 estava em poder do mais elevado estrato de patrimônio. O percentual correlato para o intervalo 1888/1900 foi de pouco mais de 52%.

Entre os registros de dívidas ativas para os quais conseguimos identificar a modalidade, a categoria “Empréstimos” foi a mais disseminada entre os inventariados considerados. Foi também a que empenhou a parte mais robusta dos recursos aplicados neste grupo de ativos até a década de 1870/79. Destacamos que não foram somente os mais aquinhoados que emprestaram recursos. Foi um tipo de atividade encetado também por indivíduos que, pelo menos à primeira vista, não dispunham de patrimônio para tal. Acreditamos que os atos de emprestar e receber naquela sociedade estavam vinculados com elementos não somente de caráter estritamente econômico, mais também com aspectos sociais, políticos e culturais. Em função deste significado amplo, também os mais pobres concederam empréstimos, pois era uma estratégia para assegurar vínculos de sociabilidade e solidariedade naquela sociedade. Contudo, em termos de representatividade no valor total da modalidade “Empréstimos”, o estrato de inventariados mais ricos descolou-se mais uma vez dos demais. Em geral, os valores emprestados nas operações creditícias descritas na documentação consultada foram bastante modestos, não obstante aumentarem de acordo com o nível de riqueza do

emprestador. Dessa forma, existiu uma oferta de crédito pessoal na localidade, oferecida pelos próprios indivíduos que ali viveram, que direcionava-se precipuamente para o financiamento de atividades cotidianas de baixo custo. Os prazos praticados foram pequenos (4,5 meses em média no período 1850/88 e 5,6 meses em média para 1888/1900) e os juros alcançaram em média 1,2% ao mês. Estas duas últimas variáveis não estiveram relacionadas com o nível de riqueza de quem emprestava.

A partir do intervalo seguinte, 1880/1888, começaram a aparecer nos processos analisados de Santa Rita do Turvo outras possibilidades de alocação de recursos em dívidas ativas, os “Ativos financeiros”. Embora pouco disseminado entre os inventariados da localidade, tendo sido um tipo de aplicação majoritariamente praticado pelos indivíduos partícipes do mais elevado estrato de fortuna, este tipo de investimento ultrapassou a modalidade “Empréstimos” em termos de representatividade no total de recursos empenhados em dívidas ativas já na década 1880/88.

Embora menos disseminadas entre os inventariados de Santa Rita do Turvo no período tratado, as dívidas passivas foram descritas em um terço dos inventários consultados. O endividamento naquela sociedade não foi exclusividade dos grupos que dispunham de menos recursos. Encontramos com frequência registros de valores devidos para terceiros nos processos de todos os segmentos de fortuna. Contudo, o comprometimento relativo dos patrimônios dos inventariados das menores faixas de riqueza com as dívidas passivas foi, em geral, maior em comparação com os indivíduos que dispunham de maiores recursos. Em termos de valores médios por operação, os registros de dívidas passivas envolveram somas maiores que as dívidas ativas descritas na documentação consultada. Também aumentaram de acordo com o nível de riqueza do inventariado envolvido.

Com base em todos os elementos levantados e analisados neste capítulo, sustentamos que existiu um movimentado mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos, considerando os limites e a natureza do cenário socioeconômico típico da localidade. Participou deste mercado a maior parte dos inventariados que analisamos, praticamente 60% dos casos, fossem como credores ou como devedores. Venderam os excedentes produzidos, compraram os gêneros que lhes eram necessários, emprestaram e pegaram emprestados recursos, tudo em escala regional. Sustentamos assim que o mercado da localidade funcionava em uma dinâmica própria e que a maior parte das operações, fossem de venda, de compra ou de práticas creditícias, funcionavam dentro de limites regionais e independentemente de conexões com outras

áreas mais desenvolvidas do ponto de vista socioeconômico. Visualizamos a permanência do quadro esboçado ao longo de toda a segunda metade do Oitocentos, não obstante algumas vicissitudes, precipuamente no último recorte temporal tratado, relacionadas mais com a metodologia que utilizamos na pesquisa do que propriamente com alterações do cenário preexistente na localidade.

Considerações Finais

Uma vasta literatura historiográfica indicou a pertinência e as possibilidades do estudo da temática proposta. A localidade escolhida insere-se em região para qual são rarefeitos os estudos. A riqueza dos habitantes da localidade foi concentrada socialmente e composta por uma restrita variedade de grupos de ativos. O trabalho escravo foi disseminado e acessível para os habitantes que viveram na região em tela, inclusive em um período complicado para a reposição e manutenção dos trabalhadores compulsórios, não obstante poucos indivíduos concentrarem muitos cativos. As terras foram concentradas socialmente e a paisagem agrária foi dominada principalmente por milharais, por cafezais, que se multiplicaram com o passar do tempo considerado, e por benfeitorias próprias para a produção de derivados da cana de açúcar. Vários dos indivíduos considerados foram atuantes no mercado da região, comprando, vendendo, emprestando, pegando emprestado. Alguns poucos investiam em ativos financeiros que comprometiam robustas parcelas de seus patrimônios.

Os aspectos revelados neste estudo desnudaram os elementos socioeconômicos estruturais de uma localidade inserida em uma região ainda pouco conhecida do Brasil pretérito, distante dos principais centros administrativos e econômicos do século XIX e marginal em relação às principais rotas mercantis do Centro Sul naquele período. Contudo, o estudo das *distantes paragens* que enfocamos demonstrou, em última instância, que mesmo em localidades com tais características viveram homens e mulheres que conseguiram acumular recursos, em alguns casos, em montantes consideráveis. Indivíduos que possuíram razoável quantidade de escravos e propriedades fundiárias consideráveis e produtivas. Cultivaram, consumiram e comercializaram gêneros produzidos na própria região. Compraram, venderam, emprestaram e pegaram emprestado no próprio mercado regional.

Ainda que em níveis distantes daqueles atingidos pelos grandes e complexos centros urbanos e produtivos do período, os patamares das atividades econômicas que observamos na localidade estudada não deixaram de surpreender. Quando iniciamos o levantamento da documentação para o estudo de Santa Rita do Turvo na segunda metade dos Oitocentos, imaginávamos que os dados apontariam uma região inicialmente bastante modesta em suas características socioeconômicas. Nossa hipótese inicial era que somente com o incremento da cafeicultura em larga escala, nos moldes

das *plantations* escravistas, estabelecida na Zona da Mata Sul (precipualemente em Juiz de Fora e entornos), a localidade talvez tivesse conhecido certo nível de desenvolvimento, servindo de área voltada para o abastecimento da dinâmica região de cultivo do café. Contudo, os informes extraídos da série de inventários *post-mortem* da localidade para a segunda metade dos Oitocentos, exibidos e analisados ao longo dos capítulos constituintes desta tese, evidenciaram que a situação foi diferente daquela que esperávamos encontrar. Em primeiro lugar, a localidade não se mostrou tão modesta quanto supúnhamos já no início do período estudado, na primeira década da segunda metade do XIX. Em segundo lugar porque a região conheceu uma relativa estabilidade de suas características ao longo do período tratado. Sendo assim, o cenário em questão não esteve condicionado a relações com regiões de maior complexidade e vigor para manter seu cenário socioeconômico.

Com base nos elementos apresentados e analisados no transcorrer das páginas antecedentes desta tese, sustentamos que os patrimônios dos indivíduos inventariados na localidade, mesmo aqueles de maior vulto, provavelmente foram edificados e mantidos com base em atividades desenvolvidas na própria região, precipualemente a produção e a comercialização dos principais gêneros cultivados: milho, cana de açúcar e/ou derivados e o café. Entendemos que o espaço de mercantilização destes itens se dava dentro de fronteiras regionais, não sendo muito expandida a área de atuação destes produtores/comerciantes. Encontramos indícios neste sentido nas quantidades modestas das produções, no baixo valor das dívidas arroladas na maior parte dos casos e na quase completa ausência de credores/devedores de outras regiões mais distantes. Contudo, o alcance regional da economia tratada não impediu, por exemplo, uma intensa utilização do trabalho compulsório, inclusive em um momento de flagrante dificuldade para a manutenção e a reprodução da mão de obra escrava. Neste sentido, foram gerados níveis de acumulação que permitiram o acesso ao braço cativo.

Em suma, localidades semelhantes como a que estudamos, voltadas para produção de gêneros comercializados em mercados de alcance regional, também tiveram dinâmicas próprias de funcionamento, respeitadas suas especificidades, e não necessariamente devem ser entendidas única e exclusivamente por suas relações com os centros políticos e econômicos de então. No caso de Santa Rita do Turvo, que talvez se replique por diversas outras localidades do Brasil afora no Oitocentos, os elementos levantados nesta tese indicaram que a dinâmica endógena não foi marcada por atrofia, marasmo ou qualquer sinônimo que aponte para cenários econômicos excessivamente

modestos. Obviamente que nessas regiões também a pobreza e a escassez foram aspectos comuns. A concentração social dos recursos, terras e escravos precipuamente, foi elemento claramente manifestado pelos dados compulsados. Contudo, já a bom tempo, a historiografia vem apontando que também nos centros políticos e econômicos do Brasil de então a exclusão de importantes contingentes populacionais do acesso aos bens materiais foi aspecto bastante comum. Os dividendos do açúcar nordestino nos séculos XVI e XVII, da mineração no Setecentos e no Oitocentos, do café vale paraibano e do Oeste Paulista nos séculos XIX e XX, entre tantos outros exemplos, não foram revertidos em benefício da maior parte das populações que viveram nessas regiões nos períodos de florescimento dessas atividades. Também em localidades como a que tratamos a apropriação dos recursos ficou concentrada nas mãos de poucos indivíduos.

Os dados cotejados e analisados ao longo deste trabalho obrigam um olhar para a dinâmica endógena da localidade compulsada, precipuamente de seus aspectos socioeconômicos. Indivíduos que produziram gêneros com utilização de trabalho cativo em escala superior às demandas domésticas, que estabeleceram trocas mercantis de quantidades excedentes, que emprestaram e que pegaram emprestados recursos, entre outros aspectos, indicam que Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos conheceu uma dinâmica independente de conexões exteriores com localidades mais complexas ou com rotas comerciais de grande envergadura. Contudo, as características apontadas estiveram circunscritas as possibilidades engendradas por uma localidade voltada para a produção de gêneros para alcance regional, tanto em termos de quantidades como de espectro geográfico. O que estava assegurando a dinâmica socioeconômica da localidade eram aspectos internos, mais que conexões com outras regiões, o que não quer dizer que esta estivesse isolada de contatos externos. Contudo, estes eram menos imprescindíveis para o funcionamento da economia e da sociedade considerada.

Anexo: lista de inventários utilizados			
	Inventariado	Inventariante	Monte Mor
1850	José Gonçalves Monteiro	Leocádia Francisca Rosa	499,95
1850	João Machado de Oliveira	Thereza Maria de Souza	59,96
1850	José Pereira de Melo	Luíza Guilhermina da Silva	64,90
1850	Francisca Joana Moreira	João Coelho Leal	495,15
1850	Maria dos Anjos	Antônio Gonçalves Monteiro	24,85
1850	Bento José Dias	Joaquina Maria da Silveira	110,47
1850	Francisco Coelho Ferraz	Suzana Maria de Castro	487,00
1850	Maria Felícia da Conceição	João Francisco dos Santos	137,94
1850	Quitéria Mendes da Silva	João Moreira de Melo	283,73
1850	Joaquina Maria Machado	Francisca de Lima	387,62
1850	Francisco Lemes da Silva Pontes	Maximila Rosa de Jesus	561,38
1850	Domingos Correia da Silveira	Silvéria Rosa de Jesus	911,68
1850	Manuel Anastácio Alves	Ignácia Maria de Jesus	288,85
1850	Francisco José Pereira de Paula	Joana Felisbina de Jesus	341,03
1850	Maria José Guimarães	Luiz Francisco (Alemão)	211,01
1851	Luiz Viana de Souza	Joaquina Angélica dos Santos	117,89
1851	Maria Rosa de São José	Vicente Gomes da Silva	660,91
1851	Manoel Ferreira da Costa	Emerenciana Pereira Amoeda	422,24
1851	Joana Rodrigues	Silvério Lopes da Costa	173,56
1851	José Justino Carneiro	Maria Jacinta dos Santos	192,01
1852	Domingos dos Santos/Mariana Silvéria	Leandro Dias dos Santos	422,00
1853	Antônio Lopes Dias	Maria José Pinta	69,77
1853	Pedro José Coelho	Silvério de Araújo Camilo	328,79
1853	Ana Joaquina Gonçalves	Manoel José Ferreira	105,93
1854	Maria Custódia de Oliveira	Firmiano José de Oliveira	416,85
1854	Rita Maria de Jesus	Silvério de Souza Ferreira	510,76
1854	Joaquim Casemiro Ferreira	Lúcia Maria da Conceição	1.014,02
1854	Vicente Gomes da Silva	Vicente Gomes da Silva	537,27
1855	Anacleto Thereza de Jesus	Manoel Caetano Ribeiro	1.136,78
1855	Ludovina de Lima Duarte	Antônio de Souza Godinho	116,06
1855	Manoel José da Silva	Margarida Thereza de Jesus	1.900,14
1855	Rita Maria de Jesus/João Joaquim Damasceno	José Lucindo Damasceno	293,52
1855	José Antônio Chaves/Rosa Delfina dos Santos	Antônio Fidelis dos Santos	72,02
1855	Maria Joaquina de Jesus	Francisco José da Costa Viana	710,30
1856	Agostinho Isidoro do Rosário	Manoel Ferreira C. Jesus	2.220,38
1856	João Vicente da Cunha	José Vicente da Cunha	27,35
1856	Manuel Pinto de Freixo	Maria Josefa de Jesus	612,06
1856	Luiz da Silva e Souza	José Fidelis de Miranda	331,54
1856	Lanna Ferreira da Silva	João Gomes Farias	858,18
1856	Ana Fernandes de Lima	Francisco José Gomes	324,76
1857	Maria Albina da Purificação	Antônio Lopes de Farias	1.445,53
1857	Francisca Ana de Jesus	José Ferreira Ribeiro	348,51
1857	João Martins Sales	Maria Pinta da Rocha	1.093,50
1857	Joaquim José da Silva/Maria Caetana Ribeira	Joaquim José Rodrigues	777,56
1857	Manoel Rodrigues Couto	Manoel Rodrigues Couto Filho	392,20
1857	Joaquim Alves Ladeira	Francisca Antônia de Paiva	4.367,27
1857	Manoel José dos Santos/Francisca M. Cunha	Ignácio José dos Santos	2.077,11
1857	Maria Pinta de Jesus Baião	Francisco de Assis Chagas	979,98
1857	João Gonçalves Fontes	Thereza Rosa de Jesus	1.337,59
1858	Vicente Rodrigues Valente	Iria Marques Ferreira	1.035,01
1858	Maria José Claudina	Manoel Pereira Santiago	1.445,10
1858	Antônio Vicente de Cunha/Maria Teles	Carlota Francisca Rosa	913,23
1858	Manoel Bento Moreira	Bernarda Joaquina de Santana	3.704,88
1858	Ângela Maria da Encarnação	Não consta (partilha amigável)	2.700,10

Ano	Inventariado	Inventariante	Monte Mor
1858	Vicência Maria de Assumpção	Manoel Clemente da Fonseca	3.361,83
1858	Francisca de Paula Thereza de Jesus	Antônio Joaquim de Pádua	369,29
1859	Manoel da Costa Monteiro	Gabriel José da Costa	664,68
1859	Manoel José de Souza Lima/Joana R. Oliveira	José Correia de Meireles	331,56
1860	Vicente Gomes de Machado/Ana Maria Jesus	José Gomes Machado	1.451,30
1860	Francisca Maria de Souza	Domingos Martins de Paiva	2.604,81
1860	Tristão José Gonçalves Guimarães	Joana Thereza da Silveira	2.998,66
1860	José Lopes da Costa	Quitéria Mendes? da Silva	753,39
1861	Joaquina Feliz da Encarnação	David Ferreira da Costa	3.496,34
1861	Paulo José de Miranda	Joana Maria de Jesus	529,21
1861	Francisco Pacheco de Medeiros	Maria Polidora F. Fonseca	2.380,62
1862	Francisco José Lopes da Silveira	Iria de Freitas Ferreira	288,85
1862	Maria Francisca Lopes	Antônio Lopes de Faria	2.227,55
1863	Maria Valéria dos Santos	Manoel Gonçalves Monteiro	770,41
1864	Maria Moreira da Cruz	Antônio Sabino Carlos Silva	902,25
1864	Ana Maria de Todos os Santos	Francisco Joaquim dos Santos	387,61
1866	Brígida Moreira de Jesus	Lauriano José de Gouveia	1.452,24
1866	Francisco Antônio de Lima	Maria Francisca de Lima	378,32
1867	Hirmina Bernardes da Costa	Joaquim Bernardes de Moura	1.163,47
1867	José Nobre dos Santos	Maria Angélica da Encarnação	115,50
1867	Francisca Maria de Jesus	Manoel Ferreira da Costa	182,55
1867	João Batista	Maria Paulina de Lanna	296,17
1868	Bento José Pinto	Hipólita Sapiãna? Damasceno	1.279,83
1868	José Duarte Coutinho/Maria José Moreira	João José Duarte de Melo	428,19
1868	Joana Maria do Carmo	Francisco Severiano da Silva	166,84
1868	Joana Silvéria de Jesus	José Antônio de Lima	154,39
1869	Maria Joana de Assumpção	Joaquim Lopes de Faria Reis	1.151,22
1869	Francisco José Cardoso	Rita Lopes da Silva	5.448,98
1869	Joaquim Gonçalves Fontes Júnior	Francisca de Paula Teixeira	99,68
1869	Luiz Francisco de Azevedo	Maria do Carmo de São José	686,36
1870	Rita Francisca Duarte	Joaquim Batista da Silva	114,13
1870	Ana Francisca de Jesus	João José Faustino	120,38
1870	Ana Rodrigues do Nascimento	Manoel Leocádio Lopes	742,97
1870	Valentim Alves Laurindo	Francisca de Paula Ferreira	360,21
1870	Domingos Francisco dos Reis	Francisco dos Reis Conde	6.292,01
1870	Thereza Maria da Conceição	Floriano Isidoro Pereira	2.443,13
1870	Manuel Gonçalves Monteiro	Ana Lopes de Jesus	392,46
1870	Joaquim de Freitas Ferreira	Maria Eugênia de Jesus	1.164,94
1871	Vicente de Paula Silveira	Maria Gomes de Oliveira	249,05
1871	Maria Clara de Jesus	José Lopes de Faria	226,23
1871	Francisco José Carneiro	Rita Joaquina do Nascimento	857,63
1871	Joaquim Gomes Moreira	Joana Maria de Jesus	227,38
1871	Simplicia Rosa da Silveira	Manoel Lopes de Faria	194,19
1871	Manuel Bernardo da Costa	Manoel Bernardo dos Anjos	1.328,70
1871	Vicente Ferreira de Castro	Maria Rosa de Jesus	818,59
1871	Francisco Machado Vieira	Rita Clara de Souza	291,69
1871	Antônio Lopes Valente	Antônio Moreira de Faria	1.800,87
1871	Pedro Gonçalves Leal	Joaquina Emília de Lanna	245,04
1871	José Justiniano da Costa	Maria Rosa da Costa	538,55
1871	Maria Antônia do Carmo	Domingos Martins de Paiva	245,31
1871	Joaquim Lopes de Faria	Maria Joaquina de Jesus	1.073,67
1872	Sabina Maria da Silva	Augusto Manoel Viana Correia	41,96
1872	Delmira Maria do Carmo	Luiz Dias Mendes	262,79
1872	Antônio da Costa Guimarães	Felisbina Domingas Carvalho	169,60
1872	Joaquim José Gomes	Maria do Espírito Santo	8.027,57

Ano	Inventariado	Inventariante	Monte Mor
1872	Fructousa Francisca das Chagas	Cândido Agostinho Geraldo	67,73
1872	Maria do Espírito Santo	Antônio Joaquim de Lima	2.091,02
1872	Joaquim Ferreira da Costa	Lucinda Maria de Jesus	108,92
1872	Joaquim Pereira Bitasães	Manoel Pereira Bitasães	543,25
1872	Maria Porcina Angélica da Encarnação	Joaquim Gonçalves Fontes	4.248,40
1873	Luiz Pinto de Freixo/Maria Cândida São José	Manuel Arnaldo Lopes	209,53
1873	João Faustino da Fonseca	Silvana Lopes de Jesus	255,27
1873	Thomé José da Silva/Delfina Maria São José	Antônio Martins Lopes Santos	392,03
1874	José Tristão de Freitas/Maria C. M. Castro	José Cornélio Freitas Castro	12.611,69
1874	Thereza Claudina de Freitas	Olímpio José Alves de Freitas	363,88
1874	Ponciano Ignácio Alves	Thereza de Freitas Ferreira	2.070,59
1874	Francisca do Vale	João José Machado	65,57
1874	Francisca Frutuosa de Jesus	José Pedro Batista	223,67
1875	Manuel Alves de Miranda	Anacleto Maria dos Anjos	644,42
1875	Francisco Joaquim da Costa/Ana M. Santos	Manoel Francisco da Costa	574,68
1875	José Batista Pereira	Ana Angélica da Silva	967,64
1875	Francisca de Paula Freitas	Francisco de Lima e Freitas	182,97
1875	João Martins da Cunha	Thereza Rosa de Jesus	349,54
1875	Antônio Faustino da Fonseca	Ângela Maria da Encarnação	297,17
1875	Maria Francisca dos Reis	Marçal da Rocha Reis	413,75
1875	Maria Messias de Jesus	João de Paula D. Fonseca	942,89
1875	Antônia Rodrigues de Oliveira	Manoel Anacleto Lopes	305,44
1875	Francisco de Assis Fortunato da Fonseca	Maria Clara de Sales	457,52
1875	Thereza Ferreira de Jesus	Francisco José da Silveira	192,25
1875	Joaquina Maria de Jesus	Antônio Pereira de Melo	144,45
1875	Carolina Maria de Jesus	Joaquim Ferreira da Costa	33,43
1875	Joaquim de Oliveira Ribeiro	Sebastiana Ferreira da Cruz	1.211,15
1875	Rosinda Maria dos Santos	Joaquim Cardoso Diniz	85,50
1875	Rita Lopes da Silva	Francisco José Silva Cardoso	7.777,59
1875	Beatriz Maria Ferreira	Francisco Duarte Ferreira	386,53
1875	João Antônio de Souza/Anacleto F. Reis	Luiz Antônio dos Reis	244,71
1875	Joana Rosa da Silva Bella	Manoel de Freitas Bello	52,10
1875	Antônio Caetano Júnior	Maria do Carmo de Jesus	347,66
1875	Isidoro José da Silva	Gabriel José da Costa	246,28
1876	Manoel José de Souza	Hipólita Sapiana Damascena	517,77
1876	Antônio José Casemiro	Luíza Teodora da Costa	1.539,47
1876	José da Silva dos Santos	Joaquina Ferreira Magalhães	638,04
1876	Rosa Maria Martins	Manoel Bernardes de Sena	166,93
1876	Vicente José de Souza	Cândida Maria da Conceição	651,94
1876	Balbina Pinto da Rocha	Manoel Ferreira da Silva	172,73
1876	Joaquim José de Souza/Maria Cândida Jesus	Joaquim José de Mello	156,86
1876	Francisco Dias de Santana	Rosalina Lopes de Santana	343,82
1876	Joaquim Bernardes de Moura	Manoel Francisco de Lima	1.170,32
1876	José Rodrigues da Costa	Anna Pereira de Mello	521,80
1876	João Luiz Ferreira/Izabel Gomes da Silva	Felisberto da Silva Viana	58,11
1876	Antônio José Casemiro	Luíza Teodora da Costa	1.539,47
1876	José Luiz da Silva Viana	Felisberto da Silva Viana	19.384,33
1876	Maria do Carmo e Castro	Joaquim José da Costa	894,36
1877	Joaquim Gomes da Silva/Maria Anunciação	Francisco Calixto de Araújo	365,15
1877	Manoel José Ferreira de Castro	Maria do Carmo Pereira	2.049,70
1877	Januário Barbosa Veloso	Luzia Rosa da Silva	782,49
1877	José Antônio de Souza	Maria Pereira da Cunha	159,15
1877	Luiz Gonzaga de Araújo	Francisco Antônio E. Araújo	865,91
1877	Placidina Maria de Santa Rosa	José Ignácio de Martins Paiva	3.363,40
1877	Josefa Maria dos Anjos	Francisco Bernardes dos Anjos	738,11

Ano	Inventariado	Inventariante	Monte Mor
1877	Modesto Antônio de Sá e Castro	Rita Rosa de Castro	108,78
1877	Sebastião José de Souza	Maria dos Santos	62,78
1877	Ambrosina Maria de Jesus	José Joaquim Gonçalves	716,18
1877	Antônio Joaquim Anastácio	Rita Joaquina do Nascimento	240,96
1877	Joaquim de Souza Ferreira	Maria do Carmo Espírito Santo	197,03
1877	Maria de Lima de Jesus	Manoel José Gomes	381,00
1877	Joaquim José Pereira	Ana Feliciano da Conceição	2.580,75
1877	Maria Luzia de Jesus	Felipe Antônio de Araújo	1.904,14
1877	Joaquim Antônio Fernandes de Souza	Maria José Gomes	88,15
1877	Pedro Nolasco da Fonseca	Rita Firmina de Melo	1.097,09
1878	Manoel José Pereira	Sebastiana Januária Pinto	624,21
1878	Lina Gomes de Oliveira	José Gomes Pacheco	292,67
1878	Ana Lúcia de Jesus/Luiz Manuel D'Ávila	Manoel Luz D'Ávila	1.216,73
1878	Silvério Duarte Pereira	Maria Rosa do Espírito Santo	556,75
1878	Manoel Machado de Toledo	Joana de Freitas Ferreira	685,14
1878	Joaquim Gomes Barbosa	João T. Gonçalves Guimarães	85,85
1878	Joaquim Pereira da Costa	Carolina Maria de Jesus	178,76
1878	Ana Ricarda de Freitas	Antônio Luiz M. Carvalho	1.097,96
1878	Modesto Dias Bicalho	José Dias Bicalho	717,37
1879	José Ignácio do Carmo	Mariana Marques Ferreira	314,40
1879	Antônio Florentino Gomes da Silva	Beatriz Francisca Marcelina	1.591,97
1879	José Ubaldo Martins de Paiva	Rita Cornélia da Silva	471,73
1879	Ana Claudina Alves de Castro	Joana Batista Alves de Castro	851,62
1879	Maria Joaquina dos Santos	Leandro da Rocha Santos	142,83
1879	Rosalina Brasileira de Abreu	José Antônio de Lima	200,64
1879	Manuel Felipe Neri	Francisco de Paula Galvão	444,70
1879	Joaquim Quintiliano Encarnação	Antônio Ignácio do Carmo	523,39
1879	Generosa Caetana de Jesus	Francisco Machado de Toledo	80,64
1879	Francisco Luiz de Souza	Rosa Maria de Jesus	351,27
1879	Francisca Maria da Cruz	Manoel Felipe de Miranda	100,63
1879	Faustina Maria Alves	Francisco Moreira Neto	321,47
1879	Joaquim Silvério Santos/Maria J. Conceição	José Silvério dos Santos	232,16
1879	Messias Lopes Moreira	Belizário Moreira Nascimento	166,49
1879	José Joaquim de Lima	Não consta (partilha amigável)	761,75
1879	Cândida Vendelina da Encarnação	Joaquim da Silva S. Cabral	848,53
1880	João Francisco dos Reis	Marcelina Francisca dos Reis	745,44
1880	Luiz Alves/Manelvina Maria de Jesus	Liberato Benício Souza Silvino	60,71
1880	Ricarda Rosa de Jesus	João Ferreira de Souza	870,86
1880	Francisco Lopes de Faria	Thereza Maria Teixeira	4.379,35
1880	José Pereira Bitasões	Luiza Maria do Espírito Santo	705,63
1880	Luiz José Fialho	Joaquim Pedro Fialho Oliveira	473,39
1880	Januário Machado de Freitas	Rita Mendes dos Santos	538,79
1880	Lázaro Miranda Costa/Maria Angélica Jesus	Carolina Francisca de Miranda	581,17
1880	José Bernardes da Silva	Vicente José da Costa	2.511,43
1880	João Pereira da Costa	Maria Delfina da Costa	227,29
1880	Sebastiana Maria de Jesus	Mileno José da Silva	227,79
1880	Florentina Maria de Jesus	Domingos Luiz Alves	1.866,32
1880	Joaquim Pereira Bitasões	Joaquina Maria de Jesus	6.990,83
1880	Francisco Dias Bicalho	Maria Fausta de Carvalho	419,31
1880	Miguel Gonçalves Leal	Thereza Maria de Jesus	4.071,24
1881	Belizário Moreira do Nascimento	Joaquina Francisca Rosa	179,26
1881	Hipólita Sapiana Damascena	Não Consta (partilha amigável)	747,98
1881	Joaquim Ribeiro Soares	Maria Antônia Rosa de Jesus	82,31
1881	Benta Enorcheda de Lemos	Antônio Duarte de Souza	68,01
1881	Manoel Messias Moreira	Anta Rita de Jesus	115,34

Ano	Inventariado	Inventariante	Monte Mor
1881	Maria José de Souza	João Barbosa dos Santos	383,35
1881	Joaquim Gomes Campos	Ana Gracina? de Jesus	429,32
1881	Francisca Rosa da Silva	Maria Joaquina de Assis	744,20
1881	Maria Rosa da Conceição	Antônio Casemiro de Souza	184,77
1881	Albina Maria de São José	Manoel José F. Raimundo	166,44
1881	Joaquim Romão Moreira e Castro	Thereza de Jesus Freitas Castro	4.399,05
1882	José Elias da Silva Araújo	Ana Angélica de Jesus	622,59
1882	Francisco da Silveira Gomes	Leocádia Maria de Ramos	298,59
1882	Francisco José de Lima	Maria Francisca de Lima	379,50
1882	Cassiano Lucas Maciel	Collecta Augusta da Cruz	2.334,57
1882	Francisco da Costa Pereira	Joaquina Juliana da Costa	220,52
1882	Manuel Ribeiro da Silva	Manuel Ribeiro da Silva Júnior	369,69
1882	Joaquina Maria de Jesus	Domingos Gonçalves Fontes	463,29
1882	Francisco José de Santana	Ana Joaquina da Silva	2.440,84
1882	Galdino Antônio de Souza Lima	Maria Rosa de Souza	267,17
1882	Francisco José Graia	Rita Rodrigues Francisca	85,86
1882	Maria Francisca Ferreira	Manoel Gomes Machado	398,74
1882	Manuel Gomes Campos	João Gomes Campos	1.499,77
1882	Maria Clara de Jesus	Cipriano Antônio de Paula	645,79
1882	Maria Miquelina Nascimento/Antônio Baião	Manoel Lucas Baião	819,46
1882	José de Deos Moreira e Castro	Ana Ricarda de Freitas	22.270,89
1883	Maria Rita Correia	Manoel de Castro Ribeiro	226,00
1883	Joaquina Maria dos Reis	Silvestre Lopes de Faria Reis	3.610,59
1883	Francisca Cândida da Conceição	José Ignácio Alves	839,98
1883	Thereza de Jesus de Freitas e Castro	Augusto Lopes de Faria Franco	1.914,37
1883	Maria do Carmo Pereira	Francisco Rodrigues Rezende	2.505,27
1883	João Pereira Vasconcelos	Claudina Maria de Jesus	251,23
1883	Rita Esquetino Viana	Januário Esquetino	2.059,61
1883	Ignácia Maria de Jesus	Antônio Luiz Ferreira	126,11
1883	Maria Felisbina Cardoso	José Cardoso Dias	1.470,09
1883	Manoel Lopes Faria	Mathildes Rosa Soares	445,46
1883	Luzia Balbina de Jesus	Antônio Joaquim da Silva	231,62
1883	Rosalina Rosa de Jesus	Francisco José da Silveira	250,81
1883	Ana Feliciano da Conceição	Sebastião Cupertino Teixeira	1.257,85
1884	Ana Rita da Piedade	Antônio Lopes Rosado	745,37
1884	Antônio José de Souza	Thereza de Jesus Medina	277,61
1884	Maria Francisca dos Reis	José Bento Nogueira	236,04
1884	Cândido da Silva Lima	Bárbara Segunda? de Andrade	354,89
1884	Caetano José da Costa Viana	Ana Francisca de Jesus	1.110,85
1884	Cândido Antônio Malaquias Bolivar	Maria Thereza Fontes Bolivar	359,73
1884	Fortunato José Soares	Carlota Rosa de Jesus	405,70
1884	Balduína Rosa de Jesus	Martinho Afonso de Souza	55,32
1885	Francisca Rosa de Jesus	João Gomes de Campos Viana	57,03
1885	Luciano Moreira do Nascimento	Sebastiana Moreira Machado	497,37
1885	Ana Clementina do Nascimento	Antônio Gonçalves Moreira	1.454,73
1885	Carlota Cândida da Encarnação	Bento Mendes de Alcântara	640,25
1885	Manoel de Castro Ribeiro	Leopoldina de Sales Moreira	118,97
1885	Thereza Maria de Jesus	Miguel Gonçalves Leal	2.107,88
1886	Serafim de Souza Lima/Joana Rita de Jesus	Serafim de Souza Lima	1.315,15
1886	João Rodrigues Valente	Emerenciana Maria Gouveia	242,78
1886	Maria José da Conceição	Sebastião Cupertino Teixeira	700,99
1886	Francisco Ferreira de Souza	Manoel Antônio da Costa	263,93
1886	Herculano de Freitas Guimarães	Luzia Antônia de Jesus	456,82
1886	Francisco Antônio Pimenta/Lucinda de Jesus	Antônio Marques Pimenta	417,52
1886	Maria Rosa do Espírito Santo	Manoel José Romão	242,50

Ano	Inventariado	Inventariante	Monte Mor
1887	Januário Esquetino	Maria Bernarda de Jesus	1.159,44
1887	Maria Clara da Silva	Justiniano Soares da Rocha	350,40
1887	Fortunata Maria dos Reis	Antônio Silvério de Faria	510,10
1887	Guilhermina Rosa de Jesus	João José Moreira	120,59
1887	Domingos Antunes Moreira	Ana Maria dos Reis	2.815,01
1887	Mileno José da Silva	Ana Moreira de Jesus	73,37
1887	Marcelina Maria dos Reis	Camilo Lopes Valente	297,42
1887	Joaquina Gonçalves Chaves	Antônio Nicolau	1.371,81
1888	Amélia Augusta de Paiva	Alexandre Ferreira da Silva	292,27
1888	Maria José do Nascimento	Agostinho Manoel Francisco	92,08
1888	Francisco Antônio de Sales/Cândida São José	Francisco Antônio de Sales	5.215,54
1888	Domiciano Lopes Valente	Clara Maria de Jesus	260,39
1888	Manuel Gomes Machado	Galdino Gomes Machado	247,72
1888	João Estevão da Costa	Frederico Santos Soares Pinho	29,87
1888	Antônia Maria da Silveira	Justiniano Soares da Rocha	103,43
1889	Maria Conceição de Jesus	Reginaldo de Assis Costa	86,21
1889	Manuel Ferreira da Silva	Manoel de Deos Melo	68,15
1889	Joaquina Leite de Jesus	Joaquim Garcia dos Reis	49,37
1889	Luiz Gargari	Januária Maria de Jesus	841,67
1889	Maria Feliciano de Andrade	Antônio Dias de Andrade	781,31
1889	Bruno Correia de Lima	Luzia Maria dos Anjos	224,68
1889	João Nunes Vieira	Mariana Leopoldina de Souza	59,61
1890	João Bernardes da Costa/Vitória J. de Jesus	José Bernardo da Costa	1.135,21
1890	João Fernandes Comissário	Domiciana Carolina Andrade	553,84
1890	Veridiano Ubaldo Martins de Paiva	Clementina Rosa da Silva	656,65
1890	Sabino Alves de Freitas	Rosa Cândida da Conceição	176,63
1890	Francisco das Chagas da Silva Rezende	Joaquim Bernardes de Rezende	526,23
1891	Luiz Pereira Martins	Amélia Rosa de Freitas	191,68
1891	Frederico dos Santos Soares do Pinho	José dos Santos Soares Pinho	356,95
1891	José Vieira de Souza Ferraz	Mariana Umbelina de Jesus	623,87
1891	Francisco Roque dos Santos	Francisca Alves de Freitas	99,80
1891	Maria da Conceição	Joaquim José da Costa	188,41
1891	Antônio Modesto da Silva	Maria Constância de Jesus	268,01
1891	Benta Maria da Encarnação	Luiz Pinto Coelho	355,82
1891	Antônio Dias da Costa Paes	Rita Cláudia de São José	592,01
1891	Jacinto Gonçalves de Andrade	Germana Angélica Carvalho	987,08
1891	Antônio Rodrigue de Rezende	Etelvina Brandão de Rezende	2.035,12
1891	Rita Maria de Jesus	Manoel Roberto Ferreira	154,17
1891	Domingos Ferreira da Costa	Joaquim Lino Freitas e Castro	50,06
1891	Luiz Gonzaga da Silva Viana	Lourença Delfina de Amorim	1.123,19
1891	Virgílio Pinto Coelho	Manoela Arminda P. Coelho	2.568,51
1892	Manoel Antônio de Oliveira Chaves	Inocência Lopes da Costa	103,37
1892	Maria Rosa da Silva/José Gomes de Campos	José Gomes de Campos Júnior	1.604,87
1892	Manoel Gomes de Campos	Ludovina Maria Ferreira	368,80
1892	Raphael Soares da Rocha	Maria Francisca de Jesus	51,70
1892	Joana Gomes de Castro	Joaquim Ignácio do Carmo	357,36
1892	Francisco Miguel Gonçalves Leal	Miguel Gonçalves Leal	97,30
1893	Joaquina Albença de Jesus	Joaquim Lopes de Faria	118,32
1893	Umbelina Francisca de Paula	José Antônio de Paula	34,58
1893	João Rodrigues Branco	Maria Izidora da Rocha	158,91
1893	Sebastiana Maria do Espírito Santo	Antônio Justiniano de Freitas	143,63
1893	Firmiana Lima de Jesus	João Teixeira de Assumpção	34,94
1893	Maria Izabel Pinto	Manoel Arnaldo Lopes	45,69
1893	Joaquina Maria de Jesus	José Teodoro Pereira	1.675,89
1893	José Antônio de Macedo	João dos Anjos Macedo	76,70

Ano	Inventariado	Inventariante	Monte Mor
1893	Joaquina Romualda Fonseca/José V. Oliveira	Francisco Coelho Leal	130,94
1893	José Francisco Cabral	Maria Joaquina do Carmo	1.405,56
1893	Maria Ermelinda de Santana	Domeciano Lopes de Faria	293,18
1893	Augusta Ana de Faria	João Lopes de Faria Baião	2.437,47
1893	Altina Maria de Jesus	Pedro Apolinário P. Souza	95,29
1893	Pedro Ferreira de Castro	Maria Augusta de Santana	134,73
1894	Claudina Amália Rosa	Augusto César de Abreu	14,63
1894	Manuel Diniz Branco	Aurea Ferreira de Sá	26,21
1894	Paulina Beatriz de Jesus	Silvestre Lopes Vieira	266,90
1894	Francisca Jerônima de Jesus	Manoel Francisco Fernandes	317,97
1894	Teófilo Lopes Valente	Joaquina Maria dos Reis	627,74
1894	Antônio da Silva Lessa	Matilde Helena Espírito Santo	206,33
1894	Joaquim da Silva Soares Cabral	Leocádia Caetana de Faria	501,00
1894	Manoel Antônio de Oliveira	Maria Vicência de Andrade	71,81
1894	Sebastiana Justina da Cunha	Francisco Paula Lopes de Faria	33,44
1894	Francisco Antônio Botelho	Vendelina Delfina de São José	86,74
1894	Francisco Manoel de Paula	Pedro Paulo de Alcântara	52,25
1894	Filomena Esquetino	Antônio Furtado Campos	199,81
1894	Florinda Casemira de Santana	Fiel Lopes de Sá	221,13
1894	Francisco da Silva Araújo	Maria Rita da Piedade	91,19
1895	Vicente Gonçalves Fontes Primo	Cornélia Cândida de Miranda	193,76
1895	Januária Maria de Jesus	José da Silva Abranches	271,49
1895	Francisco Januário Carneiro	Belarmina Umbelina Soares	135,59
1895	Maria das Virgens Lanna	Francisco de Paula T. Ribas	220,54
1895	Antônio Justiniano de Noronha	Joana Maria de Jesus	78,24
1895	José Antônio de Oliveira	Maria Augusta F. Oliveira	772,29
1895	Carolina Maximiana de Jesus	Francisco Luiz Coelho	108,56
1895	Teodora Rocha	Antônio André da Rocha	12,36
1895	Francisco Paulino Lannes	Maria Caetana Ribeiro	252,33
1895	Fidelis Antônio Valente	Joana Batista da Costa	141,42
1895	Mariana Clara de Jesus	José Cupertino Teixeira	3.073,25
1895	Rita Maria de Jesus	Cassiano Antônio de Carvalho	149,47
1895	Joaquim Paulino Alves	Augusta dos Anjos Araújo	33,12
1895	José Jacinto Dias de Santana	José Jacinto Dias de Santana	51,60
1895	Vicente Lemos da Silva	Carolina Altina de Jesus	195,29
1896	Vicente Coelho Leal	Maria Messias Duarte	76,50
1896	Ricardo Gomes da Silva	Ana Malaquias Alves	73,50
1896	Casemiro Caetano de Cerqueira	Ana Francisca R. Cerqueira	122,15
1896	Francisco de Paula Paixão	Maria Luíza do Espírito Santo	163,72
1896	Francisco Lopes de Faria	Maria Altina da Encarnação	980,32
1896	José Teodoro Pereira Campos	Joaquim Teodoro P. Campos	684,45
1896	Antônio Albino Castro/Maria F. das Mercês	Antônio Justiniano de Freitas	42,19
1896	José Maria Leite	Francisca Rosa de Jesus	89,92
1897	Thereza da Paixão Costa	Antônio Braz Gonçalves	13,12
1897	Manuel Joaquim da Silva	Joaquina Francisca Xavier	193,14
1897	Gabriel Alves de Freitas	Carlota Rosa de Jesus	92,65
1897	José Esquetino Viana	Vicência Mercadina de Paula	36,19
1897	José Pacífico de Freitas Castro	Ana Margarida dos Santos	76,30
1897	Silvestre Fialho de Rezende	Antônia Joaquina dos Reis	792,28
1898	Joaquim Pereira Mamão	Antônio Luiz Ferreira	202,00
1898	João Bernardes de Moura/Joaquina F. Lima	Francisco Bernardes de Moura	123,48
1898	Joaquim Apolônio de Freitas Castro	Maria Porcina de Jesus	750,38
1898	João Vieira da Costa	Maria Antônia da Conceição	93,67
1898	Francisca Dalmira Ferreira	Elizário Alvares Antunes	238,64
1898	João Vieira de Macedo	Maria José Martins da Silva	209,50

Ano	Inventariado	Inventariante	Monte Mor
1898	Joaquim Batista da Silva	Ana Maria da Anunciação	68,28
1898	Emília Joaquina de São José	Luiz de Souza Pimentel	96,52
1898	Thereza Machado de Freitas	Leopoldo Fortunato de Assis	134,69
1898	José Querobino Rodrigues Coura	Amâncio Cândido E. Santo	76,63
1899	Maria Floriana da Paixão	José Carlos Isidoro Pereira	388,20
1899	Cristiano Eugênio de Carvalho	Emílio Jardim de Rezende	231,13
1899	José Cupertino Teixeira Júnior	Amélia Maria de Jesus	147,62
1900	Maria do Carmo da Encarnação	Silvestre Lopes Baião	192,19
1900	Joaquim Machado/Maria Alves	Bartolomeu Alves de Freitas	85,60
1900	João Felipe da Silva	Carolina Maria Lopes	86,97
1900	Antônio Pereira de Moledo	Hermelinda Rosa de Jesus	70,59
1900	Maria do Carmo de Jesus	Sebastião Caetano da Silva	88,28
1900	Emília Maria da Rocha	Elias Marques da Rocha	120,90
1900	Francisco José de Lanna	Joana Luiza de Carvalho	1.049,17
1900	Tristão José Gonçalves Guimarães	Veridiana Rosa da Silva	253,89

BIBLIOGRAFIA

- ABDALA, Mônica Chaves. **Receita de mineiridade:** a cozinha e a construção da imagem do mineiro, Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.
- ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras:** Mariana – 1750 a 1850. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
- _____.; OLIVEIRA, Mônica (orgs.). **Nomes e números.** Alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento:** Um estudo sobre as transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora: 1870-1914. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Economia (IE/Unicamp) Campinas, 2001.
- _____. **Dívida o obrigação:** as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX e XX. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.
- ALVES, Romilda Oliveira. **Fronteira em expansão:** População, terra e família na Zona da Mata Mineira 1808-1850. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos.** São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BERGAD, Laird. **Escravidão e história econômica.** Demografia de Minas Gerais. 1720-1888. Bauru: Edusc, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII:** O jogo das trocas. Trad. Telma Costa. Vol. II. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira:** A formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-

- 1835). 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2008.
- CANO, Wilson. **A economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)**. São Paulo: Contexto, 1977.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII e XIX). Ouro Preto: Editora da Ufop, 1999.
- CHAVES, Claudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes**: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.
- _____. **Melhoramentos no Brasil**: Integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822). 358 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833/72)**. 510 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.
- COSTA, Iraci del Nero. Nota sobre o ciclo de vida e posse de escravos. **Questões e Debates**. Curitiba. V. 4, n. 6, pag. 121-127, jul., 1983.
- _____. Contribuições da demografia histórica para o conhecimento da mobilidade socioeconômica e geográfica: uma aproximação ao tema. **História**. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 381-400, ago/dez, 2011.
- COSTA, Fernando A. Alves da. **Minas Gerais oitocentista**: entre a acumulação de capital externa e a interna – uma abordagem através dos relatos de viajantes estrangeiros. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.
- _____. E quanto valia afinal? O problema dos preços nos inventários *post-mortem* do século XIX. **Histórica**. São Paulo, ano 9, nº 60, p. 6-17, dez., 2013.
- CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: Processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, V, 2003, Caxambú-MG. **Anais...** Niterói-RJ: ABPHE, 2003.

- CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos:** estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG, 2009.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento:** Fortuna e Família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confinos Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 421 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro a sociedade de classes.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras:** uma história do tráfico atlântico de escravos entre África e Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- _____. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-28, 2000.
- _____; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto:** mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista.** 346 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, Campinas, 2009.
- FRIEIRO, Eduardo. **Feijão, angu e couve:** ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 33ª ed. São Paulo: Nacional, 2004.
- FURTADO, Júnia. **Homens de negócio:** a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

- GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, trabalho e propriedade**: a estrutura agrária da Campanha Rio-Grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). 208 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010.
- GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no nordeste paulista**: Batatais, 1851-1887. 286 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio** – Um estudo das atividades agroaçucazeiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- _____. Intrépidos viajantes e a construção do espaço: Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: **CEDEPLAR/FaCE/UFMG**, 1996 (Texto para discussão nº 109).
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.
- GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, São Paulo v. 17 n. 2, p. 297-314, mai/ago. 1987.
- IGLESIAS, Francisco. **Minas Gerais**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, 2º vol., p. 364-412, 6ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- LAMAS, Fernando Gaudereto. **Conflitos agrários em Minas Gerais**: o processo de conquista na área central da Zona da Mata (1767-1820). 284 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2013.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho** – A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira: 1870-1920. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1985.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

- LIBBY, Douglas. **Transformação e trabalho e uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA NO PERÍODO COLONIAL, 1979, **Anais...** Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p.147-171.
- LOPES, Luciana Suarez. **Sob os olhos de São Sebastião**. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.
- LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: IPE/USP, 1981.
- _____.; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas e grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. **Boletim de História Demográfica**. Ano VIII, n. 21, março, 2001.
- _____. **Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____.: COSTA, Iraci Del Nero e KLEIN, Herbert S. (orgs.) **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo, Edusp, 2009.
- MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. **A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)**. São Paulo: Annablume, 2004.
- MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Editora Stiliano, 1998.
- MARIUTTI, NOGUERÓL & NETO. Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às Propostas de João Luís Frago e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.31, n.2, p.369-393, 2001.
- MARTINEZ, Cláudia Marques. **Cinzas do Passado**. Riqueza e cultura material no vale do Paraopeba, 1840/1914. 314 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

- MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980.
- _____. Minas e o Tráfico de Escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Edusp, Imprensa Oficial, 2002, p.99-130.
- MATTOSO, Kátia Queirós. **Bahia no século XIX**. Uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da Riqueza**: São Paulo, 1845/1895. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENESES, José Newton Coelho. **O continente rústico**. Abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Diamantina, Maria Fumaça, 2000.
- MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste**. Estudo de uma região: a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MOTTA, José Flávio. O advento da cafeicultura e a Estrutura da Posse de Escravos (Bananal, 1801-1829). **Estudos Econômicos** v. 21, n.3, p.409-434. Set/dez.1991.
- _____. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999.
- _____. Escravos daqui, dali e de mais além. **Revista Brasileira de História**. Escravidão. São Paulo, ANPUH, v. 26, n. 52, p. 15-47, jul./dez. 2006.
- _____. Demografia Histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luís Adão. **Brasil – Portugal: História, agenda para o milênio**. Bauru: Edusc, 2001.
- _____. Derradeiras transações. O comércio de escravos nos anos 1880. **Alamanack Braziliense**, Rev. Eletrônica. São Paulo: IEB/USP, n.10, p.147-163, nov. 2009.
- _____. **Escravos daqui, dali e de mais além**: o tráfico de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). 366 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- _____.; COSTA, Iraci del Nero. Demografia histórica: da semeadura à colheita. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, v.14, n.1/2, 1997.
- _____.; NOZOE, Nelson H. Cafeicultura e acumulação. **Estudos Econômicos**. São Paulo. v. 24, n. 2, p. 252-320, maio/ago.1994.

- MORENO, Breno Aparecido Servidone. **Demografia e trabalho escravos nas fazendas cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MUNIZ, Célia Loureiro. **Os donos da terra**. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 1979.
- NADALIN, Sérgio Odilon. A Demografia numa perspectiva histórica. Belo Horizonte: **Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 1994 (textos didáticos, v.2).
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1815)**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. **Aproximações**: Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- NOVELINO, Bruno Vittoretto. **Do Parahybuna à Zona da Mata – Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830-1870)**. 161 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. Bauru: Edusc, 2005.
- PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do século XIX**. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- _____.; LIBBY, D. C. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 25., n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995.
- PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa – mudanças sócio culturais: evolução histórica e tendências**. Viçosa/MG: Imprensa Universitária, 1990.
- PEREIRA, Walter Luís de Mattos. José Gonçalves da Silva: traficante e tráfico de escravos no litoral norte da província do Rio de Janeiro, depois da lei de 1850. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 285-312, dezembro, 2011.
- PESSOA, Thiago Campos. O comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, p. 43-78, 2013.

- PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos:** Uma análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930. 412 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação.** As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 51ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- _____. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da moral:** uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional. 430 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 2009.
- REIS, Deborah Oliveira Martins dos. **Teres e deveres, o evolver da riqueza em Araxá.** A economia de uma localidade mineira com base em inventários post-mortem, 1776/1888. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.
- _____. **Cinturão Paulistano:** Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (1798/1830). 525 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.
- RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da província:** Rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884. 335 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.
- REZENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e participação política:** Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841). 254 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.
- SUZIGAN, Wilson. **Industrialização brasileira:** origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo.** Sistema Agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). 182 f. Dissertação

- (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
- _____. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650 - 1750).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SANTOS, Raphael Freitas. **“Devo que pagarei”:** sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. 196 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2005.
- _____. **Minas com Bahia:** mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista. 371 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- SARAIVA, Luis Fernando. **O império das Minas Gerais:** Café e poder na Zona da Mata Mineira (1853-1893). 346 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.18, n.3, set/dez., 1988.
- STEIN, S. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, Edusp, Imprensa Oficial, 2002.
- TAVARES. Aparecida de Fátima. **Entre o café o açúcar:** perfil econômico dos produtores de Visconde do Rio Branco (1870-1889). 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2013.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1900).** Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- THOMPSON. E. P. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

- VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz.** Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). 400 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2006.
- VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 353-393, abr../jun., 2003.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1996.
- ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.